




# Movimentos cruzados histórias específicas

estudo comparativo das práticas sindicais  
e de greves entre metalúrgicos e canavieiros

Prêmio  
ANPOCS  
Melhor livro  
2020

José Sergio Leite Lopes  
Beatriz Heredia  
organização

 CAPES



EDITORA UFRJ





Universidade Federal do Rio de Janeiro

*Reitora* Denise Pires de Carvalho

*Vice-reitor* Carlos Frederico Leão Rocha

*Coordenadora do  
Fórum de Ciência  
e Cultura* Tatiana Roque



Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro

*Diretor* Michel Misse

*Diretora adjunta* Fernanda Ribeiro

*Conselho editorial* Michel Misse (presidente)  
Alexandre Pinto Cardoso  
Francisco Carlos Teixeira da Silva  
João Sicsú  
Marco Americo Lucchesi  
Roberto Kant de Lima

# **Movimentos cruzados, histórias específicas**

estudo comparativo das práticas sindicais  
e de greves entre metalúrgicos e canavieiros

organização  
José Sergio Leite Lopes  
Beatriz Heredia



© 2019 José Sergio Leite Lopes e Beatriz Heredia

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Processamento Técnico SIBI-UFRJ

M935 Movimentos cruzados, histórias específicas: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros/organização, José Sergio Leite Lopes, Beatriz Heredia. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.

568 p. ; 16 x 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7108-457-5

1. Greves e lockouts – Brasil. 2. Greves e lockouts – Metalúrgicos – Brasil. 3. Greves e lockouts – Trabalhadores rurais – Brasil. 4. Trabalhadores – Brasil – Atividades políticas. 5. Movimentos sociais – Brasil. I. Lopes, José Sergio Leite. II. Heredia, Beatriz Maria Alásia de.

CDD: 331.89

*Coordenação editorial*  
Thiago de Moraes Lins

*Projeto gráfico, capa e diagramação*  
Marisa Araujo

*Preparação de originais*  
Cecília Moreira

*Imagem da capa*  
Ilustração a partir de fotos do Acervo Menov/CBAE, doação da Fase de Pernambuco

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA

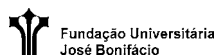
EDITORA UFRJ  
Av. Pasteur, 250, Urca  
Rio de Janeiro, RJ – CEP 22290-902  
Tel./Fax: (21) 3938-5484 e 3938-5487

LIVRARIA EDITORA UFRJ  
Rua Lauro Müller, 1A, Botafogo  
Rio de Janeiro, RJ – CEP 22290-160  
Tel.: (21) 3938-0624

[www.editora.ufrj.br](http://www.editora.ufrj.br)

[www.facebook.com/editora.ufrj](http://www.facebook.com/editora.ufrj)

Apoio:



FÓRUM DE  
CIÊNCIA E  
CULTURA  
U F R J



PROGRAMA DE  
MEMÓRIA DOS  
MOVIMENTOS  
SOCIAIS  
UFRJ



## Sumário

<b>Apresentação e agradecimentos</b>	7
<b>Introdução</b> <i>José Sérgio Leite Lopes</i>	23
<b>As greves metalúrgicas de 1978 e 1979 em São Paulo, Osasco e Guarulhos no ciclo nacional</b> <i>Murilo Leal Pereira Neto</i>	81
<b>O caráter histórico e atual das lutas dos canavieiros de Pernambuco por direitos</b> <i>Roberto Véras de Oliveira, Mário Henrique Ladosky, Eduardo Donato, Maressa Fauzia Pessoa Dantas, Bárbara Maria Costa e Silva e André Paulo do Nascimento</i>	125
<b>Entre sujeitos e sentidos: uma análise do Ciclo de Greves do ABC Paulista a partir dos discursos da Folha e do Estadão.</b> <i>Karen Christina Dias da Fonseca, Sidney Jard da Silva, Eduardo Magalhães Rodrigues e Maria Gabriela Silva Martins da Cunha Marinho</i>	189
<b>À margem da história? Mulheres metalúrgicas e a memória das greves do ABC (1978-1983)</b> <i>Jaime Santos Junior e Marilda Aparecida de Menezes</i>	225
<b>Memória, gênero e honra no Nordeste canavieiro: entre as lutas do passado e os desafios do presente</b> <i>Valéria Costa Aldeci de Oliveira e Bárbara Maria Costa e Silva</i>	265
<b>Das portas das fábricas aos cargos eletivos: apontamentos sobre as trajetórias políticas de sindicalistas metalúrgicos do ABC Paulista</b> <i>Kimi Tomizaki e Yuri Pinto</i>	309
<b>Sobre o trabalho de assessoria a movimentos sindicais: duas trajetórias no sindicalismo rural</b> <i>Antônio Carriço</i>	341

<b>Violência e vigilância, greves e resistência do movimento dos trabalhadores canavieiros na Zona da Mata pernambucana</b> <i>José Carlos Matos Pereira</i>	371
<b>Acumulação de capital na ditadura e as greves de 1978-1983</b> <i>Alberto Handfas</i>	409
<b>Conflitos de classe sob regime autoritário: o caso do Nordeste</b> <i>Moacir Palmeira</i>	451
Anexo: Greve em Pernambuco (1980)	490
<b>A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas</b> <i>Lygia Sigaud</i>	499
<b>Memória, experiência, preservação, transmissão: a construção do acervo de pesquisa do projeto Movimentos Cruzados, Histórias Específicas</b> <i>José Sergio Leite Lopes, Miriam Starosky, Anna Fernandes e Anne Rosso</i>	539

## Apresentação e agradecimentos

Este livro resulta do projeto de pesquisa “Movimentos cruzados, histórias específicas. Análise comparativa dos ciclos de greves iniciados pelos metalúrgicos de São Paulo e do ABC Paulista e pelos canavieiros de Pernambuco no final dos anos 1970”, aprovado pelo Edital da Capes “Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais”, de 2015. O edital supunha que se formasse uma equipe constituída por uma rede de pesquisadores pertencentes a diferentes universidades. Formulamos um projeto que, além de seus resultados intrínsecos, pudesse subsidiariamente animar o Programa de Memória dos Movimentos Sociais (Memov) do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE) da UFRJ e construir um acervo digital com os materiais coletados. Além de tratar de forma arquivística coleções de materiais de pesquisas já realizadas por projetos universitários coletivos ou individuais anteriores, também vínhamos fazendo isso com materiais de movimentos sociais diversos (ver mais detalhes no capítulo final deste livro). Como grande parte das coleções do acervo estavam concentradas no mundo dos trabalhadores rurais ou no dos operários de setores industriais tradicionais, o projeto formulado para o edital nos proporcionaria a oportunidade de comparar, no que concerne ao sindicalismo e aos conflitos grevistas, dois grupos sociais com os pés no mundo rural e no mundo industrial. A comparação também articularia diferenças regionais bem como as migrações de trabalhadores entre as duas regiões.

A equipe montada para o projeto tem pesquisadores com longa experiência entre os trabalhadores urbanos e rurais. Na equipe da UFRJ tínhamos Beatriz Heredia, vice-diretora do CBAE e do Memov, que compôs desde o início dos anos 1970 o grupo de pesquisa do Museu Nacional responsável por investigar a área canavieira de Pernambuco, no caso dela



com ênfase nos pequenos produtores na periferia da *plantation* canavieira. Além disso, ela dirigiu projetos de pesquisa sobre a estrutura social do agronegócio, sobre antropologia da política, com Moacir Palmeira, e o projeto “Movimentos sociais e esfera pública”, com José Sergio Leite Lopes, e fez pesquisa nos anos 1970 e 1980 na agroindústria canavieira de Alagoas. Também compõe a equipe Moacir Palmeira, que coordenou as pesquisas na zona canavieira de Pernambuco nos anos 1970, depois estendido num projeto maior, “Emprego e mudança social no Nordeste” e foi assessor da Contag nas décadas de 1970-1980. Hoje ele coordena o projeto “Memória camponesa” sediado no Museu Nacional, com depoimentos de lideranças desde os anos 1950, colhidos em vários estados do país (Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, São Paulo). Além disso, supervisionou a pesquisa que deu origem ao livro *Retrato da repressão política no campo* (Carneiro e Ciocari, 2010, citado na Introdução deste livro). Antônio Carriço, com pesquisas anteriores em antropologia do trabalho (sobre os padeiros), foi incorporado à equipe como bolsista de pós-doutorado, e como bolsistas de iniciação científica participaram Anna Ramos Fernandes, aluna de graduação de História no Instituto de História da UFRJ, e Anne Rosso, graduanda de Ciências Políticas no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

Na equipe da Universidade Federal do ABC, contamos com Marilda Menezes, que tem larga experiência tanto com canavieiros da Paraíba e de Pernambuco que vinham trabalhar na safra em São Paulo, quanto com memórias de operários metalúrgicos de origem nordestina no ABC paulista. Dessa equipe faz parte, ainda, Jaime dos Santos Jr., recém-doutor com tese sobre os canavieiros de Sergipe (e que foi incorporado como bolsista de pós-doutorado). Na equipe da Universidade Federal da Paraíba, Roberto Vêras de Oliveira traz sua experiência de estudo dos metalúrgicos do ABC e de trabalhadores e camponeses do Nordeste. Ele foi, durante muitos anos,

assessor educacional em entidades ligadas ao sindicalismo no Nordeste e em São Paulo. Sua tese, defendida no início dos anos 1990 no programa de Sociologia da Universidade de São Paulo, estuda o sindicalismo cidadão do ABC. Na mesma equipe está Mario Ladosky, que foi também, durante muitos anos, assessor educacional do sindicalismo dos químicos em São Paulo e da CUT e tem tese e outras publicações sobre o sindicalismo, inclusive um artigo comparativo entre a CUT (inicialmente originária no sindicalismo urbano) e o sindicalismo de trabalhadores rurais.

Na equipe da Universidade Federal de São Paulo – *campus* de Osasco está Murilo Leal Pereira Neto, historiador, especializado nos metalúrgicos daquele estado (fez um trabalho comparativo com os têxteis em seu livro sobre a reinvenção da classe trabalhadora entre 1953 e 1964), com tese, livros e artigos a respeito do assunto, e que além disso vem participando do projeto “Memória da Oposição Metalúrgica de São Paulo”. Com especialistas na história dos canavieiros nas equipes do Rio e de São Paulo (caso de Palmeira e Heredia pela UFRJ e Menezes pela UFABC) e especialistas no sindicalismo dos metalúrgicos do ABC e da CUT na equipe da UFPB (mas com pesquisas também no Nordeste) e da Unifesp-Osasco, o time de pesquisadores já tinha inscrito na história de vida de seus membros os atributos necessários para esse empreendimento comparativo.

Essa equipe inicial, consignada no projeto apresentado ao edital, foi ampliada com algumas novas aquisições de pesquisadores. O economista Alberto Handfas foi incorporado ao grupo da Unifesp-Osasco para colaborar com um capítulo sobre a conjuntura e o contexto econômico nacional em que o ciclo de greves se produziu. Na equipe da UFABC foram chamados Karen da Fonseca, Sidney Jard da Silva, Eduardo Rodrigues e Maria Gabriela Marinho, que contribuíram com a análise do discurso produzido pela grande imprensa paulista sobre as greves dos metalúrgicos do ABC, e tivemos a oportunidade de convidar Kimi Tomizaki, da Faculdade de Educação da USP, especialista no estudo das diferentes gerações de

metalúrgicos do ABC, para colaborar na pesquisa feita sobre esses mesmos operários. Na UFPB/UFCG (o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho – LAEPT integra pesquisadores das duas universidades) foi formada uma equipe incluindo a professora Valéria Aldeci Costa, da Faculdade de Serviço Social, o doutorando Eduardo Donato (que é também técnico nas artes cinematográficas, tendo trabalhado anteriormente na TVT e feito mestrado em Antropologia Visual no *campus* de Rio Tinto da UFPB), os mestrandos Claudiana Barbosa, Maressa Dantas e André Paulo e a graduanda Bárbara Costa.

As equipes planejaram suas atividades a partir das primeiras reuniões conjuntas, a primeira no Rio de Janeiro, nos dias 27 e 28 de abril de 2017, no Colégio Brasileiro de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CBAE/UFRJ). Outras se seguiram ao longo de 2017, 2018 e 2019.<sup>1</sup> Na primeira reunião foram estabelecidas as orientações específicas para a pesquisa e algumas questões iniciais, quais sejam: a) que setores de trabalhadores no interior das respectivas categorias profissionais foram mais importantes na implementação do movimento? b) quais os repertórios de ação utilizados? c) qual o papel do uso da Justiça do Trabalho no desenrolar das greves e depois no cotidiano? d) com que tipos de assessorias contavam? e) que alianças foram estabelecidas com outros setores da população? f) que formas de comunicação tinham essas categorias metalúrgicas entre si e delas com o sindicalismo de trabalhadores rurais? g) como o movimento sindical trazia repercussões às famílias; h) como se dava a participação

---

<sup>1</sup> O resultado da aprovação e seleção do presente projeto foi divulgado no final de 2016. Naquele final de ano as equipes de pesquisa foram recontatadas, pois houve um lapso de um ano desde a entrega do projeto no prazo estabelecido pelo edital da Capes. Nesse interim houve a abrupta mudança na administração federal, aí incluída a do MEC que concebeu o edital em 2015. Felizmente a administração seguinte da Capes, ainda mantendo uma tradição acadêmica, implantou o edital, e entre janeiro e março foram se dando os procedimentos administrativos do projeto na sua parte financeira e na implantação das bolsas previstas. A pesquisa contou também com recursos do Edital Universal do CNPq 2016-6 (projetos com a mesma temática) e da Faperj (Bolsa CNE e projeto Edital Áreas Temáticas, ambos de 2013).

no movimento das mulheres; i) como o movimento dos anos 1970/1980 é visto pelas novas gerações?

Ainda na primeira reunião conjunta dos coordenadores das equipes foi realizada uma mesa-redonda, aberta ao público, sobre a comparação entre a história do sindicalismo urbano e o sindicalismo rural.<sup>2</sup> A reunião de equipe seguinte aconteceu em setembro no Rio, por ocasião do encontro da Associação Brasileira de Estudos sobre Trabalho (Abet). Também participamos da mesa-redonda dedicada à nossa pesquisa nesse encontro.<sup>3</sup> Também em novembro de 2017 dois pesquisadores da equipe coordenadora do Rio (José Sergio L. Lopes e Moacir Palmeira) foram à Paraíba e a Pernambuco para participarem de reunião presencial com a equipe da UFPB e integrarem a pesquisa de campo feita juntamente com essa equipe.<sup>4</sup> Na ocasião foram filmadas entrevistas com dirigentes e assessores históricos (além de assessoras mais jovens) da Fetape na própria visita à Academia Sindical dessa federação situada no Centro Social de Carpina, em Pernambuco. Finalmente, em dezembro de 2017, o coordenador do projeto deslocou-se para a UFABC para reunir-se com as equipes dessa universidade e da Unifesp-Osasco, ocasião em que Kimi Tomizaki (Educação/USP) somou-se à pesquisa.

---

<sup>2</sup> Mesa sobre “Memória das greves nos mundos urbano e rural”, com a presença de Roberto Vêras de Oliveira (UFPB), Marilda Menezes (UFABC), Murilo Leal Pereira Neto (Unifesp-Osasco); primeira apresentação pública das intenções iniciais do projeto “Memórias cruzadas, histórias específicas”, inaugurando ciclo de dez palestras sob a temática “Estado, políticas sociais, movimentos sociais; história e atualidade”, dia 28 de abril de 2017, no Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ (disponível em: <http://cbae.ufrj.br/index.php/eventos/aconteceu/2017/eventos2017/120-280417>).

<sup>3</sup> “Ciclos de greves em perspectiva comparada: trabalhadores rurais e operários entre as décadas de 1970 e 1980”. Mesa-redonda realizada na Abet em 8 de setembro de 2017, com José Sergio Leite Lopes, Antonio Carriço, Jaime Santos Jr. e Marta Cioccarri.

<sup>4</sup> A palestra “Etnografia e história comparada de movimentos de trabalhadores no campo e na cidade”, proferida por Moacir Palmeira e José Sergio Leite Lopes, no âmbito das atividades culturais do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ocorreu no dia 17 de novembro de 2017 no *campus* daquela universidade em João Pessoa. Seguiu-se o trabalho de campo em Carpina (PE) no Centro Social da Fetape. Em seguida houve palestras, nos dias 21 e 22 de novembro, no VII Encontro TRT/UFPE/Anpuh, realizadas no Departamento de História da UFPE.

A distribuição dos trabalhos entre as equipes logo foi se estabelecendo. A do Rio ficou responsável pelo processamento do material acumulado no Memov relativamente aos trabalhadores rurais, por fornecer retaguarda para o trabalho de coordenação-geral e centralizar o arquivamento digital (que envolve classificação e fichamento) do que as equipes recolheram como objetos de pesquisa relevantes. Além disso, seguia procedendo a um levantamento de acervos a serem trabalhados a fim de se fazer uma seleção de materiais pertinentes à coleção que o projeto vinha formando. A equipe da UFPB fez trabalho de campo junto a antigos militantes sindicais e para-sindicais da Paraíba e de Pernambuco, tendo escolhido Goiana, município limítrofe entre os dois estados, como foco de suas pesquisas, pois o LAEPT já vinha estudando os trabalhadores da Fiat Jeep, fábrica automobilística ali situada.<sup>5</sup> A equipe da Unifesp vinha levantando materiais em fontes históricas do Sindicato dos Metalúrgicos, do Centro de Memória Sindical, do IIEP (núcleo de pesquisa histórica ligado ao movimento pela memória da antiga Oposição Sindical Metalúrgica) e da Pastoral Vergueiro. A equipe da UFABC tratou de forma etnográfica seu percurso entre os diferentes setores do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, na escolha dos entrevistados e nas visitas ao centro de memória em constituição naquele sindicato. Além disso, entrevistou diversos membros da Associação dos Metalúrgicos Aposentados e Anistiados do ABC, a AMA-A. Defrontou-se com as tensões implícitas às usuais disputas de memória, dando inicialmente ênfase a aspectos menos estudados na bibliografia pertinente, como a participação feminina no movimento, a presença da Igreja Católica no sindicalismo e nos bairros operários entre os anos 1950 e 1980, a memória dos trabalhadores de origem nordestina e suas experiências de migração, aspectos também pertinentes aos outros

---

<sup>5</sup> Posteriormente, a equipe da UFPB/UFCEG enveredou pelo veio do sindicalismo na Paraíba, cuja presença de lideranças femininas é marcante.

grupos sociais estudados na pesquisa.<sup>6</sup> Kimi Tomizaki selecionou aspectos de seu banco de dados sobre os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC para guiar sua colaboração no projeto.

Assim como foi feito em Pernambuco em novembro de 2017, em julho de 2018 fizemos uma visita de campo a São Paulo e ao ABC, com a participação de diversos membros das equipes da UFRJ e da UFPB. Tivemos uma jornada intensa no dia 10 de julho, realizando entrevistas no SMABC com membros da AMA-A; com a diretoria executiva do sindicato, que se reunia no mesmo dia; com técnicos do Centro de Formação Celso Daniel; com técnicos da TVT; e com assessores do Centro de Documentação do Sindicato do ABC. No dia seguinte fomos à sede do Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP) para entrevistar seu coordenador, Sebastião Neto, a coordenadora do Centro de Memória da Educação da Feusp, Carmem Sylvia Moraes, e outros colaboradores. No dia 11 de julho, entrevistamos Antonio Marques, coordenador do Centro de Documentação de Memória Sindical (Cedoc) da CUT, na sede dessa central sindical. Fizemos ainda na Feusp, acolhidos por Kimi Tomizaki, uma reunião geral das equipes do projeto, presentes em grande número na ocasião, e ainda tivemos a oportunidade de fazer uma apresentação pública do projeto em uma mesa-redonda constituída para esse fim na IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais.<sup>7</sup> Finalmente, em

---

<sup>6</sup> Finalmente, foi escolhido o tema das mulheres no sindicato para ser tratado em um dos capítulos escritos pela equipe da UFABC (“À margem da história? Mulheres metalúrgicas e a memória das greves do ABC (1978-1983)”, p. 227 desta coletânea), dando margem, assim, à comparação com a mesma participação feminina no sindicalismo de trabalhadores rurais da Paraíba e de Pernambuco, abordado no capítulo escrito pela equipe da UFPB, “Memória, gênero e honra no Nordeste canavieiro: entre as lutas do passado e os desafios do presente” (p. 267). Para o tema da memória dos trabalhadores de origem nordestina, ver o capítulo de Marilda Menezes, “A migração Nordeste-São Paulo e a memória dos trabalhadores”, no livro *Trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais: história e perspectivas*, organizado por José Sérgio Leite Lopes e Beatriz Heredia (Editora UFRJ, 2020).

<sup>7</sup> Mesa-redonda (13 de julho de 2018) na IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais – USP (10-13 de julho de 2018): Movimentos cruzados e histórias específicas de operários e trabalhadores rurais (Análise comparativa dos ciclos de greves iniciados pelos metalúrgicos de São Paulo e do ABC paulista e pelos canavieiros de Pernambuco no final dos anos 1970), com José Sergio Leite Lopes, Alberto Handfas, Roberto Vêras de Oliveira e Marilda Menezes.

novembro de 2018, o coordenador do projeto deslocou-se para João Pessoa para participar de nova reunião com a equipe da UFPB.

Uma estratégia de pesquisa foi concebida pelo projeto no desenrolar das reuniões de equipe: fazer duas reuniões ou oficinas de pesquisa nos dois polos regionais do projeto, reunindo os pesquisadores com pesquisados por eles selecionados, nas quais novos depoimentos seriam colhidos – dessa vez numa dinâmica coletiva que envolvesse a construção de linhas do tempo, discussão em grupos, retorno ao plenário e mesas (ou depoimentos encadeados) segundo certos critérios. Na reunião de Pernambuco o critério foi ter mesas por gerações: os militantes históricos em uma, as novas gerações em outra.<sup>8</sup> Em São Paulo prevaleceu uma divisão por áreas sindicais: os sindicalistas de São Paulo, os de Osasco e Guarulhos, os de São Bernardo em três grupos de discussão diferentes após o debate em plenário da linha do tempo, e em três mesas em seguida, nos dois dias da reunião.

Outra estratégia das duas reuniões foi organizar a ida de dois sindicalistas (um de São Paulo, outro do ABC) para a reunião de Pernambuco e três da Fetape para a reunião de São Paulo, proporcionando um olhar cruzado entre os próprios trabalhadores.<sup>9</sup> Ambas as reuniões tiveram acolhida e resposta quase unânimes dos convidados e provocaram uma visível emoção no reencontro entre os trabalhadores de diferentes gerações nos dois seminários. Embora uma boa parte deles conserve laços que se traduzem em encontros periódicos, outra parte não se via há muito tempo, reforçando a explicitação de bons sentimentos que contagiavam a todos.

---

<sup>8</sup> No dia de nossa chegada a Carpina, no Centro Social da Fetape, após o jantar foi passado o vídeo feito pela equipe da UFPB sobre o congresso da Fetape e a eleição da nova diretoria, seguido de debates entre a plateia de pesquisadores e sindicalistas locais. Nesse congresso a equipe também distribuiu um questionário para todos os delegados e participantes. A apuração desse questionário está na lista das análises que a coleta de vasto material jogou para o futuro, no leque de desdobramentos possíveis das equipes locais, ou das equipes em rede.

<sup>9</sup> A reunião de pesquisa em Pernambuco foi feita nos dias 7, 8 e 9 de abril de 2019; a de São Paulo foi em seguida, nos dias 2 e 3 de maio. Ambas tiveram por título “Greves de canavieiros e metalúrgicos: memória e futuro”.

Pudemos observar nessa pesquisa e em outras anteriores que, na construção da memória (nesse caso, dos trabalhadores), há uma tendência ao abrandamento de conflitos do passado e uma cooperação de antigos rivais em nome da difícil reconstituição de memórias subterrâneas. Embora possam sempre aflorar disputas pela memória, certos dissensos no consenso, no entanto, em muitos casos tende a prevalecer a necessidade comum de reconstrução do passado.

Alguns agradecimentos a tantas pessoas envolvidas nesse projeto coletivo se fazem necessários. A fraternidade de equipe de trabalho alcançada pelos pesquisadores no seu conjunto e também individualmente através do projeto é muito gratificante.

No que concerne à coordenação-geral da pesquisa só temos a agradecer à forte presença de Beatriz Heredia, co-coordenadora do projeto, falecida em outubro do ano passado, que marcou toda a equipe com sua abnegação no trabalho e influência na organização do processo de investigação, mesmo em condições de saúde declinantes. Fazia isso entre outras atribuições como vice-diretora do CBAE.

Miriam Starosky, servidora do CBAE e uma das fundadoras do Memov, foi uma organizadora geral da pesquisa em múltiplos aspectos, desde a logística do projeto (planejamento das ações, gestão financeira) até seu engajamento na parte arquivística da pesquisa – tanto na sua organização digital quanto no trabalho de campo de investigação e obtenção dos dados e na seleção dos documentos coletados. Esse engajamento se dava paralelamente a suas tarefas de direção administrativa do CBAE em seu conjunto.

No último ano do projeto, José Carlos Matos Pereira foi inserido após edital de seleção para atuar como pesquisador e também como organizador da fase final (através de outros recursos do CBAE). Antonio



Cariço atuou mais intensamente no seu período como bolsista de pós-doutorado nas tarefas gerais de organização da pesquisa e do acervo e depois iniciou o desbravamento do material audiovisual da coleção Memória Camponesa; colaborou também nessas tarefas gerais Jaime Santos Jr., outro bolsista de pós-doutorado, apesar de associado à equipe da UFABC. Jardel Leal, economista do Dieese, ex-operário da indústria naval, foi um assessor voluntário do projeto, compareceu a várias reuniões de equipe e ao Seminário de Pesquisa em São Paulo. Desde que participou do projeto sobre “Movimentos sociais e esfera pública”, em 2013 e 2014, realizada por pesquisadores reunidos pelo CBAE, ele atua nas atividades do Memov. As pesquisadoras de iniciação científica Anna Ramos Fernandes e Anne Rosso foram incansáveis no trabalho de busca de materiais em acervos no Rio de Janeiro e em São Paulo, assim como trabalharam no arquivo digital do Memov sob a supervisão de Miriam Starosky.<sup>10</sup>

O Setor de Memória e Arquivos do Museu Nacional (Semear) nos recebeu na nossa tentativa de digitalização e classificação da coleção Lygia Sigaud e da História da Contag, esta doada por Moacir Palmeira. Esses trabalhos foram interrompidos pelo incêndio de setembro de 2018. Agradecemos a Maria das Graças Freitas e Jorge Dias pela acolhida que tivemos. No Amorj (Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro do PPGSA/IFCS/UFRJ), Elina Pessanha e Rodrigo Guedes nos deram guarida para a pesquisa no seu rico acervo. Rodrigo nos proporcionou um apoio cotidiano na frente de trabalho que formamos para dar conta do que nos interessava naquele arquivo (um dos pioneiros no assunto).

Algumas instituições de memória dos trabalhadores que foram iniciativa dos próprios trabalhadores, como é o caso do IIEP e do Projeto Memória da Oposição Metalúrgica de São Paulo, assim como o da Academia Sindical

---

<sup>10</sup> Enquanto este livro esteve no prelo, a equipe foi acrescida pelos pesquisadores bolsistas de iniciação científica Laís Marçal e Phillip Mazza, ambos do Instituto de História da UFRJ. Também fomos auxiliados pela arquivista Maristela Santiago e pela bolsista de pesquisa Fernanda Abreu (substituída em seguida por Bianca Rihan), vinculadas ao Memov.

da Fetape, têm uma relação duradoura com o Memov. Sebastião Neto, coordenador do IIEP, tem sido um parceiro do Memov desde sua criação, em 2014.<sup>11</sup> Biu da Luz (Severino Francisco da Luz Filho), que coordena desde 2012 a Academia Sindical, tem relações longevas com pesquisadores do Museu Nacional desde que alguns destes, como Moacir Palmeira e Beatriz Heredia, fizeram pesquisa no polo de trabalhadores da cana de Carpina desde os primeiros anos da década de 1970. Tais relações de pesquisa se fortaleceram com o engajamento de antropólogos na assessoria do MSTR (caso de Moacir Palmeira, assessor da Contag por cerca de quinze anos, e de Afrânio Garcia Jr., que foi assessor da Fetag-RJ de meados dos anos 1970 até o início dos 1980). Assim, as relações duradouras de José Francisco da Silva (ex-presidente da Contag em seu período de construção, 1968-1989), Josefa Martins (Zefinha, ex-assessora da Fetape-Contag), Biu da Luz, Beija Flor (Severino Domingues de Lima), José e Georgina Rodrigues, José Paulo de Assis, Amaro Biá (Amaro Francisco da Silva), Sebastião Santiago (e outros) com os pesquisadores do Museu Nacional foram continuadas pela equipe da UFPB/UFCG. Essa equipe, além disso, renovou relações anteriores com os/as dirigentes sindicais das novas gerações, como Cícera Nunes da Cruz (nova presidenta da Fetape), Gilvan Antunis (novo presidente da Fetape), Maria Jenusi Marques da Silva (diretora de organização e formação sindical), entre outros. Endossamos assim a nota da equipe da UFPB/CG enviada para nós

---

<sup>11</sup> Murilo Leal, da equipe da Unifesp-Osasco, mantém uma relação estreita com o IIEP, como pesquisador engajado no Projeto Memória da Oposição Metalúrgica de São Paulo. Assim, a organização da 2ª Reunião de Pesquisa, realizada no início de maio em São Paulo, foi feita em parceria com o IIEP, que contribuiu com a lista de convidados e a preparação da infraestrutura dos locais da reunião e de hospedagem. Após a reunião, faleceram, alguns meses depois e sucessivamente, Lucio Bellentani – sindicalista histórico que foi preso e torturado no início dos anos 1970, dentro da VW no ABC, e se tornou um ícone da luta pela reparação pelas empresas que colaboraram com a repressão durante a ditadura – e Amaro Biá – não menos histórico, sindicalista de Barreiros, em Pernambuco, desde 1954. Como a reunião foi filmada por Eduardo Donato e Agustin Kammerath, foram feitas edições de cinco minutos das suas respectivas falas, Amaro Biá na reunião de abril e Bellentani na de maio, permitindo que se fizesse uma homenagem a essas duas biografias.

para fins de agradecimentos.<sup>12</sup> Além de entreter relações com os dirigentes das novas gerações e ter acompanhado o congresso da Fetape e o da Fetaepe realizados em 2018, essa equipe, ao apostar no município de Goiana como um de seus focos, contribuiu para se estender o período de greves intensas para mais perto da atualidade, como foi o caso da greve de 1998, quando houve violenta repressão a um piquete em Goiana, envolvendo a Polícia Militar e o setor de vigilância armada da usina. Na ocasião, um trabalhador foi morto e vários foram feridos a bala, gerando repercussões na Justiça que só tiveram alguma resolução em 2019, após ser considerado um dos maiores processos do Tribunal de Justiça de Pernambuco.<sup>13</sup> Na origem desses movimentos nos anos 1990 participaram os sindicalistas José Mendes e Marinete de Itambé (Marinete Pereira dos Santos), ambos convidados pela equipe para o seminário de Carpina em abril de 2019. Também o investimento da equipe UFPB em Alagoa Grande, na Paraíba, trouxe para os resultados do projeto o protagonismo feminino das contemporâneas ou descendentes de Margarida Maria Alves e Penha (Maria da Penha do Nascimento Silva), tais como Maria da Soledade Leite (cantadora repentista que, junto com Beija Flor, se exibiram durante a nossa reunião de abril), Neide Nascimento Silva (filha de Penha) e Taciana Nascimento Silva (neta). Para completar esse lado da descendência de antigas lideranças, esteve presente à nossa reunião de abril Paulo Roberto da Costa (Beto), sindicalista dos assalariados de São Lourenço da Mata, filho de Agábito Francisco da Costa, grande liderança das greves de 1979 e dos anos 1980, presidente do sindicato do referido mu-

---

<sup>12</sup> Fazemos um agradecimento especial à Fetape e à Fetaepe, representadas por seus presidentes, Cícera Nunes da Cruz e Gilvan José Antunis, respectivamente; também à Academia Sindical, na pessoa de Biu da Luz; ao STR Goiana, na pessoa do presidente, Carlos; e a todos os entrevistados e entrevistadas que generosamente dispuseram de seu tempo para deixar seu depoimento à equipe de pesquisa. Em especial, à memória de Amaro Biá, liderança dos canavieiros em Barreiros desde os anos 1960, que participou do seminário do projeto em Carpina, em abril de 2019. (equipe da UFPB/UFCG).

<sup>13</sup> Cf. Comissão Pastoral da Terra. *Massacres no campo*. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/4322-condenados-apos-20-anos-comandantes-sao-condenados-por-assassinato-de-canavieiro-em-goiana-pe>. Acesso em: 19 out. 2019.

nicípio que, junto com Beija Flor de Paudalho, saía sempre na frente das greves, em virtude do alto grau de mobilização de suas bases.

No Rio de Janeiro, agradecemos a assessoria voluntária de Regina Novaes (UFRJ, UniRio) e José Roberto Novaes (UFRJ), sobretudo na parte relativa à rememoração das greves dos canavieiros na Paraíba e em Pernambuco, visto que, no momento das greves de 1979 até 1984, estavam na então UFPB – *campus* Campina Grande (hoje UFCG) – e participavam ao mesmo tempo na rede Contag-Fetape e nas oposições sindicais da Paraíba e nas entidades de direitos humanos da diocese de Dom José Maria Pires em João Pessoa e de Marcelo Carvalheira em Guarabira.<sup>14</sup>

Ainda na linha da acolhida oferecida pelas entidades arquivísticas que têm por origem iniciativas sindicais, gostaríamos de agradecer a Antonio Marques, coordenador do Centro de Documentação e Memória Sindical (Cedoc) da CUT,<sup>15</sup> bem como a Carolina Maria Ruy e Gabriela Moreira, do Centro de Memória Sindical (CMS) do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, associado à Força Sindical, que prestaram toda assistência às pesquisadoras Anna Fernandes e Anne Rosso.

Também agradecemos a Antonio Montenegro (UFPE) e Marcília Gama (referidos na nota 4, acima) pela acolhida em suas instituições e pelas perspectivas de colaborações futuras; aos servidores que nos deram suporte na Fundação Joaquim Nabuco, assim como à Fase Pernambuco, na pessoa de Evanildo Barbosa da Silva e Luísa de Marilac, que nos emprestaram materiais audiovisuais antigos para serem digitalizados no Rio.

---

<sup>14</sup> Ver, por exemplo, o registro em áudio do evento do CBAE em 5 de maio de 2017: *Sobre a memória do sindicalismo rural – anos 80*. Beto Novaes (IE-UFRJ), Regina Novaes (IFCS-UFRJ) e Moacir Palmeira (MN-UFRJ). Disponível em: <http://cbae.ufrj.br/index.php/eventos/aconteceu/2017/eventos2017/122-20170505>. Acesso em: 19 out. 2019.

<sup>15</sup> O Cedoc da CUT teve a iniciativa de associar-se ao Arquivo Nacional para uma série de seminários e livros na série “O mundo dos trabalhadores e seus arquivos”. Do primeiro livro dessa série nos interessaram particularmente os capítulos “Os trabalhadores e seus arquivos: questões em torno da recuperação das lutas no campo”, de Leonilde Medeiros, “As políticas documentais da CUT e a criação do Cedoc”, de Antonio Marques, e “Memória dos trabalhadores: contribuição do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro”, de Elina Pessanha e Marcos A. S. Rodrigues.

Muitos desses materiais de Pernambuco foram obtidos na semana seguinte à segunda reunião de pesquisa em abril, numa ofensiva de coleta que envolveu Miriam Starosky, José Carlos Matos Pereira e Antonio Carriço.

A equipe da UFABC deseja registrar seus agradecimentos – a que nós, como coordenação do projeto, nos juntamos – ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC através de seu atual presidente, Wagner Santana (Wagnão); ao Centro de Memória, Pesquisa e Informação (Cempi), nas pessoas de Raquel Camargo, Cinthia Fanin e Cibele Souza; à Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistiandos do ABC (AMA-A ABC), em particular a João Paulo de Oliveira, Cláudio Rosa, Elenice Bezerra e Augusto Portugal. Essas pessoas tiveram uma importante participação ao abrir caminhos para a pesquisa no interior ou em torno do sindicato icônico dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, posteriormente do ABC, que vai renovando suas maneiras de até hoje ocupar o centro da cena política do país. Essa renovação com novas gerações depende da experiência de inclusão e rotatividade dos delegados e comissões de fábrica na diretoria, de sua assessoria de formação (coordenada atualmente pelo historiador e assessor Hélio da Costa), pela sua experiência como “sindicato cidadão” e por suas inovações, como, por exemplo, bancar a ousadia de ter servido de berço à TTV,<sup>16</sup> a que hoje recorremos na internet ou por meio de canais comunitários, como alternativa rara ao monopólio de fato, que defende o neoliberalismo e um conservadorismo diversificado, exercido pelas grandes emissoras de TV.

O edital que deu origem a esse projeto supunha como produtos um livro (de acesso gratuito, como este) e um material didático para o Ensino Médio. Uma equipe de diretores (José Sergio Leite Lopes e José Carlos Matos Pereira), de roteiristas (os dois anteriores e Miriam Starosky) e de argumento (Thiago Peres) contaram com a colaboração de Rafael Favilla

<sup>16</sup> Emissora educativa outorgada à Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho, entidade cultural sem fins lucrativos, mantida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e pelo Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região.

(produtor) e Adalberto Fritto Jr. (editor) para apresentar o vídeo *Direitos em construção permanente*, de 21 minutos, a ser colocado no site do Memov para livre acesso através do Youtube.

Resta-nos agradecer ainda o suporte oferecido pela equipe de servidores do CBAE, assim como pela do Fórum de Ciência e Cultura (FCC-UFRJ). Gostaríamos também de agradecer a Thyago Machado por seu trabalho fora das horas de expediente para completar a contabilidade do projeto em seus últimos meses.

A hierarquia do apoio ao projeto, no seu período de implantação nas instâncias universitárias da UFRJ, envolve o coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS-MN), também nosso colega próximo de pesquisa John Comerford; a chefa do Departamento de Antropologia do MN, Edmundo Pereira; a diretora do Museu Nacional, Cláudia Rodrigues; a pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, Leila Rodrigues; e o reitor Roberto Leher. Destacamos a presteza de Leila Rodrigues na Pró-Reitoria na qual se dão as relações diretas com a administração da Capes. Os funcionários do setor Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais, da Capes, foram sempre solícitos às nossas demandas.

Gostaríamos de agradecer à Editora UFRJ, nas pessoas de Michel Misse, Diretor à época em que o livro foi concebido, de Fernanda Ribeiro, Diretora Adjunta, e Thiago Lins, Diretor Editorial, pela competência ao lidar com o projeto de edição deste livro e pela gentileza ao lidar com os atrasos por parte do coordenador do projeto.<sup>17</sup>

O material acumulado pela pesquisa dará seus frutos ao longo do tempo, com desdobramentos próprios no âmbito das equipes locais ou sob a forma dessa mesma rede que se formou no projeto. Continuar com tais trabalhos ao lado das outras tarefas universitárias dos pesquisadores,

---

<sup>17</sup> Na maratona dos últimos dias de produção do livro gostaria de agradecer o trabalho e a dedicação de Cecília Moreira, Maíra Alves e Marisa Araujo.

seguir desenvolvendo relações com as organizações de trabalhadores tais como as que foram aqui fortalecidas, são essas atividades que nos animam a resistir nos tempos difíceis que atravessamos. Na esperança também de que a memória aqui registrada possa servir de instrumento de apropriação pelas novas gerações a fim de receber o bastão dos mais antigos e reinventar as formas de luta nos novos tempos.

## Introdução

*José Sergio Leite Lopes<sup>1</sup>*

As greves dos metalúrgicos de São Paulo e do ABC e as dos canavieiros de Pernambuco são algumas das que se incluem no grande ciclo de greves que se espalhou pelo país no terço final do período da ditadura militar, entre 1978 e 1985, e tiveram continuidades posteriores.

Este livro, ao apresentar os primeiros resultados do projeto “Movimentos cruzados, histórias específicas”,<sup>2</sup> abre uma linha de pesquisa que propõe a comparação entre práticas de lutas por direitos exercidas por trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais.<sup>3</sup> Entre os vários episódios exemplares de lutas do povo brasileiro selecionados para terem um lugar importante na memória transmitida entre gerações figuram certamente os das greves dos metalúrgicos de São Paulo (e Osasco e Guarulhos) e do ABC paulista, entre os operários urbanos, por um lado, e, por outro, os das greves dos canavieiros de Pernambuco (e Paraíba e Rio Grande do Norte) no final dos anos 1970-início da de 1980.<sup>4</sup> A escolha das categorias de grevistas visa privilegiar a comparação entre o sindicalismo de trabalhadores numa situação urbano-industrial e numa situação rural, para se ter uma ideia mais ampliada das lutas de dois setores importantes das clas-

---

<sup>1</sup> Muitas das reflexões aqui escritas foram elaboradas e discutidas com a co-coordenadora desse projeto, Beatriz Heredia, falecida em outubro do ano passado, em plena atividade.

<sup>2</sup> “Movimentos cruzados e histórias específicas de operários e trabalhadores rurais. Análise comparativa dos ciclos de greves iniciados pelos metalúrgicos de São Paulo e do ABC paulista e pelos canavieiros de Pernambuco no final dos anos 1970”.

<sup>3</sup> O espaço a ser ocupado por uma análise comparativa sistemática dos movimentos de operários industriais e de trabalhadores rurais tem permanecido ainda praticamente vazio nas ciências sociais brasileiras, mas em processo de ocupação. A especialização profissional dos estudiosos do trabalho industrial, por um lado, e dos estudiosos do campesinato e dos trabalhadores rurais, por outro, tem sido um obstáculo de difícil superação, que abarca antropólogos, sociólogos e historiadores.

<sup>4</sup> A preocupação com a memória transmitida entre as gerações sobre indivíduos e sobre eventos e processos coletivos escolhidos na história do Brasil está presente no edital “Memória/Conflitos”, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), de que a pesquisa que deu base a este livro é tributária. Além do livro, está previsto um vídeo didático de curta-metragem para o Ensino Médio que também possa traduzir os resultados da pesquisa.



ses trabalhadoras brasileiras desde que o direito à sindicalização foi estendido ao campo, em 1963, trinta e dois anos após sua vigência na cidade, em 1931. A comparação é, assim, uma oportunidade de analisar recorrências e diversidades entre esses setores.<sup>5</sup>

A comparação pode ser feita segundo uma série de fatores, muitos dos quais serão tratados (ou estarão presentes nas entrelinhas) nos capítulos a seguir.

Como está a situação desses sindicatos e dessas categorias quando é dado o golpe militar de 1964? Como tais sindicatos se reconstituem após as primeiras intervenções e perseguições aos seus militantes?

Como as lutas mais defensivas dos anos anteriores às greves que se iniciam em 1978 têm importância no desencadeamento de ações mais coletivas subsequentes?

Quais os repertórios utilizados pelos diferentes sindicatos durante os processos grevistas?

Como se colocaram essas lutas para as famílias dos trabalhadores, como foi a experiência comparativa entre homens e mulheres vista no momento dos conflitos e depois retrospectivamente?

Como foram vistas essas lutas pela imprensa e pelo aparato repressivo da ditadura?

Com que formas de assessoria contavam os sindicatos e como foram utilizadas?

Que experiências com uma carreira política tiveram os sindicalistas?

Como a memória dessas lutas está sendo elaborada e transmitida?

---

<sup>5</sup> O tema dos fenômenos e processos grevistas está presente em textos clássicos das ciências sociais e da história. Duas obras que têm as greves como preocupação central para o estudo dos processos de transformação são a do do antropólogo/sociólogo Lloyd Warner (1965 [1947]) e o da historiadora social Michelle Perrot (1971). Há, ainda, as anotações sugestivas de Pierre Bourdieu sobre o assunto (Bourdieu, 2019 [1981]). Também as obras de Charles Tilly e Sidney Tarrow (ver Tarrow, 2009 [1998]) nos fornecem instrumentos importantes para a análise de processos de transformação social tais como revoluções, guerras, greves; e o capítulo 1 deste livro, escrito por Murilo Leal, apresenta uma utilização desse instrumental para a presente pesquisa sobre greves e ciclos de greves.

Essas são questões que esta Introdução irá parcialmente abordar, e os capítulos subsequentes irão desenvolver e sugerir linhas de aprofundamento posteriores (muitas delas de iniciativa das diferentes equipes da pesquisa e de seus pesquisadores).<sup>6</sup>

### **A reconstituição do movimento sindical pós-1964, pré-1978: lutas defensivas, anos 1970**

Nesse período entre 1964 e 1977 se forma o processo complexo, não intencional, de múltiplas determinações que irão criar as condições para o surgimento dos movimentos coletivos e de greves de massa que se desencadeariam a partir de 1978. Em grande parte tais processos são invisíveis à observação dos pesquisadores ou ao conhecimento de um público maior.<sup>7</sup>

As duas primeiras perguntas mais acima (p. 24) trazem respostas diferenciadas nos três principais casos analisados (metalúrgicos de São Paulo; metalúrgicos de São Bernardo do Campo; canavieiros do sistema Fetape-Contag). Enquanto no primeiro caso o grupo ligado à intervenção sindical pós-1964 se consolida vencendo as eleições subsequentes e tem uma oposição sindical que vai se constituindo e se perenizando paralelamente à direção do sindicato, nos dois outros casos o período da intervenção é menos destruidor e permite que um trabalho mais combativo ressurgja no interior das diretorias. No caso de São Bernardo, isso se constitui lentamente ao longo dos anos 1960 e 1970; no caso da Fetape, o período de intervenção é menos eficaz quanto ao impedimento da continuidade de uma diretoria

---

<sup>6</sup> Como é frequente no caso de projetos de pesquisa coletivos como esse em que se baseia o presente livro, o material coletado no tempo delimitado pelo projeto é muito superior à capacidade de análise no mesmo período. Assim, esse material dará margem a múltiplos desenvolvimentos pelos membros do projeto, ou ainda por terceiros, visto que uma das intenções que guiaram a equipe é a da formação de um acervo digital de fácil consulta pública sobre o assunto, com a colaboração de pesquisadores e movimentos sociais.

<sup>7</sup> Exemplo dessa luta de classes cotidiana e invisibilizada na região canavieira pernambucana é tratado de forma exemplar no artigo “Conflitos de classe em regime autoritário: o caso do Nordeste”, de Moacir Palmeira, incluído neste livro. Uma análise semelhante quanto às condições de trabalho não menos invisíveis no início dos anos 1970 nas fábricas metalúrgicas do ABC e de São Paulo se encontra em Abramo (1999, capítulos 1 e 2).

sindical mais combativa na defesa dos direitos anteriormente conquistados. Essa história diversificada da reconstrução dos sindicatos após o período de intervenção no pós-1964, e ainda de como se dá a acumulação de forças durante os sete primeiros anos da década de 1970, é fundamental para explicar os conflitos coletivos e massivos que vêm à tona quando as greves de 1978 e de 1979 eclodem.

Para se ter uma ideia numérica da repressão ao sindicalismo em escala nacional e nas áreas onde nossos casos estão situados, há estimativas de que logo após o golpe militar 44 dirigentes sindicais tiveram seus direitos políticos suspensos e 761 entidades sofreram intervenções do Ministério do Trabalho (15% do total dos sindicatos existentes naquele momento). O maior número de intervenções ocorreu no Nordeste (322 sindicatos, 42,32% do total), seguido pelo Sudeste (301 sindicatos, 39,55% do total), sendo que os estados que apresentaram os maiores números foram Pernambuco, com 23,25% do total, e São Paulo, com 22,99%, o que daria 176 e 174 sindicatos respectivamente (Souza Martins, 1979, p. 99-101).<sup>8</sup> O movimento dos canavieiros se beneficiou do fato de que o auge do movimento dos trabalhadores rurais coincidiu com a institucionalização do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em março de 1963. Essa é uma diferença do que aconteceu com a promulgação da CLT em 1943 num regime autoritário que estava distante das mobilizações operárias do final dos anos 1910 ou mesmo das mobilizações ocorridas até 1935, fazendo com que a ideia da conquista de direitos pudesse ser ofuscada por uma pretensa dádiva do Estado.<sup>9</sup>

Esse impulso dado pelas lutas camponesas no período anterior a 1964, com as Ligas Camponesas sendo acompanhadas e sucedidas pelos sindi-

---

<sup>8</sup> Para as graves violações de direitos humanos nesse período, concernentes aos militantes de entidades de trabalhadores, ver, na área rural, Carneiro e Cioccarri (2010); e na área urbana, ver IIEP-Comissão Nacional da Verdade (2015).

<sup>9</sup> Por outro lado, o auge mobilizatório do sindicalismo de trabalhadores urbanos no mesmo período do início dos anos 1960 não é tão inédito quanto o do novo personagem do trabalhador rural, cuja situação de pobreza e subordinação social tornaria mais legítimas suas reivindicações no espaço público daquele momento.

catos legalizados através do ETR, foi bastante forte e continuou após a repressão desencadeada pelo Golpe de 1964. A concorrência política na fundação de sindicatos e na luta pela extensão de direitos por parte de forças diversas como o PCB, as Ligas Camponesas e a Igreja Católica resultou em que o setor menos reprimido dos católicos no pós-1964 pudesse reconstituir o movimento sindical. Com forte presença na Mata Norte do estado, os municípios de Nazaré da Mata, Vicência e Timbaúba tinham presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) que viriam a se destacar nas direções da federação e da confederação nacional entre 1963 e 1968 e nos anos seguintes. O setor católico dos sindicalistas estava presente na direção da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (Fetape) de 1963: o presidente, Manoel Gonçalo, do município de Panelas (este, pertencente então à organização Ação Popular – AP), provinha dessa formação, assim como o tesoureiro, Severino Manoel Soares, de Timbaúba. Eles ladeavam a diretoria com o secretário José Eduardo de Lima Filho, presidente do poderoso sindicato de Palmares, ligado ao Partido Comunista, assistido por Gregório Bezerra. Essa presença de sindicalistas pernambucanos de origem católica estava também inscrita na diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), tanto antes quanto depois de 1964, pois Manoel Gonçalo teria participado da primeira diretoria da entidade liderada por Lindolfo Silva, dirigente comunista de São Paulo (Abreu e Lima, 2010, p. 61). Com a prisão e tortura do presidente da Fetape, Manoel Gonçalo, e a fuga do secretário, José Eduardo, foi feito um acordo do campo católico com as novas autoridades para que houvesse a renúncia do presidente anterior, a ser substituído pelo tesoureiro Severino Soares, de Timbaúba.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Severino Soares, que ocupou a presidência numa intervenção branca, seria quatro anos mais tarde, em 1968, sequestrado por vigias da Usina Cruangi e torturado pela alegação de que não apoiava o candidato da Arena à Prefeitura de Timbaúba e depois passou 180 dias na Casa de Detenção

Assim também, o sindicalista católico Euclides Nascimento, presidente do sindicato de Nazaré da Mata, que era membro do conselho fiscal da primeira diretoria da Fetape de 1963, foi ungido à vice-presidência da Contag de 1965, cujo presidente eleito no mesmo ano, José Rota, dos Círculos Operários de São Paulo, era muito identificado com a intervenção do Ministério do Trabalho em 1964. Vê-se já delineado o futuro conflito entre setores católicos com diferentes historicidades e modos de atuação. Enquanto os Círculos Operários são formados pela Igreja Católica dos anos 1930 contra a influência da esquerda no movimento operário, alguns setores da Ação Católica e de iniciativas pastorais dos anos 1950 para 1960 estão mais próximos das alas renovadoras da Igreja que irão constituir a base do Concílio Vaticano II. Originários dos Círculos Operários serão também outros interventores dos sindicatos dos metalúrgicos no estado de São Paulo, como Joaquim dos Santos Andrade, em Guarulhos, e Orlando Malvezzi, na capital, os quais, depois da eleição do primeiro em 1965, em chapa única ao sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, irão se agrupar nas diretorias eleitas do sindicato desde a segunda metade dos anos 1960 até os anos 1980. Esses mesmos ex-interventores do imediato pós-1964 haviam disputado e perdido as eleições no sindicato dos metalúrgicos em 1961 e 1963, representando um sindicalismo “livre” apoiado por entidades católicas e por federações sindicais norte-americanas ligadas à política externa de seu país, e que se utilizaram de instrumentos de formação de dirigentes sindicais tais como o Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (Iadesil) e o Instituto Cultural do Trabalho.<sup>11</sup>

---

no Recife; depois disso, sem condições de permanecer na região, foi acolhido pelo presidente da Contag em Brasília, José Francisco da Silva. (Carneiro e Ciocari, 2010, p. 75)

<sup>11</sup> Também em Santo André e em São Bernardo do Campo, chapas de oposição às diretorias de composição trabalhista/socialista/comunista, ocupando o espaço da direita no campo sindical, disputaram e perderam eleições no início dos anos 1960. Tratava-se de grupos ligados ao Movimento Democrático Sindical (ou ao Movimento de Renovação Sindical) e a setores da Igreja Católica como a Congregação Mariana (como foi o caso de Pedro Romanich, que depois foi o interventor do sindicato de Santo André). Em Santo André, município que sediava a diocese do bispo Dom Jorge Marcos de Oliveira, no entanto, já se apresentam contradições entre conservadores e progressistas,

Com seu prestígio no sindicalismo católico, Euclides pôde articular a sua candidatura à presidência da Fetape em 1966, quando são convocadas eleições após o período de intervenção, convidando para secretário José Francisco da Silva, então presidente do sindicato de Vicência, e para tesoureiro o sindicalista Sebastião Santiago, que havia sido eleito para a presidência do Sindicato de Palmares. Essa reconstrução da Fetape se deu com a passagem forçada do bastão dos sindicalistas do PCB e das Ligas, perseguidos pela repressão, aos seus suplentes, que continuaram a luta nas novas condições políticas.<sup>12</sup>

Também da vice-presidência da Contag, Euclides promoveu a candidatura de José Francisco à presidência dessa confederação em 1968. Menos visado do que Euclides para pretender ocupar tal cargo resultante de eleição no colégio eleitoral dos presidentes das onze federações então existentes, José Francisco foi eleito por um voto de diferença. Nessa articulação oposicionista muito ajudaram setores do sindicalismo urbano do Rio de

---

com a presença da Frente Nacional do Trabalho, dos setores especializados da Ação católica como a JOC e a ACO; e tal oposição recrudescer em 1965, quando, após os períodos de intervenções pelo Ministério do Trabalho, novas eleições sindicais acontecem. Em Santo André a chapa apoiada pelos interventores tinha por secretário-geral um ex-congregado mariano, ao passo que a de oposição era formada por uma composição entre comunistas e um ex-congregado mariano progressista, a oposição tendo perdido devido a fraudes eleitorais comprovadas. Já na chapa eleita no sindicato de São Bernardo havia três militantes da JOC e dois congregados marianos (ver Martins, 1994, p. 151; 171). Antonio Negro (2004, capítulos 6 e 7) elucida esse período no sindicalismo dos metalúrgicos do ABC e de São Paulo, tendo trabalhado com fontes do setor de acompanhamento trabalhista e sindical dos consulados dos Estados Unidos no Brasil (ver também Larissa Corrêa (2017) sobre as relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura).

<sup>12</sup> Dessa primeira diretoria (Euclides, José Francisco, Sebastião), Euclides foi vetado pela DRT para sua segunda reeleição na Fetape, tendo permanecido como assessor da Federação até o fim da vida; José Francisco foi eleito para a presidência da Contag em 1968 e foi reeleito por sucessivos mandatos até o final dos anos 1980; Sebastião, assim como Biu de Timbaúba, teve de sair do estado no início dos anos 1970 por ameaças de morte em Palmares, tendo sido também acolhido por José Francisco na Contag como funcionário administrativo. Apesar de jovens e recém-chegados ao sindicalismo no pré-1964, esses dirigentes do período posterior tiveram uma inserção precoce antes do golpe: Euclides e José Francisco como promessas da formação sindical católica, o primeiro recrutado para o “apostolado sindical” da diocese de Nazaré da Mata; o segundo, vicentino e monitor dos cursos radiofônicos do MEB; e Sebastião como jovem simpatizante do sindicato “gregorista” de Palmares. José Francisco chegou a participar da delegação da Fetape nas negociações do Acordo do Campo mediado pelo governador Arraes após a greve geral da cana e do açúcar em 1963.

Janeiro, onde a Contag ainda estava sediada, tais como a confederação e os sindicatos de bancários e militantes católicos metalúrgicos.<sup>13</sup> O golpe de 1964 encontra nos metalúrgicos de São Paulo um dos principais sindicatos a neutralizar e controlar, após seu crescimento durante os anos 1950 e 1960, quando se tornaram o maior sindicato em número de associados de São Paulo e do Brasil, e com sua participação nas greves dos 300 mil de 1953, na de 400 mil de 1957 e na de 700 mil em 1963. Nesse período se constituiu como um polo combativo de referência no sindicalismo. Após o golpe, um de seus sindicalistas, Joaquim dos Santos Andrade (Joaquinzão), formado por setores conservadores da Igreja Católica como os Círculos Operários, é eleito presidente em 1965, e ganhará as oito eleições sindicais seguintes. As novas circunstâncias propiciadas pelo golpe, com a perseguição aos dirigentes anteriores, abriram caminho para suas vitórias, que antes de 1964 não foram possíveis, tendo ele perdido as eleições de 1961 e 1963 para diretorias de esquerda. Assim, tendo proclamado seu apoio ao “movimento revolucionário” contra o governo Goulart e participado das marchas da Tradição, Família e Propriedade,<sup>14</sup> foi designado como interventor do sindicato dos metalúrgicos de Guarulhos logo em 1964, tornando-se parte da burocracia ligada ao Ministério do Trabalho, e depois habilitou-se à eleição de 1965 no sindicato de São Paulo. Livre da concorrência com os reprimidos militantes sindicais de esquerda, foi se firmando nesse campo da direita sindical que já se constituía em minoria antes de 1964. Após

---

<sup>13</sup> Em 1966, José Rotta convocou um congresso nacional de trabalhadores rurais, em São Paulo, onde então ficou evidenciada a existência de dois grupos, um ligado ao presidente (Rotta) e outro, crítico ao modelo econômico e político da ditadura. “Em 1967 o Rio de Janeiro é transformado em sede da Conferência Nacional Intersindical, congregando representantes dos trabalhadores rurais, bancários e industriários. Nessa conferência, a defesa da reforma agrária foi unânime, contando com a presença de sindicalistas rurais de quase todos os estados. Foi o início de uma articulação ampla, urbana e rural, de consolidação de uma chapa para concorrer às eleições da Contag” (Revista Contag, 2003, p. 20-21).

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-dos-santos-andrade>, consultado em 23/10/2019.

uma ação repressora feita pelos interventores logo após o golpe,<sup>15</sup> através da delação dos delegados sindicais do pré-1964 ao patronato e à polícia e do fechamento de subseções sindicais, Joaquinção procurou se firmar numa ação assistencialista aos operários ativos e inativos para dar substância a alguma eficácia sindical. Além disso, foi oferecida assistência jurídica, bem como atividades recreativas e de formação sindical.<sup>16</sup> Joaquinção foi eleito presidente do Dieese entre 1966 e 1968 e nos anos difíceis de retrocesso sustentou financeiramente essa entidade de assessoria técnica, fundada em 1955 por entidades sindicais de trabalhadores. Teve iniciativas políticas oscilantes entre a obediência à ditadura e formas moderadas de oposição, como seu apoio à Frente Ampla em 1967, ou ao Movimento Intersindical Anti-Arrôcho Salarial (o MIA) entre 1967 e 1968. Mas foi desafiado por uma oposição sindical que foi crescendo desde as eleições de 1967 no sindicato, até consolidar-se como o Movimento da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOM-SP), que disputou as eleições de 1972, 1978, 1981, 1984 e 1987.

O processo histórico dos metalúrgicos de São Paulo entre 1967 e 1987 resultou, assim, numa estrutura dual entre sindicato-diretoria-burocracia,

---

<sup>15</sup> A matéria no jornal do Sindicato *O Metalúrgico* (n. 218, de janeiro a agosto de 1964, p. 4), que tem por título “Relatório oficial da perícia técnica, revela: atividades subversivas e irregularidades”, informa que os membros da Junta Interventora, Dr. Breno de Oliveira Machado (presidente da junta, assessor jurídico da DRT), Orlando Malvezzi (operário metalúrgico da Petraco Nicola), João Vicente (operário da Metalúrgica Francalanza) e Carlos Ferreira dos Santos (sem especificação de procedência) tomaram posse no dia 10 de abril de 1964, após o sindicato ter sido liberado pelo Dops (informação que me foi passada por Murilo Leal).

<sup>16</sup> As gestões de Joaquinção ampliaram os serviços anteriores já prestados pelo sindicato no pré-1964. Em 1954 havia sido inaugurada a sede própria do sindicato, um prédio de cinco andares e dois subsolos onde estavam instalados os departamentos jurídico, médico e odontológico, a cooperativa, a farmácia, outros setores de assistência e de administração sindical (Martins, 1979, p. 175). Num balanço dos “39 anos de lutas e realizações”, o número 31 do jornal *O Metalúrgico* (citado por Heloísa Souza Martins, fonte dessas informações), é dito que acabava de ser lançada a pedra fundamental do prédio de sete andares e dois subsolos, em frente à sede já existente, previsto para comportar um vasto ambulatório médico. Também foi inaugurada colônia de férias com 60 apartamentos no município de Praia Grande. Em 1971 havia 182 funcionários: no departamento médico havia 56 pessoas contratadas, sendo 33 médicos, 3 na enfermaria, 9 na farmácia, 11 nos fichários. No setor jurídico havia 37 funcionários, entre os quais 19 eram advogados e os demais cuidavam do expediente, do setor de homologações e de previdência social.



que representava oficialmente o sindicato perante o patronato e a Justiça, e o movimento de oposição sindical, que desenvolvia um forte trabalho nas fábricas e nos bairros. Esse equilíbrio entre forças ao mesmo tempo situadas no confronto mais ou menos intenso com o patronato, mas em disputa entre si, trouxe resultados intencionais e não intencionais a serem avaliados. Eder Sader chama atenção para o dilema da Oposição Sindical (a OSM-SP) entre a autonomia e a instituição, entre a organização nas fábricas e a intervenção unificadora no sindicato.<sup>17</sup> Embora a marca da OSM fosse a organização pela base e a crítica à estrutura sindical, o sindicato era sua referência, seja naturalizado na vida cotidiana, seja nos momentos de eleições sindicais, seja nos momentos de conflito com o patronato. Isso aparecia na frequência das assembleias na sede (e nas subsedes), na organização das campanhas salariais, na formação das comissões de salários (compostas por militantes ou delegados pró-diretoria ou pró-oposição). Sader cita o depoimento de um militante da OSM que menciona o bar do sindicato como local de encontro permanente da oposição, toda sexta-feira. Também os cursos de formação sindical organizados na sede eram ocasião de contatos com os trabalhadores que se deslocavam para o sindicato por diversas razões, à procura dos serviços ali oferecidos. Rosângela Batistoni também salienta a paradoxal naturalização da vida cotidiana no sindicato, apesar de ali ser também o lugar cinzento do perigo de possíveis delações às direções patronais ou à polícia política.<sup>18</sup> Nas greves de 1978 e 1979 o dilema recrudescer. Como mostra Murilo Leal no capítulo 1 deste livro, sobre o movimento dos metalúrgicos de São Paulo, a greve de 1978 pode ter como uma de suas características “o encaminhamento

<sup>17</sup> Ver Sader (1988, p. 258).

<sup>18</sup> “A ênfase de sua atuação gravitava em torno do calendário sindical (eleições, campanha salarial) e das atividades abertas por iniciativa da diretoria (comemorações de 1º de Maio, assembleias, cursos de formação sindical, atividades recreativas). Isolada em sua própria categoria, a OSM paradoxalmente dependia do sindicato como o único canal possível para aproximação com os trabalhadores” (Batistoni, 2001, p. 50). O título da tese de Batistoni é significativo a respeito desse tópico: *Entre a Fábrica e o Sindicato: os dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, 1967-1987*.

do processo de forma ao mesmo tempo disputada e compartilhada pela direção do Sindicato e a OSM-SP". Em 1979, a disputa é maior mas ainda há necessidade de um convívio, uma vez que nem a institucionalidade do Sindicato nem a mobilização das bases da OSM eram autossuficientes para conduzirem o processo.

De qualquer forma, a OSM se constituiu numa frente de trabalhadores para a qual confluíram antigos sindicalistas que eram hegemônicos no período anterior ao golpe de 1964 e foram destituídos; militantes católicos formados na Juventude Operária Católica (JOC) e na Ação Católica Operária (ACO) e que agora se beneficiavam da posição acolhedora às lutas populares por parte do cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, e seus bispos auxiliares; e militantes egressos de organizações políticas de esquerda, muitas das quais, reprimidas ou dizimadas, faziam com que seus membros ou ex-membros voltassem sua atenção ao trabalho de base no interior das fábricas e nos bairros operários. Essa frente tinha suas tensões internas conforme as conjunturas sindicais, de prisões de muitos de seus membros (como em 1974), e ressurgia na rearticulação de um espaço de tolerância mútua voltado para o trabalho de base nas fábricas com tentativas de conquista do sindicato. Sua estreita relação com os trabalhos de base nos bairros eram parte de sua força. Quando as paralizações nas seções mais qualificadas das fábricas se produzem, a OSM se vê fortalecida em sua utopia da formação generalizada de comissões de fábrica; quando o movimento contra o custo de vida e outros movimentos associativos nos bairros populares se fortalecem, a OSM também se beneficia. Sua retaguarda territorial nas comunidades de base da Igreja Católica, às quais se liga organicamente a Pastoral Operária, permite que, diante dessa base comum, em certas ocasiões a OSM afirme sua identidade própria em face da Pastoral (cf. Sader, 1988, p. 241). Seu auge acompanhará o momento das greves de fábricas em 1978, as quais se espalham vindo do ABC para São Paulo, como mostra em seu capítulo Murilo Leal (que inclui nessa dinâmi-

ca também os sindicatos de Osasco e Guarulhos). Também contribui para esse auge a segunda intervenção no SMSP, que finaliza a disputa eleitoral ganha pela OSM em 1978 e em que o próprio ministro do trabalho decreta a vitória da chapa de Joaquinzão. Após esse desfecho, ao lado do revigoreamento da OSM, inclusive como modelo de oposição sindical para as disputas sindicais despertadas pelas greves em todo o país, se desenvolve no grupo de Joaquinzão o acolhimento de novas organizações de esquerda procedentes do exílio (ou da clandestinidade) ou ainda dissidências de grupos que antes estavam na OSM. O crescimento e a complexificação do mercado sindical (reivindicando-se de esquerda) com o processo de redemocratização vêm salvar Joaquinzão da pecha de pelego, reforçada ao ser reconduzido pelo ministro em 1978, após eleições que teriam sido ganhas pela oposição.

A vertente de construção burocrática e institucional dos sindicatos, que aparece fortemente no sindicato dos metalúrgicos de São Paulo (com seu grande orçamento, seus prédios e numerosos funcionários), também aparece nos casos da Fetape e do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo. Na Fetape, que não tinha uma infraestrutura histórica pré-1964 como os metalúrgicos de São Paulo (ou, em menor grau, como os de São Bernardo), a diretoria eleita em 1966 se serviu dos meios disponíveis à época para sua construção material. Com suporte e mediação do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (Sorpe), fundado e gerido pelo padre Crespo em 1961 no período de grande investimento da Igreja Católica no sindicalismo rural nascente, a gestão de Euclides Nascimento obteve em 1966 o financiamento do Iadesil para a construção de centros de formação de sindicalistas na Zona da Mata e no Agreste, que se acrescentariam como subsedes do interior à então modesta sede no Recife.<sup>19</sup> Em 1967 a

---

<sup>19</sup> Em depoimento ao livro autobiográfico *Dr. Romeu*, em homenagem a Romeu da Fonte, advogado da Fetape por muitos anos, Biu da Luz, assessor da Federação desde o período de retomada após a intervenção de 1964, se refere à apropriação desses centros de formação ao longo da história da entidade: “Em 1966 a Fetape construiu três centros, doados pelos americanos; Euclides foi muito

Fetape firmou um convênio com o então Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) para dar assistência jurídica na Zona da Mata, com recursos para contratar cinco advogados com vencimentos de 5 salários mínimos cada um (a versão de Romeu da Fonte é de que eram 10 a 12 vagas – cf. Fonte, 2009, p. 77). O convênio não resistiu ao fato de que os advogados da Fetape estavam ganhando na Justiça as questões provenientes das demissões de 700 trabalhadores rurais efetuadas pelo próprio Ibra na gestão da Usina Caxangá desapropriada, mas a Federação continuou com o advogado Antonio Montenegro, que já era do quadro da Fetape, e reteve Romeu da Fonte, que havia sido selecionado por ocasião do convênio, e estimulou os sindicatos a contratarem alguns dos restantes que haviam sido dispensados quando do fim do convênio, não renovado após um ano.<sup>20</sup> Naquele momento os militares viam com preocupação a situação social na região e sabiam que o padrão das relações estabelecidas por usineiros e senhores de engenho estavam sempre abaixo do estabelecido por lei, mas ao mesmo tempo se compunham com as classes dominantes locais. Outra iniciativa de que essa gestão da Fetape soube se beneficiar em fevereiro de 1967 foi a do programa Cruzada ABC para alfabetizar trabalhadores. Foi quando a

---

criticado porque diziam que a Federação estava nas mãos dos americanos, que se comprometeram a fornecer cursos. Hoje os centros são patrimônio da Fetape e servem de colégios para os treinamentos dos trabalhadores rurais. Teve período em que foi denunciado que a Fetape estava organizando guerrilhas nesses centros” (Fonte, 2009, p. 209). Ver também Abreu e Lima (2012, p. 125).

<sup>20</sup> “Quando eu era presidente da Fetape, o general do Ibra falou pra nós que o Instituto tinha condições de firmar um convênio com a Fetape pra dar assistência jurídica na Zona da Mata. Eu peguei pelo pé. Fizemos um convênio e a reação foi grande, era muita gente dizendo que a gente ia atrelar a Fetape. Eu não achava assim. [...] Um dia chega Romeu da Fonte, parecia um menino, magro, pequenininho. Oxente, esse menino já é advogado? Pois ele se apresentou e disse que tinha vontade de trabalhar com a Fetape pra defender os camponeses. Expliquei que o compromisso ali era com os trabalhadores, a verdade e a justiça. E nossa luta era pela libertação plena do trabalhador do campo. [...] [com o fim do convênio] A Fetape não podia segurar e começou a chamar os advogados um por um [para dispensar]. Aí só ficaram Montenegro e Romeu da Fonte. Romeu ficou e está aí a história dele [...]. Em toda parte deu conta do recado” (depoimento de Euclides Nascimento em Fonte, 2009, p. 101). Foi Antonio Montenegro, já advogado da Fetape, que avisou Romeu da Fonte que estava lhe indicando para a Federação devido às contratações que estavam para ser feitas. Dr. Romeu foi advogado de tempo integral da Fetape e depois trabalhou simultaneamente com a Contag durante os trinta anos em que militou no movimento sindical de trabalhadores rurais (Fonte, 2009, p. 77).

Federação designou Biu da Luz para fazer a coordenação nas escolas dos primeiros cursos de alfabetização.<sup>21</sup>

Como nas outras experiências sindicais examinadas neste livro, os dirigentes precisavam se mover pragmaticamente diante dos recursos disponíveis, que variavam entre convênios com instituições de Estado (geridas pelos militares), com igrejas e com instituições norte-americanas. A Fetape utilizou-se de todas as possibilidades ao seu alcance entre o final dos anos 1960 e o início dos 1970, nos mandatos de Euclides, para aumentar as atividades de educação para os trabalhadores rurais. Certamente convencidos da eficácia do trabalho educativo recebido na formação de militantes sindicais pela Igreja através de organismos como o Sorpe, do qual eles próprios se beneficiaram no início dos anos 1960, muitos dirigentes investiam nos trabalhos educativos. Nos centros de formação em Carpina, Ribeirão e Garanhuns, convênios foram feitos para fomentar cursos de alfabetização de adultos, medicina preventiva e corte e costura. Apesar de serem consideradas atividades básicas ao mesmo tempo utilitárias e de avanços civilizatórios – no sentido da internalização de códigos de comportamento analisados por Norbert Elias (1994) –, naquele período tais práticas eram objeto de vigilância por parte da ditadura militar. As brechas espertamente aproveitadas ainda causam um prazer retrospectivo nos relatos da memória.<sup>22</sup>

<sup>21</sup> “A Cruzada ABC, iniciativa da Igreja Presbiteriana do Recife, foi o mais importante desses novos movimentos [acionados para substituir – com orientação ideológica compatível com o novo regime militar – movimentos de alfabetização pré-golpe como o MEB e o MPC, que se utilizavam da metodologia Paulo Freire]. A presença de missionários norte-americanos nessa igreja propiciou o apoio financeiro da Usaid à Cruzada ABC, que se espalhou por outros estados do Nordeste, chegando até mesmo à Guanabara” (cf. <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbetes-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral>,. Acesso em: 23 out. 2019). Ver também depoimento de Biu da Luz em Fonte, 2009, p. 209).

<sup>22</sup> Nas entrevistas com Euclides no Projeto Memória Camponesa do PPGAS/MN/UFRJ, registrado em 2007, bem como nas entrevistas com Biu da Luz ao longo da pesquisa que deu origem a este livro, tais relatos de louvação da autoesperteza malazartiana para a época eram frequentes. Maria do Socorro de Abreu e Lima também registrou tais relatos em sua tese de 2003, publicada posteriormente em livro: “[...] se era uma discussão sobre saúde e falava-se de verminose, quando se descon-

Nas caixas de documentos guardadas na Academia Sindical coordenada por Biu da Luz, no Centro de Formação de Carpina, pudemos manusear roteiros de programas radiofônicos levados ao ar pela Fetape e pelos sindicatos da Zona da Mata desde 1970. Para superar a impossibilidade de serem feitas reuniões nos engenhos, por suas características de vigilância autoritária, além da dificuldade de sua dispersão geográfica, o uso do rádio era uma forma de convidar os trabalhadores para os sindicatos, dar avisos, comentar a legislação do trabalho ou da terra. Os sindicatos se cotizavam para pagarem horário nas emissoras, e o acordo para driblar a censura e a autocensura radiofônica era o de falarem sobre o que estava na lei e nos estatutos do sindicato. Por esse meio a Fetape fazia um trabalho de esclarecimento sobre suas interpretações quanto ao uso do ETR e do Estatuto da Terra e incentivava a participação dos trabalhadores. Foi feito um convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra, sucedâneo do Ibra) para treinar apresentadores e produtores de programas de rádio. Os treinamentos de uma semana eram feitos no Centro de Comunicação Social do Nordeste (que depois deu origem ao curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco). Fazia parte do convênio também o pagamento de bolsas de estudo para filhos de trabalhadores sindicalizados pela administração dos próprios sindicatos. Os bolsistas foram aproveitados nas atividades de produção, locução e elaboração de roteiros. Foram criadas novelas e personagens como *Zé Caboclo* (no momento em que na *Tribuna Metalúrgica* do Sindicato de São Bernardo do Campo, sem nenhuma relação direta, estava sendo criado o conhecido personagem João Ferrador). O Programa Especial de Bolsas de Estudo (Pebe) propiciou aos bolsistas, além da atuação no rádio, a feitura de atas e a confecção de carteiras de sócios. Dando seguimento a

---

fiava da presença de algum ‘penetra’, o assunto era tratado do ponto de vista da higiene e saúde; se o clima era mais tranquilo e as pessoas eram conhecidas, era possível aprofundar a discussão sobre quem eram os ‘vermes’ do momento: o governo, a ditadura, etc. Esse era o trabalho possível levado para as bases do movimento” (Lima, 2002, p. 172).

esse programa, a Fetape coordenou um trabalho com jovens em atividades de cultura e lazer e mesmo após o fim do programa manteve esse trabalho em alguns de seus polos sindicais (ver Lima, 2012, p. 177-181).

A Fetape utilizava os recursos eventuais e passageiros oferecidos por programas federais em compensação à perseguição permanente, desde os anos pós-golpe até 1979, do chefe local da Delegacia Regional do Trabalho, Romildo Leite, ex-delegado policial. Ao chegar à DRT, Romildo Leite tinha por tarefa coordenar o fim das intervenções sindicais que desgastavam o setor da ditadura responsável pelos assuntos trabalhistas diante da própria diplomacia e das agências sindicais norte-americanas aliadas que haviam investido num “sindicalismo livre e democrático” desde o início dos anos 1960. Esse poderoso delegado regional do trabalho pressionava para condicionar a eleição a ter chapa única por ele indicada ou aprovada, além da contratação de um contador de confiança da DRT. Com efeito, por meio de seus contadores, o delegado tinha o poder de disfarçar novas intervenções em sindicatos sem sua confiança política por pretextos de contabilidade e suspeitas de corrupção. A diretoria de Euclides passou a oferecer aos sindicatos um quadro de contadores próprio da Federação, mediante o pagamento de uma pequena taxa, para se contrapor às frequentes intervenções sindicais (Fonte, 2009, p. 86-87).

Além do investimento em infraestrutura dos centros sociais, nos cursos de formação, nos programas radiofônicos, na contabilidade oferecida aos sindicatos, paralelamente, equipes de advogados e de dirigentes procuravam usar todos os recursos fornecidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural, pelo Estatuto da Terra e pelo artigo 502 do Código Civil para transformar as ações judiciais individuais em ações coletivas de grupos de trabalhadores. Como os trabalhadores da cana tinham uma noção interiorizada dos seus direitos, graças à transmissão entre as gerações do impacto que havia sido a curta melhoria nas condições de vida com a chegada dos direitos durante o governo de Miguel Arraes em 1963 – que criou condições de garantir a aplicação do ETR no estado de Pernambuco e assegurou

o advento do Acordo do Campo na área canavieira –, havia uma politização espontânea, vista como dignidade, na adesão dos trabalhadores às ações trabalhistas e por posse de terra propostas pela Fetape (cf. Sigaud, 1979; 2004). A argúcia dos advogados e dirigentes na aplicação das leis existentes tiravam sua eficácia não somente do fato de que elas não eram respeitadas pelos patrões – como forma tradicional e sistemática de exploração da força de trabalho usada na concorrência com outros estados –, mas também de sua aplicação diversificada na questão do assalariamento e do uso da terra. Além das questões tradicionais trabalhistas envolvendo o assalariamento, muitas demandas se referiam ao uso dos lotes de subsistência dos trabalhadores nos engenhos, previstos na lei dos 2 hectares, bem como nos conflitos de aumento do foro e despejo de foreiros nas franjas das áreas de produção da cana. A ‘Lei dos 2 hectares’, nas suas reedições desde 1941, materializava um caso clássico de transformação de concessões patronais tradicionais em direitos reivindicados (cf. Thompson, 1998, cap. 1 e 3).<sup>23</sup> A equipe de advogados especializou-se na questão das ações

<sup>23</sup> Trata-se do Decreto 57.020, de 11 de outubro de 1965, que dispõe: “Art. 1º O trabalhador rural da lavoura canavieira, com mais de um ano de serviço contínuo, terá direito à concessão, a título gratuito, de uma área de terra próxima à sua moradia, suficiente para plantação e criação necessárias à sua própria subsistência e à de sua família. § 1º A área a que se refere este artigo terá a dimensão de até dois (2) hectares e ficará situada, de preferência, nas proximidades da moradia do trabalhador e em distância não superior a três (3) quilômetros”. Esse decreto, baseado no Estatuto da Lavoura Canavieira de 1941 e no artigo 23 do decreto 6969 de 1944, retoma a sanção legal como um direito aplicado a uma relação costumeira dos senhores de engenho e usinas de cederem pedaços de terra para a plantação de subsistência de seus trabalhadores, um lado doce da relação de dominação tradicional. Em períodos de acirramento do conflito de classes, como o que teve início em 1962 e continuou nos anos 1960 e 1970, o não cumprimento desse dispositivo está implícito no processo mais geral de liquidação da morada pelos patrões (Sigaud, 1979, capítulo 1). A assessoria jurídica da Fetape transformou a reivindicação pelos trabalhadores da cana pela Lei dos 2 hectares na instauração de processos em massa. Num desses conflitos pela aplicação da Lei dos 2 hectares, o do corte dos roçados de trabalhadores da Usina Salgado em Ipojuca, justificado e defendido por Padre Melo (colaborador dos militares) e pelo delegado regional do trabalho sob alegação de programa governamental de estímulo ao aumento da produção sucro-alcooleira das usinas, Euclides foi chamado pelo comandante do IV Exército para desfazer as ações impetradas na Justiça em nome da Lei dos 2 hectares nesse caso. Diante da recusa em aceitar tal ingerência do comandante militar e da discussão acalorada que se seguiu, foi formado um processo administrativo na DRT para o enquadramento do presidente da Fetape na Lei de Segurança Nacional. Numa comissão formada para ouvir o acusado, que incluía o ministro do Trabalho, Euclides alegou ser um homem do campo, um caboclo de Nazaré da Mata, e que estava aprendendo a etiqueta com os homens que tiveram estudo.



plúrimas, envolvendo grupos maiores ou menores de trabalhadores.<sup>24</sup> Os trabalhadores rurais também eram beneficiados no uso das questões trabalhistas pela prescrição bienal, cláusula legal pela qual tinham um prazo maior (que os trabalhadores urbanos) para recorrerem à Justiça após serem demitidos.

Assim como o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo e a Fetape, o sindicato de São Bernardo, entre 1969 e 1972, também investiu numa infraestrutura material que pudesse atrair os trabalhadores graças aos serviços oferecidos: nova sede com obras iniciadas em 1972, subsede em Diadema aberta em 1971, serviço odontológico apresentado como “o maior do sindicalismo paulista”, instalação de um laboratório de análises clínicas, farmácia, enfermaria, compra de uma ambulância, um posto de abastecimento de produtos alimentícios com preços abaixo dos do comércio, ampliação dos serviços jurídicos (Sader, 1988, p. 281). Ao mesmo tempo, nesse período o sindicato fundou seu jornal, *Tribuna Metalúrgica*, em julho de 1971, no qual a diretoria procurava partilhar a responsabilidade da atividade sindical com os trabalhadores de sua base, mesmo sabendo da atitude arreada com que estes viam a entidade, ciente da distância entre

---

“Quando o comandante meteu o dedo na minha cara eu achei que era um gesto de educação e fiz o mesmo com ele”. A tirada diante do ministro acabou por livrá-lo do enquadramento na LSN. No entanto esse processo administrativo foi alegado pelo delegado regional do trabalho para cassar sua elegibilidade como dirigente sindical quando Euclides postulou a reeleição na Fetape (Fonte, p. 97, 98).

<sup>24</sup> “Diante dessas dificuldades [de reorganizar o movimento sindical após as intervenções no pós-golpe], o espaço que sobrou foi aplicar a legislação trabalhista através da Justiça. É quando aparece a figura do Dr. Romeu da Fonte – ao invés de você fazer uma ação individual pra cobrar um 13º mês que deixou de ser pago depois do golpe, se aquele engenho tinha 50, 60 trabalhadores, você fazia uma ação plúrima, com todos, com uma petição só, porque a decisão teria que ser a mesma, já que o patrão era o mesmo. Isso começou a incomodar os patrões. A gente chegou a abarrotar a Justiça do Trabalho de processos. Pernambuco teve que criar mais Juntas de Conciliação e Julgamento em função da enxurrada de processos. [...] O sindicato dos trabalhadores rurais incorporava o assalariado, o posseiro, o arrendatário, o parceiro e o pequeno proprietário, e cada um tinha suas demandas diferenciadas” (Fonte, 2009, p. 183-184, depoimento de José Francisco da Silva, ex-presidente da Contag). “Com Romeu da Fonte advogando no Sindicato de Paudalho, ele teve a visão de incentivar o sindicato a fazer reclamação plúrima e, principalmente, direito de férias. Se vencida, já poderia ser duas” (Fonte, 2009, p. 145, depoimento de Severino Domingos de Lima – Beija Flor).

eles e o prédio onde se realizam as atividades assistenciais: “A você que vive dizendo que o sindicato não presta nós perguntamos: E você presta? No dia em que todos os trabalhadores prestarem o sindicato vai prestar também [...]” (Tribuna Metalúrgica *apud* Sader, 1988, p. 279).<sup>25</sup>

Laís Abramo (1999, capítulo 4) narra de forma etnográfica as campanhas promovidas desde 1970 pelo sindicato e que contribuíram para criar as condições das greves de massa que eclodiram em 1978. A autora mostra de que forma uma entidade que de início produzia um discurso de adesão à estratégia desenvolvimentista do governo militar passou progressivamente a manifestar a consciência de que a categoria da região do ABC está no centro desse esforço, mas que ele não é reconhecido nem muito menos recompensado, afetando a dignidade individual dos trabalhadores e a de sua entidade representativa. O sindicato passa então a afirmar-se como instrumento de luta através da atuação em algumas frentes, tais como: (a) campanhas de esclarecimento de direitos trabalhistas através do jornal *Tribuna Metalúrgica*; (b) atuação de diretores de base dentro de algumas empresas; (c) luta pelo cumprimento efetivo dos direitos existentes na CLT, encaminhando à DRT pedidos de fiscalização de irregularidades paralelamente a ações conjuntas na Justiça do Trabalho contra as empresas infratoras; e (d) dinamização das campanhas salariais anuais através da introdução de elementos efetivos de mobilização das bases e de negociação com os empresários (Abramo, 1999, p. 155). As ações coletivas na Justiça do Trabalho, promovidas pela assessoria jurídica do sindicato, eram fundamentais para evitar as ações individuais, que resultavam invariavelmente na demissão do reclamante. As ações plúrimas levadas a efeito pela Fetape tinham esse mesmo fim de não individualização, assim

---

<sup>25</sup> “Você é daqueles que ficaram sócios só por causa da assistência médica, dentária, por causa da farmácia ou do posto de abastecimento? Ou você tem cumprido seu dever, promovendo a união da classe e participado da luta? A você que vive dizendo que o sindicato não presta nós perguntamos: E você, presta? No dia em que todos os trabalhadores prestarem o sindicato vai prestar também, porque o sindicato não é apenas o prédio ou sua diretoria, mas a união de todos para defesa de nossos interesses” (Tribuna Metalúrgica *apud* Sader, 1988, p. 279).

protegendo os trabalhadores de retaliações não somente no emprego mas possivelmente contra, nesse caso, sua própria vida,<sup>26</sup> e os abaixo-assinados no interior das empresas utilizadas pela OSM-SP eram feitos em forma circular (ou em formato de pizza) para não expor os primeiros da lista, ou os “cabeças”. Todas formas de luta que se protegem do despotismo intrínseco no interior das empresas, fábricas, engenhos e usinas.

Nas campanhas salariais levadas a efeito pelo sindicato de São Bernardo era recorrente a tentativa de abrir um espaço de negociação com os empresários fora da política salarial compulsória e dos índices de reajuste decretados pelo governo todo ano, em suma, de libertar-se da farsa dos dissídios coletivos daqueles anos e da defasagem entre os reajustes recebidos e o custo de vida e a lucratividade das empresas, ambos crescentes. O sindicato passa a incluir, nas pautas dos dissídios coletivos nas datas bases anuais, cláusulas que diferem das dos outros sindicatos dos metalúrgicos da região assim como da Federação: aplicação do reajuste decretado pelo governo sobre o total da folha de pagamentos de cada empresa, dividindo-se o resultado pelo número de empregados igualmente, sendo assim proporcionalmente maior para os trabalhadores de menores salários; delegado sindical por empresa com estabilidade (desde o dissídio de 1970, adotado pela Federação dos Metalúrgicos de São Paulo desde 1972); quadro de avisos do sindicato na empresa; linha especial de ônibus em dia de assembleia sindical; liberação de meio expediente do delegado sindical não afastado da produção; comissão paritária com representantes de empregados e empregadores nas empresas de mais de mil empregados para deliberação de litígios individuais e normas disciplinares internas.

---

<sup>26</sup> Ver a esse respeito Montenegro (2014). Como ilustração da violência que ronda o uso da Justiça do Trabalho em defesa dos trabalhadores, o advogado Romeu da Fonte, da Fetape, sofreu várias situações de atentados contra sua vida (cf. Fonte, 2009, p. 123-125; 142-143; 161-164; 167-169).

Em 1974 teve início a luta do SMSBCD<sup>27</sup> para negociar em separado, sem ser representado pela Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, por evidenciar uma capacidade maior de luta mesmo nos limites da legalidade, além das pressões de baixo que já vinham se expressando nas paralizações em seções de empresas de sua base territorial. Isso levou alguns analistas a verem ali a manifestação do surgimento de um sindicalismo que prezava a livre negociação em separado, devido ao caráter estratégico dos trabalhadores do setor automobilístico, ponta de lança da economia moderna no Brasil, como se fosse afinal a realização do sindicalismo livre de inspiração estadunidense estimulado desde as oposições sindicais às direções do sindicalismo de esquerda do pré-1964. De qualquer forma a negociação em separado estava prevista na lei e era uma forma de abalar o imobilismo sindical daqueles anos. Mas as exigências legais para isso impunham a realização de uma assembleia com pelo menos um oitavo dos sócios do sindicato, quórum que não foi alcançado, motivo pelo qual a submissão à dinâmica da Federação voltou a ser um fato.

As paralizações nas empresas se intensificaram no segundo semestre, e a antecipação salarial (ou ainda, no ano de 1974, a reposição, não descontável no ano seguinte como o é a antecipação), reivindicada sempre nos dissídios desde 1970, se vê realizada pela concessão dos patrões do município em razão de tal movimentação. Como salienta Abramo (1999, p. 167), as paralizações ocorridas em 1973 e 1974, sobretudo nas seções de operários qualificados, também conseguiram mudanças na orientação política da diretoria do sindicato. Em reação à atitude desmobilizadora e recosa do presidente Paulo Vidal, sob a alegação de que tais ações pudessem provocar sanções governamentais ao sindicato, uma parte da diretoria produziu iniciativas na direção contrária, como a criação do Conselho de

---

<sup>27</sup> Será usada a sigla SMSBCD (Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema) quando nos referirmos a fatos anteriores a 1993, ano em que o sindicato passa a se chamar SMABC. (cf. site do sindicato, disponível em: [http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?ide\\_CON=2&id\\_SU=53B](http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?ide_CON=2&id_SU=53B). Acesso em 20 nov. 2019).

Coordenação do Trabalho de Base (CCTB), que visava apoiar os diretores de base, organizar contatos com os ativistas de outras empresas e idas mais sistemáticas às portas de fábrica para distribuição de boletins.

Em setembro de 1974, em momento por sinal próximo às referidas paralizações esparsas em algumas empresas, ocorreu o 1º Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, o qual foi usado como instrumento de democratização da entidade, tendo sido acordada a realização de congressos de dois em dois anos.<sup>28</sup> O Congresso serviu também para que as experiências no interior das fábricas fossem comunicadas e socializadas. Além disso, a iniciativa representava um esforço de autoconhecimento e de construção de identidade ao mesmo tempo que procurava se distanciar da Federação para aumentar de forma autônoma o tom de suas críticas aos empresários e ao governo. Embora salientando a especificidade da categoria concentrada em grandes empresas multinacionais que, mesmo pagando salários maiores que a média, não deixavam de deteriorá-los com o uso da rotatividade de mão de obra, com jornadas de trabalho prolongadas, disciplina desproporcionada e repressão a qualquer vestígio de ação reivindicativa de base no interior das fábricas, nem por isso se procurava isolar das demais categorias de trabalhadores.

A incompatibilidade entre o controle dos sindicatos pelo governo, ao usar as cláusulas restritivas previstas na CLT, e a livre negociação com os empresários, que o SMSBCD se achava com força para fazer no setor mais moderno da economia, não impedia o sindicato de comparecer ao Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, apresentar suas teses referentes à democratização da vida sindical e vê-las serem aprovadas

---

<sup>28</sup> O presidente teria sido contrário ao evento, por isso a abertura do Congresso foi feita pelo vice. Os participantes se inscreviam voluntariamente, e houve mais de 300 inscritos. Apesar de forçado a aceitar o congresso e o conselho de apoio ao trabalho de base, ao pressentir que a direção da entidade, na qual estava no seu segundo mandato como presidente, poderia sair de seu controle, o trabalho prévio de Vidal teve importância no início de toda essa movimentação (cf. Abramo, 1999, p. 180, n. 15).

por unanimidade em novembro de 1974.<sup>29</sup> Em 1975, Luís Inácio da Silva, diretor sindical da gestão anterior, é eleito presidente do sindicato em sintonia com parte da diretoria que havia respondido às paralizações com maior coordenação do trabalho de base, embora o presidente anterior tivesse permanecido na secretaria-geral da entidade. Além de oficializar o CCTB, foi aprovada em assembleia a extinção do posto de abastecimento de alimentos e a construção de uma escola profissional no seu lugar, com horários compatíveis com o sistema de rodízio de turnos. Na campanha salarial de 1975 novamente as condições para uma negociação em separado da Federação não são alcançadas, por não ter sido atingida a cota da assembleia com um oitavo dos associados, e a Federação aceita o dissídio com os índices oficiais. O SMSBCD tenta alguns meses depois abrir uma negociação fora da data base, acrescentando à lista habitual de reivindicações: o cômputo das horas extras no cálculo das férias, 13º salário, descanso semanal e feriados; a solicitação para que se estendessem para os horistas as vantagens atribuídas aos mensalistas; e a formação de um grupo paritário para formular proposta de criação de um fundo de desemprego. Antes do pronunciamento dos empresários, a DRT comunicou que as reivindicações econômicas não poderiam ser objeto de discussão fora da data base. Com isso, os empresários desprezaram o comparecimento às audiências e enviaram somente seus advogados para solicitar o arquivamento dos processos sem qualquer esclarecimento ou argumentação. O sindicato considerou essa atitude uma falta de respeito aos trabalhadores e ao governo, pois acordos feitos mediante convênios poderiam evitar uma enxurrada de processos trabalhistas referentes às horas extras.

As afrontas foram repercutidas entre os trabalhadores, e em 1976 o quórum legal exigido para a negociação em separado do dissídio foi final-

---

<sup>29</sup> A Contag realizou seu segundo congresso em 1973, apesar de ameaças das autoridades trabalhistas contra sua realização. Também foi uma oportunidade de autoconhecimento da enorme categoria diferenciada internamente e de forma nacional dos trabalhadores na agricultura. O grande congresso da entidade, no entanto, será o de julho de 1979, com mais de mil participantes, decisivo para as greves e as lutas que viriam em seguida.

mente atingido alguns meses antes da data base, depois de várias tentativas nos anos anteriores. Mas novamente a Federação negociou um acordo sem a sua presença, estendido para São Bernardo, que se recusou a assiná-lo, pois não representava avanço algum em relação ao ano anterior. O sindicato resolveu recorrer ao TST com o argumento de que era preferível entregar a decisão à Justiça do Trabalho toda vez que houvesse possibilidade de se obter melhor resultado. O Tribunal Superior deu sentença favorável a vários itens da pauta de São Bernardo, entre os quais o salário-substituto (que significava que o salário de um trabalhador incorporado no lugar de um demitido não poderia ser inferior ao deste, tentando diminuir o rebaixamento salarial via rotatividade em massa praticada pelas empresas) e o relativo ao cômputo das horas extras, o que coroou centenas de confrontos, tentativas de negociação e processos na Justiça do Trabalho contra muitas empresas da base territorial. Ainda em setembro de 1976 foi realizado o 2º Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo, dessa vez com 400 participantes inscritos, e novamente foram enfatizados os contratos coletivos de trabalho.

Em 1977, além do pedido de reajuste superior ao índice oficial, havia um destaque para arrolar na pauta as conquistas constantes na sentença do TST, como o salário-substituto, que ainda não era cumprido pelas empresas. No entanto mais uma vez a data base da categoria traria resultados decepcionantes, com o estabelecimento pelo TRT de um índice de reajuste rebaixado. Mas um fato inesperado no segundo semestre daquele ano colocaria em pauta, como nunca antes nos anos anteriores, a reivindicação da reposição salarial: um relatório do Banco Mundial publicado no primeiro semestre de 1977 reconhecia a denúncia do Dieese a respeito da manipulação do índice oficial de inflação do ano de 1973, relatório este que é publicado nos principais jornais do país.

Uma ação do movimento sindical e da oposição ao regime militar abre extensa discussão em torno do assunto, desdobrando-se em uma Comissão

Parlamentar de Inquérito instalada na Câmara Federal.<sup>30</sup> Os sindicatos se mobilizaram e solicitaram ao Dieese o cálculo da perda salarial acumulada para as diferentes categorias. Mais de cem entidades sindicais aderem à campanha pela reposição de tal perda; a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, capital, entram com uma ação judicial contra a União; são realizadas assembleias massivas em vários sindicatos; o sindicato de São Bernardo se une com o de Santo André numa ação na Justiça do Trabalho, tentando também estabelecer negociações diretas com os patrões. A primeira assembleia do movimento de reposição salarial, convocada em 1 de agosto de 1977 pelo Sindicato de São Bernardo, teve o comparecimento de 3 mil trabalhadores; nela foi constituída uma comissão de mobilização de 36 militantes para levar a discussão às bases e encaminhar um documento encabeçando um abaixo-assinado. Nesse documento a proposta de greve legal, pelo decreto 4.330, era uma das alternativas de luta, desde que a categoria estivesse preparada para cumprir as exigências contidas no decreto (alternativa de luta que será escolhida e levada a efeito pela Fetape para a greve de 1979).

A maior parte dos empresários reconhecia a legitimidade da reivindicação de reposição, mas alegava que não tinha possibilidade de pagar a perda, enquanto alguns empresários declaravam que estavam abertos ao diálogo com os representantes sindicais e que a reposição era necessária. O governo, ao receber representantes sindicais em Brasília, argumentava que nos anos subsequentes a 1973 houve a concessão de aumentos superiores ao índice oficial. Das 25 empresas convidadas para negociar com o SMSBCD, 15 se manifestaram favoravelmente, enquanto outras 10 (entre as quais VW, Ford, Chrysler, Toyota, Villares) haviam recusado ou nem tinham respondido à solicitação de reunião. Em novembro o TRT julgou o pedido de reposição movido pelo sindicato dos metalúrgicos de Osasco, o primeiro a

---

<sup>30</sup> Ver Dieese Memória. Disponível em: <http://memoria.dieese.org.br/museu/navegacao/linha-do-tempo/anos-70>. Acesso em: 14 out. 2019.



chegar aos tribunais, indeferindo a reivindicação por julgá-la “inoportuna e imprópria”. Após dois meses de conversas e negociações, o máximo que algumas empresas concederam foram antecipações salariais de 10% a 20% a serem descontadas no reajuste seguinte (Abramo, 1999, p. 198).

De qualquer forma, o movimento pela reposição salarial de 1977 alçou os sindicatos a um patamar mais elevado de legitimidade, em razão da revelação, pela fonte insuspeita do Banco Mundial, de uma trapaça nas regras do jogo do cálculo dos índices oficiais por parte da equipe econômica do governo, surpreendendo os empresários e sutilmente os dividindo quanto à habitual atitude naturalizada de arrogância em relação aos trabalhadores. Além disso, foi um movimento que ocorreu independentemente das datas base das categorias que puderam assim unir-se numa campanha conjunta intersindical horizontal, dando oportunidade ao surgimento de novas lideranças e reforçando também o interconhecimento entre os representantes, numa conjuntura de condições mais favoráveis à luta por melhores condições de vida e ampliação de direitos políticos.

Logo em seguida, em fevereiro de 1978, Luiz Inácio da Silva é reeleito para sua segunda gestão à frente do SMSBCD, numa chapa com a substituição de 14 dos 23 diretores anteriores, entre os quais o ex-presidente do período entre 1970 e 1974, Paulo Vidal. Os novos diretores eram oriundos da recente mobilização de base da categoria, não tendo qualquer experiência anterior de direção sindical. Para que a ligação com a base tivesse condições efetivas de continuidade, a nova diretoria estabelece que os diretores deveriam receber o mesmo salário que tinham na sua empresa de origem, para que o cargo não fosse visto como associado a vantagens econômicas pessoais; além disso, para evitar qualquer dependência em relação à empresa, o salário deveria ser pago pelo sindicato. Outra diretriz foi a de que houvesse uma política de revezamento: os diretores de base, os suplentes, deveriam sair da produção, em tempos estipulados, para trabalhar na direção executiva do sindicato e ali ter um aprendizado das tarefas

administrativas e de direção-geral, trazendo para esse âmbito a recente vivência na base; inversamente, os diretores executivos deveriam passar tempos na base para não perder o contato com os colegas de empresa (Abramo, 1999, p. 200). Essa prática deu início a uma experiência de mecanismos de renovações de lideranças que iria perdurar ao longo dos anos, reproduzindo a vitalidade alcançada pelo sindicato (tal como detalhado na reunião que a equipe de pesquisadores do projeto teve com a diretoria do SMABC em julho de 2018).

Na campanha salarial de 1978, logo no início da nova gestão, o sindicato decidiu não apresentar nenhuma reivindicação de reajuste salarial, visto que as negociações eram uma farsa e o dissídio tinha sempre como resultado a aplicação do índice oficial do governo. Tal situação só seria mudada quando os trabalhadores resolvessem assumir formas mais ousadas de luta, tentando romper assim com a situação normalizada dos sindicatos, “onde a maior parte dos trabalhadores deixa a diretoria da entidade lutar sozinha pelo reajuste e depois critica porque nada conseguiram além do índice oficial do governo” (declaração do advogado do sindicato, Maurício Soares de Almeida, na imprensa, citado em Abramo, 1999, p. 203). No dia 12 de março foi aprovada por unanimidade em assembleia geral a denúncia da farsa do dissídio, a não apresentação de proposta de índice de reajuste salarial, e a solicitação da abertura de negociações diretas com as empresas. Nos primeiros dias de abril o dissídio foi julgado com a aplicação do índice oficial de reajuste. Entre o fim de março e os primeiros dias de maio várias seções da Mercedes e da Ford paralisaram o trabalho, exigindo aumentos superiores àquele índice; alguns trabalhadores foram demitidos.

Estavam formadas as condições para a eclosão da greve total na Scania do dia 12 de maio, a qual provocou a onda de greves que se seguiram por todo o ABC e depois por São Paulo (capital), Osasco e Guarulhos nos meses seguintes. E estavam formadas as condições para que o SMSBCD

se tornasse “um espaço público operário”, após as greves de 1978 a 1980, conforme a expressão de Eder Sader (1988, p. 296).

## As greves

Quando se analisa mais de perto a morfologia desse ciclo de greves de setores tão diferentes como o dos metalúrgicos da Grande São Paulo e o dos canavieiros de Pernambuco e estados adjacentes, pode-se constatar que apresentam ritmos similares. Ambos têm seu auge em 1979-1980 e uma reação patronal nos anos subsequentes, tensionada por contraofensivas dos respectivos movimentos dos trabalhadores. Elas se situam na fase inicial do longo ciclo de greves que varreu o país de 1978 até os anos 1990 (cf. Noronha, 2009).

Vejam como isso se apresenta entre os metalúrgicos do ABC.<sup>31</sup> As greves que eclodiram nas fábricas em 1978 e, depois, as grandes greves de 1979 e 1980 apresentam-se como um auge carismático do grupo social, depois internalizado nos anos sucessivos em diferentes formas de luta, alternando greves da categoria, greves setoriais e paralisações de fábricas ou de seções de fábrica. Em 1989, outra greve de toda a categoria aparece com destaque, antes que, na década de 1990, sobretudo após 1993, as lutas se transfiram para negociações em câmaras setoriais tripartites, ou com os empresários, ao lado de resistências no interior das fábricas. Além disso, o sindicato participa nos anos 1990 de múltiplos conselhos participativos de políticas públicas, levando adiante uma linha autodenominada de “sindicato-cidadão” (Oliveira, 2002). Essa internalização da força e da capacidade de dirigir conflitos permanece, apesar de transformações na categoria, até os dias de hoje, quando novas gerações levam adiante, com

---

<sup>31</sup> Como os capítulos sobre o ABC neste livro apresentam outros aspectos relacionados aos trabalhadores e trabalhadoras ligados ao sindicato dos metalúrgicos local – a presença das mulheres na memória das lutas desse período, a visão da imprensa na cobertura dos eventos, as possibilidades e experiências de carreira política dos sindicalistas do ABC –, vamos traçar apenas uma visão sintética daqueles acontecimentos.

novas especificidades, a luta das gerações passadas.<sup>32</sup> Mas podemos detalhar um pouco mais as mobilizações dos metalúrgicos e o uso de diferentes formas de luta e repertórios.

Como já vimos, em 1978, resultado de uma acumulação de forças naquela década, o Sindicato de São Bernardo está levando adiante, desde o ano anterior, uma campanha de reposição salarial apoiada na denúncia feita pelo Dieese a respeito da falsificação, pelo governo federal, de cálculos de inflação, ao mesmo tempo que organiza, no início do ano, o primeiro congresso da mulher metalúrgica para 300 delegadas. O sindicato já havia promovido dois congressos gerais da categoria, o primeiro em 1974 e o segundo em 1976. Na época, apenas em São Bernardo e Diadema, a categoria metalúrgica contava com 142 mil trabalhadores, sendo 32 mil mulheres. A campanha salarial de 1978 já inovava ao denunciar a sistemática perversa do dissídio coletivo. Dessa forma, esse sindicato surpreende os empresários, o governo e o restante do movimento sindical ao não incluir qualquer índice de reajuste salarial em sua pauta de reivindicações. Com isso ele dizia que a rotina do cálculo dos dissídios, conhecida de antemão, não resolvia os anseios dos trabalhadores, e que o resultado era sempre o que o governo estabelecia. Ao recusar-se a legitimar um processo de negociações farsescas, essa estratégia, que se deslocava das salas de negociações e do TRT em direção às portas de fábrica, foi criticada pela Federação dos Metalúrgicos e por outros sindicatos. Esse clima geral de mobilização criativa deu margem a que os operários da fábrica da Scania fizessem greve após receberem os contracheques com o reajuste fixado pelo governo, atitude que se espalharia para outras empresas em todo o ABC e em São Paulo, como na fábrica Toshiba (ver Abramo, 1999, capítulo 6; ver também o capítulo 1 deste livro). As greves são de iniciativa de trabalhadores na empresa e não diretamente do sindicato, embora este apoie os movimentos e faça a negociação com as empresas e o governo. O sindicato

---

<sup>32</sup> Para uma análise a respeito das gerações de sindicalistas do ABC, ver Tomizaki (2007).

está em pleno impulso em sua atividade inovadora, o que se manifesta nos embates com a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais por ocasião do seu 5º Congresso no Rio de Janeiro, em julho de 1978, ou na realização do 3º Congresso do Sindicato de São Bernardo, dedicado inteiramente à discussão da estrutura sindical, com 400 delegados inscritos e a participação de militantes e dirigentes de outras entidades sindicais (inclusive representantes de oposições sindicais, como a de São Paulo), rompendo na prática com a rigidez na separação entre categorias estabelecida pela normatividade da mencionada estrutura sindical e apresentando o sindicato como uma das principais instituições representativas da sociedade civil que emergiam naqueles anos. Já no congresso de São Bernardo do Campo é discutida a criação de um fundo de greve e são estimuladas tanto a formação de comissões de fábrica nas empresas da região, retomando discussões que vinham sendo feitas pela oposição sindical de São Paulo, quanto a construção de uma central sindical, até então proibida.

Em 1979, após três assembleias, os metalúrgicos de São Bernardo decidem rejeitar a proposta patronal e entrar em greve a partir do dia 13 de março. Apesar de a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo ter aceito a proposta patronal sem resistência, os sindicatos do ABC não desanimam de sua intenção. A assembleia do dia 13, convocada para se avaliar o início da paralisação, tem afluxo de operários muito grande e é transferida da sede do Sindicato para o estádio de Vila Euclides. Com a improvisação do deslocamento, sem palanque e sistema de som, o presidente do sindicato, de cima de uma mesa, teve suas palavras sucessivamente repetidas e repassadas por e para mais de 60 mil trabalhadores presentes. Foram organizados piquetes em pontos estratégicos dos bairros do ABC e da Grande São Paulo, para onde confluíam os ônibus que transportavam os trabalhadores das grandes fábricas, e também um fundo de greve. Essas foram, em grande parte, iniciativas do movimento popular e de bairros, independentemente do comando do movimento. No domingo, dia 18 de

março, 80 mil trabalhadores acompanhados de familiares compareceram à assembleia. Na segunda-feira, a Polícia Militar passa a ocupar o ABC. Ao mesmo tempo, o bispo do ABC, Dom Claudio Hummes, oferece a retaguarda da diocese para o movimento. No dia 23 de março, o ministro do Trabalho determina a intervenção nos três sindicatos dos metalúrgicos do ABC. Em assembleia com 70 mil trabalhadores, no dia 27 de março, foi aprovada uma trégua de 45 dias que havia sido objeto de um acordo entre os empresários e a diretoria cassada do Sindicato de São Bernardo, trégua esta que previa a suspensão da greve e a reabertura das negociações. A mobilização continuou nesse período, no salão paroquial da igreja matriz de São Bernardo, que serviu de sede para a direção do movimento (e do fundo de greve). No dia 1<sup>a</sup> de maio, mais de 150 mil pessoas se reuniram no estádio da Vila Euclides, e no dia 13 de maio, no final da trégua, a proposta de acordo, de 63% de reajuste salarial (a reivindicação dos trabalhadores era de 65%), apresentada em assembleia, é aprovada; a greve é encerrada. Como houve setores oposicionistas internos ao Sindicato de São Bernardo que discordaram do fim da greve, a diretoria, ao retornar ao sindicato após a suspensão da intervenção determinada pelo Ministério do Trabalho, colocou seu mandato à disposição da assembleia; houve, entretanto, uma aprovação da retomada por unanimidade.<sup>33</sup>

As greves da Scania, da Ford, da Mercedes Benz e de outras fábricas no ABC, em 1978, espalham-se por fábricas em São Paulo no primeiro semestre do mesmo ano. Sem contar com um sindicato que as auxiliasse de forma decisiva como no ABC, as greves em São Paulo eram apoiadas pela Oposição Sindical Metalúrgica, que se havia formado nos anos anteriores, ela própria ajudada por trabalhos associativos de bairro e comunidades de base da Igreja Católica. Tal mobilização fez aumentar a temperatura da eleição ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (prevista para junho),

---

<sup>33</sup> Essa greve está registrada e editada no documentário *Linha de montagem*, de Renato Tapajós, com apoio do SMSBCD. Outros registros foram feitos para o filme *ABC da greve*, de Leon Hirzman, só editado e lançado postumamente em 1990.

com uma base de mais de 300 mil trabalhadores, espalhados em milhares de fábricas (a dispersão dos operários em São Paulo, onde predominam pequenas e médias empresas, contrasta com a concentração dos trabalhadores em grandes empresas no ABC). A Oposição Sindical participa dessa tumultuada eleição, marcada por marchas e contramarchas quanto à anulação de procedimentos lesivos à idoneidade eleitoral por parte da chapa situacionista que, afinal, vence o pleito, com o apoio do Ministério do Trabalho. Essa eleição vai reinaugurar e revigorar uma série de disputas, iniciadas em 1967, por parte da oposição ou das oposições ao sindicato que não conseguirão quebrar a continuidade da máquina sindical montada desde os anos iniciais da ditadura. Tanto as greves de 1978 nas fábricas em São Paulo quanto as eleições no sindicato são documentadas no filme *Braços cruzados e máquinas paradas*, de Roberto Gervitz e Sergio Segall. Essa mobilização de 1978 traz, no entanto, resultados no ano seguinte, atraindo assembleias massivas para o sindicato, eleição de comandos regionais de greve e de uma comissão de salários que vão redundar numa greve da categoria no final do ano, apoiada principalmente pela Oposição Sindical. A repressão policial à greve é muito forte, com a prisão de mais de 300 dirigentes e militantes operários e o uso de violência nos piquetes. No dia 30 de outubro, na repressão ao grupo de militantes que estava na porta da fábrica Sylvania, o dirigente da oposição metalúrgica e da Pastoral Operária, Santo Dias da Silva, foi morto a tiros pela polícia; seu martírio aumentou o ímpeto combativo dos metalúrgicos e de entidades de direitos humanos nos anos seguintes.<sup>34</sup>

Em 1980, no ABC, o ano começa sob o impacto dessa violenta repressão aos metalúrgicos em São Paulo e da morte de Santo Dias. Foi constituída uma comissão de salários e mobilização composta por 425 trabalhadores. A partir de janeiro os diretores dos sindicatos do ABCD iam às portas de fábrica dialogar com os trabalhadores sobre essa campanha salarial, im-

<sup>34</sup> Ver análise mais aprofundada no capítulo 1 deste livro. Sobre a morte de Santo Dias, ver o filme *Santo e Jesus, metalúrgicos*, de Claudio Khan e Antônio Paulo Ferraz, de 1983.

pulsionada por uma corrosão inflacionária de 84% no último ano. A greve foi decidida no dia 30 de março, na presença de 100 mil metalúrgicos no estádio de Vila Euclides. De dois em dois dias ali se reuniam cerca de 80 mil trabalhadores para avaliar o andamento do movimento. A greve é declarada ilegal uma semana depois. Diferentemente das greves do ano anterior, reprimidas no ABC e em São Paulo pela Polícia Militar, em 1980 a repressão tem também o auxílio federal, como demonstraram os voos rasantes de helicópteros do Exército às assembleias do estádio da Vila Euclides.

Há uma repetição da mecânica de acontecimentos do ano anterior, com alguns agravantes: intervenção federal nos sindicatos do ABC, com o afastamento dos dirigentes sindicais, e logo depois a prisão de vários deles, enquadrados na Lei de Segurança Nacional; assembleias em praça pública proibidas; apoio da Diocese. Nas manifestações de 1º de Maio há tensão e grandiosidade, com a presença de grandes contingentes de forças repressivas, refluxo dos manifestantes para a igreja matriz, onde há celebração religiosa, formando-se multidões nas imediações da igreja. Finalmente, as forças repressivas recuam para não provocarem um massacre aos trabalhadores e famílias presentes em massa e permitem a realização de passeata, liberando também os espaços públicos antes proibidos. A greve durou mais de 40 dias com um enorme registro de mobilização e organização, embora com o saldo negativo imediato de demissões em massa. Apesar de representar um marco decisivo na democratização do país e no enfrentamento da ditadura militar, a greve de 1980 trouxe um inevitável refluxo nos movimentos grevistas no ABCD dos anos seguintes, como consequência da desestabilização econômica de muitos trabalhadores, que seguiram, no entanto, orgulhosos de sua proeza cívica e de sua cabeça erguida.<sup>35</sup>

Como ocorreu na história dos metalúrgicos do ABC, também na dos canavieiros de Pernambuco o respectivo ciclo de lutas mais intensas

---

<sup>35</sup> No filme *Peões*, de Eduardo Coutinho, de 2002, vários relatos retrospectivos dos trabalhadores entrevistados marcam essa onda de demissões, que se segue ao movimento, em sua própria trajetória.



inicia-se nos anos de 1979 e 1980.<sup>36</sup> Se as greves dos metalúrgicos foram as mais relevantes no embate com a ditadura, ocupando de forma inesperada a cena política nacional, a dos canavieiros representou uma virada simbólica no enfrentamento das formas autoritárias de dominação no campo. Assim como no Sindicato de São Bernardo, a organização de congressos se mostrou ser uma forma eficaz de mobilização para as lutas futuras. Em maio de 1979 ocorreu o 3º Congresso da Contag em Brasília, já em uma conjuntura aberta com as mobilizações populares iniciadas no ano anterior e as transformações no quadro político dos anos finais da ditadura. Durante esse Congresso foi projetada para a enorme plateia de delegados em delírio, a pedido dos organizadores, uma cópia das primeiras filmagens do que posteriormente viria a ser o documentário *ABC da greve*, de Leon Hirzman, registrando cenas da greve em São Bernardo poucos meses antes. A conexão entre a bagagem de reivindicações acumuladas pela diversidade de trabalhadores rurais articulados pela Contag e o desejo de avançar com formas de mobilização de massa mais intensas encontrava na greve dos metalúrgicos de São Bernardo, vivida por tantos egressos das áreas rurais que migraram para trabalhar, inspiração para propostas mais ousadas de luta.<sup>37</sup> Assim, a greve dos canavieiros de Pernambuco contou com a participação intensa na sua elaboração e execução – diferentemente da greve dos operários do ABC – tanto da Fetape quanto da Contag.

O dissídio da categoria dos canavieiros tem por data base o mês de setembro, coincidindo com o início da safra. Semelhante à greve dos metalúrgicos de 1978, somente uma parte dos trabalhadores se colocou em greve. Mas aquilo que foi resultado de um movimento relativamente espontâneo da base dos operários de fábricas como a Scania e a Ford se di-

---

<sup>36</sup> O capítulo 2 deste livro traz uma análise mais aprofundada e com uma perspectiva histórica mais ampla.

<sup>37</sup> Comentário de José Francisco da Silva sobre o sentimento provocado no 3º Congresso, de 1979, após a exibição das filmagens entre os delegados de Pernambuco: “Se os nordestinos de São Paulo estão fazendo greve lá, porque vamos deixar de fazer em casa?”

ferenciava do planejamento realizado no caso de Pernambuco, em que os sindicatos dos municípios de São Lourenço da Mata e Paudalho saíram na frente da greve, representando 20 mil trabalhadores, enquanto outros 100 mil aguardavam para possivelmente entrar em ação. Isso acabou não sendo necessário, pois após sete dias de greve os patrões, pegos de surpresa, assinaram um acordo mediado pela Delegacia Regional do Trabalho, atendendo reivindicações importantes dos trabalhadores. Desse planejamento constava a particularidade tática da realização da greve nos trâmites da Lei de Greve de então (Lei n. 4.330/64). Os sindicatos municipais de trabalhadores rurais, coordenados pela Fetape e pela Contag, achavam que se conseguissem atender aos difíceis requisitos da lei de greve da ditadura, organizando a votação individual em urnas de um terço da categoria de cada sindicato, alcançariam uma maior legitimidade perante o governo e os patrões. Queriam evitar a experiência de terem seus sindicatos sob intervenção, como aconteceu várias vezes depois de 1964, minorar os embates com vigias e milícias dos engenhos e fazendas, numa área de tradicional autoritarismo nos locais de trabalho, e, sobretudo, evitar o embate com a Polícia Militar. Na linha de frente da greve figuravam os trabalhadores residentes nos engenhos que possuíam um contrato de trabalho (autodenominados *fichados*). Também participaram da greve os chamados *clandestinos*, trabalhadores residentes fora dos engenhos cujos contratos eram feitos por intermédio de empreiteiros de mão de obra.

A primeira greve, em setembro de 1979, eclodiu após a Fetape e os sindicatos de São Lourenço e Paudalho não encaminharem a proposta para o dissídio no TRT e fazerem preparativos para os trâmites da Lei de Greve (como os metalúrgicos de São Bernardo em 1978, ao não encaminharem o índice de reajuste para o dissídio, denunciando a rotina de reajustes determinados pelo governo). A cuidadosa preparação da greve, que arregimentou a massa dos trabalhadores para votação no domingo com a opção de escolha de duas cédulas coloridas a serem colocadas nas

urnas (uma cédula verde, simbolizando a fartura no campo, favorável à greve; e a outra cédula, amarela, símbolo do ouro dos patrões e também do sindicalismo amarelo, contra a greve), resultou num processo eleitoral bem-sucedido e que entusiasmou as fileiras de trabalhadores dispostos à paralisação. Quase nunca usada pelos sindicatos de trabalhadores urbanos, a inversão da dificultosa Lei de Greve a seu favor pelos sindicatos de trabalhadores rurais de Pernambuco foi possível em virtude das características das cidades pequenas em que seus associados se concentravam para votar.<sup>38</sup> Desprezada e ignorada pelos sindicatos combativos do país como Lei de Greve da ditadura, feita para desestimular aquele que precisasse passar pelas exigências de seus trâmites, os efeitos desse procedimento legal acabaram sendo invertidos graças à argúcia dos experientes assessores jurídicos da Fetape e à capacidade de mobilização de seus militantes.

A greve de 1980 seguiu os mesmos trâmites da primeira, mas envolveu dessa feita 240 mil trabalhadores de toda a área canavieira do estado. Depois de dois dias de greve, o TRT promulgou uma convenção coletiva por via judicial (e não por acordo), fazendo valer grande parte da lista de reivindicações dos trabalhadores.<sup>39</sup> Essa greve estendeu e legitimou os avanços alcançados em 1979. É preciso dizer que o trabalho prévio de mobilização dos trabalhadores para fazer cumprir a Lei de Greve acaba sendo menosprezado pela quantidade de dias parados: os dias efetivos de mobilização são muito superiores. Tanto é assim que, apesar do mesmo estado de mobilização havido entre os 240 mil trabalhadores em 1981, a greve não

---

<sup>38</sup> Heloísa Martins registrou a greve dos trabalhadores da Metalúrgica Paulista, fabricante de fogões, no final de 1966 e início de 1967, feita nos moldes da lei 4.330, por não pagamento de salários e do 13º (Martins, 1979, p. 125-126). Os problemas voltaram e novas greves foram feitas em fevereiro e em maio, mas em novembro iniciou-se uma greve que durou 333 dias, conduzida pelo SMSP, e com respaldo do governo, dada a legalidade da greve e a situação falimentar da empresa. Em 1969 houve uma tentativa de deflagração de uma greve legal pelo SMSP, evitada à última hora pelo próprio ministro do Trabalho (Martins, 1979, p. 129-130). A autora salienta que a ameaça de greve legal pelo menos serviu como pressão sobre os empresários, forçando-os a acordos ou dissídios com itens mais favoráveis aos trabalhadores.

<sup>39</sup> Incluímos neste livro o artigo “Conflitos de classe sob regime autoritário: o caso do Nordeste”, de Moacir Palmeira, escrito quando era assessor da Contag. A greve de 1979 está descrita em Sigaud (1980).

chegou a se concretizar: o TRT, pressionado pelo governo do estado e pelos patrões, antecipou o julgamento do dissídio, inviabilizando legalmente o movimento. O receio da perpetuação anual do movimento grevista parece ter incitado o TRT a desrespeitar o prazo de negociações entre as partes e antecipar sua decisão. Mas nos anos seguintes a greve não foi evitada: em 1982 durou dois dias, com os mesmos 240 mil trabalhadores, e foi suspensa após o pronunciamento da Justiça. O mesmo ocorreu com a greve de 1983, que durou três dias. O ano de 1984 foi o da greve mais longa, de 12 dias de duração. Foi repetida aí uma estratégia usada na primeira greve, de 30 mil trabalhadores, em que alguns sindicatos saíram na frente, durante três dias, enquanto os restantes 210 mil trabalhadores aderiram à greve nos nove dias finais. Conseguiu-se, então, através da Justiça, a maioria das normas desejadas. Os estados vizinhos do Rio Grande do Norte e da Paraíba foram também participando desse ciclo de greves, o primeiro desde 1982 e o segundo desde 1983, sendo o ano de 1984 o da maior greve nos três estados.<sup>40</sup> No capítulo 2, uma análise mais ampla mostrará, como resultado do trabalho de campo dessa pesquisa, que as greves canavieiras em Pernambuco, ao contrário do que supúnhamos inicialmente, não se esgotaram no início dos anos 1990, mas voltaram a se manifestar (além de 1990, 1991 e 1992) em 1998 e em 2005.<sup>41</sup> O artigo “A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas”, de Lygia Sigaud, escrito em 1986 e incluído no final deste livro, propõe que se façam duas distinções na análise do ciclo de greves dos canavieiros, que por sinal será bastante elucidativo para se pensarem também as dos metalúrgicos. Ali se propõe a distinção entre o plano ou o cenário dos *engenhos*, das empresas, por um lado; e o plano ou palco da cidade ou da mesa de negociações, por outro. O primeiro plano seria o das lutas mais “selvagens”, no interior ou

<sup>40</sup> Ver Esterci, Novaes e Novaes (1985).

<sup>41</sup> A pesquisa de campo da equipe da UFPB/UFCG mostrará também a importância do trabalho de correntes de oposição sindical relacionadas a trabalhos de base de setores da Igreja Católica nos anos 1980 e 1990 em áreas de sindicatos menos atuantes em municípios mais próximos à Paraíba.

no entorno dos engenhos ou fábricas (lá onde Santo Dias foi morto em São Paulo). O segundo, nas mesas de negociação, ou no tribunal, com toda a presença do Estado. Uma outra distinção apresentada naquele artigo é do *momento da greve*, por um lado, e, por outro, o *interregno* entre as greves.

O *momento da greve*, que é por si só um marco de sazonalidade, coincide, no caso dos canavieiros, com a sazonalidade da entrada da safra de cana, favorável para o desencadeamento da greve. Os usineiros e fornecedores de cana estão ávidos para moer a cana e assegurar a finalidade da produção durante a entressafra. Nesse caso há que se pensar no fato de o momento das greves dos metalúrgicos do ABC – que seguem geralmente as datas dos dissídios coletivos, as chamadas datas-base das categorias sindicais – ser em março, no início do ano, portanto. Com isso suas lutas já podem dar o tom dos dissídios do segundo semestre, como é o caso dos metalúrgicos de São Paulo ou dos canavieiros do Nordeste. O *momento da greve* é o período da mobilização coletiva, do embate direto, da mediação do Estado, da atração da imprensa e da chamada opinião pública. O *momento do interregno* é o período em que os trabalhadores estão imersos na vida cotidiana dos estabelecimentos produtivos, onde os patrões detêm normalmente o comando das iniciativas. Essa distinção é interessante, no caso do ciclo de greves dos canavieiros, para tentar explicar o aparente paradoxo entre a conquista de normas para controlar a exploração da força de trabalho – não somente a tabela de tarefas e salários correspondentes por produção, mas também as condições de trabalho, a posse das ferramentas, a medição das tarefas, a residência nos engenhos, etc. – e o descumprimento das normas pelo patronato durante o interregno. E assim as novas greves viriam para atualizar e reafirmar as demandas e novamente legitimá-las perante a Justiça, num aparente trabalho de Sísifo anual. De fato, o domínio do que se passa nas empresas durante o interregno é difícil para os sindicatos de trabalhadores, mas não deixa de ser objeto de lutas. Os sindicatos de canavieiros e o sistema Fetape-Contag estimularam pes-

quisas sobre o grau de cumprimento e descumprimento das convenções pelos proprietários em seus vastos territórios e procuravam resistir a tais descumprimentos através da ação de seus delegados sindicais, da ida à Justiça do Trabalho (que aumentou durante o ciclo de greves), de denúncias públicas, etc. Inclusive através de pequenas paralizações do trabalho em engenhos ou locais de trabalho, chamadas de *paradeiros*.

O foco no interregno é interessante para observar-se a continuidade do ciclo de greves entre os metalúrgicos do ABC. Os anos seguintes a 1979 e 1980 transformam-se numa espécie de grande interregno, no qual a luta vai se tornando internalizada nas empresas. As lutas de 1981 deixam em segundo plano a recuperação das perdas salariais provocadas pela inflação e pela política de reajustes limitados, implantada pelo governo. Agora, os trabalhadores reivindicam estabilidade no emprego e protestam contra demissões. Na Mercedes-Benz de São Bernardo chega a haver um quebra-quebra quando 5.750 operários são demitidos. Em 1982, além das demissões e da recessão do ano anterior (não houve greve em 1981 e, mesmo assim, 41 mil trabalhadores foram demitidos), outro desafio enfrentado pela diretoria do Sindicato foi o processo de automação na indústria automobilística e as novas formas de gestão de empresas. Nesse ano, o TRT concede um reajuste, mas as empresas se negam a pagar. Os trabalhadores promovem manifestações nos pátios e no interior das fábricas (arrastões e passeatas) e conseguem que quase todo o reajuste seja pago. Em 1983, ano em que os preparativos para a campanha salarial começaram com bastante antecedência, através de cartazes, panfletos, discussões e reuniões por fábrica, é assinado um acordo coletivo. Quando as negociações começaram, os patrões mudaram de tática em relação aos anos anteriores e, como em Pernambuco em 1981, apresentaram uma proposta de acordo que contemplava as reivindicações básicas dos trabalhadores das grandes fábricas, evitando assim a greve na campanha salarial. Mas há uma organização de greve geral planejada, entre outros fatores, em solidariedade a trabalhado-

res de empresas estatais prejudicados por medidas recentes, e o sindicato dos metalúrgicos sofre intervenção do Ministério do Trabalho. Há greves isoladas em grandes empresas. Em 1984, no início do ano, a intervenção no sindicato é suspensa. Como as empresas estão mais experientes com as passeatas no interior das empresas, encham os pátios com estoques. Os operários passam então a fazer operação tartaruga, sem parar completamente a produção. E em 1985, o sindicato, já com um conhecimento da cadeia produtiva das empresas metalúrgicas graças às experiências anteriores com greves tartaruga, lança o que seria batizada de greve “vaca brava”, em que são paradas seções estratégicas de fábricas de forma sucessiva e imprevista, planejada para provocar o máximo de faltas de insumos para outros pontos da cadeia, gerando efeitos dominó mais gerais suscitados por greves pontuais. É de se destacar a greve dos trabalhadores da Ford de 1999, iniciada quando 2.800 deles receberam carta de demissão pelo correio nas vésperas do Natal de 1998, retratada no livro *O ABC da greve: quando certos personagens resistem para permanecer em cena* (Véras, 2001), cujo subtítulo faz referência ao livro póstumo e tornado clássico de Eder Sader (1988), *Quando novos personagens entram em cena*. Essa greve é retratada no vídeo *Feliz Ano Novo, Véio!* e analisada no livro *Dramaturgias da autonomia*, ambos de Ana Lúcia Ferraz (1999 e 2009).

Os conhecimentos adquiridos na experiência das greves dos canavieiros, e transpostos de forma heurística para o entendimento da dos metalúrgicos, e vice-versa, podem servir de pistas para a análise comparativa. O fato é que o ciclo de greves e lutas desencadeado pelas greves de canavieiros em 1979 e 1980 prosseguiu até o início dos anos 1990, quando então ocorrem grandes transformações no setor canavieiro do Nordeste e em particular no de Pernambuco.<sup>42</sup> Com a derrocada da maior parte das

---

<sup>42</sup> Como já nos referimos anteriormente, apesar das transformações que acarretaram a diminuição da importância do setor canavieiro em Pernambuco, as greves dos assalariados da cana tornaram a irromper em 1998 e em 2005, e o poder de negociação da Fetape (e agora da Fetaepe) nas mesas de negociação com o patronato continua a se fazer sentir.

usinas de açúcar naqueles anos, sem a anterior proteção do Instituto do Açúcar e do Alcool, fechado no governo Collor, as formas de luta dos sindicatos e da Fetape se transformam e passam a fazer concorrência com o MST (que aumenta na área), numa onda de ocupações de terras que se tornaram improdutivas para fins de assentamento e reforma agrária. Muitas usinas se deslocam para outros estados, assim como muitos trabalhadores de várias áreas nordestinas passam a fazer a safra em São Paulo.<sup>43</sup> Já os metalúrgicos, que vão sofrer as transformações na organização do processo de trabalho, permanecerão como categoria sindical de grande importância através de novas gerações, embora adquirindo novas características.<sup>44</sup>

## Os capítulos

Nas reuniões entre os pesquisadores da equipe que organizou este livro foram se constituindo gradativamente os capítulos a serem publicados, segundo competências específicas, investigações anteriores e oportunidades de abertura de novas frentes de trabalho, de maneira a formar um mosaico de temas cercando os nossos grupos de referência, metalúrgicos e canavieiros das duas regiões distintas. Se a narrativa factual e em ordem histórica está mais presente em análises sobre os metalúrgicos de São Paulo (e Osasco e Guarulhos), capítulo de Murilo Leal, e dos canavieiros de Pernambuco, capítulo coordenado por Roberto Vêras e Mario Ladosky, e menos nos relativos aos metalúrgicos do ABC, isso se refere ao maior conhecimento e divulgação das greves e do movimento dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, com sua visibilidade jornalística e sua extensa bibliografia. Assim, a equipe que pesquisou os metalúrgicos do ABC (colegas

---

<sup>43</sup> Tendência geral, que não elimina, no entanto, as lutas dos canavieiros remanescentes. Como já mencionado, o trabalho de pesquisa da equipe da UFPB/UFPG mostrou que greves importantes ocorreram em 1998 e 2005 (ver capítulo 2 neste livro). Estudos recentes de historiadores que atuam nas universidades nordestinas, alguns deles sobre os processos descritos neste livro, estão em Oliveira (2015).

<sup>44</sup> Novas avaliações das greves dos metalúrgicos do ABC, colocadas num contexto comparativo nacional e internacional, estão, em diversos artigos, no dossiê preparado por Rodrigues e Santana (2018).



da Universidade Federal do ABC (UFABC) e da Faculdade de Educação da USP) se viu desafiada a tratar de temas menos explorados na literatura existente e atacou novas frentes, como a participação feminina no movimento (capítulo 4, de Jaime Santos Jr. e Marilda Menezes), as trajetórias de militância sindical que se transformam em carreira política (capítulo 6, de Kimi Tomizaki e Yuri Pinto) e as greves vistas pela grande imprensa (capítulo 3, de Karen Fonseca, Sidney Jard da Silva, Eduardo Rodrigues e Gabriela Marinho). A experiência prévia da equipe com temas que dizem respeito aos metalúrgicos do ABC é considerada como um legado anterior a essa pesquisa coletiva e aparece na bibliografia comum ao grupo. Assim, o já clássico estudo sobre a comparação entre as gerações de metalúrgicos de São Bernardo, aquela geração que participou das greves da virada dos anos 1970 para os 1980 e a dos seus filhos, por Kimi Tomizaki (2007), ou ainda as pesquisas de Marilda Menezes e Jaime Santo Jr. sobre os migrantes paraibanos tornados metalúrgicos estabelecidos no ABC ou retornados aos municípios de origem (Menezes, 2019, no prelo), são ambos estudos pressupostos na pesquisa atual, em que se buscaram novos temas a serem abertos.

Uma parte da equipe da UFPB – Valéria Aldeci Costa e Bárbara Costa e Silva – se interessou também pela memória de gênero no movimento sindical de Pernambuco e da Paraíba, o que nos traz elementos de comparação com as mulheres metalúrgicas. Antonio Carriço tratou do tema da assessoria sindical no caso do movimento de trabalhadores rurais, ao passo que José Carlos Matos Pereira investigou os arquivos da repressão da ditadura para estudar a violência e a vigilância que atingiam o movimento dos trabalhadores rurais. Alberto Handfas nos fornece uma análise do panorama econômico que condicionava os conflitos sociais em que estavam envolvidos metalúrgicos e canavieiros, operários e trabalhadores rurais.

Achamos importante incluir no livro três artigos publicados em 1970 e 1980 – tão clássicos (para nós) quanto pouco conhecidos – que nos forneceram resultados empíricos e analíticos para embasarem o trabalho realizado. É o caso do capítulo intitulado “Conflitos de classe sob regi-

me autoritário: o caso do Nordeste”, de Moacir Palmeira, escrito em 1974 (antes das greves, portanto), no qual o autor faz uma análise etnográfica dos conflitos cotidianos invisíveis entre os trabalhadores e a administração de engenhos e usinas que muito explica a eclosão dos movimentos coletivos grevistas dos anos posteriores: uma luta em torno de cláusulas sobre tabelas de tarefas, transporte, possibilidade de acesso a cultivos de subsistência, fornecimento de instrumentos de trabalho. Segue-se a esse artigo um outro do mesmo autor, “Greve em Pernambuco (1980)”, escrito em 1981 como parte de seu trabalho de assessor educacional na Contag. O terceiro texto é o de Lygia Sigaud, que nos forneceu instrumentos de análise do cenário e da temporalidade das greves construídos com base na análise da repetição das greves de canavieiros, mas que nos serviram também para transpô-los para a análise comparativa do ciclo de greves dos metalúrgicos.

Finalmente, temos o capítulo sobre a construção do acervo da pesquisa que deu origem a este livro, escrito por José Sérgio Leite Lopes, Miriam Starosky, Anna Fernandes e Anne Rosso, acervo este que se insere num programa preexistente de memória dos movimentos sociais (Memov/CBAE/UFRJ), que se utiliza de um banco de dados digital em formação. A existência de tal programa e o desejo de aumentar seu raio de atuação foram responsáveis pela nossa proposta de trabalho com uma rede de pesquisadores de diversas universidades públicas para abrir novas frentes de investigação e de arquivos de dados. Uma parte importante do acervo de pesquisadores do Museu Nacional que trabalharam na área canavieira do Nordeste é um de nossos pontos de partida.

Vou me ater a alguns temas presentes em capítulos deste livro para continuar a tarefa de análise comparativa que se impõe nesta Introdução, selecionando aspectos relacionados a gênero, assessoria sindical, gerações e memória.

A escolha do tema das mulheres metalúrgicas do ABC, cujo título do capítulo é significativo – “À margem da história? Mulheres e a me-

mória das greves do ABC (1978-1983)” –, se deu com base na observação reflexiva feita pelos pesquisadores Marilda Menezes e Jaime Santos Jr. ao partirem em busca da memória dos metalúrgicos do ABC quarenta anos depois do início das grandes greves que notabilizaram aquele grupo social. Entrando em campo por intemédio do setor de memória do sindicato, onde funcionárias estão trabalhando na organização do acervo, foram ambos orientados a iniciar suas entrevistas na Associação de Aposentados e Anistiados do ABC (AMA-A). No processo de disputa de narrativas que de hábito se forma em torno de uma memória valorizada, eles constataram que a participação das mulheres no movimento era invisibilizada, inclusive por elas próprias. Assim, animaram-se a estudar trajetórias de mulheres metalúrgicas militantes, suas relações com as famílias de origem, suas dificuldades diante da dominação masculina naturalizada. Puderam também ter acesso à denúncia delas às formas de exploração no trabalho com repercussões especificamente femininas, como, por exemplo, aquelas relacionadas ao acesso ao banheiro, materializada na “chapinha”, mais do que aquelas que a parte dominante masculina do sindicato priorizava (acompanhando também a legislação social), marcando o lugar implícito da mulher na casa e no cuidado da família, e a reivindicação contra o trabalho noturno de mulheres, tema dominante no 1º Congresso de Mulheres Metalúrgicas de 1978 (desenvolvendo as análises pioneiras de Beth Lobo em Lobo, 2011 [1991]). Se o dilema e arrependimento do militante sindical masculino recorrente é a sua ausência da família (de “não ter acompanhado meus filhos crescerem”), ele se multiplica no caso das mulheres sindicalistas, forçadas a assumirem papéis tidos como masculinos na divisão do trabalho doméstico e a contarem com a ajuda de parentes para suprirem os cuidados familiares secundarizados em função da militância.

O capítulo seguinte, “Memória, gênero e honra no Nordeste canavieiro: entre as lutas do passado e os desafios do presente”, de Valéria Aldeci de Oliveira e Bárbara Costa e Silva, nos fornece de imediato material comparativo entre as trajetórias das mulheres inseridas respectivamente no

sindicalismo dos metalúrgicos e dos trabalhadores rurais da cana. Embora a precocidade aparente das mulheres metalúrgicas do ABC, contempladas com um congresso desde 1978, apareça como uma vanguarda diante das mulheres camponesas do sindicalismo de trabalhadores rurais – onde a associativismo sindical do chefe de família representava toda a unidade doméstica, à semelhança da categoria *ajuda* do trabalho agrícola da mulher e dos filhos em relação ao do pai na divisão do trabalho familiar do campesinato –, as complexidades do processo histórico acabam por inverter de certa forma as aparências comparativas iniciais.

De fato, a notabilização das lideranças de mulheres camponesas nos arredores ou no interior da zona canavieira, em especial na Paraíba, indica um crescimento importante na presença militante das mulheres no sindicalismo de trabalhadores rurais. Como o capítulo mostra, inicialmente há uma apropriação do impedimento dos maridos nas atividades associativas para que as mulheres possam entrar em cena de forma marcante através das brechas abertas no processo histórico. Assim, duas das lideranças femininas pioneiras, Elisabeth Teixeira e Margarida Alves, adquirem proeminência dessa maneira: a primeira, após o assassinato de seu esposo, quando então ela ocupa seu lugar e passa a ter uma notoriedade nacional nos dois anos que antecedem o golpe de 1964 para depois enfrentar o exílio interno e a diáspora familiar; a segunda, em consequência da repressão ao marido sindicalista que dá origem à sua “doença dos nervos”, projetando-a para essa liderança feminina excepcional à frente de um sindicato (cf. Novaes, 1997, p. 213-217). Elisabeth tinha um capital escolar de origem mais elevado que o comum, por ser filha de pequeno proprietário e comerciante; alfabetizou João Pedro Teixeira e lidava com as tarefas escritas da liga camponesa de Sapé antes de assumir a liderança como viúva e mártir. Margarida provinha do associativismo católico que fundou os “sindicatos de padre” e progressivamente se impôs na entidade de Alagoa Grande após o impedimento do marido.

O sacrifício das duas se tornou exemplar para a posterior promoção da participação das mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais e em entidades a serviço do movimento popular no campo (eventualmente animando o trabalho de base sob a forma de oposição sindical). Tanto Margarida como Penha, que a sucedeu no movimento e faleceu num acidente de carro, pertenceram ao Centru, uma ONG fundada por Manuel da Conceição, liderança presa, exilada e retornada ao país após a anistia. A equipe de pesquisa da UFPB pôde ter acesso às continuadoras desse trabalho, como a sindicalista e violeira Soledade, bem como as descendentes de Penha, participantes do Movimento de Mulheres do Brejo paraibano.

Em Pernambuco, um fator importante para a entrada das mulheres nos sindicatos se deu no sertão, quando foram apoiadas pelos STRs locais no auxílio ao seu alistamento nas frentes de trabalho na seca de 1983, na ausência dos homens, que haviam partido em busca de trabalho em outras regiões. Essas circunstâncias no sertão, adicionadas ao trabalho tenaz de sindicalização das mulheres por parte de assessoras em outros polos como o da zona canavieira, conhecedoras dos departamentos femininos que se fundavam nos sindicatos, não sem resistências dos homens, acabaram por impor um processo de ascensão da militância das mulheres nos STRs. Esse processo resultou na atual composição paritária por gênero na diretoria da Fetape, com a eleição de uma presidenta oriunda do sertão no congresso que os pesquisadores da equipe da UFPB e da UFCG puderam também acompanhar e registrar de forma audiovisual.

Na pesquisa e no trabalho de campo, sobre a memória dos conflitos e sua transmissão, além das diferenças de gênero tratadas nos capítulos “À margem da História” e “Memória, gênero, honra”, também nos deparamos com as diferenças e tensões entre gerações. Na própria oficina de pesquisa que fizemos no Centro Social de Carpina na Fetape, em abril de 2019, à qual estavam presentes contemporâneos ativos das greves dos anos 1970 e 1980 e também membros das diretorias recentes e da atual da Federação, as tensões

inerentes à transmissão entre gerações estava permeada pela recente separação entre assalariados e trabalhadores da agricultura familiar na estrutura sindical. As novas gerações tratam da separação como algo a ser lidado pragmaticamente, não vendo maiores problemas nessa decisão tomada pelo Poder Judiciário e aplicado pelo sistema sindical que anteriormente unificava num só sindicato por município (e federação única por estado e a Contag no topo) trabalhadores rurais envolvidos em diferentes relações de dominação no campo, desde os assalariados até os pequenos proprietários que se utilizam do trabalho familiar, passando por foreiros, posseiros, moradores, colonos. As gerações mais velhas viam nessa unificação uma vantagem, não somente porque na família camponesa havia membros com diferentes situações eventualmente transitórias e sucessivas, como também por haver formas de assalariamento que supunham o acesso a cultivos de subsistência tais como previstos nos dispositivos legais dos 2 hectares; a terra e a reforma agrária unificando todas as demais reivindicações.

Se antes os adeptos da separação podiam ter concepções intelectuais sobre a superioridade dos assalariados como mais próximos da situação estrutural dos operários industriais detentores da utopia da grande transformação social – também criticada por construções eruditas contrárias baseadas no conhecimento do trabalho familiar e da cultura do campesinato como atores de igual relevância histórica –, as gerações mais novas tendem a ver a separação sindical como algo menos dramático a ser encaminhado. Mesmo porque a transição entre as duas formas de organização tem sido coordenada de forma preventiva e combinada pela Contag e por federações como a Fetape. Mas esse processo é visto com uma certa tristeza pelas gerações mais antigas, orgulhosas do alcance e da força da unidade e do aprendizado da tolerância entre os diferentes.

Também no caso dos metalúrgicos do ABC aparecem tensões entre as gerações, tendo como panorama de fundo as diferenças analisadas por Kimi Tomizaki (2007; 2006a; 2006b). De um lado os mais velhos, orgulhosos do “resgate da dignidade” operária de que sua geração foi o sujeito

histórico; de outro os mais novos, concebendo seu trabalho operário nas fábricas como “de passagem”. Desse desencontro entre as gerações com repercussões na difícil transmissão da memória, resta uma perspectiva de aliança entre ambas na medida mesmo em que a expectativa de passagem pela fábrica em direção a profissões e atividades com mais alto capital escolar não se concretiza, e o consolo da permanência na fábrica diante de um mercado de trabalho cada vez mais precarizado passa pelas habilidades de combatividade dos mais velhos para garantir nos locais de trabalho comuns o emprego dos mais jovens (potencialmente seus filhos). A renovação da combatividade nos mais jovens é, assim, incerta, mas não impossível. No interior do sindicato pudemos observar a preocupação da diretoria com a renovação da tradição da entidade nas novas condições socioeconômicas e políticas. Entre os mais velhos, no banco de dados sobre as trajetórias dos sindicalistas do ABC construído por Kimi Tomizaki ao longo de suas pesquisas, ela mesma e Yuri Pinto, no capítulo “Das portas das fábricas aos cargos eletivos”, iniciam um trabalho sobre aqueles que tiveram uma passagem pela prova de fogo das eleições no sistema político. Um trabalho comparativo pode ser feito posteriormente com as pesquisas sobre os sindicalistas do campo que fizeram essa mesma tentativa de entrada na política, e que resultou na linha de pesquisa inaugurada por Beatriz Heredia e Moacir Palmeira, “Antropologia da política”.<sup>45</sup> No capítulo 7, sobre assessoria sindical, escrito por Antonio Carriço, são examinadas as trajetórias de dois assessores do movimento de trabalhadores rurais: uma originária do sindicalismo do sertão, outro, originário do movimento dos economistas da redemocratização que se tornou técnico do Dieese e da Fetape. Naquele momento, na virada dos anos 1970 para os 1980, o Dieese era uma entidade com uma implantação progressivamente nacional, originário que era, anteriormente, do sindicalismo urbano de São Paulo. O material recolhido na pesquisa é suficiente para em futuro próximo fazer-

---

<sup>45</sup> Ver Heredia e Palmeira (2015); Heredia (2010).

-se um balanço das assessorias sindicais comparadas nas áreas urbanas e rurais, assim como as pontes entre tais especializações (de que o Dieese passa a ser exemplo quando se torna nacional).

Com efeito, podemos observar, no nosso material de pesquisa, tanto as iniciativas de sindicatos na construção de suas assessorias (jurídica, médica, de formação sindical, educacional), bem como as de federações e confederações – nesse caso obedecendo às instâncias da própria estrutura sindical –, quanto as iniciativas intersindicais de que falaremos em seguida. Vimos no primeiro tópico desta Introdução a constituição do corpo técnico-burocrático e das assessorias nos diferentes casos aqui estudados, no interior do SMSP, com seu grande número de funcionários, no sindicato de São Bernardo, com uma assessoria que vai crescendo e se diversificando, e também no sistema Fetape/Contag, com suas assessorias jurídicas e educacionais especializadas. Os advogados do sistema Contag faziam reuniões periódicas de troca de conhecimentos técnicos do direito agrário e trabalhista do campo desde o início dos anos 1970; também houve cursos de formação de dirigentes sindicais em nível nacional na Contag nos anos 1970, de que participou nosso companheiro de equipe de pesquisa Moacir Palmeira.<sup>46</sup> Nos diferentes casos há um investimento em comunicação e jornalismo, na feitura dos jornais (*O Metalúrgico* no SMSP, a *Tribuna Metalúrgica* no caso do SMABC, e *O Trabalhador Rural*, revista da Contag), em comunicação radiofônica, como no caso da Fetape, e no audiovisual, no sindicato de São Bernardo; e de uns anos pra cá cada qual tem seus diferentes sites e redes sociais. No SMABC visitamos o Centro de Formação Celso Daniel e entrevistamos os responsáveis pelas atividades educacionais; assim como a emissora de televisão TVT (TV dos Trabalhadores) e a Rádio Brasil Atual. Essa entidade sindical assumiu assim um papel

---

<sup>46</sup> Um dos desdobramentos previstos desse projeto é o de sistematizar a experiência anterior dos seus próprios pesquisadores em assessorias sindicais e entidades ligadas ao movimento popular, inclusive no que diz respeito aos casos aqui estudados.



de “incubadora” de projetos de assessoria técnica que transbordam a área territorial e o alcance social de sua competência original.

Há também as assessorias intersindicais, que de certa forma desobedecem à verticalidade da estrutura sindical, cujo caso clássico é o do Dieese (cujo financiamento passava por cotizações dos sindicatos sacadas das contribuições dos associados e não do imposto sindical). Estas parecem acompanhar os períodos de ascensão do movimento, tais como a fundação do Dieese em 1955, na sequência da greve de 1953, assim como outras sob esse modelo, na virada dos anos 1970 para os 1980. Assim, seguindo o padrão inaugurado pelo Dieese, foram fundados no início dos anos 1980 o Diesat (saúde do trabalhador) e o Diap (assessoria parlamentar em Brasília). Também naqueles anos foi fundada a cooperativa de jornalistas e cartunistas Oboré, que assessorava ou assumia a responsabilidade técnica de jornais de diferentes sindicatos de trabalhadores urbanos (principalmente em São Paulo) e nos anos 1990 teve uma experiência com o periódico da Contag. Procuravam dar sua contribuição na construção de um jornalismo sindical e, depois, comunitário que furasse o bloqueio da grande imprensa, em especial nos momentos de conflitos (como mostra o capítulo “Entre sujeitos e sentidos”, que analisa o discurso dos principais diários paulistanos). O grupo Oboré, composto por jornalistas e chargistas jovens, juntou-se nesse mesmo espaço do jornalismo sindical, agora ampliado, ao trabalho pioneiro do já veterano jornalista Felix Nunes previamente vinculado ao movimento sindical<sup>47</sup> que fazia solitariamente a tarefa que o novo coletivo tinha por objetivo fazer com os instrumentos e o estilo de seu tempo. As centrais sindicais foram também constituindo

---

<sup>47</sup> Quando estive no escritório do Dieese em São Paulo, na virada dos anos 1970 para os 1980, como colaborador de um grupo do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro que queria fundar um escritório estadual do Dieese, Walter Barelli me apresentou a esse antigo militante do PCB nos bairros operários de São Paulo, cujas paisagens estão no seu livro de crônicas *PC Linha Leste*, e que era frequentador assíduo do pequeno espaço público operário ecumênico que eram as reuniões intersindicais do Dieese.

suas assessorias ao longo dos anos 1980 e 1990. Nos últimos anos o Dieese, seguindo ideal expresso por seu primeiro diretor-técnico José Albertino Rodrigues e seu continuador Walter Barelli, de formar uma universidade do trabalho, fundou a Escola Dieese, com um mestrado profissional aprovado pela Capes-MEC e com suas primeiras turmas já diplomadas ou em vias de conclusão de curso.

A preocupação com o registro e com a guarda da documentação e da experiência dos movimentos sindicais e populares dos anos 1960, 1970 e 1980 (e em diante) foi materializada em entidades como o Centro Pastoral Vergueiro (CPV), criado em 1973 por freis dominicanos ligados aos movimentos sociais de então. Com uma vasta informação sobre oposições sindicais (inclusive a OSM-SP), movimentos de bairros e outros movimentos, o CPV é um centro de documentação fundado simultaneamente aos movimentos recém-criados, dos quais coleta e sistematiza o registro. Em 1980 foi criado o Centro de Memória Sindical (CMS), sediado no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, no período de diversificação do campo sindical em que aquela entidade acolheu ou foi procurada por setores de esquerda saídos ou distantes da OSM-SP, nesse caso com qualidades técnicas de história e documentação. Embora ligado à Força Sindical, o CMS tornou-se ao longo do tempo um centro de referência mais amplo e ecumênico com uma rica documentação e um site atraente. O Centro de Documentação e Memória Sindical (Cedoc) da CUT foi fundado em 1999 e juntamente com o Centro de Referência Memórias Reveladas do Arquivo Nacional, promoveu uma série de quatro seminários internacionais, denominados “Arquivos do Mundo dos Trabalhadores”, em 2008, 2011, 2013 e 2016, os quais resultaram em quatro livros-coletâneas (Marques e Stampa 2009; 2012; 2015; 2018). Em 2007 foi lançado o Projeto Memória da OSM-SP, que ao longo dos anos seguintes foi-se tornando um verdadeiro movimento social pela memória, essencial para a transmissão da experiência do movimento da OSM-SP entre 1967 e 1987, na medida mesmo em que o sindicato não foi conquistado e não tenha, assim, uma memória

institucional, como é o caso do SMABC ou da Fetape/Contag (que pode ser consultada nos respectivos sites). Uma série de publicações foi feita nos anos seguintes, e foi refeita uma rede por zonas da cidade em torno da reconstituição da memória.

Em 2012 esse projeto deu um salto organizativo, quando concorreu no segundo edital do Projeto Marcas da Memória, da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, e ganhou um financiamento para um projeto específico destinado à investigação dos mecanismos de controle e vigilância dos trabalhadores durante a ditadura militar-empresarial. Como resultado foi publicado o livro *Investigação operária: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores* (IIEP-Projeto Memória da OSM-SP, 2014; nas p. 21-29 é feita uma reconstituição da pesquisa com todas as suas oficinas e plenárias por zonas de São Paulo). Ao longo dos anos o Projeto Memória da OSM-SP (através de seu escritório de pesquisa Instituto Investigação Estudos e Pesquisa-IIEP) constituiu um acervo documental considerável, descrito em Batistoni (2014).

Outra iniciativa de organização da memória por parte de um movimento social foi feita pela Fetape, em 2012, ao completar 50 anos, quando foi lançada a ideia de se criar a Academia Sindical Fetape, que deveria “se preocupar em valorizar as memórias vivas do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e organizar a história de luta dos homens e mulheres do campo” (Fetape, 2018, p. 9). Uma de suas primeiras publicações é o livreto *O Campo: meu lugar de viver, ver e transformar*, que contém entrevistas transcritas com dez lideranças históricas da Fetape.<sup>48</sup> A Academia Sindical é organizada por polos geográficos correspondentes aos polos sindicais em que se organiza a Fetape, com um veterano responsável por cada um deles.<sup>49</sup> É importante assinalar ainda o avanço na

<sup>48</sup> No título, pode-se ver a incorporação reinterpretada do antigo lema da Ação Católica: ver, julgar e agir.

<sup>49</sup> A semelhança do Projeto Memória da OSM-SP, também organizado por zonais de São Paulo, como se fazia no passado.

organização documental sobre os conflitos trabalhistas judiciais, como é o caso da experiência do Projeto Memória e História do Departamento de História da UFPE em colaboração com o TRT da 6ª região, bem como com o Memorial da Justiça do mesmo TRT. Graças às relações de cooperação mútua que estabelecemos com essas instituições durante a pesquisa, tivemos acesso a esses documentos fundamentais. Por outro lado, avanços equivalentes na organização da documentação sobre a repressão durante a ditadura (e sua continuidade no tempo) são de importância crucial. É o caso das experiências arquivadas no acervo do Dops no Arquivo Estadual de Pernambuco a que tivemos acesso, ou ainda a do projeto em rede Memórias Reveladas do Arquivo Nacional.

Para concluir esta Introdução necessariamente comparativa entre os movimentos aqui estudados, vimos que, em certo sentido, as três experiências – a da Oposição Sindical Metalúrgica (que se autoavalia como uma frente de trabalhadores), a do sindicalismo de São Bernardo e a do sindicalismo da Fetape – constituíram-se, de diferentes maneiras, num espaço sindical relativamente autônomo, onde as propriedades internas do campo prevalecem sobre os pertencimentos externos, como organizações políticas ou religiosas. A história autoritária do sindicato único que deveria ser apolítico, como projetado por seus idealizadores dos anos 1930 ligados ao mundo jurídico, ainda mais redobrado pelo período da ditadura, contribuiu por vias inesperadas e paradoxalmente para que os trabalhadores construíssem experiências autônomas, mesmo reconhecendo as contribuições externas de partidos políticos (como o PCB e outros), de entidades religiosas (como a Igreja católica) ou do *ethos* legalista e jurídico proveniente do Estado. Do interior de instituições oriundas da estrutura sindical “oficial”, como a Fetape/Contag ou o Sindicato de São Bernardo do Campo, surgiu um sindicalismo tão combativo quanto a experiência nas fábricas e nos bairros da OSM-SP. Como formulado nas considerações finais do capítulo “O caráter histórico e atual das lutas dos canavieiros de

Pernambuco por direitos”, a história do sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras do campo contribuiu para o fortalecimento da mobilização e organização em defesa de seus direitos e melhores condições de trabalho e de vida, através da ação sindical, deixando um importante legado para as novas gerações, tanto quanto o chamado “novo sindicalismo” dos anos 1980 dos metalúrgicos de São Paulo ou do ABC. A diversidade de repertórios e de confrontos específicos com os diferentes patronatos produziu lutas equivalentes pela conquista da dignidade dos trabalhadores numa sociedade com a tradição escravista, desigual e de capitalismo autoritário como a brasileira. Que essa experiência histórica diversificada e a sua memória sirvam de alguma forma como instrumento para a criatividade das novas gerações nas lutas com que se defrontarão.

## Referências bibliográficas

- ABRAMO, Laís. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- BATISTONI, Maria Rosângela. Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo: história e memória. In: MULLER, Angélica; STAMPA, Inês; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs.). *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. p. 191-209.
- BATISTONI, Maria Rosângela. *Entre a fábrica e o sindicato: os dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo*. 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. São Paulo, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. A greve e a ação política. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2019. p. 236-247.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo: Brasil 1962-1985*. Brasília: MDA, 2011.
- CORRÊA, Larissa Rosa. *Disseram que voltei americanizado: relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar*. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ESTERCI, Neide; NOVAES, José Roberto; NOVAES, Regina. *Canavieiros em greve: campanhas salariais e sindicalismo*. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), 1985. *Cadernos do Cedi*, v. 14.

FELIZ ANO NOVO, VÉIO! *O facção de 1999 na indústria metalúrgica do ABC paulista*. Direção de Ana Lúcia M. C. Ferraz. São Paulo: Laboratório de Imagem e Som em Antropologia – FFLCH, 1999. 1 cassete (43 min.) DV, NTSC.

FERRAZ, Ana Lúcia M. C. *Dramaturgias da autonomia: a pesquisa etnográfica entre grupos de trabalhadores*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FETAPE. *O campo: meu lugar de viver, ver e transformar. Uma homenagem às memórias vivas da Academia Sindical Fetape*. Recife, 2014, 70 p. (disponível em: [O\\_campo\\_miolo\\_final\\_WEB\\_pdf](#). Acesso em: 21 out. 2019).

FETAPE. *Zona da Mata: a história do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais começa aqui*, 2018. Coleção *A história das Lutas e Conquistas do MSTTR*, Fascículo 1. 39 p.

FONTE, Romeu da. *Doutor Romeu*. Recife: FacForm, 2009.

HEREDIA, Beatriz. Participación y Política. Sus diferentes significados. *Anuario de Estudios de Antropología Social*, v. 1, p. 2-16, 2010.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir. El voto como adhesión. *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, v. 54, p. 453-469, 2015.

IIEP/Comissão Nacional da Verdade. *A luta dos trabalhadores e das trabalhadoras por verdade, justiça e reparação*. Relatório do grupo de trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e Trabalhadoras e ao Movimento Sindical da Comissão Nacional da Verdade. São Paulo: Núcleo Piratininga de Comunicação, 2015. 46 p.

IIEP/Projeto Memória da OSM-SP. *Investigação Operária: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores*, 2014. 204 p.

LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

LOBO, Elisabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MARQUES, Antônio; STAMPA, Inês (Orgs). *Arquivo, memória e resistência dos trabalhadores no campo e na cidade*. Comunicações do 2º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, 2011. São Paulo: CUT/Arquivo Nacional, 2012.

MARQUES, Antônio; STAMPA, Inês (Orgs). *Arquivos e o direito à memória e à verdade*. Comunicações do 3º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, 2013. São Paulo: CUT/Arquivo Nacional, 2015.

MARQUES, Antônio; STAMPA, Inês (Orgs). *O Mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. São Paulo: CUT/Arquivo Nacional, 2009.

- MARQUES, Antônio; STAMPA, Inês; TROITIÑO, Sonia (Orgs). *Trabalhadores, arquivos, memória, verdade, justiça e reparação: Reflexões do 4º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos* (seminário em 2016). São Paulo: CUT/Arquivo Nacional, 2018.
- MARTINS, Heloísa H. T. Souza. *Igreja e movimento operário no ABC*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARTINS, Heloísa H. T. Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- NORONHA, Eduardo. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 119-168, 2009.
- NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- OLIVEIRA, Roberto Vêras. *Sindicalismo e democracia no Brasil: atualizações do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/33766738>. Acesso em: 23 out. 2019.
- OLIVEIRA, Thiago Bernardon de (Org). *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2015.
- PERROT, Michelle. *Les ouvriers en grève: France 1871-1890*. Paris/La Haye: Mouton/École Pratique des Hautes Études, 1974. 2 t., 900 p.
- REVISTA CONTAG. *40 Anos de lutas ao lado do homem e da mulher do campo*. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.
- RODRIGUES, Iram Jácome; SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalhadores, sindicalismo e política: 1978, quarenta anos depois*. *Lua Nova*, São Paulo, n. 104, 2018.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SIGAUD, Lygia Maria. *Greve nos engenheiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- SIGAUD, Lygia Maria. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMIZAKI, Kimi. *Ser metalúrgico no ABC: transmissão e herança da cultura operária entre duas gerações de trabalhadores*. Campinas: Centro de Memória – Unicamp/Arte Escrita Editora, 2007.

VÉRAS, Roberto. *O ABC da resistência: quando certos personagens resistem para permanecer em cena*. São Bernardo do Campo: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. 2001.

WARNER, J. Lloyd. *The social system of the modern factory: the strike: a social analysis*. Nova Haven/Londres: Yale University Press, 1965. Yankee City Series, v. 4, 245 p.



# As greves metalúrgicas de 1978 e 1979 em São Paulo, Osasco e Guarulhos no ciclo nacional

*Murilo Leal Pereira Neto*

No dia 12 de maio de 1978 às 7 horas da manhã não se ouviu o trape-zape dos tornos, fresadoras, furadeiras, retificadoras nem de qualquer outra máquina na fábrica da Saab-Scania em São Bernardo do Campo. Os aparelhos que foram ligados logo voltaram à inatividade. Chefias corriam de um lado para o outro, estranhando a situação, contendo um riso nervoso e imaginando que a causa poderia ser falta de energia.<sup>1</sup> Não. Era a greve, que se iniciava como simples “paralisação por melhores salários” em uma sexta-feira, vésperas do dia das mães.<sup>2</sup>

No mesmo dia, era fundado o Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo.<sup>3</sup>

Sem poder prever que estaria disparando um dos maiores ciclos de greves da história ocidental, Gilson Menezes, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, recém-empossado, organizara a sedição em sigilo.<sup>4</sup> Chamado à sala de reuniões onde se encontrava o presidente e toda a diretoria da empresa, assumiu plenas responsabilidades, recusando-se a convocar outras lideranças ou a formar uma comissão. Lula foi levado para as negociações, que se realizaram à tarde no hotel Holiday, em São Bernardo. Cumpria-se o que, no dia anterior, parecia muito improvável às lideranças do próprio sindicato, onde Gilson estivera à noite:

---

<sup>1</sup> Ver Greve da Scania..., 11 maio 2018, p. 2.

<sup>2</sup> Oliveira e Noronha, 2015, p. 257.

<sup>3</sup> Cf. Abreu, 2001, v. 2, p. 1.471.

<sup>4</sup> A informação sobre o ciclo brasileiro ser uma dos maiores da história dos países ocidentais (entre 1985 e 1992) está em Noronha, 2009, p. 119.

“A Scania vai parar amanhã’. Quem iria acreditar? ‘Ah, esse cara é doído, mas... será?’” (Oliveira e Noronha, 2015, p. 259). Passados catorze dias, também numa sexta-feira, a primeira metalúrgica paulistana dava sinais de que algo vigoroso estava em movimento e não se detinha nos limites de uma região, nem na agenda de um sindicato. Os metalúrgicos da Toshiba, multinacional japonesa fabricante de motores, componentes eletrônicos e equipamentos, situada na Vila Arapua, bairro próximo a São Bernardo, começaram uma paralisação que se prolongaria por uma semana.

Da Toshiba, a greve espalhou-se, no dia 30 de maio, para a fábrica de empilhadeiras Hyster do Brasil, localizada na Zona Sul de São Paulo, e em 1º de junho chegava a Osasco, com a adesão dos 3 mil operários da Brown Boveri.<sup>5</sup> Passados nove dias, alcançou Guarulhos, e a Olivetti, com 1.700 operários, também parou.<sup>6</sup>

O movimento do ABC durou cerca de um mês e se encerrou com a assinatura de uma convenção coletiva em 30 de maio, entre o Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares (Sinfavea) e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, com a adesão posterior do Sindipeças, estabelecendo para todas as empresas do setor automobilístico um aumento parcelado de 11% e mais 13% de antecipação.<sup>7</sup>

Em São Paulo, o movimento prolongou-se por cinco meses e obteve 126 acordos coletivos negociados caso a caso, conquistando um reajuste médio de 12,5% e mais 10% de antecipação.<sup>8</sup>

A greve da Scania, em São Bernardo do Campo, foi, portanto, acompanhada, com diferença de poucos dias, pela greve da Toshiba, em São Paulo, alastrando-se posteriormente para Osasco e Guarulhos. O fenôme-

<sup>5</sup> Ver Segunda empresa..., 6 jun. 1978, p. 24.

<sup>6</sup> Ver Greve na Olivetti..., 7 jun. 1978, p. 18.

<sup>7</sup> Cf. Abramo, 1999, p. 224-216.

<sup>8</sup> Expansão do ciclo de greves entre maio e novembro de 1978: elementos de propagação. Acervo Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP). Pasta Histórico OSM/CPV. Acervo digital para consulta/campanhas salariais-greves 1978 e 1979.

no “ciclo de greves”, porém, tem merecido relativamente pouca atenção dos estudiosos da temática dos conflitos do trabalho, embora não tenha escapado ao campo de visão dos mais perspicazes. A desvantagem de uma ênfase exagerada no estudo das paralisações vitoriosas ou de maior impacto no imaginário é que tende a simplificar processos complexos, coletivos, moleculares e cumulativos de confrontos sociais, reduzindo-se a compreensão de seus alcances e significados e atribuindo-se, às vezes implicitamente, poderes propiciadores e nexos causais a determinados indivíduos ou entidades.

Embora inexistam trabalhos tratando das greves de São Paulo, Osasco e Guarulhos conjuntamente e, mesmo sobre São Paulo, falte pesquisa mais detalhada, esses acontecimentos foram estudados, analisados ou pelo menos mencionados em diversas obras. Uma das mais destacadas é a tese de doutorado de Maria Rosângela Batistoni (2001), que, em seu capítulo 3, reconstrói e repensa as greves de maio a setembro e as duas greves gerais, de 1978 e 1979. Participante ativa dos acontecimentos, Batistoni pôde consultar extensamente fontes primárias da Oposição Sindical Metalúrgica e ouvir o depoimento de vários dirigentes e militantes.

O livro *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*, resultado de um mestrado em História de Amnéris Maroni (1982), foi pioneiro em chamar a atenção para a importância da experiência de fábrica como novo campo de luta e para o papel das comissões internas como formas de organização na fase do movimento operário que se abria. A autora empregou a categoria “discurso da ação” para analisar práticas emergentes além do social, “visto como forma institucionalizada”. Baseou-se em depoimentos, jornais sindicais e da imprensa alternativa e documentos como os acordos salariais firmados entre comissões e patronal. Seu estudo não diferencia com clareza as greves ocorridas no ABC e em São Paulo, tratando ora umas, ora outras, como evidências das mesmas práticas.

Eder Sader, em *Quando novos personagens entraram em cena*, no capítulo 4, “Movimentos Sociais”, dedicou um item à Oposição Metalúrgica de

São Paulo, também enfatizando a novidade das lutas e formas de organização no chão da fábrica e reconstituindo as origens da Oposição desde os anos 1970. Trata das greves de 1978 e registra a importância da greve da Toshiba.

Outra dissertação de mestrado, de autoria de Laís Abramo, elaborada nos anos 1980, no Departamento de Ciências Sociais da USP, foi publicada com o título *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Em seu capítulo 6, “A greve”, a autora compara a duração e a dinâmica das greves do ABC e de São Paulo, também fazendo menção a Osasco e Guarulhos. Apresenta gráficos e quadros comparativos esclarecedores e uma tabela anexa, ao final do livro, relacionando as greves metalúrgicas por empresa, cidade e número de dias parados.

Ainda nos anos 1980, Hamilton José Barreto de Faria (1986) defendeu mestrado no Departamento de Ciências Sociais da PUC sobre *A experiência operária nos anos de resistência: a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário (1964-1978)*, outro trabalho que ressalta o papel das comissões de fábrica nas greves de 1978, especialmente no capítulo 5, “1978: a classe operária entra em cena”.

Embora as publicações sobre o assunto tenham começado a rarear desde o final dos anos 1990, recentemente, por esforço dos próprios sujeitos, saíram à luz dois trabalhos com imagens, documentos e depoimentos importantes sobre os eventos em pauta. Em *Investigação operária: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores*, o Conselho do Projeto Memória da OSM denuncia, destacadamente no capítulo “Greves: das prisões seletivas à repressão em massa”, a repressão, prisões e torturas sofridas pelos militantes da Oposição durante os anos da ditadura. Por sua vez, o livro *Máquinas paradas, fotógrafos em ação*, organizado por Adilson Ruiz e Ennio Brauns, reúne textos e, principalmente, muitos registros fotográficos das greves de 1978 e 1979 em São Bernardo e São Paulo. É uma pena que os dois volumes de *Greves no Brasil: de 1968 aos dias atuais* (Oliveira e

Noronha, 2015) não tenham incluído nenhuma entrevista sobre as greves metalúrgicas de São Paulo.

O presente estudo propõe-se jogar luz sobre as greves metalúrgicas de maio a setembro, de outubro a novembro de 1978 e de outubro a novembro de 1979 em São Paulo, Osasco e Guarulhos, como momento constitutivo da primeira fase do grande ciclo grevista de 1978-1997.<sup>9</sup> Tais eventos serão indagados em confronto com um modelo de análise explicitado adiante, de forma que os problemas suscitados pelas paralisações nos três municípios possam ser discutidos na perspectiva do ciclo nacional. Três conjuntos de questões emergem da investigação e serão tratados neste artigo: quais mecanismos, processos e formas de organização configuraram as greves mencionadas? Que impacto tiveram no processo da transição democrática e na mudança do regime e do modelo socioeconômico? O que as diferentes soluções das greves e protestos no ABC e em São Paulo, Osasco e Guarulhos podem nos dizer sobre a natureza e a dinâmica dos ciclos de confronto e como esse conhecimento pode nos enriquecer para a compreensão do mundo hoje?

Este texto está dividido em quatro partes: na primeira, apresentamos algumas considerações conceituais sobre ciclos de greves, em diálogo com dois estudos em especial: o artigo “Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007”, de Eduardo G. Noronha, e o livro *Power in movement: social movements and contentious politics*, de Sidney G. Tarrow. Na segunda, apresentamos uma breve narrativa das três greves em questão. Na terceira, analisamos as greves como momento do ciclo nacional a partir do modelo definido anteriormente e, finalmente, apresentamos as considerações finais.

A pesquisa que resultou neste estudo beneficiou-se da generosidade e da competência das equipes responsáveis pela organização e manutenção de diversos arquivos sindicais e de movimentos populares. No arquivo do

---

<sup>9</sup> Cf. Noronha, 2009.

Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP), pudemos analisar fotografias, boletins da Oposição e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, atas de reuniões das regionais da Oposição, panfletos, recortes de jornais, textos internos de balanço das greves, entrevistas, entre outros materiais. No Centro de Memória Sindical, foram encontrados e analisados entrevistas, recortes de jornais, pesquisas da época sobre o perfil da categoria metalúrgica de São Paulo, regimentos internos de comissões de fábrica, boletins e panfletos do Sindicato. No Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e tive acesso ao jornal *O Metalúrgico* e às atas das assembleias gerais. Além de consultar as entrevistas depositadas no acervo do IIEP, outras foram realizadas especificamente para esta pesquisa, com metalúrgicos, metalúrgicas ou apoiadores que tiveram participação relevante nos acontecimentos: Sofia Dias Batista, Maria José Soares, Sebastião Lopes Neto, Sueli Bossan, Salvador Pires e Anízio Batista. Dos jornais da imprensa comercial, as notícias da *Folha de S. Paulo* e do extinto *Jornal da República* mereceram atenção. Oportunidade única para coleta de informações e desenvolvimento de reflexões propiciou-nos a participação nos dois seminários promovidos no âmbito deste projeto, o primeiro na sede da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (Fetape), nos dias 7 e 8 de abril de 2019, em Carpina, Pernambuco, e o segundo no Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), a 2 e 3 de maio, em São Paulo.

## Referenciais teóricos

É importante ressaltar que o ciclo de greves foi apreendido e analisado no fluxo dos acontecimentos por alguns de seus agentes, e certos mecanismos e processos (conceituados na bibliografia especializada) foram identificados e concebidos.

Por exemplo, em balanço produzido pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP), intitulado *Contribuição ao debate*

sobre a greve dos metalúrgicos, datado de março de 1980, contendo 21 páginas, sem identificação de autoria, é feita referência a uma “onda grevista nacional” e se analisam algumas de suas características. O texto destaca a relação entre a ocorrência das greves e as oportunidades criadas pela “acentuada divisão no seio das classes dominantes” (Oposição Sindical, 1980, p. 3), provocada pelas disputas na sucessão de Ernesto Geisel e pelo surgimento de dissidências militares e empresariais (assemelhando-se a uma análise de “estrutura de oportunidades e riscos políticos”, segundo Sidney Tarrow, como veremos), e ressalta também o “desenvolvimento desigual” da “onda grevista”. Não escaparam aos autores considerações sobre as causas da possível desmobilização do movimento (fatores de “exaustão”, segundo Tarrow) com a mudança de conjuntura em 1980, após a promulgação da Lei da Anistia, e de uma nova política salarial – o que teria permitido maior união da burguesia no enfrentamento aos trabalhadores, com a atração de setores liberais.<sup>10</sup>

Trabalhos científicos produzidos na duração do próprio ciclo, como o de Laís Abramo, já mencionado, também trataram do assunto. Mesmo tendo como objeto o ABC paulista, a autora captou com sensibilidade aspectos da natureza e da dinâmica de um processo ora designado como “ciclo”, ora como “onda” grevista. Abramo entende este como um fenômeno diverso de uma “somatória de greves por empresa”, como também de uma “greve de categoria”, e esquadrinha as diferentes características dos movimentos em São Bernardo e São Paulo (Abramo, 1999, p. 209, 217).

Mais raros são, entre nós, estudos que definem ciclos de greves como objeto principal. É o caso do artigo de Eduardo G. Noronha, “Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007”, trabalho de referência para a periodização do fenômeno, a interpretação de suas causas e a análise de suas consequências políticas e sociais na configuração do tempo presente.

<sup>10</sup> Cf. Contribuição ao debate (1980).

Noronha delimita o grande ciclo entre 1978 e 1997 e baliza três fases: de 1978 a 1984 – expansão; de 1985 a 1992 – explosão; de 1993 a 1997 – resistência e declínio. A primeira fase, por sua vez, é demarcada em três subfases:

Subfase 1978-1979: Os sindicatos recuperam sua função de defesa dos salários. A estratégia grevista consolida-se, segundo o autor, como “uma das formas de reconquista da cidadania política” (Nogueira, 2009, p. 11) e seu êxito contribui para a disseminação dessa prática. As paralisações concentram-se no setor privado. Em 1978 mobilizam-se principalmente metalúrgicos e já em 1979 o ciclo expande-se para os trabalhadores da construção civil, professores e médicos. Trabalhadores e suas lideranças se lançam no cenário político nacional.

Subfase 1980-1982: retração sob o impacto de uma conjuntura econômica e política desfavorável com recessão e desemprego. Instabilidade no processo de abertura provocada pelo atentado do Riocentro e por uma rearticulação do empresariado;

Subfase 1983-1984: retomada das greves no setor privado, expansão no setor público em uma conjuntura política mais favorável após a posse dos governadores de oposição, eleitos em 1982.

Consideramos essa periodização uma contribuição relevante para o estudo do ciclo. Nossa análise vai ater-se à subfase 1978-1979 e ao início da seguinte, diferindo em alguns aspectos na ênfase e na interpretação dos significados do processo. Tentaremos demonstrar, por exemplo, que, em vez da narrativa de um processo em que, no ano de 1978, “há uma forte concentração na área metalúrgica do ABC, espalhando-se rapidamente para outros municípios, estados e categorias do setor privado” (Noronha, 2009, p. 11), mais adequado é compreender que a greve da Scania imediatamente encadeia-se com as greves de São Paulo, Osasco e Guarulhos, em uma série de paralisações com duração maior do que no ABC. A primeira greve geral metalúrgica do ciclo não se dá no ABC, mas em São Paulo, Osasco e Guarulhos, de 30 de outubro a 1º de novembro de 1978. Portanto,



de fato, trata-se de um processo combinado em que entram em cena, simultaneamente, as montadoras e fábricas de autopeças do ABC, seu sindicato, suas lideranças, e as metalúrgicas do gigantesco e multifacetado parque industrial da Grande São Paulo, seus sindicatos, oposições sindicais e lideranças. Com relação à “instabilidade do processo de transição política”, manifesta, segundo Noronha, no atentado do Riocentro (ocorrido em abril de 1981), provocando a retração do movimento na Subfase 2 (1980-1982), argumentaremos que as mortes de três metalúrgicos e um operário da construção civil em confrontos com a polícia, já em 1979, sugerem que pelo menos esse elemento da Subfase 2, a rearticulação repressiva do governo e do empresariado, já está presente em 1979 e não incide de fora (como o atentado do Riocentro), mas opera no próprio terreno do conflito trabalhista.

A contribuição principal de Noronha consiste na análise das causas e do impacto político do ciclo brasileiro. Após destacar que a literatura internacional especializada elenca variáveis explicativas tais como poder de compra dos salários, condições de trabalho, taxas de desemprego e inflação, taxas de sindicalização, políticas de recursos humanos, formação de concentrações operárias, Noronha sublinha a pouca atenção dada à relação entre ciclos grevistas e processos políticos. Em seu argumento, o ciclo brasileiro vincula-se a duas variáveis principais: as características da transição democrática e “a superação do modelo desenvolvimentista” (Noronha, 2009, p. 120) em ambiente macroeconômico excepcionalmente instável.

Quanto ao primeiro aspecto, o autor pondera que as transições para a democracia, especialmente após longos períodos autoritários, como ocorreram no Brasil e na Espanha, intensificam o potencial de conflitos do trabalho, ao abrirem espaços para a constituição de novos atores e tornarem a opinião pública mais propensa a apoiar ações coletivas – o que explica o fato de, como no caso brasileiro, as greves serem acompanhadas de outras formas de protesto e participação.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Ver Noronha (2009, p. 42).

Noronha parece identificar o legado mais duradouro do ciclo de greves na “inclusão de diversos segmentos sociais no âmbito da esfera política”, redesenhando “o mapa dos ‘incluídos’” (Noronha, 2009, p. 120) e na ampliação dos direitos do trabalho através de mudanças nas leis, assunto a que voltaremos adiante.

A segunda referência teórica relevante para nós é a obra de Sidney Tarrow, *Power in movement: social movements and contentious politics* (edição de 2011). Embora o objeto desse sociólogo da ação coletiva, como o título do livro indica, não sejam ciclos de greve, mas sim algo mais amplo (confrontos, revoluções), a metodologia proposta é adaptável a processos como o brasileiro, mesmo porque as greves aqui se combinaram inextricavelmente com protestos políticos e sociais. Como observa Tarrow, ciclos orientados para um objetivo específico (reajuste salarial, por exemplo) e integrados por um grupo social mais homogêneo (metalúrgicos, em nosso caso) não coincidem com os ciclos mais abrangentes, mas podem deles fazer parte.<sup>12</sup>

A principal contribuição de Tarrow consiste em desenvolver um modelo de análise baseado em certas regularidades: os *mecanismos* propiciadores das mobilizações e desmobilizações, seus *processos* de difusão, exaustão, radicalização/institucionalização e reestabilização e as *formas de organização* adotadas.

Como mecanismos de mobilização, o autor classifica três conjuntos: a *estrutura de oportunidades e riscos políticos*, os *repertórios herdados e criados* e as *campanhas e formação de coalizões*.

Se a ideia de *mecanismo* apreende o aspecto da lógica interna dos ciclos de protesto em uma dimensão mais sincrônica, a noção de processo descreve o movimento de expansão, esgotamento e reestabilização das situações em uma sequência diacrônica. Os protestos não se expandem por contágio ou combustão espontânea, mas por meios de difusão. Dos meios de difusão identificados por Tarrow, dois parecem ter sido determinantes

---

<sup>12</sup> Cf. Tarrow (2011, p. 192).

nas greves metalúrgicas de São Paulo: a *difusão relacional direta* e a *difusão indireta*. No primeiro caso, a experiência é transmitida por contato pessoal ou por redes de organizações, no segundo, por imagens e notícias transmitidas por meios de comunicação.<sup>13</sup>

Quanto às *formas de organização*, destacaremos aqui a questão dos papéis por elas desempenhados: *organização da ação coletiva no contato com os oponentes* – no caso das greves: quem negocia com a patronal e com o governo? Quem e como se organiza o confronto com a repressão, a mídia, os setores sociais desfavoráveis ao movimento?; *organização de defesa das demandas*, que consiste na associação formal de pessoas para defender ou resistir a mudanças sociais, políticas, culturais ou econômicas, e *estruturas de conexão ou redes interpessoais*, cuja função é ligar lideranças e seguidores, centro e periferia e as diversas partes do movimento.

Finalmente, o conceito gramsciano de *hegemonia*, associado à perspectiva da luta de classes, e o de hegemonia às avessas, de Oliveira, serão brevemente lembrados para o entendimento dos efeitos políticos das greves na transição democrática. Por falta de espaço, não poderemos dar exemplos desse aspecto na análise a seguir.

## **Breve narrativa**

Optamos por apresentar uma narrativa mais factual dos eventos antes de desenvolver a análise do ciclo à luz dos referenciais teóricos delineados, pois se trata de acontecimentos pouco estudados e com os quais não se espera que o leitor esteja familiarizado.

### *ABC, São Paulo, Osasco e Guarulhos*

Algumas considerações iniciais sobre as características peculiares das greves nos diferentes lugares podem nos ajudar a esboçar um quadro sintético do conjunto.

---

<sup>13</sup> Tarrow (2011, p. 192).

A subfase metalúrgica da primeira fase do ciclo de greves envolveu em São Paulo cinco municípios: São Bernardo do Campo, Santo André, São Caetano, a capital, Osasco e Guarulhos. A experiência do arrocho salarial, das precárias condições de trabalho e do regime fabril opressivo era percebida por uma ampla vanguarda nas fábricas como pesada herança dos vinte e um anos de ditadura, tendo chegado a hora de reagir. Sem esse sentimento generalizado, o ciclo de greves não teria começado. Essa experiência coletiva era um fator de convergência e propiciava condições para a articulação das lutas. Por outro lado, a estrutura sindical e a heterogeneidade da indústria metalúrgica tendiam a fragmentar e separar a classe em categorias municipais diversas.

Cada um dos seis municípios tinha um sindicato metalúrgico próprio. Em condições normais, as categorias de trabalhadores em geral se mobilizam mais na proximidade da data-base, definida legalmente, nas campanhas salariais. A data-base do ABC era em abril e a de São Paulo, Osasco e Guarulhos, em novembro, o que tendia a dividir as categorias. Entretanto, com os índices de inflação subindo, tornou-se praxe a mobilização seis meses após a data base por uma antecipação do reajuste anual. Dessa forma, em 1978 e 1979, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo estava em campanha por antecipação em abril, quando o ABC estava em plena campanha salarial, o que tendia a favorecer mobilizações conjuntas.

O calendário da subfase metalúrgica do ciclo desenhou-se da seguinte forma:

- 12 a 30 de maio de 1978 – greves de “braços cruzados e máquinas paradas” no ABC. Representaram um “golpe rápido e contundente”, segundo Abramo, mobilizando cerca de 61.800 operários de 28 empresas.
- 26 de maio a setembro de 1978 – greves de braços cruzados e máquinas paradas em São Paulo, Osasco e Guarulhos. Processo mais prolongado, envolvendo maior número de empresas pequenas e

médias (77 empresas ao todo) e um menor número de trabalhadores (55.905).<sup>14</sup>

- 30 de outubro de 1978 a 1º de novembro – primeira greve geral metalúrgica na grande São Paulo com assembleias de 20 a 30 mil pessoas na rua do Carmo.
- 13 a 27 de março de 1979 – greve geral metalúrgica em São Bernardo, Santo André e São Caetano. Os três sindicatos sob intervenção em 23 de março.
- 29 de outubro a 8 de novembro de 1979 – greve geral metalúrgica em São Paulo e Guarulhos, com participação de Osasco nos dias 30 e 31 de outubro.
- 1º de abril a 5 de maio de 1980 – greve geral metalúrgica em São Bernardo. São Caetano do Sul participou até o 8º dia e Santo André, até o 34º.

Em 1978, a base territorial do sindicato presidido por Lula era composta por menos de 600 fábricas, a do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, presidido por Joaquim dos Santos Andrade, por 7.014, segundo dados divulgados no jornal *O Metalúrgico*, publicação do Sindicato de São Paulo, de janeiro de 1979, com base em pesquisa do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).<sup>15</sup> Em São Bernardo, eram 125.557 operários na base em 1978, em São Paulo, 364.146. O parque metalúrgico paulistano estava espalhado pelas zonas Sul, Leste, Oeste, Norte e Sudeste de um município com 1.521 Km<sup>2</sup>, ao passo que a extensão dos municípios de São Bernardo e Diadema somados é de aproximadamente 436 Km<sup>2</sup>. Em São Bernardo, cinco grandes empresas empregavam 50% da categoria, ao passo que em São Paulo as 40 maiores não chega-

<sup>14</sup> Cf. Abramo (1999, p. 210)

<sup>15</sup> Cf. Organizando o trabalho sindical, jan./fev. 1979, p. 5. Ver também Abramo (1999, p. 56).

vam a gerar postos de trabalho para 20%. Em São Bernardo e Diadema, 65% da categoria estava concentrada em fábricas com mais de mil empregados e 72% encontrava-se em fábricas com mais de 500. Em São Paulo, a concentração industrial também se fazia sentir, mas em proporção bem menor: 24% da categoria estavam em fábricas com mais de mil empregados e 38% em fábricas com mais de 500.

Os dados indicam, portanto, duas categorias bem diferentes em sua “morfologia”, uma concentrada, outra dispersa. Mais importante ainda são as diferenças apontadas no estudo de Nogueira (1997). Enquanto em São Bernardo o setor moderno, localizado na indústria automobilística, com seus padrões tecnológicos e de organização do trabalho mais avançados, prevalecia, constituindo base para um sindicalismo mais independente, de massas, organizado nas fábricas, em São Paulo esse setor estava concentrado na indústria eletroeletrônica e era minoritário, prevalecendo as empresas mais tradicionais dos ramos metalúrgico e mecânico. *O Metalúrgico* informa ainda que mais de 3 mil das 7.014 fábricas do município não passavam de “pequenas oficinas de reparação” (Organizando..., jan./fev. 1979, p. 5). Como observa Nogueira, essa estrutura industrial era mais propícia a um sindicalismo de tipo antigo, pouco enraizado nas fábricas, mais dependente da proteção estatal, sem base de massas. Em São Paulo, o setor moderno e o tradicional conviviam.

“Nesse sentido, a estrutura do setor reforçava a produção de uma modalidade híbrida, moderno-conservadora, de sindicalismo, mas reafirmamos que o determinante para isso foi a dimensão subjetiva e político-sindical” (Nogueira, 1999, p. 156). Nogueira aponta como características essenciais do setor metalúrgico no município a dispersão industrial e territorial; a existência de certo equilíbrio entre pequenas e médias empresas, cada segmento absorvendo um terço da força de trabalho (o outro terço trabalhava em estabelecimentos com mais de 500 operários); a fraca concentração industrial em comparação com o ABC; e a presença de um

maior número de empresas nacionais, concluindo: “Tudo isso indica haver uma profunda diferenciação e heterogeneidade sociais no operariado metalúrgico que dificulta identidades de classe e ações unitárias” (Nogueira, 1999, p. 63). Esse proletariado heterogêneo convergia, entretanto, quanto a seus problemas básicos: salários baixos e más condições de vida, condição comum a todos. Outra informação importante sobre o mercado de trabalho em São Paulo, apresentada em *O Metalúrgico* e em panfletos, diz respeito à grande rotatividade: metade dos trabalhadores permanece menos de um ano no emprego e 80%, menos de dois anos.

A troca de experiências entre o ABC e São Paulo, Osasco e Guarulhos foi intensa naqueles anos e está registrada na documentação e em inúmeros depoimentos. O jornal do Sindicato de São Paulo, *O Metalúrgico*, por exemplo, registra presença de delegação nas comemorações de 1º de Maio em Vila Euclides em 1979 e uma intensa campanha de solidariedade à greve do ABC naquele ano, com envio de caminhões de mantimentos para o fundo de greve, ao passo que as atas das assembleias gerais metalúrgicas de São Paulo durante a greve de 1979 registram a frequente presença de Lula e de outros sindicalistas do ABC, não nomeados, antes e durante a paralisação.

As dinâmicas específicas das greves do ABC e em São Paulo decorreram de duas grandes variáveis: estruturas industriais diferentes e formas de organização e táticas diferenciadas. No ABC a greve foi assumida como forma de luta pela direção do sindicato, com todas as consequências decorrendo disso, inclusive intervenções em 1978 e 1979. Em São Paulo, a greve como forma de luta era assumida moderadamente pela direção do Sindicato, na medida da legalidade vigente e durando enquanto a burocracia sindical não se sentisse ameaçada pelo governo ou por suas próprias bases.

### *1978: maio a setembro*

Em 1978, em São Paulo, ocorreram dois tipos de greves bem distintos: de maio a setembro, paralisações por fábrica, organizadas e conduzidas em

grande parte por comissões ou grupos internos, sem a participação do sindicato. De 30 de outubro a 1º de novembro, greve geral da categoria.

A primeira greve por fábrica de que se tem notícia, como já mencionado, eclodiu na Toshiba, em 26 de maio, e a última, na Baldoni ATB, em 26 de setembro.<sup>16</sup> Segundo *O Metalúrgico*, jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 117.231 operários e operárias de 132 indústrias se envolveram nesses conflitos, obtendo antecipações ou reajustes salariais – em 76 dos casos com paralisações e em 56 deles com simples negociações. Os metalúrgicos de Osasco aderiram ao movimento, paralisando diversas indústrias: Brown Boveri, Cobrasma, Braseixos, Metal Leve, Sinpal, Capri Frigor, Forjaço, Bardela Borrielo, Arcos Solda e Fame (esta, no município de Jandira). A onda chegou a Guarulhos, silenciando as máquinas da Olivetti, como vimos, mas faltam pesquisas específicas para um melhor entendimento do envolvimento dos metalúrgicos desse município.

A característica principal dessas greves foi terem adotado a tática de entrar na fábrica, “picar” o cartão de ponto, parar as máquinas e cruzar os braços por períodos curtos, de um dia a uma semana,<sup>17</sup> e negociar acordos diretamente com os empresários ou seus representantes, com ou sem a presença de diretores do Sindicato dos Metalúrgicos, que muitas vezes se limitavam a homologar as avenças na Delegacia Regional do Trabalho (DRT).

Tanto no ABC como em São Paulo, portanto, o movimento iniciou-se “de baixo para cima”. Na capital, muitas das comissões de fábricas eram dirigidas por membros da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP). Segundo um boletim dessa organização, das dez fábricas que primeiro paralisaram, oito contavam com grupos da OSM-SP, e das trinta primeiras, a metade contava com a participação de seus militantes.<sup>18</sup>

<sup>16</sup> Cf. Mais 556 companheiros..., set./out. 1978.

<sup>17</sup> Segundo Abramo (1999, p. 281-286), nas indústrias maiores, como Philco, Siemens, Caterpillar, Massey Ferguson e Brazaço-Mapri, as paralisações duraram cerca de uma semana. Em média, persistiram por 1,9 dias.

<sup>18</sup> Cf. Expansão do ciclo...



A organização “pela base” foi além do espaço interno de cada indústria. Na Zona Sul, região de grande concentração operária, surgiu durante a greve da Villares, em 1973, um comitê interfábricas reunindo metalúrgicos de dez empresas da região que durou cerca de dois anos. Em 1978, na greve da Hyster, também na Zona Sul, a experiência foi retomada, articulando grupos e comissões de fábrica, posteriormente estendendo-se para outras regiões.<sup>19</sup>

A experiência de luta de maio a setembro de 1978 despertou intenso apoio internacional, especialmente de entidades sindicais, da Igreja Católica no Brasil e diversas entidades a ela vinculadas, do setor mais democrático e progressista do MDB e de inúmeras entidades da sociedade civil.

### *1978: Outubro*

A greve de outubro durou três dias em São Paulo, de meia-noite de domingo, 29, a 1º de novembro, quarta-feira. Foi decidida unitariamente e por unanimidade, em assembleias com 20 mil presentes na rua do Carmo, em São Paulo, 3 mil em Osasco e mil em Guarulhos, no dia 27.<sup>20</sup> Após o encerramento oficial em São Paulo e Guarulhos, aprovado em escrutínio secreto, os metalúrgicos de Osasco, que também participaram de votação em urna e rejeitaram o acordo proposto pela patronal, mantiveram-se paralisados por mais uma semana, retornando ao trabalho apenas em 7 de novembro. Descontente com a forma como a Diretoria do Sindicato conduziu o encerramento do movimento, a OSM-SP tentou retomar a paralisação por fábricas a partir de 6 de novembro, conforme o modelo vitorioso no começo do ano. Há versões discrepantes sobre a adesão, o Sindicato falando de 5 mil grevistas e o *Diário da Noite* dando um número dez vezes maior. De toda forma, faltou ímpeto à retomada da luta e os principais objetivos – 70% de reajuste, reconhecimento das comissões de

<sup>19</sup> Batistoni (2001, p. 52).

<sup>20</sup> Cf. Metalúrgicos decidem greve, 28 out. 1978.

fábrica e destituição da Diretoria do Sindicato – não foram alcançados.<sup>21</sup> A parede iniciada no dia 30 contou com um bom e crescente engajamento nos três municípios. No primeiro dia, dos cerca de 360 mil metalúrgicos da capital, 210 mil cruzaram os braços, de acordo com o *Jornal da Greve*, produzido pela OSM-SP. O *Metalúrgico* divulgou participação de 250 mil, e a Fiesp baixou a estimativa para 180 mil. No dia seguinte, 31 de outubro, mais 132 fábricas teriam aderido em São Paulo e dez em Osasco, totalizando 300 mil trabalhadores paralisados nos três municípios.<sup>22</sup> A repressão, que dividira a opinião do empresariado em maio e ficara longe dos grevistas, começou a operar, com a prisão de várias lideranças. Ubiraci Dantas de Oliveira e um metalúrgico mencionado apenas como Oswaldo foram detidos panfletando na porta da Philco, Cândido Hilário Garcia de Araújo foi pego na Siemens e Franco Farinazzo, no Sacomã.<sup>23</sup>

Quanto às conquistas salariais, obtiveram-se 58%, 15% acima do índice oficial de 43% determinado pelo governo, conforme a lei 4.725, de 1965. O piso salarial teve um reajuste maior, de 62%, e a data-base foi antecipada do dia 17 para 1º de novembro. Nas chamadas cláusulas sociais, foi conquistada a estabilidade para a gestante e para o jovem em serviço militar e a regulamentação do salário do substituto. Os dias parados seriam repostos em horas de trabalho, sem desconto salarial, e os grevistas não seriam punidos. A campanha salarial, entretanto, levantou a bandeira de reajuste de 70%, e os trabalhadores que haviam obtido conquistas nas greves do começo do ano, a título de antecipação, viram-se prejudicados. Praticamente a totalidade dos metalúrgicos das grandes indústrias estava nessa situação. Como as antecipações eram descontadas do reajuste obtido na convenção coletiva e seu percentual médio fora de 13%, a greve trouxe um reajuste mínimo, de 2% acima do índice oficial para aqueles setores.

<sup>21</sup> Cf. Abaixo assinado dos metalúrgicos grevistas.

<sup>22</sup> Fábricas param... 31 out. 1978.

<sup>23</sup> Cf. Sindicatos votam hoje..., 1 nov. 1978, p. 21.

Também houve decepção com o não reconhecimento oficial das comissões de fábrica e revolta com a cláusula XVII da Convenção Coletiva, que vedava novas paralisações da categoria por um ano. Revolta maior foi gerada pela forma como se encaminhou a deliberação sobre o encerramento do movimento. No dia 31, terça-feira, cerca de 30 mil grevistas compareceram à assembleia na rua do Carmo. Alegando ter sido impedido de falar “por um grupo de manifestantes radicais” (Depois de 14 anos..., nov./dez. 1978, p. 4) e que houvera “infiltração política de pessoas estranhas à categoria na greve” (Aqui, a entrevista do nosso ..., nov./dez. 1978, p. 6), o presidente do Sindicato, Joaquim dos Santos Andrade, suspendeu a assembleia, desligou o sistema de som e transferiu a decisão sobre a aceitação da proposta patronal para o dia seguinte, em votação secreta, com participação exclusiva dos sindicalizados, das sete da manhã ao meio-dia, na sede do sindicato.

Joaquinzão, como era conhecido o presidente dos metalúrgicos, explicou que o dissídio coletivo já fora instaurado e que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) manifestara à DRT intenção de restringir o índice de reajuste ao que fora estabelecido oficialmente pelo governo, 43%, 12% abaixo do que a Fiesp estava oferecendo para quem ganhava de um a três salários mínimos. As suspensões de grevistas, prisões de lideranças, bem como a probabilidade de a greve ser declarada ilegal e o sindicato sofrer intervenção, configuravam um cenário no qual, segundo Joaquinzão, “a greve passava a ser um desafio inútil à Justiça do Trabalho e as consequências que poderiam advir daí seriam desastrosas para toda a classe” (Depois de 14 anos..., nov./dez. 1978, p. 4).

O que gerou mais insatisfação foi o impedimento de que os não sócios votassem, quebrando, assim, um compromisso assumido pelo próprio presidente na assembleia do dia 31 e mudando uma linha de conduta que vinha sendo mantida e valorizada pela direção do sindicato desde o começo da campanha. Naquele ano de 1978, a decisão sobre o encerramento das greves gerais metalúrgicas deu-se sempre pelo voto secreto em urna,

procurando seguir o rito previsto na Lei 4.330, de 1964 (conhecida como lei antigreve). O método fora adotado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, em Minas Gerais, para definir os destinos de uma paralisação iniciada no dia 23 de outubro, com a rejeição, aliás, da proposta do TRT, e repetiu-se em Guarulhos e Osasco. Na capital, afinal, apenas 6.521 trabalhadores puderam votar, e a proposta da Fiesp foi aprovada por 4.545 votos contra 1.976. Em Guarulhos, o acordo foi referendado com 1.326 votos favoráveis e 221 contrários, e em Osasco, rejeitado por 2.630 votos, com apenas 35 favoráveis.<sup>24</sup> Neste último, todos puderam votar e o presidente do Sindicato, Henos Amorina, lamentou: “a decisão de São Paulo e Guarulhos deixou a gente sem pai nem mãe, desfez a unidade do movimento” (Em Osasco..., 2 nov. 1978, p. 19).

Apesar do sabor de traição que a forma como fora encerrada a greve deixaria em uma parcela dos metalúrgicos, uma mudança duradoura havia sido inaugurada, como assinalou *O Metalúrgico*: “dois grandes tabus haviam sido derrubados: a greve ilegal e o salário oficial, que éramos obrigados a engolir a duras penas” (Depois de 14 anos..., nov./dez. 1978, p. 3).

### 1979

A greve metalúrgica de 1979 foi mais duradoura (sustentou-se por onze dias em São Paulo e doze em Guarulhos), mais bem organizada, mais politizada, mais reprimida e menos abrangente do que a de 1978. Sua dinâmica foi, também, muito diferente. Teve início em São Paulo às dez da noite do domingo, 28 de outubro, após assembleia com cerca de 6 mil participantes, simultânea a reuniões do mesmo gênero em Osasco e Guarulhos. Neste último município, 2.500 metalúrgicos e metalúrgicas votaram pela “greve até a vitória final”, enquanto em Osasco a presença de apenas 800 pessoas fez com que a decisão fosse adiada para o dia seguinte. Em São Paulo, o movimento encerrou-se em uma quinta-feira, 8 de novembro,

<sup>24</sup> Cf. *Metalúrgicos assinam acordo*, 2 nov. 1978, p. 1.

durando, portanto, onze dias (sem contar as duas horas de paralisação do domingo). Em Guarulhos tudo acabou em uma sexta-feira, dia 9, ao passo que em Osasco, onde os metalúrgicos persistiram por nove dias no ano anterior, as máquinas foram desligadas apenas nos dias 30 e 31.

Tentou-se levar uma campanha salarial e uma greve unificadas entre os três municípios desde agosto, quando, na assembleia de 24, em São Paulo, se deliberou realizar reuniões com as comissões de salários dos outros municípios a fim de construir uma pauta comum. Nas assembleias seguintes em São Paulo, a 16 e 30 de setembro, representantes sindicais de Osasco e Guarulhos fizeram parte da mesa diretora dos trabalhos. De fato, as negociações com o Grupo 14 da Fiesp foram conduzidas conjuntamente pelas diretorias e comissões de salários dos três sindicatos. Entretanto, como mencionado, a duração da paralisação de cada categoria foi diferente, como também os índices de reajuste reivindicados: São Paulo e Osasco pleitearam 83% e Guarulhos, 50%.<sup>25</sup>

A participação no movimento foi desigual, começando morna nos primeiros momentos, crescendo com o impacto da morte de Santo Dias e arrefecendo depois da decretação da ilegalidade pelo TRT na terça-feira, 6 de novembro. As informações eram também muito discrepantes. Na segunda-feira, 29 de outubro, o apoio à parede foi avaliado em 130 mil operários em São Paulo, cerca de 37% dos 350 mil estimados para a categoria toda, e 31 mil em Guarulhos, 60% da categoria.<sup>26</sup> A Fiesp divulgou números

---

<sup>25</sup> Ofício. Acervo Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP). Pasta Histórico OSM/CPV – Acervo digital para consulta/campanhas salariais-greves 1978 e 1979. A documentação pesquisada apresenta divergência de informações sobre os índices. A versão digitalizada do ofício enviado à Fiesp, constante dos arquivos do IIEP, registra que Osasco e São Paulo reivindicavam 83% sobre os salários de setembro. Artigo da *Folha de S. Paulo* informa que a reivindicação dos osasquenses era sobre o salário de novembro de 1978. Cf. *Metalúrgicos reúnem-se...* 1979, p. 39. Na ata de 30 de setembro, Santo Dias esclarece que o Sindicato de Guarulhos enviara à Fiesp ofício reivindicando 50%.

<sup>26</sup> Vimos que, em 1978, a adesão no primeiro dia fora de 250 mil em São Paulo.

muito diferentes: 30 mil em São Paulo, enquanto a DRT apontava uma paralisação de cerca de 53 mil, 15% da categoria.<sup>27</sup>

No segundo dia, continuou a guerra dos números. Para Joaquim, a adesão subira um pouco, de 130 mil para 160 mil, ao passo que Teobaldo de Nigris, presidente da Fiesp, garantia que 90% trabalhavam normalmente – limitando-se, portanto, o universo dos grevistas a cerca de 35 mil.<sup>28</sup>

No quarto dia, os números continuavam divergentes, com a Fiesp admitindo uma adesão de apenas 25 mil e o Sindicato sustentando um crescimento de 160 mil para 220 mil. O coordenador da Comissão de Salários, Pedro Pereira do Nascimento, conhecido como Pereirinha, fazia uma estimativa de 65% de adesão total (227 mil), com percentuais diferenciados por região: 40% a 55% na Zona Sul; 70% na Zona Leste; 50% a 70% na Zona Oeste; 50% a 60% na Zona Sudeste.<sup>29</sup> Na Zona Norte, a greve estava em declínio, com menos de 20% de adesão.<sup>30</sup>

No quinto dia, 1º de novembro, o julgamento do TRT pode ter fornecido um alento novo para os metalúrgicos e foi muito mal recebido pelos empresários. O Tribunal resolveu estender para São Paulo e Guarulhos os benefícios do acordo assinado por Osasco e não declarou a ilegalidade da parede. Com isso, o recurso dos empresários à força policial perdia legitimidade e demissões por justa causa ficavam vedadas.

A Fiesp reconheceu, então, que a participação dobrara, com 63 mil metalúrgicos envolvidos ao todo. Como sempre, o Sindicato apresentava outros números, estimando que estavam parados de 210 mil a 245 mil, com crescimento nas regiões Sul e Sudeste, mas retração nas Zonas Oeste, Norte e Leste.

---

<sup>27</sup> Greve parcial..., 30 out. 1979, p. 1.

<sup>28</sup> Sem Osasco..., 31 out. 1979, p. 1.

<sup>29</sup> Os dados sobre a paralisação..., 1 nov. 1979, p. 18.

<sup>30</sup> Ata da Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de São Paulo, realizada em 31 de outubro de 1979 – Livro de Atas nº 10, p. 191-verso.

Na terça-feira, 6 de novembro, nono dia da greve, o TRT, em rápida sessão de 45 minutos, julgou os embargos da Fiesp e decidiu-se unanimemente pela ilegalidade. O juiz relator, Francisco Garcia Monreal, pareceu desculpar-se com os empresários justificando que a decisão não fora tomada no primeiro julgamento por faltarem “dados explícitos sobre o movimento nos autos” (Greve declarada ilegal, 7 nov. 1979, p. 1). Iniciou-se, então, uma pesada repressão.

Apesar de tudo, a plenária do décimo dia da greve, em 7 de novembro, iniciada às 18 horas, decidiu, por 70% dos votos, pela continuidade. A manchete da reportagem do *Jornal da República* reflete o inusitado do resultado: “Tumulto, surpresa: a greve continua”. (Carvalho e Malfitani, 1979, p. 12)

A adesão desabara para 40%, segundo os comandos, e 20%, segundo o secretário-geral do Sindicato, e quatro dos cinco comandos regionais – Sul, Leste, Sudeste e Norte – defenderam um recuo, amenizado pela fórmula de “trégua de vinte dias”, sendo a continuidade defendida apenas pelo pessoal da Zona Oeste.

No dia seguinte, 11<sup>a</sup> da difícil jornada, a greve continuou desmoronando em São Paulo, com adesão reduzida a 5%. A assembleia concordou em suspender a luta por vinte dias e elegeu uma comissão para negociar com a Fiesp o parcelamento do desconto dos dias parados. Em Guarulhos, como já mencionado, o movimento durou ainda até o dia 9.

As assembleias massivas de 1978 não se repetiram, as mais numerosas reuniram cerca de 6 mil trabalhadores, o que mereceu interpretações divergentes. Em parte o esvaziamento pode ter sido consequência da descentralização organizativa, já que, desde agosto, a campanha salarial vinha sendo conduzida com o apoio de equipes setoriais que posteriormente passaram a reunir-se nas subsedes reivindicadas, criadas em meados outubro nas Zonas Norte, Sul, Leste, Oeste e Sudeste. Durante a greve, entraram em funcionamento comandos regionais mais formalizados, integrados por dez metalúrgicos da área, dez suplentes e os diretores do Sindicato

responsáveis pela região. Entre outras funções, cabia a esses comandos a organização de assembleias setoriais preparatórias das assembleias gerais.

Em 1979, portanto, os grevistas ficaram fora das fábricas e reuniram-se mais em comandos regionais do que nas assembleias. Formaram-se também diversas comissões – de mobilização, negociação, redação e contatos –, além do comando de greve. A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo recuou para um segundo plano, como as reportagens da *Folha de S. Paulo* registraram em vários momentos, desde a primeira assembleia:

A diretoria, presidida por Joaquim dos Santos Andrade, presidiu os trabalhos, mas não tomou posição diante das propostas [...] Joaquim praticamente só falou depois que a greve foi aprovada [...] ‘a máquina parada vai fazer o patrão negociar’”. O comportamento parece ter sido combinado entre os presidentes dos três sindicatos, pois “as propostas vencedoras nas três cidades foram apresentadas por grupos de oposição às diretorias dos sindicatos, que praticamente conduziram as assembleias em São Paulo e Guarulhos. (Os metalúrgicos estão em greve, 29 out. 1979, p. 7)

Naquele ano, os grevistas já não puderam contar com o fator surpresa e entraram em choque com um empresariado mais bem organizado em seus sindicatos e na federação e melhor preparado para resistir a pressões sem se dividir e cedendo pouco. Paulo Maluf tomara posse no governo do estado de São Paulo em 15 de março, depois de derrotar o candidato de Geisel, Laudo Natel, na convenção da Arena e apresentar-se como candidato único ao colégio eleitoral. Cabe lembrar que Maluf apoiara a candidatura de Sylvio Frota, da linha-dura da direita militar, à presidência da República. O governador recém-empossado tratou o conflito trabalhista de forma bem diferente de seu antecessor, Paulo Egidio Martins. Um metalúrgico foi morto, outro teve um dedo decepado por uma bomba de gás lacrimogêneo lançada dentro de uma igreja e centenas sofreram agressões e foram presos.



A principal conquista da greve foi o índice de reajuste de 67% (os grevistas reivindicavam 83% sobre os salários de setembro) e piso salarial de 4.200 cruzeiros (eram reivindicados Cr\$ 7.200,00), estabelecidos em acórdão do TRT em 30 de outubro.

## **Analisando o ciclo de greves em São Paulo, Osasco e Guarulhos**

### *Estruturas de oportunidades e riscos políticos*

A sucessão de Ernesto Geisel expôs e aprofundou divisões entre os representantes do regime ditatorial e aguçou em diferentes agentes a percepção de que se abriam oportunidades de mudanças e que era preciso aproveitá-las. O ano de 1978 foi agitado. Eleições para Governador em setembro e Presidente da República em outubro não se configuravam como disputas políticas amplas, pois ocorriam sob a vigência do sinistro AI-5, do bipartidarismo e do “Pacote de Abril” e eram decididas em colégios eleitorais. Apesar de tudo isso, o candidato oficial, general João Batista Figueiredo, foi obrigado a uma campanha presidencial inédita, percorrendo o país, dando entrevistas, participando de comícios e reconhecendo a existência de uma aspiração nacional por abertura política.<sup>31</sup> Buscava uma legitimidade ameaçada por graves disputas desde que a temporada sucessória se iniciara um ano antes.

Sylvio Frota, ministro da Guerra, lançara-se candidato da “linha dura” e tramara um golpe com apoio de uma base parlamentar de 40 deputados.<sup>32</sup> Foi exonerado em 12 de outubro de 1977. Em janeiro do ano seguinte, a disputa sucessória provocou outra baixa: o chefe do Gabinete Militar, general Hugo de Abreu, pediu demissão por discordar da indicação de Figueiredo. Em maio, o senador arenista e apoiador do golpe de 1964 como governador de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto, apresentou-se como candidato civil à Presidência, lançando a Frente de Redemocratização Nacional, mo-

<sup>31</sup> Cf. Figueiredo..., 1980, p. 278; Abreu *et al.* (2001, p. 2.194).

<sup>32</sup> Abreu *et al.* (coords.), 2001, p. 2.194.

vimento que, afinal, lançaria outro candidato, o general dissidente Euler Bentes Monteiro. Além das eleições indiretas, em 15 de novembro os cidadãos puderam escolher diretamente deputados estaduais e federais, consagrando, como em 1974, o partido da oposição.

Os grevistas de maio de 1978 certamente estavam atentos aos acontecimentos do começo daquele ano. Avaliações da situação nacional eram habituais e mesmo obrigatórias entre diretorias sindicais, oposições, organizações de esquerda. A situação nacional estava nas cabeças de Gilson Menezes e Anizio Batista. Há informações também sobre trabalho de base com a divulgação de mão em mão dentro das fábricas, ou nos banheiros, de recortes de jornais com as notícias consideradas mais importantes.<sup>33</sup> Mas, além das dissidências entre as autoridades, a própria ação coletiva de diversos agentes vinha testando e revelando uma possível mudança nas possibilidades de lutas e protestos.

Os estudantes ocupavam as ruas de São Paulo desde 1977. Em 5 de maio foi realizado um ato público no largo São Francisco, reunindo cerca de 5 mil pessoas, contra a prisão de seis militantes que distribuíam panfletos no ABC convocando para a comemoração do Dia do Trabalhador. O encontro de 5 de maio acabou em uma passeata reprimida com cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo sob o comando direto do coronel Erasmo Dias, secretário de Segurança Pública.<sup>34</sup> Em 8 de agosto de 1977 duas mil pessoas novamente se reuniram no largo do São Francisco para o lançamento da *Carta aos Brasileiros*, redigida pelo jurista veterano Gofredo da Silva Telles Júnior. O libelo democrático contou com a adesão de centenas de assinaturas e àquela primeira leitura pública compareceram representantes de dezenas de entidades e parlamentares. Sua divulgação “teve um impacto fortíssimo, gerando no Congresso Nacional e nos vários fóruns

<sup>33</sup> Depoimento de Hélio Bombardi a Sebastião Lopes Neto. Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, 25 de outubro de 2007, p. 5.

<sup>34</sup> Sete mil estudantes... 6 maio 1977, p. 18-19.

da sociedade civil um intenso debate...” (Lopez e Mota, 2008, p. 849; ver também p. 988-998). O próprio movimento sindical vinha desenvolvendo naquele ano uma ampla campanha nacional pela reposição dos índices de inflação manipulados em 1973 pelo governo, conhecido como Movimento pela Reposição Salarial.<sup>35</sup>

Pode-se dizer que, para os militantes sindicais, populares e de esquerda que exerciam liderança, a situação revelava com nitidez pelo menos três características do que define uma estrutura de oportunidades políticas, segundo Tarrow: a existência de divisões entre elites e autoridades, o surgimento de aliados potenciais para suas lutas e o desenvolvimento de uma abertura institucional, com declínio da potência para reprimir.<sup>36</sup> O que não significa que houvesse garantias de que os custos de ações coletivas seriam pequenos.

Mudanças nas estruturas de oportunidades políticas abrem possibilidades para diferentes agentes, portadores de projetos distintos e também para reações das próprias autoridades e da classe dominante. Em 1979, o movimento operário se chocaria com uma situação nova que propiciou ao empresariado e aos governos uma força repressiva ausente um ano antes. O resultado mais dramático foi o assassinato de quatro operários em confronto com a polícia: Santo Dias, metalúrgico, em São Paulo; Orocílio Martins Gonçalves, pedreiro, em Belo Horizonte; Guido Leão dos Santos, metalúrgico, em Betim; e Benedito Gonçalves, metalúrgico, em Divinópolis. O panfleto “Contribuição ao debate sobre a greve dos

<sup>35</sup> Em 1977, o Bird (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) divulgou os dados inflacionários de 1973 no Brasil, denunciando sua falsificação pelo governo. O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou o fato, que desencadeou uma mobilização nacional pela reposição dos 34,1% perdidos com a manipulação dos índices. Segundo o pesquisador Alessandro de Moura, “a luta rompe com a especificidade de categorias, pois atinge todos os assalariados. Funcionou como um ponto de articulação de dezenas de entidades sindicais de todo o país, das mais variadas categorias. Mobilizou pelegos e combativos em assembleias e em disputas jurídicas” (Moura, 2015, p. 67). O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo entrou com processo contra a União na Justiça Federal em fins de 1977. Cf. Diferenças de 1973..., mar. 1978, p. 4.

<sup>36</sup> Tarrow (2011, p. 160).

metalúrgicos”, já mencionado, mais uma vez captou, no calor do momento, o que estava acontecendo: a “onda grevista nacional” chegara ao auge entre fins de 1978 e início do segundo semestre de 1979. A promulgação da Lei da Anistia (agosto de 1979), a adoção da nova política salarial com reajustes semestrais (entrou em vigor em 1º de novembro de 1979) e uma tentativa de “pacto social” pelo governo Figueiredo mudaram a situação no movimento operário, atraindo para uma aliança os “pelegos” e a burguesia liberal. Portanto, 1979 parece ter sido um ano não de instabilidade no processo da abertura, mas de tentativa de afirmação de um projeto diferente daquele que resultou, afinal, na Constituição de 1988: uma “democracia autoritária”, sem direitos de participação operária e popular. Ao mesmo tempo que se buscava uma ampliação das bases do regime para sua mudança gradual, com anistia, fim da censura prévia e do AI-5, restabelecimento a conta-gotas de eleições diretas para cargos executivos e nova política salarial, buscava-se também o consentimento dessa mesma base ampliada para uma repressão mais dura aos trabalhadores que se organizassem e protestassem.

### *Campanhas e formação de coalizões*

Como já mencionado, Tarrow diferencia *campanhas* de atos isolados como uma passeata ou uma manifestação de protesto. Aquelas se caracterizam por serem mobilizações contínuas, dirigidas a autoridades públicas ou privadas a fim de obter determinada demanda e por promoverem performances, atividades educativas, formarem grupos de pressão e canais de comunicação. As campanhas podem constituir novos atores – determinados grupos de pessoas que empreendem ações coletivas – ou promover coalizões de diferentes atores.<sup>37</sup>

Em 1978 e 1979, diversas campanhas foram ativadas, se cruzaram e organizaram milhares de vontades em uma vontade coletiva que talvez se

---

<sup>37</sup> Cf. Tarrow (2011, p. 191).

possa sintetizar na ideia de *democracia com forte participação popular e justiça social*. Os sindicatos foram responsáveis diretos pela promoção de duas jornadas de forte impacto: o já mencionado Movimento pela Reposição Salarial e as campanhas salariais. O primeiro, além de estimular a mobilização nacional de reuniões sindicais, campanhas salariais e assembleias em 1977, conferiu ao movimento sindical o valor moral de denunciar uma fraude cujo resultado era empobrecer um pouco todos os que viviam de seu trabalho. Assim, o governo era atingido em um ponto vulnerável, pois podia ser questionado moral e juridicamente segundo seus próprios critérios.<sup>38</sup> Em 15 de junho de 1978, foi instalada na Câmara dos Deputados uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a manipulação dos índices, apesar da resistência do partido do governo.<sup>39</sup>

As datas-base dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos eram em novembro. Em São Paulo, a campanha salarial começava em meados de agosto, em um crescendo de assembleias gerais, reuniões em fábricas, bairros, igrejas, clubes de futebol, escolas de samba, bares e lanchonetes, mobilizando a militância do sindicato, da OSM-SP e de muitos apoiadores. As assembleias metalúrgicas tinham um público que variava entre 600 e, as maiores na greve de 1978, 30 mil presentes, e eram disputadíssimas, com listas de oradores de 31 ou 36 inscritos.<sup>40</sup> Não tratavam tão somente das questões corporativas; eram discutidos também assuntos como a condição da mulher trabalhadora, a situação dos presos políticos, ou o exemplo da revolução angolana.

<sup>38</sup> Segundo depoimento de Lula: “Depois veio o grande momento do sindicato, que foi a campanha da reposição salarial dos famosos 34,1% [...] Ali começou uma campanha muito importante; foi o primeiro indício de grande mobilização de massa em São Bernardo do Campo. A diretoria trabalhou muito para motivar os trabalhadores, fizemos extraordinárias assembleias, mas não conseguimos conquistar os 34,1%. Mas ali já estava pavimentado o caminho do que iria acontecer em 1978” (Oliveira e Noronha, 2015, p. 164).

<sup>39</sup> Arena impede CPI da reposição..., 19 maio 1978, p. 20; Câmara instala a CPI dos salários, 15 jun. 1978, p. 26.

<sup>40</sup> Ata da Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de São Paulo, realizada em 24 de agosto de 1979, Livro de Atas nº 10, p. 151.

Outra campanha importante daqueles anos foi a do Movimento do Custo de Vida. Em 12 de março de 1978, em assembleia com 5 mil pessoas, foi lançada mobilização pela coleta de um milhão de assinaturas reivindicando o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, abono de emergência e aumento salarial.<sup>41</sup> Como ocorrera desde o Movimento da Panela Vazia, nos anos 1950, esse foi um “ponto de encontro” entre sindicatos e bairros. Seu coordenador, desde 1974, era Aurélio Peres, operário da fábrica de bicicletas Caloi e militante do PCdoB e da Oposição Sindical Metalúrgica, eleito deputado federal pelo MDB em 1978.

Campanhas eleitorais em 1978 foram, aliás, também importantes para repercutir e legitimar as demandas operárias e populares, formar coalizões e novos atores coletivos. Basta lembrar que Fernando Henrique Cardoso foi o segundo candidato a senador mais votado, com o apoio do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, e Irma Passoni, ligada ao Movimento do Custo de Vida e às Comunidades Eclesiais de Base, foi eleita deputada estadual, além do próprio Aurélio.

A Fase 1 do ciclo de greves, portanto, articulou-se com um ciclo de protestos mais amplo que também foi fomentado pelas próprias greves, uma vez que foram organizadas campanhas de solidariedade aos operários grevistas com arrecadação para fundo de greve, apoio aos desempregados e proteção aos trabalhadores presos, vítimas de violência, suspensos ou atingidos por sanções patronais.

Essas campanhas formaram uma coalizão ao mesmo tempo cruzada e separada daquela que pugnava pela redemocratização sob movimentos como a Frente Nacional de Redemocratização (que lançara a candidatura do general Euler Bentes Monteiro à sucessão de Geisel) ou sob bandeiras como a “Carta aos Brasileiros”, assinada por professores de Direito, desembargadores, secretários de governo e conselheiros da OAB.<sup>42</sup> Um

<sup>41</sup> Sader (1988, p. 220).

<sup>42</sup> Lopez e Mota (2008, p. 997-998)

relatório da comissão do Comitê de Apoio aos Metalúrgicos, criado na campanha salarial de outubro/novembro de 1979, permite-nos vislumbrar a composição dessa outra coalizão, que podemos denominar de “operária, popular e democrática”: faziam parte do Comitê:

Comissão de contatos dos metalúrgicos de São Paulo; União Nacional dos Estudantes (UNE); União Estadual dos Estudantes (UEE); Seção Paulista do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-SP); Frente Nacional do Trabalho (FNT); Plantão Jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil OAB/Seção de São Paulo; Plantão Jurídico do Centro Acadêmico Onze de Agosto; Sindicato dos Jornalistas; Núcleo dos Profissionais de Saúde do CBA/SP; Sindicato dos Médicos; Sindicato dos Padeiros; Movimento de Defesa da Amazônia; Jornal Companheiro; Movimento de Conselhos da Cristandade (MCC); Movimento de Oposição Aberto dos Professores; Instituto dos Arquitetos do Brasil; Sindicato dos Artistas; Jornal Brasil-Mulher; Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo; Diretório Central dos Estudantes (DCE) da PUC e outros diretórios e centros acadêmicos; vários diretórios do MDB, comitês de apoio regional da greve, representantes pastorais, vários profissionais liberais, advogados e parlamentares. (O apoio aos metalúrgicos, IIEP, s.d.)

### *Repertórios*

Cada uma das três paralisações mobilizou repertórios de ações coletivas próprios, herdados de lutas anteriores, adaptados às necessidades e circunstâncias da hora e condicionados pelas características da estrutura industrial e do padrão de crescimento urbano.

Como vimos, as greves de maio a setembro em São Paulo caracterizaram-se por serem “de braços cruzados e máquinas paradas”.

Pode-se dizer que a greve como repertório de ação coletiva constituía-se em conhecimento conservado na memória do movimento operário, conduzido por pessoas com experiência anterior a 1964 ou vinculadas a organizações de esquerda. Acioná-lo novamente tinha um sentido de um despertar depois de catorze anos de repressão, como surge em diversos discursos em assembleias.<sup>43</sup> A greve de “braços cruzados e máquinas paradas” parece constituir, ao mesmo tempo, uma continuação de modos de agir adotados em outros movimentos nos anos 1970 e a superação de seus limites. Abramo, baseando-se em outros autores, refere-se a operações tartaruga na Villares de São Bernardo, em 1974, greves de 15 minutos durante um mês inteiro na Chrysler e movimentos semelhantes da Sofunge, Caterpillar e Metal Leve, entre outras.<sup>44</sup>

A inoperância ou os riscos de intervenção mantiveram os sindicatos longe da organização e do planejamento, o perigo de repressão do governo militar interditou a saída às ruas. Com outros espaços controlados, o conflito se desenrolou dentro das fábricas, o que implicou a possibilidade de participação direta de centenas de trabalhadores, conferiu às comissões um poder de decisão sobre as negociações e os acordos raramente encontrado em processos de greve e exigiu a promoção de formas de organização e participação como as comissões, as assembleias dentro das fábricas e as organizações interfábricas.

Na greve geral metalúrgica de 1978, as inovações no repertório foram a campanha salarial e a greve unificada entre São Paulo, Osasco e Guarulhos; o encaminhamento do processo de forma ao mesmo tempo disputada e compartilhada pela direção do Sindicato e a OSM-SP; e a articulação da luta operária com as demandas dos bairros.

---

<sup>43</sup> Em assembleia de 6 de outubro de 1979, por exemplo, Hermeto Mendes Dantas, velho militante dos anos 1960, testemunhou que militava há vinte e oito anos: “e só depois dos últimos catorze anos é que vejo a categoria acordar e despertar para a luta” (Ata da Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de São Paulo, realizada em 20 de outubro de 1978, Livro de Atas nº 10, p. 108).

<sup>44</sup> Cf. Abramo (1999, p. 180).



Iniciativas visando à unificação de datas-base de diferentes categorias e das respectivas campanhas salariais já haviam ocorrido no passado, em momentos de ascensão das lutas operárias, com participação do Sindicato dos Metalúrgicos – uma bandeira da Greve dos 700 mil, em outubro de 1963. A greve geral unificada de três sindicatos, porém, não era algo tão comum, e pode ter contribuído para a empreitada o fato de em um passado recente todos integrarem a mesma entidade. Os sindicatos de Osasco e Guarulhos formaram-se apenas em 1963, até então eram subsedes de São Paulo.

Pode-se considerar que a tática de organização e condução da greve, ao mesmo tempo disputada e compartilhada entre a diretoria do Sindicato e a OSM, constitui repertório específico de ação coletiva. Sua adoção decorreu tanto da percepção pelos primeiros de que tinham de ceder à pressão de um adversário forte e ameaçador, quanto da compreensão pelos segundos de que não dispunham de recursos para dirigir o movimento sozinhos. Isso significava, por exemplo, que ambos convocavam a categoria para assembleias gerais, mas a diretoria resistia a permitir a entrada de não sócios e não se empenhava em propiciar locais mais amplos para sua realização, dificultando que a base pesasse mais nas decisões. Significava, ainda, que ambos confeccionavam materiais de divulgação, educação política e orientação (jornais, panfletos), informando sobre assuntos como a pauta de reivindicações ou a intransigência dos patrões e do governo, cada um com o seu próprio discurso. Significava também que as greves eram conduzidas por organismos colegiados com presença da situação e da oposição, como comissão de salários, comando geral de greve, comissão de negociação, comandos regionais.

A terceira inovação, que começou a ser criada na greve de 1978 e aparece novamente na de 1979, foi a articulação entre demandas operárias e de bairro. Algo não inteiramente surpreendente, já que no período anterior ao golpe militar houve algumas tentativas de convergência,

por exemplo, no movimento contra a carestia, nas “passeatas da fome” e nas greves gerais. A consolidação do padrão periférico de crescimento urbano na Grande São Paulo nos anos 1970, o acúmulo de demandas por serviços coletivos de todo tipo e um maior enraizamento de organizações de esquerda nos bairros e fábricas parecem ter contribuído para que essa articulação adquirisse novos significados no final dos anos 1970. Para a OSM-SP não se tratava mais de solidariedade eventual ou de campanhas esporádicas, mas de uma articulação orgânica. No mesmo domingo, 29 de outubro de 1978, em que a greve foi disparada à meia-noite, milhares de moradores e trabalhadores, principalmente mulheres, atenderam ao chamado do Movimento do Custo de Vida e concentraram-se em igrejas e outros locais em diversas regiões da Grande São Paulo e interior.

Na Igreja Matriz de São Miguel Paulista, concentraram-se cerca de 1.500 manifestantes, e um trabalhador da Metalúrgica Alfa leu documento relatando o assassinato do operário Nelson Pereira de Jesus pelo advogado da empresa, Cassio Scatena, por reivindicação salarial, e informando sobre a greve. Na Cidade Dutra, cerca de duas mil pessoas se reuniram no salão principal da Igreja. Segundo a reportagem da *Folha de S. Paulo*, “um representante da Oposição Metalúrgica pediu apoio do movimento à greve” (Custo de vida realiza..., 30 out. 1978, p. 12) e o metalúrgico da Caloi, Aurélio Peres, lembrou que o Movimento defendia a reforma agrária e o fim do latifúndio. Na assembleia da Vila Brasilândia, realizada na Igreja de Santo Antônio, com uma assistência de 400 pessoas,

um membro da Oposição Sindical solicitou que os participantes do Movimento prestassem solidariedade aos metalúrgicos, fundando comitês de apoio à greve nos diversos bairros da região [...] no final da reunião, reuniu-se um grupo que irá coordenar a formação de comitês de apoio à greve metalúrgica. (Custo de vida realiza..., 30 out. 1978, p. 12)

Em 1979, as principais inovações foram os comandos regionais, que descentralizaram a condução do movimento, a organização dos “piquetes”, com presença de dois, três e até dez mil participantes, e a tentativa, promovida pelas oposições, de unificação do movimento “pela base”, com a realização de assembleias conjuntas entre São Paulo e Guarulhos.

A condução de um movimento descentralizado em sua organização e centralizado na formulação de estratégias e tomada de decisões era uma solução inteligente em uma realidade em que a base do sindicato era composta por 7.014 fábricas onde trabalhavam 364.146 metalúrgicos e metalúrgicas, espalhados por todas as regiões de um município de 1.521 km<sup>2</sup>.<sup>45</sup> Posteriormente, em avaliação amarga sobre os resultados da greve, a diretoria do Sindicato acusou a OSM-SP de querer usar os comandos regionais para a edificação de um “sindicalismo paralelo”.

Os piquetes tiveram papel decisivo em 1979. A primeira assembleia da greve se encerrou com os metalúrgicos dirigindo-se aos cinco comandos regionais para a organização daquele instrumento de luta.<sup>46</sup> Como se sabe, trata-se de um repertório universal do movimento operário e de trabalhadores, muito empregado também no Brasil no período democrático de 1945 a 1964. A peculiaridade de 1979 é terem sido criados os “piquetes”, visando à proteção dos grevistas da repressão e a compensação das fragilidades do próprio movimento.

Se nas greves de maio/setembro de 1978 os metalúrgicos conquistaram as fábricas com suas assembleias e passeatas internas, na de 1979 conquistaram por alguns momentos as ruas com os “piquetes”, que se transformaram em misto de ação de classe voltada para a própria categoria com manifestação pública voltada para o povo. Eram entoados hinos como o da greve (“É nosso dia companheiros / Nosso é o trabalho de nossas mãos / Nossas as máquinas que movemos / nossos os frutos da produção”) e se

<sup>45</sup> Abramo (1999, p. 56).

<sup>46</sup> Cf. Os metalúrgicos estão em greve, 29 out. 1979, p. 1.

gritavam palavras de ordem (“o povo unido, jamais será vencido” e “companheiro Santo, você está presente”).

### *Processos de difusão, exaustão e mecanismos de desmobilização*

Por baixo da aparente espontaneidade das greves de maio, encontram-se canais de difusão direta e indireta das experiências. A difusão direta dava-se pelo contato pessoal e por troca de informações nos bairros, pontos de ônibus, por telefone de uma fábrica para a outra, como lembra Paulo Okamoto.<sup>47</sup> Ademais, os “conectores”, homens e mulheres mais ativos e bem relacionados, estavam inseridos em redes de organização, como os sindicatos, oposições sindicais, Pastoral Operária, pelas quais se mantinham atualizados.

Quanto aos canais de difusão indireta, apenas um estudo sobre a cobertura das greves na mídia poderia dar uma dimensão mais precisa da influência da veiculação das notícias e imagens. A título de exemplo, cabe mencionar que a *Folha de S. Paulo* deu matéria principal ou notícia de capa para as greves gerais dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos durante nove dias em 1978, de 27 de outubro a 4 de novembro, o mesmo acontecendo por dezoito dias (28 de outubro a 14 de novembro) na greve de 1979.

A efetividade e o alcance dessas redes de difusão naquela conjuntura pode ser comprovada nos depoimentos de diversas lideranças da greve dos canavieiros em Pernambuco, em 1979, como Biu da Luz, Amaro Biá e Beija Flor. No Seminário Conflitos e Greves, realizado em 7 de abril em Carpina, como parte do projeto de pesquisa que deu origem a este artigo, foram reiteradas falas de que as greves do ABC despertaram nos trabalhadores rurais a convicção de que eles também poderiam voltar a empregar esse recurso na luta contra a exploração.

Como vimos, em 1979, porém, o ciclo metalúrgico começou a exaurir-se em São Paulo, em consequência da operação de *mecanismos de desmobi-*

<sup>47</sup> Cf. Oliveira e Noronha (2015, p. 167).

lização. A *facilitação*, um desses mecanismos, funcionou, no plano político, como já mencionamos, com a revogação do AI-5 e da censura à imprensa em dezembro de 1978, decretação da Lei de Anistia, em agosto de 1979, a restauração do pluripartidarismo, em novembro de 1979, abrindo, para uma parte da oposição e da esquerda com influência no movimento sindical, a perspectiva de uma atuação mais institucional e moderada. Na área econômica, a política do arrocho seria modificada em plena greve, em 30 de outubro de 1979, com a Lei 6.708, que instituiu uma “nova política salarial”, ainda controlada pelo Executivo Federal, com reajustes semestrais, beneficiando as faixas salariais mais baixas.

Combinada com a *facilitação*, intensificou-se a *repressão*. Em uma conjuntura de redução da oferta de empregos, muitos dos ativistas que haviam participado das greves anteriores foram demitidos.<sup>48</sup> No decorrer da campanha salarial de 1979 diversas prisões foram efetuadas pela simples prática de panfletagens em porta de fábrica, conforme denúncias apresentadas nas assembleias metalúrgicas dos dias 30 de setembro, 14, 21 e 28 de outubro. O Comitê Brasileiro de Anistia denunciou a execução de 317 prisões apenas no primeiro dia da greve. Depois do assassinato de Santo Dias, em 30 de outubro, a repressão chegou ao paroxismo com a decretação da ilegalidade. No dia seguinte, a paróquia N.S. do Perpétuo Socorro, em Santo Amaro, foi avassalada com bombas de gás e de efeito moral e invadida, resultando na amputação do dedo do metalúrgico José Batista Mendonça em um evento tão grave e brutal que suscitou manifestação do papa João Paulo II em reunião com d. Paulo Evaristo Arns, quando lamentou os acontecimentos em São Paulo e transmitiu sua benção aos operários grevistas.<sup>49</sup>

Esses fatos provocaram, na greve de 1979, as conseqüências previstas no modelo teórico de Tarrow: na periferia do movimento grevista, a ade-

<sup>48</sup> Cf. *Chega de aventuras!...*, s. d.

<sup>49</sup> D. Ivo diz..., 8 nov. 1979, p. 27.

são foi mingando nos últimos dias ao passo que os piqueteiros queriam manter a greve a qualquer custo, voltando-se contra seus próprios dirigentes na assembleia de 7 de novembro, quando quatro dos cinco comandos regionais defenderam o recuo mas foi aprovada a continuidade da parede e todos os que estavam no palanque, inclusive Lula, foram alvo de uma saraivada de ovos e bolas de papel. Uma parte dos militantes da Oposição, ligados ao PCB e ao MR-8, lançou um manifesto intitulado “Chega de aventuras” e rompeu com a OSM. O realinhamento foi consumado, resultando em um reforço político-eleitoral e de recursos de poder para a direção do Sindicato. Nas eleições de 1981, a chapa encabeçada por Joaquinção cedeu metade dos cargos para pessoas indicadas pela Unidade Sindical e ganhou apertado em segundo turno, por 22.697 votos contra 20.293 da chapa liderada por Waldemar Rossi, após um primeiro turno em que também concorrera Aurélio Peres.<sup>50</sup>

### **Considerações finais**

Ciclo de greves constitui-se como objeto de investigação com características próprias. Pressupõe condições especiais de crise da classe dominante e do regime, a formação de redes, a difusão de determinado enquadramento de valores e leitura da realidade por parte de amplos setores sociais, a formação de identidades coletivas. Essas variáveis não são condição para a eclosão de greves isoladas.

Faltam estudos sobre a rica experiência das greves metalúrgicas de 1978 e 1979 em São Paulo, Osasco e Guarulhos. Talvez tenham sido ofuscadas pelas do ABC, que tiveram maior impacto e, a um primeiro olhar, pareciam sintetizar os mesmos elementos que apareciam, de forma atenuada, em São Paulo. Trata-se, na verdade, de experiências diferentes dentro de um mesmo ciclo. Talvez tenham faltado às greves paulistanas defensores de peso, já que a direção do Sindicato dos Metalúrgicos não teve um papel

---

<sup>50</sup> Cf. Nogueira (1997, p. 102, 110).

decisivo nesse processo e a Oposição Sindical Metalúrgica com o tempo enfraqueceu-se e desapareceu como corrente sindical ativa.

Um assunto particularmente instigante emerge deste estudo: o papel dos trabalhadores na política. As greves de maio de 1978 no ABC, São Paulo, Osasco e Guarulhos foram imediatamente percebidas por diversos sujeitos como significando a entrada da questão social na apertada agenda da “abertura pelo alto”. Era uma espécie de “teste” sobre os limites daquele processo e uma mudança de qualidade em sua natureza e ritmo. Como ocorre frequentemente nessas transições, aquelas greves simpáticas de maio de 1978, que foram elogiadas pelo empresariado mais esclarecido, toleradas por um governo em transição de mandatos e apoiadas pelo partido da oposição consentida como uma necessária advertência de que os trabalhadores deveriam ser lembrados, logo se transformaram em um ciclo nacional de amplo fôlego, geraram seus próprios porta-vozes e então se tornaram “feias”. Em 1979, grevistas começaram a ser abatidos a tiros e os limites daquela democracia outorgada tiveram de ser ampliados de baixo para cima.

O que estava em jogo se insinua nas falas de diversos sujeitos que entendiam a ação coletiva dos metalúrgicos como representativa dos interesses “dos trabalhadores”, “da classe assalariada” e mesmo simbolizando “parte viva da nação”. Discursos pronunciados de lugares muito diferentes vislumbraram um mesmo impasse. Na primeira assembleia de 1979, em 27 de abril, a metalúrgica Maria Lucia de Souza Poço, que fora presa no dia anterior por cavalarianos da Força Pública por distribuir material sindical, formulou em poucas palavras sua visão da transição democrática: “Precisamos de democracia, sabemos que o governo fala em democracia, mas fala em uma democracia que o pai lhe deu [...] Essa democracia que está aí é democracia do governo, é uma democracia de força” (Ata da Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores..., 24 de agosto de 1979). Fernando Henrique Cardoso, candidato a Senador pelo MDB, por

sua vez, referindo-se à violência policial que resultara no assassinato de Santo Dias, afirmou: “ O povo tomará consciência de que o governo está do lado dos patrões, o que será um resultado positivo, obtido com muita tristeza, uma vez que nada paga a vida de uma pessoa” (CNBB condena..., 1º nov. 1979, p. 18). A clara percepção de que a abertura que os empresários e políticos profissionais queriam não era a mesma dos trabalhadores, que almejavam democracia para os de baixo com justiça social, começou a definir-se. Um amplo e duradouro ciclo de confrontos transfigurou-se em um projeto político de uma nova hegemonia. A eleição de um metalúrgico para presidente duas décadas depois foi, ainda, fruto daqueles conflitos originais, embora no percurso a hegemonia dos de baixo possa ter resultado em uma “hegemonia às avessas”.

## Referências bibliográficas

ABRAMO, Laís. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

ABREU, Alzira Alves *et al.* (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001.

BATISTONI, Maria Rosângela. *Entre a fábrica e o Sindicato: os dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo*. 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.

BRAUNS, Ennio; RUIZ, Adilson. *Máquinas paradas, fotógrafos em ação: as greves dos metalúrgicos de São Paulo e ABC, de 1978 a 1981, pelo olhar de 10 ousados fotojornalistas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

CONSELHO DO PROJETO MEMÓRIA DA OSM-SP. *Investigação Operária: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores*. São Paulo: IIEP – Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo/Projeto Memória, 2014.

FARIA, Hamilton José Barreto de. *A experiência operária nos anos de resistência: a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário (1964-1978)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1986.



- FIGUEIREDO: o general da abertura política. *Nosso Século*, São Paulo, v. 5, p. 178, 1980.
- LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Senac, 2008.
- MARONI, Amnérís. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MOURA, Alessandro. *Movimento operário e sindicalismo em Osasco, São Paulo e ABC Paulista: rupturas e continuidades*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual de São Paulo. Marília, 2015.
- NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. *A modernização conservadora do sindicalismo brasileiro: a experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*. São Paulo: Educ, 1997
- NORONHA, Eduardo G. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Revista Lua Nova*, n. 76, p. 119-168, 2009.
- OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues de; NORONHA, Eduardo Garuti. *Greves no Brasil: de 1968 aos dias atuais*. São Paulo: Cortez, 2015.
- OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas: decifra-me ou te devo-ro! In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- RUIZ, Adilson; BRAUNS, Ennio. *Máquinas paradas, fotógrafos em ação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-1980*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- TARROW, Sidney G. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Nova York: Cambridge University Press, 2011.

### *Artigos e documentos*

- ABAIXO-assinado dos metalúrgicos grevistas. Acervo Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP). Pasta Histórico OSM/CPV – Acervo digital para consulta/campanhas salariais-greves 1978 e 1979.
- AQUI, a entrevista do nosso presidente ao jornal *O Estado de S. Paulo*. *O Metalúrgico*, São Paulo, n. 268, p. 4, nov./dez. 1978.
- ARENA impede CPI da reposição. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 20, 19 maio 1978.
- A SEGUNDA empresa parada na capital. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 31, 31 maio 1978.

CÂMARA instala a CPI dos salários. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 26, 15 jun. 1978.

CARVALHO, Ricardo; MALFITANI, Francisco. Tumulto, surpresa: a greve continua. *Jornal da República*, n. 63, São Paulo, p. 12, 8 nov. 1979.

CHEGA de Aventuras! Uma análise da nossa última greve. Acervo Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP). Pasta Histórico OSM/CPV – Acervo digital para consulta/campanhas salariais-greves 1978 e 1979.

CNBB condena a “inusitada repressão”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 18, 1 nov. 1979.

CONTRIBUIÇÃO ao debate sobre a greve dos metalúrgicos – março de 1980. Acervo Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP). Pasta Histórico OSM/CPV – Acervo digital para consulta/campanhas salariais-greves 1978 e 1979.

CUSTO de Vida realiza concentrações pacíficas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 12, 30 out. 1978.

DEPOIS de 14 anos, empregados e patrões frente a frente. *O Metalúrgico*, São Paulo, n. 268, p. 4, nov./dez. 1978.

DIFERENÇAS de 1973: a luta pela reposição salarial de 1973 continua. *O Metalúrgico*, São Paulo, n. 263, p. 4, mar. 1978.

D. IVO diz que igreja foi invadida. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 27, 8 nov. 1979.

EM OSASCO, ganha a manutenção da greve. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 19, 2 nov. 1978.

EXPANSÃO do ciclo de greves entre maio-nov. 1978: elementos de propagação. Acervo Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP). Pasta Histórico OSM/CPV – Acervo digital para consulta/campanhas salariais-greves 1989 e 1979.

FÁBRICAS param, mas prosseguem negociações. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 31 out. 1978.

GREVE da Scania: quatro décadas de resistência e enfrentamento às ditaduras – entrevista de Augusto Cássio Portugal Gomes. *Tribuna Metalúrgica*, n. 4236, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 11 maio 2018.

GREVE DECLARADA ilegal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 7 nov. 1979.

GREVE na Olivetti estende o movimento até Guarulhos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 18, 7 jun 1978.

GREVE parcial, reconhecem os metalúrgicos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 30 out. 1979.

MAIS 556 COMPANHEIROS conseguem aumento salarial com o silêncio das máquinas. *O Metalúrgico*, n. 267, São Paulo, p. 4, set./out. 1978.

METALÚRGICOS assinam acordo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 2 nov. 1978.

METALÚRGICOS decidem greve. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 27, 28 out. 1978.

METALÚRGICOS REÚNEM-SE e podem decidir a greve. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 39, 28 out. 1979.

NA BROWN Boveri, acordo de 10 e 15%. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 24, 6 jun 1978.

O APOIO aos metalúrgicos. Acervo Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP). Pasta Histórico OSM/CPV – Acervo digital para consulta/campanhas salariais-greves 1978 e 1979.

OS DADOS sobre a paralisação ainda divergem. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 18, 1 nov. 1979.

OS METALÚRGICOS estão em greve. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 7, 29 out. 1979.

ORGANIZANDO o trabalho sindical. *O Metalúrgico*, São Paulo, n. 269, p. 5, jan/fev 1979.

SEM OSASCO, a greve continua. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 31 out. 1979.

SETE MIL ESTUDANTES fazem manifestação no centro da cidade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 18-19, 6 maio 1977.

SINDICATOS VOTAM hoje proposta de acordo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 21, 1 nov 1978.

## O caráter histórico e atual das lutas dos canavieiros de Pernambuco por direitos

*Roberto Vêras de Oliveira, Mário Henrique Ladosky,  
Eduardo Donato, Maressa Fauzia Pessoa Dantas,  
Bárbara Maria Costa e Silva e André Paulo do Nascimento*

Até os anos 1950, no complexo socioprodutivo da cana-de-açúcar de Pernambuco, ainda predominava nas propriedades dos engenhos e usinas um regime de trabalho no qual aos trabalhadores cabia uma pequena porção de terra para o seu próprio cultivo, devendo eles, contudo, destinar aos proprietários dois ou três dias de trabalho gratuito ou pagar um valor por eles estabelecido, o que era denominado “trabalho por condição”. Nesse momento já havia ali expressivo número de assalariados que moravam nas cidades, embora a maioria ainda residisse nos engenhos (Andrade, 1963; Palmeira, 1977). Para Dabat (2008), as condições de trabalho pouco haviam evoluído desde o período colonial e o regime escravagista. Sob tais condições históricas se efetivaram processos de “modernização” que tiveram drásticas consequências sociais, a exemplo da expulsão dos “moradores” dos engenhos – respondida, por sua vez, a partir da metade dos anos 1950, com a organização e luta dos trabalhadores e o surgimento das Ligas Camponesas, principalmente em Pernambuco e na Paraíba (Azevedo, 1982).

O acesso dos trabalhadores rurais aos direitos trabalhistas básicos, contudo, só se tornou possível a partir de 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, que também favoreceu o reconhecimento e a expansão do sindicalismo rural. Conforme Dabat (2008, p. 291), os trabalhadores canavieiros de Pernambuco, pioneiros nessas conquistas, empreenderam uma “caminhada penosa”, por meio de “amplas mobilizações sociais”.

Um ambiente político favorável, com os governos de João Goulart, no plano nacional, e de Miguel Arraes, em Pernambuco, possibilitou o

que ficou conhecido como o Acordo do Campo, em 1963, firmado entre assalariados e empregadores, com a mediação do então governador. As negociações foram acompanhadas pela primeira greve geral dos canavieiros de Pernambuco, conduzida pelas Ligas e Sindicatos. O resultado foi um ganho histórico para os trabalhadores canavieiros de Pernambuco, que obrigou os donos de engenhos e usineiros a fazerem concessões nos planos econômico e sindical.

Na sequência veio o Golpe de 1964, com a repressão se abatendo com violência sobre as Ligas e os Sindicatos Rurais. Não obstante, os conflitos não cessaram. Palmeira (2013 [escrito em 1974]) foi um dos primeiros a chamar a atenção para a continuidade das lutas, em um contexto de avanço da proletarização dos moradores (expulsão do campo) e de intensificação da superexploração do trabalho, associado ao recrudescimento da repressão sobre as organizações de trabalhadores. Vários estudos posteriores trouxeram registros de greves em diversos municípios da Zona da Mata Pernambucana, com destaque para Cabo de Santo Agostinho, entre 1966 e 1968, tendo suscitado uma nova onda de intervenções nos sindicatos da região (Medeiros, 1989; Lima, 2003; Melo, 2017).

Foi, contudo, em 1979 que eclodiu a “primeira grande mobilização dos trabalhadores da região no período posterior a 1964”, a greve dos canavieiros na Zona da Mata de Pernambuco (Sigaud, 1980, p. 11). Esse momento representou a retomada das tradições de luta do passado, embora diante de novos desafios, a exemplo da organização e mobilização dos trabalhadores clandestinos – não apenas dos moradores, que eram predominantes no período anterior. Para Sigaud (1980), é a persistência da luta por direitos, acumulada historicamente, que explica a eclosão da referida greve.

As greves de canavieiros que eclodiram em Pernambuco em 1979 se estenderam até os anos 1990, com ocorrências em quase todos os anos desse período, tendo envolvido, embora com menor intensidade, os demais estados nordestinos produtores de cana-de-açúcar, com destaque para Alagoas,

Paraíba e Rio Grande do Norte. Esse ciclo de greves teve importante repercussão nacional no contexto de retomada da luta sindical e popular que marcou o fim do regime militar e o processo de “transição democrática” que se seguiu.

Revisitar o debate sobre as greves dos canavieiros do Nordeste e suas implicações para o campo da ação sindical se justifica, ao nosso ver, pelo reducionismo que pode implicar a leitura daquele contexto pela ótica do “novo sindicalismo”. Em contraposição a este, que se posicionou inicialmente em uma perspectiva de ruptura com a estrutura sindical oficial, tomando como central a bandeira da *liberdade e autonomia sindical* (Cf. Ladosky e Oliveira, 2014), as lutas dos canavieiros do final dos anos 1970 e início dos 1980 foram conduzidas nos marcos do sistema confederativo e primando pela observação dos estreitos limites legais.

O sindicalismo rural que começou a ganhar expressão antes do Golpe de 1964, atravessou todo o Regime Militar e se projetou em um novo ciclo de lutas, com particular ênfase entre 1979 e 1984, marcando as experiências dos que trabalhavam nos engenhos e usinas e dos que atuavam nos sindicatos, federações e confederação, em uma contundente demonstração de afirmação coletiva e politização dos trabalhadores. Se a lei era limitada como possibilidade de conquista de direitos pelos trabalhadores e ambígua como garantia da liberdade de ação sindical, fora da lei o que sobrava era uma relação de força absurdamente desigual e desproporcional em favor dos senhores de engenho, um padrão de sociabilidade marcado por uma violência brutal. A atuação por dentro da lei, forçando as conquistas em meio às contradições entre a norma legal e a prática patronal, pavimentou e deu sentido à luta dos trabalhadores na Zona da Mata, antes, durante e ao final do Regime Militar.

Neste capítulo, retomamos a memória das greves dos canavieiros de Pernambuco e as práticas sindicais que a elas estiveram associadas, procurando discutir seus significados para a trajetória do sindicalismo brasileiro

desde então. Procura-se resgatar alguns dos fios que tecem as memórias dessas greves em suas possíveis conexões e mediações com experiências do presente entre as novas lideranças rurais, influenciando suas disposições prático-discursivas. Atualmente, na Zona da Mata pernambucana, são evidentes os sinais de decadência da cultura da cana-de-açúcar, assim como ganharam destaque grandes investimentos industriais no âmbito do Complexo Industrial Portuário de Suape, na Mata Sul, e no polo industrial automobilístico de Goiana, na Mata Norte. A isso se somam mudanças ocorridas no padrão de regulação do trabalho no país (com destaque para a Lei da Terceirização e a Reforma Trabalhista), para configurar um novo contexto na continuidade das lutas dos trabalhadores canavieiros em Pernambuco.

Algumas perguntas nos guiam na elaboração do texto: em que medida o tema dos direitos se configura como o fio condutor da trajetória de luta dos canavieiros do Nordeste e de Pernambuco? Como se posicionam na memória de suas lideranças, históricas e atuais, em Pernambuco e região, as referências das greves históricas dos canavieiros? Em que medida e sob que condições (favoráveis e desfavoráveis) essa memória se reproduziu e repercute no discurso-prática das novas lideranças? Como as antigas e novas lideranças rurais da zona canavieira de Pernambuco se colocam frente ao processo de decadência da cultura da cana-de-açúcar que ali ocorre?

As reflexões aqui apresentadas são parte dos resultados do Projeto “Movimentos cruzados e histórias específicas de operários e trabalhadores rurais. Análise comparativa dos ciclos de greves iniciados pelos metalúrgicos de São Paulo e do ABC paulista e pelos canavieiros de Pernambuco no final dos anos 1970”, que conformam este livro. O presente estudo se sustenta em ampla pesquisa bibliográfica, documental e empírica. Entre as principais fontes empíricas, destacam-se: dezenas de entrevistas com lideranças históricas e atuais do sindicalismo rural de Pernambuco (realizadas individualmente ou em grupos); acompanhamento *in loco* do 10º Congresso Estadual do Trabalhador e da Trabalhadora Rural de Pernambuco – Fetape

(4 a 6 de junho de 2018), do 25<sup>o</sup> Congresso de Delegados Sindicais da Zona da Mata de Pernambuco – Fetaepe (18 e 19 de agosto de 2018), da 39<sup>a</sup> Campanha Salarial e da Greve dos Canavieiros de Pernambuco – Fetaepe (agosto a novembro de 2018) e do 1<sup>o</sup> Congresso Estadual dos Trabalhadores e das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Pernambuco – Fetaepe (23 e 24 de março de 2019).

Este texto está dividido em nove partes. Após esta introdução, segue-se uma análise geral sobre a evolução recente da atividade canavieira em Pernambuco e no Nordeste, onde se evidencia o atual quadro de decadência dessa atividade na Região. Na sequência abordam-se os sucessivos momentos históricos que marcaram a trajetória das lutas dos trabalhadores canavieiros em Pernambuco, começando com sua emergência no pré-1964, quando se deu o Acordo do Campo, que marcou tal trajetória daí por diante. O período focado em seguida vai da resistência à Ditadura até a Greve de 1979, que por sua vez delimita uma nova fase. Vêm na sequência as análises das greves dos anos 1980 e, depois, dos anos 1990, quando se colocam duas frentes principais, a luta salarial e a luta pela terra. Sobre os anos 2000, matéria da sétima parte, o foco se concentra na persistência da luta dos assalariados, apesar da decadência da atividade canavieira e da emergência do sindicalismo da agricultura familiar. Na oitava parte, a atenção se volta para a discussão sobre os desafios atuais da luta dos assalariados da cana-de-açúcar, considerando-se o quadro de decadência dessa atividade e o novo contexto da regulação do trabalho no Brasil, especialmente com a aprovação da Reforma Trabalhista em 2017. Por fim, são apresentadas algumas reflexões conclusivas.

## **Quadro histórico e evolução recente da atividade canavieira em Pernambuco**

O desenvolvimento da produção açucareira, na base do trabalho escravo, converteu-se no vetor principal do início da colonização portuguesa dos territórios que vieram a se constituir no Brasil.



Após adquirir uma enorme rentabilidade e capacidade de capitalização no final do século XVI (Furtado, 2000), a economia açucareira viu crescer a concorrência antilhana na segunda metade do século XVII, e seus preços caírem à metade. A isso se somaram os efeitos do desenvolvimento da economia mineira, no século seguinte, que produziu elevação dos custos com mão de obra especializada e escrava e, com isso, reduziu a rentabilidade da atividade canavieira. Durante um longo período, do final do século XVII, ao começo do século XIX, a economia nordestina “sofreu um lento processo de atrofiamento” (Furtado, 2000, p. 65). Baseada na combinação da atividade açucareira no litoral com a criação de gado no interior, sendo esta subordinada à primeira, a economia do Nordeste manteve uma dinâmica de crescimento de caráter extensivo, preservando na expansão e contração as formas originais de suas unidades produtivas.

A economia açucareira do Nordeste foi marcada no final do século XIX pelo surgimento das usinas e a proletarização do trabalhador rural (Andrade, 1963). Andrade (2001) aponta as seguintes fases no processo de modernização produtiva da atividade canavieira: de 1875 a 1890, surgiram os primeiros engenhos centrais (fábricas separadas da atividade agrícola) e usinas (com atividades fabril e agrícola integradas), com alta taxa de falências por insuficiências técnicas e administrativas; de 1890 a 1910, houve retração do capital financeiro (majoritariamente de origem inglesa) e maior presença dos capitais agrários, com apoio dos governos estaduais, com perda de ímpeto dos engenhos centrais e maior impulso à instalação de usinas; entre 1910 e 1933, houve crescimento da produção açucareira, com a elevação dos preços internacionais, a expansão das linhas férreas, a consolidação das usinas, a criação, em 1933, do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e a promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira (que prioritariamente visou estabelecer mecanismos de proteção econômica dos fornecedores frente aos usineiros); de 1933 a 1964, houve redução no número de usinas, em razão de intenso processo de concentração de ca-

pitais, ao mesmo tempo que se aguçaram os conflitos de classe, com o surgimento das Ligas Camponesas e de sindicatos; com o regime militar, a partir de 1964, foram contidos os movimentos reivindicatórios e o processo de produção foi racionalizado, tendo sido promovida a produção de álcool, em um contexto de queda internacional dos preços do açúcar e elevação dos preços do petróleo.

Na avaliação de Andrade (1963), a estrutura fundiária, que vinha se subdividindo desde as sesmarias, volta a se concentrar graças às usinas, de modo que se tornou comum nesse período uma única usina ser proprietária de dezenas de engenhos. Estes, embora em número cada vez menor e com *status* cada vez mais rebaixado, continuaram existindo por décadas. À medida que foram sendo suplantados pelo domínio das usinas, os proprietários dos engenhos foram se convertendo em simples fornecedores de cana, tendo sido responsáveis pelo fornecimento de cerca de metade de toda a cana esmagada na safra de 1960-1961 em Pernambuco e de quase 60% em Alagoas.

Para Andrade (2001, p. 115), o processo de modernização industrial da produção de derivados de cana-de-açúcar não abriu possibilidades para mudanças sociais e políticas no setor. Ao contrário, consolidou-se ali um segmento de perfil marcadamente conservador, em termos econômicos e políticos: “nos cinquenta anos em que a cana-de-açúcar se tornou uma atividade empresarial moderna, os grupos dominantes são os mesmos, não tendo havido uma penetração maior do capital estrangeiro, ao contrário do que aconteceu em outros setores industriais”.

Em meados do século XX teve relevância a figura do foreiro. Surgidos durante a escravidão, os foreiros se estabeleciam nas áreas mais distantes dos engenhos, voltando-se ao cultivo de lavouras, tendo em contrapartida de pagar a “condição” ou “cambão”<sup>1</sup> ao proprietário, também participando

<sup>1</sup> O cambão consistia na sujeição dos foreiros ao cumprimento de dias gratuitos de trabalho a serviço dos proprietários de terra. Destaque-se que a luta contra essa prática foi uma das principais reivindicações pautadas pela atuação das Ligas Camponesas.

do plantio e da colheita da cana, às vezes sem remuneração. Depois da Segunda Guerra, acompanhando a valorização do preço internacional do açúcar, seguiu-se um surto de expansão da produção das usinas, o que deu início a um processo de expulsão dos foreiros. Foi nesse contexto que surgiram as Ligas Camponesas (Andrade, 1963).

Avançou, com isso, o segundo processo aqui referido, o da proletarianização dos trabalhadores rurais. No final dos anos 1950 já havia na zona canavieira nordestina expressivo número de assalariados, muitos deles morando nas cidades, embora a maioria tenha permanecido nos engenhos (Andrade, 1963). Entre os trabalhadores assalariados foram constituídas três categorias principais:

Os “moradores”, que residem na propriedade onde trabalham; os trabalhadores de “fora”, que vivem nas cidades, vilas e povoações da zona, constituindo a maioria da população das mesmas; e os “corumbas” ou “caatingueiros”, que residem no Agreste e Sertão, mas se deslocam todos os anos para a zona canavieira durante a safra, a fim de participarem da colheita. (Andrade, 1963, p. 109)

A transição dos “moradores” de engenhos para residentes nas “pontas de rua” tem início nos anos 1950 e se intensifica nos anos 1970. Isso resultou em nova condição de existência e trabalho, pois os moradores eram, nessa ocasião, em sua maioria, “fichados” (registrados com carteira de trabalho assinada) e contavam com a representação do Sindicato, ainda que estivessem expostos à violência dos patrões, ao passo que os “da rua” eram majoritariamente “clandestinos”, sem registro em carteira, sendo arrematados diariamente por “empreiteiros” para trabalhar a cada dia para um ou outro engenho. Os moradores dos engenhos se viam entre a expulsão da terra pelo patrão e, diante do “cativeiro” que a vida no engenho representava, quando pesavam mais na sua avaliação “a sua dignidade de trabalhador e a sua autonomia frente a um proprietário que o está pressionando”, a decisão de ir viver na cidade (Sigaud, 1979).

Nos anos 1970 confluíram várias políticas estatais para a agroindústria sucroalcooleira, a exemplo do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Planalsucar), criado em 1971, do Programa de Racionalização da Indústria Açucareira, instituído no mesmo ano, do Programa de Apoio à Indústria Açucareira, criado em 1973, e do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), lançado em 1975, que favoreceram um processo de modernização mediante fornecimento de créditos e subsídios ao setor sucroalcooleiro, com forte impacto para a agroindústria canavieira. Viveu-se, com isso, um novo impulso na cultura da cana-de-açúcar na região, acompanhado de grande concentração industrial da atividade produtiva. Entre 1974 e 1984, o número de usinas caiu de 49 para 35 unidades (Andrade, 2001).

Visto em perspectiva histórica, o peso de Pernambuco na agroindústria canavieira se manteve em destaque até meados do século XX, quando começou a decair, ao mesmo tempo que crescia o peso do Centro-Sul, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro. Mesmo no âmbito regional, a primeira posição foi alcançada por Alagoas no final dos anos 1980. A decadência da produção de cana, açúcar e álcool atingiu toda a região:

Na verdade, a década de 1990, por uma série de problemas, foi muito pouco favorável à economia açucareira nordestina; entre esses fatores tivemos a normatização do preço do petróleo, com a consequente desaceleração do Proálcool e da produção de álcool, a extinção do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool), que desorganizou a comercialização controlada do produto, a queda do preço internacional do açúcar e do mel rico, a disputa de cotas no mercado de exportação, diante do aumento da produção paulista, o crescimento da produção de açúcar no Sudeste e no Centro-Oeste, levando grupos nordestinos a implantar usinas nessas regiões. (Andrade, 2001, p. 146)

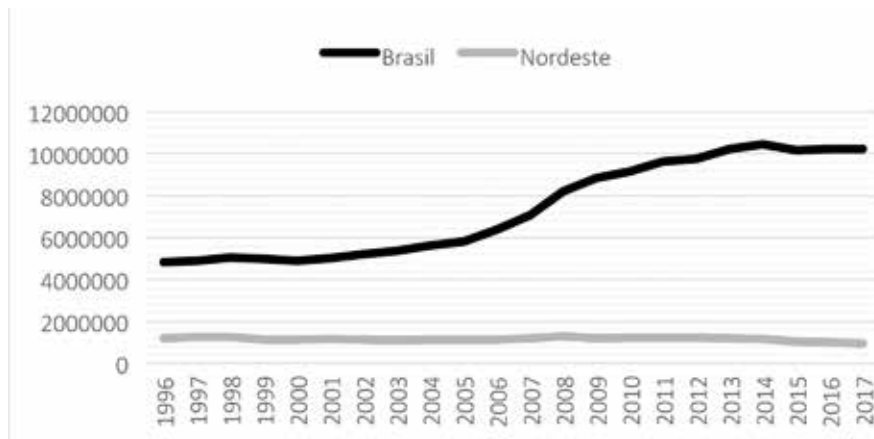
A partir da década de 1990, o setor sucroalcooleiro ganhou novas configurações no país, em razão de um novo cenário nacional e internacional. A queda nas cotações do mercado internacional de açúcar e as medidas de desregulamentação estatal do setor exigiram das empresas um esforço de reorganização.

Nos anos 2000, o setor foi impactado pelo debate sobre o tema da energia limpa e renovável. O marketing ecológico da sustentabilidade assegurou linhas de financiamento e subvenções para a modernização e ampliação da produção de etanol. Destaca-se, quanto a isso, o lançamento do Plano Nacional de Agroenergia, em 2006, que elegeu a produção de álcool a partir da cana-de-açúcar como uma de suas maiores prioridades, levando à expansão de seu cultivo sobretudo na Região Centro-Oeste.

Na mesma direção, entre outras iniciativas, destaca-se o lançamento, em 2011, do Plano de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (Paiss), e, em 2012, pelo BNDES, do Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (Prorenova), visando “aumentar a produção de cana-de-açúcar no país por meio do financiamento à renovação e implantação de novos canaviais”.<sup>2</sup> Os dados que seguem buscam captar as novas tendências na produção de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, com foco no Nordeste e em Pernambuco. No gráfico 1 notam-se, nas últimas duas décadas, movimentos discrepantes da atividade sucroalcooleira no Nordeste e no Brasil. Segundo dados da Produção Agrícola Municipal/IBGE, enquanto no Brasil a área plantada com cana-de-açúcar avançou de 4.830.538 hectares para 10.229.881 ha, entre 1996 e 2017 (um crescimento de 111,8%), ocorreu no Nordeste, no mesmo período, uma contração, passando de 1.208.454 hectares para 939.036 hectares (um decréscimo de 22,3%), com sua participação no total da área plantada de cana-de-açúcar caindo de 25,0% para 9,2%.

<sup>2</sup> Cf. Circular nº 17/2012-BNDES (disponível em: [https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/Circo17\\_12.pdf](https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/Circo17_12.pdf); acesso em: 20 jun. 2019).

Gráfico 1 – Área plantada (ha) entre 1996 e 2017 – Brasil e Nordeste



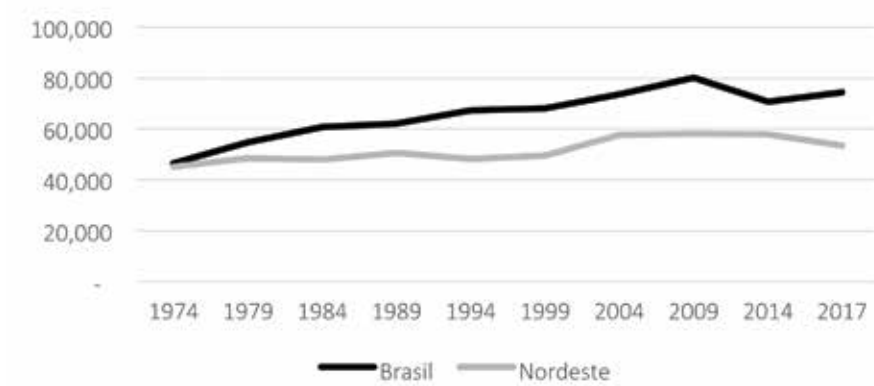
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Quanto à quantidade produzida de cana-de-açúcar, para o mesmo período, observam-se as mesmas tendências, quando se compara a performance do Brasil e do Nordeste. A participação dessa região no volume produzido no país passa de 17,0% para 6,6%. As proporções do Nordeste frente ao Brasil, referidas à área plantada e quantidade produzida, já indicam que o rendimento médio (medido em quantidade produzida, por hectare) na região vem se situando abaixo do rendimento médio nacional. Como mostra o gráfico 2, para o período 1974-2017, os rendimentos médios nesses dois recortes territoriais se encontravam, no início da série, em patamares próximos (46.494 Kg/ha para o Brasil e 45.174 Kg/ha para o Nordeste), tendo evoluído contudo para patamares discrepantes: alcançando 53.449 Kg/ha no Nordeste (um crescimento de 18,3%) e 74.482 Kg/ha no Brasil (um crescimento de 60,2%).

O gráfico 3 mostra, com uma série histórica de 1974 a 2017, que no início dos anos 1990 o rendimento médio da produção em Pernambuco caiu abaixo do rendimento do Nordeste (inferior, por sua vez, ao rendimento médio nacional). O mesmo ocorreu, anos antes, com a Paraíba. Já Alagoas, ao contrário, no final dos anos 1970 e início dos 1980, ultrapassou

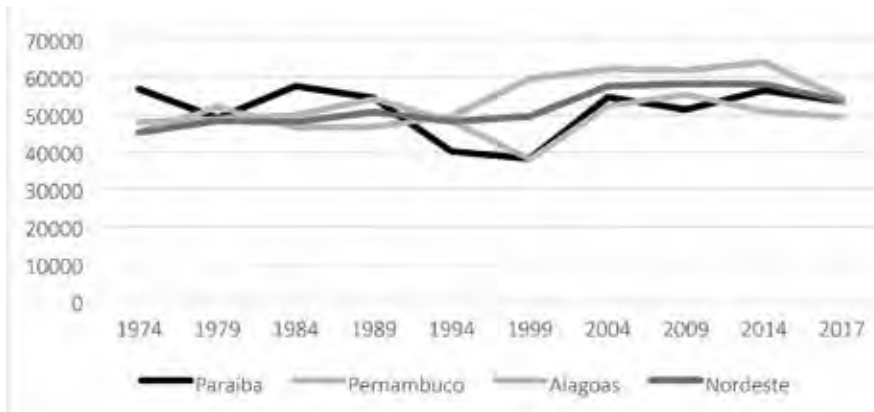
a média regional, em seguida caindo abaixo desse nível, para novamente, no início dos anos 1990, elevar-se acima dela e assim manter-se.

Gráfico 2 – Rendimento médio da produção (quilogramas por hectare) entre 1974 e 2017 – Brasil e Nordeste



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Gráfico 3 – Rendimento médio da produção (quilogramas por hectare) entre 1974 e 2017 – Nordeste e estados

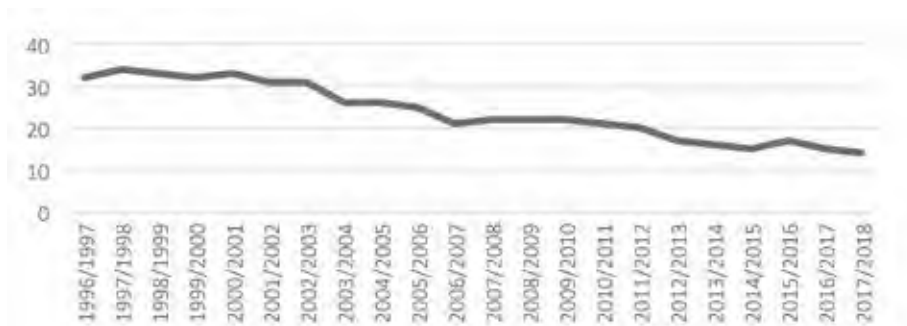


Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Nos gráficos de 4 a 7 são apresentados dados do Sistema de Acompanhamento de Produção Canavieira (Sapcana), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para as safras 1996/1997 a

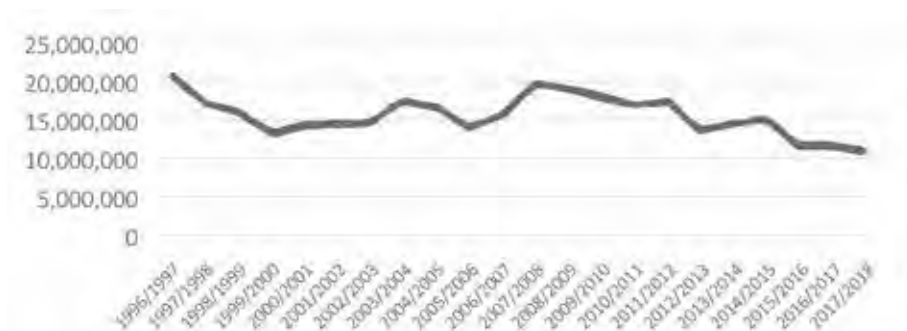
2017/2018, referentes ao número de unidades produtivas (usinas, destilarias e unidades mistas) e produção de cana-de-açúcar, de açúcar e de álcool; nota-se a clara tendência à retração dessa atividade em Pernambuco.

Gráfico 4 – Número de unidades produtivas em Pernambuco – 1996/1997 a 2017/2018



Fonte: Sapcana, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Gráfico 5 – Produção de cana-de-açúcar (em t) em Pernambuco – 1996/1997 a 2017/2018



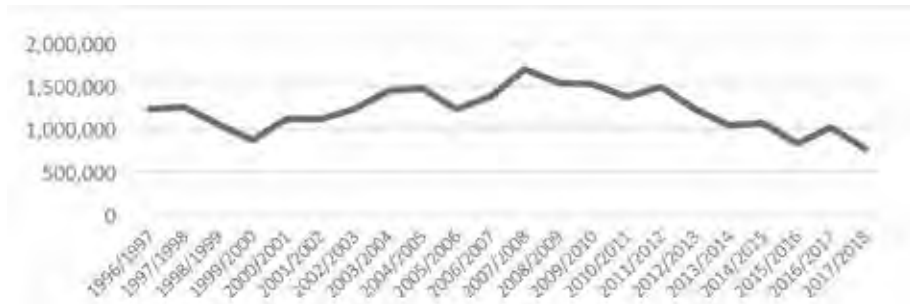
Fonte: Sapcana, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Quanto à distribuição espacial da produção canavieira em Pernambuco, os dados confirmam, para o período 1996 a 2017, a histórica concentração dessa atividade na Zona da Mata – mesorregiões mata pernambucana e metropolitana de Recife. A participação dessas duas mesorregiões na área plantada com cana-de-açúcar em todo o estado passou de 78,9%



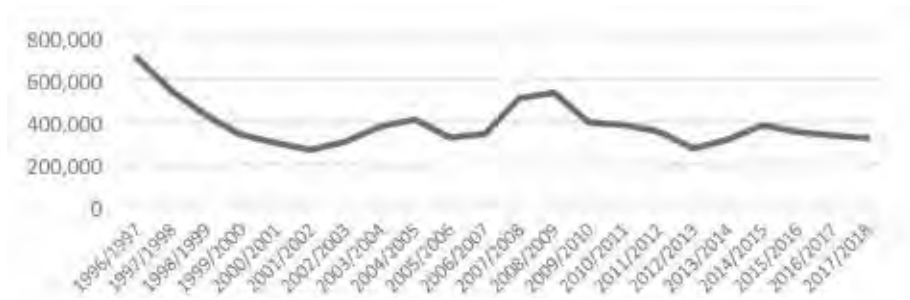
para 76,0%, no primeiro caso, e de 17,1% para 16,1%, no segundo, totalizando 96% em 1996 e 92,1% em 2017.

Gráfico 6 – Produção de açúcar (em t)  
em Pernambuco – 1996/1997 a 2017/2018



Fonte: Sapcana, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Gráfico 7 – Produção de álcool (em t)  
em Pernambuco – 1996/1997 a 2017/2018



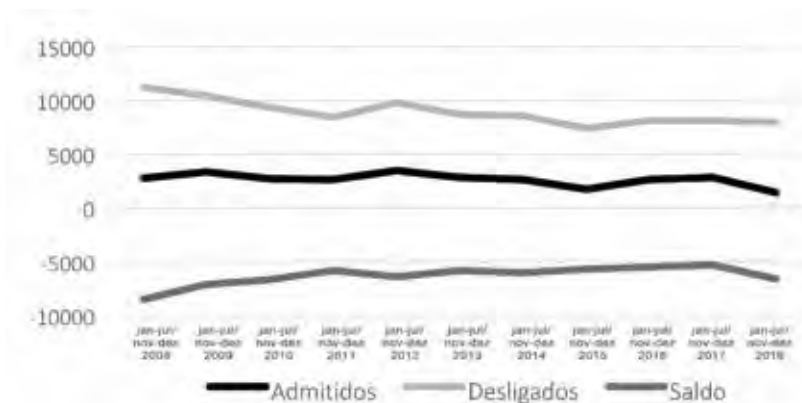
Fonte: Sapcana, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

No que se refere ao tema do emprego, estudo de Rodrigues e Mazzuchetti (2015) calculou, com base nos dados da PNAD Contínua, que havia no cultivo da cana-de-açúcar em 1997, em Pernambuco, 48.333 trabalhadores formais e 30.003 informais, totalizando 78.336, sendo de 61,7% e de 38,3% as respectivas proporções. Para o ano de 2002 esses números passaram para 64.604 e 44.520, totalizando 109.124, com 59,2% e 40,8%, respectivamente. Em 2009, passaram para 66.307 e 45.943, somando 112.250,

correspondendo a 59,1% e 40,9%, respectivamente. Para todo o período, manteve-se uma proporção de cerca de 40% de trabalhadores informais. Por outro lado, apesar da crise do setor, houve um incremento de 43,3% no total de trabalhadores contratados.

Pelos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), para o período de 2008 a 2018, é possível acompanhar a movimentação das admissões e demissões formais. O gráfico 8 se refere ao período da entressafra, o gráfico 9, ao da safra e o gráfico 10, à movimentação do ano. Na entressafra, os números de admitidos e desligados caem no período, passando de 2.744 para 1.431 e de 11.231 para 8.000, de modo que o saldo negativo diminui de -8.487 para -6.569, respectivamente.

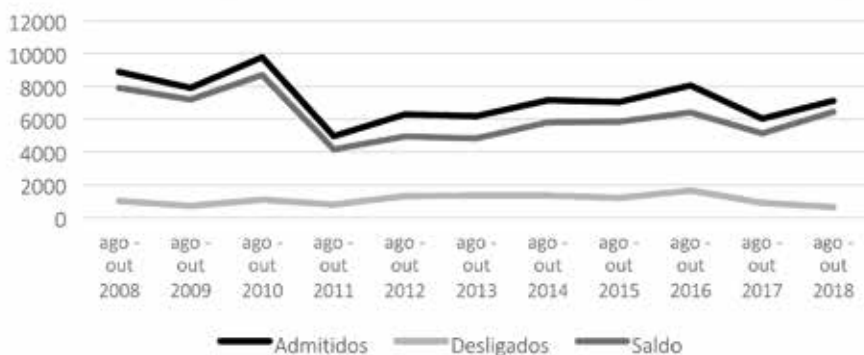
Gráfico 8 – Trabalhadores admitidos e desligados no cultivo da cana-de-açúcar em Pernambuco – entre janeiro e julho e novembro dezembro de 2008 a 2018 (período da entressafra)



Fonte: Caged, elaboração própria

Considerando-se o mesmo período, na safra, quando o setor expande ao máximo sua capacidade de contratação, as admissões apresentam uma tendência geral de queda, passando de 8.907 para 7.116 (21% a menos em 11 anos). As demissões também caem, de 1.005 para 643, de modo que o saldo varia de 7.902 para 6.473 (uma queda de 18,1%).

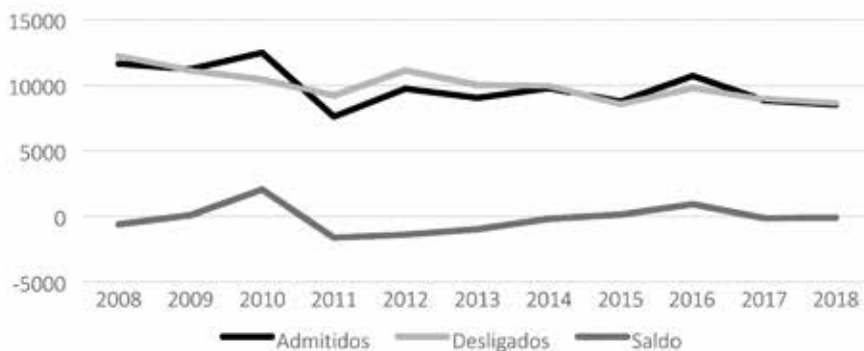
Gráfico 9 – Trabalhadores admitidos e desligados no cultivo da cana-de-açúcar em Pernambuco – entre agosto e outubro de 2008 a 2018 (período da safra)



Fonte: Caged, elaboração própria

Na movimentação do ano, caindo os níveis de contratação (de 11.651 em 2008 para 8.547 em 2018) e de desligamento (de 12.236 para 8.643), o saldo em ambos os casos se manteve pouco relevante (passando de -585 para -96), o que implica a não alteração nos estoques de vínculos formais observados em 2009.

Gráfico 10 – Trabalhadores admitidos e desligados no cultivo da cana-de-açúcar em Pernambuco – movimentação anual de 2008 a 2018



Fonte: Caged, elaboração própria

Os dados acima confirmam uma tendência, nas últimas décadas, de queda e estagnação no contingente de trabalhadores voltados ao cultivo de cana-de-açúcar em Pernambuco.

O que se reconstitui a seguir são as trajetórias das lutas por direitos dos trabalhadores canavieiros em Pernambuco, que teve momentos de euforia produtiva, mas que vive hoje, em contraste com o quadro nacional, um processo de decadência no Nordeste e em Pernambuco.

### **Da emergência do sindicalismo na Zona da Mata ao Acordo do Campo**

A década de 1950 foi marcante na organização dos trabalhadores rurais no estado de Pernambuco, quando começaram a converter sua luta, passando-a de caso de polícia para questão política e social. As Ligas Camponesas, surgidas em 1954 no Engenho Galileia, no município de Vitória de Santo Antão, alcançaram repercussão nacional. No mesmo ano, foi fundado o primeiro sindicato de trabalhadores rurais do estado, no município de Barreiros, na Mata Sul. O entrevistado Amaro Biá relata seu testemunho sobre aquele momento:

Então foi uma coisa engraçada, a criação [do sindicato]. Foi avaliado aqui em 30 mil pessoas, aqui na fundação, e até os empregadores chegaram a ajudar, deram transporte para o pessoal vir. A usina deu as locomotivas, chamada máquina, Maria Fumaça e caminhões pra ir buscar. A pedido dos deputados foi feito, e aí dava e não sabia o que era. Depois que o sindicato foi fundado e as empresas tomaram conhecimento do que era o sindicato e pra que era, aí partiram pra acabar. Aí pisoteavam a assembleia que era feita na rua... de cavalo. Passava cavalo na carreira, vários capangas das usinas armados dentro da assembleia, na carreira, a cavalo. (Amaro Biá, ex-presidente do STR de Barreiros, entrevista concedida em agosto de 2018)

A Igreja exerceu forte influência sobre os acontecimentos, embora de modo ambivalente. O Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961, priorizou um trabalho de educação política dos trabalhadores rurais. O Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (Sorpe), criado pelos padres Melo e Crespo também em 1961, tinha por finalidade promover a sindicalização rural, mas distante da influência das Ligas e do Partido Comunista (Dabat, 2012; Lima, 2012). Na percepção de Beija-Flor (liderança canavieira de Paudalho, em entrevista concedida em novembro de 2017),

a Igreja teve interesse de criar sindicatos porque existia as Ligas Camponesas. E as Ligas Camponesas eram mais avançadas. As Ligas Camponesas tinham uma luta mais por terra. Pedir a Reforma Agrária, “na lei ou na marra”, esse era um dos seus lemas, enquanto o pessoal da Igreja era mais uma área de assalariado. [Que] era área da Zona Canavieira, a região mais sofrida do escravo, da escravidão, do senhor de engenho, de usineiro. E a Igreja se interessou muito, depois da Encíclica de João XXIII, pela liberdade das categorias [para] se organizarem. (Beija-Flor, ex-presidente do STR de Paudalho, entrevista concedida em novembro de 2017)

Em 1962, foi fundada a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (Fetape), sob influência do Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste do Brasil, realizado por sindicatos católicos, no mesmo ano, em Itabuna, no estado da Bahia. Foi quando também surgiu a proposta de criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o que se efetivou em 1963. Entre 1962 e 1964, a atuação da Fetape, em associação com o Sorpe e em um contexto político mais favorável, com os governos Miguel Arraes no estado e João Goulart no plano federal, levou a um crescimento significativo do número de sindicatos em Pernambuco, que passou de 14 para 71 (Barros, 2013).

Em 1963, foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que estendeu em parte os direitos previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) aos trabalhadores rurais. O ETR se converteu em um instrumento de luta para os trabalhadores rurais, historicamente condicionados à exploração e violência patronal. Os patrões, entretanto, resistiam em aplicar a nova lei. O governo de Miguel Arraes, por sua vez, tudo fez para criar uma via de negociação entre sindicatos e patrões (Barros, 2013).

Em outubro de 1963, foi deflagrada a primeira greve geral dos canavieiros de Pernambuco, cuja principal reivindicação era o aumento de 80% do salário. De acordo com Zé Paulo (liderança canavieira, em entrevista concedida em abril de 2019), nos meses anteriores à greve ocorreram diversas pequenas paralizações (chamadas pelos canavieiros de “paradeiros”), nos engenhos e usinas, além de outras mobilizações. Os trabalhadores também foram orientados pelos sindicatos a diminuir o ritmo de trabalho, a fim de pressionar a classe patronal:

Trabalhamos seis meses bem devagarzinho pra forçar os patrões, que os patrões não queria sentar com o governador e os sindicatos que havia na época, então a estratégia usada antes foi botar o trabalhador pra trabalhar 6 meses na diária, trabalhando bem pouquinho. Foi uma estratégia dos trabalhadores mas era a mandado do sindicato e a mandado de Miguel Arraes, porque Miguel Arraes queria sentar com os usineiros e os usineiros com a cintura dura num queria sentar antes da negociação do Acordo e antes das greves. A greve de 1963 acontecia todo mês. Não cumpriam, aí acontecia a greve, num cumpria não, era greve! Vinha pelo rádio, a gente ouvia “vai ter greve” e parava todo mundo. Já tinha uma pessoa que arrecadava todo mundo pra levar pra greve. Veio a notícia dos sindicatos avisando aos trabalhadores que doutor Miguel Arraes disse que ia sentar com os usineiros, mas os patrões tava com a cintura dura, num tava querendo sentar, doutor

Arraes tava fazendo pressão mas os patrões não queria sentar, aí levou a notícia pra os trabalhadores: “a partir de amanhã todo mundo trabalha de greve, trabalha bem pouquinho”, um serviço de uma pessoa fazer num dia, fazia vinte pessoas, isso pra pressionar. (Zé Paulo, ex-presidente do STR de Rio Formoso, entrevista concedida em abril de 2019)

Em meio às mobilizações, ocorreram diversos episódios de violência contra trabalhadores rurais, alguns casos com morte (Lima, 2015). Na Usina Estreliana, situada no município de Ribeirão, os trabalhadores entraram em greve, no mês de janeiro, pelo pagamento do 13º salário, sendo que não só tiveram o seu pedido negado como foram alvejados.<sup>3</sup> No mês de julho, o STR de Palmares reivindicava, por meio de mobilizações, a aplicação dos direitos trabalhistas nos engenhos e usinas da região, quando foi assassinado um trabalhador na Usina Caxangá.<sup>4</sup> Em agosto do mesmo ano, no Engenho Oriente, ocorreu a morte do militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T),<sup>5</sup> Paulo Roberto Pinto, conhecido como Jeremias (Gallindo, 2010).

O aumento salarial, a aprovação de uma tabela de tarefas e o pagamento do 13º salário estavam no centro dos conflitos. Os patrões, contudo, continuaram resistindo. Mas em setembro de 1963, já sob a primeira vigência do ETR, com a intensificação das lutas dos trabalhadores, foi instalada, por convocação do governador, uma mesa de negociação no Palácio das Princesas, em Recife, onde foram expostas as condições de exploração historicamente sofridas pelos canavieiros, suas reivindicações e

<sup>3</sup> Funcionários da administração da usina, de propriedade de José Lopes Siqueira dos Santos, então deputado pelo PTB, abriram fogo contra o grupo, deixando cinco mortos e três feridos.

<sup>4</sup> Duzentos e cinquenta trabalhadores dirigiram-se à empresa para cobrar o pagamento do 13º salário, sendo surpreendidos pelo usineiro e seus capangas em uma emboscada na qual parte dos camponeses conseguiu fugir e outra parte enfrentou o grupo, e no embate o camponês José Alves de Lima foi assassinado.

<sup>5</sup> O POR-T atuou no município de Itambé. Em uma manifestação pela reivindicação do 13º salário, o militante Paulo Roberto Pinto foi assassinado por um usineiro da região.

as propostas da classe patronal. O próprio governador atuou como mediador da negociação. Em entrevista concedida em novembro de 2017, disse Zé Francisco, ex-presidente da Fetape e da Contag, que esteve presente naquele momento representando a Fetape:

[...] E doutor Arraes teve o cuidado de cuidar desses procedimentos todo na mesa de negociação pra tentar concluir com esse Acordo do Campo. Aí pra mesa de negociação vai o pessoal da Igreja. Aí a Igreja era muito dividida, uma mais fraca, uma linha mais conservadora, mais legalista e a outra mais persistente, que é o Sorpe, do padre Crespo, mas tavam tudo na mesa ali. E como tava o Gregório Bezerra e como tava o Julião, né, e a Federação, que participou desse processo de negociação. Não só eu, Zé Francisco, Zé Francisco era um deles, tinha outros companheiros, era um grupo. (Zé Francisco, ex-presidente da Fetape e da Contag, entrevista concedida em novembro de 2017)

A pressão dos trabalhadores, em especial a greve geral, levou ao Acordo do Campo, que provocou mudanças significativas na vida e nas condições de trabalho dos canavieiros da Zona da Mata pernambucana (Sigaud, 1986; Lima, 2012). Entre os ganhos políticos e econômicos, estiveram: reajuste salarial de 80%; reconhecimento de um delegado sindical por engenho; assistência médica e escolar para os trabalhadores; desconto em folha da contribuição sindical para os sócios do sindicato; regularização da carteira assinada para os trabalhadores de empresas; interiorização da previdência; aprovação da Tabela de Tarefas; pagamento do 13º salário; pagamento dos três dias parados na greve; não punição aos grevistas. O Acordo do Campo promoveu, ao mesmo tempo, uma via de acesso dos trabalhadores rurais à Justiça do Trabalho. Por tudo isso, contribuiu para a formação de uma identidade coletiva desses trabalhadores com a luta por direitos e cidadania.



Após o Golpe de 1964, ocorreu um revés nessa tendência. Apenas no final dos anos 1970 as lutas dos trabalhadores rurais foram recolocadas no mesmo patamar, sem, contudo, terem sofrido uma completa solução de continuidade.

### **Da resistência à ditadura à greve de 1979**

A mobilização dos trabalhadores sofreu um grande impacto com o Golpe de 1964, que inaugurou um período de vinte e um anos de ditadura no Brasil. Para alguns sindicalistas rurais de Pernambuco, o golpe teve entre seus principais objetivos desarticular as organizações trabalhistas. É o que afirma Biu da Luz, coordenador da Academia Sindical da Fetape (entrevista concedida em novembro de 2017): “Foi um negócio... de repente a Zona da Mata toda... E essa ideia de sindicato foi se espalhando pelo agreste, pelo sertão e tal, entende? Mas começou o pipoco na Zona da Mata. Os patrões, enraivecidos, [...] se uniram aos militares, né. Se uniram aos militares e reforçaram o barco e deram o golpe”.

Uma das medidas do regime militar para reprimir a mobilização dos trabalhadores foi a instituição da Lei nº 4330 de 1964, chamada “Lei de greve”.<sup>6</sup> Na prática, a greve foi inviabilizada como ferramenta de luta. “A Lei de greve, quando você lia, era pra não fazer greve. A exigência era tão grande que era assim: não faça greve, não! Em outras palavras, entende?” (Biu da Luz, coordenador da Academia Sindical da Fetape, entrevista concedida em novembro de 2017).

---

<sup>6</sup> A lei exigia a aprovação da greve por voto secreto, em dois pleitos, com intervalo mínimo de dois dias entre as votações, por maioria de dois terços da categoria no primeiro e de um terço no segundo turno, com quórum de votação de no mínimo um oitavo dos associados; concedia ao patronato cinco dias antes da deflagração da greve para apresentação de contraproposta; obrigava a notificação com cinco dias de antecedência da deflagração da greve ao Departamento Nacional do Trabalho ou à Delegacia Regional para a adoção de medidas cabíveis de manutenção da ordem; proibia a paralisação por motivos políticos, partidários, sociais ou solidários; garantia o acesso, sob risco de intervenção das autoridades competentes, àqueles trabalhadores que quisessem prosseguir em suas atividades laborais.

Além disso, o governo interveio na maioria dos sindicatos da região. Como ressaltam Carneiro e Cioccarì, no Nordeste brasileiro, particularmente, a repressão foi grande, por aliar um Estado autoritário a uma oligarquia rural poderosa e retrógrada.

Até então, os direitos de homens e mulheres do campo ou inexistiam ou eram vilipendiados pelas violências de latifundiários e de milícias privadas, quase sempre com a conivência policial. Após o golpe, a própria defesa dos direitos dos camponeses passou a figurar como “subversão” e a repressão mais direta e brutal encampada simultaneamente pelas forças de repressão do Estado e pelas oligarquias rurais foi desfechada justamente sobre os trabalhadores do campo e seus líderes. (Carneiro e Cioccarì, 2011, p. 38)

Na zona canavieira de Pernambuco, dos 40 sindicatos em funcionamento, 38 sofreram intervenção (cf. Carneiro e Cioccarì, 2011). Os trabalhadores relatam que, nessa época, a atividade sindical foi submetida ao controle governamental-patronal. É o que indica Zé Mendes (liderança sindical canavieira de Goiana e região, em entrevista concedida em setembro de 2018):

Desde a ditadura militar, eram as empresas que colocavam [a chapa] no sindicato, e ficou essa temporada até os anos 1987. Ficou aqui implantado, como a gente costuma chamar, o “peleguismo”, nessa época. [...] Os senhores de engenho determinavam a escolha do sindicato. Quem implantava a chapa eram eles e desde a ditadura militar que eram eles que determinavam a chapa do sindicato. (Zé Mendes, ex-presidente do STR de Goiana, entrevista concedida em setembro de 2018)

Em aliança com o governo, a classe patronal desequilibra a relação de forças no campo e adota medidas, muitas vezes ilegais, para ampliar seu lucro e reduzir a remuneração dos assalariados. Nas palavras de Lima:

Aumentou-se o número de canas a serem cortadas, era dada uma quantidade de tarefas impossível de ser cumprida num dia, adulteravam-se os instrumentos de medição ou de pesagem de tal modo que dificilmente o trabalhador conseguiria cumpri-la. Ou ele recorria à ajuda de outros membros da família ou se esforçava intensamente. Quando isso não era possível e ele demorava mais de uma jornada para cumprir a tarefa, perdia o repouso remunerado. Dessa forma, o salário ficava menor, e o trabalhador, exausto. (Lima, 2012, p. 145)

As intervenções nos sindicatos foram acompanhadas por perseguições, prisões e até mesmo assassinatos de lideranças. “Foi um negócio, viu, prendeu dirigente sindical, prendeu trabalhador, delegado sindical, foi muita gente!” (Biu da Luz, assessor da Academia Sindical da Fetape, entrevista concedida em novembro de 2017). O enfrentamento direto era, muitas vezes, quase uma sentença de morte. “Você vê, por exemplo, aqui na Zona da Mata Sul a quantidade de gente que foi assassinada” (Zefinha, ex-assessora sindical da Fetape, entrevista concedida em novembro de 2017). Manoel Tenório, Evandro Lins, Biu do Condado, Biu Timbaúba, Amaro Luiz são alguns dos colegas lembrados pelos trabalhadores da região que pagaram com a vida pelos atos de resistência.

Um estudo publicado em 2013 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República informa que 1.196 camponeses ligados aos movimentos de trabalhadores foram assassinados ou desapareceram entre 1961 e 1988. Porém, segundo o Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade, esses dados podem estar subestimados:

Em relação a dados e informações sobre violações, no caso dos camponeses, as discrepâncias devem alcançar maiores proporções que as estatísticas oficiais sobre perseguidos políticos no Brasil pós-1964. O número de camponeses que foram vítimas da repressão política é maior do que os registrados por documentos

oficiais, pela imprensa e pelas entidades da sociedade civil. No caso específico de camponeses mortos e desaparecidos, a contabilização da sociedade civil é setenta vezes maior do que os reconhecidos pelo Estado, comparando-se os números do livro *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição* e os números da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, ambos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (CCV, 2014, p. 97)

Em decorrência desse quadro, as mobilizações dos trabalhadores rurais canavieiros arrefeceram, mas não cessaram, como atestam os estudos de Palmeira (1974), Medeiros (1989), Lima (2003) e Melo (2017), entre outros. Um destaque recaiu sobre os conflitos ocorridos em Cabo de Santo Agostinho, entre 1966 e 1968, resultando em uma nova onda de intervenções nos sindicatos da região. Segundo Lima (2003), a primeira dessas greves, ocorrida em 1966, estendeu-se, com algumas interrupções, por mais de três meses e abrangeu quase vinte engenhos. As paralisações, em menor proporção, continuaram em 1967 e ganharam maior envergadura em 1968, quando chegaram a envolver mais de 3 mil trabalhadores.

A forte repressão obrigava uma atuação dentro dos parâmetros legais, porém sempre buscando brechas que tornassem a luta mais efetiva, conforme Zefinha nos indica, em entrevista concedida em novembro de 2017:

Era em sintonia com toda uma estratégia geral do movimento sindical na ditadura, de se apegar ao que a gente chamava de “brechas da lei”. A gente tinha que ter algum escudo. Claro que a base era a organização dos trabalhadores, mas não podia enfrentar assim, porque tinha que ter um escudozinho, né. E esse escudo, por exemplo na luta pela terra, você tinha um código civil, o desforço pessoal. Se alguém te bate, você tem o direito de reagir do mesmo jeito, né. [...] Então o movimento sindical foi todo, na época da ditadura, forjando uma discussão, uma atitude

de enfrentamento, se valendo das brechas da lei que não eram cumpridas. (Zefinha, ex-assessora sindical da Fetape, entrevista concedida em novembro de 2017)

A aproximação com setores da Igreja também foi uma tática adotada pelo movimento para dar prosseguimento à luta. Na zona canavieira de Pernambuco, os sindicalistas apontam como determinante o trabalho em conjunto com o Movimento de Evangelização Rural (MER), que depois daria origem à Corrente de Trabalhadores Independentes (CTI) e ao Movimento de Comissões de Luta (MCL). Vejamos o depoimento de Zé Mendes:

A luta por dentro da Igreja foi uma estratégia durante a ditadura militar. A lógica é essa. O Movimento já existia [o CTI], mas ficou agregado ao MER porque os padres apoiavam e tal [...] Nessa época, o Movimento já atuava, e ficou por dentro da Igreja como MER. É aquela coisa. A gente tá aqui discutindo a luta, chegou a repressão: “é reunião da Igreja”. Aí podia. (Zé Mendes, ex-presidente do STR de Goiana, entrevista concedida em setembro de 2018)

Apesar dos longos anos de repressão, os trabalhadores rurais não perderam o fio da luta por direitos. Em 1979, deram uma grande demonstração de força, deflagrando uma greve que entraria para a história do movimento sindical brasileiro e surpreenderia o patronato: “os patrões não pensava, eles duvidava que isso ia acontecer, eles não acreditava que a gente ia fazer greve, entendeu... devido à conjuntura, devido à rapidez que a gente teve e aí... greve. E foi greve forte, sabe quantos dias? Sete” (Beija-Flor, ex-presidente do STR de Paudalho, entrevista concedida em novembro de 2017).

A greve de 1979 foi construída respeitando todas as exigências da lei 4.330. Sigaud (1980) observa que o trabalho de organização exigiu, por parte dos sindicatos, a atuação em duas frentes: foi preciso dar conta das formalidades burocráticas, assegurando a viabilidade legal do movimento, além de

garantir um grande esforço de mobilização política capaz de assegurar uma expressiva participação dos trabalhadores. Nas palavras de Zé Rodrigues: “bom, pra gente fazer o ritual de greve, de movimento forte como greve, a gente só fazia esse ritual se fosse forte. [...] Você sabe que o regime militar deixou todo mundo apavorado, que não dispensava qualquer motivação que eles considerassem irregular, mas partimos pra greve” (Zé Rodrigues, ex-presidente da Fetape, entrevista concedida em junho de 2018).

O trabalho de mobilização se deu através de panfletos, divulgação via rádio e, sobretudo, com a propagação das notícias “boca a boca”. Segundo Sigaud:

Calcula-se que existiam cerca de 240 mil trabalhadores vinculados à produção da cana-de-açúcar em toda a Zona da Mata. Nos 24 sindicatos onde foram realizadas assembleias estavam representados 28 municípios de um total de 39. Somando o comparecimento em todas as assembleias, poder-se-ia calcular que cerca de 70 mil trabalhadores tenham participado diretamente da decisão de decretar a greve. (Sigaud, 1980, p. 27)

A massiva adesão ao movimento permitiu a organização de comandos e piquetes nas imediações das propriedades e entradas dos engenhos. Essa medida buscava evitar que os patrões admitissem trabalhadores de fora, os fura-greves, para dar continuidade ao serviço nos canaviais. Outras estratégias foram adotadas pelos grevistas. Para evitar a repressão, reuniões aconteciam durante a noite. Algumas plantações de cana foram incendiadas, para apressar o período de corte e assim obrigar o patronato a aceitar as reivindicações dos trabalhadores parados. Estrategicamente, a greve foi deflagrada oito dias antes nos municípios de São Lourenço e Paudalho, como explica Zé Rodrigues:

Foi, foi tudo combinado. Eles via qual era os sindicatos que tinha muito mais poder de paralisação. As empresas que trabalhava, que tinha, era da família Ermínio de Moraes, e essa família não

era família violenta, tão violenta. Eles sabiam que podiam fazer um paradeiro e os trabalhadores não ia ter tanta violência como as outras empresas podiam fazer. Aí eles toparam, botaram é... porque tinha um prazo. No prazo a gente botava o edital. Se até o vencimento do edital, oito dias, o patronato não desse a resposta a gente podia deflagrar a greve. Justamente foi o que foi feito. Publicou o edital, começamos a negociar. Patrão não chegou no acordo e deflagraram a greve. (Zé Rodrigues, ex-presidente da Fetape, entrevista concedida em junho de 2018)

Com os trabalhadores das duas cidades parados, as lideranças sindicais ameaçam estender a greve para o resto do estado. Pressionados, os patrões cedem às reivindicações dos trabalhadores na véspera da paralisação, que já havia sido confirmada pelos trabalhadores de outros 24 municípios da Zona da Mata.

É o seguinte, a greve vai ser deflagrada segunda-feira, nós tava negociando com o patronato os dois municípios parados, totalmente parados. Na segunda-feira ia o resto do canavial parar tudo. Então no domingo, no domingo de meia-noite, madrugada, eles fecharam o acordo. [...] Na véspera da deflagração da greve. Por que já havia anúncio de que o setor todo da Zona da Mata ia parar de uma vez só. Aí o sindicato patronal viu que não era, a greve não era pra brincadeira, era pra valer. A gente tava muito articulado com as organizações sociais de apoio, de ajuda, de alimentação, no caso de uma greve maior. (Zé Rodrigues, ex-presidente da Fetape, entrevista concedida em junho de 2018)

Sigaud (1980) avalia a greve de 1979 como uma grande vitória da classe trabalhadora.<sup>7</sup> Ademais, a autora destaca que o texto da Convenção

---

<sup>7</sup> Entre os pontos firmados no acordo coletivo, vale destacar um aumento salarial de 52%; cessão de uma área de 2 hectares de terra para cultivo de lavouras de subsistência; aprovação de uma tabela de tarefas, estabelecendo os equivalentes para diversos serviços cumpridos na lavoura canavieira.

Coletiva incorporava determinações que já estavam dispostas e respaldadas em outros instrumentos legais, tais como a CLT e o Decreto-Lei 57.020, que eram, no entanto, sistematicamente burlados. Acrescentam-se ainda cláusulas referentes

[...] à contratação dos *clandestinos* (definidos como “safristas”); à limitação do trabalho fora dos engenhos (o que dificulta o trabalho no sítio) em que os trabalhadores residem; ao pagamento de horas-extras durante todo o tempo que o trabalhador estiver à disposição do proprietário para prestar um serviço (o que reforça a reivindicação referente ao trabalho fora); ao transporte adequado para o local de trabalho; ao fornecimento pelos proprietários dos instrumentos de trabalho (o que implica a exclusão de mais um gasto que os trabalhadores tinham de fazer com o seu salário); à proibição de o pagamento ser feito nos barracões e de se processar qualquer desconto em função de dívidas contraídas com o barraqueiro; e ao direito do Sindicato de estabelecer delegacias sindicais em sua base territorial. (Sigaud, 1980, p. 45-46, grifo do original)

Vale ainda destacar que a greve de 1979 em Pernambuco não foi um ato isolado. Por todo o país, os trabalhadores se reorganizavam. O movimento que ganhava força no ABC paulista já servia de inspiração para trabalhadores de todo o Brasil. Como observa Biu da Luz, “desde o começo do movimento sindical as informações vindas do sul pra cá ajudaram muito”.

Era só o primeiro capítulo do movimento que se estenderia nas décadas seguintes.

## **O ciclo de greves dos anos 1980 e a diversificação da agenda de lutas do sindicalismo rural**

Os anos 1980 foram marcados por um paradoxo: ao mesmo tempo que foi considerada uma “década perdida” no campo econômico, revelou-se



muito intensa no campo político. O longo processo de redemocratização do país, que levou ao fim da ditadura militar, saiu do previsto pelos governantes, com os trabalhadores do campo e da cidade se colocando em cena na luta por direitos sociais e políticos (Sader, 1988). A campanha das Diretas Já, em 1984, foi um demonstrativo do ímpeto democrático-popular; mesmo tendo sido derrotada no Congresso Nacional, inspirou a mobilização pela participação popular na Constituinte, possibilitando fazer da Constituição Federal de 1988 uma “Constituição Cidadã”, ao contemplar conquistas sociais inéditas.

A greve da Scania, ocorrida em 1978, projetou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e a figura de Lula como expressões de uma nova concepção e prática sindicais, tendo sido essa a matriz para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A explosão de greves no final dos anos 1970 e sua continuidade ao longo dos anos 1980 levaram o sindicalismo brasileiro a superar recordes em número de paralisações, em quantidade de grevistas e de horas perdidas (Noronha, 1991). A prática das greves se disseminou em categorias urbanas e rurais, no setor público e na iniciativa privada, em todos os setores de atividade econômica e regiões do país. Como expressão máxima da luta grevista, ocorreram, ao longo dos anos 1980, quatro greves gerais (21 de julho de 1983, 12 de dezembro de 1986, 20 de agosto de 1987 e 14 e 15 de março de 1989), lideradas principalmente pela CUT.

O sindicalismo na área rural liderada pela Contag seguiu a esteira das grandes greves do período, voltando-se prioritariamente para as pautas de assalariados rurais e as paralisações, como as ocorridas em Pernambuco. Entretanto, emergem nesse momento novas formas e bandeiras de luta no campo, extrapolando a capacidade de organização da Contag. Foi nesse contexto que surgiram o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no final dos anos 1970, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

(MST), em 1984, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), em 1985, o movimento das quebradeiras de coco babaçu, entre outros, o que levou à perda do monopólio da representação dos “trabalhadores rurais” e de suas lutas pela Contag (Picolotto, 2009). Também no caso dos pequenos proprietários (uma entre as diversas categorias cujo enquadramento sindical foi atribuído à Contag desde sua fundação e durante sua consolidação a partir de 1968), teve início uma discussão sobre suas demandas próprias por dentro dos STRs, o que depois resultaria na construção da categoria de agricultores familiares. A estruturação da CUT no sindicalismo de trabalhadores rurais teve nesse segmento uma de suas principais bases, conforme Favareto (2006).

Novos repertórios de ação coletiva foram lançados pelo sindicalismo da Contag, pelo sindicalismo que tinha como referência a CUT e entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo MST e por inúmeros outros movimentos do campo, com repercussões em todas as regiões do país.

No mesmo período, na tradicional *plantation* de cana-de-açúcar nordestina, os trabalhadores rearticulavam sua história de lutas, iniciada no pré-1964 e não completamente interrompida durante o regime militar. A greve dos canavieiros de Pernambuco, em 1979, e o ciclo de greves de canavieiros no Nordeste que se estendeu até meados dos 1980 marcaram a retomada da luta sindical no campo, embora não alcançando a mesma repercussão política e relevância acadêmica que as greves do ABC e o “novo sindicalismo”, quando os estudos de John Humphrey, Amnéris Maroni, Ricardo Antunes, Laís Abramo e Iram Jácome Rodrigues, entre outros, debateram acerca de seus desdobramentos políticos (Ladosky e Oliveira, 2014). Contudo, não passaram despercebidas. Entre outras, ganharam destaque as pesquisas realizadas, sobretudo ao longo dos anos 1980, no âmbito do Museu Nacional, com contribuições de Lygia Sigaud, Moacir Palmeira, Beatriz Heredia, José Sergio Leite Lopes e Afrânio Garcia, entre outros. Foram tratadas as condições de vida e trabalho e as lutas dos tra-

balhadores canavieiros nos períodos pré e pós-Golpe de 1964, assim como as mudanças nas formas de trabalho nos engenhos e usinas.

Aqui buscamos realçar que as greves de canavieiros desse período foram parte fundamental das lutas mais gerais que se travaram no país na década de 1980, sobretudo porque realizadas em um território e por um segmento em que a miséria excruciante persistiu por mais tempo e os trabalhadores estavam submetidos a uma relação laboral de semiescavidão, sujeitos a todo tipo de arbitrariedade e violência extrema, física e simbólica, como já assinalado.

Enfrentando esse quadro histórico adverso, os canavieiros fizeram greves praticamente em todos os anos da década (exceto em 1981 e 1985), resultando quase sempre em julgamento do dissídio no TRT. O acordo entre as partes prevaleceu apenas em 1985 e 1987.

Em um levantamento das principais conquistas da pauta sindical nas campanhas salariais de 1980 a 1984, Bezerra (2015) destaca: os reajustes salariais anuais, a unificação salarial da categoria,<sup>8</sup> a responsabilização dos empregadores em caso de acidente de percurso e de trabalho, o pagamento do salário-família, o auxílio à doença, o tabelamento da cana solta, o ganho de 4% de produtividade a cada ano e a estabilidade das gestantes por 60 dias, depois de 12 semanas de licença, entre outras. Segundo a autora, no período analisado os sindicatos da Zona da Mata, sob a coordenação da Fetape, conseguiam paralisar anualmente aproximadamente 240 a 250 mil canavieiros na base, demonstrando capacidade de organização e mobilização.

As conquistas eram vistas como uma afronta pelo patronato, de modo que trabalhadores e dirigentes sindicais passaram a sofrer retaliações crescentes. Segundo Zé Rodrigues, que presidiu a Fetape nos anos 1980:

---

<sup>8</sup> Na ocasião havia diferenciação salarial entre canavieiros de municípios da região metropolitana de Recife – Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Ipojuca, Vitória de Santo Antão, Igarassu, São Lourenço – e das cidades que não se localizavam na região metropolitana. Daí a reivindicação pela equiparação salarial “por cima”, ou seja, tendo como referência o valor mais alto.

De 1980 a 1985 a violência nessa Zona da Mata foi enorme! Dobrou! [...] não era por que antes não tinha... Antes tinha, mas o pessoal calava e não reclamava. Durante esse período que deflagraram a campanha salarial, o pessoal reclamava e o sindicato aparecia e a gente ia pra imprensa. A gente fazia um ofício ao Ministério do Trabalho, pra Justiça do Trabalho, para Governo, para Governo do Estado, para a Secretaria de Segurança Pública, jogava na imprensa. A gente colocava pra imprensa e espalhava tudinho! [...] Chegou um período de tanta violência que a gente chegamos naquela época a lançar uma cartilha que dizia o seguinte, o nome da cartilha era “açúcar com gosto de sangue”. (Zé Rodrigues, ex-presidente da Fetape, entrevista concedida em junho de 2018)

As retaliações através da prática comum da violência e das ameaças à vida de dirigentes e assessores sindicais era acompanhada de uma intransigência maior e chantagens nas mesas de negociação: “dentro das greves, alguns acordos não saía mais porque o patronato não concordava mais com o crescimento do povo. Achava que o pessoal tava crescendo muito e que tinha que barrar, e não concordava...” (Zé Rodrigues, ex-presidente da Fetape, entrevista concedida em junho de 2018).

A ação de defesa do sindicalismo canavieiro passou pela denúncia da situação utilizando-se de sua capacidade de articulação nacional e internacional, por meio da qual pressionava as autoridades estaduais e nacionais a tomarem providências para colocar freio à impunidade patronal:

Nós tinha um canal de articulação e comunicação direto com o Comitê de Solidariedade do Mundo Açucareiro. Esse Comitê foi criado no Canadá. Isso era um Comitê de solidariedade do mundo açucareiro. Esse comitê anualmente se juntava com todo o pessoal [que] trabalhava com cana-de-açúcar pra fazer uma avaliação. E nós fazia parte desse Comitê. Quando a gente pegava

essas denúncias, mandava para o Comitê e o Comitê espalhava para o resto do mundo. A cobrança de lá vinha para o governo do estado [...] Na medida que a gente foi denunciando essa questão aí pra fora do estado de Pernambuco, dizendo como é que era o regime, esse negócio, eles tiveram prejuízo... O patronato foram tendo prejuízo porque o governo também foi vendo que não dava mais pra afrouxar como afrouxava, né? [...] porque hoje, tem país aí que pra negociar [a importação do açúcar] exige o acordo [...] Então isso, na medida em que a gente fomos quebrando isso, isso foi bom. E hoje, hoje não. Hoje eles sentam numa mesa de negociação, nem parecia patronato que é daquela época. (Zé Rodrigues, ex-presidente da Fetape, entrevista concedida em junho de 2018)

Por estarem imersos na realidade social da Zona da Mata pernambucana, as lideranças sindicais – muitas das quais atuantes na militância desde a década de 1960 – traçaram estratégias de organização e mobilização que, já na preparação da greve de 1979 e nas que ocorreram na década de 1980, indicavam que o sindicalismo ali teria de percorrer caminhos distintos dos de outros segmentos de trabalhadores. Por essa razão, as experiências e os repertórios dos canavieiros muitas vezes foram classificados “em oposição” ao “novo sindicalismo” oriundo do ABC metalúrgico e disseminado país afora como parte da disputa de hegemonia no movimento.

Medeiros (1989) se refere, por exemplo, à emergência de um “modelo de Pernambuco” nas greves canavieiras de 1979 e dos anos 1980. A partir daí, em um contexto de acirrada disputa sindical, colocou-se em evidência a pertinência do uso da Lei 4330/1964 (chamada “Lei Antigreve”) para driblar a repressão patronal e policial, historicamente presente na região canavieira de Pernambuco. De outro lado, o estudo do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi, 1985 p. 5) argumentava naquele contexto que era preciso que os sindicatos fossem além da organização da campanha salarial e da greve, sendo preciso estarem preparados para levar

a cabo “uma luta cotidiana em que estejam articuladas as direções de sindicatos de trabalhadores rurais e suas bases”, ao mesmo tempo que avaliava que o descompromisso de determinadas lideranças sindicais era evidente.

Para superar esse desafio, a Contag realizou o 3º Congresso, em 1979, a partir do qual deu novo direcionamento às lutas, no sentido de “estimular as lutas coletivas dos trabalhadores” (Cedi, 1985, p. 21). Em virtude disso, a Fetape e a Contag – diferentemente de muitas outras entidades de grau superior da estrutura corporativa – se fizeram muito presentes na organização das greves dos anos 1980, exercendo importante papel de articulação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

A Contag procurou expandir o “modelo de Pernambuco” para o sindicalismo canavieiro dos estados mais próximos – Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas –, sobretudo com a iniciativa de uma greve unificada em 1984. Contudo, encontrou, entre outras, uma limitação na estrutura da Justiça, conforme observou Zé Rodrigues:

[...] não deu muito certo porque na época, quando a gente pensou na pauta unificada, o Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco era quem julgava todos os processos desses estados [...] Quando a gente unificou a pauta, os estados já tinham instalado os tribunais estaduais, aí não deu certo, porque cada um negociava no seu estado. (Zé Rodrigues, ex-presidente da Fetape, entrevista concedida em junho de 2018)

A despeito das divergências que, nos anos 1980, marcaram a relação entre a CUT e a Contag (em que a Fetape e, nesta, a luta canavieira ganharam destaque),<sup>9</sup> é possível encontrar muitas aproximações entre ambas: a busca por renovar as diretorias dos sindicatos, visando imprimir maior compromisso com as lutas; o incentivo a uma maior participação das bases

<sup>9</sup> A Contag atuou na criação da Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras, Conclat, em 1983 (convertida em Comando Geral dos Trabalhadores, em 1986), em uma trajetória divergente da seguida pela CUT.

na vida sindical e ao fortalecimento da representação sindical no local de trabalho; uma posição de enfrentamento do patronato e do Estado; o fortalecimento do sindicato como um instrumento de luta dos trabalhadores.

Não obstante as adversidades com a atuação antissindical e repressiva por parte de patrões e governos, a explosão de greves a que se referiu Noronha (1991) marcou a cena dos anos 1980 no país. Em 1990, Collor, vencedor das eleições presidenciais, toma posse e seu governo inaugura um novo contexto para o sindicalismo brasileiro, como um todo, e para o sindicalismo da zona canavieira pernambucana, em particular.

### **Anos 1990: entre a luta salarial e a luta pela terra**

A década neoliberal atingiu em cheio o setor sucroalcooleiro de Pernambuco. Depois dos momentos áureos vivenciados pelo setor nos anos 1970 e 1980, sustentado por investimentos do Estado graças a iniciativas como o Proalcool, foram impactantes a extinção do IAA e a suspensão dos subsídios estatais ao setor (Andrade, 2001). A crise que daí decorreu também esteve relacionada à queda do preço internacional do açúcar e à seca que atingiu a região. Usinas fecharam, capitais foram transferidos para outras regiões ou outros ramos.

Nesse contexto, de acordo com Rosa (2004), catorze usinas foram fechadas durante os anos 1990, em Pernambuco. Algumas propriedades destinadas ao cultivo da cana tornaram-se ociosas, outras foram expropriadas pelos bancos estatais para amortização de dívidas. Nos cálculos da Fetape, cerca de 120 mil trabalhadores perderam o emprego no período, muitos dos quais deixaram de receber qualquer indenização. Os patrões alegavam falência para não cumprir os compromissos trabalhistas.

Tal situação provocou uma reconfiguração nas estratégias de lutas dos trabalhadores. Inicialmente, a Fetape recorreu à tradicional estratégia de acessar os meios jurídicos para tentar conseguir as indenizações dos trabalhadores rurais. Porém, mesmo com a intervenção da Justiça, muitos

proprietários alegaram não ter condições financeiras para quitar as dívidas trabalhistas. Para Rosa (2004), o insucesso da Fetape e dos sindicatos no uso da via judicial levou a um impasse na estratégia sindical.

Nesse contexto, foi revelado um dos paradoxos que estruturaram a notoriedade dos sindicatos rurais na região. Para que um sindicato tivesse sucesso nas suas demandas, ele precisava que elas fossem, de alguma forma, atendidas pelos patrões. Enquanto os incentivos estatais garantiram a boa saúde das oligarquias, os trabalhadores da região conquistaram avanços importantes nas suas condições de trabalho e também na sua remuneração, que era a mais alta de todos os trabalhadores rurais do país. Porém, quando a oligarquia foi atingida no seu principal sustentáculo – o Estado –, os trabalhadores e os próprios sindicatos perderam seu ponto de referência. (Rosa, 2004, p. 7)

O MST vinha se implantando em Pernambuco a partir de 1989, trazendo consigo uma nova estratégia de luta, a ocupação de terra. Contudo, no início, Miguel Arraes (que retornara ao governo daquele estado), negou-se a dialogar com tal Movimento, por este não contar com o aval da Fetape, considerada a única representante dos trabalhadores rurais de Pernambuco. O MST, no entanto, a partir de 1992 dá início a ocupações de alguns engenhos falidos e desativados, algumas vezes contando com o apoio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Em Rio Formoso, Mata Sul, a ação chegou a ser planejada conjuntamente, e, mesmo não sendo bem-sucedida, teve início ali uma parceria entre sindicatos e MST para empreender em Pernambuco um novo ciclo de luta pela terra (Sigaud, 2000; Rosa, 2004).

De acordo com Rosa (2004), entre 1992 e 1995, foi expressivo o número de ocupações ocorridas na Zona da Mata, sendo algumas realizadas pelos sindicatos e outras pelo MST. Pressionada por esse cenário, a Fetape, em 1993, criou uma Secretaria no âmbito da diretoria executiva com a



finalidade de tratar de questões referentes à Reforma Agrária. Contudo, especialmente os sindicalistas mais antigos continuaram resistindo em aderir às ocupações, por considerá-las ilegais, o que rompia com a tradição da Fetape em se pautar por uma atuação dentro dos marcos legais. Ainda segundo Rosa, “a dificuldade da Fetape em assumir a bandeira das ocupações também pode ser atribuída à novidade que estas representavam para a região. Tratava-se de uma experiência inédita que, à época, ainda não havia produzido resultados satisfatórios” (Rosa, 2004, p. 482).

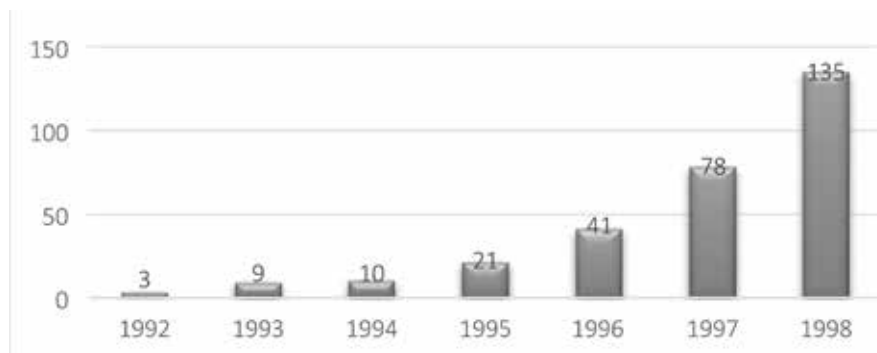
Até 1995, quando elegeu uma nova diretoria, a Federação limitou-se a apoiar e ajudar nas negociações das ocupações realizadas pelo MST e sindicatos. Na nova gestão, ao lado da permanência de sindicalistas antigos, foram incorporadas algumas lideranças jovens e relacionadas com as ocupações. Conforme Rosa (2004), a partir de então, a Fetape e os STRs passaram a assumir a condução de várias ocupações, constituindo acampamentos independentes do MST. No somatório das duas organizações, as ações se multiplicaram, conforme mostra o gráfico 11.

Mesmo com resultados positivos obtidos nessa frente de luta, a questão salarial permaneceu importante. De 1993 a 1997, as campanhas salariais na zona canavieira resultaram em consensos, não tendo ocorrência de movimentos grevistas. No entanto, em 1998, sob duras ofensivas patronais, os trabalhadores reagiram deflagrando, após nove rodadas de negociações, uma greve geral que atingiu todo o estado.<sup>10</sup> A pauta de reivindicações apresentada pela Federação e mais 46 sindicatos de trabalhadores rurais continha 88 itens, incluindo: i) antecipação da primeira parcela do 13º salário para junho; ii) prioridade para a contratação dos trabalhadores residentes nos municípios onde se localizavam os engenhos das usinas; iii) fim do trabalho infantil; iv) segurança no transporte; e v) aviso prévio de 60 dias. No que se refere à pauta econômica, a categoria reivindicava um aumento de R\$ 160 para R\$ 210, que correspondia a 31%. Em contra-

<sup>10</sup> Greve paralisa..., 3 nov. 1998, capa.

proposta, o Sindicato das Indústrias do Açúcar e Álcool (Sindaçúcar) e a Associação dos Fornecedores de Cana ofereceram um reajuste de apenas 3,1%, propondo um salário de R\$ 165.<sup>11</sup>

Gráfico 11 – Evolução das ocupações de terra  
em Pernambuco – 1992 a 1998



Fonte: CPT (Comissão Pastoral da Terra). Cadernos de Conflitos no Campo. Brasil (1992-1993). Centro Documental Dom Thomás Baduño (Cedoc).  
Elaboração do próprio autor.

Diante da contraproposta considerada inaceitável, as disposições da mesa de negociação evoluíram em direção ao impasse. De acordo com o antigo presidente e então diretor de Política Salarial da Fetape, Zé Rodrigues, menos da metade das pautas apresentadas foram discutidas. No *Jornal do Commercio*, Zé Rodrigues asseverou, na ocasião: “os patrões rejeitam a participação dos lucros nas empresas e a cessão de terras para os canavieiros utilizarem para plantios de subsistência”.<sup>12</sup>

Destaque-se que uma das questões centrais em disputa na negociação se referia ao quantitativo da produtividade do corte de cana-de-açúcar equivalente ao valor de uma diária. Sobre esse tema, a classe patronal se posicionou de modo intransigente pelo aumento de 2,4 para 3 toneladas de cana. Em defesa dessa posição, o presidente do Sindaçúcar argumentou

<sup>11</sup> Trabalhadores começam..., 1 out. 1998, p. C6.

<sup>12</sup> Trabalhadores rurais paralisam usinas..., 3 nov. 1998, caderno de economia, p. 1

que a produtividade dos trabalhadores de Pernambuco representava obstáculos para a competitividade das empresas no setor. “Queremos apenas nivelar por baixo a produtividade, já que em Alagoas e Paraíba a produtividade é de 3,6 e 3,2 toneladas diárias, respectivamente por trabalhador” (Trabalhadores rurais mantêm..., 4 nov. 1998, p. 3). As representações sindicais dos trabalhadores, por sua vez, exigiram a manutenção das condições estabelecidas na tabela de tarefas.

Além do aumento da produtividade, as empresas exigiram: i) a extinção da multa referente aos atrasos no pagamento das indenizações trabalhistas; ii) a ampliação da jornada de trabalho no sábado de 4 para 8 horas; iii) a redução do valor da hora extra de 100% para 60%; e iv) a mudança no sistema de pagamento do salário de semanal para mensal. Frente ao entrave estabelecido na mesa de negociação, os canavieiros entraram em greve a partir da madrugada do dia 2 de novembro.

As mobilizações foram marcadas por diversos piquetes e bloqueios das estradas que dão acesso aos engenhos e usinas, com destaque para as usinas Pumaty, Petribu, Cucauá, Maravilha e Santa Teresa. Em vários engenhos, segundo a Fetape, cerca de 80% a 90% da colheita foi interrompida. Com a paralisação das atividades no corte da cana-de-açúcar algumas usinas já sofreram impactos nos primeiros dias de greve.<sup>13</sup> Em toda a Zona da Mata, dirigentes e delegados de base articularam grupos de trabalhadores em comandos de greve nas chamadas “pontas de rua” e nas entradas de engenhos e usinas, atuando no sentido de assegurar o direito de greve da categoria. As notícias publicadas sobre o movimento registraram algumas das mobilizações mais expressivas organizadas nos municípios de Araçoiaba, Ribeirão, Glória do Goitá, Goiana, Joaquim Nabuco, Itaquitinga, Itapissuma, Itambé, Ipojuca e Palmares. Em vários pontos de piquetes, a Polícia Militar foi acionada com o objetivo de dispersar as barreiras que interditavam a passagem de caminhões carregados de cana

<sup>13</sup> Greve de canavieiros..., 3 nov. 1998, p. C5.

cortada. Além da intervenção parcial da polícia, os trabalhadores enfrentaram, sobretudo, situações de risco e tensão com agentes de segurança a serviço das empresas.

Através da imprensa e de notas oficiais, a Fetape denunciou uma série de perseguições e ameaças. No entanto, a tensão no campo assumiu maior radicalidade ao passo que as negociações entre as partes, em paralelo ao movimento grevista, seguiam sem avanços. O enfrentamento mais violento ocorreu no terceiro dia de greve durante um piquete realizado na Mata Norte. Na manhã do dia 4 de novembro, o comando de greve coordenado pelo STR de Goiana foi surpreendido quando pretendia dialogar com os trabalhadores no Engenho Terra Rica, propriedade do grupo João Santos. De acordo com a reconstituição apresentada pelo Diário de Pernambuco,<sup>14</sup> o comando de greve formado por cerca de 150 trabalhadores foi mobilizado em direção à entrada do engenho pertencente à Usina Santa Teresa, no município de Goiana. Em entrevista concedida em setembro de 2018, Zé Mendes, ex-presidente do STR de Goiana e coordenador do piquete, descreveu como o grupo foi surpreendido pela emboscada ao chegar à propriedade:

Umás 9 horas da manhã, 8 pra 9 da manhã, que a gente se organizou e tudo e fomo pra lá, só que aí a gente foi surpreendido com a emboscada [...] Era um grupo grande, nós tinha ido de Kombi, de caminhoneta. A gente desceu porque os carro num ia lá no corte da cana. O lugar que os cara queimaram a cana foi exatamente pra que os carro não chegasse lá [...] Então a gente tinha que deixar os carro aqui mais ou menos e seguir uns 100 metros, 200 metros a pé. (Zé Mendes, ex-presidente do STR de Goiana, entrevista concedida em setembro de 2018)

O grupo de canavieiros reclamava da contratação de trabalhadores em substituição aos grevistas. De acordo com a imprensa, a empresa havia

---

<sup>14</sup> Agricultor assassinado em conflito..., 5 nov. 1998, p. C1.

arregimentado mão de obra dos cortadores de bambu para furar a greve. Referindo-se ao momento de chegada dos representantes sindicais e trabalhadores no local, um ex-delegado de base do STR de Goiana (entrevista concedida em abril de 2018), comenta: “quando nós chegemo lá já tava a polícia e os capanga, o trator cruzado assim no meio da estrada pra nós num passar”.

Houve tensão no encontro dos trabalhadores com os vigilantes da empresa e dois policiais abriram fogo contra o grupo, o que resultou no assassinato de um trabalhador rural de 22 anos e 13 feridos. Um dos trabalhadores feridos declarou que “quem não conseguiu correr para o canavial e se esconder no meio da plantação foi atingido. Muitos tiveram tempo de pular no meio da cana, mas eu não. Fui baleado enquanto exigia os meus direitos”. Outro trabalhador que foi atingido de raspão pelos disparos afirma que não houve sequer chance de diálogo com a segurança privada da propriedade: “Não chegamos nem a conversar. Eles foram logo atirando em nossa direção”. (Agricultor assassinado em conflito, 5 nov. 1998, p. C1). Nas palavras de Zé Mendes:

Eles pararam de atirar, aí já foi o povo tudo baleado assim e já foi tudo correndo. Quando nós sentou Luís Carlos lá, ele já tinha partido. Aí deixaram lá trator, deixaram caminhoneta, deixaram tudo lá, deixaram tudo, correram tudo a pé, aonde foram pegar transporte eu num sei, correram tudo a pé e deixaram toda a estrutura da usina toda lá, e deixaram pra quê? Deixaram pra dizer, experimentar se os trabalhadores era bagunceiro, ia queimar, ia quebrar, tá entendendo? Que apesar que no meio tinha alguém que queria fazer isso, mas a gente num viemo aqui pra isso, nós num tamo aqui pra fazer vândalo, nós num viemo aqui quebrar nada de ninguém, num viemo aqui tomar nada de ninguém. Viemo aqui fazer um trabalho decente, um trabalho de dignidade, é o direito dos trabalhadores que tá em jogo. Ninguém veio

aqui pra destruir nada de ninguém e ficou tudo lá e isso contou muito pra os processo de julgamento dos processo deles aí e tal, isso custou muito porque provou que os trabalhadores não é bagunceiro como eles dizia, foi isso que ocorreu. (Zé Mendes, ex-presidente do STR de Goiana, entrevista concedida em setembro de 2018)

No dia seguinte, cerca de 500 trabalhadores realizaram um protesto no local do conflito e à tarde se reuniram em ato público na sede da Usina Santa Teresa.<sup>15</sup> Em nota de solidariedade, a CPT denunciou outros casos de violência no campo praticados pelas empresas do Grupo João Santos. De acordo com a publicação, no mesmo ano, em 1998, outro trabalhador rural havia sido assassinado por pistoleiros da Usina Santa Teresa devido a conflitos de terras entre a empresa e antigos posseiros do Engenho Patrimônio. De acordo com os dados da CPT, 13 trabalhadores rurais tinham sido assassinados entre 1988 e 1998.

Após o violento episódio, a Fetape e a Contag acionaram as instâncias da Procuradoria-Geral da Justiça e do Ministério Público, solicitando acompanhamento e fiscalização das apurações do assassinato. Em paralelo às investigações, a categoria se manteve em greve. A negociação entre a classe patronal e os trabalhadores rurais passou a ser mediada pela Delegacia Regional do Trabalho. O trabalho no corte da cana permaneceu suspenso por seis dias.

No dia 9 de novembro, as partes fecharam um acordo, incluindo um reajuste salarial de 3,17% e a garantia das seguintes condições: i) manutenção da produtividade de 2,4 toneladas de cana pelo valor da diária e os demais itens da tabela de tarefas; ii) meia jornada (4 horas) de trabalho no sábado; e iii) afastamento remunerado por razões de internamento. Em relação aos dias parados, o acordo fixou a remuneração de R\$ 11 pelos

---

<sup>15</sup> Canavieiro é assassinado..., 5 nov. 1998, p. 11.

empregadores e a compensação de quatro dias de trabalho durante os sábados.<sup>16</sup> No entanto, algumas propostas patronais foram também acordadas: i) o pagamento do salário passou de semanal a quinzenal; ii) quando da rescisão dos contratos, o pagamento da multa, que era definida a partir do primeiro dia útil após o final do aviso-prévio ou até o décimo dia útil sem aviso-prévio, passou a ser cobrada apenas a partir de 70 dias de atraso; iii) redução do valor da hora extra de 100% para 60%; e iv) a duração do trajeto de ida e volta ao trabalho contabilizado como tempo de serviço foi reduzido para 2 horas e o valor da hora extra relativa ao período excedente gasto pelo trabalhador no percurso foi fixado em 50%.<sup>17</sup> Sobre os desdobramentos do atentado e do assassinato ocorrido na Usina Santa Teresa, em Goiana, o delegado especial designado para apurar os fatos foi substituído em razão das denúncias realizadas pela Fetape, pela OAB-PE e pela Secretaria de Segurança Pública do Estado. As entidades apontaram uma série de irregularidades no processo, identificadas em benefício dos policiais militares e vigilantes das usinas. Sobre isso, comentou Zé Mendes: “quando o delegado começou a tomar meu depoimento na delegacia aí ele já quis dizer que Luiz Carlos morreu por negligência minha de não prestar o socorro, aí o advogado disse: ‘não pode continuar, não tem esse depoimento’, e cortou e trocou o delegado de Goiana” (Zé Mendes, ex-presidente do STR de Goiana, entrevista concedida em setembro de 2018).

Quanto aos resultados finais do processo judicial, o tesoureiro do STR de Goiana na ocasião, em entrevista concedida em março de 2018, relatou:

Já teve julgamento, não sei quantas pessoas já foram condenadas. Vigilantes da usina foram condenados, policiais foram condenados, o chefe dos seguranças foi condenado, o capitão de Goiana também foi condenado. Pegaram em torno de 18 anos e poucos meses de cadeia, entre aspas né, mas passaram só sete ou oito

<sup>16</sup> Greve dos canavieiros chega ao fim, 10 nov. 1998, p. 8.

<sup>17</sup> Acaba greve dos canavieiros, 10 nov. 1998, p. C3.

dias presos nesse período, mesmo condenados. Eles recorreram, aí conseguiram a liberdade. (Zé Martins, ex-presidente do STR, entrevista concedida em março de 2018)

Também Zé Mendes comentou o desfecho do julgamento:

Isso foi em 1998, dez anos depois teve o primeiro julgamento, teve o tribunal de júri popular, aí foram condenados a 11, 12, 15, 16 anos, dependendo de como era a função de cada um, aí teve essas condenação. Cinco policial foram condenado e seis vigilante e o capitão e o chefe da segurança, todos condenados. Aí, oito anos depois, o capitão e o chefe de segurança conseguiu que três desembargador absolvesse eles do processo. [...] Só que o promotor doutor André Rabelo, pense num cara bom, contundente mesmo, um cara bom, ele teve o conhecimento desse processo e ele pediu um novo julgamento no tribunal de júri popular de novo, pra esses dois. Os outros continuaram, porque esse e os outros dois um era chefe de segurança da usina e o outro era o capitão, os dois eram os principal que montou tudo, aí esse ano [2018] foi o tribunal de júri e foram condenado a 16 anos. Num tão preso, mas também num foram absolvido do processo. (Zé Mendes, ex-presidente do STR de Goiana, entrevista concedida em setembro de 2018)

Episódios como esse indicam que o padrão de condução da questão trabalhista por patrões e governos na zona canavieira pernambucana, após décadas de lutas e conquistas por parte dos trabalhadores rurais, continuou margeando o limite não só dos direitos trabalhistas, mas também dos direitos humanos básicos. Mostra, por outro lado, que os trabalhadores e suas organizações têm revelado uma tenaz persistência e uma capacidade inovadora, quanto às formas e frentes de luta.



## **Anos 2000: a persistência da luta dos canavieiros e a emergência do sindicalismo da agricultura familiar**

Os anos 2000, em comparação com a década anterior, representaram uma inflexão nos indicadores de trabalho e renda no país. De 2003 a 2015, com o PIB em expansão, cresceram os níveis de emprego e de formalidade, bem como a renda média dos trabalhadores. Quanto a isso, foram decisivas a política de recuperação do salário mínimo e os ganhos reais conquistados pelos sindicatos nas convenções e acordos coletivos (Dieese, 2012).

Contudo, como o setor sucroalcooleiro pernambucano já vinha decadente há décadas, o ambiente de crescimento econômico com geração de empregos formais e melhoria da renda vivido pelo país chegou por outros caminhos à Zona da Mata. As iniciativas do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) tiveram incidência significativa no Nordeste e em Pernambuco, que recebeu grande volume de investimentos diretos de empresas estatais, bem como incentivos através de recursos públicos – empréstimos a juros mais baixos, isenções tributárias, realização de obras públicas – para investimentos privados na região.

O complexo industrial-portuário de Suape e o polo automotivo de Goiana são dois dos principais exemplos do impacto das novas políticas desenvolvimentistas na Zona da Mata Pernambucana, tendo gerado de imediato elevada demanda por força de trabalho para as obras de construção civil, absorvendo trabalhadores agrícolas e fabris egressos de usinas e engenhos em situação falimentar.

Por outro lado, especificamente na área rural, as inúmeras políticas públicas fortalecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como o crédito subsidiado para o plantio (Pronaf) e a compra de produtos (a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar – o Pnae – e o Programa de Aquisição de Alimentos – o PAA), impulsionaram a atividade da agricultura familiar.

Por essa razão, segundo Zé Mendes, muitas propriedades destinadas anteriormente à produção canavieira foram convertidas em assentamentos da agricultura familiar, operando o início de uma transição histórica na região. Ele mesmo e seus familiares, todos ex-canavieiros, tornaram-se proprietários de lote onde cultivam produtos para o consumo próprio e para venda nas feiras da região, assim como para a venda às prefeituras do entorno, sob demanda dos programas acima referidos.

A decadência da atividade sucroalcooleira em Pernambuco, associada à ascensão da luta pela terra e do tema da agricultura familiar na agenda sindical local, explica, ao que tudo indica, o fato de ter ocorrido apenas uma greve na década, em 2005, depois de seis anos sem paralisações gerais na categoria.

Na campanha salarial daquele ano, a pauta de reivindicações dos canavieiros compreendia um conjunto de 82 itens, entre os quais constavam a reafirmação de conquistas acordadas em convenções coletivas anteriores e a introdução de novas demandas. A pauta econômica reclamava um reajuste de 30,5% em relação à remuneração vigente, correspondendo ao valor de R\$ 380, e a fixação do piso em 25% acima do salário mínimo, que passou a ser de R\$ 350 para o ano de 2006.<sup>18</sup>

Estabelecido o impasse na mesa de negociação, em 20 de outubro, a greve foi deflagrada, com duração de nove dias, e seu primeiro dia foi marcado por piquetes nos municípios de São Lourenço da Mata e Nazaré da Mata, localizados na Mata Norte. Na Mata Sul, as adesões mais expressivas foram registradas nos municípios de Rio Formoso, Ribeirão e Vitória de Santo Antão. A Federação avaliou que cerca de 80% dos 100 mil canavieiros empregados na safra 2005/2006 teriam aderido ao movimento.

No segundo dia, as mobilizações tomaram maior proporção e assumiram uma estratégia mais ofensiva. Um dos piquetes mais expressivos ocorreu no município de Aliança, onde o comando de greve sustentou o

---

<sup>18</sup> Canavieiro pede..., 8 set. 2005.

bloqueio de mais de quinze caminhões carregados com cana colhida.<sup>19</sup> O episódio é lembrado pelo atual presidente do Sindicato de Aliança:

Olhe, senhor de engenho correu, escritório de usina correu, deixou os carros com a porta aberta. O dono da usina mais rica da região, que é a Usina Olho D'água, ficou preso no meio do povo lá, preso. A gente prendeu ele lá no meio do povo mesmo. Fila de caminhão de cana [...] foi uma coisa histórica. (Zé Lourenço, presidente do STR de Aliança, entrevista concedida em março de 2019)

Em Nazaré da Mata, caminhões das usinas Cruangi, Laranjeiras, Petribu e da destilaria PAL foram retidos. Em São Lourenço, cerca de 70 trabalhadores impediram a entrada e saída de veículos na porta da Usina Petribu. Os comandos de greve concentravam-se na frente das usinas para suspender o fornecimento de cana-de-açúcar às indústrias e impedir a saída dos ônibus com os trabalhadores safristas mantidos nos alojamentos das empresas.

A greve de 2005 foi na porta da usina, piquete na porta da usina. O trabalhador passava a noite lá e a gente comia quarenta com charque<sup>20</sup> e era feito lá. Levava lenha, levava o quarenta, levava charque e não tinha prato não. O prato era saco de pão das padaria da comunidade, abria ele no meio [...] pegava aquele saco e botava o quarenta e em cada piquete levava aquele alimento, porque não era só na portaria não. (Gilvan Antunis, ex-presidente do STR de Ribeirão e atual presidente da Fetaepe, entrevista concedida em abril de 2019)

O ex-presidente do STR de São Lourenço da Mata, filho de uma das lideranças históricas que atuaram na Zona da Mata nos anos 1980, retrata

<sup>19</sup> Canavieiros radicalizam greve, 22 out. 2005, p. 6.

<sup>20</sup> Comida típica da região feita com cuscuz, legumes e carne vermelha.

a estratégia de mobilização articulada pelos sindicatos com a coordenação da Fetape:

A gente começou a greve pelos alojamentos. [...] A gente fazia os piquetes na frente e a partir do piquete os ônibus não passavam. Então quando os ônibus vinham pegar os trabalhadores não passavam. Então os trabalhadores saíam do alojamento e vinham e acabava tomando conhecimento da greve e reforçava o piquete. Então foi muito bacana assim essa estratégia naquela época porque o empresário achava o contrário. Achava que o fato de ter trabalhadores que eram de fora a gente não ia conseguir parar cem por cento porque ele tinha ali uma mão de obra concentrada que ele poderia furar a greve com eles e isso não se deu. (Paulo Roberto, diretor de finanças e administração da Fetape, entrevista concedida em março de 2019)

Surpreendida pelo impacto e pelo alcance das adesões dos trabalhadores, a classe patronal condicionou o avanço nas negociações ao fim das barreiras que interditavam a entrada e saída das usinas. O presidente do Sindaúcar afirmou: “só avançaremos na negociação quando sentirmos fluidez nas estradas” (Canavieiros radicalizam greve..., 22 out. 2005, p. 6). No quinto dia de greve os bloqueios foram desmobilizados pela atuação da PM. O ex-presidente do STR de São Lourenço da Mata recupera uma das situações de conflito durante os piquetes:

O governo Jarbas Vasconcelos colocou a polícia militar à disposição do poder econômico, e teve trabalhador que foi muito perseguido pela polícia militar. Aqui em Lagoa de Itaenga inclusive um dos piquetes de trabalhador foi obrigado a retirar o pneu em chamas que tinha sido tocado fogo no pneu e a polícia obrigava. A usina Petribu utilizou a aeronave que tinha pra fazer pulverização e colocava essa aeronave pra fazer rasante nos piquete de greve, num desses rasante eu tava lá, tive muito medo.

(Paulo Roberto, diretor de finanças e administração da Fetape, entrevista concedida em março de 2019)

Outra medida para desmobilizar o movimento foi o emprego de mão de obra clandestina oriunda do Agreste e de outros estados, sobretudo Alagoas e Paraíba, arregimentados pela oferta de R\$ 5 por tonelada de cana cortada, correspondendo a uma diária de R\$ 15, representando 50% a mais do que o valor vigente, que era de R\$10 por 3 toneladas de cana.

Por outro lado, a Fetape recebeu solidariedade de vários segmentos da sociedade. O coordenador estadual da CPT anunciou que moradores e credores da falida Usina Aliança iriam distribuir alimentos aos grevistas para que a categoria pudesse ter condições de sustentar a paralisação.

Após nove dias de paralisação, reunindo-se em nova rodada de diálogo, as partes chegaram a um acordo, tendo como ganhos principais: i) cessão de terras para plantio na entressafra; ii) segurança no sistema de transporte das empresas; iii) melhores condições dos alojamentos; iv) cumprimento das regras da Organização Mundial do Comércio para aplicação de agrotóxicos. Em relação ao ganho econômico, o piso salarial convencionado da categoria passou de R\$ 291 para R\$ 315, representando um reajuste de 8,25%, quase o dobro do INPC do período.<sup>21</sup> Avaliando as conquistas dos trabalhadores em greve, o ex-presidente do STR de São Lourenço da Mata considera que o movimento reafirmou cláusulas importantes, como a proibição de os empreiteiros arregimentarem mão de obra clandestina e a obrigatoriedade do fornecimento de água potável pelas empresas no local de trabalho. Além disso, avalia:

Foi a partir da greve que a gente conseguiu manter a tabela de tarefas do jeito que era, com o mesmo quantitativo de tarefa, de braçagem, de peso de cana. E conseguimos fazer uma negociação econômica com um pouco de ganho real né, que o patronato

<sup>21</sup> Canavieiros terminam greve..., 2005, p. B2.

não queria naquela época. Então foi uma greve muito vitoriosa, com garantia do pagamento dos dias parados, com estabilidade dos trabalhadores pra não haver perseguição no pós greve. (Paulo Roberto, diretor de finanças e administração da Fetape, entrevista concedida em março de 2019)

Outra conquista importante consistiu na regulação de normas que se referem ao modelo de medição do quantitativo de área correspondente ao parâmetro da produção do corte da cana pelo valor da diária. Duas cláusulas foram firmadas no texto da convenção coletiva de 2005/2006 definindo os termos do procedimento para o cálculo do peso médio da cana-de-açúcar em determinada área de terra.<sup>22</sup> O acordo também firmou a estabilidade de 30 dias dos trabalhadores grevistas e o pagamento dos dias parados pela compensação de quatro dias de trabalho, conforme entendimento entre empregadores e empregados.<sup>23</sup>

Depois da greve de 2005, os assalariados rurais de Pernambuco voltaram a paralisar suas atividades somente em 2018. Nesse intervalo, em 25 de maio de 2015, foi criada a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Pernambuco (Fetaepe), como uma organização específica dos assalariados rurais do estado. Essa decisão refletiu uma estratégia aprovada na Contag, de separar a organização sindical de assalariados dos trabalhadores da agricultura familiar. No caso da organização sindical rural, temeu-se que a condição estatutária de entidades representantes de “trabalhadores rurais” fosse considerada muito “genérica”, permitindo as-

---

<sup>22</sup> Na convenção coletiva de 2005/2006, o Item 11 da tabela de tarefas define que, “havendo dúvida quanto ao quantitativo fixado para a tarefa diária, será facultado aos trabalhadores solicitar medição da mesma tarefa, sendo garantido na medição que o trabalhador escolha 2 (duas) braças a seu critério e que o empregador também possa escolher outras 2 (duas) braças para ser tirada a média da cana solta, tanto para a braça corrida, como para a braça cúbica, sendo vedada qualquer discriminação ou punição ao trabalhador que solicitar a mediação”. O Item 12 estabelece que, “na hipótese do item anterior, sendo feita a medição decorrente da divergência, os trabalhadores se obrigam a cumprir a tarefa medida, sob pena da perda dos salários do dia e do respectivo repouso remunerado”.

<sup>23</sup> Canavieiros em greve histórica, nov. 2005.

sim que qualquer grupo político aproveitasse a nova regulamentação para criar e ter reconhecido legalmente o registro como único representante da categoria de assalariado ou de agricultores familiares. Assim, a Contag decidiu se adiantar ao risco e ela mesma promover a dissociação entre a representação sindical de agricultores familiares (que permaneceu exclusivamente na Contag) e de assalariados, para a qual criou a Contar. Essa orientação seguiu para as Federações e Sindicatos, permanecendo, contudo, a relação política muito estreita e de colaboração entre ambas.

Em 2018, dirigentes sindicais da zona canavieira de Pernambuco reuniram-se em junho no Encontro de preparação para a 39ª Campanha Salarial, realizada sob a coordenação da Fetaepe em sua sede, no município de Ribeirão. Entre as nove cláusulas colocadas em pauta para debate, três em particular estavam referidas aos impactos da reforma trabalhista: i) assistência sindical às rescisões contratuais e homologação nos sindicatos; ii) pagamento das férias; iii) contribuição nacional de assistência ao trabalhador como alternativa de financiamento sindical.

As demais reivindicações se referiam às demandas por alimentação no local de trabalho, contratação de mulheres, regulação da média de produtividade de cinco itens discriminados na tabela de tarefas correspondente ao valor da diária e a remuneração do dia de trabalho dispensado para os trabalhadores rurais que aplicam herbicidas realizarem exames médicos. Em relação às pautas econômicas, a categoria aprovou a proposta de aumento salarial de R\$ 970 para R\$ 1.150, o piso de garantia de R\$ 16 para R\$ 100 e a cesta básica de R\$ 45 para R\$ 100 durante o ano todo, não apenas no período da safra.

Com as propostas aprovadas nas assembleias dos sindicatos em toda a zona canavieira, as rodadas de negociações com a classe patronal iniciaram-se em setembro e se estenderam por todo o mês de outubro e início de novembro. O debate das propostas não evoluiu, porque usineiros e fornecedores de cana condicionaram o acordo ao fim da remuneração do tempo de percurso, as horas *in itinere*, respaldando-se na Reforma Trabalhista.

Após treze rodadas sem sinalização de avanços sobre as reivindicações pendentes em mesa, o conflito entre as partes chegou a um impasse.

A classe patronal pretendia acabar com as horas *in itinere* porque desobrigava eles fornecerem o transporte. E a gente passou no campo, disse aos trabalhador qual era a realidade do paradeiro, e os trabalhador entendeu que o que eles ganha não é suficiente pra pagar o transporte. Então foi uma aceitação de 95% dos trabalhador. (Dirigente do STR de Rio Formoso, entrevista concedida em janeiro de 2019)

A greve teve início na madrugada do dia 3 de dezembro e a paralisação cerca de 80 mil trabalhadores rurais da cana se manteve até o dia 6, momento em que ocorreu a audiência de conciliação e instrução no Tribunal Regional do Trabalho. A audiência não resultou em avanços para os trabalhadores rurais em relação às propostas apresentadas pela classe patronal.

Diante do impasse, a Federação e os sindicatos avaliaram as consequências das alternativas possíveis: continuar a greve e levar o conflito para julgamento de dissídio coletivo ou aceitar o acordo e manter as cláusulas acordadas na condição de perda das horas *in itinere*.

A primeira coisa, não tava garantido o que a gente tinha negociado. A segunda, a hora *in itinere*, que essa foi a luta da greve, nem conseguiu na mesa e também não ia conseguir no pleno, também não conseguia e o desgaste era maior. Então esse foi um desafio também muito forte assim, mas a experiência que a gente tem é o dia a dia e o movimento sindical que nos ensina, né. (Gilvan José Antunis, Presidente da Fetaepe, entrevista concedida em abril de 2019)

Em votação, dirigentes sindicais e delegados de base presentes na audiência optaram por não remeter a solução do conflito para julgamento



e aceitaram os termos do acordo, de modo a se preservarem de maiores perdas diante do acúmulo de conquistas históricas firmadas nas mais de 80 cláusulas que compunham a Convenção Coletiva. No texto do documento, a categoria manteve a cláusula referente à assistência sindical e às rescisões contratuais e homologação nos sindicatos sem modificações,<sup>24</sup> bem como garantiu condições sobre o financiamento sindical.<sup>25</sup> Também foi conciliada a introdução de duas modificações em cláusulas já existentes referidas à saúde do trabalhador<sup>26</sup> e contra medidas punitivas sobre os trabalhadores que participarem de reivindicações pelo pagamento de salários atrasados.<sup>27</sup> Em relação às pautas econômicas, obteve-se uma cesta básica no valor de R\$ 50 para o período da safra, um aumento salarial de R\$ 970 para R\$ 1.010, valor acrescido do piso de garantia fixado em R\$ 18 sobre o salário mínimo, resultando na remuneração de R\$ 1.016 a partir de janeiro de 2019.

Apesar de a categoria não ter conseguido fazer com que todas as suas reivindicações fossem atendidas, na opinião das lideranças sindicais do

---

<sup>24</sup> A 28ª cláusula da convenção coletiva de 2018/2019 define: “Os sindicatos de trabalhadores rurais prestarão a devida assistência no caso de pedido de demissão de empregado estável, comprometendo-se os empregadores a enviar ao sindicato respectivo toda a documentação relativa à homologação com antecedência mínima de 72 horas”.

<sup>25</sup> Em relação às fontes de financiamento sindical, foi pactuada a cláusula referente à contribuição nacional de assistência ao trabalhador que assegura o desconto de uma diária de trabalho do salário de trabalhadores sindicalizados ou não no mês de dezembro, momento de maior concentração de trabalhadores rurais empregados na atividade de colheita da cana-de-açúcar. A redação desse item assegura ao empregado o direito de oposição ao desconto desde que o faça por escrito ao sindicato dentro do prazo de 14 dias após o registro da convenção coletiva.

<sup>26</sup> A 65ª cláusula define as condições de saúde e segurança do trabalho para os serviços de aplicação de defensivos agrícolas em geral. Entre os pontos firmados em sua redação, destaca-se a obrigatoriedade da realização de exames médicos para os trabalhadores que atuam com a aplicação de herbicidas. No documento da convenção de 2018/2019 um avanço importante foi introduzido sobre esse item, assegurando a remuneração do dia integral de trabalho dispensado para a realização dos exames previstos a cada seis meses.

<sup>27</sup> Na 37ª cláusula, que trata da proibição de medidas punitivas sobre os trabalhadores que tenham participado de greve ou qualquer outro movimento reivindicatório, foi inserida a redação de um parágrafo único determinando: “Quando se tratar de atraso de pagamento de salários devidos, os dias de paralisação não poderão ser descontados”.

movimento dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco, a greve de 2018 foi positiva.

Ela foi importante porque há treze anos não tinha tido greve, teve em 2005, né. Os patrões mangavam um pouco da gente. Foi só pra mostrar. Ela não foi uma greve 100%, poderia ser, mas não foi, mas foi uma greve que mexeu com a mente deles. Eles achavam que não ia ter greve, que os trabalhadores e nem o sindicato fazia greve. Isso foi muito bom nesse sentido. (Zé Lourenço, presidente do STR de Aliança, entrevista concedida em março de 2019)

Ela foi uma greve boa. Também foi uma greve que reanimou a base. Porque fazia treze anos, treze anos que a gente não tinha desenvolvido uma greve. Ela serviu pra animar a base. Agora, do ponto de vista de ganho, de ganho econômico e social, tendo em vista a última rodada de negociação que deflagrou a greve e o resultado da audiência de conciliação movida pelo Tribunal Regional do Trabalho, pelo TRT, nós não tivemos avanço nesse sentido. A gente teve um avanço político que foi da recuperação do sentimento da base, que nós temos ainda muita necessidade e temos muita capacidade de fazer enfrentamento junto ao empresariado quando ele não quer reconhecer o direito do trabalhador ou quando não quer propiciar uma condição de relação de trabalho melhor para os trabalhadores. (Paulo Roberto, diretor de finanças e administração da Fetape, entrevista concedida em 23 de março de 2019)

Após décadas de uma trajetória de organização e luta, sob condições as mais adversas e, muitas vezes, marcadas por explícita violência patronal e governamental, os trabalhadores canavieiros de Pernambuco são um exemplo de determinação e persistência na resistência a tais adversidades.

Os desafios não param de se reapresentar. Agora aqueles trabalhadores precisam lidar com um quadro de decadência da indústria sucroalcooleira na região, que os afeta sobremaneira, em um cenário marcado por retrocessos no plano da regulação pública dos direitos dos trabalhadores no Brasil, que sobre eles não param também de repercutir severamente. Contudo, ao que se indica, a luta continua.

### **Considerações finais**

Este capítulo procurou resgatar os sentidos históricos e atuais das lutas dos canavieiros de Pernambuco. O material bibliográfico, documental e empírico da pesquisa de campo que lhe dão suporte fazem parte do projeto “Movimentos cruzados e histórias específicas de operários e trabalhadores rurais. Análise comparativa dos ciclos de greves iniciados pelos metalúrgicos de São Paulo e do ABC paulista e pelos canavieiros de Pernambuco no final dos anos 1970”.

A pesquisa nos permite fazer algumas reflexões, que mais abrem novas questões e frentes possíveis de análise sobre a experiência da classe na sua autoconstrução, do que trazem conclusões definitivas. Nestas considerações finais, apontaremos algumas delas.

O cruzamento entre as trajetórias organizativas dos metalúrgicos do ABC, dos metalúrgicos de São Paulo e dos canavieiros de Pernambuco se fez, no início dos anos 1980, sob a égide da disputa pela hegemonia do sindicalismo, nos inúmeros encontros nos quais se debatia a reorganização sindical.

Cada um dos referidos atores se colocava no campo de disputa a partir de uma determinada posição, para a qual mobilizavam distintos discursos políticos lastreados em estratégias de organização que se legitimavam pela prática, nas grandes greves que conduziam na cena pública – as do “novo sindicalismo” no ABC, as da Oposição Sindical metalúrgica na capital paulistana e as dos canavieiros de Pernambuco.

O debate se fazia com base em “pares de classificação”, a partir dos quais se procurava operar uma dicotomização de projetos considerados praticamente como excludentes pelos atores, acompanhado de uma carga valorativa que, muitas vezes, se prestava a uma desqualificação política da parte adversária: greve legal *versus* greve não-legal; direção/cúpula *versus* base; organização de vanguarda *versus* organização de massa; combativo *versus* pelego; autêntico *versus* burocrata; velho *versus* novo; corporativismo *versus* classismo, entre outros. No calor da disputa foram ressaltadas mais as diferenças do que os desafios e horizontes em comum.

As muitas interpretações dadas pelos intelectuais e militantes ajudavam a reforçar a posição das correntes sindicais (Santana, 1999; Vêras de Oliveira e Ladosky, 2014). Contudo, tomadas em conjunto no quadro da redemocratização do país, aquelas três diferentes experiências do sindicalismo trilharam um caminho que resultou, cada qual ao seu modo e com diversas tonalidades, na luta por direitos dos trabalhadores por dignidade (Abramo, 1999) e por cidadania (Rodrigues, 2011).

Por essa razão, a partir das reflexões propiciadas pela pesquisa, foi possível relativizar a condição hegemônica das greves do ABC, que se constituiu em um “modelo” de ação sindical para todo o país, para compreender a experiência dos canavieiros de Pernambuco com base em uma perspectiva própria. A violência brutal a que foram submetidos os trabalhadores canavieiros por séculos desafiou suas organizações próprias a atuarem nas brechas (estreitas) propiciadas pelo arcabouço legal e institucional vigente no país e na região. O que pareceu uma atitude legalista muitas vezes significou uma aguerrida posição de luta por direitos, a fim de preservar as lideranças diante da violência patronal e da conivência governamental.

Desse modo, com as marcas do passado tão presentes, foi possível começar a descortinar algumas razões da estratégia de uma atuação sindical por dentro dos estreitos limites da lei. Se a lei é limitada para favorecer a

conquista de direitos pelos trabalhadores e adversa à organização sindical, fora da lei o que sobrava era uma relação de força, absurdamente desigual e desproporcional, em favor dos usineiros e fornecedores de cana. Daí por que o sindicalismo na área canavieira acabou por constituir outra relação com o Estado, buscando conquistar espaços de reconhecimento e garantias sempre que dispositivos legais e institucionais (como nos tempos de Jango e de Arraes) favoreciam sua atuação.

Em vez de se conceber a relação Sindicato-Estado, naquelas condições, como simples subordinação do primeiro ao segundo, ou de avaliar como ingênuas as lideranças sindicais ao tomarem como “neutro” o papel do Estado diante das lutas de classes, os cuidados em se manterem nos marcos da lei revelam muito mais uma opção estratégica do sindicalismo na Zona da Mata, forçando as conquistas por entre as brechas da lei e explorando com muita habilidade e coragem as contradições entre a legalidade e a prática patronal. Assim, o sindicalismo canavieiro em Pernambuco não se constituiu em uma “ruptura” com seu passado, nem em contraposição ao Estado. Ao contrário, buscou retomar suas experiências do passado pré-1964, explorando as brechas que se apresentavam no Estado.

Indo além das disputas sindicais, com o benefício do tempo, é possível ver o surgimento do “novo sindicalismo” além das lutas operárias do ABC. Sob condições específicas, no Nordeste brasileiro, o recrudescimento do sindicalismo no ciclo de greves ao final dos anos 1970 foi inaugurado por um movimento que se fez por dentro da legalidade, e talvez não fosse possível fazê-lo de outro modo.

É possível compreender a expressão “novo sindicalismo” exclusivamente ligada à experiência do ABC metalúrgico no final dos anos 1970 e início dos 1980, mas não seria desprovido de pertinência afirmar que um outro “novo sindicalismo” (se quisermos manter a mesma expressão) também surgiu entre os canavieiros pernambucanos já antes de 1964 e que ele teve continuidade, ampliando-se e diversificando-se, no processo de redemocratização, firmando assim outra relação com seu passado,

baseado mais na continuidade do que na ruptura, de modo a ter, por vias diferentes, basicamente um mesmo tipo de resultado almejado no ABC: o fortalecimento da ação sindical de modo a organizar e mobilizar os trabalhadores em defesa de seus direitos e busca de novas conquistas.

No país onde a ordem desigual historicamente contou com a legitimação pelos “de baixo” (Cardoso, 2010), podemos considerar que nos quarenta anos percorridos desde a greve dos canavieiros de 1979, como nas demais mobilizações grevistas do país, os trabalhadores organizados em movimentos ousaram ir além, nas suas lutas por direitos sociais e políticos.

Nesse terreno de luta material e simbólica, a busca por direitos se configurou como um fio condutor da trajetória de ação coletiva dos canavieiros do Nordeste e de Pernambuco, bem como no âmbito nacional. Certamente, esse percurso foi acidentado e evoluiu de modo irregular no ritmo e na intensidade, entre períodos de avanços e de recuos, em que novos desafios foram se colocando para a organização sindical.

As condições da luta dos canavieiros mudaram radicalmente nos últimos anos: a) a atividade canavieira em Pernambuco faz tempo que entrou em um ciclo decadente; b) a Zona da Mata vem passando por importantes transformações no seu perfil socioeconômico, em que se destaca, de um lado, a conversão de trabalhadores assalariados em agricultores familiares, principalmente por meio das ocupações de terras e dos assentamentos rurais, e, de outro, os novos investimentos produtivos de grande impacto, a exemplo da Suape na Mata Sul e da Fiat na Mata Norte, absorvendo parte da força de trabalho antes dedicada ao cultivo da cana-de-açúcar; c) as mudanças na legislação do trabalho, com destaque para a Reforma Trabalhista que entrou em vigência em novembro de 2017, têm favorecido os empregadores nas mesas de negociação.

Que fios de continuidade podem ser conectados entre antigas e novas lideranças sindicais quando tudo aparece sob o signo de profundas mudanças? Em outras ocasiões, o encontro de gerações de lideranças explodiu

na forma de tensão e disputa política, como em 1995, quando a Secretaria de Reforma Agrária da Federação passou a coordenar ações de ocupação de terras no Estado, em disputa com o MST e com antigos dirigentes, egressos do período das greves dos anos 1980, que ainda se mantinham prioritariamente voltados às demandas dos assalariados (Rosa, 2004).

No âmbito dessa pesquisa, foi possível promover o encontro das antigas lideranças canavieiras com a nova direção da Fetape e da Fetaepe, donde se pôde observar um reconhecimento da importância das lideranças históricas pelos atuais dirigentes, e vice-versa. Constata-se que a tradição de luta dos canavieiros, apesar dos limites, continua viva na memória das novas lideranças e no trabalho da Academia Sindical, que, sob a liderança de Biu da Luz, vem fazendo um trabalho de recuperação e divulgação dessa memória. A greve de 2018 indica que a luta por direitos está viva e continua.

## Referências bibliográficas

- ABRAMO, Laís. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.
- ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- ANDRADE, M. C. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 267-280, 2001.
- ANDRADE, M. C. *A cana-de-açúcar na Zona da Mata Pernambucana: reestruturação produtiva na área canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90: impacto ambiental, socioeconômico e político*. Recife: Universitária, 2001.
- AZEVEDO, Fernando. *As ligas camponesas*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- BARROS, J. C. P. *Conflitos e negociações no campo durante o primeiro Governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.
- BEZERRA, M. H. Com muita vara é que se levanta uma casa e com muita lenha é que se levanta o fogo: greves e conquistas trabalhistas da classe canavieira em Pernambuco durante os anos 1980. In: OLIVEIRA, T. B.

- (Org.). *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. Campina Grande: EDUEPB, 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 4.330, de 1º de julho 1964. Regula o direito de greve na forma do art. 158, da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128652/lei-4330-64>. Acesso em: 4 set. 2019.
- CARDOSO, Adalberto. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- CARNEIRO, A.; CIOCCARI, M. *Retrato da repressão política no campo: Brasil 1962-1985*. Brasília: MBA, 2011.
- CCV – Comissão Camponesa da Verdade. *Relatório final: Violações de direitos no campo – 1946 a 1988*. Brasília: Senado Federal, 2014. Disponível em: <http://www.contag.org.br/arquivos/portal/file/site/Relatorio%20Final%20Comissao%20Camponesa%20da%20Verdade%2009dez2014.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. *Canavieiros em greve: campanhas salariais e sindicalismo, n. 14*. São Paulo: Cedi, 1985. Cadernos do Cedi, n. 14.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Centro Documental Dom Thomás Baduino (Cedoc). *Massacres no campo*. Disponível em: <https://cpt-nacional.org.br/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino>. Acesso em: 6 nov. 2019.
- CONTAG. *40 anos de luta ao lado do homem e da mulher do campo*. Brasília: Contag, 2003.
- DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.
- DABAT, Christine Rufino. Uma “caminhada penosa”: a extensão do direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco. *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica*, n. 26-2, p. 291-321, 2008.
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: Dieese, 2012.
- EMBRAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Produção e Agroenergia. *Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011*. 2. ed. rev. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.



- FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *RBCS*, São Paulo, p. 27-44, out. 2006.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.
- GALLINDO, J.F.R. *O trotskismo no campo em Pernambuco: “o Jeremias das caminhadas”*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.
- LADOSKY, Mario Henrique; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. O novo sindicalismo pela ótica dos estudos do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 6, n. 11, p. 147-170, 2014.
- LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. *Revisitando o campo: lutas, organização, contradições: Pernambuco 1962-1987*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.
- LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos e projetos*. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.
- LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. Trabalhadores rurais diante da violência. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org). *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. Campina Grande: EDUEPB, 2015. p. 309-327.
- LOPES, J.S.L. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MEDEIROS, Leonilde. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MELO, Camila Maria de Araújo. “A gente vai resolver se pára essa bexiga ou se continua a ser explorado e a morrer de fome”: as greves dos trabalhadores rurais do município do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco – 1966/1968. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29. *Anais: Contra os preconceitos: história e democracia*. Brasília, 24 a 28 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>. Acesso em: 4 set. 2019.
- NORONHA, E. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO Jr., A. (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. *Contraponto*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 1977. p. 103-114,

PALMEIRA, Moacir. Conflitos de classe sob regime autoritário: o caso do Nordeste. In: LOPES, José Sergio Leite; CIOCCARI, Marta (Orgs.). *Narrativas da desigualdade: memórias, trajetórias e conflitos*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

PICOLOTTO, E.L. A emergência dos “agricultores familiares” como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. *Mundo Agrario*, La Plata, v. 9, n. 18, primeiro semestre, 2009.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT (1983-1993)*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011.

RODRIGUES, K. F.; MAZZUCHETTI, Roselis. Mercado de trabalho e inovação tecnológica na atividade de cultivo da cana-de-Aaçúcar. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE (SINGEP), 4. *Anais...* São Paulo, 8-10 nov. 2015.

ROSA, M. As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. *Dados*, Rio de Janeiro: Iuperj, v. 47, n. 3, p. 473-503, 2004.

ROSA, M. *O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004a.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, 1999.

SIGAUD, Lygia Maria. *Os clandestinos e os direitos: estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SIGAUD, Lygia Maria. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SIGAUD, Lygia Maria. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas. *Dados*, v. 29, n. 3, p. 50-72, 1986.

SIGAUD, Lygia Maria. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos Cebrap*, n. 58, p. 73-92, nov. 2000.

*Artigos em periódicos*

1998

ACABA GREVE dos canavieiros. *Diário de Pernambuco*, Recife, 10 nov. 1998, p. C3.

AGRICULTOR ASSASSINADO em conflito. *Diário de Pernambuco*, Recife, 5 nov. 1998, p. C1.

CANAVIEIRO É assassinado em confronto. *Jornal do Commercio*, Recife, 5 de nov. 1998, p. 11.

GREVES DE CANAVIEIROS para usinas do Estado. *Diário de Pernambuco*, Recife, 3 nov. 1998, p. C5.

GREVE PARALISA canavieiros na Zona da Mata. *Jornal do Commercio*, Recife, 3 nov. 1998, capa;

TRABALHADORES COMEÇAM a negociar com os usineiros. *Diário de Pernambuco*, Recife, 1 out. 1998, p. C6.

TRABALHADORES RURAIS paralisam usinas. *Jornal do Commercio*, Recife, 3 nov. 1998, p. 1 caderno de economia.

TRABALHADORES RURAIS mantêm paralisação na Zona da Mata. *Jornal do Commercio*, Recife, 4 nov. 1998, p. 3.

2005

CANAVIEIROS TERMINAM GREVE com um reajuste de 8,25%. *Diário de Pernambuco*, Recife, 2005, p. B2.

CANAVIEIROS RADICALIZAM GREVE. *Jornal do Commercio*, Recife, 22 out. 2005, p. 6.

CANAVIEIRO PEDE 30,48% de aumento salarial. *Jornal do Commercio*, Recife, 8 set. 2005.

CANAVIEIROS EM GREVE HISTÓRICA. *Jornal da Fetape*, Recife, ano 2, n. 9, nov. 2005.

## Entre sujeitos e sentidos

uma análise do Ciclo de Greves do ABC Paulista  
a partir dos discursos da *Folha* e do *Estadão*

*Karen Christina Dias da Fonseca, Sidney Jard da Silva,  
Eduardo Magalhães Rodrigues e  
Maria Gabriela Silva Martins da Cunha Marinho*

O ciclo de greves metalúrgicas dos anos 1979-1980 no ABC Paulista foi um movimento que impactou profundamente a política nacional, com efeitos que até hoje se fazem sentir. A fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a emergência de líderes políticos como Lula, entre muitos outros efeitos, assinalaram a importância desse movimento e as suas proporções (cf. Oliveira, 2014; Rodrigues, 2019).

O ABC Paulista, uma região industrial e de atração de migrantes, passou a ser o palco de um conflito de repercussão internacional entre trabalhadores, empresários e a força repressiva de um governo militar que ensaiava uma abertura democrática. Enquanto o governo aparentava flertar com a democracia, os metalúrgicos do ABC escancaravam a ferida das péssimas condições de trabalho e remuneração nas fábricas que sustentavam o chamado “milagre econômico”, expondo, além disso, as fragilidades do próprio regime em lidar com as pressões de ambos os lados – trabalhadores e empresários (cf. Rodrigues, Silva e Silva, 2019).

A imprensa da época, em particular os jornais paulistas *O Estado de S. Paulo* (*Estadão*) e *Folha de S. Paulo*, além de produzir seus próprios discursos acerca do Ciclo de Greves<sup>1</sup> em sua cobertura jornalística, também cedeu

---

<sup>1</sup> Optamos por nos referir ao Ciclo de Greves com letra maiúscula de modo a circunscrever o movimento específico dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista. Assim, todas as vezes que a palavra “Greve” for grafada dessa maneira, com letra maiúscula, estamos nos referindo a esse movimento específico, e quando a palavra “greve” for escrita com letra minúscula, estamos nos referindo às greves de maneira geral.

espaço para que os discursos dos três principais sujeitos desse momento histórico – governo, sindicalistas e empresários – pudessem vir a público e extrapolar as assembleias, gabinetes ou mesas de negociação. Desse modo, os discursos da imprensa foram cruciais para a produção de sentidos, bem como para a constituição da memória brasileira nesse período.

Neste trabalho, investigamos a cobertura jornalística do ciclo de Greves realizada pelos jornais *Folha* e *Estadão* e disponibilizada em seus respectivos acervos digitais, nas datas dos eventos retratados. Com base nesses dados e sua posterior categorização e análise foi possível identificar alguns sentidos presentes nos discursos desses jornais a respeito do movimento grevista, os quais colaboraram por ressignificá-lo e produzir memórias a seu respeito.

Primeiramente, delineamos alguns aspectos teóricos e metodológicos da análise de discurso francesa que nos guiaram na seleção, coleta e análise dos dados, bem como na compreensão das especificidades do discurso jornalístico. Posteriormente, apresentamos e comentamos os resultados da análise relacionados ao contexto histórico do movimento, sistematizamos as categorias e confrontamos os sentidos produzidos pelos diferentes sujeitos. Por fim, tecemos considerações gerais a respeito dos sentidos produzidos pelos discursos, suas relações com os sujeitos e as posições que ocupam na ordem sócio-histórica.

## Entre discursos e sentidos

Enquanto os metalúrgicos do ABC paulista iniciavam, sem saber, um dos maiores e mais importantes movimentos políticos nacionais, o restante do país e do mundo acompanhava cada passo desse movimento através dos meios de comunicação. Na época, jornais, TV, revistas e rádios disputavam a narrativa daquele momento e mostravam suas versões do fato.

O discurso midiático, em particular o discurso jornalístico, tem especificidades tratadas por alguns analistas de discurso, dentre os quais des-

tacamos Patrick Charaudeau (2006; 2015). Esse autor afirma que há intenções e efeitos planejados, possíveis e produzidos na informação veiculada pela mídia, isto é, a informação não é imparcial ou espontânea, também é construída.

Charaudeau (2006) diferencia mídia de comunicação e informação; para ele, a mídia é um suporte organizacional que se utiliza das ideias de comunicação e informação sob as lógicas econômica, simbólica e tecnológica. A máquina midiática tem uma estrutura em que operam instâncias de construção de sentido.

De acordo com o discurso no qual se inscreve, a informação vai apresentar certas modalidades, demonstrando semelhanças e diferenças com outros gêneros do discurso, como o propagandístico, o demonstrativo e o didático, que também são uma parte da atividade informativa. O discurso informativo, no entanto, tem características e produz efeitos próprios, bem como as instâncias de produção e recepção. O contrato simbólico que estabelece<sup>2</sup> terá condições específicas de troca.

Segundo Charaudeau (2006), o contrato de comunicação da informação midiática se dá sempre na tensão entre estas duas dimensões, a informação e a captação, o fazer-saber e o fazer-sentir. O fazer-saber da informação baseia-se na credibilidade, em fazer crer que a informação é verdadeira. Adquire legitimidade na medida em que vence o jogo da verdade, isto é, dá respostas satisfatórias às questões colocadas pelos diferentes imaginários societários. O fazer-sentir da captação busca atingir o maior número de sujeitos que consomem a informação.

Para Charaudeau (2015), quando a informação veiculada é política, no que se refere aos seus significados e seus efeitos, a tensão no contrato de comunicação continua existindo, mas se projeta de outra forma. O contra-

---

<sup>2</sup> Para Charaudeau, todo discurso depende de condições específicas que se dão em uma situação de troca. Essa troca envolve parceiros que se ligam mediante um acordo prévio que regula a constituição dessa troca simbólica (Charaudeau, 2006).

to de comunicação não irá reproduzir sistemas de pensamento sempre da mesma maneira, pois na política há o lado dos dominantes e o dos dominados, e isso se reflete nas reações e nas significações do discurso político. “Diremos que as significações do discurso político são fabricadas e mesmo refabricadas, simultaneamente, pelo dispositivo da situação de comunicação e por seus atores” (Charaudeau, 2015, p. 53).

O dispositivo da situação de comunicação é o que garante uma parte da significação do discurso político, é o fiador do contrato: organiza e regula o campo da enunciação com normas de comportamento e com outros discursos que poderão servir de referência. O dispositivo tem restrições, gera previsão e expectativa de resultados, promove distinção e busca estabelecer certo consenso/identidade/maioria.

Já Michel Pêcheux (1997) afirma que os sujeitos têm um dispositivo ideológico de interpretação que advém do interdiscurso (memória discursiva), com o qual os grupamentos sociais institucionalizam formas de controle de interpretação, a que Pêcheux chamava de divisão social do trabalho de leitura. Os sentidos são geridos e muitas vezes os indivíduos os interpretam com base em entendimentos preestabelecidos, como gestos de interpretação e as forças que atuam sobre ele ideológica e politicamente.

A esse respeito Eni Orlandi afirma que o sujeito se submete à linguagem interpretando histórica e socialmente, o que reflete a interpelação ideológica. Essa interpretação, também chamada de gesto pela autora, remete às formações discursivas, que são o lugar onde sentido e identificação do sujeito se constituem. São as formações discursivas que dão identidade ao sujeito e especificidade ao sentido (Orlandi, 2008). Isso não quer dizer, entretanto, que as formações discursivas são fechadas em si mesmas, elas se articulam com a exterioridade como *regionalizações do interdiscurso* (Orlandi, 2015, p. 41).

Assim, as palavras não têm apenas um sentido a elas conferido pela língua; significam ideologicamente de acordo com as formações discursivas

nas quais estão inscritas. As formações discursivas representam as formações ideológicas no discurso. A ilusão da evidência do sentido e do sujeito não nos deixa compreender, muitas vezes, os efeitos metafóricos (deslizes de sentido) que acontecem entre formações discursivas diferentes, a historicidade da construção dos sentidos em cada formação discursiva e o processo de identificação do sujeito com a formação discursiva em que se inscreve.

De forma semelhante, Charaudeau (2006) diz que, no caso do contrato de comunicação, os parceiros não são necessariamente pessoas, mas entidades, cada qual em um lugar de intencionalidade e caracterizada por determinados papéis.<sup>3</sup> Para ele, a instância de informação seleciona diante da massa de fatos aqueles que irá noticiar, podendo ser acontecimentos previstos ou imprevistos. A informação pode ser também produzida, com a promoção de debates, investigações, entrevistas. Mesmo que haja pressões externas, o veículo de mídia é responsável pela seleção-construção das notícias como possíveis. Patrick Charaudeau detalha tal esquema:

Uma vez selecionados os fatos, é preciso hierarquizá-los, descrevê-los, contá-los e explicá-los. Ao problema precedente da seleção dos acontecimentos, associa-se agora o de sua encenação, pois a instância da informação é submissa à lei implacável da captação: é preciso seduzir o público. Todo órgão de informação é antes de tudo uma empresa que tem necessidade de recursos financeiros para viver que decorrem das vendas dos exemplares, no caso dos jornais, e da publicidade, no caso da imprensa, do rádio e da televisão, sendo o preço dos espaços publicitários diretamente proporcional à audiência obtida. (Charaudeau, 2015, p. 283)

---

<sup>3</sup> É necessário verificar quem informa, com qual intenção e com quais procedimentos, entretanto isso nunca é pessoal como numa conversa telefônica. Por mais que um jornalista assine uma coluna, ela passa por revisão editorial, tem tempo/espaco delimitado e o público não é conhecido ou definido.



Assim, a lógica da informação e da credibilidade é substituída por uma lógica de mercado que exige resultados e estabelece concorrência. As estratégias discursivas utilizadas serão aquelas que possam atrair maior público, ser compreendidas e cativar o interesse. Para tanto, as estratégias da comunicação midiática dramatizam, também, o jogo político, como nos exemplifica Charaudeau:

Elas reportam os fatos de acordo com os cenários dramáticos de combate a fim de suscitar movimentos emocionais diversos: antipatia em relação aos agressores, simpatia para com os salvadores, compaixão pelas vítimas. Comentam esses mesmos acontecimentos ao reduzi-los na maior parte do tempo a esquemas de explicação mais ou menos estereotipados, sem perspectiva histórica, mas com aparência de evidência. Os debates que supostamente alimentam o espaço de discussão, confrontando opiniões diferentes e contrárias com o intuito de esclarecer o público, são apresentados como torneios oratórios, na verdade, espetáculos retóricos, que, ao final das contas, convertem as opiniões em julgamentos passionais. (Charaudeau, 2015, p. 284)

Michel Foucault (1969) ao tratar dos discursos também identifica que é nesse enredo pontuado de diferenças, isto é, nos pontos de dispersão do discurso que reside a sua unidade. O caminho para descobrir uma unidade discursiva seria levar em conta os sistemas de dispersão com suas incompatibilidades, distâncias, aparecimentos e desaparecimentos, e não apenas as similaridades ou permanências.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), dire-

mos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* [...].  
(Foucault, 1969, p. 43; grifo do original)

Cada formação discursiva tem suas regras de formação, isto é, são as condições de existência, desaparecimento, variação em uma repartição discursiva específica que submetem os elementos dessa repartição: os objetos, temas, conceitos e estilos de enunciação (cf. Foucault, 1969).

As regras permitem a regularidade dos enunciados, isto é, o sistema de dispersão que constitui a formação discursiva. Nessa perspectiva, não se trata de fazer uma história do discurso, mas de compreender essas relações que se dão em suas margens.

Jean-Jacques Courtine (2006), por sua vez, ressalta os sistemas de dispersão das formações discursivas, o que o aproxima de Foucault e confere ao conceito de formação discursiva centralidade na sua análise. Para Courtine, através das formações discursivas é possível observar como os saberes do interdiscurso são sistematizados em dadas condições de produção, cruzando domínios da memória com o acontecimento discursivo.

Assim como Foucault, Courtine também questiona as redes de saberes que atravessam os enunciados e como esses saberes são responsáveis pelos efeitos de sentido e pelo funcionamento do intradiscurso mesmo diante de formações discursivas heterogêneas.

Para Courtine, o domínio do saber determina o que pode e o que deve ser dito dentro de uma formação discursiva, que é constituída na relação contraditória entre as formações discursivas e as formações ideológicas. Ele é permeável à posição ideológica da formação discursiva em dada conjuntura, essa posição não é fixa, há apagamentos, esquecimentos, repetição e transformação.

Os enunciados são os elementos do saber de cada formação discursiva, há um esquema que governa o que pode ser repetido no interior de uma rede de formulações possíveis. Desse modo, para descrever uma for-

mação discursiva, segundo Courtine (2006), é preciso analisar o nível do enunciado e o nível da formulação, do interdiscurso e do intradiscurso.

Com essa breve reflexão acerca de alguns elementos da teoria de discurso de inspiração francesa, podemos afirmar que o discurso midiático vai muito além de uma simples descrição dos fatos, há diversos elementos presentes nele e atuando sobre ele. Quando se trata de um movimento político como o Ciclo de Greves do ABC Paulista não seria diferente.

Ao optar por analisar esses discursos, a fim de compreendermos como o discurso midiático significou o movimento e colaborou para a construção de uma narrativa e de uma memória a seu respeito, nossa tarefa também não se ateve a descrevê-los, mas pretendeu também destacar como tais discursos foram enunciados, quem foram os sujeitos dessa enunciação, quais as condições sociais e históricas da enunciação e quais sentidos produziu.

Assim, ao selecionarmos as fontes de dados de pesquisa optamos por dois jornais paulistas de grande circulação, a *Folha* e o *Estado*, visto que disponibilizam em seus acervos digitais os discursos de maneira integral, ocupando também, como diz Patrick Charaudeau, uma posição de credibilidade no contrato de comunicação.

Como também explicitado por Charaudeau (2006), é característica do discurso midiático produzir informação confrontando diferentes discursos produzidos pelos sujeitos diretamente relacionados ao fato. Na mesma linha de argumentação, Orlandi (2008) considera o discurso como estrutura e acontecimento, regra e acaso. Em suas palavras, o discurso como acontecimento significante tem lugar na subjetividade, o acontecimento do objeto simbólico afeta os sujeitos. O lugar que o sujeito ocupa no mundo, na história, isto é, sua posição-sujeito define os sentidos possíveis de seu discurso.

No caso do Ciclo de Greves identificamos esses sujeitos como sendo o governo, os sindicalistas e os empresários, além dos discursos dos próprios jornais. Desse modo, nossa preocupação não foi ressaltar discursos

de indivíduos, mas sim remeter os discursos aos sujeitos sócio-históricos que eles representam. No caso do governo, tais sujeitos eram membros do Executivo Federal, como o presidente Figueiredo e seus assessores, representantes do Tribunal Regional do Trabalho e os ministros do Trabalho, Murillo Macedo e Arnaldo Prieto.<sup>4</sup> No caso dos sindicalistas, os principais sujeitos eram os dirigentes sindicais e seus advogados, como, por exemplo, Lula, Benedito Marcílio e Maurício Soares de Almeida, entre outros. Os empresários eram os próprios dirigentes das empresas e representantes de associações como a Fiesp e o Grupo 14.<sup>5</sup> A mesma lógica se aplicou na análise dos discursos dos jornais: mais do que saber quem assinou as reportagens, interessou-nos na análise investigar como os jornais se posicionaram como sujeitos nesse discurso.

De acordo com a breve cronologia dos eventos do Ciclo de Greves há pouco apresentada, selecionamos algumas datas cruciais para o movimento a fim de nos guiar na análise, as quais estão expostas no quadro 1.

Quadro 1 – Principais datas do Ciclo de Greves 79-80

1979	1980
13/3 – Início da Greve	1/4 – Início da Greve
15/3 – TRT declara a Greve ilegal	14/4 – Intervenção nos sindicatos
23/3 – Intervenção nos sindicatos	19/4 – Prisão de sindicalistas
27/3 – Trégua	1 e 6/5 – Passeatas de apoio e conflitos
13/5 – Fim da Greve	11/5 – Fim da Greve

Fonte: Quadro elaborado pelos autores

Com base nessas datas, foram analisadas as edições dos jornais do próprio dia e do dia subsequente, tendo em vista que os fatos só podem ser

<sup>4</sup> Embora tenhamos analisado os discursos de deputados de oposição, não os enquadrámos como discursos do governo.

<sup>5</sup> Grupo formado por 22 sindicatos patronais da indústria metalúrgica.

publicados nos jornais no dia posterior, resultando no total de 22 edições, sendo 11 de cada jornal.

Em cada uma dessas edições foram selecionados trechos, palavras, termos, frases ou expressões que pudessem ser categorizados como unidades de sentido produzidas pelo discurso. Não foi nossa preocupação a descrição dos fatos, mas sim a produção de sentidos, como vemos no exemplo a seguir, a manchete de capa do jornal o *Estado de S. Paulo*, na edição de 13 de março de 1979: “Apenas três sindicatos insistem com a greve” (O Estado de S. Paulo, 13 mar. 1971, p. 1).

Para um analista de discurso é importante saber que três sindicatos optaram pela greve, porém o que nos dá pistas dos sentidos produzidos pelo jornal é o uso de alguns termos que parecem de menor importância na frase. Notem que o uso do verbo “insistir” sugere um sentido que o jornal produziu acerca do movimento. Se o termo utilizado fosse “continuam”, “mantêm” ou “permanecem”, o sentido poderia ser outro, ainda mais se levamos em conta que vem acompanhado de “apenas”. São duas palavras que não estão desconexas nesse discurso e significam através dele.

Por conseguinte, as unidades de sentido foram categorizadas e remetidas ao seu sujeito, de modo que com essa sistematização avançamos na compreensão dos sentidos produzidos nos jornais e pelos jornais acerca do Ciclo de Greves, como veremos a seguir.

### **Entre os sujeitos e os discursos**

As greves metalúrgicas do ano de 1979 ocorreram no momento em que o poder presidencial passava das mãos do general Ernesto Geisel (1974-1979) para as do general João Figueiredo (1979-1985) e o país se preparava para a abertura política e democrática.

Enquanto isso, no ABC Paulista, os metalúrgicos reivindicavam reajuste salarial que pudesse acompanhar as perdas com a inflação crescen-

te e melhores condições de trabalho nas fábricas. Entre as principais reivindicações, a exigência da presença de delegados sindicais nas empresas, com estabilidade, era algo pelo qual os empresários não estavam dispostos a negociar. Contudo, tal proposta era crucial para os sindicatos naquele momento, pois aumentaria a participação dos ativistas sindicais no chão de fábrica, estreitando as comunicações e inibindo eventuais abusos no cotidiano de trabalho dos operários.

O governo propôs um aumento que variava de 44% a 63%, a proposta salarial foi considerada boa pelos sindicatos, porém eles queriam a aprovação do delegado sindical de empresa. No dia 15 de março a greve foi declarada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho e o reajuste foi fixado em 44%.

Piquetes foram montados nas portas de algumas indústrias e nos bairros, para aumentar a adesão à greve, e foram duramente repreendidos pela polícia. Até que, no dia 23 de março de 1979, o Ministério do Trabalho decretou intervenção federal nos três sindicatos de metalúrgicos: o de Santo André, o de São Caetano e o de São Bernardo e Diadema.

Quatro dias depois, em uma assembleia realizada no dia 27 de março, votou-se por uma trégua sindical de 45 dias, com a presença de 70 mil trabalhadores no Estádio de Vila Euclides em São Bernardo do Campo. As negociações foram reabertas e a greve, suspensa. O apoio da Igreja foi fundamental para manter os trabalhadores mobilizados e auxiliar nas atividades para obtenção de recursos para o fundo de Greve.

Ao fim da trégua, os trabalhadores foram reunidos novamente em assembleia no dia 13 de maio. A proposta patronal garantia um reajuste salarial de 63%, um pouco abaixo dos 65% reivindicados no início da greve, entre outros itens. Embora muitos trabalhadores quisessem continuar com a paralisação, a maioria decidiu pelo retorno ao trabalho. O movimento se encerrou, mas a repercussão e a força política que os metalúrgicos tinham alcançado os colocaram numa posição de destaque no cenário nacional.

## Os sujeitos e os discursos no *Estadão*

Os discursos produzidos pelos jornais acerca das greves de 1979 enfatizavam os casos de repressão policial, a preocupação com os piquetes e a manutenção da ordem, sendo que os líderes sindicais reafirmavam em constantes declarações que fariam o possível para manter um movimento ordeiro. No que tange ao governo, os discursos evidenciavam certo despreparo em lidar com o movimento, intensificado pelas pressões por parte dos empresários. Essa incapacidade pode ser ilustrada pelas atitudes autoritárias como repressão policial e intervenção nos sindicatos. Surgiram naquele momento declarações pontuais de que a greve tinha na realidade fins políticos e era uma demonstração de força dos metalúrgicos. Tais discursos foram assim categorizados, no caso do jornal *O Estado de S. Paulo* (quadro 2):

Quadro 2 – Categorias dos discursos analisados no jornal  
*O Estado de S. Paulo* sobre a Greve de 1979

Jornais	<p>O Governo Federal se omitiu e Ministério do Trabalho mostrou incompetência para intermediar as negociações.</p> <p>A Greve é parcial, limitada e testa o governo.</p> <p>A falta de cumprimento das leis, a repressão e o arbítrio prejudicam a economia.</p> <p>A Greve desacelera a inflação.</p>
Empresários	<p>A Greve é política.</p> <p>Falta de respaldo do governo para resistirem à pressão.</p> <p>Rejeitam acordos que sejam vitórias políticas para os líderes sindicais.</p> <p>A violência foi necessária para preservar a democracia.</p> <p>Os metalúrgicos querem mostrar força.</p>
Governo	<p>As exigências justas de trabalhadores têm que ser atendidas na ordem da lei.</p> <p>O principal é manter a ordem pública.</p> <p>A Greve não pode ser mais importante que o bem coletivo.</p> <p>A Greve prejudica a abertura política.</p>

(continua)

Sindicalistas	<p>O Ministério do Trabalho não representou os trabalhadores nem se aliou a eles.</p> <p>A Greve é justa, ordeira e pacífica.</p> <p>A Greve não tem conotação política</p> <p>A luta dos trabalhadores não termina com o fim da greve.</p> <p>Faltou bom senso aos empresários que foram gananciosos.</p>
---------------	--

Fonte: Quadro elaborado pelos autores.

A partir dessas categorias, no que se refere ao discurso dos jornais, as críticas à forma como o governo lidou com o movimento grevista foram as mais contundentes, tanto no governo Geisel, quanto no governo Figueiredo. No início da Greve, antes ainda da passagem da faixa presidencial de Geisel para Figueiredo, as análises circuladas pelo jornal davam conta da inaptidão do governo em seguir as leis e conduzir uma conciliação entre as partes, como observamos no texto a seguir:

Não é mais possível termos uma estrutura jurídico-positiva que não é respeitada pelos sindicatos operários e algumas vezes até mesmo por Tribunais do Trabalho. Sociedade alguma pode atravessar fases de redefinição do seu planejamento econômico se os agentes da produção – empregadores e trabalhadores – não têm garantias de que a lei será cumprida. Como também sociedade alguma pode vencer essa fase delicada de redimensionamento de sua capacidade produtiva, confiando apenas no arbítrio e na repressão. (O grande desafio da greve, 13 mar. 1979, p. 3)

Já no governo Figueiredo, a falta de diálogo com lideranças paulistas foi destacada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* como um erro que foi herdado do governo anterior, que acabou por não evitar ou contornar a greve, como citado no texto abaixo assinado pela sucursal de Brasília:

[...] a greve dos metalúrgicos não só não pôde ser abortada, antes mesmo que eclodisse, como não está sendo debelada, a não ser com a utilização fria da lei, faca de dois gumes capaz de criar



tanto problemas quanto soluções. Uma atuação preventiva de alguém em condições de exprimir o quadro paulista junto ao general Figueiredo, bem como de levar as diretrizes federais a São Paulo, compondo situações e polindo arestas, teria evitado a elevação da temperatura nos níveis atuais. (Lição das greves..., 27 mar. 1979, p. 3)

As categorias do discurso dos empresários, por sua vez, criticam principalmente as “aspirações políticas” do movimento grevista, como se estas deslegitimassem o movimento. Obviamente que a greve é uma movimentação política, porém a conotação dada pelos empresários insinua que os dirigentes dos sindicatos estavam motivados por ambições políticas pessoais, como uma autopromoção, colocando essas ambições à frente da luta dos trabalhadores, como podemos observar no trecho a seguir: “Entre os empresários, a disposição era de manter união para evitar que qualquer acordo, agora, venha a transformar-se em vitória política dos líderes sindicais metalúrgicos” (TRT declara..., 15 mar. 1979, p. 1).

Nesse momento, a exigência dos trabalhadores era pela nomeação de delegados sindicais nas fábricas, proposta recusada pelos empresários, que, entre outros motivos, viam com preocupação a força crescente dos sindicatos e a ascensão de lideranças sindicais.

Já quando o discurso é do governo,<sup>6</sup> a preocupação com o bem coletivo e com o cumprimento da lei são as principais justificativas adotadas para legitimar a intervenção nos sindicatos, como se observa no ato ministerial a seguir, que suspendeu a intervenção escrita e proferida pelo então ministro do Trabalho Murillo Macedo:

O alto sentido do princípio da liberdade sindical deve, no entanto, circunscrever-se à obediência do ordenamento legal. Toda associação, seja qual for a sua natureza, subordina-se à ordem ju-

<sup>6</sup> Cabe salientar que, quando nos referimos a governo, estamos nos restringindo ao Executivo federal, excluindo aqui os parlamentares, por exemplo. Entre os parlamentares, em especial os do MDB, havia apoio ao movimento grevista dos metalúrgicos do ABC.

rídica do país. Os seus interessados não podem sobrepujar os interesses coletivos refletidos na lei. (Murilo Macedo, in *Governo suspende...*, 16 maio 1979, p. 23)

Quando o discurso analisado é o dos metalúrgicos, a tônica é afirmar que o movimento é ordeiro, não tem conotação política e nem é protesto contra o governo, como se segue na fala de Lula citada em um editorial:

O presidente do sindicato de São Bernardo voltou a dizer ontem que o movimento de greve do ABC não tem nenhuma conotação política e nem pode ser interpretado como uma forma de protesto contra a posse do general Figueiredo hoje, como se comentou. “Nosso movimento é apenas de reivindicação de salário e de melhores condições de trabalho. Se isso é política, então, estamos fazendo política.” (Metalúrgicos decidem continuar, 15 mar. 1979, p. 52)

Além disso, os metalúrgicos procuram legitimar o movimento ressaltando a falta de “bom senso” por parte dos empresários. Lula, em entrevista ao *Estado de S. Paulo*, logo após a suspensão da intervenção nos sindicatos, no dia 16 de maio de 1979, critica a postura dos empresários na figura de Theobaldo de Nigris, presidente da Fiesp, como vemos a seguir:

O Theobaldo de Nigris está usando agora a mesma cara de pau que usou para forçar a intervenção nos sindicatos, para recomendar às empresas o desconto no salário de abril dos 20% dos dias parados. [...] Portanto acho que está faltando bom senso aos empresários ao tomarem essa iniciativa, uma vez que são eles os responsáveis pela intervenção. (*Governo suspende...*, 16 maio 1979, p. 23)

Já o movimento de 1980 teve contornos mais dramáticos. Em fevereiro daquele ano houve a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), que reuniu a base do novo sindicalismo urbano e rural, setores da Igreja,

da classe média, intelectuais, artistas e estudantes universitários. Aliado a isso, a economia enfrentava grave crise com inflação galopante e cortes de gastos públicos. Esse cenário tornou mais crucial a campanha salarial dos metalúrgicos naquele momento.

A greve foi deflagrada no dia 1º de abril. Além do reajuste salarial os metalúrgicos reivindicavam prêmio de produtividade em torno de 15%, mas governo e empresários ofereceram 7%. No dia 14 a Greve foi declarada ilegal pelo TRT e no dia 17 as diretorias dos sindicatos de São Bernardo e de Santo André foram destituídas e os sindicatos sofreram intervenção.

No dia 19 de abril, quinze líderes sindicais metalúrgicos de Santo André e São Bernardo, inclusive a principal liderança, Lula, foram presos sem mandado judicial e encaminhados ao Dops (Departamento de Ordem Polícia e Social).

O 1º de Maio foi marcado por atos públicos de apoio aos sindicalistas presos. Mesmo com a proibição de qualquer comemoração ao dia do trabalhador em São Bernardo do Campo, cerca de 100 mil metalúrgicos acompanhados de suas esposas e filhos participaram de uma missa na Igreja Matriz da cidade e marcharam em passeata até o estádio de Vila Euclides. As tropas policiais ensaiaram reprimir a multidão, mas receberam ordens de liberar a passeata e o estádio (que estava ocupado há dias por efetivos da polícia).

No dia 6 de maio as mulheres realizaram outro ato público pela reabertura das negociações e pela soltura dos líderes sindicais presos, os quais, com a negação do *habeas corpus*, iniciaram greve de fome.

Somente no dia 11 de maio, após mais de 41 dias de greve, os trabalhadores decidiram pela volta ao trabalho, porém os sindicalistas continuaram presos, sendo libertados alguns dias depois do fim da greve.

Nesse contexto mais tenso, com prisões, atos públicos, grande repressão policial e atenção da imprensa internacional ao movimento,<sup>7</sup> os dis-

<sup>7</sup> Sobre a relação entre o Novo Sindicalismo e a formação do PT, ver os trabalhos de Azevedo (1995); Keck (1991); Meneguello (1989).

curiosos dos jornais produziram sentidos diferentes acerca do movimento do ano anterior.

### Quadro 3 – Categorias dos discursos analisados no jornal

*O Estado de S. Paulo* sobre a Greve de 1980

Jornais	A Greve é excessiva mediante proposta razoável do governo. Os metalúrgicos fizeram empregador de bode expiatório de uma política de governo. Lula tem proeminência na condução do movimento grevista. As greves prejudicam a economia e aumentam os preços. Influência da extrema esquerda no movimento grevista.
Empresários	Sindicatos estão incitando uma greve desnecessária.
Governo	Existe infiltração comunista no movimento grevista. A greve é sem razão de ser porque governo foi generoso. Os líderes sindicais usam o movimento para a promoção pessoal. Lula quer mostrar força pessoal e política.
Sindicalistas	A greve precisa manter sua organização e mobilização. A repressão do governo a greve negam a abertura política. As prisões e intervenções não diminuem o prestígio dos líderes sindicais. Os sindicalistas não são bandidos.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores

No que se refere ao jornal *O Estado de S. Paulo*, nota-se uma mudança de sentido no discurso em comparação ao ano anterior. Em 1979 os jornais apontavam o uso excessivo do arbítrio e da força por parte do governo contra os grevistas, em 1980, no entanto, as críticas foram mais focadas no movimento em si, na sua liderança e nas consequências negativas da greve, embora em 1980 as ações repressivas do governo tenham sido mais intensas.

Críticas mais pontuais às lideranças do movimento, como Lula e Benedito Marcílio, ganharam espaço no discurso do jornal, ao passo que o governo foi criticado por ter, de certa forma, promovido a ascensão do poder de tais líderes, como se vê a seguir:

A greve dos metalúrgicos tornou-se, portanto, irreversível porque assim a quis Lula. [...] A intervenção tardia como providência do governo e inócua como solução do problema apenas privilegiou a figura do líder sindical Lula, ou Benedito Marcílio. Capacidade de direção, habilidade, argúcia, controle dos acontecimentos, eles não precisarão mostrar mais, aureolados e consagrados que foram pela intervenção. Dos problemas de produção do imenso parque industrial do ABC, do agravamento da nossa situação econômica e das próprias condições de vida do operariado se voltam todos assim para uma luta política apenas. (E o que mais, amanhã?, 19 abr. 1980, p. 3)

Outra mudança em relação à cobertura jornalística do ano anterior é o destaque ao discurso dos empresários. Vemos que o debate apresentado no jornal *O Estado de S. Paulo* em 1980 se focou mais nos discursos do governo e dos sindicalistas, deslocando-se da disputa entre empresários e metalúrgicos. Uma das causas para a mudança de enfoque pode ser atribuída ao fato de que o movimento passou a ser interpretado com uma conotação mais política do que econômica ou de relações de trabalho. Além disso, alguns empresários que foram procurados pelos jornais para comentar a intervenção ou as ações de sindicalistas e governo preferiram não dar declarações, como se vê no trecho abaixo citado:

Os empresários que participaram das negociações com os trabalhadores do ABC e os dirigentes sindicais das entidades que congregam as empresas metalúrgicas não quiseram pronunciar-se ontem sobre a intervenção, vários deles aproveitando o fim

de semana prolongado para viajar e descansar. (Grevistas prometem..., 19 abr. 1980, p. 25)

No que tange ao discurso do governo, a posição dos ministros Murillo Macedo e Delfim Neto foi de oposição ao movimento grevista e não de conciliação. A greve foi interpretada, por parte de sujeitos do governo, como desnecessária, demonstração de força pessoal e até mesmo motivada por organizações de esquerda ou empresários estrangeiros da concorrência. O trecho a seguir resume a posição do governo frente ao movimento grevista, principalmente na clara oposição a um de seus líderes, Lula:

Para o Palácio do Planalto, o dirigente sindical Luis Ignacio da Silva provocou uma greve desnecessária aparentemente apenas para dar ao governo e aos seus críticos – para os quais se teria transformado em um ex-líder sindical e político fracassado – uma demonstração de força pessoal, de que ainda era capaz de paralisar as grandes empresas do ABC paulista. (Macedo decreta... 18 abr. 1980, p. 27)

Diferente de uma postura mais cordial nos pronunciamentos, o tom agora era de ofensas pessoais, com Lula se referindo a Delfim Neto como “gordinho trambiqueiro” (O Estado de S. Paulo, 18 abr. 1980, p. 27) e Murillo Macedo dizendo “não posso mais ver barbudo na minha frente” (O Estado de S. Paulo, 20 abr. 1980, p. 36).

Para justificar a intervenção no Sindicato o governo sugere que há a aproximações entre o PT e a Convergência Socialista, como se nota no trecho a seguir:

Nesse quadro, a figura do líder metalúrgico Luis Ignácio da Silva, antes insuspeita na sua vocação favorável ao regime de livre empresa, começa a merecer reparos por parte do governo, que agora veria nele um instrumento das pressões vindas de baixo – pressões, diga-se, partidas sobretudo de elementos da Convergência.

Disso resulta que seu afastamento do Sindicato seria recebido com alívio pelo governo e pelos empresários, mais preocupados com a infiltração da esquerda. (Governo vê..., 1 abr. 1980, p. 29)

No discurso dos metalúrgicos, no entanto, são frequentes as afirmações de que o movimento não é político e que não há ligação com organizações comunistas. Há até mesmo afirmações sobre a conduta não criminosa dos sindicalistas, ressaltando que são trabalhadores, metalúrgicos, como observamos nas falas de Luis Eduardo Greenhalg e Idibal Piveta, ambos advogados de defesa dos metalúrgicos no momento em que pediam o *habeas corpus* para os líderes presos:

Os trabalhadores não são militantes comunistas, clandestinos, subversivos, adeptos da luta armada de outrora. (Greenhalg, in Denegados..., 3 maio 1980, p. 21)

Os trabalhadores não são assassinos, nem ladrões, não matam nem roubam. (Piveta in Denegado..., 3 maio 1980, p. 21)

Assim, a fala dos sindicalistas busca propor outros sentidos para o movimento, que não aquele veiculado na imprensa, manter a sua coesão mesmo frente às críticas, à intervenção federal e à prisão de seus líderes, como observamos na fala de Benedito Marcílio, que ainda ressalta os limites da abertura política conduzida por Figueiredo:

não será a intervenção que afastará o trabalhador da luta por melhores dias para si e para seus filhos [...] a intervenção desmascarada de uma vez por todas essa abertura, que de abertura não tem nada. (Macedo decreta..., 18 abr. 1980, p. 27)

## Os sujeitos e os discursos na *Folha*

No caso da *Folha de S. Paulo*, os discursos produzidos e reproduzidos pelo jornal tiveram suas especificidades em comparação aos observados no *Estado*.

As datas analisadas foram exatamente as mesmas, bem como os sujeitos, mas as categorias nem sempre coincidiram como veremos no quadro 4.

**Quadro 4 – Categorias dos discursos analisados no jornal**  
*Folha de São Paulo sobre a Greve de 1979*

<b>Jornais</b>	<p>Greve é sinal de normatização institucional e democrática.</p> <p>A greve deve ser arma de defesa e não instrumento de guerra.</p> <p>A greve foi desastrosa para trabalhadores, empresários e para o país.</p> <p>A greve rompeu com o imobilismo do sindicalismo brasileiro.</p>
<b>Empresários</b>	<p>O governo não interferiu nas negociações.</p> <p>As greves deixaram de ser pacíficas.</p> <p>Greve fora de momento e despropositada.</p>
	<p>Líderes sindicais perderam o controle sobre os trabalhadores.</p>
<b>Governo</b>	<p>As greves são esperadas em ambientes democráticos, mas não constroem a democracia.</p> <p>A greve fez reivindicações justas, porém difíceis de serem atendidas.</p> <p>A greve foi atitude exagerada, esdrúxula, ilegal e radical.</p> <p>A greve conspira contra a paz pública e a segurança nacional.</p>
<b>Sindicalistas</b>	<p>A greve é justa, legítima e sem caráter político, trabalhadores apenas reivindicam melhores condições de vida.</p> <p>A greve se prolongou porque os empresários intransigentes não quiseram dar vitória aos trabalhadores.</p> <p>A greve não objetivou criticar o governo ou atrapalhar a abertura política.</p> <p>O governo privilegiou os interesses das multinacionais nas negociações da greve.</p> <p>A greve foi radical porque o radicalismo dos empresários gerou o radicalismo dos trabalhadores.</p>

Fonte: Quadro elaborado pelos autores



As categorias condensam diversos sentidos atribuídos ao movimento grevista e a seus participantes presentes nos discursos desses sujeitos. É importante salientar que tais sujeitos não formam uma massa homogênea e tampouco produzem significados de maneira idêntica. Tal tendência já se observava no *Estadão*, mas também se constatou na *Folha*, de uma maneira ainda mais profunda.

A *Folha de S. Paulo* dedicou mais páginas à cobertura da greve e expôs mais acentuadamente os antagonismos entre os sujeitos pertencentes ao mesmo grupo. Desse modo, as diversas vozes presentes nos discursos puderam ser ouvidas, não apenas aquelas de maior “peso”.

No caso do discurso do próprio jornal em relação à Greve, os editoriais seguiram buscando responsabilizar todas as partes envolvidas no movimento, porém em colunas de opinião. Foram publicados significados divergentes, em que, por exemplo, se responsabilizavam mais sindicalistas, governo ou empresários pelo desenrolar dos acontecimentos a partir da Greve. Ao tratar dos sujeitos, governo, sindicalistas e empresários, as diferenças de sentidos em relação à Greve produzidas por diferentes interlocutores dentro de um mesmo grupo também foram expostas pelo jornal, apesar de tais sentidos não terem sido, necessariamente, colocados em debate direto.

Os sentidos produzidos também variaram em relação ao momento histórico: no início da Greve se reconhecia mais a legitimidade do movimento, ao passo que, conforme foram acontecendo piquetes, a intervenção nos sindicatos e o prolongamento da Greve, as críticas de todos os lados foram aumentando. A repressão policial e o autoritarismo do governo também foram criticados, bem como a anacrônica legislação trabalhista, como observamos no trecho abaixo:

As manifestações generalizadas de desapoio à intervenção, que se registraram no correr de todo o dia de ontem, algumas delas partidas até de setores que consideravam a posição dos trabalhadores intransigente, como esta *Folha*, dão o testemunho: a so-

cidade civil não quer mais saber de leis restritivas, de medidas autoritárias, de soluções que só adiam problemas, deixando atrás de si uma esteira de amargura, de ressentimento e de desilusão. (A lugar nenhum, 24 mar. 1979, p. 2)

A preocupação com a manutenção da ordem era latente, os piquetes foram considerados como perturbadores da ordem pública, o que colaborou, a partir da nossa análise, para que sentidos negativos acerca da Greve fossem produzidos. Contudo, manter a ordem pública a qualquer custo, usando de excessiva repressão policial, também foi significado negativamente pelo jornal e pelos sindicalistas, bem como o uso frio de uma lei autoritária.

No que tange especificamente aos discursos do jornal, embora se reconhecesse o ineditismo do movimento, sua importância e legitimidade, foram ressaltados os prejuízos trazidos pela Greve e certa intransigência das partes envolvidas, em particular no caso do governo, que, a partir dos sentidos produzidos e aqui analisados, não teria feito a sua parte de mediador. No trecho abaixo, podemos identificar algumas dessas unidades de significado acerca da Greve, que correspondem a algumas categorias expostas no quadro 3 concernentes ao discurso do jornal.

Mesmo sem entrar no mérito das reivindicações dos trabalhadores ou das contrapropostas dos empresários, podem se prever desdobramentos desfavoráveis para todos, mas principalmente para o futuro democrático do país. Pois, se é incompreensível esse literal mergulho no escuro a que se submetem os trabalhadores por sua intransigência, nada justifica qualquer contrapartida do governo no sentido de intervir nos sindicatos. (Limite perigoso, 23 mar. 1979, p. 2)

No caso específico do discurso dos empresários, diferenças entre posicionamentos também puderam ser observadas. Sabia-se que existiam empresários menos dispostos a negociar no interior do Grupo 14 da Fiesp

e outros mais abertos ao diálogo. Também mereceu destaque a postura de empresários brasileiros das médias e pequenas metalúrgicas que queriam estabelecer um acordo à parte com os seus empregados, atendendo boa parcela das suas reivindicações pelo fato de não terem capital e condições de se sustentarem frente a uma greve prolongada. Contudo, como havia a prerrogativa de que o Grupo 14 da Fiesp negociaria diretamente com os metalúrgicos para estabelecer regras válidas para toda a categoria, o discurso desses empresários que não representavam multinacionais ou grande empresas ficou isolado.

Os empresários não queriam aceitar a nomeação de delegados sindicais em cada fábrica, o que sindicalistas como Lula consideravam essencial: “delegados sindicais são questão de honra”, já que eram poucos diretores para representar uma imensa massa de metalúrgicos, o que inviabilizaria fazer sindicalismo com maior representatividade e democracia.

Aliás, a luta dos metalúrgicos do ABC assinalou aquilo que teóricos chamaram de *novo sindicalismo brasileiro*, fato este que foi assim percebido por alguns empresários, como Mauro Marcondes Machado: “o empregado brasileiro nunca fez isso. As greves até agora sempre encontraram uma forma bem brasileira, a habilidade e o jeitinho de fazer reivindicações. Agora o operário está utilizando uma força que ainda não tinha usado: a força física” (Fiesp não vai..., 14 mar. 1979, p. 33).

A “paciência” dos empresários se esgotou quando, após as reuniões de negociação que foram realizadas na casa do ministro do Trabalho, Benedito Marcílio, os dirigentes sindicais consultaram as assembleias, que votaram pela continuidade da greve. A partir daí, os empresários consideraram que os líderes sindicais não tinham controle sobre a massa de metalúrgicos e, de certa forma, deixaram para o governo a tarefa de agir coercitivamente intervindo nos sindicatos, destituindo suas diretorias. Além disso, as críticas ao movimento também apontavam para o fato de que ele teria ocorrido em um momento “errado”, de transição de governos

e abertura democrática, como se a Greve fosse um ato secundário frente à primazia da abertura e pudesse impedi-la. Nesse trecho do jornal estão descritas as falas de alguns empresários que expõem tais construções de sentido sobre o movimento:

Antes de conhecer a decisão da assembleia, Mauro Marcondes apontava o argumento que, na sua opinião, Lula deveria usar para convencer a assembleia a aprovar o acordo conseguido pela manhã: o da importância de sua aceitação para a redemocratização do país. “Redemocratização ou não, é o que está em jogo”, afirmava. [...]

Depois de receber a notícia da decisão de São Bernardo, Paulo Francini a classificava como uma “atitude despropositada dos trabalhadores”, uma “falta de entendimento do governo”. (Empresários lamentam recusa, 23 mar. 1979, p. 30)

Sobre os discursos do Governo também foi possível identificar mudanças importantes nos sentidos atribuídos à Greve. Quando os metalúrgicos recusam a proposta patronal, mediada pelo governo, se decide pelo uso frio da lei e a intervenção nos sindicatos, sob a alegação de que havia incitamento à greve por parte dos sindicalistas. Apesar disso, o governo não via contradições entre a intervenção nos sindicatos e a disposição para a abertura democrática do Brasil, como observamos no trecho abaixo, do discurso de Murilo Macedo em uma entrevista coletiva:

Eu não acredito em nenhuma crise política pela intervenção. A intervenção foi um ato isolado e um ato de autoridade. O regime democrático pressupõe, evidentemente, autoridade. [...]

A determinação minha de intervenção nos sindicatos foi pelo fato da greve ter sido considerada ilegal e de ter havido incitamento à greve, e os autores do incitamento perderam o cargo. (Governo diz..., 24 mar. 1979, p. 16)

O incitamento de que fala o Ministro é uma unidade de significado atribuída às atitudes dos dirigentes sindicais frente à condução do movimento. Lideranças sindicais como as de Lula, serviriam aos interesses do governo e empresários se pudessem conduzir a massa dos operários metalúrgicos a agir de determinada maneira. Quando a disposição desses sindicalistas foi a de seguir o que a assembleia decidira, houve certo desapontamento com a “falta de liderança de Lula” em conduzir os operários de volta ao trabalho e à aceitação do acordo.

Cabe comentar que essa era prática comum em boa parte das lideranças do movimento sindical urbano, incluindo-se os metalúrgicos, ao longo da ditadura de então. Tal procedimento também foi modelo durante os governos de Getúlio Vargas, principalmente no Estado Novo: o movimento sindical deveria ter a função de amenizar os conflitos entre capital e trabalho.<sup>8</sup> Essa é a provável origem do termo *pelego* e *peleguismo*. De modo que tal atitude não foi significada pelo Governo como uma liderança que garante autonomia aos metalúrgicos, mas sim que “incita” a Greve.

O verbo incitar aqui é usado como se as lideranças sindicais quisessem motivar a continuidade da Greve à revelia das negociações. Ao propor esse significado para a atuação dos dirigentes sindicais, o discurso do governo de certa forma anula a autonomia dos milhares de metalúrgicos que votaram pela continuidade da Greve nas assembleias.

Sobre o discurso dos sindicalistas, observamos que tiveram a preocupação de assinalar que o movimento não queria trazer problemas ao governo ou à abertura política, mas que apenas reivindicava melhorias para o trabalhador. Também ressaltaram que os empresários não queriam ceder para não conceder uma vitória política para o movimento e fortalecer suas lideranças. O papel do Governo como mediador que, no entanto, defende os interesses de apenas um dos lados, no caso o lado dos empresários,

---

<sup>8</sup> Para uma discussão mais aprofundada do chamado “sindicalismo de Estado”, ver Boito Jr. (1991).

também esteve presente nos discursos dos sindicalistas como vemos nos trechos a seguir, de uma entrevista a Lula:

Os empresários estão intransigentes porque estavam negociando com os sindicatos do ABC. Na minha opinião eles não querem dar o sabor de mais uma vitória aos metalúrgicos do ABC. Na visão dos patrões, dar o que pedimos, ou pelo menos um pouco mais, significa perder o controle sobre esses sindicatos. [...]

Para mim, eu tenho certeza, quem mais quis, e por que não dizer, quem praticamente provocou a intervenção nos sindicatos do ABC foram as empresas multinacionais. (Última entrevista..., 24 mar. 1979, p. 18).

No discurso dos metalúrgicos o maior inimigo são os patrões, o Governo é visto como subserviente a esses interesses patronais, cedendo às suas pressões, até mesmo à custa de influenciar no processo de abertura democrática. Assim, não seriam os metalúrgicos que estariam atrapalhando a abertura, mas sim os próprios empresários. É o que, por exemplo, Benedito Marcílio fala a respeito das intervenções nos sindicatos conduzidas pelo Governo: “Essa intervenção – disse Marcílio – foi para atender os interesses das multinacionais. O processo de abertura, tão apregoado, não interessa a elas. Mas isso não é motivo para o arrefecimento da classe trabalhadora” (Para Marcílio..., 24 mar. 1979, p. 17).

As diretorias voltam aos seus sindicatos depois do fim da Greve e da aceitação do acordo que não contemplava todas as reivindicações dos trabalhadores. Porém, no ano de 1980, nova Greve é decidida pelas assembleias de metalúrgicos no ABC e temos outros sentidos circulando no jornal *Folha de São Paulo*.

Os sujeitos são os mesmos, porém os sentidos “deslizaram”. Ao mesmo tempo que a Greve de 1980 foi elogiada por ser “ordeira e pacífica”, foi criticada por ter sido levada a cabo e se prolongado mesmo depois de um acordo considerado “razoável”.

Como citado anteriormente, o fato de a luta dos trabalhadores ter se desdobrado na formação do Partido dos Trabalhadores (PT) abriu caminho para que o caráter político do movimento fosse ressaltado, como se as reivindicações dos trabalhadores fossem apenas manobradas para que o partido ganhasse força.

Assim como também foi observado no jornal *O Estado de S. Paulo*, os empresários se retiraram da disputa, se recusaram a negociar com a continuidade da Greve e deixaram o governo cuidar da questão como caso de polícia. A repressão foi ainda maior, mesmo sem os piquetes.

A *Folha* detalhou as especificidades dos conflitos e da repressão policial da Greve de 1980, bem como os discursos dos sujeitos, que foram analisados e categorizados como se segue no quadro 5.

Quadro 5 – Categorias dos discursos analisados no jornal  
*Folha de São Paulo* sobre a Greve de 1979

Jornais	Greves decididas por aclamação não são aconselháveis. A Greve é coesa e pacífica, com reivindicações justas. A Greve se tornou conflituosa por intransigências e erros de empresários, governo e trabalhadores. A Greve foi derrotada por ter reivindicações inacessíveis e ser usada para mobilizar a classe trabalhadora em torno do PT.
Empresários	A Greve prejudica a todos, principalmente os trabalhadores. A Greve foi insensata.
Governo	A Greve cria pressões inflacionárias e prejudica a política de redistribuição de renda. A Greve é uma aventura cara e surrealista, que trouxe prejuízos ao trabalhador, ao empregador e ao país. A Greve foi política e tapeou os trabalhadores. A Greve representou sedição.
Sindicalistas	O movimento não quer briga com o governo e sim com os patrões. Governo e empresários usam a Greve para derrubar a diretoria do sindicato. A Greve precisa ser pacífica e manter a mobilização.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores

Observamos que a Greve é tida como um grande incômodo e que traz muitos prejuízos. Embora se reconheça que greves façam parte dos regimes democráticos e do Estado de Direito, bem como da justa reivindicação dos trabalhadores, a legitimidade da Greve dos metalúrgicos é constantemente questionada.

No caso do discurso dos jornais, a Greve se mostrou dramática e se desvirtuou de seus propósitos graças aos erros que podem ser atribuídos aos sujeitos envolvidos, como no trecho do editorial a seguir:

Erros acumulam-se sobre erros. Erraram os empresários do ABC por inabilidade, por intransigência e por falta de capacidade conciliatória; erraram os trabalhadores por irrealismo, por voluntarismo político e por uma visão estreita e limitada do conflito de que eram protagonistas. Errou o governo federal, com sua intervenção autoritária que se ampara em um diploma legal obsoleto que esse mesmo governo – tão zeloso em reservar para si as iniciativas no campo institucional – já deveria ter substituído por outro, mais moderno e congruente com a nova realidade social, mediante a maioria artificiosa de que dispõe no Congresso nacional. (Erros sobre erros, 20 abr. 1980, p. 2)

Ao apontar os erros das partes envolvidas é como se todos eles ficassem no mesmo patamar, como se intervir nos sindicatos e prender sindicalistas fosse tão errado como as outras atitudes de sindicalistas e empresários. Parece-nos que tal discurso colabora para certo nivelamento, apagando as especificidades dos erros de cada parte envolvida. A reação profundamente violenta e opressora do governo e a omissão dos empresários são citadas, porém o sentido dessa crítica é, de certa forma, amenizado, pois todos erraram. Então, se todos erraram, um erro justifica o outro?<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Observamos aqui que a produção de sentidos é muito mais complexa do que parece, ela atravessa a superficialidade do texto, como indicado por Orlandi (2009).



No caso do discurso dos empresários tivemos apenas duas categorias, isso porque os empresários se retiraram das negociações após a não aceitação do acordo proposto, como já anteriormente citado. A Greve passou a ser assunto do governo e dos sindicalistas e não das empresas. Os empresários se colocam como tendo oferecido tudo que podiam dentro de suas limitações econômicas, afirmando que a greve traz prejuízos e não convém a ninguém. É como se a Greve dos metalúrgicos não tivesse razão de existir e fosse insensata, como nas palavras de Theobaldo de Nigris: “ponham fim a esse movimento insensato, que só está fazendo com que a maioria venha a perder mais 18 dias de trabalho” (TRT decide..., 15 abr. 1980, p. 21).

O discurso do governo atribui vários sentidos ao movimento grevista de modo a legitimar suas ações de repressão, aponta motivações políticas da Greve, afirmando que a mesma aprofunda a inflação, que representa sedição e que seria até mesmo uma aventura fora da realidade. É como se o governo quisesse abrir o país para a democracia, acabar com a inflação e distribuir renda, porém tudo isso estivesse sendo impedido pela Greve dos metalúrgicos do ABC e outros movimentos “paredistas”. Camilo Pena, ministro da Indústria e do Comércio comenta a esse respeito:

Camilo Pena usou a intenção do governo de promover a redistribuição de renda nacional para argumentar contra reajustes reais acima de 4%. “É preciso evitar que se crie uma nova concentração de renda, através das pressões grevistas.” Segundo ele, a política de “redistribuição está sendo prejudicada pelas greves “porque esses movimentos criam pressões inflacionárias”. As declarações do ministro são, de certa forma, contrárias às que ele próprio prestou a uma revista semanal e que indicavam sua aceitação das greves como movimentos naturais em um sistema aberto. (Camilo Pena acredita..., 2 abr. 1980, p. 20)

É interessante notar que na Greve anterior comentava-se que setores do governo consideravam que ela ajudaria no controle da inflação, e agora

esse sentido mudou radicalmente. O próprio discurso da *Folha* atenta para esses deslizamentos de sentidos entre as falas do ministro e nos aponta a tendência que comentamos anteriormente, de que os discursos dos sujeitos não produzem sentidos homogêneos.

Quanto ao discurso dos sindicalistas, foi silenciado. Após sua prisão, os dirigentes sindicais não puderam mais conceder entrevistas e a cobertura jornalística passou a narrar os fatos e entrevistar membros do governo. Colunas de opinião assinadas por jornalistas, intelectuais e políticos, como as de Eduardo Suplicy e Fernando Henrique Cardoso, fizeram, de certa forma, algum diálogo com os acontecimentos, já que os sindicalistas e os metalúrgicos foram até cerceados pelo Governo a se reunirem em assembleias.

Assim, as categorias do discurso dos sindicalistas antes da prisão apontam para a falta de empenho nas negociações e a tentativa de enfraquecer a liderança dos sindicalistas, como se observa nesta fala de Lula: “o que estava na cabeça de cada empresário e do governo era a derrubada dessa diretoria do sindicato” (TRT decide..., 15 abr. 1980, p. 21).

Embora o movimento de 1980 tenha sido mais pacífico, a repressão foi violenta; a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) parece ter sido decisiva nessa mudança de atitude e significação em relação à Greve, um esforço menos evidente de negociação consensual.

## Considerações finais

O tema aqui abordado é essencial não só à compreensão histórica x do que se propõe analisar diretamente, o discurso da mídia paulista sobre o movimento grevista de 1979-1980 na região metropolitana do ABC, mas também, de maneira bastante intensa, ao entendimento do país e seu futuro.

A análise dos discursos na tentativa de compreender o processo de construção dos sentidos pelos diferentes sujeitos na mídia, bem como categorizá-los à luz das contribuições da teoria de análise de discurso francesa, nos dão pistas de como esse acontecimento histórico assumiu diferentes significados naquele momento, os quais até hoje estão presentes.

Patrick Charaudeau, Michel Pêcheux, Eni Orlandi e Michel Foucault tratam das formações discursivas que regionalizam os discursos, que controlam a interpretação e a produção dos sentidos. Em nossa análise, foi possível identificar algumas das especificidades das formações discursivas de cada um dos sujeitos e como elas se expressam nos discursos através das unidades de sentido que foram categorizadas.

No caso do governo, o apego às leis vigentes e as dificuldades de lidar com as tensões em um contexto de abertura democrática também concederam a tônica do discurso de que a repressão era necessária, para manter a lei e a ordem. Assim, no discurso do governo, advindo de uma formação discursiva autoritária, a abertura democrática deveria ser feita dentro da ordem e da legalidade, controlada e gradual, sob o controle firme dos poderes instituídos sendo essas prerrogativas mais significativas no discurso que o fortalecimento da democracia. De certa maneira, a Greve desafiava esse pressuposto, pressionava o governo por um enfrentamento aos empresários e por maiores espaços de expressão democrática, e, portanto, foi coibida. Os sentidos que produziram, por sua vez, atribuíram conotações negativas ao movimento.

Já sobre os empresários, temos os discursos do Grupo 14 como dominantes dentro dessa formação discursiva. Alguns empresários, que atribuíam outros significados ao movimento e que gostariam de propor ações em direções contrárias, foram silenciados, discursivamente e objetivamente. Até mesmo no interior do Grupo, os discursos mais severos sobre as reivindicações dos metalúrgicos tiveram mais força para propor significados e conduzir as ações do empresariado.

No que diz respeito ao discurso dos jornais, observamos que algumas especificidades dessa formação discursiva, ressaltadas principalmente por Patrick Charaudeau, como os lados no discurso, o lado dos dominados e dos dominadores, podem ser identificadas na análise. Os sindicalistas, como dominados, não foram ouvidos após a prisão, já os empresários simplesmente

abandonaram as negociações e os pronunciamentos porque assim o quiseram, enquanto o Governo usava seu aparato repressivo para coibir o movimento e discursava por meio dos canais oficiais. Assim, só o lado dos dominadores foi contemplado na sua totalidade no discurso dos jornais.

Outras características dessa formação discursiva apresentadas por Charaudeau (2006, 2015), como a dramatização do jogo político promovida pela mídia como uma estratégia de comunicação para atrair e enredar o público, bem como os esquemas de explicação estereotipados entre mocinhos e bandidos, foram utilizadas por ambos os jornais, principalmente se levarmos em conta a cobertura pormenorizada dos eventos realizada pela *Folha de S. Paulo*. A posição de mocinhos dos metalúrgicos só foi sustentada enquanto houve “manutenção da ordem” e quando havia disposição para o retorno ao trabalho. Quando os metalúrgicos decidiram pela continuação da Greve nas assembleias, foram significados como insensatos, manobrados e intransigentes. A insistência em que a Greve, para ser legítima, não pudesse ter uma conotação política, algo que lhe é inerente, também mereceu destaque nos discursos.

No caso dos sindicalistas, o principal adversário era o empresariado, embora as ações mais repressivas tenham vindo do governo. No interior dessa formação discursiva, o cotidiano desgastante de trabalho nas fábricas, os lucros que as empresas obtinham, a recusa ao diálogo por parte dos empresários e tantos outros fatores fizeram com que “o patrão” assumisse esse lugar e esse sentido nos discursos. O fato de os empresários se reunirem em um grupo poderoso como o Grupo 14, que tinha prerrogativa nas negociações, deixou os sindicalistas mais em desvantagem nessa disputa, até mesmo para pressionar o governo na direção de suas reivindicações. Essas condições objetivas a que estavam submetidos os metalúrgicos produziram os sentidos de seus discursos nesse quesito. De certa forma, o governo seria, em tese, o único capaz de equilibrar as forças desiguais em disputa, e mesmo quando não o fazia, beneficiando o empresariado, tal

feito era significado pelos sindicalistas como oriundo de pressões sofridas pelo governo por parte dos empresários.

As observações e considerações possíveis, circunscritas ao curto espaço de um capítulo de livro, são sempre limitadas diante dos vastos cenários possíveis. Ou seja, temos a dura tarefa de selecionar apenas algumas reflexões. Caberá ao leitor complementar este trabalho produzindo suas próprias análises, sobre as quais pretendemos ser somente um suporte inicial.

Por fim, encerramos este trabalho cientes de que muito ainda pode ser explorado sobre esse tema que, embora já tratado profundamente por diversos estudos, preserva a riqueza de continuar a oferecer possibilidades de análise.

## Referências bibliográficas

- AZEVEDO, C. B. *A estrela partida ao meio: ambiguidades do pensamento petista*. São Paulo: Entre Linhas, 1995.
- BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2015.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Edfscar, 2009.
- COURTINE, Jean-Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em análise do discurso. *Policromias: Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, [S.l.], v. 1, n. 1, set. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.
- KECK, M. E. *A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.
- MENEGUELLO, R. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- OLIVEIRA, Roberto V. de; BRIDI, Maria A.; FERRAZ, Marcos. *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A análise do discurso e seus entremeios: notas a sua história no Brasil. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 42, p. 21-40, jan./jun. 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios & procedimentos*. 9. ed. Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura e acontecimento*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.

RODRIGUES, Eduardo M.; SILVA, S. Jard da; SILVA, Gerardo A. 40 anos do novo sindicalismo no ABC paulista: da lógica do confronto à lógica da rede. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). *Trabalho e ação coletiva no Brasil: contradições, impasses, perspectivas (1978-2018)*. São Paulo: Annablume, 2019.

RODRIGUES, Iram Jácome. (Org.). *Trabalho e ação coletiva no Brasil: contradições, impasses, perspectivas (1978-2018)*. São Paulo: Annablume, 2019.

### Jornais

A LUGAR NENHUM. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 24 mar. 1979.

CAMILO PENA ACREDITA em infiltração estrangeira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 20, 2 abr. 1980.

DENEGADO *habeas corpus* a Luis Inácio. *O Estado de S. Paulo*, p. 21, 3 maio 1980.

E O QUE MAIS, AMANHÃ? Editorial. *O Estado de S. Paulo*, p. 3, 19 abr. 1980.

EMPRESÁRIOS LAMENTAM recusa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 30, 23 mar. 1979.

ERROS SOBRE ERROS. Editorial. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 20 abr. 1980.

- FIESP NÃO VAI alterar proposta. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 33, 14 mar. 1979.
- GOVERNO DIZ que líderes incitaram. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 16, 24 mar. 1979.
- GOVERNO SUSPENDE intervenção no ABC. *O Estado de S. Paulo*, p. 23, 16 maio 1979.
- GOVERNO VÊ infiltração política no movimento. *O Estado de S. Paulo*, p. 29, 1 abr. 1980.
- GREVISTAS PROMETEM assembleia no Estádio. *O Estado de S. Paulo*, p. 25, 19 abr. 1980.
- LIÇÃO DAS GREVES. Editorial. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, p. 3, 27 mar. 1979.
- LIMITE PERIGOSO. Editorial. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 23 mar. 1979.
- MACEDO DECRETA a intervenção nos sindicatos. *O Estado de S. Paulo*, p. 27, 18 abr. 1980.
- METALÚRGICOS DECIDEM continuar. *O Estado de S. Paulo*, p. 52, 15 mar. 1979.
- O GRANDE desafio da greve. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, p. 3, 13 mar. 1979.
- PARA MARCÍLIO, a luta vai continuar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 17, 24 mar. 1979.
- TRT DECIDE pela ilegalidade. *Folha de S. Paulo*, p. 21, 15 abr. 1980.
- TRT DECLARA ilegalidade de greve e concede 44%. *O Estado de S. Paulo*, p. 1, 15 mar. 1979.
- ÚLTIMA ENTREVISTA de Lula. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 18, 24 mar. 1979.

# À margem da história?

## Mulheres metalúrgicas e a memória das greves do ABC (1978-1983)<sup>1</sup>

*Jaime Santos Junior<sup>2</sup> e Marilda Aparecida de Menezes<sup>3</sup>*

O adensamento de literatura sobre as greves ocorridas no ABC Paulista em fins da década de 1970 dá provas da atração que esses acontecimentos exerceram na comunidade acadêmica. O volume de material produzido estende-se além de teses e dissertações, encampando também filmes, documentários e peças teatrais. Adentrar em um terreno tão amplamente estudado requer de nós, pesquisadores, cautela. A tentação em buscar o elemento recôndito, inédito, pode ofuscar o tratamento do material já pesquisado. O supostamente “novo” é associado, nessa acepção, ao que nunca foi dito. Disso queremos manter distância.

O lapso temporal dos acontecimentos, vistos em retrospectiva, facultamos o ângulo diferenciado, capaz de entrever que os significados atribuídos às ações dos sujeitos, retidos nas memórias, são também elementos vivos e mutáveis, longe de estarem presos e estanques num passado longínquo em que aconteceram. Por aqui, uma fresta de luz se abre para os propósitos deste artigo. Não pretendemos meramente recontar – no afã de inserir elementos novos à narrativa – a história das greves do ABC paulista,

---

<sup>1</sup> Agradecemos a luminosa contribuição teórica e metodológica da professora Beatriz Maria Alasia de Heredia (*in memoriam*) às ideias preliminares deste texto. Sua crítica arguta nos ensinou a problematizar concepções sobre as mulheres trabalhadoras, gênero, família, lideranças e movimento sindical. Sua presença sensível, perspicácia e criatividade intelectual estarão sempre em nossa memória.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (Deciso-UFPR).

<sup>3</sup> Professora do Programa de Ciências Humanas da Universidade Federal do ABC (PCHS/UFABC) e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).



o que nos guiará doravante é observá-la sob o ponto de vista das histórias de mulheres que, de alguma forma, estiveram presentes nesses acontecimentos. Fomos motivados a privilegiar essa perspectiva por duas razões, que não se excluem: i) uma vez em campo, causou-nos surpresa a resistência das mulheres em “contar as suas histórias”; ii) a pouca literatura sobre o tema atenta à questão de gênero, quando comparada ao tratamento mais geral sobre a classe trabalhadora no ABC Paulista naquele momento.

O investimento aqui proposto trabalha com a hipótese de que a permanência, nas narrativas, de uma divisão sexuada das memórias fornece indícios suficientes para arguirmos sobre a construção simbólica do *ciclo de greves* do ABC Paulista por meio de histórias de mulheres e as suas eventuais ressignificações. Aqui radica o nosso problema. Vale dizer, supomos que as disputas entre diferentes narrativas sobre as greves, que se apresentam nas matrizes discursivas dos atores, passados quarenta anos, revelam clivagens e disputas que atualizam as representações de gênero e a participação das mulheres na militância e no cotidiano de trabalho.

Quando nos referimos a *ciclo de greves* queremos circunscrever o período que se estende de 1978 a 1983. Assim, ainda que as histórias das mulheres que entrevistamos cubra uma faixa temporal bem maior, uma vez que a conversa arguiu sobre acontecimentos da vida pregressa à inserção no mercado de trabalho e mesmo ao momento atual em que vivemos, os principais acontecimentos narrados focalizam esse período das greves.

Falar em “histórias”, no plural, é reconhecer que o registro da memória deixa transparecer as disputas sobre o que deve ser lembrado e o que não parece digno de nota. Temos, assim, uma História, com “h” maiúsculo, que diferencia e hierarquiza aqueles que estão autorizados a contá-la e, no mesmo diapasão, nos desaconselha a tomar o relato de outros(as). Os significados históricos dos fenômenos da vida cotidiana, conquanto apareçam como excepcionais na narrativa dessa História, como veremos, não são captados imediatamente pelos agentes.

Se a literatura que tratou do tema das mulheres na militância e na composição da classe trabalhadora metalúrgica já nos fornecia pistas instigantes, foi um achado de campo que nos animou a fazer o recorte aqui proposto. Durante a pesquisa no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC<sup>4</sup> (doravante “SMABC”), em 2017 e 2018, logo percebemos que havia uma intensa disputa sobre a memória daqueles acontecimentos, a qual se expressa com mais clareza em torno do modo como cada ator – trabalhador(a) metalúrgico(a) que vivenciou aquele período – transaciona sua narrativa e menos sobre uma preocupação institucional em preservar uma história dita “oficial”. Isso faz com que os agentes que narram se diferenciem em razão da sua capacidade de barganhar prestígio e poder. Desse modo, a frequência com que por lá circulam trabalhadores e trabalhadoras é também outro modo de se afirmar no registro da memória para os que participaram do *ciclo de greves*. Foi assim que, pesquisando sobre mulheres que participaram do I Congresso da Mulher Metalúrgica, chegamos ao tema aqui proposto. Nos primeiros contatos feitos, havia uma forte resistência em falar: “por que ouvir a minha história?”; “É melhor falar com o meu marido, ele também foi metalúrgico” – eram os comentários que mais ouvíamos.

Garimpar, hoje, os sentidos atribuídos a termos tais como “sindicato”, “metalúrgico”, “peão”, “luta”, “greve” e outros que surgem nos relatos que colhemos implica estabelecer as mediações entre o caráter circunstancial dos acontecimentos e o enredo da História vista em retrospectiva pelo recurso à memória. Esta, como sabemos, revela omitindo. O processo de edição dos fatos narrados deixa entrever a história que se quer apresentar – que não é uma história falsa, mas é distinta da história vivida.

---

<sup>4</sup> Essa pesquisa integra o projeto “Movimentos cruzados e histórias específicas de operários e trabalhadores rurais: análise comparativa dos ciclos de greves iniciados pelos metalúrgicos de São Paulo e do ABC paulista e pelos canavieiros de Pernambuco no final dos anos 1970”, com financiamento da Capes, coordenado pelo professor José Sérgio Leite Lopes (UFRJ/MN).

Nesse sentido, já havia bons indícios de que não havia muitos registros sobre as mulheres metalúrgicas e a sua origem rural na literatura e nas histórias das primeiras pessoas com quem conversamos. Em geral, a história das greves é feita por homens e sobre homens, notadamente “lideranças”, a quem se atribui o papel de intérprete dos processos históricos. Mas onde estavam as mulheres? As famílias? A origem rural de muitos migrantes vindos do Nordeste? O que veremos a seguir constitui um resumo dos principais resultados dessa pesquisa, ainda em andamento. Antes, porém, cabe-nos informar ao leitor os procedimentos analíticos que nortearam as escolhas e as questões suscitadas.

### **Palco, atores(as) e script**

Chegamos ao SMABC pela porta do Centro de Memória, Pesquisa e Informação (Cempi). A estratégia inicial previa uma sondagem sobre a possibilidade de usar documentos (revistas, jornais do sindicato, atas de reuniões, material de congressos, registros fotográficos) como fontes de pesquisa. Criado em 2015, o Cempi atende à finalidade de “preservar a memória”. Todavia, a ainda incipiente catalogação dos documentos não nos permitiu que lançássemos mão desse recurso com a agilidade que a pesquisa demandava. Exceto para o caso do jornal *Tribuna Metalúrgica*, todo ele digitalizado.

A nossa presença no sindicato, como “pesquisadores”, não deixou de ser notada. Não tardou para que saltasse à vista a forma como alguns personagens estavam se apropriando dos nossos interesses para fins diversos. Falar sobre a memória das lutas e dos personagens que estiveram envolvidos naqueles acontecimentos é um elemento de fortes disputas simbólicas. Seja para eleger a narrativa “correta”, seja para direcionar os personagens com os quais deveríamos obrigatoriamente falar.

Isso ficou claro a partir do momento em que começamos a entrevistar algumas pessoas. Esses contatos surgiram em razão do nosso interesse por

mulheres que haviam participado do I Congresso da Mulher Metalúrgica, ocorrido em 1978. No entanto, essa aproximação não foi nada fácil. Foram várias as ligações, pedidos de entrevista, explicações sobre os motivos da pesquisa e a finalidade da conversa.

A partir de indicações que fomos obtendo dos nossos informantes, compusemos um quadro com mulheres que foram metalúrgicas, participaram de algum modo das greves, tinham alguma relação com o sindicato e eventualmente haviam participado do referido congresso. Não procurávamos “lideranças”, protagonistas, mas pessoas comuns, ainda que posteriormente algumas das nossas entrevistadas assumissem cargos em diretorias. A dificuldade em se localizar mulheres que participaram daquele congresso nos fez alargar o critério de seleção para incorporar também aquelas que, após um primeiro contato, nos diziam não ter participado. Usaremos, quando oportuno, alguns recortes do jornal *A Tribuna Metalúrgica*, publicado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, como fonte para recuperarmos a narrativa sobre questões ligadas ao trabalho e à militância das mulheres operárias que apareciam no veículo de divulgação oficial da instituição.

## **A luta pelo prisma das mulheres**

Após uma sondagem prévia, chegamos a oito contatos. Como já dito, em todos esses casos houve resistências para a concessão de entrevistas. No início, as recusas pareciam estar associadas à dificuldade de encontrarmos uma data para que o nosso encontro ocorresse. Com o passar do tempo, e a constante alegação de motivos os mais diversos criando óbices à participação, começamos a notar que havia ali um interdito, indício de que a recusa deveria ser interpretada em outra chave de leitura. Sim, porque todas foram surpreendidas com o nosso interesse em ouvi-las. Não à toa, elas sempre minoravam a participação nos acontecimentos de fins da década de 1970 e início de 1980, colocando a própria trajetória como sendo de menor importância.

Para compreendermos o ineditismo que o interesse pela história das mulheres assumiu é preciso que voltemos a um aspecto dito anteriormente, a saber: a narrativa sobre o *ciclo de greves* no ABC Paulista é eminentemente masculina. Ela é fraseada no masculino e logo se percebe, quer seja pelo registro imagético disponível, pela composição das diretorias ou ainda pelas associações simbólicas atribuídas ao trabalho metalúrgico, como *gênero* importa.

Vale dizer ainda, nesse preâmbulo, que esse registro se aproxima da perspectiva do *feminist standpoint*, ou do *situated knowledge* (cf. Haraway, 1988; Harding, 1991), uma vez que as histórias narradas são marcadas pela experiência particular das mulheres e sua inserção naquele contexto de trabalho e lutas. Tanto mais porque aprendemos com Souza-Lobo (2011) a inquirir como as experiências individualizadas das mulheres se socializam no mundo do trabalho, na esfera pública, para dizer de outro modo, como elas se constroem como experiência de classe. Veremos que não apenas o cotidiano do trabalho era sexuado mas também a militância no sindicato e a participação nas greves.

Esmiuçando um pouco mais esses significados, ou buscando compreender como eles emergem na “história pequena”, que retrata o conteúdo do vivido nos fragmentos das trajetórias de vida, surgiram elementos que nos ajudaram a formar um quadro mais complexo do cenário em tela com tonalidades que retratam o aspecto ordinário da vida, do cotidiano do trabalho, as formas de contestação e as opressões vividas pelas mulheres. São narrativas que tentam vincular esses acontecimentos àqueles da história das greves, em tom triunfalista, épico. Conjugar o passado é também germiná-lo com indícios que denotem a suposta militância em processo de formação, atribuindo sentido a questões aparentemente “sem sentido”. Veremos, a seguir, como isso emerge nos relatos.

Com o crescimento do parque automotivo e da indústria metalmeccânica na região do ABC Paulista,<sup>5</sup> o mercado de trabalho registrou um aumento da mão de obra feminina nas fábricas (Blay, 1978; Humphrey, 1983; Souza-Lobo, 2011). A inserção diferenciada nas ocupações, o aumento de formas diversas de discriminação, a depreciação dos salários, entre outros fatores apontados pela literatura, propiciavam a emergência de demandas específicas para as mulheres operárias. Sobre isso, é incontornável a contribuição de Souza-Lobo (2011), que chamou a nossa atenção para a divisão sexual do trabalho nas indústrias e a consequente clivagem de gênero que havia no movimento operário.

Para o caso do ABC Paulista, Souza-Lobo (2011) lembra que o I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo, que ocorreu de 21 a 28 de janeiro de 1978, foi organizado por uma direção sindical que não incluía nenhuma mulher.<sup>6</sup> Na ocasião, os dirigentes queriam aumentar a participação das mulheres nas lutas sindicais, tendo em vista que elas permaneciam praticamente ausentes. Na fala de um ex-dirigente que entrevistamos, o que transparece não é tanto a iniciativa da diretoria de promover um congresso voltado para as operárias, mas o que ele diz sobre a frequência delas no sindicato, motivada principalmente pelos serviços oferecidos, tais como a assistência médica e jurídica.

*Mas vocês chegavam a falar sobre a atividade sindical mesmo com as mulheres?*

Então, vou chegar lá. Um belo dia, aqui na presidência, estava eu, o Jama, o Lula, Severino, Paulo, Rubão, Expedito, Mané, e a gente conversando para fazer um encontro das mulheres. E esse

---

<sup>5</sup> Notadamente nos municípios de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Santo André e Diadema. Para uma reconstrução histórica da industrialização da região, ver, por exemplo, French (1995) e Negro (2004).

<sup>6</sup> O documentário *Mulheres metalúrgicas*, dirigido por Olga Futemma, registrou esse momento.

encontrou surgiu em janeiro ou fevereiro de 1978. Nós lotamos aqui.

***Mas a ideia não partiu das mulheres?***

Não. A gente conversava, mas não falavam: “vamos fazer”. A gente deixou bem claro, quando conversava, que a gente estava com a ideia. E começamos a escrever.

***Então foi uma iniciativa da diretoria?***

Da diretoria, mas junto com as mulheres também. Porque tudo tem um meio e tudo tem um início. Foi quando surgiu esse congresso. Foi o dia que eu mais trabalhei na minha vida.

***Já existia um grupo de mulheres no sindicato?***

Não lembro. Eu sei que já frequentavam bastante, na parte médica e na parte jurídica também. Já tinha muitas mulheres que vinham para cá à tarde, para conversar, bater papo, saber direitos. (Fillipo<sup>7</sup>)

O mote principal do congresso era a regulamentação da legislação trabalhista, que pretendia tornar legal o trabalho noturno das mulheres. No entanto, como lembra Souza-Lobo (2011), a análise do discurso sindical expõe as ambiguidades das posições em face do trabalho das mulheres nas fábricas, que têm como raiz “a contaminação das práticas reivindicatórias pelas práticas ideológicas” (Souza-Lobo, 2011, p. 42). Fracionadas, as demandas das mulheres eram percebidas como um elemento a mais na luta dos homens. Reflexo da existência de posições conservadoras no imaginário da classe operária, que prescrevia um papel às mulheres, as quais, por essa razão, não poderiam trabalhar à noite, tornava-se imperioso incorporá-las às lutas sindicais. Mais uma vez é Souza-Lobo (2011) quem mostra como a oposição entre “lutas gerais” e “lutas específicas” perpassava os debates no interior do movimento e impunha a necessidade de

---

<sup>7</sup> Além de recorrer ao uso de nomes fictícios, evitamos disponibilizar maiores informações biográficas sobre as(os) informantes da pesquisa a fim de proteger o anonimato.

se estabelecerem prioridades. Para não ser confundido com um congresso feminista, não foi por acaso que o congresso não se chamou “de mulheres”, mas sim “de mulheres da metalurgia”.

Ao localizar o átomo de como se apresentava uma clivagem de gênero no interior do movimento operário do ABC, Souza-Lobo (2011) expõe à luz o elemento mais difuso de constituição da própria ideia de “classe operária” nos termos clássicos, a qual supõe uma hierarquização de prioridades centradas no trabalho, para o qual todas as demais demandas devem convergir.

A ideia de unidade, no conceito de “unidade da classe operária”, confunde-se com a ideia de identidade, que exclui a noção de diferença. É por isso que a constatação da discriminação-diferença parece ameaçar a unidade da classe operária, daí a necessidade de integração das lutas. Além disso, o sindicato é apresentado como um espaço masculino do qual as mulheres são excluídas; a luta é a luta dos homens. (Souza-Lobo, 2011, p. 45)

Também Humphrey (1983) alerta para a discriminação de operários e líderes sindicais às lutas das mulheres e à centralização do discurso acerca da unidade da categoria. Mesmo no contexto analisado, sabemos que outros movimentos sociais estavam presentes, a exemplo da igreja (Cf. Martins, 1994) e dos movimentos de bairros, e que também catalisavam parcela importante das reivindicações das mulheres por meio da militância que aí medrou.

Quando olhamos a *Tribuna Metalúrgica*, vemos que a primeira ocorrência de questões ligadas ao trabalho das mulheres já aparecia mesmo antes do congresso, como na edição de janeiro de 1975. O destaque era sobre o “salário-maternidade”, que passaria a ser pago pelo “INPS” (*Tribuna Metalúrgica*, jan. 1975). Em julho, há uma pequena nota sobre o “ano internacional da mulher”, que, em evento ocorrido no México, chega à seguinte conclusão: “a propalada libertação da mulher depende da libertação do



homem da miséria e do atraso em que ele vive em boa parte do mundo” (Tribuna Metalúrgica, jul. 1975).

O jornal criou uma seção intitulada “notícias das fábricas”, como forma de acolher denúncias que recebiam dos trabalhadores e trabalhadoras sobre irregularidades ocorridas nas fábricas. É assim que, nessa mesma edição de julho de 1975, aparece a seguinte denúncia: “Na Ingepal, mulheres e menores não têm vez”, fazendo um relato de como essa empresa usava mulheres e menores em regime de horário extraordinário, ao arrepio da lei. Um ano depois, em julho de 1976, nova denúncia no jornal fala sobre a extensão da jornada de trabalho de mulheres e menores além do limite estabelecido em lei.<sup>8</sup> Em setembro do mesmo ano, o destaque foi para o reconhecimento da estabilidade da gestante. Mas é somente em dezembro de 1976 que ocorre a primeira grande matéria do jornal dedicada ao trabalho das mulheres, cujo título era: “Como vive e trabalha a mulher metalúrgica”.

Na matéria, as narrativas colhidas são fartas em mostrar as opressões vividas pelas mulheres no cotidiano de trabalho, desde o não reconhecimento da sua qualificação até a dupla jornada e os assédios, entre outros elementos. Mas não se tem delas o assentimento irrefletido, a passividade inconsequente, como por vezes se atribuía à condição feminina; ao contrário, pululam exemplos de resistências cotidianas, de enfrentamentos com as chefias, de rebeldias silentes que operam através da negociação, afinal, elas eram as primeiras vítimas das demissões.

Esses registros mostram que já se percebiam questões específicas relacionadas aos efeitos da divisão sexual do trabalho nas fábricas e que as mulheres, sempre que possível, contestavam as opressões a que estavam sujeitas. Vê-se como havia um trânsito entre a condição subalterna do lugar que ocupavam na família, e na sociedade de maneira mais geral, e os usos do trabalho feminino no interior das fábricas.

---

<sup>8</sup> Tribuna Metalúrgica, jul. 1976 (versão digitalizada).



Figura 1 – Como vive e trabalha a mulher metalúrgica

Fonte: *Tribuna Metalúrgica*, dez. 1976.

Em nossas entrevistas, outro aspecto que emerge com força é a origem rural dessas mulheres – geralmente da região Nordeste –, que chegam ao ABC Paulista na expectativa de se inserirem no afluyente mercado de trabalho das indústrias ali instaladas, ou mesmo para acompanhar os maridos que haviam vindo primeiro, convergindo com parcela vultosa da literatura que já acenou para este fato (Lopes, 1964; Menezes, 1985).

Eu nasci na cidade de Palmeira dos Índios, na verdade é um lugarzinho no sertão alagoano. Lá chama-se Ipueras, que eu nasci, é Ipueras, pertencía à cidade de Palmeira dos Índios. hoje quem nasce nesse mesmo lugar já não é mais palmeirense, é estrelense. Porque hoje Ipueras pertence a Estrela de Alagoas, que é uma ci-

dade pequenininha também, que é bem mais próximo desse local que Palmeira dos Índios. E eu vim para cá, né, eu fiquei lá até os 6 anos de idade e era uma vida difícil, muito difícil, até porque meu pai não foi muito presente, ia embora, largava a gente lá e vinha para São Paulo trabalhar, enfim, com 6 anos aí ele pediu para a gente ir encontrar com ele e nós viemos embora para São Paulo. Vim morar na Vila Carioca, bairro Ipiranga, São Paulo. Moramos num barraco, que na verdade era um quintal, um cortiço, a gente chama de cortiço. (Josefa)

Eu sou baiana, do sertão da Bahia, Cansanção, lugar distante de Salvador, de ônibus são sete horas de viagem. E a minha infância, eu acho que foi o momento mais importante da minha vida. Nós éramos uma família grande, éramos em catorze, agora somos em doze. [...] Eu tive uma infância muito boa, graças a Deus, apesar de ser um lugar seco e de ter muita pobreza por conta da seca. Porque a seca era difícil, o gado morria, meu pai tinha muito gado, mas morria muito. Morria de sede [Entrevistador: Sim. Sim. Sim. Eu conheço essa realidade] tinha cacimba, a gente... [Entrevistador: Secava] secava e a gente tinha que cavar para minar água, era uma vida com muito sacrifício. Mas eu falo que eu tive uma infância maravilhosa, porque tinha muito amor. Meus pais eram... tiveram uma vida muito harmoniosa, foi um ótimo marido e um ótimo pai, minha mãe também... então, a gente vivia com muita harmonia, com muito amor, e no meu conceito, eu acho que o amor é o principal. Não é o dinheiro, dinheiro a gente precisa para sobreviver. (Vanda)

Chamava Mocó. No Ceará. Lá era tão afastado que eu não conhecia açúcar, não conhecia arroz... Era tudo só o que plantava ali e o que criava, as cria. E tudo vinha do mato: o mel, a melancia, o jerimum. E minha avó tinha capoeira de algodão. Então meus

pais se separaram e minha mãe foi para uma cidadezinha, assim, melhor, que já tinha uma farmácia, e eu fiquei com a minha avó. E eu chorei muito, porque eu vi minha mãe saindo no caminhão e aquela mulher foi embora. Por que a criança chora tanto quando os pais saem? Porque ela sabe que está saindo, mas não sabe que volta. E a gente não sabia, nem minha avó, meus tios. E lá na casa da minha avó era assim, minha avó, uma mulher muito trabalhadora que eu amo até hoje, um tio, não sei se era tio do meu pai, não era irmão dela, e era cego, e tinha um tio que ele era autodidata. (Carmem)

Esse registro de fundo, em geral de pessoas que viveram as agruras da sobrevivência em uma região carente de oportunidades, não se reduz a uma fotografia de contexto, de um Brasil que vivia profundas transformações, mas nos servirá aqui para encadear os sentidos atribuídos às trajetórias de vida e, com isso, compreender os agenciamentos que vão sendo feitos desde a chegada a São Paulo. Essa mão de obra barata tinha anseios de “vencer na vida”. Muito do que se apresentará posteriormente como demandas da “classe” era antes vocalizado como propósito de mobilidade ascendente no contraponto com a família que havia ficado no Nordeste.

Em pesquisa anterior realizada com famílias de trabalhadores metalúrgicos que eram migrantes nordestinos, na região do ABC Paulista, mostramos como papéis sociais que marcavam assimetrias entre os sexos eram também percebidos como subsumidos a uma ideia de “família” como projeto, para a qual confluíam os esforços dos indivíduos (Cf. Thibes, Menezes e Santos Junior, 2018). Assim, chega-se a São Paulo como pressão de um contexto cujas oportunidades eram reduzidas, mas igualmente como expressão de uma vontade difusa, em que os interesses se confundem com demandas por “autonomia”, de poder “melhorar de vida”, para citar as expressões mais recorrentes. Voltamos a encontrar os mesmos desejos entre as operárias metalúrgicas.

E depois, quando eu vim para São Paulo, foi uma questão que eu queria a minha liberdade. A minha liberdade no sentido de minha autonomia, de me manter mesmo. (Vanda)

Então meu sonho era sempre melhorar, melhorar minha vida, ter liberdade, conhecer pessoas porque eu levava uma vida muito fechada, muito trancada dentro de casa. (Josefa)

Essa aspiração opera no mesmo sentido semântico da noção de *dignidade*, colhida por Abramo (1999). O elemento difuso, que resiste à rotulação analítica, envolve uma concepção nativa de justiça – que não se prende meramente ao aspecto instrumental do trabalho – que o indivíduo quer preservar e a partir do qual ele estabelece “parâmetros para julgamentos” (Boltanski e Thevenot, 1991). Em verdade, essa é a métrica a que ele recorre para interpretar as situações da vida e de trabalho como sendo “toleráveis” ou “intoleráveis”. Não se quer com isso obnubilar a dimensão ideológica do conflito de classe presente, sobretudo, no discurso sindical, mas avançar na compreensão dessa dimensão moral que impregna as reivindicações das operárias metalúrgicas aqui estudadas.<sup>9</sup>

Mas a mudança também carrega as ambiguidades de uma condição social precária, que não raro restituía, em outros termos, a relação de sujeição da qual muitas queriam fugir. Uma vez em São Paulo, o mais das vezes acompanhando irmãos ou parentes que já haviam migrado, a inserção ocupacional dessas mulheres revela a face precária e sempre instável das posições ocupadas nesse mercado de trabalho. As constantes transições entre empregos ilustram o quão erráticas eram as trajetórias. A descrição dos cotidianos de trabalho mostra como os usos da mão de obra feminina pelas empresas reproduzem e ampliam as desigualdades de gênero que atingem as representações feitas sobre o papel da mulher na sociedade e na família, com reflexos na participação diferenciada das mulheres nas

<sup>9</sup> É possível ainda arguir sobre os significados contidos nessas noções de “autonomia” e “dignidade” recorrendo à roupagem teórica do que Honneth (1995) chama de *reconhecimento*.

greves, nas assembleias e reuniões dos sindicatos, muito em razão das dificuldades de conciliar o trabalho com o cuidado dos filhos.

Com filho, mulher... mãe solteira, discriminação cruel, porque ser mãe solteira naquela época... Se hoje, ainda tem...

Tinha a tal chapinha que ficava dependurada lá [figura 2, p. 244]. E você tinha que ir no banheiro e a chapinha ficava dependurada lá e quando você ia no banheiro se a chapinha não tivesse ali, você podia fazer xixi, as necessidades ali, porque não ia, porque a chapinha não estava lá.

*E quando você ficou grávida, te demitiram ou não?*

Quando eu fiquei grávida, eu estava desempregada. Aí passei a gravidez sem trabalhar, muito sofrimento. Meus irmãos, homens, me acolheram muito. Principalmente o Afrânio, né? Me acolheu muito, eu fiquei muito desesperada, foi uma época muito difícil para mim.

*Eles [a empresa] perguntavam se a senhora tinha filhos?*

Ah, sim. Primeira pergunta. Era a primeira da entrevista. Eu não negava que tinha o meu filho. Tinha que dizer que o meu filho estava no Nordeste. Isso é uma coisa que me marcou muito e que me deixava extremamente triste. Porque eu tinha que mentir. Outra hora, eu tinha que dizer que o meu filho tava comigo, mas eu não cuidava dele; quem cuidava era o meu marido. Isso foi uma outra coisa que me entristeceu bastante. Porque senão eu não trabalhava. Senão eu não trabalhava. Ou eu dizia que estava no Nordeste com a minha mãe, ele até ficou um ano e pouco. Mas eu não consegui ficar distante dele. Eu fiquei muito mal, chorava muito. E aí ele acabou voltando. (Vanda)

*Que função que era?*

Produção. Pegava essas borracha de geladeira e colocava assim no tiner e limpava. Meu amigo, um frio, um frio. Era uma garagem

assim, o caminhão parava para carregar e você com a mão no tiner, aquilo vermelho, queimava assim. A gente tomava banho lá, saía tudo preto. Aí o dono da fábrica me chamou pra eu ir pro escritório. Se eu tinha datilografia [perguntou]. Mas aí eu já senti, assim, segundas intenções, né? Era um senhor assim, bonito, mas ele costumava transar com as meninas. Aí eu disse: eu não quero ficar não. Só que naquele tempo você passava, “precisa, precisa, precisa” [a indicar vagas de emprego]. Aí eu saí dessa fábrica e fui para uma fábrica de disco. Naquele tempo, você ter o colegial era muita coisa. A minha prima mesmo era analfabeta, mas já era líder de produção. (Carmem)

Aí a Fibam também, o chefe gritava, gritava, e era um serviço também sem equipamento de segurança e quando fazia as roscas dos parafusos aquela rebarba do parafuso voava na gente muito quente, então eu ficava cheia de cicatriz. A gente andava no meio da seção e caía muito essa rebarba, e a gente pisava, furava o pé, porque a gente não tinha um calçado de segurança, enfim, acabaram me mandando embora também, eu não era militante sindical, nem sabia o que era isso, mas já era muito briguenta, e daí fui trabalhando. Na Plastomic, uma empresa de plástico, essa daí eu fiquei dois anos e meio, dois anos e meio, antes dela eu trabalhei na Alumbra, hoje é Alumbra, que é uma empresa metalúrgica de interruptor, de tomada, esses interruptores, trabalhei menos de um ano lá, aí saí, pedi a conta e fui trabalhar na Plastomic e fiquei dois anos e meio, mesmo, mas arrumei briga lá também. Mas aí eu já era líder, me colocaram de líder sem eu ter registro, era líder de uma linha de produção e, assim, eu não aceitava que falava nada com o pessoal, só eu podia falar, quando algum outro chefe vinha falar eu entrava no meio e discutia, arrumei muita

confusão porque eu achava o seguinte: determinavam uma produção, nós atingíamos aquela produção então eu achava que o pessoal não tinha que ficar ali de cabeça baixa quietinho, eu dava a liberdade de sair, de levantar e, assim, teve muitas dessas empresas anteriores aí dessas que eu estou falando, que tinha esse negócio de chapinha. Ah! Uma das coisas que eu briguei também foi que para ir ao banheiro tinha uma chapinha do lado da mesa do chefe e ele controlava se você passasse mais de cinco minutos no banheiro, ele gritava, ele dava murro nas portas.

#### *A chapinha era com os nomes?*

Não, era uma chapinha mesmo, de ferro mesmo, era uma chapinha que eles faziam de ferro escrito “banheiro”, e tinha um buraco que tinha um araminho então só ia para o banheiro com aquela chapinha porque o chefe controlava. Ele ficava marcando, ele tinha um caderno com um papel lá que ele ia marcando, um exemplo: fulana foi no banheiro 10 horas, quando dava 10h05 ele ficava olhando se fulana não ia lá [de novo]. (Josefa)

Mais uma vez, ao contrário da quietude, o que se nota nos excertos é a presença constante de diferentes formas de contestação no dia a dia do trabalho, por certo que a militância posterior no sindicato, no registro da memória, elabora uma edição dessas narrativas de rebeldia, inflando-as. Com isso, dissociam-se tempo e espaço para produzir uma narrativa em tom triunfal, capaz de realçar uma suposta rebeldia nativa, como na passagem em que se diz: “[...] acabaram me mandando embora também, eu não era militante sindical, nem sabia o que era isso, mas já era muito briguenta” (Josefa). Mas isso não ofusca o que na época era vivido como experiência, ainda que sem a atribuição do mesmo sentido.





Figura 2 – “Chapinha”

Fonte: *Tribuna Metalúrgica*, fev. 1977.

O que nos mostra como essa memória não é um mero resquício preservado de um tempo passado, mas um componente que atua na própria construção da identidade do sujeito quando este opera escolhas em face de um repertório flexível e suscetível a diferentes representações desse registro memorial, na linha do que sugere Halbwachs (2013) e Bosi (1994). Por essa razão, não se quer aqui flagrar o descompasso entre o vivido e o narrado como amostra de inverdades, ao modo de um inquérito. Não resistimos, nesse ponto, ao que sustenta Portelli (1993) sobre a ucronia,

ou seja, é a memória que assume a forma narrativa do sonho de uma vida diferente da que foi realmente vivida, como numa espécie de acordo entre as necessidades pessoais e a vontade de expandir os ganhos limitados da sua participação no que está sendo narrado. O onírico, de outro modo, preserva o fim outro da história, indo além do factual.<sup>10</sup>

Fechada essa pequena digressão, retornamos para o tema das aquiescências e rebeldias que emergem nos relatos para agregar um achado de Negro (2009) ao mostrar como mulheres militantes, ligadas a movimentos de esquerda, foram inseridas em fábricas no ABC como operárias com o propósito de “dar consciência política” aos(as) trabalhadores(as). O que não se esperava encontrar eram operárias aparentemente sem essa suposta “consciência”, que não liam jornais, se mostravam avessas aos acontecimentos políticos, só pensavam em namoro e casamento. As militantes não compreendiam, como diz Negro (2009), que namoros estavam associados a uma sorte de “microeconomia das barganhas, seduções e desejos”, que muito importava para se conseguir um melhor posto de trabalho, a vaga em algum emprego ou uma requalificação profissional. Só se via naquelas ações aparentemente sem sentido a diluição da solidariedade operária, a denotar uma visão de mundo escatológica. Distantes, pois, da compreensão do modo nativo de se designar o que é considerado “justo” ou “injusto”, sem estar atentas ao aspecto invisível das resistências cotidianas, supostamente “espontâneas”.

A militância no sindicato revela para o neófito um repertório novo, que ele muitas vezes desconhecia, em face da nova matriz discursiva que sustentava as suas ações. O *making of* desse processo de construção como “classe” era tortuoso, tanto mais porque requeria a construção de solidariedades outras, mais além daquelas tecidas no chão de fábrica, algumas das quais se mostravam posteriormente frágeis, como veremos mais à frente.

<sup>10</sup> Em Augé (1998) há um ponto de convergência com o que afirmamos. Tudo se passa como se a história da militância dessas mulheres e, portanto, a história coletiva daquele movimento de trabalhadores só fossem possíveis, na memória, quando se desconecta da realidade e surge como ficção.

Aí fomos para casa. O Sindicato nos orientou a ir para casa, porque o Sindicato iria negociar e passar as informações pra gente. Aí três dias negociou e a gente teria que pagar os dias. Aí foi a minha revolta! Porque teve os furador de greve, sempre teve, né? Aí foi a minha revolta. Os fura-greve não desconta nada, porque tinha trabalhado. Aí eu falei pro Lula: “nunca mais eu faço greve. Pra uns trabalhar e outros não?”. E aí ele disse: “ao contrário, companheira, nunca mais você vai parar de fazer greve” [risos]. Nunca mais. Foi mesmo. Nunca mais.

*Ele falou assim para você?*

Falou. Na época ele nem tinha barba. Era só o bigodão. Ele falou: “é o contrário, você nunca mais vai parar de fazer greve, porque daqui pra frente, você vai adquirir consciência de classe”. O que será isso? Consciência de classe... Aí algumas palavras que ficavam me marcando.

*Uma era essa?*

Consciência de classe... O que será isso, hein? O que será isso? Aí quando eu ficava com uma palavra na cabeça, eu falava: eu tenho que ir para descobrir, né? Aí eu ia para as reuniões.

*Você falou mais-valia, quais outras palavrinhas?*

Mais-valia, luta de classe, consciência de classe. Eu falava: agora que eu tenho que ir para eu entender. Porque eu não entendo... O que é essas coisas? Eu fui me fiando, fui me fiando... (Vanda)

A transição entre o universo da família, do trabalho e do sindicato realçava as ambivalências aparentes entre o que constituía demandas específicas das mulheres e a luta mais geral dos trabalhadores homens, como argumenta Souza-Lobo (2011). Ademais, se os ganhos da participação na atividade sindical em termos de organização do conflito eram maiores, sobretudo pela assessoria jurídica ofertada, pelo impacto das ações para todo o setor, o cálculo envolvia também outros riscos às mulheres quando, por exemplo, as clivagens de gênero reapareciam na militância sindical.

Uma informante nos conta que a assistência social ofertada pelo sindicato a motivou a filiar-se. Sendo ela mãe solteira, a participação nas reuniões a fez compreender que a sua história se assemelhava à de outras mulheres, aproximando interesses em comum. Ela narra esse mecanismo de reconversão como uma espécie de retorno à vida. “Foi como se eu tivesse morrido e... [risos] tivesse nascido uma outra Vanda”. Essa narrativa colide com outros aspectos que repõem, no nível da atuação no sindicato, o machismo vivido nas fábricas e no ambiente familiar. Mas essa percepção vem ofuscada no registro da memória, como se diluída em conexões causais nas quais não se sabe ao certo como funcionava o dispositivo. Como quando se atribui à falta de reconhecimento o comportamento sempre questionador.

*Você nunca teve status aqui nesse sindicato?*

Aqui não. Já tive desempregada, mas nunca fui chamada. Porque eu sou assim mesmo e vou morrer assim.

*Nunca te chamaram para compor a diretoria?*

(breve pausa) Ah! Quando era para mim, quando chegava a minha vez, eu tava trabalhando em Diadema. Para mim, eu preferia tá lá. Eu gostava muito de trabalhar em Diadema [claramente desviando o questionamento]. Então, você quer que eu fale um pouco da Volks agora? (Lilia)

Em outro relato, quando conversávamos sobre a experiência de participação no I Congresso das Mulheres Metalúrgicas, nossa informante nos conta que os debates promovidos no congresso também eram do seu interesse, por tratarem de creche e do trabalho noturno das mulheres. Insistimos perguntando sobre a presença das mulheres nas reuniões do sindicato, em congressos:

Tinha muita mulher, o problema é que as mulheres eram invisível. Era como se fosse invisível. Elas não falavam nas assembleias, as mulheres estavam lá e as mulheres iam às assembleias.

Inclusive na Revescar, a gente ia um grupo grande para as assembleias. Sempre ia eu... (Vanda)

Na *Tribuna Metalúrgica*, na seção do personagem icônico “João Ferrador”,<sup>11</sup> a primeira aparição de um tema relacionado às mulheres só ocorreu em março de 1972 e, no período analisado, volta a ocorrer em dezembro de 1977; justamente o tema que será pauta do congresso, o trabalho noturno.

Notem que a coluna destaca que, a despeito da urgência em equiparar os direitos dos homens e das mulheres, “qual a mulher, por mais forte que seja, que conseguiria carregar um saco de 100 quilos na cabeça, ao longo de uma jornada que exige ritmo acelerado de trabalho?”. E prossegue dizendo que em outros trabalhos mais “maneiros” isso seria possível.

Se os relatos são fartos em evidências de como se operavam, no cotidiano, diferentes formas de opressão vivenciadas pelas mulheres, vê-se como a clivagem de gênero constituía um elemento de tensão no discurso sindical porque, como diz Souza-Lobo (2011), colocava em questão a *unidade de classe*.

Hoje eu estava comentando com uma funcionária lá embaixo essa coisa do espaço masculino, né? É muito difícil. Porque o tempo todo você tem que mostrar que você tem capacidade, que você trabalha mais. O tempo todo você tem que estar provando para eles, e era assim mesmo. Por mais que hoje eles [digam] “ah! Democracia”, “ah! A igualdade”, mas não era bem assim. A gente tinha uma certa dificuldade, tanto que sempre se questionava a participação da mulher, aí quem é que teve que puxar esse trabalho? Eu, como mulher!

<sup>11</sup> Como nos lembra Araújo e Ferreira (1998), não deixa de ser ilustrativo que o personagem seja um “joão”, homem, não havendo, mesmo anos depois, uma figura feminina.



Figura 3 – João Ferrador

Fonte: *Tribuna Metalúrgica*, dez. 1977

[...] se você pegar esse sindicato, para mim continua sendo o sindicato mais combativo, mais importante no país, continua sendo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, mas você não vê nenhuma mulher que foi presidente, vice-presidente. Aí fala: “Ah, mas não participa, não tem capacidade”. Não é verdade! Não é verdade! É que a maioria da categoria são homens, maioria da diretoria são homens, então para chegar ao ponto de ter uma mulher presidente desse sindicato vai ser difícil, não impossível. Vai ser muito difícil ainda. Então a gente o tempo todo tem que ficar

mostrando que é capaz, que tem capacidade igual ou até mais do que alguns homens, que isso ocorre não por questão de disputa, não é nada disso, é uma questão de cada um. (Josefa)

Mesmo na família, essas mulheres enfrentavam a desconfiança, a denotar que a representação simbólica tomava o sindicato como espaço para homens. É verdade que as diretorias, naquele contexto, tentaram enfrentar esse problema, mas sem comprometer a primazia da liderança masculina. As lutas das mulheres deveriam se integrar à luta dos homens. A *Tribuna Metalúrgica* de fevereiro de 1978, após a realização do congresso, deixa isso claro quando diz: “De agora em diante, como ficou expresso em suas resoluções finais, deve-se aproveitar o resultado desse trabalho inovador em termo de organização sindical, *para integrar definitivamente a mulher na luta dos homens*” (grifos nossos). Em outro trecho, fica claro o interesse em distingui-lo de um “congresso feminista”; lê-se: “as delegadas do certame, *através da sua maneira simples e ingênua de ver as coisas*, tão somente revelaram o desejo de integrar-se à luta dos homens”.

Encontramos indícios também de como esse preconceito ecoava um simbolismo presente nas famílias na medida em que estas, ao seu modo, consideravam que o sindicato não era “lugar” para mulher. Desse modo, criava-se uma relação biunívoca entre a dificuldade de inserção e o reconhecimento das demandas das mulheres no discurso sindical e, na outra ponta, a rejeição das famílias que não viam como legítima a participação delas na militância operária. Eis como isso é narrado.

Mas a mobilização teve um grande número de mulheres que participou [das principais greves], só que naquela época era muito difícil, a perseguição era muito grande, e não só da empresa, do governo, mas também da família. A família não aceitava. Eu lembro meu pai. Quantas vezes meu pai, eu chegava em casa e ele falava: “você tava naquele sindicato? Você vai arrumar suas

trouxas e você vai embora! Eu não criei mulher pra tá no meio de sindicato não, que isso não é coisa pra mulher!”. (Josefa)

É tanto que, quando eu fiquei desempregada, minha mãe falou assim: “aí, olhe, agora que você tá desempregada, vá atrás de seu sindicato”. Aí eu não era besta, mesmo quando eu tava desempregada eu ia trabalhar de babá, de garçonete, eu ia trabalhar de faxina. Não podia atrasar o aluguel... (Carmem)

Eu tinha tudo para dar errado [risos], porque meu pai ele não gostava, ele era trabalhador da construção civil e ele militou muito no sindicato, mas militante anônimo no sindicato, e ele falava assim: “não!”. A experiência que ele tinha no sindicato era péssima, da construção civil de São Paulo. Muito péssima. E quando eu disse: “olha, eu fui convidada”. Meu pai disse: “olha, eu quero ver se você ficar desempregada o sindicato vai sustentar seu filho”. E foi a primeira frase que eu ouvi quando cheguei em casa e fui demitida, ele disse: “quero ver agora quem vai dar leite para o seu filho. O sindicato vai?”. Então sempre teve um, assim, por parte do meu pai, essa coisa de não gostar porque falava assim: “Mulher no movimento sindical... ainda mais você que está andando com homens”. Até no local que eu moro até hoje o pessoal falava assim: “Ah, ela pega carona, sai com um, chega com um carro, às vezes chega tarde...”. Porque você vai para a militância é isso mesmo, eu nunca deixei meu filho, mas assim, às vezes chegava tarde e às vezes saía muito cedo, mas a minha família por parte da minha mãe e da minha avó eu tinha apoio, eu tinha apoio das mulheres da minha família. (Vera)

Não é à toa que elas lançavam mão de diferentes estratégias para se opor a um mercado de trabalho ainda mais impiedoso nos usos da mão de obra feminina. Seja via sindicato, movimentos ligados à igreja ou de bair-



ros, as entrevistas deixam entrever como essas mulheres foram conquistando o direito de reivindicar a validade das suas demandas. Dilatando, e aqui não importa se de maneira consciente ou não, as fronteiras de uma solidariedade de classe que se assumia masculina e que, para tanto, apresentava como *álibi* o perigo da fragmentação. Naquele contexto, o discurso sindical apelava para um tipo de ação coletiva ancorada em uma forma de solidariedade pouco afeita às diferenças (Cf. Hyman, 2002). É o cotidiano de trabalho que expõe, através dos relatos, esses outros domínios de *comunalidades* que alargam a consciência de distintos interesses.<sup>12</sup>

Pela mesma razão, é mais uma vez Souza-Lobo (2011) que levanta a hipótese da importância das lutas das mulheres que se davam ainda nos bairros.

Por um lado, o bairro aparece como um espaço em que se cruzam trajetórias e projetos, necessidades e vontades comuns. É muitas vezes para as donas de casa o único espaço de sociabilidade fora da família, e melhorar a vida implica para cada uma a melhoria de vida no bairro. Nesse sentido, a vida em construção nos bairros da periferia pode ser, ao mesmo tempo, a construção de um espaço privado e um espaço público: o espaço privado está configurado na casa própria, o espaço público no bairro. (Souza-Lobo, 2011, p. 179)

A referência ao bairro como “lugar” serve para diferenciá-lo da ideia de cenário, pano de fundo em que ocorrem processos sociais mais amplos. Interessa-nos, em vez disso, a maneira como ele surge no sentido substantivo, ou seja, como espacialidade que afeta as relações sociais. Os relatos mostram como a “vida operária” não se nutre apenas no cotidiano de trabalho, mas se embaralha com outros espaços onde se tece a vida.

<sup>12</sup> A proposta inicial do I Congresso da Mulher Metalúrgica era apenas debater a questão da regularização do trabalho noturno para as mulheres, tema que foi sufocado pelos relatos das opressões vividas pelas mulheres nas fábricas.

Ainda nesse registro, percebe-se como as lutas por melhores condições de trabalho operam *pari passu* com as lutas contra a carestia dos alimentos, por moradia, educação e transporte público que tinham assento em movimentos de bairros. Ainda que aparentemente amplo, o simbolismo dessas reivindicações estará presente nas matrizes discursivas dos movimentos sociais. Melhorar as condições de trabalho é, sobretudo, melhorar as condições de vida dessa parcela da população, é restituir aquilo que é devido ao trabalhador – no que Abramo (1999) viu como luta por *dignidade*. Não nos parece à toa que as matérias produzidas pela *Tribuna Metalúrgica*, no período que analisamos, evoquem sempre a questão do desafino entre a riqueza produzida pelos(as) metalúrgicos(as) e a insegurança das suas condições de vida. Mesmo o trabalho noturno das mulheres que estava em pauta no I Congresso da Mulher Metalúrgica era visto mais pelo prisma dos baixos salários recebidos pelos homens, que não lhes permitia manter a suas esposas em casa nos cuidados com os filhos, e menos como traço saliente da precariedade do trabalho das mulheres.

Ao vocalizar essa pulsão por mudanças, percebe-se como outros movimentos sociais ali presentes constituíam “novos sujeitos” (Sader, 1988) no afã de reunir os seus representados. E essa narrativa recoloca o protagonismo atribuído ao *ciclo de greves* iniciado em 1978 em outros termos à proporção que se reconhece a atuação de outros movimentos sociais na região do ABC, nomeadamente a Igreja e o Partido Comunista. No tocante à atuação da Igreja, e pelo que representou a chegada do bispo D. Jorge Marcos de Oliveira,<sup>13</sup> Souza Martins (1994) opõe resistência a uma certa leitura acidental da história que versa sobre o protagonismo do movimento operário e sindical na região do ABC, em suas palavras,

---

<sup>13</sup> Dom Jorge Marcos de Oliveira foi bispo em Santo André, em 1954. Com ele chegaram outros padres para as paróquias recém-fundadas, sobretudo franceses, e que se dispuseram a evangelizar os operários.

a de que, a partir de 1978, como que por acaso, emergiram uma classe operária organizada e um movimento de massas a partir dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. E de que foi também graças a uma decisão consciente de D. Cláudio Hummes, bispo da diocese, que a Igreja começou a se aproximar do movimento operário. (Martins, 1994, p. 25)

As práticas e os discursos produzidos pelos movimentos sociais de bairro, pela Igreja e pelo sindicato reuniam indivíduos em torno de representações simbólicas de fácil aderência junto a uma parcela da população que, naquele contexto, podia ser fraseada em torno da figura do “pobre”, criando áreas de interseção para o estabelecimento de interesses comuns. Foi por essa razão que encontramos histórias de mulheres que iniciaram sua militância em movimentos da Igreja ou de bairro.

Em um dos casos, a nossa entrevistada, de família muito religiosa, nos conta que desde cedo começou a participar desses movimentos da Igreja Católica. Havia, segundo ela, uma intenção da instituição em afastar a influência dos comunistas do sindicato.

Aí esse bispo [D. Jorge Marcos de Oliveira] veio com ideias totalmente diferentes e se juntou a alguns padres que vieram para essa turnê (sic) também, os padres operários, padres franceses operários, então veio José Mahon, veio um monte de padre, bastante padres que se instalaram nas igrejas de Santo André e alguns até que fizeram uma comunidade na Vila Palmares, São Bernardo, sabe? Várias comunidades de padres franceses que se propunham a trabalhar na fábrica e evangelizar os operários, né? Quer dizer, essa era a preocupação. Paralelamente a isso, quando a Igreja Católica tinha os movimentos sociais de JOC [Juventude Operária Católica] e JUC, Juventude Universitária [Católica]. Paralelamente a isso, também existia as associações dentro da Igreja, então era Associação Sagrado Coração de Jesus, Cruzada

Eucarística, que era para as crianças, depois as Filhas de Maria, o Apostolado da Oração, Congregados Marianos. (Elídia)

A presença de padres operários franceses que chegaram à Diocese de Santo André também aparece em outro relato.

Então, quem foi culpado? José Mahon e D. Jorge Marcos. Só que José Mahon foi pra terra dele... [tenta se lembrar e não consegue]. Mas ele que traduzia todas as coisa pra mim, pra juventude, lá no bairro.

*A senhora ficou sabendo do sindicato na igreja ou na Volks?*

Não, eu já participava aqui porque eu era de movimento popular. E eles me chamavam pra eu vim aqui, por isso que eu vim no congresso. Eu era da Associação das Donas de Casa de Santo André. Padre Jose Mahon que abriu. (Lília)

A confluência de movimentos sociais que, à sua maneira, atuavam em prol dos operários, catalisando resistências contra a ditadura militar na frente mais ampla, é tributária das lutas que se davam no cotidiano. Não raro se opoñdo à via institucional, burocratizada, das organizações constituídas. A expressão mais forte dessas resistências cotidianas é a experiência das “comissões de fábrica” (cf. Rodrigues, 1990), bem como das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas), usadas como forma de proteção dos trabalhadores contra a demissão para os que militavam, ou ainda do Fundo de Greve. As mulheres atuavam também por essas vias. Foi assim que Josefa, após seguidas demissões das fábricas em que trabalhou, tenta se tornar “cipeira” como forma de se proteger das perseguições.

Em 1982 eu fui trabalhar na firma que se chama Inca, indústria de cabos de comando que faz para carros. Só que como eu já era muito conhecida eu tive que tomar maior cuidado, chegar lá quietinha, mansinha, porque se eles descobrissem que eu era

ligada ao sindicato eu era mandada embora. Aí com cinco, seis meses descobriram... Aí iam me mandar embora, por sorte mandaram o chefe primeiro. Aí o que eu fiz? Entrei na Cipa.

O mesmo ocorre com outra entrevistada:

Então, eu entrei na Cipa. Começamos a organizar a Cipa e eles ficaram indignados. Queriam saber quem havia ido atrás do Sindicato. Mas foi o Sindicato que foi lá falar que a empresa tinha que ter Cipa. E eu entrei na Cipa, fui eleita...

*Não podia ser demitida.*

É, não podia ser demitida. Aí foi que o pau comeu (sic). E aí pronto. Aí que eu vou pra cima. Agora que eu tenho estabilidade, eu vou pra cima. E eu fui pra cima, comecei a fazer uns cursos, comecei a fazer uns cursos de cipeiros, para saber direito qual era o papel do cipeiro. (Vanda)

Em outro caso, após a experiência bem-sucedida de uma greve organizada pelos próprios trabalhadores, a nossa entrevistada é incentivada pelo sindicato a criar uma comissão de fábrica.

E aí nessa fábrica que eu trabalhava, que se chamava Filtros Nasa, nós tivemos a comissão de fábrica. Tanto é que eles falam assim: “a primeira foi a da Ford, a segunda foi a nossa comissão, depois veio a da Volks, e tal”. Mas da autopeças foi nossa. E o que era engraçado é que nós tínhamos uma comissão de fábrica composta de oito membros e três dessas pessoas eram mulheres, e os cinco eram homens. E foi assim que eu comecei minha militância, indo para o sindicato. E aí fui e me inscrevi nessa comissão de fábrica. Eu não sabia realmente o que era, mas eu fui eleita na comissão de fábrica. Só que nós sofremos muita represália, porque a fábrica, até para você ir ao banheiro, era controlado naquele tempo, através de chapinha, as mulheres tinham, davam absorventes,

mas você tinha que controlar, porque eles sabiam quando você estava grávida ou não porque você não pedia o absorvente, não podia entrar com várias coisas. [...] Eu fui eleita lá na comissão de fábrica, com dois anos, dois anos não, em 81 a greve, isso, dois anos passados da greve, em 83, março de 83, nós fomos demitidos. Todos os componentes da comissão de fábrica. (Vera)

Perseguições e arbitrariedades cometidas são indícios de como as empresas se recusavam a reconhecer no trabalhador e, por conseguinte, nas suas formas de representação coletiva, um interlocutor legítimo. As comissões de fábrica, em si mesmas, apresentavam certa ambiguidade no que tange à relação com o sindicato ao tencionar uma autonomia própria no papel de intermediário das reivindicações dos trabalhadores no chão de fábrica, como reconhecem Maroni (1982) e Rodrigues (1990).

Como vimos, a participação das mulheres nas lutas significava romper com clivagens internas ao movimento operário cujas demandas eram sempre fraseadas no masculino. Além dos preconceitos, pesava também a ameaça do desamparo, sempre à espreita, e que expunha a situação-limite da vivência do desemprego e das perseguições. Aqui, os laços de solidariedade eram postos à prova. O mais das vezes a família surge como amparo nesses momentos. Foi assim que, após a greve dos quarenta e um dias, em 1980, e tendo sido demitida, a nossa informante nos conta:

Eu sei que eu fiquei desempregada quase um ano, eu fiquei procurando emprego, um sofrimento grande, ao ponto de sentar na rua e quase desmaiar de fome porque não tinha um centavo para comer, de passar mal, de pedir água nos lugares porque a fome era grande e a gente andava muito, eu e uma prima, e às vezes eu não conseguia chegar, não aguentava chegar em casa e parava na casa dessa prima e ela também não tinha muita coisa, eu comia arroz puro. Não tinha nada para comer, comia arroz puro só para eu conseguir andar para chegar até em casa. Aí depois não tinha

mais jeito, acabei, não consegui arrumar em metalúrgica. Depois é que a gente foi descobrir que é por conta da própria perseguição, nosso nome estava na, na época nós falávamos lista negra, né? (Josefa)

Na recorrência do desemprego era a casa dos pais que a amparava.

*E nesse tempo que você ficou desempregada como é que você... que meio de sobrevivência...*

Não tinha, ficava dependendo do meu pai. Às vezes fazia algum bico assim, de ir pra casa de família, trabalhar um mês pra arrumar uns trocadinhos. Mas fiquei sem nada, nada. Porque meu pai nunca ganhou o suficiente pra nos manter com roupa... Essas coisas. Era só o básico, que era comida. Foram períodos, assim, muito difícil. (Josefa)

Em outra passagem:

Teve firma que eu fiz greve que eu fui vender roupa na porta. Eu tive que fazer bico. Eu com três filhos pequeno. É uma coisa que me marcou muito. É, meus filhos pediam [bastante emocionada] danone e eu não tinha [aos prantos]. Os companheiros nunca foram me procurar para perguntar se eu precisava de alguma coisa. Aquilo me machucou muito. Fez com que eu parasse tudo. E eu que sempre foi minha vida, o sindicato, eu perdi a vontade de tudo. Porque enquanto é a gente, você vai levando. Tinha companheiro que passava lá de carro, às vezes eu tava lá chorando na janela. Longe, afastado, que eu fui morar num lugar bem afastado. Passavam de carro, buzonavam, gritavam: “Oi, neguinha, tudo bem?”. E às vezes eu tava chorando, eles não paravam para perguntar, só gritavam lá do carro. Então, foi uma coisa que me marcou muito. (Josefa)

Vivido como um drama pessoal, o desemprego ameaçava a manutenção dos laços de solidariedade tecidos na militância. Mas aqui nos deparamos com formas criativas de recomposição das redes de apoio, a exemplo do Fundo de Greve, do apoio da Igreja, de grupos de mulheres, deixando em relevo essas ambiguidades.

*Voltando à época do fundo greve. A senhora chegou a participar bastante?*

Muito. No fundo de greve, como era pertinho da matriz, eu ia ajudar na hora do almoço a empacotar, separar roupa, separar mantimento... E nesse fundo de greve foi onde eu entrei na luta. Que era pra fazer reunião, fazer protesto, deitar no meio da rua pra protestar. Na Prestes Maia, a gente deitava no meio da rua.  
(Lenalda)

Vê-se como o registro dessas memórias clama por reconhecimento. Na memória dessas mulheres, narrar aqueles acontecimentos é ainda uma operação de resistência e é nessa chave que tentaremos, na última parte, atar alguns pontos levantados ao longo do texto.

## **A persistência das questões de gênero**

Passados trinta e dois anos, em 25 de março de 2010, ocorreu o II Congresso da Mulher Metalúrgica, cujo tema foi “Construindo a igualdade entre homens e mulheres”. O lapso de tempo entre a ocorrência dos dois eventos é indício de como persistem clivagens de gênero no interior do movimento operário, malgrado os avanços para superá-las. O tom de denúncia que assumem as reivindicações das mulheres que entrevistamos quando se referem à preservação da memória das lutas, com o legado, é, talvez, um modo de reivindicar para si o papel de guardiãs dessa história e, ao fazê-lo, inserir-se como protagonistas, podendo ser lido, por conseguinte, como um dispositivo de resistência – o que explica a insistência para que algumas entrevistas ocorressem na sede do sindicato, lugar de visibilidade.



Hoje sabemos que a mercantilização do trabalho feminino no Brasil, sobretudo a partir da década de 1970, ocorreu sob os auspícios de uma inserção ocupacional distinta em relação ao sexo e que fez uso de artifícios que reforçavam o papel diferencial atribuído às mulheres em nossa cultura (Guimarães, 2001; Guimarães, Brito e Barone, 2016). No contexto do parque automotivo da região do ABC Paulista, a categoria englobante “trabalhador” ou “peão” fazia sombra às peculiaridades de práticas de gestão da mão de obra que, no cotidiano, mostravam modos de exploração que atingiam desigualmente os sexos. Também a militância nos sindicatos tardou em incorporar, ou tratou como questão de menor valor, a exploração do trabalho das mulheres. A percepção da experiência forjada nesse contexto, revisitada através da memória, evidencia o quanto aquela vivência marcou a vida dessas mulheres.

Entre nós, poucos foram os que, naquele momento, se fizeram sensíveis para ajustar as ferramentas analíticas ousando desenvolver novas abordagens para flagrar o que se convencionou chamar de divisão sexual do trabalho. Deve-se pagar tributo à valiosa contribuição de Saffioti (1970) e Blay (1978), pioneiras no trato da condição feminina e do trabalho das mulheres em sua especificidade. O avanço dessa abordagem e o refinamento teórico-metodológico tiveram lugar nos trabalhos de Souza-Lobo (2011) a partir dos anos 1980, momento em que a autora não apenas correlacionou as categorias – homens e mulheres – como também demonstrou com veemência a maneira pela qual a dimensão da esfera privada e o lugar que as mulheres ocupavam na sociedade brasileira invadiam a esfera pública e o espaço fabril, reforçando preconceitos. Ao esmiuçar as alegações das empresas para o uso diferenciado do trabalho feminino, que se traduzia em menores salários, maior vulnerabilidade, ocupações insalubres, entre outros elementos, Souza-Lobo (2011) põe a nu as artimanhas de um discurso ambíguo que expunha as mulheres a uma brutal exploração do trabalho.

Ainda na década de 1980, essa hipótese foi capaz de aninhar uma acalorada agenda de pesquisa para o estudo das famílias operárias, uma forma de compreender como representações e práticas que constituem a experiência vivida no âmbito doméstico podem ecoar, internalizando no contexto laboral significados extratrabalho, cabendo mencionar estudos como os de Hirata e Humphrey (1992), Paoli (1992) e Telles (1992). Emergem daí também, com força, estudos sobre o cotidiano do trabalho para mostrar não apenas o aspecto visível da exploração mas sobretudo o liame invisível das resistências miúdas, tecidas muitas vezes à revelia do que pregavam as cartilhas dos sindicatos (Maroni, 1982; Abramo, 1999; Cappelin, 1994; Humphrey, 1983).

Nos relatos, podemos perceber que existem disputas pelo protagonismo dos significados atribuídos às greves e a seu ineditismo. A propósito, essa disputa sobre narrativas deixa entrever tensões entre os movimentos de esquerda que tinham como palco a região do ABC Paulista. Desse modo, seja pelo braço da Igreja Católica e sua atuação através da pastoral operária, de movimentos sociais de bairro ou mesmo de partidos de esquerda, tais como o PCB, a região se transformou em um epicentro de manifestações que desafiavam os rigores da ditadura militar. Não custa lembrar, e em consonância com o que diz uma de nossas entrevistadas, que o PCB tinha uma forte atuação na região do ABC, tendo a Igreja como outro ator disputando as “almas” e a consciência, dos operários (Cf. Martins, 1994).

A invisibilidade das mulheres, as humilhações vividas no cotidiano do trabalho, com os exemplos que vimos nas entrevistas, não devem ser lidas apenas como formas de dominação, porque elas supõem sempre a existência do seu contraponto, ou seja, as práticas de resistência. Quando dissolvemos as premissas da “solidariedade operária” construídas pelo discurso sindical, como aparece nos ensinamentos de Lula para a nossa entrevistada, o que vemos são formas moleculares de sociabilidade que dão amparo às estratégias para se conseguir emprego ou às pequenas desobe-

diências nos locais de trabalho, bem como ao auxílio nos momentos em que o desemprego bate à porta; eis que emerge a família, o bairro, a igreja, catalisadores de uma sorte de economia moral que nem sempre caminha de mãos dadas com a mensagem emancipatória da narrativa sindical. Daí porque temos sempre um elemento de tensão, nas histórias que ouvimos, entre aderir aos apelos da classe ou lutar pela sobrevivência.

Da sombra à luz, as histórias contadas revelam as disputas entre diferentes narrativas, sendo a invisibilidade das mulheres vivida como um drama que se desdobra até os dias atuais, mas igualmente transparecem a luta cotidiana e a participação das mulheres no chão de fábrica, nas atividades do sindicato e na reivindicação de estarem em cargos de direção sindical, dando provas de que as disputas para ressignificar a participação das mulheres naqueles acontecimentos sempre estiveram presentes.

O ineditismo e a forte resistência que encontramos em ouvi-las é um dado de campo suficiente para a necessidade de maiores investimentos de pesquisa nessa chave. Certamente são possíveis outros recortes a partir do material que já colhemos, e os resultados que apresentamos nesse texto esboçam uma hipótese de trabalho com a qual iremos nos ocupar nos próximos artigos.

## Referências bibliográficas

ABRAMO, Laís. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

ARAÚJO, A. M. C.; FERREIRA, V. C. Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 10/11, p. 55-81, 1998. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39277>. Acesso: em 20 out. 2018.

AUGÉ, M. *A guerra dos sonhos*. Tradução de Maria Lúcia Pereira. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1998.

BLAY, E. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Ática, 1978.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Éditions Gallimard, 1991. (Edição brasileira: *A justificação: sobre as economias da grandeza*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020 – no prelo.)

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAPPELLIN, P. Viver o sindicalismo no feminino. *Estudos Feministas*, Florianópolis, p. 271-290, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16110/14824>. Acesso em: 29 jan. 2017.

FRENCH, J. D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1995.

GUIMARÃES, N. A. Laboriosas mas redundantes: gênero e mobilidade no trabalho no Brasil dos 90. *Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 82-102, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100005>. Acesso em: 22 abr. 2017.

GUIMARÃES, N. A.; BRITO, M. M. A. de; BARONE, L. S. Mercantilização no feminino: a visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 90, p. 17-38, 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.17666/319017-38/2016>. Acesso em: 5 jul. 2017.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HARAWAY, D. Situated knowledges: the sciences question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/3178066?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/3178066?seq=1#page_scan_tab_contents). acesso em: 9 jan. 2017.

HARDING, S. *Whose science, whose knowledge? Thinking from women's lives*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1991.

HIRATA, H.; HUMPHREY, J. Estruturas familiares e sistema produtivo: famílias operárias na crise. *Tempo Social*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 53-93, 1992. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/ts.v4i1/2.84917>. Acesso em: 2 out. 2018.

HONNETH, A. *Struggle for recognition: the moral grammar of social conflicts*. Cambridge: The MIT Press, 1995.

HUMPHREY, J. Sindicato: um mundo masculino. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 47-52, 1983. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-05/>. Acesso em: 7 set. 2018.

- HYMAN, R. Where does solidarity end? *Transit-Europäische Revue*, n. 24, p. 1-7, 2002. Disponível em: <http://www.iwm.at/transit/transit-online/where-does-solidarity-end/>. Acesso em: 26 jul; 2018.
- LOPES, J. B. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.
- MARONI, Amnérís. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio de 1978*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARTINS, H. H. T. de Souza. *Igreja e movimento operário no ABC 1954-1975*. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994.
- MENEZES, M. A. *Da Paraíba para São Paulo e de São Paulo para a Paraíba: migração, família e reprodução da força de trabalho*. 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 1985.
- NEGRO, A. L. Servir ao povo de todo o coração: mulheres militantes e mulheres operárias no ABC na década de 1970. In: SANTOS, C. M.; Teles, E.; TELES, J. de A. (Orgs.). *Desarquivando a ditadura*. São Paulo: Hucitec, 2009. v. 1, p. 84-109.
- PAOLI, M. C. A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 17-41, 1992. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/ts.v4i1/2.84908>. Acesso em: 8 out. 2017.
- PORTELLI, A. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, v. 10, n. 41-58, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12103>. Acesso em: 29 out. 2018.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Fase, 1990.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.
- TELLES, V. da S. A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. *Tempo Social*, v. 4, n. 1-2, p. 53-93, 1992. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/ts.v4i1/2.84911>. Acesso em: 6 maio 2017.

THIBES, M. Z.; MENEZES, M. A. de; SANTOS JUNIOR, J. Narrativas assimétricas: gênero, família e trabalho no ABC Paulista. *Sociologia & Antropologia*, v. 8, n. 2, p. 519-541, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752017v8n2>. Acesso em: 18 out. 2018.

### *Jornal*

Tribuna Metalúrgica. Disponível em: [smabc.org.br/smabc/tribunas.asp](http://smabc.org.br/smabc/tribunas.asp). Acesso em: 6 maio 2017.

# Memória, gênero e honra no Nordeste canavieiro

## entre as lutas do passado e os desafios do presente

Valéria Costa Aldeci de Oliveira<sup>1</sup> e Bárbara Maria Costa e Silva<sup>2</sup>

*A força do movimento trouxe luz pra nossa estrada, mostrou a nova cartilha, deixou a mulher preparada, que a luta do dia a dia, sem luta não vale nada. A mulher hoje é prendada, tem um viver diferente, tem mais força pra lutar, para ser independente, e dizer pro mundo inteiro: saiba que mulher é gente. A mulher independente dá mais futuro à nação e liberta como a lua, brilhando na amplidão. É a paz que a gente tem, sossego pro coração. Vivemos em escravidão no viver com preconceitos, muita gente oprimindo, sempre botando defeitos, mas se hoje a mulherada batalha por seus direitos. Lutar por nossos direitos é isso que a gente quer, batalhar pra encontrar, vindo de onde vier. É um direito da pátria, é direito da mulher.*

Soledade, Alagoa Grande

Este texto é o resultado de uma pesquisa de campo ligada à memória das lideranças rurais sobre as lutas e greves ocorridas nos territórios de Pernambuco e Paraíba, mais particularmente em alguns municípios da

---

<sup>1</sup> Valéria Costa Aldeci de Oliveira é Professora Adjunta do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), doutora em Sociologia pela UFPB e pesquisadora do Laboratório de Estudos em Políticas Públicas e Trabalho do Programa de Pós-graduação em Sociologia (LAEPT/PPG).

<sup>2</sup> Bárbara Maria Costa e Silva é graduada em História pela UFPB, bolsista da pesquisa Memórias Canavieiras.

Zona da Mata Norte de Pernambuco, Itambé e Goiana, e no município de Alagoa Grande, na Paraíba.

São analisadas as lutas por equidade de gênero no campo na Paraíba, desde as ligas camponesas, com Elisabeth Teixeira, após a morte de seu companheiro Pedro Teixeira, quando se tornou uma importante líder sindical. Ressaltamos também a expressividade política de Margarida Maria Alves, liderança assassinada nos anos 1980 em Alagoa Grande, na Paraíba. Além desses dois ícones na luta dos/as trabalhadores/as rurais do Nordeste, destacamos ainda Penha e Soledade, que foram igualmente lideranças do sindicato de Alagoa Grande. Em Pernambuco, destacamos a atuação das líderes atuantes no sindicalismo por meio tanto de entrevistas realizadas quanto de pesquisa bibliográfica, e principalmente de depoimentos tomados em um seminário realizado pela equipe da pesquisa “Memórias Canavieiras em Carpina/PE”, em abril de 2019, além das falas públicas, registradas na pesquisa, por ocasião do Congresso da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (Fetape), ocorrido em junho de 2018, a exemplo da fala de Cícera, sua primeira mulher presidente.

Para a realização da pesquisa, a escolha das entrevistadas se deu pelo critério das experiências nas lutas no campo, seja por meio das ligas camponesas e do sindicalismo rural, seja por meio dos movimentos sociais de mulheres rurais. Foram realizadas entrevistas individuais em profundidade e entrevistas coletivas na Paraíba, município de Alagoa Grande, e em Pernambuco (Goiana e Itambé), no intuito de reconstituir a memória das lutas por equidade de gênero, por participação política e por melhores condições de vida e trabalho na Zona da Mata canavieira do Nordeste brasileiro, região marcada pela exploração acentuada do trabalho, pelo latifúndio e pela ausência dos direitos trabalhistas que imprimiram nessa região os sinais de desigualdade – os quais perduram, de certo modo, até o tempo presente, apesar das conquistas relatadas.



Quanto aos fundamentos teóricos da pesquisa, foram considerados os estudos de Pollak (1992), no que se refere ao tema da memória, pois para esse autor o que estrutura a reconstituição da memória são as preocupações do presente. Considerando-se que a memória é um fenômeno construído, podemos observar, nas entrevistas realizadas, que a reconstrução da memória política está intimamente vinculada à constituição de identidades, do sentimento de pertencimento a um grupo ou a um território, bem como à maneira como os indivíduos e grupos querem ser percebidos pelos outros e pela sociedade. Desse modo, a memória política de um grupo diz respeito a uma coerência que o faz existir e ser reconhecido socialmente (cf. Pollak, 1992, p. 5-7).

Por outro lado, sabe-se que a memória e a identidade dos grupos sociais são fonte de conflitos e de disputas entre as classes sociais distintas, entre dominantes e dominados, mas também no interior dos grupos e subgrupos considerados homogêneos, a exemplo das trabalhadoras do campo.

Nas análises realizadas, procuramos fugir do que Pollak chama de “enquadramento da memória” (Pollak, 1992, p. 7), mesmo considerando que há um preço e um risco a serem pagos quando se revisita a memória dos grupos, uma vez que se reconhece que há certa constância analítica na interpretação dos fatos, o que resulta no fortalecimento das identidades coletivas.

Importa observar que, ao utilizarmos o recurso da memória, não pretendemos seguir rigidamente uma cronologia dos fatos, considerando-se que toda memória é seletiva e nem tudo fica nela registrado. Como afirma Pollak, “é perfeitamente possível que a memória seja transmitida pela socialização política, acontecimentos regionais traumatizantes podem ser priorizados em detrimento de uma ordem rígida e cronológica” (Pollak, 1992, p. 2). Assim, as narrativas são reconstituídas sem uma cronologia rígida. Estabelecemos a estratégia de deduzir, a partir das idades das entrevistadas e dos seus filhos, a aproximação com os fatos históricos discutidos na literatura (greves e outros acontecimentos marcantes) e uma

aproximação entre os fatos relatados e os tempos históricos, situando-os nas diferentes décadas desde os anos 1950 até os anos 2000.

Retomamos o contexto das lutas por direitos no campo sob a perspectiva das relações sociais de gênero, tendo como eixo a noção de *honra*, inspirada pelos estudos de Pitt-Rivers (1973) e Fonseca (2000), na etnografia das relações de gênero e da violência em grupos populares de Porto Alegre; de Cioccarri (2010), sobre os trabalhadores nas minas; e de Rohden (2006), sobre a pertinência da honra como uma categoria explicativa. Entende-se a honra, do ponto de vista individual, como sendo o valor de uma pessoa aos seus próprios olhos, mas também aos olhos da sociedade. Os grupos sociais têm uma honra coletiva relacionada à honra de cada membro. A conduta desonrosa de alguém se reflete na honra de todos, pois cada indivíduo participa da honra de todo o grupo (Rohden, 2006).

Dessa forma, a ideia de honra é adotada “como recurso heurístico, não como um conceito único e constante, mas de modo flexível e crítico, levando em conta os interesses variados e conflitantes dos grupos rivais” [...] “honra não como regras de conduta que garantem a organização da sociedade, mas como uma estrutura de premissas conflitantes a partir da qual a luta por domínio tem lugar” [...] “cada classe ou grupo instituiria sua própria honra” [...] “A honra também tem uma função mediadora em promover a ligação entre o passado e o presente em uma sociedade”. (Perestiany e Pitt-Rivers, 1992 *apud* Rohden, 2006, p. 4)

No caso da Zona da Mata do Nordeste, a noção de honra se expressa entre os dominantes e entre os dominados. Para os usineiros, a honra está no orgulho, no prestígio de mandar e de ser obedecido e temido pela violência. Os bens materiais, a terra a perder de vista, não trazem somente a riqueza, mas também prestígio e consideração entre os seus conterrâneos. Do ponto de vista das trabalhadoras, militantes rurais, a honra se expressa

na intransigência de se manter a dignidade, de não passar fome e de ter seus direitos de cidadãos garantidos com heroísmo, valentia, em resistir e enfrentar a violência dos patrões, embora nem sempre ocorra dessa maneira. A honra dos dominados por vezes revela-se na reciprocidade.

A honra é percebida como a tentativa de estabelecer supremacia sobre o outro através do desafio ou outras formas semelhantes. A obediência a alguém não é entendida como humilhante mas pensada em termos de uma lógica da reciprocidade [...] Cada classe ou grupo instituiria sua própria honra e avaliar-se-ia e aos outros nestes termos. (Rohden, 2006, p. 104)

Assim, procuramos entender as relações sociais na Zona da Mata, onde as questões do interesse material somam-se às questões subjetivas relacionadas à honra, tornando-a uma região sangrenta, explosiva de lutas e reações desproporcionais e bárbaras por parte da elite agrária ali estabelecida.

Essa noção de honra, do ponto de vista dos patrões, dos usineiros, tem um ponto de vista androcêntrico, da virilidade masculina, da dominação masculina inscrita nas estruturas inconscientes da sociedade, produzindo uma dominação simbólica e objetiva. Como afirma Bourdieu:

A virilidade, em seu aspecto ético mesmo, isto é, enquanto quiddidade do vir, *virtus*, questão de honra (*nif*),<sup>3</sup> princípio da conservação e do aumento da honra, mantém-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual [...]. (Bourdieu, 2002, p. 10)

Para a análise das relações sociais de gênero, no contexto da Zona da Mata canavieira, tomamos outra noção de Bourdieu (2002), da dominação masculina e também da honra, realizando uma socioanálise tanto

---

<sup>3</sup> Nif: ponto de honra, para Bourdieu.

dos dominadores explícitos, violentos, que expressam por meio da força física as opressões de classe e gênero, a exemplo das práticas de repressão adotadas pelos usineiros, assim como da dominação androcêntrica que se expressa, na própria classe trabalhadora, por meio da violência simbólica, da violência suave, invisível, imperceptível às suas próprias vítimas, como no interior, por exemplo, do movimento sindical.

Por fim, para contemplar as questões referidas acima, a estrutura do presente trabalho é organizada da seguinte forma: a primeira parte é destinada a uma breve contextualização da Zona da Mata nordestina por meio da memória das entrevistadas: das ligas camponesas ao acordo do campo, passando pela ditadura militar, até a retomada das greves nos anos 1979/1980.

Em seguida, traçamos os fios narrativos das trabalhadoras rurais da Paraíba, mais particularmente da cidade de Alagoa Grande, no brejo paraibano, reconstituindo as memórias das lutas naquele território e a análise da noção de honra e da dominação masculina, constituindo o universo simbólico da Zona da Mata do Nordeste, o que, articulado a um contexto mais amplo de estruturais desigualdades de um capitalismo periférico, confere possibilidades de historicizar as desigualdades de classe e gênero persistentes naquela região.

Ao final, apresentamos as memórias das lutas por equidade de gênero em Pernambuco, em um universo majoritariamente androcêntrico que permeia também o campo do sindicalismo. Observa-se como ocorreram as conquistas no processo das lutas e nas greves no sindicalismo, nos movimentos sociais, e a contínua busca por equidade de gênero pelas trabalhadoras rurais de Pernambuco.

Quadro 1 – Resumo do perfil das entrevistadas na pesquisa

Entrevistada	Local	Experiência no sindicato
Luzia	Alagoa Grande/PB	Presidente do Movimento de Mulher Trabalhadora do Brejo (MMT)
Maria de Fátima	Alagoa Grande/PB	Vice-presidente do MMT e uma das coordenadoras, junto com Nice, do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA)
Soledade	Alagoa Grande/PB	Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Alagoa Grande e cantadora de viola
Valdenice	Alagoa Grande/PB	Filha de Penha, que foi líder sindical nos anos 1980. Participa como coordenadora do Movimento de Mulheres e foi candidata a vereadora pelo PT
Maria Lourenço	Alagoa Grande/PB	Militante do STR de Alagoa Grande e sobrinha de Margarida Maria Alves
Taciana	Alagoa Grande/PB	Filha de Nei e Neta de Penha Estudante de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Valdinei	Alagoa Grande/PB	Militante do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), filha de Penha e mãe de Taciana
Marinete	Itambé/PE	Militante do Movimento de Evangelização Rural (MER) em Pernambuco, tendo participado das greves de Goiana e Itambé nos anos 1980
Geogina	PE	Ex-assessora da Fetape e militante do movimento de mulheres do sindicalismo de Pernambuco
Cícera	PE	Atual presidente da Fetape

## **Breve retomada das lutas da Zona da Mata do Nordeste: dos anos 1950 aos 1980**

O grande latifúndio, a exploração do trabalho e a pouca diversificação de outras culturas agrícolas permanecem como traços característicos da Zona da Mata canavieira. Porém é importante frisar que a monocultura da cana-de-açúcar não foi uma destinação, ela foi uma opção, baseada em interesses externos que, ao explorar o solo fértil do massapé encontrado nas terras nordestinas, criou a maior contradição dessa parte da região Nordeste: promover a fome em terras férteis.

Quanto às origens das relações de trabalho na Zona da Mata do Nordeste, pode-se afirmar a sua relação visceral com a empresa agrária e mercantil, a escravidão e o controle das grandes extensões territoriais, o que resultou em uma concentração de renda na região e uma rígida estratificação em classes (cf. Prado-Junior, 2011).

A condição de morador se tornou corriqueira nas relações de trabalho nessa região após a abolição da escravatura no Brasil. O trabalhador morava no grande latifúndio, produzia para sua subsistência e trabalhava na grande propriedade, recebendo por esse trabalho uma ínfima quantia ou, por vezes, não recebendo nada pelo trabalho desenvolvido. Segundo Garcia Júnior, “ser morador ou tornar-se morador significava se ligar ao senhor do domínio de uma maneira específica, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente” (Garcia Júnior, 1989, p. 38).

O morador trabalhava para o senhor os cinco dias da semana, recebendo quantia inferior ao trabalhador não morador, e destinava um ou dois dias para o cultivo de seu roçado próprio, com a prévia autorização do dono da terra. As trocas de favores eram estabelecidas pelo senhor e as dívidas morais ligavam as classes sociais numa relação de subordinação e de esperança por novas recompensas.

Nesse sistema de patronagem, percebe-se a honra é como uma tentativa de estabelecer a supremacia de um sobre o outro e a obediência não

é vista necessariamente como humilhante, mas pensada numa lógica de reciprocidade, através de laços de compadrio em que a proteção faz parte de uma lógica em que o protetor tem seu prestígio aumentado conforme o número de protegidos ele tenha (Perestiany e Pitt-Rivers *apud* Rohden, 2006, p. 7).

A tradição honrada do Nordeste brasileiro tem suas raízes nas sociedades iberoamericanas. Segundo Dória, “esses descendentes de velhos troncos familiares apegavam-se a seus pedaços de terra, às glórias ancestrais, à defesa de um nome honrado” (Dória, 1998, p. 2).

Contudo, a região Nordeste, especificamente nos estados de Pernambuco e Paraíba, ao longo das décadas de 1950 e 1960, passou por transformações bastante profundas nas relações entre capital e trabalho, no meio rural. As resistências e lutas contra a exploração do trabalho nesse contexto revelam maior visibilidade e potência a partir da organização das Ligas Camponesas no engenho Galiléia, em 1954, no município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. Contando com o suporte do advogado Francisco Julião, o movimento obteve vitória com a desapropriação do engenho em 1959, o que trouxe esperança para o reconhecimento dos direitos das populações trabalhadoras do campo. As Ligas Camponesas se converteram, a partir de então, em um importante marco para as mobilizações que se seguiriam. Simultaneamente, teve início a organização de sindicatos de trabalhadores rurais, os quais passaram a ter uma atuação bastante forte principalmente a partir da década de 1960, tendo como marco histórico a fundação do primeiro sindicato do estado de Pernambuco, em 1954, no município de Barreiros. Contudo, foi com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, que se evidenciou a generalização da sindicalização dos trabalhadores rurais.

No início da década de 1960, a Igreja Católica também buscou se mobilizar junto aos trabalhadores rurais, por meio de organizações importantes como o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (Sorpe),

fundado em 1961. Muitos trabalhadores passaram a se filiar aos sindicatos que cresciam em quantidade e atuação até o ano de 1964, quando passa a haver uma forte repressão após o golpe militar. Uma variação desse tipo de organização fundada por setores da Igreja, no mesmo período, foi o Movimento de Evangelização Rural (MER), que anos mais tarde vai ser renomeado para Corrente de Trabalhadores Independentes (CTI), que começou seu trabalho de organização dos trabalhadores rurais com base na evangelização. A entrevistada Marinete Pereira dos Santos nos conta que sua trajetória de iniciação no movimento do campo foi através do MER, seguindo os passos de sua mãe, que começou a participar da luta sindical na década de 1960:

Minha mãe também participou do sindicato dos trabalhadores rurais, foi delegada sindical por muitos anos, né? Então ela exercia tudo isso né? De um pouco de tudo isso. E depois na igreja ela conheceu o “Encontro de Irmãos”, que antes já era parte do MER, né? E que já se estendeu em Orobó e fazia reuniões nas comunidades rurais, né? Onde se discutia na época o Evangelho, ligando com o povo, com os problemas do povo, dos trabalhadores, com as questões da terra [...] A questão da exploração, né? Nessa época era MER que ela participava. Agora, a gente não sabia né? Pra nós mesmo, nós não sabia, achamos que era apenas um, também uma, uma atividade simplesmente da Igreja Católica, mas que era o nome “Encontro de Irmãos”, que começou em Recife e a partir de dom Helder Câmara foi se instalando pra essas comunidades, né? Através de outros companheiros também, que já participavam de lá, dessas reuniões. (Marinete Pereira dos Santos, Militante do MER em Itambé/PE, 7 de agosto de 2018)

Assim como Marinete e sua mãe, muitos trabalhadores têm sua iniciação no movimento sindical e do campo através da ação da Igreja Católica,



que, competindo forças com as Ligas Camponesas, passa a impulsionar o crescimento e a atuação dos sindicatos.

Na Zona da Mata nordestina e, sobretudo, no Sertão, a Igreja Católica desempenhou um importante papel na manipulação e publicidade da honra (cf. Dória, 1994), embora não fosse o único veículo institucional a reproduzir os valores do que se constitui, honra e vergonha, sua antítese, no cenário das lutas rurais nordestinas. Crer na obediência cega dos dominados aos domínios institucionais (Igreja, Estado) é negar as possibilidades de criação e resistência autônomas que emergem da sociabilidade do povo, insubmissão que se revela na experiência de penúria material, por exemplo. Esse sentimento de que as relações sociais de exploração ultrapassam seu ponto de honra pode caminhar junto com os meios institucionais (igrejas, partidos), mas não está necessariamente vinculado às instituições, de modo indissociável, porque em dado momento, se os representantes da Igreja Católica, por exemplo, não apoiam as lutas, os rebelados se afastam e se constituem autonomamente. Desse modo, o sentimento de honra perpassa o âmbito religioso, mas pode ser desgarrado dele, estabelecendo-se livremente.

Porém, é inegável que a honra nordestina – entendida não de modo fixo, mas transformada em diversos contextos históricos – tem sido estreitamente vinculada aos valores reproduzidos no âmbito religioso: a proteção à família, a pureza sexual das donzelas, o valor do trabalho honrado, a terra como algo sagrado, dom de Deus, o recato das viúvas e das mulheres casadas (cf. Barros, 1998).

Nos anos 1970 e 1980, quando a Igreja Católica, apoiada na teologia da libertação, entende que a terra/propriedade era um bem de todos, que a luta pela reforma agrária passa a ser a luta pela liberdade da pessoa humana, que os pobres são sujeitos da sua libertação econômica, social, política e religiosa, as comunidades eclesiais de base (CEBs) multiplicam-se por todo o país (cf. Coelho, 2012).

A força dos sindicatos com a Igreja e a força das ligas camponesas fizeram aflorar o movimento camponês no Nordeste na primeira metade

da década de 1960. Aliado a isso, importa lembrar a atuação do governo de Miguel Arraes de Alencar em Pernambuco (1962-1964), eleito pela Frente do Recife, uma composição de centro-esquerda que se pautou prioritariamente pela busca da melhoria das condições de vida e trabalho da população rural. Durante seu governo, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), criado em 1963, pôde ser efetivamente aplicado, concretizando mais um marco na luta dos trabalhadores. No governo Arraes, as lutas, os paradesios e as greves passaram a ter como foco o cumprimento do ETR, tendo como objetivo a extensão dos direitos trabalhistas para o meio rural, onde reinava a exploração sem limites e as ordens da classe patronal tinham poder, mantendo os trabalhadores rurais sob o tacão das milícias particulares de cada engenho. O golpe militar de 1964 cassou o governo Arraes, após a grande greve dos canavieiros em novembro de 1963, quando o Acordo do Campo, feito entre representantes dos trabalhadores e do patronato, acatou uma série de reivindicações da classe trabalhadora rural. O acordo incluía pautas como o 13º salário, a tabela de tarefas<sup>4</sup> e o reajuste salarial para a categoria.

Após o golpe de 1964, o governador Miguel Arraes foi preso e muitos líderes dos trabalhadores rurais foram perseguidos, torturados e mortos, em Pernambuco. Após o golpe, foi intensa a repressão às ligas camponesas e aos sindicatos da zona canavieira, que sofreram intervenção, com especial destaque para Pernambuco e Paraíba.

Elisabeth Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira, fundador das ligas camponesas de Sapé, na Paraíba, assumiu a luta após o seu assassinato. Filha de pequeno proprietário, ela era mais instruída que a maioria das pessoas do lugar e participava da luta escrevendo cartas. Quando o marido

---

<sup>4</sup> “Como a maior parte do trabalho no eito da cana é executada por tarefa, surgiu, para a implantação do estatuto, a necessidade de ‘estabelecer uma relação entre o trabalho efetivamente executado no campo e o salário mínimo regional’. Isso foi feito a partir de uma discussão entre o governo estadual e os representantes dos usineiros, fornecedores de cana e de trabalhadores rurais e camponeses” (Callado, 1964, p. 88).

é morto, ela assume a luta legitimamente. Seu pai era contra seu casamento, socialmente “para baixo” e com um militante lutador relacionado a comunistas e pioneiro na fundação de uma liga na Paraíba. No golpe de 1964, Elisabeth estava no set de gravação do documentário *Cabra marcado para morrer*, sobre o assassinato de seu companheiro, e ela então fugiu com os companheiros do filme, dormiu no mato e depois passou um mês escondida na casa de um amigo em Recife. Nessas alturas qual era sua preocupação?

Como estão meus filhos em casa? [...] me destinei a me apresentar às autoridades em João Pessoa. Chegando no Batalhão de Engenharia, fui logo presa. Passei dois meses e vinte e quatro dias na prisão [...]. Não tive nem sequer o gosto de chegar à casa da minha família para encontrar meus filhos. (Elisabeth Teixeira, 1985, depoimento em Cadernos Cedi 14, 1985, p. 11)

Os fatos e datas registrados nas narrativas de Elisabeth têm os meses e dias contados com precisão, dias da saudade, de preocupação:

Voltando à casa de meu pai fui encontrar meus filhos, que ficaram abandonados em casa. Fiquei sabendo que ficaram oito dias morrendo de fome lá, abandonado lá. Onze crianças dentro daquela casa abandonada [...] Estava na casa do pai para reencontrar os filhos, estava pegando na mão da criança, olho assim e vejo a calçada de papai cheia de polícia amarela. Olhei e vi a amarelidão. Então: voz de prisão, novamente [...] Procurei um meio de fugir, companheiro, nessa altura não tinha roupa, não tinha nada [...] fui morar no Rio Grande do Norte até 1981. (Elisabeth Teixeira, 1985, depoimento cadernos Cedi 14)

A lógica da virilidade masculina é apropriada pelo Estado brasileiro para restabelecer a ordem no campo. O prestígio dos usineiros e proprietários das terras estava sendo confrontado pelos trabalhadores e traba-

lhadoras rurais. No caso de Elisabeth Teixeira, a sua luta era desafiadora, porque ela era uma das únicas mulheres à frente das ligas camponesas. A repressão a Elisabeth envolvia um componente de classe e de gênero.

Diante desse quadro de repressão e violência, inevitavelmente o crescimento dos sindicatos e a atuação em linhas gerais dos trabalhadores rurais são freados. No entanto, novas formas de resistência no contexto da ditadura militar passam a ser organizadas, como explica Josefa Martins Reis; as chamadas “brechas da lei” eram um tipo de estratégia utilizada pelos sindicatos para manter sua atuação frente à repressão:

Porque era em sintonia com toda uma estratégia geral do movimento sindical na ditadura de se apegar ao que a gente chamava de “brechas da lei”. A gente tinha que ter algum escudo, claro que a base era a organização dos trabalhadores, mas não podia enfrentar assim porque tinha que ter um escudozinho, né, e esse escudo, por exemplo, na luta pela terra, você tinha um código civil, o esforço pessoal, se alguém te bate você tem o direito de reagir do mesmo jeito, né, se é com arma, a legítima defesa, o desforço pessoal. Então o movimento sindical foi todo na época da ditadura forjando uma discussão, uma atitude de enfrentamento se valendo das brechas da lei que não eram cumpridas, e aí quando foi se discutir campanha salarial foi na mesma lógica, né. (Josefa Martins Reis, 2018 )

Assim como as “brechas da lei” serviram de estratégia durante o período de forte repressão, a utilização do Estado como mediador dos conflitos levou os trabalhadores a buscarem acesso à Justiça do Trabalho durante a década de 1970, quando diversas negociações foram feitas, culminando na retomada das lutas e greves dos canavieiros no ano de 1979, com duração de oito dias e a participação maior dos municípios de São Lourenço da Mata e Paudalho, resultando em acordo entre as partes. No ano seguinte,

a retomada das lutas canavieiras teve sequência, com a realização de uma greve geral em toda a Zona da Mata pernambucana, em todos os municípios, com duração de dois dias, resultando em convenção coletiva.

Diante desse quadro, na primeira metade da década de 1980 a categoria dos trabalhadores canavieiros deu prosseguimento às greves e mobilizações. Já no ano de 1981 ocorreu uma mobilização no estado que foi suspensa por julgamento de dissídio coletivo pela Justiça, o que impediu a deflagração de greve geral. Em 1982 ocorreu novamente uma greve geral em toda a Zona da Mata pernambucana, com dois dias de duração, sendo encerrada por meio de convenção coletiva pelo TRT. As greves dos anos de 1983 e 1984 foram encerradas com a instauração do dissídio coletivo. Esse período foi compreendido como um ciclo de greves iniciado em 1979 até o ano de 1984 (cf. Sigaud, 1986; nesta coletânea à p. 503).

No âmbito mais geral, a partir dos anos 1980 e 1990, no contexto da chamada década perdida e, logo em seguida, da avalanche neoliberal, a economia nordestina experimenta uma crise da atividade canavieira que contribuirá para agravar os indicadores sociais e econômicos desfavoráveis. Por exemplo, o PIB de Pernambuco diminuiu 6,6% entre 1975 e 1980, sendo de 2,4% entre 1980 e 1984, abaixo da média regional. Desse modo, as desigualdades sociais na região se agravaram, uma vez que a Zona da Mata nordestina dependia majoritariamente da produção canavieira.

### **Memórias das greves nos anos 1970/1980: as companheiras Margarida Maria Alves, Penha e Soledade e a honra de ser da terra de Margarida**

“Eu prefiro morrer na luta do que morrer de fome”: essa era uma fala recorrente da líder sindical Margarida Maria Alves, continuamente lembrada por suas companheiras de luta de Alagoa Grande, na Paraíba.

Aprimorando o olhar sobre o que foi dito, podemos perceber muito sobre as condições de trabalho na cana, os ínfimos salários e as condições

explosivas que impulsionaram as lutas por melhores condições de vida no Nordeste canavieiro nos anos 1980. Morrer de fome significava o ponto de honra inegociável. A fome e a miséria vividas pelas trabalhadoras rompem com os liames de uma possível reciprocidade com os patrões, era o *nif* (ponto de honra), mencionado por Bourdieu (2002), situação que exige reação, revolta e persistência.

Os anos 1980 foram marcados pelo esforço de reorganização dos movimentos sociais no contexto de redemocratização da sociedade brasileira, em meio a uma profunda crise econômica.

Porém, as condições de trabalho na Zona da Mata ainda estavam impregnadas por traços de permanência e de uma superexploração do trabalho, herdadas das relações sociais fundadas no escravismo. O trabalho das mulheres no eito da cana tem características bem definidas: o acordar, quase pela madrugada, a preparação do alimento para levar para o trabalho, o corte da cana de modo intenso e ininterrupto, o sol escaldante sobre a frente, os movimentos ritmados do corte da cana, a exaustão. O transporte dos trabalhadores e trabalhadoras era feito no mesmo caminhão usado para levar a cana, sem conforto. Assim, os constantes acidentes e os ínfimos pagamentos são considerados características centrais desse tipo de trabalho cf. Dabat, 2003).

Segundo Carneiro (1994), a história de Margarida, que se passa nos anos 1980, dá destaque à participação das mulheres no sindicalismo e nos movimentos sociais no campo. Margarida era casada com Casemiro Alves, que ela conheceu no sindicato antes de 1964. Ambos tinham procedência católica: seu marido fazia parte de uma irmandade católica e foi chamado pelos padres para ser o primeiro presidente do sindicato de Alagoa Grande. Com a repressão sofrida depois de 1964, quando recebeu convocações para depor no Regimento do Exército, afastou-se em decorrência de problemas de saúde, pois ficou “doente dos nervos”. Margarida teve então a oportunidade de legitimamente substituir o marido na vida sindical,

tendo sido tesoureira (1967) e secretária-geral (1972) antes de ser eleita presidente em 1973 e reeleita três vezes.

Porém, foi no “tempo de Margarida” que se realizaram os primeiros encontros voltados para as pautas das mulheres – a Paraíba foi pioneira, seguida de Pernambuco. “Entre as categorias mais organizadas, estão as trabalhadoras assalariadas do Nordeste, principalmente as da cana-de-açúcar do brejo paraibano, que se mobilizavam primordialmente na luta por terra e salário” (Carneiro, 1994, p. 52).

O processo de organização política das mulheres, original e genuíno naquele território do brejo, foi constituído de forma autônoma e reverberou no evidente pioneirismo da participação feminina em cargos de direção do sindicato, a exemplo de Soledade, que assumiu logo em seguida à morte de Margarida.

Soledade nos relatou sua infância: seu pai tinha um pedaço de terra e, apesar de pobre, não se sentia fazendo parte da classe dos trabalhadores rurais:

A minha infância foi uma infância, é, feliz, em parte, e dolorida, em outra, meus pais pobres, papai é, não era amante da agricultura, ele não tinha a linha de trabalhador rural, papai gostava de ser empregado, né? Mas infelizmente era difícil, ele foi feitor de, administrador de engenho na época, quando criancinha, depois trabalhou na oficina mecânica aqui do alemão, que era meu padrinho, e depois mudaram-se para o sítio Jenipapo, uma pequena gleba de terra que era dos meus avós maternos, e foi lá onde eu me criei [...] Dos pequenos cultivos, como feijão, milho, a fava, enfim, essas coisas que existem na nossa agricultura familiar, e papai também trabalhava, mas não trabalhava com aquele prazer que o trabalhador rural sente na terra, né? Depois ele passou, já muitos anos depois, ele conseguiu um emprego no departamento de estrada e rodagem como fiscal de estrada, né, mas já basta-

va a gente ter uma corzinha de pele melhorzinha, um cabelinho mais estiradinho, um olhinho mais claro, um pedacinho de terra pra morar já pensava que era dono do mundo, e a minha família também, eu não vou é, é, escantear, minha família também tinha isso, né? Tinha terra pra morar, tinha uma coisinha melhor, tinha um cabelinho, tinha, é, assim, um aparato da sociedade mais, de mais poder, né? Reconhecida, é a família tal, é a família Souza, é a família Honorato, é a família Pessoa, aí já tinha um nome e de repente eu saio enlameando todos os nomes, joguei tudo na lama, joguei é, Pedroza, os Pessoa na lama, joguei os Honorato, joguei os Souza, joguei tudo, peguei a viola e fui-me embora. (Soledade, líder sindical nos 1980, 16 de Junho de 2018, Alagoa Grande/PB)

Soledade se tornou violeira, e na época ser do mundo da cantoria significava uma desonra para as famílias da região. Era entrar no universo masculino, mas um espaço degradado, tido como de vagabundos e desocupados, porque o trabalho no campo é considerado um elemento constitutivo da consideração social, como ela nos relatou quando decidiu tocar viola:

Que aí eu me tornei a ovelha negra da família, a vergonha da família, a desonra da família, aí começou a pedrada, começou a difamação, aí eu não era mais moça, eu não era mais mulher, eu não era mais nada, aí a perseguição, porque viola era, o mundo da cantoria era o reduto masculino e, além de ser o reduto masculino, era pra os vagabundos, não era o homem de bem, o homem trabalhador, o homem que tinha coragem de lutar que pegava uma viola e saía pra cantar, era pros vagabundos, pros preguiçosos, e de repente eu me tornei a vagabunda, me tornei a preguiçosa, me tornei a ovelha negra, o preconceito, o racismo, impera tudo, se vincula tudo no, nesse contraste, naquela época. (Soledade, líder sindical nos 1980, 16 de Junho de 2018, Alagoa Grande/PB)



Segundo Soledade, “no tempo de Margarida” as famílias do brejo paraibano não viam com bons olhos as mulheres que participavam do sindicato e viviam “andando”. Soledade relembra quando tomou a decisão de entrar para o sindicato:

Os sindicatos eram pra tomar terra do povo. Então a minha família não queria nem ver falar em sindicato. Quando eu vim embora de Bananeiras, em 1975, aí eu disse: “eu vou me filiar ao sindicato”, mamãe disse: “que danado tu vai ver em sindicato?”. “Eu vou me filiar”. E ela: “eu não sei pra que serve isso”. Eu digo: “pra muita coisa, eu vou me filiar”. Aí vim, quando cheguei lá na época era... Margarida que era presidenta, mas ela não estava, quem estava era Zé Horácio, que era o secretário, o vice-presidente e o secretário. Ele fez um bocado de pergunta, me recebeu bem, aquela coisa todinha. É, mulher não era bem vista nem no sindicato, os maridos era que eram associados e as mulheres, dependentes, né? As mulheres eram tudo dependente dos maridos, e de repente eu chego: “quero me associar”, aí fez um bocado de pergunta lá, pediu muitas coisas, todinhas, “tá bom, eu volto”. Quando cheguei em casa juntei os documentos meus, documentos pessoais e tudo, cartão de saúde, de vacina, registro de filho, tudinho, trouxe o pacote todinho, quando cheguei lá encontrei ele sozinho também, Margarida não tava, eu joguei em cima do birô dele e disse: agora eu vim me associar, tá toda a documentação aí, só tá faltando a reservista. “Eu nunca vi mulher com reservista e só tá faltando a reservista, mas eu quero me associar”. Me associei em 1975, aí daí foi que começou a luta, tudinho, é mas eu sempre... me associei, mas fiquei no sítio e continuando minha cantoria, né? (Soledade, líder sindical nos 1980, 16 de Junho de 2018, Alagoa Grande/PB)

O evento trágico da morte de Margarida Maria Alves em 1983 tem um caráter contraditório. Por um lado, o seu assassinato foi descrito como um momento escuro que a cidade de Alagoa Grande viveu, no sentido literal e figurado, mas por outro, impulsionou a organização das mulheres:

Aí quando a gente, quando no dia, no dia que mataram ela, e ela foi pra uma reunião em Guarabira, essa reunião..., ela foi em uma reunião em Guarabira, quando ela chegou aqui alguém conheceu que ela vinha um pouco meia assim né, pensativa, né? Foi uma reunião do Centru, em Guarabira, aí ela chegou aqui um pouco meio assim, mas ela passou por aqui, pelo sindicato, meu esposo tem uma barraquinha aí em frente, os caras já tinham vindo aqui, num carro branco, tinha passado, não viram ela, voltaram e foram embora, né? A gente trabalha de frente, meu esposo, aí ela foi pra casa, quando ela chegou em casa, Casemiro tava em casa e o filho tava brincando fora, e ela ficou, aí ela tava comendo um pedaço de milho, ele tinha assado um milho, tava esperando ela, né? Aí ela tava comendo um pedaço de milho quando os cabra chegaram, chegaram dois, um com a espingarda, chama espingarda, né?, dentro de uma bolsa e olhou assim, aí perguntou, aí ela saiu, “é a senhora que é dona Margarida?”. Ela disse: “sou eu, por quê?”, que ela sempre foi assim, isso era o jeito dela falar, aí foi quando, foi quando infelizmente acabou a vida dela, pra gente, *a cidade escureceu imediatamente [...]* (Maria Lourenço, Alagoa Grande, 25 de Agosto de 2018; grifo nosso)

Soledade relembra o período dos anos 1990, quando esteve à frente do sindicato nas lutas das trabalhadoras e trabalhadores rurais. Nesse tempo, assumiu o sindicato com a responsabilidade de dar continuidade às lutas já iniciadas por Margarida. Soledade narra a luta pelo salário maternidade na frente do Congresso Nacional em Brasília:

Antes da Marcha das Margaridas (meio que nos anos 1990), era tanta mulher na frente do palácio, a gente tava lá com fogão, com panela, a gente foi pra ficar, a gente foi chamar eles pra votar no salário maternidade e não podia chegar perto deles. Da Paraíba tava o sindicato de Araçaji e de Alagoa Grande [...]. E a polícia sem deixar a gente entrar (no Congresso Nacional), a gente recuou, pensou numa estratégia, aí entramos de uma em uma e diz no balcão que vai pra tal gabinete, aí a gente foi, ganhava um crachá como visitante, se escondia e entrava, isso depois de uma seleção de mulheres, né? Aí a gente se reuniu lá dentro, o grupo todo de mulheres. e foi pra plenária. Quando um delegado votava contra, a gente vaiava, quando votava a favor, a gente batia palma. Aí queriam botar a gente pra fora. Tinha trabalhadoras que tinha sete, oito meses que tinham encaminhado a solicitação e não tinham recebido resposta. Aquilo me deu uma raiva [...], porque no máximo três, quatro meses todos os pedidos eram analisados e respondidos se sim ou não, aí eu pedi a palavra, me identifiquei que “sou da terra de Margarida Maria Alves” e queria dizer pra vossa senhoria que sou presidente do sindicato, o mesmo que Margarida foi, e temos companheiras que encaminhou a documentação solicitando o benefício e não obteve respostas e eu não esperei ele me chamar de mentirosa não, eu disse: “assim que eu chegar à Paraíba, lhe mando as provas”. Ele disse: “minha amiga da Paraíba, aguardo as provas”. Eu disse: “pode deixar, assim que eu chegar lhe mando”. Aí voltei, botei um carro de som na rua pedindo pra todo mundo trazer os documentos, não passou trinta dias, choveu de benefício em Alagoa Grande. Também não deixei ele me chamar de mentirosa não, antes que ele falasse eu disse logo que trabalhava com provas. Fiquei tão feliz que parecia que o benefício era meu. (Soledade, líder sindical nos 1980, 16 de junho de 2018, Alagoa Grande/PB)

“Sou da terra de Margarida Maria Alves”; a memória ressurgiu na narrativa com o propósito de reafirmar a identidade nas lutas. É preciso demonstrar para as autoridades em Brasília que se tem coragem e orgulho de pertencer a um lugar de mulheres que lutam. O sentimento de honra por pertencer a esse lugar e a essa memória de luta revela-se na narrativa de Soledade.

Depois do assassinato de Margarida, Penha, Soledade e outras mulheres militantes sindicais sentiram a necessidade de fortalecer um movimento organizado de mulheres:

Então eu cheguei ao Sindicato, depois que associei, ficou lá, a gente ficou, é, eu continuava na minha arte, mas associada ao sindicato. Depois eu fui pra Canafístula, em Canafístula foi onde eu conheci a Penha, me tornei amiga da Penha, de Margarida, cheguei a cantar na assembleia do sindicato, e a gente foi formando aquele laço; no sindicato nós tínhamos a presença do homem constante, não das mulheres, e era uma preocupação tanto da Penha como da Margarida, a falta da mulher no sindicato, a presença da mulher, e quando questionava por que as mulheres não vinham se associar, por que as mulheres não participavam das reuniões, das assembleias, os maridos diziam que as mulheres não sabiam falar, que a mulher não tinha o que ver em sindicato, porque elas tinham filho pra cuidar, elas tinham a casa pra cuidar e elas não sabiam dizer nada, então era a preocupação constante, principalmente da Penha, de Margarida e de Penha. Mas a Penha era mais ainda, tinha mais garra pra trazer a mulher para o sindicato, sabe? (Soledade, líder sindical nos anos 1980, 16 de junho de 2018)

Soledade relembra que a organização política foi sendo constituída por meio de reuniões, depois surgiu a necessidade da criação de um movimento específico que ampliasse as pautas por uma maior equidade

de gênero. Ela rememora assim o princípio da organização do Movimento das Mulheres criado no Brejo Paraibano:

E a gente foi batalhando, tudinho, quando foi em 1983 veio a morte da Margarida e a gente viu aí a necessidade maior da gente trazer o movimento de mulheres aqui pra Alagoa Grande, pra que a gente pudesse começar uma luta com as mulheres, pelos direitos da mulher, pelos direitos trabalhistas, incentivando os jovens na política e no mercado de trabalho, e a gente começou. Por aí fizemos, criamos o movimento do MMB, que é o Movimento da Mulher no Brejo, MMB, e esse MMB a gente fazia seminário até de três dias em diversas cidades aqui, a gente trabalhava, é, quando a gente ia fazer um seminário, muitos seminário a gente fez com sessenta, setenta mulheres, eram mulheres de Caiana dos Crioulos, de Sapé, de Jenipapo, é, dessas regiões aqui, das cidades vizinhas, como Juarez, Alagoinha. A gente trabalhava com esses, em parceria com esses municípios, né? (Soledade, líder sindical nos anos 1980, 16 de junho de 2018)

Inicialmente, a organização do sindicato de Alagoa Grande teve vinculações com a Igreja Católica, Margarida foi muito influenciada pela Igreja para assumir a liderança das lutas sindicais. Contudo, as líderes seguintes, Soledade, Penha e tantas outras do período, começaram a perceber a dificuldade das mulheres em pautarem as questões específicas relacionadas a uma maior equidade de gênero. Desse modo, criaram um movimento local, autônomo, que teve uma grande repercussão no fortalecimento da participação das mulheres na região do brejo paraibano.

No que se refere à memória de Maria da Penha, importante liderança rural de Alagoa Grande, sabe-se pouco sobre sua origem. Sua filha (Nei) nos conta:

Então assim, por parte de mamãe a gente tem quase nada e papai também, meu pai tem, a mãe dele onze filhos, só se criou três, aí

já morreu todos três, já morreu ele e meus avós, então só tem a gente praticamente e alguns primos, cinco primos parece, cinco ou é seis, mas é assim. Quanto à memória dela tem os assentamentos Maria da Penha 1, Maria da Penha 2, né? Aqui, a casa dela ainda existe, hoje é uma sede de uma ONG chamada Instituto Penha e Margarida, a gente manteve a casa dela do mesmo jeito. O instituto Penha ganhou a licitação pra fazer assistência técnica, tinha cinco anos trabalhando com alfabetização de adulto e, então assim, tem essa parte da memória de mãe. Lá no Museu da Margarida tem uma foto enorme dela, né, que morreu de acidente de carro junto com a professora Elisabeth Lobo.

As lembranças de Penha são recobradas continuamente pelas informantes da pesquisa e por pesquisadores da região (em conversa informal com Ivan Targino, professor da UFPB, na Anpocs); Penha é ressaltada como uma militante importante na organização das mulheres do Brejo e seus descendentes revelam uma experiência exitosa de transmissão da memória política entre as gerações. Além dos seus filhos/as e neta, podemos ouvir os relatos sobre sua militância por meio da companheira Soledade, que relembra a importância de Penha para sua vida e para sua inserção no sindicato:

Quando eu saí de Bananeiras, foi quando me separei, com duas crianças e grávida de uma. Quando chego em Canafístula (distrito de Alagoa Grande) com três meninas e com uma viola, foi aquele preconceito. Aí pronto. Tinha mulher que não olhava nem pra minha cara. Aí passava o dia trancada. Eu devo muito a Penha. Quem me libertou foi a Penha. Eu era a ovelha negra por causa da viola, se fosse no tempo da fogueira, eu tinha ido pra fogueira. Aí de repente eu pego uma viola. Eu fui a vergonha da família, porque era visto como coisa de homem, de vagabundo, de malandro, aí de repente virei a vagabunda (risos). Aí quando chego, com a viola, com as meninas e sem marido, as mulheres

só faltavam trancar os maridos achando que eu ia roubar os maridos delas. Aí eu tocava sexta, sábado e domingo. Aí ficava só com uma janela aberta em casa, aí Penha foi falar comigo e disse: “mulher, né assim que você vai dar resposta ao povo não, vem pro movimento, vamos pra luta, mostra que tu não vai pegar marido de ninguém, não. Abre essas portas”. Aí eu disse: Mas, Penha, eu tenho três criança, tenho que dar conta, eu tenho que sobreviver com a viola. E ela disse: “vamos fazer o seguinte: nos eventos, tu vai e a gente te ajuda”. Aí a gente fazia um evento de três dias, que dava umas 60 mulher, e ela dizia: “tu vai, participa, leva a viola, canta pra animar, e no final, a gente te ajuda com as compras”. Aí o que sobrava das compras, ela me dava, pra mim e pra Maria miúda, que era outra que precisava. Aí eu fui gostando, fui entrando, entrando e fiquei.

A filha de Penha, Nei, se insere no final dos anos 1980 no Movimento Sem Terra, no cenário em que a luta camponesa se redefinia e novas estratégias de ocupação de terras e uma articulação nacional e internacional imprimiam a esse movimento um caráter combativo e ao mesmo tempo estigmatizado pela mídia e pelos grandes proprietários de terras.

Eu entrei no MST em 1989, através de mãe, também porque em 1988 teve uma primeira ocupação de terra aqui na Paraíba, a gente participou, eu, meu irmão mais velho e o pessoal lá da comunidade e de outras comunidades aqui da Paraíba, lá na fazenda Sapucaia, hoje é o assentamento Santa Vitória em Bananeiras, aí hoje tem um pessoal até de Canafístula assentado lá. Mãe e um grupo de agricultores aqui da Paraíba foram para um encontro do MST em 1985. Teve o Congresso do MST e mãe foi, e quando eles voltaram, voltaram com a prioridade de construir o movimento sem terra aqui na região, aqui no Estado, aí eu também fui pra essa ocupação, a gente teve um despejo muito violento, aí

a gente veio pra cá para o povoado, as famílias foram despejadas, aí depois ocupamos outra terra aqui que não deu certo, aí nisso eu fui pro MST.

No MST, a filha de Penha experimentou voos mais altos, imprimindo uma outra dinâmica de militância, articulada com parcerias internacionais, o que marca uma experiência diferente das primeiras militantes rurais de Alagoa Grande, bem como o acesso ao ensino superior, por meio do Pronera,<sup>5</sup> possibilitando maior qualificação das militantes, algo impensável nas décadas anteriores, nos tempos de Margarida e Penha:

Aí estudei o magistério três anos e depois eu fiz a faculdade aqui em João Pessoa também, pelo Pronera, que foi uma turma de História que veio gente do Brasil todo né? [...] eu fiz muita viagem pro MST a nível internacional, fui pra Argentina, fui pra, pro Chile, para os 30 anos de morte de Salvador Allende, a gente foi uma caravana da vila campesina, uma loucura, saímos de ônibus daqui do Brasil, pro Chile, aí no Chile a gente ficou em Santiago, na universidade, conhecemos toda a história do Chile, a história do golpe de Salvador Allende, depois fomos pra o município onde nasceu ele, pra região de Val Paraíso, em 1993, pouco antes de eu ir pro Chile, também fui pra França, porque o MST tinha um parceiro, o CCFD, que trabalha com mulheres, aí passei um mês na França fazendo palestras com os agricultores, CCFD, aí eu fui num encontro lá com oitenta países que eram parceiros, né, do CCFD, aí fui para região da Normandia, no norte da França, é uma região muito bonita, produtora de maçã, onde foi muito histórica a questão da Segunda Guerra Mundial nessa região né? E aí ficamos lá um período fazendo trabalho lá com os camponeses, que é bem diferente dos camponeses daqui, né?

---

<sup>5</sup> O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.



Outra forma de herança política foi a inserção dos filhos/as de Penha na política partidária (um dos filhos foi prefeito de Alagoa Grande), o que resultou da sua atuação na militância rural. Vejamos o que relata Valdenice, outra filha de Penha:

Sim, fui candidata também a vereadora do PT, 550 e não fui eleita, teve um que entrou com trezentos e pouco e eu não entrei. Participo do MPA, movimento de mulheres, assim essas coisas. (Valdenice, filha de Penha, Alagoa Grande, 25 de agosto 2018)

Para a neta de Penha e filha de Nei, Taciana, a percepção da importância política da sua avó e da morte de Margarida foi se dando principalmente depois que entrou na universidade (UFPB), estabelecendo contatos com pesquisadores e grupos que valorizavam a história das lutas na Paraíba:

Aí foi que comecei a ter a proporção do que tinha acontecido assim, tipo, na época eu era só tipo, é, “mataram Margarida”, né, que coisa péssima. Só que eu não entendia qual era a dimensão política daquilo, assim, e aí quando eu fui crescendo e depois eu ia vendo as coisas, e o pessoal que era mais próximo, né, os amigos da família também, contavam as coisas que aconteciam na época e daí eu fui tendo acesso a documentários, ao registro histórico do que aconteceu. Porque quando, quando vovó morreu faltavam sete anos pra eu nascer ainda, então tipo, eu não conheci ela, a maior parte dos meus primos não conheceu ela também, a gente não tem, não tinha esse contato, a gente só tinha contato com o espírito da família, né? (Taciana, neta de Penha, Alagoa Grande, agosto de 2018)

A memória política da coragem das militantes rurais de Alagoa Grande tem sido transmitida pela tradição oral no território. Apesar de Taciana ter sido criada em lugar distante da tradição da família, a socialização por meio das histórias contadas pela sua mãe sobre a avó (Penha) e sobre Margarida a

faz reviver o que já se foi, a lembrança dos que já partiram, sua relevância social. Mas a neta de Penha revela que tomou consciência da importância dos fatos ocorridos no território da sua família quando entrou para a universidade. O valor social que a comunidade acadêmica atribui aos fatos relatados desde sua infância ganharam significado e cor, porque ultrapassam uma recordação familiar, está inscrito na memória dos trabalhadores/as rurais, e ao olhar a força dessa memória, obviamente entre os oprimidos, resgata sua identidade social, política e de gênero.

Na Zona da Mata canavieira, a questão econômica, de sobrevivência, é crucial, como fonte de tensão e de conflitos sociais, mas uma noção de honra também permeou o imaginário nordestino. A honra do patrão está ligada ao seu poder na região, que é “maculado” pela organização dos trabalhadores em sindicatos; a violência dos patrões também é uma resposta a uma honra ferida, que paira sem considerar a lei e diz respeito a um desejo autoritário de dizer: “aqui eu mando e sou temido, mesmo que detestado”. No que se refere aos líderes sindicais, a honra não está no que se possui, mas na resistência de poder dizer: “eles ameaçam e tiram as nossas vidas, mas não suprimem a nossa honra, a nossa honra de trabalhador/a assalariado/a e digno de direitos”.

Do ponto de vista dos usineiros, pensar a virilidade e o masculino como modo estruturante das relações sociais no campo possibilita perceber que o masculino é representado pelas conquistas, por meio da violência ou por prestígio familiar do seu espaço no mundo: grandes extensões territoriais representam o domínio no campo material e simbólico e organizam o eixo da cultura androcêntrica.

Margarida representava uma ameaça à virilidade masculina no mundo rural, rompia com os elementos constituintes da honra mais caros ao grupo de usineiros e proprietários da várzea.<sup>6</sup> Como uma mulher pobre,

<sup>6</sup> No final dos anos 1980, o MST, fundado em 1984 no Sul do país, chega ao Nordeste; suas técnicas de ocupação de terras vão ser importantes no momento das falências de engenhos e usinas nos anos

ela tinha coragem, considerada “propriedade” dos homens ricos. A ideia da “Paraíba, masculina, mulher macho sim sinhô” tem esse sentido, de que para ter valor é preciso penetrar no mundo da virilidade masculina. Por fim, dada a violência do seu assassinato (tiro na cabeça) – a cabeça sendo tida como a parte do corpo ligada à honra –, o grupo pensava estar restituindo suas tradições mais caras. Puro engano, a violência escancarada despertou a honra dos oprimidos. A violência é ainda maior quando praticada sobre uma mulher, o que a torna desonrada e mais intolerável, revertendo a honra para o lado dos oprimidos. O sentimento de resistência e de continuidade na luta representa o orgulho de “não temer a morte”.

Nesse ponto, cabe ressaltar que a honra tem esse componente paradoxal. Pode representar uma questão de consciência moral, de solidariedade grupal, como também uma questão de reputação ligada ao nascimento, poder, riqueza e prestígio.

Vale lembrar também que a força simbólica da coragem de Margarida Maria Alves impulsionou as lutas no presente. A Marcha das Margaridas todos os anos leva para Brasília trabalhadoras rurais do país inteiro na luta pelos direitos sociais das mulheres do campo.

Além da participação nos sindicatos, a Marcha das Margaridas é coordenada pela Contag, pela Fetag e por 4 mil sindicatos dos trabalhadores rurais, além de organizações parceiras. Segundo Silva, “tem sido o maior e mais efetivo evento da ação das mulheres na América Latina” (Silva, 2015, p. 99).

Não é fruto do acaso, o protagonismo das trabalhadoras rurais na região do brejo paraibano. Na base da reconhecida participação das mulheres nessa região estava uma consistente organização política das tra-

---

1990. O MSTR vai aprender essas táticas e também começa a fazer ocupações em concorrência com o MST.

O grupo de Várzea era o grupo de usineiros que dominavam o poder político e econômico no Brejo Paraibano; seus descendentes ainda têm influência política no estado da Paraíba.

balhadoras não somente nos sindicatos, mas também no Movimento das Mulheres do Brejo Paraibano. Depois, segundo as informantes da pesquisa, o movimento no Brejo foi decrescendo, mas os seus frutos ainda estão na memória das trabalhadoras rurais daquelas paragens, e ele foi integrado ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e depois ao Movimento de Mulheres Camponesas (MCP).<sup>7</sup>

### **A participação das mulheres no sindicalismo: a questão da paridade no movimento sindical**

A partir de 1979, os trabalhadores rurais da Zona da Mata pernambucana retomaram um ciclo de greves importante, tornando-se o centro de gravidade das lutas dos trabalhadores canavieiros do Nordeste. Essa foi uma greve que entrou para a história, um dos marcos do início de uma transição democrática em face do declínio do poder dos militares em manter o golpe instaurado no pós-1964.

A Fetape e a Contag assumiram um papel articulador fundamental para o reinício das greves, sendo a de 1979, em Paudalho e São Lourenço da Mata, uma referência na chamada greve pela via legal, em face da histórica repressão nessa região, agravada pelas violentas agressões aos trabalhadores e trabalhadoras nos vinte anos escuros da vigência da ditadura militar no Brasil.

A mobilização, no entanto, não alcançou os mesmos níveis em toda aquela região. No caso de Goiana e entorno, por exemplo, não há registro de grandes mobilizações, que só se deram tardiamente, por volta de 1986.

---

<sup>7</sup> O MMTR é hoje chamado de Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Em 1995, fundou-se a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres dos Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Pastoral da Juventude Rural (PJR), do Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), de alguns sindicatos de trabalhadores rurais e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Depois de vários encontros, em 2004, foram traçados os rumos concretos do movimento e adotou-se o nome de Movimento das Mulheres Camponesas. Hoje esse movimento está presente em dezoito estados brasileiros.

Para recuperar essa memória, encontramos uma militante de longa data, Marinete, associada ao antigo Movimento de Evangelização Rural (MER), vinculado à Igreja Católica, que estabeleceu uma estreita relação com o sindicalismo rural. Puxar o fio da ação do MER em Goiana<sup>8</sup> nos permitiu observar que, mesmo onde as lutas não haviam aflorado com mais força, houve intenso trabalho de preparação, como em Goiana e entorno, que reverteram tal situação.

Pernambuco já havia retomado as lutas no campo e Goiana, uma cidade histórica da Zona da Mata Canavieira, se mantinha intacta do ponto de vista da dominação predatória dos usineiros da região. O sindicato era comandado por prepostos dessas usinas. Nas palavras de Zé Mendes, ex-líder sindical de Goiana, o sindicato servia de cemitério dos trabalhadores mortos nos canaviais, no contexto da repressão (entrevista realizada em 22 de maio de 2018). Vale enfatizar que essa alusão simbólica do sindicato como cemitério o aproxima das primeiras ligas camponesas, que eram sociedades mortuárias (na tradição das sociedades de socorro mútuo que foram comuns em Pernambuco no início do século XX).

Goiana, porém, tem uma tradição de resistência pelos povos nativos (índios, ribeirinhos, quilombolas). Há um sentimento ali presente de honra pelas lutas históricas travadas naquele território<sup>9</sup> (cf. Oliveira, 2017).

---

<sup>8</sup> O município de Goiana foi escolhido pela equipe da UFPB/UFCG como foco de análise por já haver investimentos de pesquisa na localidade em torno da implantação da fábrica automobilística da Fiat/Jeep bem como pesquisa junto às marisqueiras, a qual resultou em tese de doutorado de uma das autoras do presente artigo (Oliveira, 2017).

<sup>9</sup> Goiana, nos seus primórdios, era habitada pelos povos Tabajaras, Potiguares e Caetés; quando os portugueses ali aportaram, por volta de 1534, deu-se origem à capitania de Itamaracá, um dos mais antigos núcleos de colonização da Coroa portuguesa. Os povos indígenas do território já mostraram, desde o início, sua insatisfação com a chegada do colonizador, destruindo os engenhos que se formavam. Em 1568, Goiana estabeleceu-se como distrito, em 1574 foi completamente destruída pelos índios potiguares (Miller, 2010, p. 60). Em 1646, a cidade teve um destacado protagonismo no processo de resistência e de expulsão dos holandeses de Pernambuco. O território de Tejucupapo, distrito de Goiana, foi palco da resistência das mulheres. Lideradas por Maria Camarão, Maria Quitéria, Maria Clara e Joaquina, enfrentaram os holandeses com pimenta e água fervida em tachos e panelas de barro. Os soldados, surpresos com a mistura nos olhos, recuavam da intenção e da permanência em Goiana. Assim, as mulheres de Tejucupapo, ao lutarem pela sobrevivência

Retomamos a memória das greves de Goiana, fugindo ao enquadramento da memória e tomando como exemplo Marinete, líder camponesa pouco lembrada pela versão oficial do movimento sindical rural. Vejamos sua narrativa de como ingressou no sindicato em Itambé:

Ele [João Genésio] chegou [...] aparece em Goiana em 1986, e foi mais a partir dele e da participação dele, do incentivo, que eu vim, né, que eu vim pra Itambé. O João, o João Genésio, quando chegou, ele foi morar em Tejucupapo, e lá ele começou a conhecer várias pessoas, fazer amizade, trabalhadores assalariados, né? E foi a partir dali que começou a discutir os problemas do sindicato, o sindicato dali também eram pelegos, não tinham compromisso com os trabalhadores, ele começou a discutir e até no..., foi cortar cana, aí ele cortou cana também, João. Ele era do MER, do Movimento de Evangelização Rural na época, e ali ele fez assim, várias, várias lutas em Tejucupapo né? (Marinete, líder sindical de Itambé, 7 de agosto de 2018)

João Genésio veio das lutas do sertão e já tinha uma experiência de sindicato quando chegou a Tejucupapo. Começou a conversar com os trabalhadores e deu início às greves na região de Goiana, em 1986. A primeira greve foi realizada em Tejucupapo, mas causou uma grande surpresa entre os usineiros da região, porque em Goiana o sindicato era dominado pelos patrões desde a ditadura militar, só tendo sido retomado pelos trabalhadores em 1987.

Marinete, que foi uma líder ativa no sindicato de Itambé e companheira de luta de João Genésio e de José Mendes, afirma:

Olhe, tinha muita greve, olhe, porque a história dali, de Goiana, era muita exploração, era muita dominação, muita violência,

---

dos seus familiares e de seu povo, acabaram por inscrever seus nomes na história do Brasil (ver Rodrigues, 1996; Jordão, 2010).

muitos trabalhadores ali foram mortos, foram assassinados, muitos foram jogados naquelas lagoas que tinha por lá, alguém dizia até que tinha fornalha que queimava trabalhador, né? Tinha essa história. Muitos cadáveres se encontravam de vez em quando, por dentro das canas, por dentro de tudo, e foi a partir daí, de João, que fez mudar a história de Goiana, que fez mudar a história dos trabalhadores rurais, assalariados rurais [...] Ele organizou os trabalhadores dessas duas usinas, fez paradeiro nas usinas, greve e frente, parava mais de duas mil pessoas, as greves eram muito fortes, cem por cento, e com esse trabalho dele. (Marinete, líder sindical de Itambé, 7 de agosto 2018)

A atuação do MER no meio rural influenciou as lutas camponesas e promoveu um estímulo à promoção de greves baseadas em princípios que nortearam a ação política nos Sindicatos. No que se refere às relações que o MER e mais tarde a Central de Trabalhadores Independentes (CTI) tinham com a Fetape, Marinete ressaltou que havia respeito da Fetape porque o CTI atuava nas bases, com a massa: “nós tínhamos os grupos que organizavam essa massa, se a gente não tivesse nada eles nem respeitavam a nós, a gente influenciava lá dentro”.

Marinete relembra que o movimento CTI realizava reuniões com os grupos nas bases para que os trabalhadores e as trabalhadoras chegassem preparados nos congressos da Fetape:

Quando a gente levava os trabalhadores para um congresso, eram discutidos todos os direitos antes, quando chegava no congresso da Fetape então nosso povo, os trabalhadores da nossa base, eles já sabiam o que era pra discutir ali, tava preparado, o que era que ia aprovar no congresso. Que era a pauta de reivindicação, né? Quais eram os direitos ali, enquanto os outros às vezes não tinham nenhuma preparação que às vezes, olhe, às vezes discutem muitas coisas boas no movimento sindical, agora que só fica ali

na cúpula, só fica entre um diretor ou dois, e daí por diante [...] essa divergência aí na preparação hoje ainda a gente tem, e nós acreditamos nesse poder popular né? Poder do povo, nós acreditamos. (Marinete, líder sindical de Itambé, 7 de agosto de 2018)

Dessa forma, a experiência de combinar organização sindical com movimentos sociais – no caso em tela, o CTI – favoreceu formas combativas e autônomas na realização de greves e paradesiros, pois o movimento promovia uma constante interação com as bases no encaminhamento das estratégias sindicais para os sindicatos que eram influenciados pelo grupo do MER.

A participação das mulheres tornou-se uma questão a ser enfrentada nos sindicatos influenciados pelo CTI, e nos anos 1980 a presença de homens e mulheres na direção dos sindicatos influenciados pelo movimento MER, e depois pelo CTI, já era uma realidade.

A presença das mulheres na Fetape remonta aos seus primórdios. Importante contribuição foi dada por elas nas inúmeras greves, paradesiros e na organização interna dos sindicatos. Podemos citar: Giogina Reis, Zefinha, Lucinha, Adriana, Rejane, entre outras. Segundo Silva e Silva:

Em Pernambuco as mulheres trabalhadoras rurais começaram a se organizar em 1982 fazendo pequenas reuniões no distrito de Caiçarinha da Penha, em Serra Talhada [...] Esse trabalho específico com mulheres foi uma necessidade para se alistar na frente de emergência [...] As assessoras da Fetape Giogina Delmondes, Vanete Almeida, Lúcia Lira, Maria do Carmo e Lucidalva Nascimento, conforme registros da Federação [...], realizaram encontros nas três regiões do Estado para despertar a importância de todas as trabalhadoras rurais também se associarem no Sindicato. (Silva e Silva, 2015, p. 83)

Em 1982, somente se tinha dona Lia, lá do alto sertão do Pajeú, como liderança sindical. Já em 2013, contavam-se 49 presidentes mulheres de



STR. Por ocasião do 1º Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco, ocorrido no período de 11 a 13 de dezembro de 1987, um depoimento nos remeteu a um despertar dos questionamentos feitos naquela ocasião por Agostinha Viana da Silva, do sindicato de Ouricuri, Sertão de Pernambuco, que problematizou quanto à filiação do sindicato e ao direito à participação política:

Por que os homens deviam fazer suas carteiras e depois a mulher e os filhos serem dependentes? Por que a maioria dos presidentes dos sindicatos e de outras entidades são homens? Por que a mulher não é para ter direito de ser votada e votar? Nós, sendo associadas, temos o direito de ser votada e votar, tirar e botar quem nós quisermos. (Agostinha Viana da Silva, do sindicato de Ouricuri/Sertão de Pernambuco, dezembro de 1987)

Esses questionamentos foram o início de uma série de batalhas para a conquista mais ampla das mulheres do sindicalismo rural de Pernambuco.

Em 1983, Pernambuco enfrentava uma grave seca, e o plano de emergência do governo excluía as mulheres de receber o benefício, e assim a inserção das mulheres nas frentes de emergência foi um marco histórico alcançado pelo movimento sindical, na pauta específica das mulheres.

As frentes de emergência podem explicar o princípio da participação das mulheres no Sertão mais que na Zona da Mata, além dos conflitos que envolviam a remoção de famílias em decorrência da construção das barragens. Porém, observando os depoimentos dos registros da organização das mulheres no sertão, evidencia-se que havia um questionamento explícito das mulheres daquela região árida acerca da prevalência dos homens nos cargos de poder no movimento sindical.

Em 1984 foi realizado o 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, tendo como lema: “Somos mulheres e trabalhadoras, temos valor!”. Como resultado foi defendida uma tese em Brasília

que propunha incentivar as mulheres a serem delegadas de base e assumirem os cargos de direção, encaminhando suas reivindicações específicas, entre outros. A pauta foi defendida por Maria Lima Ferreira de Souza, conhecida como “dona Lia”, que era na época a única trabalhadora presidente de sindicato rural, o sindicato de Itapetim, no sertão do Pajeú. Segundo Silva e Silva, na Zona da Mata pernambucana o trabalho de organização das mulheres “foi mais lento [...]. Nas assembleias e reuniões, a participação das mulheres era pequena [...] caminhou por conta do apoio de algumas funcionárias dos sindicatos e algumas delegadas de base, além de assessoras da própria federação” (Silva e Silva, 2015).

Quanto à participação das mulheres na Fetape, foi lembrada no Seminário da Pesquisa por Giogina (Giogina Delmondes) e Zefinha (Josefa Reis), ambas assessoras e esposas de ex-dirigentes sindicais.

Somente na contemporaneidade, no ano 2019, foi eleita a primeira mulher presidente da Fetape, Cícera Nunes:

Eu sou Cícera Nunes, presidente da Fetape, e estamos nesse momento aqui no primeiro congresso de assalariados e assalariadas rurais de Pernambuco, esse congresso que acontece num momento de fundamental importância para a classe trabalhadora, de estar se organizando, se reorganizando, um momento conjuntural que está muito ruim no Brasil, em Pernambuco e na América Latina e no mundo. Precisamos, nesse congresso, estar junto da Fetaepe (Fetape e Fetaepe) para que cada vez mais a classe trabalhadora, que somos da agricultura familiar e assalariamento rurais, juntos nessa luta [...] Então vamos estar juntos, vamos estar na luta para que cada vez mais essa resistência aconteça. E essa resistência aconteça onde homens e mulheres sejam muito mais fortalecidos no campo e na cidade. (Cícera Nunes, presidente da Fetape, no Seminário do Fetape, 4-6 de Junho de 2019)<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Há uma diferença entre Fetape e Fetaepe, esta última surgida recentemente da primeira para representar os assalariados por determinação judicial nacional. Essa separação é muito ressentida

No seminário da Fetape, registrado pela nossa equipe de pesquisa, todas as lideranças, homens e mulheres, ressaltaram a importância da conquista da paridade dos gêneros na entidade e a relevância de, pela primeira vez, uma mulher ser eleita para a direção da agremiação, não por acaso oriunda do sertão pernambucano. Essa proeminência das lutas das trabalhadoras do sertão pode estar associada ao que José Américo de Almeida, José de Alencar e Euclides de Cunha intuíram nas experiências de liberdade e valentia, no mito da honra sertaneja, que contrastam com a brutal opressão ocorrida nas relações de trabalho das regiões brejeiras, das canas-de-açúcar (cf. Almeida, 2006)

Barros expõe o que chama de “códigos da honra sertaneja”:

Que imaginário sertanejo de formato de epopeia às narrativas dos confrontos entre os violentos [...]. Sem querer reificar a ideia de cultura sertaneja de forma acabada [...]. Este se ver e se auto-perceber e representar é constituído a partir da vivência e manipulação de valores culturais centenariamente articulados nos chamados “códigos da honra sertaneja” do apego à terra de seus ancestrais. (Barros, 1998, p. 2)

Por outro lado, sabe-se que o declínio do assalariamento nas usinas e o aumento da inserção dos trabalhadores/as na agricultura familiar mudaram as estratégias sindicais, marcando um novo modo de encaminhar as lutas no campo. O aumento da participação das mulheres também tem estreita vinculação com a questão do crescimento da agricultura familiar, agora coordenado pela nova Fetape (a anterior abraçava também

---

pelas gerações mais antigas, defensoras do ecumenismo entre todos, desde os pequenos proprietários com trabalho familiar até os assalariados com todas as nuances de categorias intermediárias. O argumento dos mais velhos é que as famílias camponesas têm membros dessas diferentes categorias, os filhos de pequenos proprietários frequentemente tendo que trabalhar como assalariados sazonais ou permanentes. As novas gerações passaram a naturalizar a recente divisão. De qualquer forma, em Pernambuco, a criação da Fetape dos assalariados é totalmente gestada e apoiada pela Fetape.

os assalariados, agora representados pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados(as) Rurais de Pernambuco – Fetaepe).

Mas repete-se o questionamento feito no primeiro Encontro de Mulheres do Sertão por Augustinha Miranda: por que a maioria dos presidentes dos sindicatos e de outras entidades é de homens? De fato, durante toda história da instituição da Fetape, a maior parte dos seus dirigentes principais foram homens.

Nos anos 1980, a professora Elisabeth Lobo já nos alertava: a classe operária tem dois sexos. Mas o discurso que pairava entre os líderes e dirigentes sindicais do meio rural é que os interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais são semelhantes e que o grande inimigo a ser enfrentado seria o grande capital, seria o usineiro, o proprietário de terras. Essa narrativa simbólica silenciava a dominação masculina que prevalecia na correlação de forças nos momentos de eleições para os cargos de poder no movimento sindical. O questionamento e a luta das mulheres foram demolindo esse discurso e essa naturalização da perpetuação dos homens no mais alto escalão da hierarquia sindical. Contudo foi à custa de muita luta, graças a um triplice esforço: desnaturalização das tradições familiares, combate à exploração dos patrões e atenção à dominação simbólica, engendrada pelos próprios companheiros de luta, difícil de ser identificada.

### **Considerações finais**

A memória das lutas rurais sob o signo da equidade de gênero ressalta as particularidades das mulheres num contexto hostil e pouco afeito aos direitos do trabalho, aos direitos das mulheres, o cenário da Zona da Mata canavieira. Um contexto em que a virilidade masculina está no imaginário social, permeando as relações de poder entre usineiros e trabalhadores, mulheres e homens, constituindo a noção de honra a partir das classes e grupos sociais distintos.

Evidencia-se a participação das trabalhadoras rurais desde as ligas camponesas, a exemplo de Elisabeth Teixeira; nos anos 1980, a liderança

expressiva de Margarida Maria Alves, Maria da Penha e Soledade; e, na atualidade, na persistência das lutas por uma maior democratização da terra, por meio de uma reforma agrária efetiva.

No Brejo Paraibano evidenciam-se as lideranças precoces de Elisabeth e Margarida, que emergem na cena sindical pelas inegáveis qualidades próprias e também pelo impedimento de seus maridos para continuarem a luta política. Elisabeth substituiu o marido assassinado, Pedro Teixeira, e se tornou a representante da liga camponesa de Sapé. Antes da execução do marido, ela escrevia os panfletos e exercia a secretaria letrada da liga; o martírio de seu marido abriu caminho para sua proeminência na associação. Margarida Alves frequentava, nos anos 1960, os mesmos círculos católicos de seu marido, Cassemiro Alves, que havia sido designado pelos padres para ser o fundador do sindicato de trabalhadores rurais de Alagoa Grande. Com o golpe 1964, Cassemiro sofreu perseguições e Margarida, que já frequentava o sindicato, assumiu a liderança, ocupou o cargo de direção. Ela estava no seu terceiro mandato quando foi executada (cf. Novaes, 1977, p. 213-217).

Na sequência, Soledade e Penha se beneficiaram dos caminhos abertos pelas antecessoras e articularam o Movimento de Mulheres do Brejo (MMB), um movimento autônomo que contribuiu significativamente para o protagonismo das mulheres do Brejo no processo de participação sindical e política, no universo majoritariamente masculino dos sindicatos rurais.

Ressalte-se que a memória política das lutas dos/as trabalhadores/as de Alagoa Grande se deu em torno do evento traumático do assassinato de Margarida em 1983 e reverberou nas lutas do presente. Sua memória é exaltada como símbolo de resistência à violência e da persistente busca por relações de trabalho mais dignas e relações sociais de gênero mais igualitárias.

As lutas das trabalhadoras no campo são marcadas pela violência. A esse histórico de truculência as trabalhadoras rurais respondem com

mais luta, organização e com a Marcha das Margaridas todos os anos em Brasília.

A noção de virilidade, constituída na de honra, permite desnudar o cenário grotesco de violência no campo; sem ela, a luta entre as classes somente apresenta seu aspecto material, condicionante.

Quando se manifesta com violência física, a honra revela o lado do dominante, que não deixa impunes as situações que afrontam sua reputação pública; a violência torna-se o modo bárbaro de enfrentar a desonra.

Para as militantes dos movimentos rurais, no cenário investigado, honra é pertencer a um território de personalidades corajosas e que enfrentaram a morte pelo direito à vida, à alimentação, à dignidade...

Em Pernambuco, evidenciam-se maiores dificuldades das mulheres da Zona da Mata em ocupar os postos de direção. No sertão, a organização das mulheres caminhou mais rapidamente desde 1987, ao passo que na zona canavieira a organização das mulheres ficou mais a cargo das assessoras do sindicato.

No caso de Pernambuco, a inserção inicial das mulheres se deu pela necessidade imperiosa do alistamento das mulheres do sertão nas frentes de trabalho por ocasião da seca de 1983, mas também, e principalmente, pelos questionamentos feitos pelas mulheres acerca da predominância dos quadros masculinos na direção dos sindicatos, como se viu no 1º Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco, ocorrido no período de 11 a 13 de dezembro de 1987.

Essa avaliação se refere ao cenário institucional da Fetape, mas, em Goiana e Itambé, por meio do MER, houve greves significativas, lideradas e articuladas por militantes como Marinete, demonstrando que a participação das mulheres, mesmo fora da hierarquia sindical, se dava via movimentos sociais autônomos ligados, por vinculação política, às lutas dos trabalhadores rurais como, por exemplo, o CTI.

No seminário realizado em Carpina, Pernambuco, em abril de 2019, também havia disputas pela memória. Quando alguns companheiros ho-

mens relatavam seus feitos, nos bastidores, as sindicalistas da Fetape realçavam discretamente para nós, pesquisadoras: “Ele esqueceu de dizer que fui eu que organizei tudo, esqueceu de falar meu nome”.

De fato, em toda a história de constituição da Fetape, foi somente em 2019 que uma mulher assumiu o mais alto escalão da hierarquia sindical.

Hoje, a paridade entre os gêneros no movimento de trabalhadores rurais é uma conquista de direito, e essa conquista se materializa também nas lembranças e/ou nos silenciamentos acerca da importância das mulheres nas diversas lutas rurais. Recobrar essa memória é lançar luz sobre o véu do esquecimento.

Por fim, cabe ressaltar que o valor das lutas por equidade de gênero e dos estudos acadêmicos está na contribuição em historicizar essa realidade e desnaturalizar a persistente dominação masculina, apesar das conquistas por equidade nas lutas rurais do nordeste canavieiro.

## Referências bibliográficas

- ABREU E LIMA, M. S. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos e projetos*. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.
- ALMEIDA, J.A. *A Bagaceira*. 42. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- BARROS, J. C. P. *Conflitos e negociações no campo durante o primeiro Governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes: a revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre a sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 2, p. 11-22, jun. 1994.
- CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. Canavieiros em greve: campanhas salariais e sindicalismo. *Cadernos do Cedi*, n. 14., São Paulo, dez. 1985.

- CIOCCARI, M. R. *Do gosto de mina, do jogo e da revolta: um estudo antropológico sobre a construção da honra em uma comunidade de mineiros de carvão*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.
- DABAT, C. P. R. *De moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.
- DÓRIA, C. A. Sedução, tradição, transgressão. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 2, 1994.
- FONSECA, C. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- LIMA, M. do S. A. e. Trabalhadores rurais diante da violência. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org.). *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. Campina Grande: Eduepb, 2015.
- LITTLE, P. E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.
- NOVAES, R. R. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- OLIVEIRA, V. C. A. *De marisqueiras a operárias: experiências de trabalho e gênero nos territórios pesqueiros de Goiana, PE*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.
- PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- PITT-RIVERS, J. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J.G. (Org.). *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.
- POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.



PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ROHDEN, F. Para que serve o conceito de honra, ainda hoje. *Campos*, v. 7, n. 2, p. 101-120, 2006.

SIGAUD, Lygia Maria. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas. *Dados*, v. 29, n. 3, p. 50-72, 1986. (Publicado nesta coletânea à p. 503.)

SILVA, José Rodrigues; SILVA; Giogina Delmondes. *Trajetórias do casal sindicalista*. São Paulo: Quanta, 2015.

SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

# Das portas das fábricas aos cargos eletivos

## apontamentos sobre as trajetórias políticas de sindicalistas metalúrgicos do ABC Paulista

*Kimi Tomizaki<sup>1</sup> e Yuri Pinto<sup>2</sup>*

*Quem quer que entre para a política, assim como alguém que ingresse em uma religião, deve operar uma transformação, uma conversão. Mesmo que esta não lhe apareça como tal, mesmo que não tenha consciência disso, ela lhe é tacitamente imposta, e a sanção em caso de transgressão é o fracasso ou a exclusão.*

(Pierre Bourdieu)

A onda grevista iniciada em 10 de maio de 1978, na Scania de São Bernardo do Campo, que rapidamente se espalhou pelas fábricas de todo o ABC Paulista e outras cidades e estados, marcou definitivamente a trajetória dos trabalhadores da região, impactando também a história da classe trabalhadora brasileira, bem como a luta pela redemocratização do país. Dito de outra forma, os efeitos do movimento grevista dos metalúrgicos do ABC foram muito extensos e variados não só para a categoria metalúrgica, tendo também um efeito importante no interior do campo político brasi-

---

<sup>1</sup> Professora de Sociologia na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp) e no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp).

<sup>2</sup> Historiador pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da USP (Feusp).

leiro por meio da formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Neste capítulo discutiremos as trajetórias de dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC) que constituíram o primeiro grupo de metalúrgicos a disputar cargos eletivos no Legislativo (municipal, estadual e federal) e no Executivo (municipal), pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Mais especificamente, trata-se de uma discussão sobre os limites e possibilidades dos “usos” do capital político, acumulado pela posição de liderança de alguns sindicalistas durante o período das “grandes greves”, em vitórias eleitorais e carreiras (mais ou menos extensas e/ou “bem-sucedidas”) na política partidária.<sup>3</sup>

Assim, analisaremos as trajetórias políticas de um grupo de sindicalistas que protagonizou, entre o final dos anos 1970 e os anos 1980, um período de transformações profundas no SMABC. Poderíamos dizer que o ciclo grevista, conhecido como as “grandes greves” do ABC Paulista (1978-1982), constituiu o “evento fundador” de uma série de experiências que foram capazes de constituir uma *geração política*,<sup>4</sup> cujas práticas delinearam um novo “modelo” de ação sindical, o chamado “Novo Sindicalismo”, que

<sup>3</sup> Este capítulo se baseia nos resultados do esforço teórico e empírico investido na construção de uma prosopografia ou biografia coletiva dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, entre 1972 e 2002, cujas informações biográficas têm sido coletadas por meio de diferentes fontes (questionários biográficos, entrevistas por telefone, entrevistas em profundidade, análise documental da imprensa sindical, arquivos do SMABC, arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (Deops) e os arquivos digitais da TV dos Trabalhadores). A participação no projeto “Movimentos cruzados e histórias específicas de operários e trabalhadores rurais. Análise comparativa dos ciclos de greves iniciados pelos metalúrgicos de São Paulo e do ABC paulista e pelos canavieiros de Pernambuco no final dos anos 70”, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) garantiu uma nova etapa de coleta de dados por meio da realização de entrevistas em parceria com a Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC (AMA-A) e a realização de seminários específicos com a presença das lideranças do SMABC à época das greves, cujos registros se desdobraram em um rico material de pesquisa.

<sup>4</sup> Sumariamente, compreendemos como *geração política* um grupo que, em um dado momento histórico de relevância política, se engaja em um coletivo militante. A compreensão da dinâmica das gerações políticas exige a combinação de análise dos efeitos dos “ciclos de vida” (fatores objetivos e subjetivos ligados à idade), das coortes (socialização e experiências sócio-históricas) e de período (eventos históricos) (Boumaza, 2009).

contribuiu significativamente para a renovação do movimento operário brasileiro por meio da defesa de táticas e estratégias baseadas no confronto direto com o patronato, na organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, no fim do imposto sindical e na defesa da autonomia sindical (Santana, 1999; Boito, 1992; Rodrigues, 1999).

De maneira geral, os dados da pesquisa nos permitem compreender que, ao longo das três décadas analisadas, o trabalho sindical no SMABC se alterou de modo significativo, o que nos permitiu identificar três gerações políticas, que se formaram em função das alterações na conjuntura política (nacional) e econômica (especialmente do mercado de trabalho industrial na região do ABC), impactando tanto a organização do campo sindical<sup>5</sup> quanto o *habitus* dos sindicalistas.<sup>6</sup> A *primeira geração*, formada por sindicalistas que dirigiram o SMABC entre o fim dos anos 1960 e meados dos anos 1970, trata-se de um grupo que vivenciou um período de inflexão política da entidade em direção a uma postura de combatividade e enfrentamento com o patronato e com o regime militar (especialmente no que tange à relação com o Ministério do Trabalho e a definição dos índices de reajustes salariais, cujo marco foi a campanha salarial de 1974). A *segunda geração*, por sua vez, é formada a partir da eclosão das greves de

---

<sup>5</sup> Segundo Bourdieu, o campo “é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social. Autônomo, segundo a etimologia, significa que tem sua própria lei, seu próprio *nomos*, que tem em si próprio o princípio e a regra de seu funcionamento. É um universo no qual operam critérios de avaliação que lhe são próprios e que não teriam validade no microcosmo vizinho. Um universo que obedece a suas próprias leis, que são diferentes das leis do mundo social ordinário” (Bourdieu, 2011, p. 195).

<sup>6</sup> A noção de *habitus*, retrabalhada em relação às suas origens aristotélico-tomistas, na obra de Bourdieu, cumpre a função de relacionar as dimensões individual e social, trata-se de um sistema de (pré)disposições adquiridas nos processos de socialização. “Produto da história, o *habitus* produz as práticas, individuais e coletivas, portanto, da história, conforme aos esquemas engendrados pela história; ele garante a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, tendem, de forma mais segura que todas as regras formais e que todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo” (Bourdieu, 2009, p. 90).

1978, quando a maioria dos sindicalistas do SMABC, diante da percepção de que a classe trabalhadora tem um papel fundamental na transformação da sociedade, não concebe mais a possibilidade de uma ação sindical eficiente sem confronto direto entre trabalho e capital e sem assumir a democratização como uma bandeira da entidade, o que conduziu a uma crescente radicalização dos conflitos, tanto no interior das fábricas, quanto nas ruas do ABC Paulista, quando a categoria em greve foi reprimida por forças policiais em inúmeras ocasiões. Do ponto de vista geracional, trata-se da geração que consolida as práticas do “novo sindicalismo” e, portanto, que prioriza o investimento na aproximação da base, na implementação da organização nos locais de trabalho, na formação do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e na expansão/ampliação do projeto político dessas duas organizações, seja por meio da disputa de cargos eletivos, seja pela organização de chapas que concorreram à direção de outros sindicatos e de outras categorias para compor a chamada “base cutista”. A *terceira geração*, finalmente, é constituída nos anos 1990, período no qual o amplo fechamento de postos de trabalho alterou profundamente o modo de se fazer sindicalismo no ABC Paulista. Avaliando que os processos de “reestruturação produtiva” eram inevitáveis, a direção do SMABC, em consonância com a CUT, passou a privilegiar a negociação com as empresas, tendo em vista evitar um processo de desindustrialização ou um número maior de demissões.<sup>7</sup>

As transformações ocorridas na organização do campo sindical metalúrgico do ABC Paulista em cada uma dessas etapas conduziram, ao mesmo tempo, ao desengajamento de alguns sindicalistas e à ascensão política de outros, que estavam em melhores condições de responder aos desafios impostos pela reconfiguração da atuação do SMABC. Dito de outra forma, a

---

<sup>7</sup> Para uma discussão sobre a passagem da estratégia confrontacionista, característica do início do novo sindicalismo, para a chamada “prática de cooperação conflitiva”, ver: Bresciani (2001); Bresciani e Quadros (2002); Rodrigues (1997). Para uma discussão sobre como o capital escolar passa a constituir também um capital político no interior do mundo sindical internacional, ver: Wagner (2004; 2005).

instabilidade inerente à militância sindical, especialmente em períodos de aceleradas alterações sociais, econômicas e políticas, pode conduzir a uma situação em que os sindicalistas perdem o domínio sobre as condições de funcionamento do próprio campo sindical, o que exigiria a redefinição de suas formas de atuação o que não será possível para todos.

O trabalho sindical, como todo trabalho ligado ao campo político, constitui uma ação instável que requer um aprendizado do conjunto de regras de funcionamento desse campo específico. Pode-se dizer que o acúmulo de aprendizagens específicas conjugadas a certas características pessoais dos sindicalistas constitui uma espécie de capital militante e político, que permite ao seu detentor ocupar um espaço legítimo no interior da entidade da qual participa. [...] Mas é preciso sublinhar que os “conteúdos” que compõem essa posição de legitimidade podem ser alterados por transformações mais amplas que atingem os espaços políticos – tais como as mudanças na ordem econômica mundial ou nacional –, o que exige novas aprendizagens dos seus participantes. (Tomizaki e Rombaldi, 2009, p. 95-96)

Como dito anteriormente, trataremos neste texto das trajetórias políticas dos membros da segunda geração de sindicalistas do período em questão, mais especificamente daqueles que investiram (e foram investidos pelo SMABC e pelo PT) em carreiras na política partidária, cujas vitórias eleitorais iniciais se sustentaram sobre um capital político constituído a partir do lugar de legitimidade e reconhecimento que esses trabalhadores puderam acessar graças ao seu papel como lideranças no SMABC, especialmente no período das grandes greves.

Segundo Bourdieu, o capital político é uma espécie de capital simbólico,<sup>8</sup> de caráter mais pessoal, ligado à notoriedade e popularidade,

<sup>8</sup> De acordo com Bourdieu, “as diferenças objetivas, inscritas nas propriedades materiais e nos lucros diferenciais que elas trazem, se convertem em distinções reconhecidas nas e por meio das representações que fazem e que formam delas os agentes. Toda diferença reconhecida, aceita como

ao fato de se ser conhecido e reconhecido, notável, o que garante a determinados indivíduos legitimidade (e uma suposta competência) para atuar no mundo da política. Segundo o autor, o capital pessoal de “notoriedade” e de “popularidade” pode assumir duas “formas”: (i) o notável, fundado no fato de o indivíduo ter qualificações específicas que lhes garantem a “aquisição e conservação de uma boa reputação”, em geral, resultado da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros campos sociais, em particular no exercício de determinadas profissões; e (ii) o heroico ou profético, resultado de “uma ação inaugural, realizada em situações de crise, no vazio e no silêncio deixados pelas instituições e aparelhos”; tal ação se legitima a ela própria de acordo com seu “sucesso” em termos de força de mobilização (Bourdieu, 2005, p. 190-191).

Assim, apoiando-nos no instrumental teórico da sociologia de Pierre Bourdieu, interessa-nos discutir uma das dimensões dos efeitos prolongados das greves do ABC Paulista, no final dos anos 1970: as condições nas quais sindicalistas metalúrgicos puderam reconverter o capital político, de caráter heroico, acumulado no âmbito sindical para o campo político “mais amplo”, ou seja, para a política partidária. No momento da formação do PT, os sindicalistas metalúrgicos no ABC Paulista despontaram como “candidatos naturais”, e não por acaso o primeiro prefeito eleito pelo PT, em uma cidade importante, foi a principal liderança da primeira

---

legítima, funciona por isso mesmo como um capital simbólico que obtém um lucro de distinção. O capital simbólico, com as formas de lucro e de poder que assegura, só existe na relação entre as propriedades distintas e distintivas como corpo correto, língua, roupa, mobília (cada uma delas obtendo seu valor a partir de sua posição no sistema das propriedades correspondentes, ele mesmo objetivamente referido ao sistema das posições nas distribuições) e indivíduos ou grupos dotados de esquemas de percepção e de apreciação que os predispõem a reconhecer (no duplo sentido do termo) essas propriedades, ou seja, a instituí-los como estilos expressivos, formas transformadas e irreconhecíveis das posições nas relações de força” (Bourdieu, 2013, p. 111). Assim, o capital simbólico poderia ser definido como uma espécie de “crédito” social que depende essencialmente da crença em sua validade; e, assim como os capitais econômicos e culturais, “o capital simbólico também é desigualmente distribuído na sociedade e engendra uma forma própria de violência: os dominados concedem seu reconhecimento aos dominantes graças ao desconhecimento da desigualdade material que lhes permite alcançar a competência que, depois, transita socialmente como signo de um talento inato” (Miguel, 2003, p.120-121).

greve de 1978, Gilson Menezes, diretor de base da Scania, eleito prefeito de Diadema em 1982.

Quanto a isso, vale destacar que, apesar da significativa imbricação entre sindicatos e outras instâncias do campo político, especialmente os partidos, consideraremos a ação sindical como uma atividade política específica e o sindicalismo, “como um espaço social com suas próprias lutas internas, seus próprios princípios de divisão e como um universo profundamente diferenciado do universo político” (Bérout, 2014, p. 90-91), o que contribui para compreensão das representações e práticas dos sindicalistas, suas disposições e tomadas de posição, bem como os posicionamentos políticos das entidades sindicais. Nesse sentido, em que pese o fato de o campo sindical não ter o mesmo nível de autonomia em relação a outros campos, em função sobretudo de sua relação com o Estado, que define juridicamente os limites de sua atuação formal, lançar mão da noção de campo para análise do sindicalismo possibilita uma análise tanto estrutural quanto relacional das posições das entidades sindicais e dos sindicalistas em seu interior (Bérout, 2014).

Embora o campo sindical tenha proximidade com o campo político, este último tem especificidades que fazem com que a reconversão do capital político acumulado no campo sindical não seja um processo automático nem infalível. Segundo Bourdieu, no campo político existe um *habitus* particular e um capital específico. O *habitus* do político exige uma preparação especial, baseada na aquisição de um *corpus* de saberes específicos, bem como de capacidades especiais, como o domínio de certa linguagem e de uma retórica apropriada (Fernandes, 2006). De acordo com Bourdieu, o campo político é o “lugar em que se geram – na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos – produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher” (Bourdieu, 2005, p. 164). Portanto, o campo político tem



uma lógica própria e disputas internas – que estão na base das tomadas de posição dos agentes envolvidos nesse campo – que não se reduzem aos interesses dos outorgantes do mandato.

Há interesses que se definem na relação com as pessoas do mesmo partido ou contra as pessoas dos outros partidos. O funcionamento do campo produz uma espécie de fechamento. Esse efeito observável é o resultado de um processo: quanto mais um espaço político se autonomiza, mais avança segundo sua lógica própria, mais tende a funcionar em conformidade com os interesses inerentes ao campo. (Bourdieu, 2011, p. 199)

No entanto, diferentemente de outros campos, o campo político nunca pode se autonomizar completamente, visto que depende do referendo dos votos para existir, o que o obriga a se remeter de diferentes modos aos eleitores ou a grupos organizados da sociedade civil, que detêm o poder (relativo) de determinar a composição e organização do campo.

Poderíamos dizer que, mesmo referendados pelo voto, os agentes do campo político se confrontarão em lutas simbólicas, dispondo de poderes simbólicos e capitais muito desiguais que os posicionarão em uma estrutura hierárquica, e isso fará desse campo de forças também um campo de lutas para se transformarem as relações de força do próprio campo. Fundamentalmente, o que está em jogo nas lutas simbólicas do campo político é o *nomos* ou a legitimidade de enunciação e imposição dos “bons” princípios de visão e de divisão do mundo social e das questões de ordem política.

A política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização. Se o princípio de divisão que eu proponho for reconhecido por todos, se meu *nomos* se tornar o *nomos* universal, se todos virem o mundo como eu

o vejo, terei atrás de mim toda a força das pessoas que compartilham minha visão. [...]. O que está em disputa no jogo político é o monopólio da capacidade de fazer ver e de fazer crer de uma maneira ou de outra. (Bourdieu, 2011, p. 203)

Assim, se o que está em disputa no campo político é a imposição legítima dos princípios de visão e de divisão do mundo social, um dos polos das disputas políticas se localiza precisamente na luta pelo deslocamento dessas fronteiras e dicotomias, pela alteração dos princípios de classificação e categorização do mundo social, o que pode ser impulsionado pela entrada de “novos agentes” no campo político. De acordo com Bourdieu, as condutas dos agentes são determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças característica do campo; no entanto, dado que o campo político depende do referendo do voto, não se podem desconsiderar os interesses dos representados e/ou as pautas e bandeiras que possibilitam o ingresso dos agentes no campo político (Bourdieu, 2011).

Valendo-nos dessa discussão, podemos afirmar que a experiência dos sindicalistas metalúrgicos que ingressaram na política partidária parece ter sido marcada por duas dimensões diferentes: de um lado, esses agentes contavam com a legitimidade vinda das urnas, o que os conectava ao compromisso com a defesa dos interesses da classe trabalhadora; de outro, adentraram um espaço cujas normas eram dominadas pelos “homens políticos” já estabelecidos, que conheciam as regras, a linguagem e o funcionamento do campo. As possibilidades e/ou limites de articular esses dois polos da experiência política foram fundamentais para definir o modo como os sindicalistas conduziram seus mandatos, como veremos a seguir.

### **Do singular ao coletivo: uma prosopografia de lideranças sindicais**

De um modo geral, a prosopografia pode parecer menos valorizada como método de pesquisa quando se coloca em relevo sua função mais trivial: a

descrição dos atributos sociais de um grupo específico (profissional, religioso, político, familiar, etc.), dando-se, assim, maior destaque à coleta e organização dos dados e ao seu papel descritivo que à análise e discussão do material empírico. Essa percepção ignora, entretanto, o fato de que as duas operações centrais do método prosopográfico – recolher e classificar os dados biográficos dos sujeitos da pesquisa – possibilitam a compreensão do perfil dos membros e dinâmicas internas do grupo estudado, e isso se relaciona com o fato de que as estratégias de coleta dos dados e sua organização são condicionadas pelo objetivo de compreender tanto a estrutura e organização do grupo quanto sua posição no espaço social, sobretudo em suas disputas e alianças com outros grupos.

Trata-se de encontrar nas propriedades biográficas dos indivíduos que compõem uma população, nas propriedades consideradas eminentemente sociais, uma chave de compreensão ou uma explicação de um problema de pesquisa. Assim, as ações de um grupo encontram sua compreensão nas disposições sociais dos membros do grupo ou, sobretudo, na confrontação entre sistemas de disposições e de estruturas objetivas que definem os horizontes de expectativas, os campos de possibilidade e do provável. Essas propriedades biográficas tornam-se, então, os indicadores a partir dos quais o pesquisador pode apreender os processos e as lógicas sociais colocadas em curso pelo grupo em questão. (Digol, 2014, p. 235)

Em razão do tipo de abordagem teórica, da natureza dos dados disponíveis e de como eles puderam ser coletados e organizados nesta pesquisa, fica claro que se trata menos de uma “prosopografia clássica” e mais de uma análise sociobiográfica, que combina o tratamento prosopográfico tradicional com uma leitura detalhada das trajetórias sociais, atenta aos “possíveis biográficos”, às estratégias coletivas e às práticas e investimentos militantes. Nesse sentido, a abordagem sociobiográfica possibilita que

se interroguem os modos como determinados *habitus* políticos, no caso desta pesquisa, encontram as condições de sua efetivação em uma dada lógica social e política, o que só pode ser operado por meio da reconstituição e comparação de histórias sociais e individuais, portanto, da articulação entre a abordagem coletiva e a escala singular (cf. Boulland, 2014).

Desse modo, o trabalho analítico dessa pesquisa tem se constituído em duas “grandes frentes”: (i) a análise das características do grupo que formou a direção do SMABC ao longo de três destacadas décadas da história dessa entidade, com ênfase sobre as transformações e permanências em termos de objetivos, percepções, perfis, práticas e discursos ao longo do tempo; e (ii) a compreensão dos processos que conduziram um grupo relativamente homogêneo, no que tange à sua origem e trajetória social, a se dividir em uma significativa pluralidade de trajetórias e destinos sociais e políticos (cf. Cruzel, 2004; Yon, 2005; Muxel, 2016; Bourdieu e Wacquant, 1992; Bourdieu, 2009).

O conjunto de informações sistematizado no banco de dados aponta que o grupo em questão possui pouca diferenciação interna no que tange à sua origem social e posse de capitais escolares. Trata-se, assim, de um grupo que, em sua maioria absoluta, tem origem rural, migrou para São Paulo ou para a região do ABC com baixa escolaridade (em geral sem concluir o antigo primário, embora fossem todos alfabetizados). Seus pais, católicos, eram analfabetos ou estudaram no máximo até a antiga quarta série da escola primária. Além disso, esse grupo migrou sem nenhum tipo de qualificação para o trabalho industrial, o que a maioria adquiriu fundamentalmente em cursos do Serviço Nacional da Indústria (Senai) – com duração de dois a seis meses em sua maioria, mas que em alguns casos chegavam até a um ano e meio –, mas também em outras instituições de formação profissional privadas.

Os sindicalistas em questão são, majoritariamente, filhos de trabalhadores rurais, pequenos proprietários rurais e operários; no que tange

à escolaridade, é possível perceber, ao longo das três décadas, uma diminuição considerável do número de pais analfabetos, com progressivo aumento da taxa de escolaridade nos “níveis” do “primário” completo ou incompleto. As mães dos sindicalistas, por sua vez, têm a escolaridade mais baixa que os pais, embora os dados também indiquem uma tendência de aumento dos anos de escolarização ao longo das três décadas. Quanto à atuação profissional, embora a maioria trabalhe em casa, há um número expressivo de trabalhadoras rurais e empregadas domésticas.

Quanto ao local de trabalho e às funções exercidas, quatro empresas se destacam como empregadores dos diretores do SMABC – Ford, Mercedes-Benz, Volkswagen e Brastemp –, nas quais os sindicalistas se distribuem em uma grande diversidade de funções, com destaque para ferramentaria, inspetoria de qualidade e operadores de máquinas. Vale ressaltar que a concentração de sindicalistas nessas empresas não significa ausência ou menor mobilização em outras fábricas do setor. As fábricas de médio e pequeno porte contavam com muitas lideranças e militantes de destaque que nem sempre encontravam espaço na chapa para direção do sindicato, cuja composição privilegiava a presença de militantes das grandes empresas. O caso das fábricas de Diadema é emblemático: em 1978, a Volkswagen de São Bernardo do Campo empregava aproximadamente 40 mil trabalhadores, ao passo que em Diadema havia, nesse mesmo período, cerca de 40 mil metalúrgicos distribuídos em mais de 200 fábricas, nas quais se registrou intensa mobilização no período das greves.

No que tange à escolaridade, os dados mostram que os sindicalistas fizeram um importante investimento na aquisição de certificações escolares ao longo de suas carreiras, o que pode ser percebido pela comparação entre o nível de escolaridade alcançado em “idade escolar” e sua escolaridade no momento da coleta de dados. Além disso, é possível perceber uma tendência de alongamento crescente dos estudos entre os sindicalistas das três décadas, tanto no “período regular” quanto na retomada dos estudos, na fase adulta.

O subgrupo dos sindicalistas que foram eleitos nos anos 1980 é formado por 10 dirigentes<sup>9</sup> cujos atributos sociais não diferem substancialmente do conjunto dos sindicalistas do banco de dados. O quadro 1 apresenta informações básicas sobre os sindicalistas em questão. Embora sejam figuras públicas, como alguns estão afastados da política há muito tempo, optou-se pela troca dos nomes para preservar seu anonimato, com exceção do ex-presidente Lula, porque seria impossível, em virtude dos próprios dados apresentados.

Como dito anteriormente, apesar da homogeneidade em termos de origem social e trajetória escolar e profissional, os diretores do SMABC tiveram destinos políticos e sociais muito desiguais, os quais se materializaram em um amplo leque de modalidades de “carreiras político-militantes”, a saber: (i) carreiras centradas em mandatos sindicais; (ii) carreiras relacionadas ao campo sindical como assessores do SMABC, da CUT e/ou outras federações e confederações sindicais; (iii) carreiras na política partidária; (iv) carreiras relacionadas aos mandatos e/ou administrações do PT. Essa mesma assimetria é também perceptível no desenvolvimento das carreiras político-partidárias, que constituíram experiências muito diversas, com longevidade e “desempenhos” muito variados.

Entre os dez sindicalistas que foram eleitos nos anos 1980, quatro atuaram exclusivamente no âmbito municipal como vereadores em Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema; um foi vereador de São Paulo e, posteriormente, eleito deputado federal; um vereador de Diadema foi também vice-prefeito; três foram deputados federais e/ou estaduais, entre eles um se tornou vice-prefeito de São Bernardo do Campo e outro, presidente da República; um foi prefeito de Diadema, posteriormente eleito deputado pelo PSB.

---

<sup>9</sup> Desses dez sindicalistas, sete foram entrevistados em profundidade para essa pesquisa.

Quadro 1 – Sindicalistas dos anos 1980 eleitos para cargos eletivos

	Cidade / Estado de Nascimento	Ano de Nascimento	Profissão e Escolarização do Pai	Profissão e Escolarização da Mãe	Curso no Senai	Fábrica	Função na Fábrica	Cargo no SMABC	Cargo Eletivo Político Federal
Otávio	Medina (MG)	1939	Artesão / Não respondeu	Dona de casa / Não respondeu	Não	Mercedes-Benz	Inspector de qualidade	Suplente da executiva (1975/1978) e 1º tesoureiro (1978/1981)	Deputado federal (1983/1987); Vice-prefeito de SBC (1989/1992); Deputado estadual (1995/2003)
Eduardo	Diamantina (MG)	1952	Trabalhador Rural/ Analfabeto	Trabalhadora de zona rural / Analfabeta	---	Arreb	Inspector de qualidade	2º Tesoureiro (1978/1981)	Deputado Estadual (1982/1990)
Geraldo	Miguel Calmon (BA)	1949	Costureiro, Caminhoneiro e posteriormente dono de uma Padaria / Alfabetizado	Ajudava o pai, também era vendadora ambulante e dona de casa / Ensino médio completo	Sim / Ferramentaria	Saab-Scania	Ajustador ferramenteiro	Efetivo no conselho da federação (1978/1981) e diretor de base (1978/1980)	Prefeito de Diadema (1982/1988 e 1996/2000); Deputado estadual PSB (1991/1994 e 1994/1996); Vice-prefeito de Diadema PSB (2009/2012)
Josué	Açucena (MG)	1951	Trabalhador Zona Rural / ---	Trabalhadora de zona rural/ não respondeu	Sim / Torneiro mecânico	Villares	Retificador de ferramentaria	Suplente da executiva (1967/1972), diretor da executiva (1981), efetivo no conselho da federação (1972-1975 e 1981-1984)	Vereador SBC (1989/2016)

Lula	Garanhuns (PE)	1945	Operário, foi lavrador em Caetés e trabalhou por vinte anos no Porto de Santos (Ensacador de café) / Analfabeto	Dona de casa, também era lavradora em Caetés / Analfabeta	Sim / Torneiro mecânico	Villares	Torneiro	Suplente do conselho fiscal (1969/1972), 1º secretário da executiva (1972/1975) e presidente da executiva (1975/1978)	Deputado federal (1986/1990); presidente da República (2002/2010)
Mário	Cabrobó (PE)	1944	Pequeno proprietário de zona rural / Não sabe	Pequena proprietária de zona rural / Não sabe	Sim / Ferramenteiro	Polimatic	Inspetor de qualidade	Suplente da executiva (1978/1981)	Vereador de SBC (1983/1988)
Naramael	Santo Anastácio (SP)	1939	Trabalhador da zona rural / Analfabeto	Trabalhadora de zona rural / Não sabe	Sim / Soldagem	Kharman-Ghia	Selador	Efetivo do Conselho Fiscal (1969/1972), Secretário Geral da Executiva (1972/1975) e 1º Secretário da Executiva (1975/1981)	Vereador de SBC (1983-1992)
Jonas	Visconde do Rio Branco (MG)	1950	Pequeno proprietário de zona rural / Alfabetizado	Dona de casa / Alfabetizada	Sim / Desenho mecânico	Sulzer Weise	Serralheiro	3º Secretário da Executiva (1981/1984) e Diretor Pleno da Executiva (2008/2011)	Vereador de Diadema (1989/1996)
Daniel	Getulina (SP)	1944	---	---	---	Volkswagen	Inspetor de qualidade	Suplente da Executiva (1972/1975), 2º Secretário da Executiva (1978/1981), Membro da Comissão de Fábrica (1979/1980)	Vereador de São Paulo (1989/2003); Deputado federal (2003/2011)
Jorge	Lucélia (SP)	1945	---	---	---	Ford	Inspetor de qualidade	Suplente do Conselho Fiscal (1984/1987) e Coordenador da Comissão de Fábrica (1984/1987)	Vereador de Santo André (1989/2016)



Do ponto de vista da longevidade das carreiras, as diferenças são muito significativas, com destaque para as de nível municipal: temos um vereador que cumpriu apenas um mandato (São Bernardo do Campo), dois vereadores que cumpriram dois mandatos (Diadema e São Bernardo do Campo), um vereador que cumpriu quatro mandatos (Santo André) e um vereador que cumpriu oito mandatos (São Bernardo do Campo). Entre os quatro deputados, um deles atuou somente como deputado estadual por dois mandatos, um foi vereador em São Paulo por quatro mandatos, seguidos por dois mandatos como deputado federal, dois foram deputados federais por um mandato, posteriormente um teve dois mandatos como deputado estadual e outro se tornou presidente da República.

Se as origens sociais e as trajetórias familiares e/ou profissionais não conseguem por si sós explicar a assimetria das carreiras políticas, que outros elementos poderiam contribuir para a análise dessas trajetórias? Nossa hipótese é de que as possibilidades e os limites do desenvolvimento das carreiras políticas dos sindicalistas se diferenciaram em função de alguns capitais acumulados em suas trajetórias no próprio campo sindical, especialmente no capital relacional e nos aprendizados que foram capazes de alterar suas disposições, aumentando ou diminuindo as chances de “adaptação” ao campo político. De acordo com as entrevistas, o modo como tais sindicalistas foram socializados no trabalho sindical, por exemplo, é um elemento de grande importância (quem os convidou para entrar no sindicato, quem acompanhou sua militância inicialmente, com quais grupos teve mais proximidade ou distância), trata-se de pensar tais trajetórias como processos que permitiram a aquisição de diferentes (e desiguais) capitais culturais, simbólicos e relacionais, que redundaram ou não na reconfiguração dos *habitus* dos sujeitos da pesquisa.

A fim de analisar as trajetórias políticas desses sujeitos com maior nível de detalhamento, especialmente daqueles que assumiram cargos legislativos, analisamos os dados disponíveis em arquivos virtuais sobre sua

atividade parlamentar. Essa coleta de dados ainda está em curso porque depende também da análise de arquivos físicos, dado que nem todas as informações estão disponíveis *online*. No entanto, nessa primeira análise documental, especialmente sobre os projetos de lei apresentados pelos sindicalistas, foi possível perceber, primeiramente, que tais projetos, invariavelmente, foram arquivados depois de muito tempo de tramitação, em geral, vários anos após o fim desses mandatos. Em segundo lugar, fica evidente que alguns dos sindicalistas eleitos enfrentaram grandes dificuldades na apresentação de projetos de lei, tendo sua atuação voltada para o debate no plenário, além da participação em processos administrativos, propostas de emendas à lei orgânica, projetos de resolução, discussão de projetos de autoria de outros políticos e requerimentos com diversas demandas que expressavam o interesse em garantir a transparência das gestões. No mesmo sentido, há um número significativo de projetos voltados para questões menos complexas, como “renomeação” de ruas, praças e escolas que valorizasse personagens progressistas ou do campo da esquerda brasileira.

Além disso, os mandatos mais longevos parecem ter sido marcados por um avanço qualitativo no que diz respeito à capacidade de apresentação de projetos de lei sobre questões de maior complexidade. Finalmente, há mandatos que se destacaram pela velocidade com que o sindicalista iniciou a apresentação de projetos bastante consistentes, voltados para questões diretamente ligadas aos direitos dos trabalhadores de diferentes categorias profissionais.

De um modo geral, a pouca experiência do PT na administração pública e a valorização do trabalho de base, por meio da organização dos trabalhadores e dos movimentos sociais, parecem ter causado uma série de limitações para o conjunto dos eleitos pelo PT para as primeiras legislaturas, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento de estratégias de atuação nas instituições políticas. Assim, algumas dificuldades enfrenta-

das pelos sindicalistas eleitos não foram exclusividade desses mandatos, como a baixa participação na proposição de projetos de lei, embora com amplo uso da palavra nos debates públicos (Keck, 2010).

Assim, a combinação de análise dos dados sobre as trajetórias políticas dos sindicalistas e as entrevistas em profundidade tem possibilitado a compreensão das especificidades dessas experiências que se constituíram entre o campo sindical e o campo político.

### **Otávio: uma trajetória de sucesso e angústia**

A entrevista de Otávio ocorreu no seu apartamento no bairro de Pinheiros, em São Paulo, onde ele vive com a atual companheira, uma antropóloga, docente da Universidade de São Paulo (USP) que conheceu na militância no PT e com quem está junto desde o início dos anos 1990. O apartamento tem sua decoração dividida entre fotos do período mais pungente da carreira política de Otávio, na qual aparece acompanhado das principais lideranças do PT, e vários artefatos que fazem referência à cultura africana, sobretudo máscaras ritualísticas, que são o objeto de estudo de sua mulher.<sup>10</sup>

Otávio nasceu em Medina (MG), no Vale do Jequitinhonha, em 1939, filho do segundo casamento do seu pai. Em Minas Gerais, embora a família fosse proprietária de um sítio que recebera de herança dos avós paternos, a situação financeira era muito precária, ao ponto de a alimentação ser basicamente farinha e rapadura. De acordo com seu depoimento, o pai tinha um comportamento desregrado com álcool e mulheres, o que afetava a vida financeira da família de cinco irmãos do segundo casamento do pai e seis do primeiro casamento. Sua mãe era analfabeta e seu pai sabia ler e escrever. Finalmente, para fugir da miséria e da fome, a família migrou

---

<sup>10</sup> A entrevista de Otávio, registrada com gravador digital, foi concedida em 2012, ao longo desses anos temos mantido contato com o entrevistado em função de atividades da Associação dos Metalúrgicos Anistiados (AMA-A) e do SMABC.

para São Paulo, em 1948, na caçamba de um caminhão basculante: “Pra gente um pau-de-arara era um transporte de luxo!”.

Otávio chegou a São Paulo com 9 anos de idade e imediatamente começou a trabalhar como entregador de marmita para um restaurante; ao mesmo tempo, retomou os estudos e concluiu o ensino fundamental. Trabalhou em diferentes lugares até se fixar em uma fábrica de fogos de artifício, onde ficou até 1962, sem registro em carteira de trabalho, quando a fábrica foi destruída em um incêndio. Embora tivesse uma relação afetiva com o patrão, com quem estabeleceu um laço de amizade, Otávio já vinha se preocupando com o fato de trabalhar sem registro e não ter uma “profissão”. Segundo seu depoimento, no início dos anos 1960, uma “carreira” muito valorizada era de “inspetor de qualidade”, e foi por meio de um jornal que ele tomou conhecimento de um curso que formava inspetores de qualidade, próximo à Praça da Sé, no qual se matriculou. Tratava-se de um curso particular, de um ano e meio, noturno, que garantiu a ele o ingresso na categoria metalúrgica, primeiramente em uma empresa de médio porte, em São Paulo, e após, em 1964, na Mercedes-Benz do Brasil (MBB), como inspetor de qualidade na usinagem de motores. Na MBB, Otávio conheceu uma importante liderança do SMABC, que naquele momento era diretor de base e o sindicalizou, apesar do seu desinteresse por assuntos relacionados à política. A MBB se destacou, desde a chegada da montadora na região do ABC, como um espaço importante de formação de lideranças para a categoria. Até hoje, os sindicalistas ligados à empresa de origem alemã ocupam postos de destaque no SMABC e na CUT. Assim, a entrada na militância no interior dessa fábrica já trazia em si uma valiosa rede de relações no campo sindical e maiores oportunidades de formação política no interior da fábrica, além de uma “herança simbólica” facilmente retraduzida em capital político.

Otávio relata que, embora não tivesse nenhum interesse em política nem consciência do que representava o regime militar, tinha muita sen-

sibilidade em relação às péssimas e repressivas condições de trabalho vivenciadas na MBB à época: acidentes provocados por situações inseguras de trabalho, exigência de horas extras nos finais de semana sob ameaça de demissão, tratamento desrespeitoso e truculento de chefes e gerentes em relação aos trabalhadores, vigilância dos banheiros, etc.<sup>11</sup> Foi exatamente sua reação à repressão e à violência dos chefes e gerentes contra os trabalhadores que fez com que Otávio começasse a se destacar e passasse a ser reconhecido por estes, de modo espontâneo e informal, como liderança política na fábrica.

Eu sempre fui uma pessoa dentro da MBB, talvez pela situação de vida que eu sempre tive, de lutar contra a fome, contra a miséria, contra as injustiças, então, dentro da MBB, quando eu via uma postura da chefia de ter uma conduta de maltratar o trabalhador, de gritar com o trabalhador, de perseguir o trabalhador, eu me revoltava contra essa situação, eu reclamava com a chefia, eu fui adquirindo uma liderança inconsciente por causa do meu comportamento. E aí, o pessoal disse: “Otávio, vai ter eleição da Cipa e a gente vai lançar você como candidato”. E eu fui e ganhei como cipeiro. [...] Acabei ficando eleito cipeiro, eu me lembro muito bem que era uma guerra, uma disputa muito... Que era uma luta minha contra a empresa, que era a questão dos atos inseguros e das situações inseguras no trabalho. Eu provei em vários casos que a culpa era da chefia, da MBB, que não oferecia as condições para que o trabalhador pudesse desenvolver sua atividade sem ter nenhum tipo de acidente, ele não tinha tido nenhum ato inseguro, eram as condições que eram inseguras. E isso foi tomando repercussão na fábrica e eu fui reeleito. (Otávio, entrevista concedida em 2012, em São Paulo)

<sup>11</sup> Para uma discussão sobre as condições às quais os trabalhadores eram submetidos nas fábricas do ABC e sua relação com a explosão da onda grevista, cf. Abramo (1999); e Maroni (1982).

Graças a sua atuação como cipeiro na MBB, Otávio passou a ser conhecido entre os diretores de base da montadora e, em pouco tempo, passou a chamar atenção também dos diretores do SMABC, principalmente de Lula, que o convidou para formar uma nova chapa para a diretoria da entidade, em 1974. Otávio relata que foi uma conversa muito clara e esclarecedora, da qual ele saiu convencido de que era necessário fazer uma renovação no movimento sindical, que era necessário construir um novo tipo de sindicato, um novo tipo de sindicalismo: “o sindicato como instrumento de luta da classe trabalhadora, e que a classe trabalhadora era o agente principal das transformações da sociedade”. Ainda de acordo com seu depoimento, Lula também alertou para os riscos que o ativismo sindical significava em plena ditadura civil-militar: “A gente está vivendo um momento de exceção, é a ditadura militar, se você aceitar fazer parte da diretoria você pode perder o emprego, o mandato, você pode ser preso, você pode até desaparecer”.

Otávio se tornou diretor do SMABC em 1975, e embora, como ele mesmo afirma, ocupasse uma posição bastante periférica, como suplente no conselho fiscal, isso já foi suficiente para alterar sua postura como sindicalista, consolidando seu papel como liderança no interior da fábrica: sua primeira providência, após as eleições do sindicato, foi solicitar na entidade uma lista com os nomes de todos os filiados da MBB e, na fábrica, foi procurar um a um para se apresentar como novo diretor e se colocar à disposição para representar seus interesses. Em uma atitude mais radical, informou aos chefes que não iria mais trabalhar: “daqui pra frente não trabalho mais pra MBB, trabalho para o sindicato dos metalúrgicos”. Além disso, Otávio estabeleceu, por sua conta, uma meta de sindicalização que deveria cumprir todos os meses.

Eu levei uma mesa para a porta do restaurante [para fazer sindicalizações], levei uma cadeira, contra a vontade da empresa. Para colocar um quadro de avisos tinha que fazer um acordo coletivo

com a empresa! Pra você ver como eram as coisas naquela época, mas eu levei um quadro e coloquei na saída do restaurante com as fotos do sindicato, avisos do sindicato. E esse meu atrevimento foi criando contato [com os trabalhadores]... E se como cipeiro as chefias já me respeitava, como diretor do sindicato mais ainda... Porque se eu via alguma coisa errada eu ia conversar... E falava: “Ou você melhora seu jeito de lidar para o trabalhador, de dar condições de trabalhar para o trabalhador ou do contrário vou colocar seu nome na *Tribuna Metalúrgica!* (Otávio, entrevista concedida em 2012, em São Paulo)

A radicalidade e as atitudes de confrontação de Otávio se adequavam quase perfeitamente às expectativas dos trabalhadores, e isso o transformou em uma liderança de grande destaque em pouco tempo, apesar da ausência de experiência política anterior ao ingresso no sindicato. Ele fez parte de um grupo que se formou politicamente no próprio sindicato, por meio dos cursos oferecidos pela entidade em colaboração com intelectuais de esquerda que começavam a se aproximar dos metalúrgicos do ABC (Tomizaki, 2013).

Depois que eu fui para o sindicato, as coisas começaram a ser de uma forma muito mais bem organizada. Eu nunca me esqueço que quando o Lula convidou os vinte e quatro diretores para fazer parte da diretoria, no final de 1974, a gente fez um curso no sindicato com o Walter Barelli e com a mulher dele. Eu nunca me esqueço. A gente fez um curso de formação sindical-política e eu me lembro que uma das principais perguntas que o Barelli fez foi: “quem nasceu primeiro, o capital ou o trabalho?”. Quer dizer, já era uma forma de você adquirir uma consciência mais política e ideológica. Falou um pouquinho da mais-valia, da relação do capital e trabalho. (Otávio, entrevista concedida em 2012, em São Paulo)

Entre 1975 e 1978, Otávio foi do conselho fiscal e por isso continuou como diretor de base, atuando fortemente no interior da MBB. Na diretoria de 1978, ele assumiu a tesouraria do SMABC, o que considera “um grande salto” em sua carreira como militante. No mesmo sentido, acredita que foi essa gestão que consolidou as transformações no discurso e nas práticas do sindicato rumo ao “novo sindicalismo”, afastando-se do “assistencialismo” para um sindicalismo classista.

Depois que o Lula tomou posse [como presidente] essas coisas não ficaram no discurso, começaram a ser praticadas. Por exemplo, a *Tribuna Metalúrgica* do Sindicato dos Metalúrgicos era um jornal muito mais informativo, que falava sobre futebol, sobre aniversário, e depois que o Lula assume a presidência o jornal começa a ter uma conotação muito mais política, muito mais ideológica. O João Ferrador com aquelas mensagens dele, que você já conhece, né? E essa coisa começou a ganhar uma conotação de acordo com aquilo que era uma filosofia de um novo sindicalismo. Não aquele sindicalismo que ficava esperando o trabalhador, dentro do sindicato, mas o sindicalismo que ia atrás do trabalhador, na porta fábrica, no seu local de trabalho.

Na época que eu era diretor de base da Mercedes, eu tinha que levantar cedo pra pegar o ônibus. Eu tinha que cumprir horário. E depois que eu fui pra diretoria do sindicato dos metalúrgicos eu não precisava cumprir mais horário. Não tinha “encheção” de saco de chefe. Eu tinha um cargo, tinha uma sala, tinha o telefone e tinha disponibilidade de tempo para que eu pudesse desenvolver outra atividade. Eu me lembro muito bem. Eu cheguei na porta do sindicato dos metalúrgicos e falei assim: “Eu sou diretor do sindicato dos metalúrgicos”. Aquele orgulho todo! E eu me lembro muito bem, depois que eu fui pra dentro do sindicato dos metalúrgicos como tesoureiro, o Lula e os outros diretores fala-



ram: “Otávio, é o seguinte, essa é a sala da tesouraria do sindicato e você é o tesoureiro. Você não vai ficar aqui na frente. Você vai ficar num lugar reservado, lá atrás, porque esse negócio de segurança e tudo. Você vai cuidar do patrimônio do sindicato”. Falei pra ele assim: “Não está certo, eu vou cuidar do patrimônio do sindicato dos metalúrgicos e, pra mim, o maior patrimônio do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo são os trabalhadores. O prédio, as mesas, as cadeiras também são patrimônios, mas, o maior patrimônio é a classe trabalhadora. Como eu tenho clareza desse patrimônio, eu não quero ficar lá escondido. Eu quero ficar aqui na frente. Coloca o cofre aqui. Essa porta da minha sala vai ficar aberta. Eu quero continuar com a sala aberta, atendendo os trabalhadores da mesma forma que eu atendia dentro da Mercedes”. O Lula também abriu de vez a porta da sala dele. Estava sempre aberta. Começou um novo tipo de sindicalismo. (Otávio, entrevista concedida em 2012, em São Paulo)

Otávio destaca que a divisão da base territorial do sindicato entre os diretores, que passaram a se responsabilizar, portanto, por um conjunto de fábricas, desde a panfletagem em suas portas até o atendimento das demandas dos trabalhadores e dos diretores de base, quando esses existiam, foi mais uma ação inovadora que aproximou a diretoria da categoria. Isso garantiu o aumento da legitimidade das ações dos dirigentes do SMABC, consolidada definitivamente no período das grandes greves, quando a diretoria, que nunca havia participado nem dirigido greves, precisou tomar a frente de um longo e intenso movimento por fábricas, o qual se estendeu, em 1978, do mês de maio até às vésperas do Natal. Assim, dado que os dirigentes do sindicato dos metalúrgicos se tornaram (re)conhecidos nacionalmente pelo enfrentamento contra patrões e o regime militar e pela formação do PT e da CUT, também foram chamados a “enfrentar as

urnas” para continuar representando a classe trabalhadora no âmbito do campo político partidário.

Em 1982, na primeira eleição [de que o PT participou], o Lula foi candidato a governador, eu fui candidato a deputado federal, o Jacob [Bitar] foi a senador. Aí, eu fui deputado federal. Fui presidente da comissão da legislação do trabalho, lá em Brasília, que era a segunda comissão mais importante. Depois eu fui líder do Partido dos Trabalhadores. [...] Era muito duro, sim. Eu me lembro, quando eu era presidente da Comissão de Trabalho e Legislação Social, para mim aquilo era uma glória. Eu ficava numa sala e tinha uma mesa da presidência, que ficava no alto. Eu ficava olhando aqueles caras que eram contra a gente, que eram da ditadura militar. Alguns, posteriormente, se tornaram até ministros do Supremo Tribunal. Eu me lembro que eu ficava lá, falando dos projetos que eram pra ser analisados e, às vezes, eu falava alguma coisa errada. Eu percebia que os deputados de baixo cochichavam e eu perguntava: “Deputado, o que foi que aconteceu?”. “Nada. Essa palavra que o senhor falou não é a palavra mais correta no português.” “Mas, deputado, o senhor não entendeu o que eu falei?” “Entendi.” “Então, deputado, o certo é o que se entende.” [risos] (Otávio, entrevista concedida em 2012, em São Paulo)

De um modo geral, poderíamos dizer que os primeiros candidatos eleitos pelo PT enfrentavam três ordens gerais de desafios: (i) a hostilidade dos outros partidos diante dos “radicais petistas” e suas propostas, (ii) para os eleitos desprovidos de capital escolar, o desconhecimento das especificidades do trabalho político (parlamentar ou executivo) e (iii) e a inexperience do partido no desenvolvimento de estratégias de atuação nas instituições políticas, em um momento em que a organização da classe trabalhadora ocupava o centro das preocupações do PT. Indagado sobre

as dificuldades enfrentadas como deputado e em como o PT apoiava seus candidatos eleitos, Otávio é categórico:

Elegiam as pessoas e jogavam pras feras. Um partido com as características do Partido dos Trabalhadores, com a proposta que a era do PT, não poderia acontecer isso. A responsabilidade de eleger um operário semianalfabeto, que saiu das greves dos metalúrgicos a deputado federal, alvo da imprensa, todo mundo apostando que você iria ser um fracasso e você também ter que aceitar esse desafio de não ser um fracasso. [...] Essas coisas nos enchiam de brios e de força pra aceitar o desafio e procurar, mesmo com essa falta de apoio e tudo, desenvolver da melhor maneira possível. [...] O partido não ajudou em nada, dos oito deputados que foram eleitos, eu fui o único que ficou com apartamento, os outros todos foram morar em hotel. E por que eu fiquei com apartamento? Porque eu achava que meu mandato era um desdobramento e um prolongamento do meu mandato do sindicato, então, eu achava que meu mandato tinha que ser uma referência para os trabalhadores que se dirigiam a Brasília para lutar pelos seus interesses. Eu cheguei a ter mais de 30 pessoas no meu apartamento em Brasília, dormindo no meu apartamento, eu tinha um quartinho pra mim e o resto ficava tudo à disposição... Essa era uma primeira clareza. Eu chegava supercedo porque eu me inscrevia todo dia cedo para fazer uso da palavra no *A Hora do Brasil*, eu fui um dos caras mais assistidos no *A hora do Brasil* porque achava que era uma tribuna que tinha que ser usada para esclarecer, para organizar e mobilizar os trabalhadores. Então, logo cedo eu tava lá porque tinha fila pra se inscrever e eu era um dos últimos a sair porque eu era líder do partido e eu não podia sair antes de terminar tudo, e isso era de segunda a quinta. Eu era o primeiro a chegar e o último a sair. E às vezes

eu saía, passava num restaurante e chegava no apartamento e eu chorava... Chorava e pensava: como é que pode ser isso? E Brasília é aquele mundo... Aquele mundo de fantasia, aquelas coisas todas... E o que me deixou muito... me deu muito força é que eu tenho muita consciência de classe, muita consistência ideológica! Eu dizia: “Esse daqui não é teu mundo! Esse aqui é uma fantasia! Você tem que procurar desenvolver da melhor maneira possível teu mandato de deputado federal! Fazer o que é melhor pelo PT...”. O que eu fiz? Eu procurei, com esse voluntarismo, essa disposição, desenvolver o mandato e fui considerado um dos deputados mais atuantes daquela legislatura. [...] Eu, praticamente, quando terminava a última sessão em Brasília, na quinta-feira, nunca voltava pra São Paulo. Eu ia sempre viajar o Brasil inteiro! Eram muitos pedidos pra ir falar sobre o PT e eu viajava o Brasil inteiro. Como experiência de vida, minha experiência parlamentar foi muito boa, foi extraordinária. Agora, foi uma experiência que eu esperava, muito mais, que o Partido dos Trabalhadores pudesse dar uma contribuição. (Otávio, entrevista concedida em 2012, em São Paulo)

Otávio não foi reeleito deputado federal e, em 1987, foi para a Alemanha Oriental para fazer formação política, segundo ele, para se tornar um “dirigente partidário”, dado que avaliava que o PT necessitava desse tipo de quadro. Em seu retorno, era membro da direção nacional do PT e foi indicado para coordenar a campanha do Lula à Presidência da República, projeto interrompido em função das eleições municipais de SBC, nas quais participou como vice-prefeito na chapa do PT. A experiência no Executivo foi marcada pelos desafios no contato com as demandas da população, as dificuldades para aumentar a participação popular e pelas divergências com o prefeito, que desrespeitou algumas decisões do partido. Depois dessa tumultuada gestão, Otávio concorreu à prefeitura de

SBC em 1992 e ficou em segundo lugar. Em 1995, foi candidato a deputado estadual, cumprindo mandato entre 1996 e 2000.

Trabalhei na campanha do Vicentinho pra prefeito em São Bernardo do Campo, fui responsável pelas finanças. Quando chegou 2002, eu fiz a campanha do Lula pra presidente. O Lula se elegeu presidente da República, acabou a minha tarefa em relação à militância no Partido dos Trabalhadores. Eu não quero mais, vou continuar sendo fundador do PT, continuar sendo um cara filiado, votando no PT, mas eu não quero mais ser um militante do Partido dos Trabalhadores, não quero mais ter aquela vida orgânica do PT. Bom, aí eu comecei a estudar violão, eu gosto muito de cantar. Atualmente eu estou cantando no coral da terceira idade, da USP. Nós temos uma turminha que toda quarta-feira faz seresta aqui numa oficina. [...] Eu tenho um projeto de vida de chegar aos 100 anos... (risos) E nesse projeto fazendo política, do jeito que estava fazendo... E as coisas que foram acontecendo, que não era pra ter acontecido... Porque essa coisa do poder no interior do PT tem que ser melhor discutida... O poder, ele envolve muito e as pessoas acabam fazendo coisas que não deviam fazer... Então, esse projeto que eu tenho de chegar aos 100 anos e um pouco das decepções que eu tive com o PT, eu resolvi me afastar e começar a fazer outras coisas que me dão prazer, satisfação... (Otávio, entrevista concedida em 2012, em São Paulo)

Atualmente, Otávio não tem nenhum tipo de engajamento político, embora não se recuse a fazer aparições públicas a pedido do PT ou do SMABC. Como ele expressa acima, seu afastamento guarda relação com a decepção em relação aos rumos que o partido tomou, no qual seu modo de conceber a política partidária e sindical não tinha mais espaço.

Eu tenho a compreensão que a conjuntura mudou, seria muita ignorância política da minha parte achar que nós ainda estamos em 1978, 1979, 1980, porém eu acho que o movimento sindical tinha que ser mais ideológico, mais classista, pressionar mais ainda os governos constituídos pelos interesses da classe trabalhadora. Falta por parte da CUT um sindicalismo mais ideológico e mais classista. E a questão ideológica do PT foi colocada totalmente de lado, não se fala mais em acúmulo de força para mudar a sociedade. Eu reconheço que as questões sociais têm caminhado. As questões políticas, porém, eu acho que teriam que criar condições para uma democracia mais participativa, com mais conselhos, [...] nós temos uma democracia que vem se arrastando do mesmo jeito faz trinta anos, acho que o PT tinha que dar um salto de qualidade no avanço da democracia, na participação da população [...] ir até às últimas consequências de criar condições, canais, conselhos para participação. (Otávio, entrevista concedida em 2012, em São Paulo)

O primeiro casamento de Otávio acabou ao final do seu mandato como deputado federal, e sua primeira esposa já é falecida. Ele teve dois filhos do primeiro casamento, ambos têm ensino superior. Otávio também conseguiu voltar a estudar, mas somente depois de encerrar sua carreira política, quando fez o curso de Serviço Social para a terceira idade na Fundação Santo André. Embora tenha uma boa relação com os filhos, declara sentir culpa por não ter acompanhado mais de perto seu crescimento em função da militância.

Nos últimos anos, sobretudo a partir de 2016, Otávio tem participado mais ativamente de atividades do SMABC, especialmente relacionados à Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC Paulista (AMA-A), mas também a convite do Comitê Sindical de Empresa da MBB e da direção do sindicato. No mês de julho de 2019, no 9º Sindicato dos Metalúrgicos

do ABC, a AMA-A compareceu com uma delegação com alguns dos dez sindicalistas citados neste artigo e Otávio teve uma participação destacada no debate sobre o futuro da categoria metalúrgica.

## Referências bibliográficas

- ABRAMO, Laís. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.
- BÉROUD, S. Contribuições e limites do conceito de campo sindical: uma reflexão a partir do caso francês. *Crítica Marxista*, n. 38, p. 89-101, 2014.
- BOITO Jr., A. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BOULLAND, P. Des hommes quelconques? La politique d'encadrement au crible de la sociobiographie (1994-1974). In: PENNETIER, C.; PUDAL, B. (Orgs.). *Le sujet communiste: identités militantes et laboratoires du "moi"*. Rennes: Presses Universitaire de Rennes, 2014.
- BOUMAZA, M. Les générations politiques au prisme de la comparaison: quelques propositions théoriques et méthodologiques. *Revue Internationale de Politique Comparée*, v. 16, p. 189-203, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan.-jul. 2011.
- BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. *Novos Estudos Cebrap*, n. 96, p. 105-115, 2013. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000200008>. Acesso em: 16 set. 2019.
- BOURDIEU, Pierre.; WACQUANT, L. *Réponse*. Paris: Seuil, 1992.
- BRESCIANI, L. P. *O contrato da mudança: a inovação e os papéis dos trabalhadores na indústria brasileira de caminhões*. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Programa de Pós-graduação do Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.
- BRESCIANI, L. P.; QUADROS, R. A inovação e os papéis dos trabalhadores: o caso da Mercedes-Benz. In: NABUCO, M. R.; NEVES, M. A.; CARVALHO NETO, A. M. (Orgs.). *Indústria automotiva: a nova geografia do setor produtivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

- CRUZEL, E. “Passer à l’Attac”: éléments pour l’analyse d’un engagement altermondialiste. *Politix*, n. 68, p. 135-163, 2004.
- DIGOL, C. L’enquête prosopographique: enjeux de méthode. In: PENNETIER, Claude; PUDAL, Bernard (Orgs.). *Le sujet communiste: identités militantes et laboratoires du “moi”*. Rennes: Presses Universitaire de Rennes, 2014.
- FERNANDES, A. T. O campo político. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 16, p. 41-85, 2006.
- KECK, M. E. O PT e as instituições políticas. In: KECK, M. E. *PT: a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788579820298>. Acesso em: 16 set. 2019.
- MARONI, Amnérís. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MATONI, F.; POUPEAU, F. Le capital militant. Essai de définition. *Actes de la Recherche: Le capital militant: engagements improbables, apprentissages et techniques de lute*, n. 155, dez. 2004.
- MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, p. 115-134, 2003. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782003000100010>. Acesso em: 16 set. 2019.
- MUXEL, A. *Le changement politique au fil du parcours de vie: temps et politique: les recompositions de l’identité*. Paris: Presses Sciences Po, 2016.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.
- RODRIGUES, Iram Jácome. (Org.). *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes/Educ, 1999.
- SANTANA, M. A. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 41, 1999.
- TOMIZAKI, K. Deux générations de syndicalistes au Brésil: pratiques quotidiennes et formation politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 196-197, p. 102-113, 2013.
- TOMIZAKI, K.; ROMBALDI, M. Construindo a legitimidade: reflexões sobre as transformações das práticas de militância no movimento sindical. *Pro-Posições*, Campinas: Unicamp, v. 20, p. 93-112, 2009.
- WAGNER, A. C. Syndicalistes européens: les conditions sociales et institutionnelles de l’internationalisation des militants syndicaux: le capital militant. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 155, p. 105-108, 2004.



WAGNER, A. C. *Vers une Europe syndicale: une enquête sur la confédération européenne des syndicats*. Bellecombe-en-Bauges: Éditions du Croquant, 2005. Collection Savoir/Agir.

YON, K. Modes de sociabilité et entretien de l'habitus militant. *Militer en bandes à l'AJSOCI. Politix*, v. 2, n. 70, p. 137-167, 2005.

## **Sobre o trabalho de assessoria a movimentos sindicais** duas trajetórias no sindicalismo rural

*Antônio Carriço*

Ao desenvolver a idéia de um ciclo de greves próprio dos canavieiros a partir de 1979, Lygia Sigaud (1986; artigo reproduzido nesta coletânea à p. 503) propôs uma divisão analítica entre o que seriam “dois atos”. O primeiro, o momento da greve, é apresentado como espetacular, de repercussão nacional, quando trabalhadores e patrões se constituem como unidades relevantes e como que corporificam uma luta de classes explícita. Ela destaca, nesse sentido, a unificação das reivindicações em torno de uma proposta a ser apresentada aos usineiros e as assembleias como momentos rituais fundamentais para se entender a dinâmica da greve e os sentidos que assume para aquelas pessoas. Depois desse momento, segue-se o que a autora chama de “interregno”, o período entre as greves, quando os piquetes e negociações dão lugar a um cotidiano de funcionamento da usina marcado pelas suas consequências. O interregno é também um momento de luta pela validade do que foi obtido na greve. Uma luta, porém, entre patrões individuais e trabalhadores individualizados, sem a centralidade e a unificação em classes observadas durante o conflito, envolvendo pautas específicas e uma hierarquia de prioridades: por um lado, patrões querem deslegitimar a dimensão simbólica do abalo que sofreram; por outro, trabalhadores lutam pelo cumprimento das leis que julgam ser as mais relevantes em cada contexto. Essa dinâmica de disputa pela apropriação de novas condições de trabalho e de novas formas de exploração culmina nas pautas da greve seguinte, caracterizando a ideia processual de um ciclo.

Além dessa distinção, há uma outra, relativa ao período das greves, que seria aquela entre dois “planos” distintos, mas que operam em comple-

mentariedade. De um lado, nos engenhos, a disputa entre trabalhadores e patrões pelo funcionamento da fábrica ou a interrupção do trabalho. De outro, na cidade, representantes das duas partes se colocam em disputa nas mesas de negociação, nas quais imperam a retórica e a conjuntura mais ampla da política e da economia.

As reflexões de Sigaud, fruto de uma cuidadosa etnografia realizada na Zona da Mata antes e durante os anos mais quentes dessa retomada do movimento sindical rural, nos revelam uma pluralidade de movimentos, motivações, situações e personagens que compunham esse cenário das greves. Alguns dirigentes terminam por ganhar notoriedade, enquanto os trabalhadores, de modo geral, permanecem anônimos como indivíduos, porém assumem destaque enquanto coletivo. Há um personagem, porém, sobre o qual pouco se discute, embora desempenhe papel fundamental em meio a essas disputas: os assessores. De maneiras variadas, eles fazem parte de todo o processo, atuando em conjunto com trabalhadores e sindicalistas seja no momento da greve – no calor de piquetes, balas e perseguições, mas também nas mesas de negociação –, seja no interregno, lutando pelo cumprimento das leis e mediando muitas vezes a relação do trabalhador com o sindicato. Apesar disso, pouco aparecem, de modo geral, no que se apresenta como histórias de movimentos sociais mesmo em análises acadêmicas sobre tais processos.<sup>1</sup> O objetivo deste capítulo é contribuir para a reflexão sobre esse papel, levantando questões que iluminem algumas das diversas facetas assumidas pelo trabalho de assessoria. Serão apresentadas duas personagens que trabalharam com os canavieiros durante esse período das greves, entrevistadas durante a pesquisa: Reginaldo Muniz e Maria do Carmo. Suas narrativas, focadas em suas participações especí-

---

<sup>1</sup> Algumas das exceções são os trabalhos de Leilah Landim (1993), que analisam o processo de transformação de assessorias de apoio a serviço de grupos e movimentos populares em ONGs a partir dos anos 1980/1990. Destaco também os esforços de Neide Estercei e José Ricardo Ramalho (2017) sobre trajetórias de assessores e militantes, bem como o trabalho de José Sergio Leite Lopes (2019) sobre o papel de cientistas sociais na criação de assessorias profissionais a movimentos sociais.

ficas no movimento, trazem também a participação de outros assessores, revelando ao interlocutor uma série de nuances e coloridos que compõem esse mundo.

Reginaldo e Maria do Carmo não são necessariamente os mais importantes ou emblemáticos assessores do movimento (eles mesmo destacam outros em suas falas, e é provável que não se sintam confortáveis com o aparente protagonismo imposto por este texto, escolha de responsabilidade única do autor). Tampouco se poderia dizer que são representativos no sentido de uma “média”, como se isso fosse factível, até porque, como veremos, existe uma multiplicidade de trajetórias possíveis dentro do escopo de uma “assessoria”. A escolha desses dois personagens se justifica por certos aspectos do trabalho de assessoria que cada um – mas especialmente o diálogo entre ambos – suscita, pelas aproximações e contrastes que possibilitam em conjunto. Ao final das duas exposições, faço algumas breves reflexões sobre esses diálogos, mais que “conclusões” propriamente ditas, sugerindo caminhos que acredito poderem contribuir para futuras pesquisas, inclusive para o estudo do sindicalismo urbano.

A respeito dos representantes dos metalúrgicos, que constituem o outro polo na comparação proposta pela pesquisa, creio ser necessária uma breve nota sobre sua ausência, até porque ela contextualizaria melhor as condições de escrita deste texto. Em abril e maio de 2019 foram realizados, como parte do projeto, dois encontros para discutir as memórias das greves dos canavieiros de Pernambuco e dos metalúrgicos do estado de São Paulo, o primeiro em Carpina, no centro da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (Fetape), o segundo na capital paulista. Os encontros tiveram uma programação semelhante, sendo compostos por cerca de 60 pessoas, entre pesquisadores e uma maioria de participantes daqueles movimentos. Em ambos os encontros, houve um esforço de fazer dialogar as duas histórias, com a presença de integrantes do sindicalismo rural em São

Paulo e vice-versa. Foram registrados, nos dois dias de cada evento, vários depoimentos de sujeitos que vivenciaram aqueles processos, que rememoraram sua participação e trouxeram sua contribuição para fomentar uma memória daquelas lutas.

O encontro de Carpina contou com a presença de vários assessores e ex-assessores de sindicatos rurais, da Fetape e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Eles<sup>2</sup> tiveram papel fundamental na condução do evento, seja pela organização de místicas antes e durante a programação, pelas músicas, orações e palavras de ordem entoadas em determinados momentos, seja pela fala que mobilizaram em público – mesmo a fala de dirigentes mencionava essa atuação. Foi nesse contexto que se deram nossos contatos. Algumas entrevistas foram realizadas ali mesmo, outras, agendadas para os dias seguintes.

O encontro de São Paulo, por outro lado, embora extremamente rico e produtivo da forma como ocorreu, não contou com a presença de nenhum ex-assessor que tivesse participado dos movimentos grevistas dos anos 1970 e 1980. Tampouco esses assessores apareceram de forma importante nas falas dos dirigentes que tomaram a palavra em público, mesmo quando perguntados explicitamente sobre o assunto. Essa ausência se dá, em parte, pelo formato e pelas limitações do evento, e talvez não deva ser sobrevalorizada. Parece-me relevante, porém, tomá-la como um dado, ainda que provisório, do que pode ser talvez entendido como um aspecto de processos específicos da construção de uma persona dirigente sindical em cada caso. Não me alongarei sobre essa hipótese aqui, marcando apenas o registro dessa diferença e ressaltando que fica indicada como lacuna, essa atuação de assessores no ABC e em São Paulo. Em outros momentos, estivemos com assessores atuais dos metalúrgicos, que contribuíram como pu-

---

<sup>2</sup> “Elas” seria o mais correto, não só pela proporção entre homens e mulheres da assessoria presentes mas também pelo entusiasmo com que tomaram a condução de partes do encontro, como as atividades mencionadas de cantos, místicas e mesmo a preparação do espaço, decorado com cartazes e fotos confeccionados antes e durante o evento.

deram para a pesquisa, em especial em uma visita da equipe ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em julho de 2018, mas sem condições, então, de fazer esse investimento mais sistemático de entrevistas.<sup>3</sup>

## Duas trajetórias

### *Reginaldo Muniz*

O primeiro personagem que apresento aqui é Reginaldo Muniz. Nossa interlocução se deu em dois momentos durante o encontro sobre as memórias das greves de Pernambuco, em Carpina. O primeiro, uma fala de quase 30 minutos que compunha a programação do evento, proferida no auditório, de pé, sua voz amplificada pelo microfone. O segundo, no dia seguinte, em um momento de intervalo, uma conversa mais “particular” envolvendo Reginaldo, Maressa Fauzia, pesquisadora do projeto que também tinha assuntos a tratar com ele, e eu. Dado o tempo limitado de que dispúnhamos ali e a provável conjunção dos temas tratados, optamos por realizar uma conversa em conjunto, em vez de duas “entrevistas”. Essa produtiva conversa, travada ao redor de uma pequena mesa no pátio central do Centro de Carpina, acabou durando cerca de uma hora e vinte minutos, período em que foram explorados alguns dos pontos por ele levantados na tarde anterior.

Reginaldo, que nasceu em janeiro de 1949, iniciou sua fala enfatizando que sua militância política vinha desde os 13 ou 14 anos, quando

---

<sup>3</sup> Uma sugestão de leitura complementar sobre esse tema é um artigo de José Sergio Leite Lopes que reflete sobre os engajamentos políticos e sociais de cientistas sociais ao abordar casos de assessorias técnicas a movimentos de trabalhadores urbanos e rurais. Seu texto apresenta e compara a experiência de assessoria de José Albertino Rodrigues, no sindicalismo urbano de São Paulo dos anos 1950 e 1960, fundamental para a consolidação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com a experiência de assessoria educacional, no movimento sindical de trabalhadores rurais, de antropólogos como Moacir Palmeira, a partir dos anos 1970. Trata-se de experiências importantes de aproximação entre um *ethos* universitário e movimentos sindicais, trajetórias que se encontram e se constroem em conjunto. Nesse sentido, o autor propõe, ao destacar esses movimentos, uma reflexão fundamental sobre as condições que tornaram e tornam possível assessorias profissionais da área das ciências sociais para entidades da sociedade civil (Cf. Lopes, 2019).

trabalhava em um escritório e datilografava estênceis para distribuir. Ele demarca um momento em especial, quando, no dia 3 de abril de 1964, aos 15 anos, ele e um grupo pixaram a palavra “liberdade” nos muros da cidade de Jequié. Seu primeiro trabalho assessorando o movimento sindical rural data de 1980, quando participou da fundamentação econômica das campanhas salariais que levariam à greve daquele ano. Esse primeiro trabalho, porém, precedeu um vínculo empregatício propriamente dito, que só viria nos anos seguintes.

Reginaldo, formado em Economia pela Universidade Federal da Bahia, trabalhava como coordenador técnico na Fundação Estadual em Planejamento Agrícola de Pernambuco, contando também com uma contratação como professor colaborador do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco. Sua área de atuação era a rural, e seu trabalho como economista, se voltava ao planejamento agrícola – havia feito um curso nessa área no Centro Estadual de Planejamento Agrícola (Cepa), enviado pelo banco onde trabalhava na época. Graças a essa experiência, tinha uma visão geral da economia agrícola do estado, embora não dispusesse de uma aproximação com o movimento sindical dos trabalhadores rurais, do “dia a dia” dos trabalhadores do setor. Sua militância política desenvolvia-se no fortalecimento das organizações da sociedade civil, pelo Instituto dos Economistas de Pernambuco: batalhando para tomar o sindicato do conselho dos economistas, articulando-se com movimentos de classe média e profissionais liberais e estabelecendo alguma relação com sindicatos e movimentos populares urbanos.

Em 1980, portanto, estava na Universidade, quando um colega professor, que iniciava um processo de formação do Dieese local e ao mesmo tempo começava a elaborar a fundamentação das reivindicações econômicas dos trabalhadores rurais, o convidou para substituí-lo, pois teria de se ausentar por motivos acadêmicos. Reginaldo aceitou de bom grado o convite, foi acolhido e, a partir daí, foi assumindo essa assessoria econômica

da Fetape e o trabalho com a pastoral Dieese, sem, no entanto, deixar seus empregos. Era, em seus termos, um trabalho “político e voluntário”. No ano seguinte, licenciou-se dos cargos e priorizou sua atuação pelo movimento sindical, mas apenas em 1982 seria efetivamente contratado tanto pela Fetape quanto pelo Dieese. Ele registra a importância de sua esposa, também professora de Economia da UFPE, nesse período de transição e mesmo após sua efetivação, visto que o salário que recebia “não daria pra viver”.

Seu papel como assessor, basicamente, era o de fundamentar as reivindicações econômicas. Segundo ele, havia na época um raciocínio de que o aumento salarial deveria acompanhar a produtividade do setor. Seu trabalho, então, era calcular essa produtividade. Para isso, passava dias na biblioteca do Instituto do Açúcar e do Alcool levantando dados, pesquisando revistas antigas e montando uma base de dados que sustentasse as reivindicações do movimento e garantisse o aumento real de salários do piso e da tabela, acompanhando o de produtividade.

Na greve de 1980, coube a Reginaldo apresentar a justificativa do aumento de produtividade na mesa de negociação. Ele conta que os representantes dos usineiros começaram a zombar dos números reivindicados, pensando ser um “chute”. Conforme a apresentação se desenrolou, porém, seus semblantes foram se alterando. Os delegados do trabalho lhes passaram a palavra, e sua reação foi suspender a negociação desse ponto. Não havia como contestar, segundo Reginaldo. Ele destaca, afinal, que os dados utilizados sobre a produção de cana eram sempre oficiais e provinham dos próprios usineiros, que eram obrigados a fornecer para o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), para o cálculo do subsídio, impossibilitando, assim, a contestação por parte dos patrões: “eles tomaram o maior susto”. Às vezes fazia também um levantamento de preços de produtos de mercadinhos da região para fazer o custo da cesta básica e comparar com o salário oferecido e o salário mínimo, mostrando a perda sofrida ao longo dos anos e o poder aquisitivo real no momento do acordo.



Apesar da importância da fundamentação econômica e dos dados apresentados, ele enfatiza que uma negociação não se define pela mesa, em si. Há outro fator fundamental e que remete à força que estaria ali representada: “uma força que diz ‘eu tenho 240 mil trabalhadores em greve’”. A capacidade de pressionar e romper os limites depende dessa força, ele destaca.<sup>4</sup> Nesse sentido, se permanecia esperando na Fetape, durante a greve, para ajudar na relação com o tribunal e com o Ministério Público e avaliar o momento e as possibilidades (“até visitava piquete, mas não ficava ali, não era meu papel”), Reginaldo aponta que sua relação com a base sindical era bastante próxima, especialmente por conta de pesquisas (sobre trabalhadores da periferia, por exemplo, quando aplicaram 13 mil questionários) realizadas por ele e outros assessores e, mais ainda, por uma série de cursos de qualificação de dirigentes e delegados sindicais, que saíam de seus municípios e se reuniam aos sábados e domingos para discutir temas como a negociação da palha da cana e o cumprimento de tarefas. Não era, portanto, uma assessoria “distante” – ela estava no cotidiano mesmo do movimento sindical.

A relação mais direta com os trabalhadores se dava também nas assembleias, onde Reginaldo tomava o microfone e subia em caminhões para explicar, nos principais sindicatos, a fundamentação econômica das reivindicações. Ele conta que explicava, de modo didático, o que é inflação, como se chega à média e o caminho até o índice. As assembleias mais importantes, como as de decretação da greve ou aprovação da pauta, eram realizadas em geral no domingo, e Reginaldo partia cedo para municípios próximos para explicar sobretudo qual era a proposta do novo salário.

Ele se diverte lembrando do acordo a que as partes chegaram em 1985, dessa vez sem greve.

Eu fiquei até o final da negociação, e eu datilografiei o acordo final. Saímos direto da negociação, quatro, cinco horas da ma-

---

<sup>4</sup> Reforçando a complementariedade daqueles planos apontados por Sigaud.

nhã, direto pra São Lourenço, onde tinha uma assembleia enorme. Agábito montou a mesa, o salão lotado, a gente fora. E ia chamando: “chegando agora nosso líder Zé Francisco da Silva” – “êêê”, todo mundo batia palma – “Zé Rodrigues da Silva, Romeu da Fonte, nosso advogado”. Aí me chamou: “vamos chamar nosso economista Reginaldo Muniz, o datilógrafo do nosso acordo!”. Rapaz, eu fui o mais aplaudido!

Apesar desse momento de “glória”, ele ressalta que haviam se passado quatro anos de uma tensão muito forte, com muita violência e ameaças inclusive a ele: “ligavam lá pra casa, pra Fetape, tavam lá me xingando, ‘comunista filho da puta!’”.

Com o sucesso da greve de 1980, a primeira em que assessorou a Fetape, Reginaldo manteve-se nessa atuação nos anos seguintes, já com uma salinha na federação, que era também o escritório onde estruturava o Dieese. Sua atuação aos poucos foi se ampliando a partir de articulações que se formavam entre os estados do Nordeste para o desenvolvimento de políticas agrícolas: agricultura familiar, assistência de crédito, reforma agrária, etc. Passou ainda um período em Toronto, estudando a situação dos açucareiros ao redor do mundo.

Essa atuação envolvia vários outros assessores, como ele faz questão de pontuar em suas falas. A começar pelo primeiro estudo, em 1980, em que teve a sorte, segundo ele, de participar de discussões com o grupo de antropólogos do Museu Nacional. De acordo com Reginaldo, essa assessoria atuava mais no campo da formulação geral e social de pesquisa, levantando dados para poder fundamentar as reivindicações econômicas e sociais. Ele destaca também outros assessores da Contag, “um grupo grande” referido pela categoria da “organização”, que vinham de vários estados, como Paraíba e Rio Grande do Norte, e a assessoria jurídica, basicamente liderada por Romeu da Fonte.

A relação com esses outros assessores aparece em casos que Reginaldo conta com algum gosto. Como o de uma vez em que Romeu se aproveitou da solidariedade internacional que havia em função das greves, “que existia e era de conhecimento de todos, inclusive dos usineiros”, para obter ganhos na negociação. Reginaldo conta que, no primeiro acordo, em 1985, Romeu “esqueceu” propositalmente no auditório uma pasta que dizia que determinada entidade internacional estava doando, “digamos assim, um milhão para a entidade dos canavieiros”. Não havia de fato a doação, mas os representantes dos usineiros encontraram a pasta e viram ali escrito: “para o fundo de greve dos canavieiros”.<sup>5</sup> Ainda sobre esse clima de negociações, outro aspecto que tanto ele quanto Romeu destacam é uma relação muito boa com o Ministério do Trabalho e mesmo com profissionais “do outro lado”, embora houvesse também “gente sacana em todas as partes, que diz uma coisa aqui e diz que nega o que disse”. Sobre um delegado do trabalho, ele ressalta que de fato estava interessado em entender o processo, e que chegavam a ir na sua casa explicar. “Não que se deixava levar, mas como estávamos com a razão, não inventávamos dados, fundamentamos correto, convencíamos ele e juízes”. Sobre os assessores patronais, aponta uma relação “de boa-fé”. “Tem que confiar em você, sabendo que não tá ali pra sacanear com eles”. Essa “boa-fé” do trabalho de assessoria se confirmaria pelo uso de dados sólidos e pela flexibilidade para ouvir o outro, algo muito marcante na relação com os advogados. Ele conta um fato curioso: o principal advogado patronal dos usineiros era filho de um economista que criou uma associação dos economistas em Pernambuco, e essa associação tinha como sede uma sala no Centro da cidade. Esse economista chamou Reginaldo e lhe disse que iria doar a

---

<sup>5</sup> O próprio Romeu da Fonte conta uma variação desse caso em sua autobiografia, embora mantenha-se ali o mesmo sentido de blefe. Naquela versão, que se refere às negociações de 1979, o ocorrido seria um comentário feito por ele a Zé Francisco, no banheiro, na presença de representantes do patronato, dando conta de que uma doação da Igreja alemã de 1 milhão de dólares havia sido feita ao fundo de greve do movimento (Fonte, 2009, p. 128).

sede da associação para o Instituto dos Economistas. “Quer dizer, o cara lá falou tão bem do trabalho, da relação, da seriedade, que o cara deu a sede, que está no patrimônio do instituto por doação dele”. “Eu não tenho mais uso, compramos com o dinheiro que não era meu, era dos economistas, então vamos doar”, cita a fala de seu “colega”. Ele avalia, nesse sentido, que a assessoria, embora não “mande”, pode muitas vezes definir uma estratégia e criar um clima favorável à negociação por meio desse diálogo franco, ampliando as possibilidades efetivas de acordo. “São pessoas, são profissionais, sabem que além da relação deles com patrão tem uma profissão em jogo... quando o cara é sério, cria uma possibilidade muito boa”.

Chegamos aqui a um ponto sensível, que é o limite da atuação do assessor e sua relação com a diretoria do sindicato ou da federação. Esse aspecto aparece logo no início da fala pública de Reginaldo, quando ele menciona sua felicidade em rever pessoas que fizeram parte da história do Brasil e acrescenta que não podia perder essa oportunidade, mesmo sabendo que sua contribuição seria “modesta e sem grandes impactos no processo”, porque a intenção do evento seria, para ele, “ouvir as lideranças sindicais”.

A história a seguir marca um ponto importante no que ele chama de aprendizado dessa relação entre assessor e dirigente sindical.

Negociação de 1980. Todo mundo na mesa, um auditório grande, todos os dirigentes lá, uma massa grande de 40, 50, 100 dirigentes sindicais. Pra entrar a Polícia Federal revistava, pra ver se não tava armado. Tudo bem, tava lá, já tinha falado na negociação, e o pessoal continuou discutindo outras cláusulas. Encontrei na saída uma amiga minha da Rede Globo, jornalista.

*Reginaldo, como é que tão as coisas aí?*

Tão rolando...

Eu queria falar com um dirigente...

Não vai dar, tá todo mundo ocupado.

### *E você não podia dar uma entrevista?*

Eu disse: “posso”. Eu tava acostumado a dar entrevista, por causa do Instituto dos Economistas. E dei. Felizmente, logo em seguida saiu todo mundo e eu disse: “eu dei uma entrevista”. Aí meu professor Zé Francisco me chamou e disse: “isso não é papel de assessor. Dar entrevista não é papel de assessor. Dar entrevista é papel de dirigente. Quem fala em nome de movimento sindical é a direção sindical”. Aí eu disse: “concordo inteiramente, fiz uma bobagem”. Peguei um taxi, fui na Rede Globo lá em Olinda, chamei a direção, que eu também conhecia a chefe de reportagem, e disse: “olha, essa reportagem não pode sair, essa entrevista não pode sair, isso complica o movimento, complica a Fetape e complica a minha relação de confiança com o movimento sindical”. Eu não tinha nenhuma intenção de passar por cima da direção – pelo contrário, foi uma coisa meio ingênua, naquele momento...

Trata-se, a seu ver, de uma “aprendizagem mesmo”, embora ressalte que nunca deixou de dizer o que pensa com medo da reação dos dirigentes. “Era uma relação de honestidade, confiança, de capacidade pra de fato contribuir pro processo”. Ele exaltou a capacidade da direção social de avaliar o conjunto, estabelecer estratégias e táticas adequadas, ouvindo as assessorias, mas decidindo a partir da sua visão da realidade. “Nunca ganhei uma partida de dominó de Zé Paulo”, ele divertia a plateia, enfatizando as capacidades do dirigente.

Era impressionante. Não era ‘Doutor Moacir’, ‘Doutor Afrânio’, ‘Doutor Romeu’ – todo mundo dava pitaco. A gente elaborava o documento de fundamentação e lia. Zé Francisco ficava assim [faz uma imitação]. Aí ouvia, ouvia, ouvia, aí depois de algum tempo ele dizia: “volta lá, naquela página lá, naquela coisa que tava escrita”. E de fato tinha que corrigir. Não era um processo em que a assessoria redigia documento e tava pronto não. Era

uma discussão com a direção sindical toda, toda a diretoria participava do processo.

Ele enfatiza que era esse o papel da assessoria: fazer parte do processo todo, junto da direção o tempo todo – e de fato influenciar na condução do processo –, embora as decisões, em última instância, fossem dos dirigentes. Uma relação complexa, que impunha um aprendizado, não era fácil, segundo Reginaldo, pois o limite entre uma opinião voltada para o crescimento do movimento e a “impressão de que ela é algo pessoal” é muito tênue.

Reginaldo narra o processo do seu afastamento da assessoria a partir da sua candidatura frustrada a deputado estadual, em 1986, lançada pela Fetape na época da Constituinte. Ele diz não ter articulado essa candidatura, mas que foi procurado para ter seu nome lançado. Reginaldo considera ter sido escolhido em virtude de sua participação em momentos decisivos como as negociações das greves, e também porque tinha um perfil conhecido publicamente, tendo sido presidente do Instituto dos Economistas, contava com o apoio de parte dos economistas, “gente importante e tal”. Diante da insistência e do lançamento da candidatura em uma assembleia, “ficou difícil dizer não”. Saíram candidatos ele e Euclides Nascimento, antigo presidente da Fetape, mas nenhum dos dois se elegeu. Euclides teve cerca de “13, 14 mil votos”, quando precisava de 20 mil, e Reginaldo, 9.600 votos, quando precisava de 11 mil. Após as eleições, ele se afastou da Federação para trabalhar no governo de Miguel Arraes, sendo nomeado presidente da fundação estadual agrícola. Arraes já havia sido importante anos antes, participando na decisão de Reginaldo de ingressar no trabalho com a Fetape definitivamente.

Quando ele chegou do exílio, eu era o presidente do Instituto dos Economistas, e ele nos procurou pra conversar, tínhamos reuniões semanais na casa dele, praticamente, sobre economia, conjuntura e tal. [...] Essas aproximações com Arraes, com a

Fetape e o Dieese me fizeram ver que havia uma completa incompatibilidade – de vida! Ou eu saía do meu trabalho regular pra começar uma nova etapa da minha vida ou, enfim... terminei embarcando, saí de lá, pedi demissão e pronto.

Ele conta, porém – sem muitos detalhes – que umas “briguinhas” o fizeram sair do governo, em 1988, tornando a participar dos estudos da campanha salarial em 1989.

Apesar desse retorno, ele avalia que o cenário havia se alterado: “já não tínhamos o mesmo peso político e capacidade de mobilização”. Eram tempos da eleição de Collor e de mudanças significativas no papel do Estado em relação à área dos canavieiros. A partir de 1990, assumiu a supervisão do escritório do Dieese em Pernambuco, tendo ainda assessorado, como Dieese, as campanhas salariais de 1990 a 1993.

### *Maria do Carmo*

A segunda personagem que apresento é Maria do Carmo. Assim como aconteceu com Reginaldo, nosso primeiro contato se deu durante os dois dias de evento em Carpina. Maria do Carmo, porém, não fez uma fala pública, tal como Reginaldo havia feito, limitando-se talvez a algum comentário sobre as demais falas. Soube em meio à interação informal do evento que ela era uma assessora “das antigas”, tendo participado do movimento desde os anos 1970, e me aproximei para conversar. Maria do Carmo me recebeu alguns dias depois em Recife, no apartamento onde vive com seu marido, professor de Matemática aposentado, e pudemos ter uma longa e agradável conversa sobre suas experiências como assessora. Dias depois, ela me enviou ainda um documento escrito em que precisava e esquematizava certas passagens do período em que participou do movimento sindical.

Ao narrar sua chegada ao movimento sindical, Maria do Carmo resalta suas origens no campo, onde viveu até os 10 anos de idade, quando foi morar com o pai, em um distrito de Araripina. Ela apresenta, então,

uma narrativa em que sindicato e formação escolar e universitária se entrelaçam, de formas peculiares. Alfabetizou-se aos 12 anos e, após cursar, em dois anos, “um primário meio atrapalhado”, fez um curso preparatório para entrar no ginásio, tendo ficado, porém, um ano sem estudar. Foi para outra cidade completar seus estudos aos 17 anos, ali permanecendo até os 20. Aos 21, iniciou o primeiro magistério em Ouricuri, mas decidiu voltar a Araripina em razão de problemas de saúde, por recomendação médica. Porém, como o colégio era mais caro ali, ela precisava de um emprego para arcar com esses custos (antes, em Ouricuri, trabalhava no comércio). É nesse contexto que se dá sua aproximação com o sindicato local.

Apesar de, até então, Maria do Carmo não ter tido contato com o sindicalismo, em parte fruto de uma percepção de que era “coisa de comunista”, seu tio era o presidente do sindicato local, que contava ainda com um tesoureiro compadre de seu pai, além de outro amigo dele. Ela conta que procurou seu tio para ir até o comércio de uma amiga, onde imaginava poder trabalhar, mas que acabou entrando justamente para o trabalho no sindicato, quando lhe explicou suas intenções. Contudo, essa entrada não foi sem particularidades. Foi dito a Maria do Carmo que havia um problema: embora eles precisassem de fato de alguém para trabalhar, o sindicato só poderia contratar assinando carteira, e, havendo já um funcionário nessas condições – um auxiliar de dentista que era responsável também por toda a parte burocrática –, não havia como arcar com mais uma contratação nesses termos, “por enquanto”. Maria do Carmo, então, sugeriu uma solução: o sindicato pagaria seu colégio (“35 cruzeiros, muito dinheiro na época, que o salário mínimo chegava a uns 90”) como uma espécie de bolsa de estudos. Foi assim que ela passou o segundo semestre de 1971 trabalhando no sindicato à tarde e estudando pela manhã.

Havia uma “seleção braba” para entrar no movimento, pela qual Maria do Carmo passou até janeiro de 1972, quando enfim assinaram sua carteira: participar das reuniões, escrever atas, ler atas para os trabalhado-



res, fazer avaliações... tudo para ver se “dava conta do recado”. Sua carteira, porém, foi assinada com um salário mínimo, o que implicava trabalhar oito horas diárias e traria complicações para seus estudos. Foi acordado, então, por sugestão do sindicato, que Maria do Carmo contrataria, com seu próprio salário, uma das bolsistas que participavam do PEB, o programa de educação rural, para substituí-la no horário da manhã, estando livre, assim, para ir ao colégio, situação que permaneceu até 1973, ano em que enfim se formou.

Com a chegada de Maria do Carmo ao Sindicato de Araripina, seu colega pôde se concentrar em suas atividades como auxiliar de dentista. A ela, por outro lado, cabiam tarefas de toda sorte, a “parte burocrática”, como ela diz: escrever atas, inscrever trabalhadores, receber mensalidade, cuidar da contabilidade: “fazia de tudo”, pois os dirigentes “não tinham muito conhecimento desse tipo de coisa”:<sup>6</sup>

O tesoureiro, por exemplo, não sabia fazer as anotações. Eu vinha na federação, a contadora ensinava a gente a fazer o caixa, a parte burocrática, inclusive classificar toda a documentação pra ela fazer a contabilidade. Mas o básico era a gente que fazia, né? [...] O tesoureiro recebia o dinheiro, que é fácil, mas a parte de organizar documentação, fazer caixa, não sabia... preencher cheque, resolver questões em banco, essas coisas tudo ficou comigo...

Ao entrar para o sindicato, em 1971, Maria do Carmo foi auxiliada por uma escola de líderes rurais do Crato, que, fechada pela ditadu-

---

<sup>6</sup> Ela enumera suas atividades da seguinte forma, no documento escrito e gentilmente enviado por e-mail alguns dias depois de nosso encontro em seu apartamento: “função escriturária e chefe do departamento pessoal, exercendo atividades burocráticas tais como: filiação dos trabalhadores ao sindicato, confecção de atas das reuniões de diretoria, conselho fiscal e assembleias, organização do fichário, contratos de trabalho dos funcionários, folhas de pagamentos, classificação dos documentos contábeis, encaminhamento dos trabalhadores ao serviço médico, elaboração dos processos de aposentadoria dos trabalhadores, processos de bolsa de estudo dos filhos(as) de associados, processos de eleições sindicais, participação nas assembleias e reuniões do Sindicato e a partir de 1980 participação nas greves dos canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco.”

ra, estava começando a fazer reuniões clandestinas. Mesmo com o curso de orientação para o trabalho de secretaria suspenso, a instrutora foi até Araripina, e Maria do Carmo se diverte contando casos dessa relação:

Eu paguei um mico danado. Ela chegou e eu estava lá associando trabalhador. E havia um acordo lá que não sabia que era acordo, e eu sou feito papagaio, o que me disser eu digo. Aí eu disse tudo pro trabalhador, quais eram os direitos coletivos, como é que ele ia pra reunião, como pagava mensalidade, tudo bonitinho, ela achando bonito. Mas aí teve a hora da besteira, quando eu disse a ele que só teria direito de internação em hospital quando tivesse 6 meses de sócio. Ela me chamou assim, dá licença, quem foi que lhe disse isso? Foi a diretoria que me orientou assim. Olha, desculpa, eu vou logo dizer ao senhor, ela não tem culpa, ela aqui é mandada, mas essa orientação está errada. O hospital tem um convênio com o Funrural que é fundo de assistência ao trabalhador rural, não é fundo de assistência aos associados do sindicato, (risos) então essa orientação está errada, eu vou conversar com a diretoria... o senhor fique sabendo que até sem essa carteirinha o senhor tem direito a hospital. As outras coisas que ela disse tá tudo aprovado, até elogiei, mas essa aí tá errada! (risos) Aí ela pegou o convênio, me botou pra ler. Aí eu fiquei arretada também, ôxe, que negócio mais safado esse aí!

Enquanto Reginaldo menciona o aprendizado do lugar de assessor pelo viés da relação com os dirigentes, Maria do Carmo trata de um aprendizado mais “prático” e “material”, continuando sua fala com as orientações que recebia da instrutora.

[...] derrubou o arquivo todinho pra eu arrumar. Na escola não aprende isso: o que é ofício, memorando, ata... a gente não aprende isso na escola, né? Eu fazia magistério, mas a gente não aprende isso. Então, pra mim, comunicação é comunicação, né? Ia tudo pra

mesma pasta. Não entendia muito. Me ensinou tudo, separei todas as pastas, me disse cada papel o que era de fato, ficou três dias. Ela era educadora da escola. Georgina também foi pra lá, fez curso de contabilidade prática... Aí a federação ficou com mais cuidado, com essas orientações. Foi quando começou esse entrosamento de juntar os sindicatos, para conversar. Tinha muita capacitação nessa época.

Nessas reuniões aconteceu algo curioso e revelador das hierarquias subjacentes ao trabalho de assessoria.

Quando fui contratada pela primeira vez, não tínhamos o nome de assessora. A gente tinha o nome de auxiliar do departamento de educação. Depois foi que a gente questionou que o trabalho que a gente fazia não tinha nada a ver com auxiliar, porque a gente fazia de tudo, que auxílio era esse? Até porque às vezes a gente precisava ir na Justiça, e se pedissem o crachazinho da gente, com auxiliar, e a gente querendo ser o papagaio pelado, não dá certo. Pros trabalhadores, era tudo funcionário da Fetape, mas a Justiça exigia mais, quem é você? É advogado? Não, né? Por que você tá aqui?... Aí a Fetape mudou o nome da gente pra assessor. Mas acho que ainda fiquei na carteira uns dois ou três anos como auxiliar.

Ela conta que eram apenas três ou quatro pessoas, com esse nome de “auxiliar”, e foram elas que chamaram a diretoria para discutir essa questão. Havia também uma diferença importante entre os salários dos assessores sindicais, que descobriram conversando e calculando o valor percentual que teriam de aumento. “Epa, que conversa é essa, que você ganha mais que eu?” Ela menciona nomes importantes do movimento que eram então assessores, como Euclides Nascimento, ex-presidente da Fetape, que, cassado pela ditadura, era contratado como assessor educacional, e outros que, mesmo sem essas credenciais, recebiam um salário

muito maior. “Era uma diferença enorme no salário deles pro nosso. Aí fomos falar com a diretoria... Por favor, não me bote os diplomas na mesa que aqui tem assessor que tem licenciatura, tem assessor que não tem graduação, que tem terceiro ano primário... se for por aí não vai ser legal, né?”. Foi nesse contexto que se equipararam os salários. “A gente saiu ganhando, que era quem tava atrasado, né?”

Ao relatar suas atividades como assessora, Maria do Carmo reforça algumas situações específicas. De 1972, por exemplo, ela destaca a questão da aposentadoria dos rurais (foi por aí que ela começou nossa conversa). Eram poucos sindicatos, e o de Araripina havia virado “praticamente um Funrural”, dado que todos iam buscar assinaturas lá. Isso foi considerado perigoso pelo sindicato, “porque quando tem muito interesse, o presidente podia se dar mal, com informações que vinham de usineiros e tal”. Foi assim que se decidiu pela criação de outros sindicatos na região, e Maria do Carmo participou, através do Sindicato de Araripina, de todo esse trabalho de iniciar a fundação de novas unidades.

Além disso, havia, aos domingos, reuniões de base em que os representantes das 16 delegacias sindicais que havia na época traziam para o sindicato as demandas que haviam levantado dos trabalhadores. Foi esse trabalho de coordenação que a fez ser chamada, em 1982, pela Fetape, que começou a contratar assessorias para representá-la em cada regional. Como assessora de polo, Maria do Carmo era responsável pelos 9 sindicatos do Araripe e, em cada um deles, fazia todo o acompanhamento das eleições sindicais, da organização de assembleias à preparação de documentação. Se havia uma atividade como o “Grito da Terra”, ela participava da mobilização e da logística dos eventos.

Ela cita alguns exemplos de sua atuação durante esse período. O primeiro é a luta envolvendo barragens em Ouricuri:

Criamos uma comissão, fizemos levantamento da área, das benfeitorias dos trabalhadores, pra fazer negociação com o governo,

uma desapropriação de área, escolhemos áreas pra reapropriação dos trabalhadores. Tudo isso era papel da assessoria, de estar lá junto com as pessoas.

Outro, um período de “uma seca braba”, entre 1979 e 1983, que levou o governo a implantar as frentes de emergência: “Construir açude, fazer estrada, tudo que fosse pra enrolar tempo e pra pagar uma desgraça de salário pros trabalhadores... e a gente participava de toda a organização desse processo”. Ela relata “muita coisa troncha”, “muita safadeza” que tiveram de denunciar. “De todo tamanho a gente tinha problema, né?” Em determinado momento de piora da situação, os trabalhadores resolveram saquear feiras para sobreviver:

Aí fizeram uma arrumação, veio cesta básica, e a gente ficava também nessa parte... Tudo que fosse de demanda, da região... Não é só um funcionário que “fica ali”, sabe? Eu trabalhava nos nove municípios do Araripe, e ainda dei uma mãozinha no polo do Sertão de São Francisco, que a funcionária lá era nova.

Como funcionária do Sindicato de Araripina, de 1971 a 1982, e da Fetape, de 1982 a 1990, Maria do Carmo participou direta e ativamente dos ciclos de greve dos canavieiros ocorridos nesse período. Sua atuação, porém, parece ter sido de uma ordem bastante diferente daquela relatada por Reginaldo. O trabalho nas greves começava, segundo ela, com as preparações para a campanha salarial feitas pelos sindicatos regionais, com dois encontros realizados entre Fetape e sindicatos para discutir a pauta.<sup>7</sup> A primeira semana era de mobilização, de ida para o campo para convocar os trabalhadores para a assembleia. Ela relata uma dificuldade muito grande nesse processo, pois os patrões tinham algumas estratégias

---

<sup>7</sup> Ela aponta que durante o difícil período da ditadura juntavam-se a essas reuniões sindicalistas de diversas regiões do país: do Sertão, do Agreste, mas também de São Paulo e de Campos-RJ, entre outros, que se hospedavam nos centros de Carpina e Ribeirão.

para desmobilizar os trabalhadores no dia da assembleia: “jogo de futebol, feijoada, praia... então a gente também tinha que ter alguma coisa, os sindicatos se organizavam mesmo”. Maria do Carmo conta que as assembleias eram muito grandes, reunindo mais de mil trabalhadores, nos anos 1980. Terminada a assembleia e aprovadas as reivindicações, o grupo se dividia e partia para municípios menos engajados.

Tinha início uma outra fase, o começo das negociações, com a preparação e o fechamento das reivindicações, a notificação aos patrões e a definição pela Delegacia Regional do Trabalho da data da abertura da negociação. Quando se abriam as negociações, a assessoria ficava de prontidão. “Nessa época, nos anos 1980, só ia pra delegacia de trabalho uns dirigentes, o advogado da federação... e Reginaldo, por exemplo, era quem fazia as defesas econômicas... mas não ia como vai hoje, que tem um espaço maior, vai assessoria, vai trabalhador... era dirigentes, só os presidentes...” O restante permanecia na base, mobilizando trabalhadores. Ela ia às bases todo dia, explicando o andamento das negociações a partir dos boletins diários que eram emitidos sobre o processo, mas não conversava sobre a formulação das fundamentações com o grupo que frequentava as mesas. Isso não significa que ela não tivesse um conhecimento sobre o andamento das disputas que ali se travavam e seus desdobramentos.

“Geralmente negociam as coisas mais fáceis, e no final... Um dos grandes problemas é a tarefa, todo ano querem fazer modificação, é onde os trabalhadores não aceitam mesmo. Salário ainda dá, mas tarefa é mais complicado. É mais complicado, aí que vem a greve, na parte econômica”. Enquanto Reginaldo estava no palco das negociações, Maria do Carmo ocupava posição distinta: “Vinha a greve, dava a madrugada todo mundo ia pro campo. A gente ia pros pontos de boia-fria, onde tem maior concentração de trabalhadores, pra evitar que saíssem. A gente já tava lá, as equipes”. Se preciso fosse, como em um caso que contou, de um engenho que “nunca parava”, tomavam todas as foices disponibilizadas para o trabalho e as levavam dali, sendo perseguidos pelos patrões e seus capangas.

Maria do Carmo enfatiza as dificuldades próprias de tempos sem telefone celular, com muitas demandas e poucos recursos de transporte: “os carros eram uns fusquinhas, no máximo uma Kombi, o carro deixava dois aqui num município, dois ali...”. As jornadas eram longas, e, ao final de cada dia, havia segundo ela reuniões de avaliação, “para fazer um balanço do dia, onde teve mais violência, onde tinha mais dificuldade... e tem gente que é detalhista, né? Aí contava bem... pausadamente... (risos) Às vezes dava uma hora da manhã a gente ia dormir, três horas já tava de pé”. Acima de tudo, porém, ela destaca que nem todos os dirigentes estavam realmente dispostos a se engajar na luta, narrando um caso para ilustrar essa questão, em um município que estava com uma “safra ruim” no comando:

Só o motorista nos apoiava (risos). E um suplente da diretoria apoiava a gente, e uns delegados de base. [...] A gente ia buscar os dirigentes em casa, de madrugada, bater na porta, os cabras tava dormindo, puxávamos mesmo, ‘bora!’. Uma vez, uma menina do Rio, da equipe do Moacir [...] o diretor do sindicato levou a mulher no campo, pra ver se tava trabalhando ou não, e levou em um mesmo lugar duas vezes lá, pra mostrar o mesmo lugar, que estava parado, e não mostrar os outros. Ela foi uma vez, na segunda ela viu uma barraca de frutas, e ela desconfiou que era o mesmo lugar. Aí na terceira ela falou, você já me trouxe aqui três vezes! Ele disse “não”, ela disse “vou lhe mostrar”... Safado [risos].

Outras dificuldades tinham a ver com a violência, sempre presente nas narrativas daqueles que participaram das lutas sociais do campo. Ela remonta à greve de 1984, quando tinham que ir para a delegacia quase todos os dias (“recebia ameaças, botavam carros atrás da gente, da secretaria de segurança...”), citando um município onde haviam matado o secretário do sindicato, “e o provável matador era o presidente do sindicato, e estava preso”. Era uma usina muito grande, segundo ela, um dos maiores polos

de boia-fria da região. “O pessoal do sindicato não queria nem ver a gente. Eles tudo com medo, e com raiva que o presidente tava preso.”

Então organizamos um café da manhã. Levávamos mortadela, pão, queijo, já tudo pronto, levava refrigerante. Chegamos no ponto do boia-fria fazia a mesa e chamava pra tomar café. Era uma forma de passar o tempo, e o cordão de polícia assim, lá, porque o governador dizia que a polícia ia defender os trabalhadores. Aí a gente se aproveitava do discurso, né? Companheiros, não se preocupem com a polícia, o governador disse que a polícia tá aqui pra nos defender! [risos]

Maria do Carmo voltou a participar de uma greve em 2005, dessa vez como assessora da Mata Sul, após retornar de um hiato nos anos 1990, quando, aprovada em um concurso, se afastou do cargo de assessora para lecionar na rede municipal. Apesar de mudanças políticas importantes, não mais em uma ditadura, a violência no campo parece ter permanecido, segundo sua narrativa. Seu trabalho, porém, seguia a mesma tônica, de reforçar certos municípios:

Tinha município que não precisava de reforço, que tinha direções boas, mas outros que a direção já não tinha muito peito, e a equipe de fora dava suporte, e a assessoria sempre tava lá. A greve foi deflagrada onze horas da noite, então imagina... a gente veio pra casa só pra tomar banho e ir pro campo, saiu daqui uma da manhã passando nos municípios. A gente tinha que ter o campo parado de manhã. Mesmo com comunicação melhorada, porque tem muito dirigente que não tem esse pique todo, às vezes a gente tinha que ir lá buscar, muitas vezes a gente dá o sangue mesmo, enfrentando as dificuldades e pressões dos patrões.

Assim como no dia das assembleias existe uma disputa entre patrões e sindicatos pelo trabalhador, durante a greve são feitas propostas e traça-



das estratégias para contornar a paralisação. “Eles prometem, pagam dobrado, na hora, pra quem trabalhar, traz gente do agreste, do sertão pra furar greve... e a gente explicava também pra quem vinha furar greve”. E o trabalho continua mesmo depois da greve, pelo cumprimento do que foi acordado:

E aí é outro borogodó, que é o ano todo. Também no período de safra a gente vai pro campo, de manhãzinha. Na gestão de Beto criou uma patrulha rural, um conjunto de sindicatos do mesmo polo, e a gente se planejava pra ir nas usinas, principalmente depois que aprovou o compasso. Aí pronto, chegava lá não encontrava compasso; não tinha medida da tarefa, tinha trabalhador de fora, que não tinha carteira assinada, bebendo água suja, uns tonéis dentro do ônibus... Aí levou todo mundo pra sede da usina, foi ver os casos... O acampamento não tinha banheiro, era uma coisa absurda mesmo.

Ela conta que, após negociações, a usina teve que “fazer tudo, organizar acampamento, botar água potável... eles fazem miséria com quem vem de fora”.

Algo que me pareceu marcante em nossa conversa foi essa necessidade de ir atrás de certos dirigentes e sindicatos para “tirá-los da cama”, recorrente em algumas das histórias que ela contou e que traz à tona um outro aspecto daquela dinâmica que Reginaldo mencionou, entre assessoria e direção. Conversamos um pouco sobre essa questão, especificamente a partir da fala de Reginaldo, e Maria do Carmo expôs sua visão sobre esse ponto sensível do lugar de assessoria, ao mesmo tempo limitado e estratégico.

Eu não tive muita dificuldade nesse aprendizado, porque eu entrei muito cedo, já comecei a entender o meu espaço e o espaço do dirigente. Quando Reginaldo contou aquele negócio eu até comentei com Beto: “tá vendo, Beto, eu não sabia disso, mas eu

sempre entendi que seria isso”. Aí me falavam: “Ah, mas por que você não faz isso?”. Mas “não, aí não é meu lugar, isso é espaço de diretor”. Por exemplo, eu vou dar alguma posse em algum sindicato. Se não tiver nenhum diretor do polo – da Fetape, por exemplo – eu até vou conversar com a diretoria do sindicato que vai tomar posse pra ver que pessoa vai ser que vai dar a posse... Mas só faço organização, não vou dar... às vezes até dizem: “não, quem vai dar é você”, aí beleza, eu até faço, mas não é meu papel. É papel do dirigente, que tem força. E tem coisas difíceis, eu dizia [para uma diretora]: “companheira, ao invés de eu ligar você ligue. Eu posso ligar, mas a pessoa indicada é você. Pra ele lhe ouvir nesse horário...”. A fala de um diretor é diferente da de um assessor. Não tem peso. A gente é pau-mandado.

A gente tem que ter cuidado, às vezes sai da linha também, quer botar o carro na frente dos bois... Tem sindicato por aí que quem manda é funcionário. E como tem... tem um bocado. Eu trabalhei com uns três dessa qualidade. A funcionária lá que manda... Faz chapa, desmancha chapa, bota diretor pra fora, bota diretor pra dentro... Se os diretores não abrirem o olho nessas relações, complica. Tem essas coisas de você achar que sabe mais que o diretor. Tudo bem, você tem o seu conhecimento, da universidade, essas coisas, mas o diretor é ele, então você tem que trabalhar orientando ele, né? Por exemplo, Zé Rodrigues era tão ligado nessa coisa, eu trabalhei com ele um mês, tava de férias a assessora dele. “Vamos fazer um ofício pra delegacia do trabalho...”, ele rascunhava, me entregava. “Agora faz a sua parte, digita, corrige...”, sabe? Mas ele faz do próprio punho. Ele gosta, sempre foi assim, aquela simplicidade toda, mas não deixava ninguém entrar na frente dele não.

Maria do Carmo trabalhou na Fetape em dois momentos. Primeiro, de 1982 a abril de 1990, quando passou em um concurso para professora do estado, como mencionado, e pediu demissão da federação, indo morar e trabalhar em uma periferia de Recife. Após doze anos lecionando, aposentou-se. Ela enfatiza, porém, que, durante esse período, não se afastou totalmente do movimento: “Sempre que tinha atividades maiores, tipo ocupação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), ações de terra, eu dava um jeito de tá presente”. Um mestrado em linguística estava em seus planos, mas não resistiu a um novo chamado da Fetape, em 2004, para assessorar a Mata Sul, onde trabalhou até fevereiro de 2015.

Ao refletir sobre sua última saída, Maria do Carmo ressalta as dificuldades desse trabalho, retomando o tema da sua trajetória escolar e universitária, que motivou sua entrada no movimento, em 1971. “Movimento sindical, se você assumir com unhas e dentes mesmo... eu quase não me formo, trabalhando no sindicato, e é porque eu não tava, eu cansei de perder aula, e era colado na minha casa, a faculdade”. Em outro momento, ela afirmou que a maior faculdade que cursou foi o movimento sindical, referindo-se especialmente ao conhecimento construído no período de greves: “Se você me perguntar hoje ‘o que você aprendeu na faculdade?’ eu vou ter dificuldade de dizer. Fui pra uma faculdade que a gente era o fundador. Os professores da gente eram delegado de polícia, juiz, promotor... menos professor (risos)”. De todo modo, a agenda do sindicato complicava sua frequência normal no curso, com reuniões até tarde e eleições em outros municípios. “Era uma loucura. Eu mesmo saí porque não tava aguentando, agora. Tinha 30 municípios pra cobrir, não é brincadeira! Na Mata Sul. No Araripe eram 9... Assessor de polo é ‘caixão de vela preta’. É muito difícil”.

Maria do Carmo conta que fez uma avaliação e começou a se questionar se valia a pena, pois certas coisas a incomodavam. Ela relata um desânimo com reuniões que pareciam não levar a lugar algum, e com situações em que trabalhadores brigavam entre si. “Cheguei num ponto que eu

pensei: meu Deus pra quê?”. Havia uma onda de demissões dos mais velhos pela Fetape, na época, e isso também contribuiu para sua decisão. “Já tinha tirado Lucinha, já tinha tirado Georgina, comecei a cansar, e se for pra prejudicar eu prefiro sair”. Maria do Carmo comunicou sua vontade em 2013, mas ainda trabalhou por mais algum tempo, até que encontrassem um substituto.

### **Algumas considerações**

As passagens de Maria do Carmo e Reginaldo pelo movimento sindical rural – e a forma como a narram – apresentam algumas semelhanças, como seria esperado de pessoas de uma mesma categoria profissional, mas também diferenças importantes, que sugerem que essa categoria da assessoria é muito mais heterogênea do que pode parecer. Mais que apontar “conclusões” ou considerações “finais”, como é de praxe em artigos científicos, gostaria de finalizar este capítulo destacando brevemente alguns desses aspectos suscitados e explicitados pelo diálogo entre as duas falas, fornecendo, quem sabe, alguns aportes para futuras e necessárias pesquisas sobre o tema.

Começo pelo aspecto que me pareceu mais marcante: a ampla gama de posições e sentidos assumidos pela função de assessor. Se voltarmos às páginas anteriores e enumerarmos os assessores citados (Reginaldo, Maria do Carmo, Euclides, Moacir, Romeu, etc., além daqueles que ficaram de fora), constataremos que não apenas as tarefas desempenhadas variam bastante entre eles, como também as trajetórias percorridas diferem de maneira significativa, ainda que marcadas de algum modo por algum tipo de investimento escolar, por menor que seja.<sup>8</sup> Reginaldo era professor uni-

---

<sup>8</sup> As duas trajetórias apresentadas aqui não esgotam de forma alguma a multiplicidade que se encontra. Não se faz presente, por exemplo, a recorrente união matrimonial observada entre dirigentes e assessoras, que mereceria talvez um estudo à parte, tampouco aqueles militantes de organizações de esquerda inseridos eles mesmos no trabalho cotidiano, tal como fizeram Robert Linhart e seus companheiros na França.

versitário e presidente do Instituto de Economia ao entrar para a Fetape, enquanto Maria do Carmo lutava para terminar seus estudos. O primeiro remete sua militância a um período anterior, apresentando sua aproximação ao sindicalismo rural como coerente com sua trajetória, até então, minimizando a ruptura que representaria em termos profissionais e de remuneração.<sup>9</sup> A segunda, embora oriunda do campo, faz um caminho de certa forma inverso, ingressando no sindicato como que “por acaso”, como forma de evitar a interrupção de sua escolaridade, como indicam as artimanhas que permitiram que ela conciliasse estudos e trabalho.

Suas atuações, atribuições e articulações, seja no período de greves, seja no interregno, diferiam bastante em natureza, indicando que a assessoria talvez possa ser um caso particularmente revelador daquela distinção em “planos” proposta por Sigaud, e não apenas durante as greves, como apresenta a autora, mas no cotidiano mesmo do interregno, desdobrando-se aí de algumas maneiras. A narrativa de Maria do Carmo sobre disputas em torno da própria definição oficial de “assessor” – e suas consequências práticas, como remuneração e acesso à Justiça – é reveladora das diversas posições abarcadas pelo “guarda-chuva” da assessoria, as quais só podem ser plenamente compreendidas no cruzamento entre trajetórias individuais e o campo das relações em determinado momento.

Apesar dessas múltiplas facetas da assessoria levantadas pelo confronto das entrevistas, alguns temas em comum perpassaram suas narrativas, como a relação com a universidade e o aprendizado inerente ao lugar ocupado. É o caso, por exemplo, da relação entre assessor e dirigentes, apontada como complexa e delicada por ambos, que ilustram seus pon-

---

<sup>9</sup> Devemos estar atentos, aqui, ao que Bourdieu denuncia como “ilusão biográfica”, pautada na concepção de uma unidade coesa e contínua, a vida individual, que, no que concerne a uma pesquisa sociológica, induziria ao apagamento do que para ele seria o essencial: “os estados sucessivos do campo no qual ela [a trajetória] se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado [...] ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis” (Bourdieu, 1996, p. 190). Por outro lado, me parece importante prestar atenção justamente às elaborações e sutilezas que compõem essa produção de coerência, que acredito serem da maior relevância.

tos de vista a partir de situações bastante esclarecedoras das posições que ocupavam, suas condições de atuação e os limites (ideais e efetivos) de sua influência nos rumos do movimento sindical. É preciso destacar, porém, que mais uma vez tais temáticas em comum se veem apropriadas e exploradas de formas particulares em cada caso. Se Reginaldo contempla, em sua fala, o aprendizado nessa relação entre dirigente e assessor, em suas múltiplas nuances, Maria do Carmo trata de um aprendizado mais “prático” e “material”, por assim dizer, envolvendo atas, circulares e inclusive professores, no sentido mais estrito do termo, mobilizando através de exemplos, como sua “gafe” em relação ao plano hospitalar, os meandros desse aprendizado do dia a dia na assessoria, para o qual sua formação lhe parecia insuficiente.<sup>10</sup> De uma forma ou de outra, me parece inegável que ambas as narrativas confluem no sentido de reforçar a profundidade do vínculo subjetivo que se estabelece entre as partes envolvidas no trabalho de assessoria a movimentos sociais. Esse engajamento intenso não se reduz a um vínculo formal que se explique apenas pela remuneração, ainda quando ela é importante ou mesmo o ponto de partida, como indicam as trajetórias de Reginaldo e Maria do Carmo (e tantas outras ausentes aqui), manifestando-se, por exemplo, nas escolhas de Reginaldo, ao afastar-se de seu cargo no Instituto dos Economistas e como professor universitário, e de Maria do Carmo, ao abrir mão de um mestrado para retornar à ativa pela Fetape após um afastamento de anos, além da própria dificuldade expressa por ela em distanciar-se efetivamente do movimento, mesmo durante o período em que ganhava a vida lecionando. Talvez seja justamente pela intensidade dos valores, afetos e esperanças envolvidos na vinculação desses sujeitos a uma causa social mais ampla que se possa melhor compreender a atração que exerce neles esse lugar tão ambíguo e ambivalente da assessoria, ao mesmo tempo estratégico e submisso, pouco delimitável e

<sup>10</sup> Ambos enfatizam, por outro lado, o trabalho continuado de formação desenvolvido pelo movimento, de que participavam por diferentes inserções.

por isso mesmo dificilmente reduzível a uma esquematização precisa. Um fascínio que se manifesta nas gerações mais antigas, que participaram de todo o ciclo de greves dos canavieiros, mas também nos assessores atuais com quem pudemos interagir durante a pesquisa. E, talvez mais sintomático, no brilho nos olhos de alguns dos nossos próprios jovens pesquisadores, em nossas conversas informais, sonhando um dia poder também fazer parte dessa luta.

### Referências bibliográficas

ASSALARIADOS rurais: novos desafios. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro: Fase, n. 26, 1985.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FONTE, Romeu da. *Doutor Romeu*. Recife: Editora Facform, 2009.

ESTERCI, Neide; RAMALHO, José Ricardo. *Militância política e assessoria: compromisso com as classes populares e resistência à ditadura*. São Leopoldo: Oikos, 2017.

LANDIM, Leilah. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993.

LOPES, José Sergio Leite. Episódios significativos do encontro entre sociólogos e antropólogos e movimentos sociais no Brasil: o caso da relação com o sindicalismo de trabalhadores urbanos e rurais. In: CARRIÇO, Antônio; CIOCCARI, Marta; GOMES, Renan; COUTINHO, Priscila (Orgs.). *Etnografias, engajamentos e intersubjetividades*. Três Rios: iVentura, 2019.

SIGAUD, Lygia Maria. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SIGAUD, Lygia Maria. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, 1986. (Publicado nesta coletânea à p. 503.)

# **Violência e vigilância, greves e resistência do movimento dos trabalhadores canavieiros na Zona da Mata pernambucana**

*José Carlos Matos Pereira<sup>1</sup>*

Violência e vigilância são uma combinação perfeita, conforme a doutrina militar, para sufocar toda e qualquer reação popular às formas autoritárias de dominação. Esta é uma das constatações do trabalho realizado pela Comissão Nacional da Verdade que tornou público, através do Projeto Memórias Reveladas (2014), um conjunto de documentos produzidos sobre a ditadura civil-militar no Brasil. Trata-se da espionagem e monitoramento de organizações sociais e políticas, de militantes, de dirigentes sindicais, de artistas e religiosos vistos como antagônicos ao regime e que eram objeto da repressão. Esse monitoramento sistemático da sociedade civil brasileira resultou na produção de relatórios e informações que se mantiveram sob a guarda do aparelho repressor do Estado e que se tornaram depois alvo do interesse e análise de pesquisadores de várias universidades e diferentes áreas de conhecimento.

As três dimensões da cidadania segundo Marshall (1967) – o direito à liberdade de expressão, à organização e ao tratamento igual perante a lei; o direito de votar e ser votado; o direito ao bem-estar, ao emprego e à segurança – estavam suspensas durante a vigência do regime de exceção. Esses aspectos indicam a militarização do Estado e da política como característica do capitalismo dependente brasileiro. Dessa forma, a concentração do poder veio por intermédio da violência aberta e sistemática, espe-

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/Uerj) e Pós-doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS/MN/UFRJ).



cialmente contra grupos suspeitos de “atividades subversivas”, de forma a assegurar o “desenvolvimento com segurança” inspirado no totalitarismo fascista, instituindo assim um poder militar-civil supremo e inquestionável. Nesse contexto, as greves passaram a ser caso de polícia (Fernandes, 1968; 1976).

No entanto, foi durante esse mesmo período que se viu instaurar na Zona da Mata Pernambucana um exitoso “ciclo de greves” (Sigaud, 1986) e de conquistas que, apesar de toda adversidade, resultou na retomada da luta sindical no campo pós-golpe de 1964. Os trabalhadores canavieiros do corte da cana se organizaram para reivindicar as melhorias das condições de trabalho e salário em torno dos sindicatos rurais, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (Fetape) e da Confederação Nacional do Trabalhadores da Agricultura (Contag) e contaram com o apoio dos setores progressistas da Igreja Católica. Assim, a mobilização da categoria ganhou a forma de assembleias sindicais, paralização dos engenhos, enfrentamento com usineiros, donos de engenho e jagunços, passeatas e rodadas de negociação com o setor patronal, mediados pela Delegacia Regional do Trabalho. Podemos dizer que esse conjunto de ações reivindicatórias se aproxima do que Tarrow (2009) definiu como o repertório de luta da ação coletiva de confronto baseada em redes de solidariedade.

A partir da análise do acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI),<sup>2</sup> observamos que, paralelamente a esse processo de mobilização, o sistema de vigilância e seus tentáculos se estendiam ao monitoramento de lideranças e dirigentes sindicais na Zona da Mata com o intuito de antecipar seus movimentos e identificar as “práticas subversivas” no campo, o que despertou o nosso interesse em entender como isso se dava na prática cotidiana da luta política e nos levou a estudar os documentos confidenciais que estavam sob a guarda dos agentes da repressão e dar uso analítico

---

<sup>2</sup> Para acessar o acervo basta fazer o cadastramento no site do Arquivo Nacional, disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br>.

a esse material. Assim, buscou-se apreender as estratégias de monitoramento utilizadas, as narrativas produzidas e as hierarquias e estruturas de poder envolvidas no sistema de vigilância do regime militar. Dessa forma, organizamos nossa argumentação através dos pares de oposição que remetem aos termos de “violência e vigilância”, para o campo dominante, e “greve e resistência”, para o movimento sindical.

Esses são os aspectos que tratamos neste artigo, como parte do resultado do trabalho de campo<sup>3</sup> realizado na cidade de Carpina (PE) no âmbito do projeto de pesquisa “Movimentos cruzados e histórias específicas de operários e trabalhadores rurais. Análise comparativa dos ciclos de greves iniciados pelos metalúrgicos de São Paulo e do ABC paulista e pelos canavieiros de Pernambuco no final dos anos 1970”. Assim, o conjunto de informações coletadas, reunidas e analisadas<sup>4</sup> forneceu o fio condutor deste trabalho.

### **O *modus operandi* do Serviço Nacional de Informações**

Nos dicionários da língua portuguesa, o termo vigilância está associado ao vigiar, acompanhar, verificar visando a um determinado fim. Quando tivemos acesso ao material do SNI, observamos os detalhes das informações acerca dos investigados – o percurso profissional e político –, as relações de parentesco, as viagens, as participações em eventos e até os discursos pronunciados. Encontramos pautas de reivindicações, fotos de passeatas, lista de presença em reuniões, cartilhas de educação popular e panfletos,

---

<sup>3</sup> Realização de um seminário para coleta de informação com antigas lideranças e assessores da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape) e da Confederação Nacional do Trabalhadores da Agricultura (Contag), que relataram suas experiências advindas com a construção da luta sindical em defesa dos direitos sociais e trabalhistas frente à intransigência patronal. Complementarmente, nos dedicamos ao levantamento documental e fotográfico na Academia Sindical da Fetape e na Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e à realização de entrevistas com algumas dessas lideranças.

<sup>4</sup> Analisar, “em seu sentido essencial, significa decompor um texto, fragmentá-lo em seus elementos fundamentais, isto é, separar claramente os diversos componentes, recortá-los a fim de utilizar somente o que é compatível com a síntese que se busca” (Queiroz, 1991, p. 5).

entre outros itens. Isso gerou uma série de questionamentos e inquietações. Como isso foi possível? Por onde circularam os agentes da repressão? Com que estrutura contavam? Que tipo de apoio tiveram?

A leitura dos documentos do SNI nos permite perceber a “rede a serviço da repressão” (Silva, 2011) que sustentou a perseguição, a prisão, a tortura, o assassinato e o desaparecimento de milhares de pessoas que resistiram à ditadura militar. A partir do relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014),<sup>5</sup> sinteticamente, pode-se organizar o sistema de monitoramento dos opositores do regime militar em cinco modalidades: a) pela articulação do aparato militar e civil em torno dos mecanismos de espionagem formado pelas forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Civil, Departamento de Ordem Política e Social (Dops), Destacamento de Operações de Informação (DOI) e Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) em uma estrutura centralizada e dirigida por um comando militar que espalhou seus tentáculos por todos os estados da federação e municípios brasileiros; b) pela cooptação de civis que serviram como informantes do regime, como empresários, porteiros, motoristas de táxi, gerentes de hotéis, *staff* de jornais, entre outras categorias; c) por militares infiltrados em organizações sociais e em suas atividades políticas; d) por uma estratégia militar bem definida que contou com assessoria da CIA (Central Intelligence Agency) e do FBI (Federal Bureau of Investigation) americanos; e) e pelo uso de disfarces e vestimentas que copiavam várias categorias profissionais durante as incursões em campo,<sup>6</sup> o que dificultava, por parte dos vigiados, identificar que estavam sendo monitorados.

<sup>5</sup> Ver Relatório da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014).

<sup>6</sup> “Muitos dos integrantes da Seção de Investigação [DOI/Codi] eram policiais, em sua maioria militares, e as equipes que saíam para as missões em duplas ou trios [em diligências e rondas]. A eles cabia a tarefa de realizar as campanhas e seguir pessoas, ou seja, fazer vigilância, mapear a rotina dos militantes, descobrir quem eram seus contatos, fotografar essas pessoas, identificar locais de residência e aparelhos”. Já a Seção de Busca e Apreensão fazia “[...] as diligências quando se pretendesse realizar uma ação ofensiva – como estourar aparelhos, efetuar prisões, cobrir pontos,

Todo esse aparato tinha por intuito identificar, prender e desmantelar “aparelhos” ou organizações antagônicas ao regime segundo as cartilhas das normas da repressão no Brasil, com base em informações colhidas por milhares de agentes que alimentavam o sistema em prazos de diversas ordens e escalas de ação.

Para analisar as ações do sistema de vigilância e seus procedimentos sistemáticos tomamos como referência empírica o movimento dos canavieiros da Zona da Mata Pernambucana, demonstrando como a repressão atuou naquela parte do Brasil.

### **A luta dos canavieiros da Zona da Mata**

A segunda metade dos anos 1950 marca a emergência da luta camponesa como categoria socialmente reconhecida no Brasil. Os termos “camponês” e “campesinato” foram introduzidos no vocabulário brasileiro naquela década pelas esquerdas, tomando como referência a Europa e outros países da América Latina. Martins (1983) observa que em nosso país esse tipo de trabalhador recebia denominações específicas segundo a sua região: caipira, em parte do Sudeste, Sul e Centro-Oeste; caiçara, no litoral paulista; tabaréu no Nordeste; e caboclo, na Amazônia. Por sua vez, os proprietários de terra eram designados como estancieiros, em parte do Sudeste, Sul e Centro-Oeste; senhores de engenho, no Nordeste; e seringalistas, no Norte. O advento dos termos “campesinato” e “latifundiários” remete à questão política e às situações de classe e determinam o lugar na estrutura

---

conduzir presos, apreender documentos e materiais militantes. [...] Cada turma de busca possuía de três a cinco indivíduos, que saíam para missões em C-14, Kombi ou Opala, todo equipado com rádio [...] portavam metralhadoras, espingarda calibre 12 [...]”. Em mãos, o álbum fotográfico para identificar os militantes e integrantes de organizações sociais. Além disso, usavam trajes civis, cabelo comprido e barba e tinham codinome e documentos falsos em caso de missões específicas. A coleta de dados ocorria em universidades, empresas e colégios. “As equipes do DOI se vestiam de garis, carteiros, funcionários da empresa de energia elétrica, usavam macacões de bombeiros, mecânicos ou se identificavam como representantes de firmas especializadas em pesquisa de opinião pública. [...] também contavam conseguir a colaboração de porteiros e síndicos de edifícios” (Brasil, 2014, p. 32-35).

da sociedade e seu papel histórico. São formulações alheias à realidade nacional tomadas como referência para explicar as situações e lutas no rural brasileiro. Excluem-se, daí, os trabalhadores assalariados no campo.

Advém desse período a formação das ligas camponesas e dos sindicatos de trabalhadores rurais, a luta pelo Estatuto do Trabalhador Rural e pelos direitos legais da previdência social, ampliando para os trabalhadores rurais direitos que já eram conquistas dos trabalhadores urbanos. Mais que isso, olhando em direção ao horizonte político de longo prazo, o campesinato constituiu-se em um “ator político de primeira linha” e base a partir da qual vai se formar a nova geração de trabalhadores industriais (Lopes, 2016).

Como analisa Martins (1983), os coronéis – grandes proprietários de terras, grandes fazendeiros e grandes comerciantes – instauraram no Brasil a “mercantilização do voto”. Ou seja, a troca de favores em torno das lealdades eleitorais. Mas isso não foi suficiente para barrar a ascensão de Miguel Arraes ao governo de Pernambuco em 1962. Ele impediu a polícia de reprimir a luta camponesa e apoiou os trabalhadores, uma vez que naquele momento a polícia estava sob controle dos usineiros e donos de engenhos. “Vamos abrir a porteira do engenho e da usina para a entrada do movimento sindical”, afirmava o governador. Com o golpe de 1964, Arraes foi deposto e preso em Fernando de Noronha, depois ficou exilado em vários países, conforme relatou o ex-presidente da Contag em entrevista.

O relatório final da Comissão Camponesa da Verdade (Brasil, 2014a) indica que na década de 1960 havia uma forte repressão contra qualquer tipo de luta por direitos trabalhistas.<sup>7</sup> Constam do relatório prisões, seqüestros, torturas, emboscadas e assassinatos de trabalhadores rurais por

---

<sup>7</sup> Apesar disso, havia uma disputa pela hegemonia no campo, entre as ligas camponesas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Igreja Católica acerca do controle e referência em torno dos sindicatos de trabalhadores rurais. As ligas aglutinavam uma base social de afiliados de 40 mil e os sindicatos, de aproximadamente 200 mil. Em 1974, a Zona da Mata tinha 1.070.263 habitantes, o que correspondia a cerca de 20% da população do estado de Pernambuco, distribuídos em 11.583 km<sup>2</sup> (Palmeira, 2013).

pistoleiros; conflitos armados envolvendo capangas das usinas usando fuzis, espingardas e armas de uso exclusivo do Exército; expulsão dos camponeses de suas terras; invasão de sindicatos e da Fetape, e a omissão da polícia em investigar os fatos, já que toda forma de mobilização popular era classificada como “agitação subversiva”.<sup>8</sup> Isso estava em consonância com o fichamento e impedimento de disputar as eleições de qualquer candidato alinhado à causa camponesa. Para aquele contexto, a violência foi a principal arma usada pelo regime militar e seus aliados frente à luta dos trabalhadores. Fatos que se prolongaram pelas décadas seguintes.

O uso da violência estatal e privada servia (e ainda serve) como pano de fundo para legitimar a solução de questões referentes à terra no Brasil. Medeiros observa que “há um esforço de recobrir de legitimidade práticas violentas, sempre em nome do direito de propriedade” (Medeiros, 1996, p. 10), e nem mesmo a redemocratização do país diminuiu a gravidade da situação. Pelo contrário, no ano de 1985, a União Democrática Ruralista (UDR) afirmava ter 70 mil armas para enfrentar os conflitos de terra no campo.

Apesar das adversidades, Medeiros assinala a constituição, nesse período, de movimentos sociais de luta pela terra e pelos direitos trabalhistas em diferentes regiões do Brasil, que atualizaram suas bandeiras de lutas e pautas, estabeleceram a interlocução com novos atores e realizaram acampamentos e marchas em direção às cidades. Isso contraria a tese

---

<sup>8</sup> A lista de torturados, perseguidos e assassinados é grande, conforme apresentou a publicação “Retratos da repressão política no campo: Brasil 1962-1985” (Carneiro e Cioccarei, 2011). Trazemos alguns nomes para demonstrar as arbitrariedades cometidas no estado de Pernambuco: 1) Marcos Martins da Silva (ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada) foi sequestrado, torturado, preso e perseguido por pistoleiro e teve de fugir de Pernambuco para não morrer; 2) José Gonçalo Ferreira (ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Panelas e ex-presidente da Fetape) foi preso e barbaramente torturado, o que deixou sequelas físicas e psicológicas; 3) Severino Manoel Soares (liderança sindical de Timbaúba e ex-secretário da Fetape) foi sequestrado e torturado no interior da usina Cruangi. Diante da perseguição sofrida, mudou-se para Brasília e trabalhou na Contag durante a gestão de José Francisco da Silva; 4) José Inocêncio Barreto, Luiz Inocêncio Barreto e João Inocêncio Barreto, irmãos, foram fuzilados por oito policiais armados no engenho Matapiruma, em Escada, no ano de 1972; 5) Amaro Luiz de Carvalho, o Capivara (dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros) foi assassinado pelos agentes da repressão no ano de 1971.

de um campesinato passivo, subordinado, e da superioridade histórica da classe operária diante das situações de violência, expulsão e expropriação vivida por ele no campo. Afirma Martins que a “possibilidade de o campesinato falar a sua própria linguagem perturba os esquemas teóricos de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista” (Martins, 1983, p. 12). Um dos movimentos emblemáticos desse período foi a luta dos canavieiros na Zona da Mata pernambucana.

Os cálculos numéricos indicam que o total de trabalhadores envolvidos na parte industrial da usina de açúcar em Pernambuco, no ano de 1964, era de 20 mil operários. Eram os operários fabris e aqueles ligados ao sistema de transporte da fábrica que pertenciam a um sindicato à parte e não à Fetape. Tratava-se de um complexo que envolvia a indústria (seção de fabricação e oficinas) e o transporte (caminhões e trens), além de uma variedade de operários: de fabricação, de oficinas de manutenção, ligados aos transportes, fixos e sazonais. Muitos desses operários fixos moravam em casas nas proximidades da fábrica, formando o bairro operário. Era uma estratégia da empresa para fixar a mão de obra e estender seu domínio para a vida privada do trabalhador com o objetivo de controlar a esfera doméstica dos operários através da moradia (Lopes, 1976).

Já os trabalhadores rurais estavam ligados ao trabalho da *plantation* da usina ou de fornecedores de cana-de-açúcar. Sigaud (1986) observa que, entre 1979 e 1985, cerca de 240 mil trabalhadores entraram em greve em atos sucessivos e sistemáticos na luta por direitos trabalhistas que, por sua regularidade, a autora definiu como “ciclo de greves”, precedidos de assembleias, reuniões e mobilizações dos canavieiros que legitimavam esse ato, e o intervalo entre as mesmas – o interregno –, período em que ocorriam a materialização das conquistas, a volta ao trabalho produtivo e as tentativas de boicote por parte dos usineiros diante da ofensiva política do movimento dos canavieiros e dos avanços formais obtidos, no campo legal, junto ao

Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Assim, “o ciclo de greve” [1979-1985] e o “interregno” [1980, 1981, 1982, 1984] constituíram em aspecto relevante e estrutural para compreender a luta de classes em dois atos.

Esse movimento teve a participação dos sindicatos rurais, da Fetape e da Contag, entre outros atores. As análises de Sigaud (1986) nos apresentam o cenário das disputas entre os grupos de poder, as questões que os mobilizavam e tiveram como palco as usinas paralisadas, o enfrentamento dos trabalhadores com as milícias privadas, a obstrução das estradas, o tombamento de caminhões, piquetes e bloqueios de estradas e da cidade – como, por exemplo, São Lourenço da Mata e Paudalho –, onde se realizavam as mesas de negociações e o enfrentamento entre as partes com a mediação constrangida da Justiça do Trabalho. As greves, para aquele contexto, constituíram-se na principal estratégia de ação e instrumento de luta para fazer o patrão negociar e ceder e a Justiça pender para o lado dos trabalhadores, conforme assinalou a autora.

Todas essas ações se converteram nas grandes mobilizações na Zona da Mata pós-golpe de 1964. O resultado das greves possibilitou o acesso a conquistas da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que já haviam chegado aos trabalhadores urbanos e não aos rurais, como o parcelamento do 13º salário, o adicional de insalubridade, o pagamento de horas extras. Mas a pauta de reivindicações incluía, ainda, “acesso à terra para o cultivo das lavouras de subsistência e a livre criação de animais”, uma tabela para o corte e peso da cana e as devidas remunerações dos canavieiros, além de aumento salarial. Pelo menos três questões ficaram evidenciadas com os episódios analisados pela autora: a) a consolidação da organização sindical através da presença do delegado de engenho no local de trabalho; b) a conquista da Convenção Coletiva como uma arma para enfrentar os patrões; e, por fim, c) a retomada das lutas sindicais no campo representada pelas greves (Sigaud, 1980, p. 44).



A primeira greve, ocorrida entre os dias 2 e 9 de outubro de 1979, “ecloidiu diante da intransigência patronal” (Sigaud, 1986, p. 322). Foram sete dias de uma greve que envolve diretamente 20 mil trabalhadores e deixou 100 mil mobilizados em torno da luta por melhores condições de salário e trabalho. A greve terminou com a assinatura da Convenção entre trabalhadores e patrões.

Um jornal local noticiava a ação dos trabalhadores da cana sob o título “Greve é apoiada por 78 sindicatos”.

Representantes de 78 sindicatos de trabalhadores rurais do Agreste e do sertão pernambucano, reunidos na sede da Fetape, decidiram ontem apoiar a greve deflagrada anteontem por 20 mil assalariados canavieiros de São Lourenço da Mata e Paudalho. Eles reivindicam o reajuste salarial de 100% sobre o salário-mínimo da zona metropolitana.

Além do apoio às reivindicações dos trabalhadores de São Lourenço da Mata e Paudalho, as entidades sindicais do Agreste e do Sertão resolveram [dar início] a campanha entre os trabalhadores dessas regiões para que não aceitem os contratos dos senhores de engenho como mão de obra substitutiva à paralisada. Decidiu-se, também, que serão enviados às famílias dos grevistas gêneros alimentícios enquanto perdurar o movimento paredista. (O Diário de Pernambuco, 3 out. 1973, p. A-9)

A análise dos relatórios do SNI indicou que eles já monitoravam os acontecimentos na Zona da Mata. O SNI/seção Recife informava em relatório de 25 de setembro de 1979 sobre a possibilidade de greve. Esse documento, assinalado como “confidencial”,<sup>9</sup> trazia um histórico sobre a região:

<sup>9</sup> Esse documento (ARE/ACE/CNF 482/79) é composto por 58 páginas resultantes de tramitações diversas no interior do aparelho repressor, como SNI, Exército, Ministério da Justiça, Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, Assessoria de Segurança e Informação da Delegacia Regional do Trabalho/PE. Entre os vários arquivos, consta a “Proposta da tabela de tarefas” entregue pela Fetape à DRT/PE. Abaixo do carimbo de confidencial pode se destacar a seguinte observação:

a situação financeira dos engenhos, o financiamento público federal para o setor e a queda de preço da cana-de-açúcar. Mas a centralidade da vigilância se voltava para a possibilidade de greve do movimento dos canavieiros, conforme as notícias que circulavam na imprensa. Entre os rumores da greve estava o retorno de Miguel de Arraes ao estado de Pernambuco,<sup>10</sup> previsão logo descartada, já que a participação de trabalhadores da zona rural no comício dele foi bem abaixo das expectativas. Depois se falou do posicionamento tendencioso da imprensa pró-greve com a finalidade de pressionar o governo federal para aumentar o preço pago pela tonelada da cana-de-açúcar. Mas o relatório chegou à conclusão de que a greve, se houvesse, estava relacionada com a iniciativa da Fetape e dos sindicatos de trabalhadores rurais na luta em torno do aumento do salário mínimo e pela melhoria das condições de trabalho nos engenhos. Em 19 de setembro de 1979, a Fetape havia entregue à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) um documento contendo as reivindicações do movimento, intitulado “Proposta da tabela de tarefas”, visando a uma campanha salarial unificada da categoria, tendo como bandeira principal o aumento em 100% do salário mínimo para os trabalhadores da cana. Ao tomar conhecimento da situação, o presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco argumentava que os usineiros não tinham como arcar financeiramente com esse aumento, diante da crise por que passava o setor.

O relatório discorria sobre as “causas das insatisfações e inquietações no campo”. Entre as questões mencionadas estavam: a baixa remuneração dos trabalhadores rurais; o não cumprimento das obrigações trabalhistas por parte dos usineiros; a existência de empreiteiros de mão de obra, que interferiam nos valores dos salários; o emprego de boias-frias, que desobrigava os patrões de pagarem os direitos trabalhistas; a não equiparação

---

“O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (ART. 12 – DEC. nº 79.099/77 – RSAS).

<sup>10</sup> Lembramos que, com a aprovação da Lei da Anistia, várias lideranças políticas perseguidas pelo regime militar e exiladas em outros países puderam retornar ao Brasil, como foi o caso de Arraes.

dos salários dos motoristas de engenho e usina; as precárias condições de habitação dos trabalhadores rurais; os preços exorbitantes cobrados por produtos comprados nos barracões. Mencionava também a mobilização da Fetape em torno da unificação da campanha salarial e a presença do clero progressista através do Movimento de Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), que “incitava os camponeses”, embora concluisse observando que “na região não [existia] clima de agitação, mas sim de expectativa, com relação às prováveis medidas a serem tomadas pelo governo”. Ressaltava ainda como relevante o programa de rádio de dom Hélder Câmara, que, diariamente, convocava os trabalhadores a “lutarem pela Reforma Agrária que se [fazia] urgente em nosso país” (Situação da zona canavieira, 1979, f. 8-9).

Apresentamos na figura 1 uma cópia do telegrama no qual se notificam as situações de contexto da greve, contido no documento do SNI:

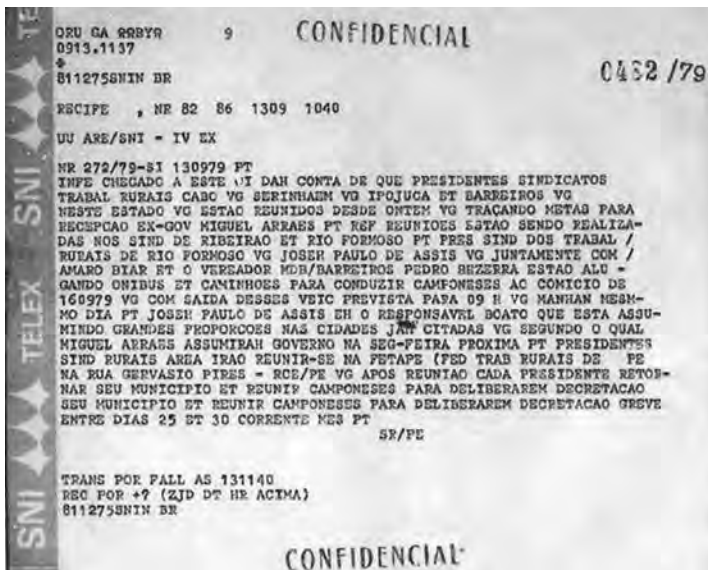


Figura 1 – Mensagem de telegrama interna ao SNI sobre a possibilidade de greve dos canavieiros.

Fonte: Situação da zona canavieira, 1979.

Diante disso, o diretor do Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco destacou um agente de polícia para visitar os municípios de Barreiros, Água Preta, Palmares, Catende e Gameleira, na Zona da Mata, para coletar mais dados sobre “os problemas político-econômico-sociais dos trabalhadores do campo”. Como resultado dessa investigação identificaram-se as diversas situações que impactavam os canavieiros: o atraso no pagamento de salários; o não pagamento do salário mínimo vigente, de férias e do décimo terceiro; o pagamento da jornada de trabalho na forma de mantimentos dos barracões<sup>11</sup> e a baixa oferta de postos de trabalhos nas usinas. Algumas delas, arrendadas por terceiros, não estavam pagando os trabalhadores, uma vez que o dinheiro que devia ser usado para o pagamento de salários fora desviado, conforme relatou o policial enviado.

No dia 17 de setembro, o monitoramento traz cópia dos editais dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Itaquitinga, Ipojuca, Aliança, Jaboatão, Vicência, Gameleira, São José da Coroa Grande, Sirinhaém, Ferreiros, Vitória de Santo Antão e Canhotinho convocando os trabalhadores para discutir, em assembleia, a questão da greve. Diante das situações apuradas, acaba por reconhecer “a provável organização da classe para a deflagração de um movimento grevista de sérias proporções”, contrariando as primeiras avaliações que invalidavam essa possibilidade. (Situação da zona canavieira, Informe n. 282/79-SI, SR/PRF/PE, 1979, f. 1-3)

<sup>11</sup> “Nesse barracão o trabalhador vai retirando a cada dia a quantidade de mercadoria que tem necessidade, sobretudo para alimentação da família, em função do seu *quantum* de trabalho daquele dia e da dívida acumulada que tenha por abater. No limite, esse tipo de vinculação ao barracão deixa o trabalhador num estado de dívida permanente, que faz com que, não raro, ‘não veja dinheiro’, isto é, não receba seu salário, uma vez que a dívida é descontada automaticamente do que recebe, sendo o *barraqueiro* (responsável pelo *barracão*) normalmente encarregado de executar o pagamento [...]” (Palmeira, 2013, p. 44-45). Esse fato se assemelha à servidão por dívida, experimentada negativamente por nordestinos que foram enviados à Amazônia em fins do século XIX, durante a seca que se abatia sobre o Nordeste, para o “ciclo da borracha” – carente de mão de obra para coletar látex na floresta –, e culminou nas relações de dependência com os seringalistas, os donos de barracões, que forneciam mantimentos e equipamentos de trabalho a crédito para os seringueiros. Tratava-se do “sistema de aviamento”, conforme definiu Santos (1980).

No dia 24 de setembro, esses fortes indícios aumentaram na Mata Sul, certamente motivados pelo descontentamento e pela articulação política do movimento, referenciada por uma reunião realizada pela Fetape com a participação de sindicalistas de toda a Zona da Mata, que, segundo a percepção policial, indicava pressão dos dirigentes sobre a base sindical. Nessa oportunidade,

o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de São Lourenço da Mata, Sr. Agápito, teria declarado na reunião havida no dia 12/9/79 que o sindicato que não estivesse de acordo com uma eventual decretação de greve seria invadido e teria sua diretoria expulsa.

[...] De modo geral, há o forte desejo de dirigentes sindicais da zona canavieira observada, e em geral de todo o Estado, de decretar uma greve no campo. (Situação da zona canavieira, Informe n. 282/79-SI, SR/PRF/PE, 1979, f. 1-3)

O referido documento finaliza afirmando que as assembleias para decidir sobre a greve iriam ocorrer entre os dias 27 e 30 de setembro e que a greve, propriamente dita, poderia ser entre os dias 5 e 10 de outubro.

Nesse mesmo período, tem início a vigilância da atuação pela pesquisadora do Museu Nacional/UFRJ, Lygia Sigaud. O monitoramento traz detalhes da situação funcional da professora, a sua graduação na PUC, o estado civil e o nome do irmão de seu cônjuge na época, uma pequena lista dos manifestos que assinou, e registra o período de seus estudos sobre sindicatos na Zona da Mata (1965-1974), com financiamento da Fundação Ford, da Finep e do CNPq, bem como seus vínculos com o Centro de Estudos “Noel Nutels”, onde vinha ministrando cursos de teoria marxista no ano de 1977. O documento observa que entre os 1978 e 1980 esteve à disposição da Universidade de Brasília e visitou a cidade de Recife para ministrar um ciclo de palestras sobre o tema “Trabalho assalariado e familiar no Nordeste”.

O referido relatório assinalava que

[...] a nominada, aproveitando da sua estadia em Recife/PE, incentivou o movimento grevista dos canavieiros de Pernambuco, participando, inclusive, das concentrações realizadas por aqueles trabalhadores. (Atividades de Lygia Maria Sigaud, 1980, f. 2)

Em uma página colada com a matéria de jornal que trata da reunião entre patrões e trabalhadores, consta a foto da pesquisadora, que traz detalhes do rosto. Lembramos do “álbum fotográfico” que os agentes tinham em mãos durante suas rondas, criado pelo SNI para monitorar os “antagônicos” do regime e, se necessário, interrogá-los ou prendê-los, caso fosse necessário.



Figura 2 – Imagem da página do monitoramento.

Fonte: Atividades de Lygia Maria Sigaud, 1980.

Em outro relatório, observa-se a nomeação de “elementos e entidades que apoiam ou incitam a eclosão de greves na zona canavieira de Pernambuco”. Entre eles, constavam lideranças da Fetape, da Contag, de sindicatos rurais, funcionários e assessores, lideranças de vários partidos, integrantes de organizações religiosas e de financiamento, sob o rótulo negativo de “subversivos” e “apoiadores” do movimento grevista. Seguem, na figura 3, nomes e vínculos dos dezenove “agitadores”, segundo a percepção do SNI.

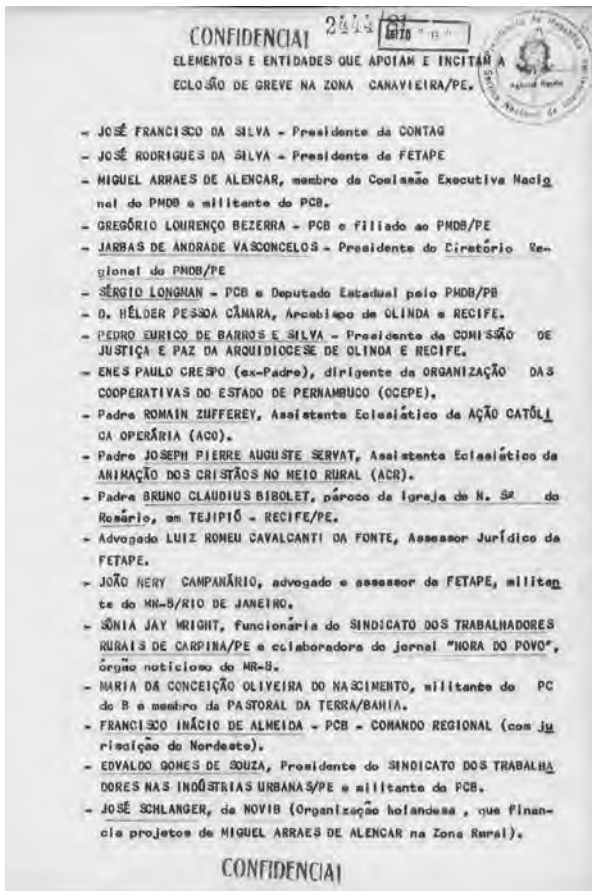


Figura 3 – Imagem da página do monitoramento.

Fonte: Movimento reivindicatório dos trabalhadores rurais da zona da mata canavieira de Pernambuco, 1981.

No caso específico de José Francisco da Silva – ou Zé Francisco, como é comumente chamado –, presidente da Contag na época, constam, nos arquivos do SNI, dados de sua trajetória política entre 1968-1977. São vários anos de informações sobre a sua atuação em entidades rurais. Desde a sua sindicalização como fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vicência (PE),<sup>12</sup> passando pela presidência do mesmo sindicato, da Fetape e da Contag e por sua presença na Organização Internacional do Trabalho (OIT); seu endereço residencial, nome de pai e mãe, número da identidade; as declarações feitas à *Folha de S. Paulo*, em 1968, sobre a questão da terra no Brasil, além de sua viagem para a Colômbia em 1968, entre outras atividades nesse mesmo ano. Sob a lógica da vigilância, tratava-se de uma pessoa em que não se podia confiar, uma vez que participava de negociações com o Estado, mas fomentava agitações. O documento dava relevância, inclusive, ao seu enquadramento, juntamente com Lula e Jacob Bittar, na Lei de Segurança Nacional (LSN): Lula em virtude do lançamento oficial do PT no estado do Acre e Zé Francisco em razão do assassinato do líder sindical Wilson Pinheiro, que era ligado à Contag, mas também filiado ao Partido dos Trabalhadores. Ambos se encontraram no ato de protesto pelo assassinato daquela liderança, quando, segundo afirmação dos militares, incitaram os trabalhadores rurais a desobedecerem às leis e lutarem com violência contra fazendeiros da região, a fim de evitar o desmatamento nas fazendas.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Em entrevista, Zé Francisco, relatou o atentado sofrido por ele em 1963, em Vicência, quando foi cercado por um dono de engenho armado de revólver e ameaçado de morte, fato presenciado por vários trabalhadores, que enfrentaram o usineiro armados com foices e facões. Diante do acontecido ainda foi demitido do trabalho por seu compromisso com a luta sindical. No dia seguinte, quando, estava em frente ao sindicato, foi vítima de um atentado a tiros desferidos por um pistoleiro, os quais ficaram marcados na sede do sindicato, mas ele saiu ileso da situação.

<sup>13</sup> Isso coincidia, segundo Zé Francisco, com as definições do congresso da Contag que, em 1979, tirou a posição política de avançar na luta sindical no campo, ocupar terra, retomar as lutas coletivas e estimular a participação das mulheres. Nesse período, a federação enviou uma carta às autoridades militares contra a prisão de Lula, naquele momento, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, observando que era o momento da volta dos exilados políticos ao Brasil (Entrevista do ex-presidente da Contag, 79 anos, Recife, 15 de abril de 2019).



Após enquadramento na LSN, foi aberto um processo-denúncia contra ele e se fez tomada de depoimento no ano de 1981, quando houve grande mobilização do movimento sindical por sua absolvição. Em ofício datado de 28 de junho de 1984, o SNI pede informações sobre a posição ideológica de Zé Francisco, das atividades “subversivas” desenvolvidas por ele e de seu vínculo com o clero progressista. Na oportunidade se informava que ele era presidente da Contag, “contestador ao governo e ligado a elementos esquerdistas, [que procuravam] colocar o trabalhador rural contra as autoridades” (na figura 4, mobilização sindical em torno da absolvição do líder sindical).



Figura 4 – Ato em defesa da absolvição do presidente da Contag.

Fonte: Academia Sindical/Fetape, década de 1980.

A partir dos fatos apresentados, podemos estabelecer conexões analíticas entre o uso da violência e a vigilância como estratégia de ação do go-

verno militar para enfrentar aqueles que, segundo a percepção do Estado, eram inimigos da pátria e poderiam ser perseguidos e punidos, caso houvesse necessidade, uma vez que o monitoramento sistemático pelo serviço de informação estava em pleno andamento. Os instrumentos de repressão e vigilância se retroalimentavam.

Os fatos ocorridos durante o “ciclo de greves”, como veremos a seguir, ilustram ações articuladas por agentes da repressão e pela milícia privada das oligarquias, isoladamente ou combinadas, para enfrentar o movimento dos canavieiros mobilizados em torno da greve.

### **Um quadro aproximado da violência do patronato e do Estado**

No balanço feito pela Fetape acerca da violência ocorrida durante a greve de setembro de 1980, podemos ter a dimensão das arbitrariedades cometidas contra o movimento dos trabalhadores da cana e da forte repressão organizada pelos donos de engenhos. Estes contaram com o apoio de “jagunços”,<sup>14</sup> “pistoleiros” e “homens armados” pagos (conforme denominação atribuída pela Fetape); do aparato de funcionários das usinas (administradores, feitores, capataz, fiscais, gerentes e seguranças); das Polícias Militar, Civil, Rodoviária Federal e do Dops – por policiais fardados e à paisana –, representante da Secretaria de Segurança Pública, Comissário de Polícia, general do Exército; de prefeitos; e do dirigente da Associação dos Plantadores de Cana de Pernambuco, que atentaram contra trabalhadores rurais e suas famílias, além de boias-frias, delegados sindicais, dirigentes sindicais e membros do clero.

<sup>14</sup> “Entre as várias denominações: capanga, guarda-costas de fazendeiro, proprietário de terra, senhor de engenho ou chefe político local, cuja atividade pode ser realizada em troca de pagamento, por amizade ou relação de parentesco. [...] ‘Jagunço’ parece termo específico do Nordeste. [Esse] significado só pode ser compreendido conhecendo-se a estrutura rural nordestina, que aliás não diferiu da estrutura que sempre se conheceu no Brasil rústico. Esteve sempre a sociedade rústica brasileira dividida em grandes grupos de parentela que procuravam dominar localidades, zonas e até regiões inteiras. O capanga, jagunço foram instrumentos para essa dominação” (Queiroz, 1976, p. 220).

No documento intitulado “Violência contra os trabalhadores rurais em greve – Fetape, 1980”, identificamos os conflitos ocorridos em 23 municípios e 51 engenhos da Zona da Mata, e, com base neles, construímos o quadro abaixo, destacando as situações, os municípios, os engenhos e os grupos sociais envolvidos. Ressalte-se que, do lado do movimento sindical, houve a participação de 40 sindicatos organizando a greve, representando cerca de 240 mil trabalhadores da cana. Para facilitar o entendimento das questões, agrupamos as onze situações mais relevantes envolvendo os campos de poder em disputa.<sup>15</sup>

Quadro 1 – Ocorrências nos municípios e engenhos da Zona da Mata Pernambucana em 1980

Situações	Municípios	Engenhos
Intimidação de trabalhadores e dirigentes sindicais em mobilização ou reunião, por homens armados.	São Lourenço da Mata, Paudalho, Vitória de Santo Antão, Condado, Carpina, Aliança, Jaboatão e Gameleira.	Camorim, General, Campo Alegre, Vilete, Urucu, Bonito, Petribu, Eixo, Passagem, Cuciras, Esperança, Palmeiras e Burarema.
Agressão física de trabalhador rural e dirigente sindical.	Moreno, Bonito, Jaboatão e Gameleira.	Bom dia, Cazanza, Pinheiral, Humaitá, Pernanduba e Duas Barras.
Proibição da entrada de dirigentes de sindicatos para conversar com os trabalhadores sobre a greve, por homens armados.	Nazaré da Mata, Cabo, Ponte dos Carvalhos, Timbaúba, Camutanga e Ribeirão, Gameleira.	Conceição, Vila Real, Cajabuçu, Sibéria, Monge, Santo Estevão, São João, Recanto, Usina Olho D'água, Moça e Sítio do Meio.
Cerco ao sindicato por donos de usinas e homens armados ou ameaça policial.	Aliança e Ferreiros.	O delegado de polícia foi até a sede do sindicato ameaçar a diretoria de prisão.  Ameaça feita pelos donos dos engenhos Bonfim, Bará e Santa Maria.

(continua)

<sup>15</sup> Como assinala Bourdieu (2003), são campos de disputa pelo poder entre agentes e, dessa forma, envolvem antagonismos e adesões, manutenção do *status* dos estabelecidos e as estratégias de subversão dos subalternos.

Invasão de Delegacia Sindical.	Chã Grande.	Por quatro homens armados – um major, dois donos de engenhos e um delegado de polícia –, mais dois policiais fardados que ameaçaram dois dirigentes sindicais.
Prisão de trabalhadores e dirigentes sindicais.	Chã Grande e Gameleira.	Houve ameaça de morte de dirigentes sindicais e agressão do advogado da Fetape por dono de engenho durante o registro da ocorrência na delegacia de polícia e detenção de um trabalhador por estar impedindo que os trabalhadores fossem ao corte de cana.  Fato repetido no Engenho Duas Barras.
Tiros desferidos contra trabalhadores e/ou trabalhadores feridos.	São Lourenço da Mata e Nazaré da Mata.	São José e Diamante.
Tocaia ou atentado contra dirigentes sindicais.	Tracunhaém, Vicência e Chã Grande.	Bonito, Paji, Muntezumba, Canavieira e Macaco.
Transporte de boias-frias ou intimidação destes para trabalharem no lugar dos grevistas.	Vitória de Santo Antão, Condado e Gameleira.	Bento Velho, Motumbo, Matazu, Maroto, Cachoeira Lisa e Sítio do Meio.  Houve a transferência de trabalhadores do Engenho João Gomes para o Engenho Água Preta.
Interdição de estrada para impedir o acesso dos dirigentes sindicais ao engenho por homens armados.	Rio Formoso.	Oriente.
Agressão ou ameaça envolvendo a família do dirigente ou trabalhador da cana.	Buenos Aires, Vicência e Jaboatão.	Novo, Vicencinha, Cachoeira, Palmeiras e Pernamduba.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações organizadas pela Fetape, 1980.

Nesse quadro complexo de violência, destaca-se a presença de soldados da PM, fortemente armados de metralhadoras e fuzis, no Engenho São José, onde acontecia a reunião de 120 trabalhadores. Houve ameaças, tiros,

espancamentos e prisão de quatro trabalhadores no Dops, e outros seis trabalhadores ficaram feridos. Isso ocorreu na presença dos administradores do engenho. No Engenho Monge, Usina Bom Jesus, o delegado sindical foi expulso, ameaçado de demissão, e os trabalhadores foram agredidos.

O atentado contra a vida do secretário do STR de Tracunhaém, cometido pelo proprietário do Engenho Bonito, irmão do presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (que estava acompanhado de dois homens armados), deixa evidente que a disputa política entre donos de engenho e trabalhadores da cana tinha rebatimento direto sobre as relações familiares, já que os que estavam em posição de poder usavam todas as formas de intimidação sobre os trabalhadores e suas famílias, extrapolando as relações de trabalho e as disputas políticas e adentrando o campo privado da vida familiar dos envolvidos, especialmente no caso dos moradores de engenho. Outro movimento identificado foi que os donos de engenhos faziam patrulhas conjuntas para intimidar trabalhadores e dirigentes sindicais ou faziam a transferência de boias-frias em caminhão para assegurar a continuidade da produção em determinado engenho durante a realização da greve. Além disso, com o intuito de desmobilizar a greve, anunciavam o aumento do preço da diária, mas essa ação não surtiu muito efeito, diante da mobilização e do esclarecimento da base sindical, advertia a Fetape.

No dia posterior ao anúncio do fim da greve, o presidente do STR de Sirinhaém foi coagido a entrar no carro do dono de engenho com dois policiais para que agilizasse a volta ao trabalho e o padre da localidade foi intimado a comparecer na delegacia de polícia para esclarecer o fato da realização de uma assembleia sindical no convento em 1º de outubro de 1980.<sup>16</sup> Um jornal de circulação nacional destacava no título: “Confronto

---

<sup>16</sup> No final do capítulo (p. 410), segue o mapa da “Memória do conflito na Zona da Mata canavieira (PE) – Greve de 1980”, onde cartografamos esses enfrentamentos entre os campos de poder. Nele é possível visualizar a espacialização dessas relações na área de atuação da Fetape.

de armas na zona canavieira se agrava”, tornando públicas as situações de conflitos ao Centro-Sul do país:

No dia 2 de outubro de 1980, cerca de 100 fornecedores de cana, com revólveres na cintura, invadiram a igreja de Santana, no município de Ribeirão, a 82 quilômetros da Capital. Tentaram impedir a realização de uma missa, concelebrada por 52 sacerdotes, em homenagem ao padre italiano Vitto Miracapillo, então pároco local e ameaçado de expulsão do país.

No mesmo mês, 250 mil lavradores entraram em greve, atendendo a calendário da campanha salarial coletiva. Em alguns engenhos foram constatados casos de cabos e administradores que, com espingarda nas mãos, impediram que os trabalhadores parassem o corte da cana.

[...]

Conforme o presidente da Fetape, José Rodrigues da Silva, a ausência de fiscalização coincide com o aumento da violência, contra lavradores, na região canavieira. Os casos esse ano chegaram a oito, segundo a entidade, com o registro de uma morte: a do lavrador Antônio Rodrigues dos Santos, abatido a tiros na cidade de Paudalho, a 48 quilômetros da capital.

Houve, também, um incêndio na delegacia sindical, localizada no Engenho Araújo, em São Lourenço da Mata, cidade vizinha a Paudalho. O Sindicato das Indústrias de Álcool e do Açúcar afirma desconhecer a existência da sede da delegacia sindical e justifica que “o local destruído era um barraco rústico”, onde se reuniam pessoas estranhas ao engenho (de propriedade da Usina Bulhões). (Jornal do Brasil, 12 fev. 1984)

Em estudo denominado “Açúcar com gosto de sangue: violência na zona canavieira de Pernambuco”, a Fetape denunciava os conflitos:

O açúcar produzido na zona canavieira de Pernambuco tem gosto de sangue. Sangue dos trabalhadores rurais espancados e assassinados pela truculência daqueles senhores de engenho e usineiros que implantaram um verdadeiro clima de terror em suas propriedades, com o objetivo de saciar a sua ganância por superlucros através da superexploração dos trabalhadores da palha da cana. (Açúcar com gosto..., 1984, p. 1)

Dessa forma, fica explícita a estratégia construída no período, pelo poder dominante, que, sob o abrigo da “metáfora da guerra” ou das “clases perigosas” (Leite, 2008; Machado da Silva, 2009),<sup>17</sup> criou o inimigo simbólico da pátria que deveria ganhar o imaginário coletivo e justificar as narrativas de violência cometidas contra os grupos antagonicos – os comunistas, os subversivos, os agitadores – ou qualquer outra forma de mobilização por direitos sociais e trabalhistas. Analiticamente também podemos fazer aproximações com os “ciclos de confronto” de Tarrow (2009), como aquele momento crítico da luta política no qual se intensificam os conflitos em torno de pautas e demandas dos movimentos sociais que, inclusive, podem deslançar em ações repressivas.

O monitoramento prossegue identificando o deslocamento de dirigentes sindicais do ABC paulista para a Zona da Mata que, segundo a percepção policial, tinha por objetivo ajudar na greve tomando por base os aprendizados dos trabalhadores metalúrgicos. Afirma o documento que

1. Enilson Simões de Moura (vulgo “Alemão”), ex-dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo/SP, tem realizado viagens a várias regiões do país em algumas delas insuflando greve e promovendo agitação.

---

<sup>17</sup> Advertimos que os termos apresentados foram deslocados do contexto de espaço e tempo em que foram formulados, para dar suporte às análises que fazemos, mas que, apesar disso, guardam um aspecto comum de explicação: as situações de violência. Ou seja, Leite e Machado da Silva estão abordando os casos de violência em favelas na cidade do Rio de Janeiro.

2. Caso mais recente diz respeito à sua visita a Pernambuco, onde participou, ativamente, da greve dos trabalhadores na Indústria Canavieira, havida de 24 set a 01 out 80, figurando, decididamente, como orientador dos grevistas.

3. Aproveitando sua passagem pelo Nordeste, proferiu o nominado, dia 02 out 80, uma palestra em Campina Grande/PB, para uma plateia de aproximadamente 300 pessoas, abordando e explorando aquele movimento grevista. Reportando-se, todavia, à greve dos metalúrgicos do ABC/Paulista, disse que aquele movimento “não foi causa perdida, embora o saldo tenha sido a morte de um companheiro e a cassação dos líderes sindicais”. Acrescentou que o “povo está cansado de 16 anos de ditadura e que já se prepara para a derrubada do regime, não mais se deixando enganar com a mão da hipocrisia do presidente Figueiredo”.

[...]

5. Ressalta-se que [ele] participou, ativamente, desde 1978, de todos os movimentos grevistas de São Paulo, tendo sido preso e enquadrado na Lei de Segurança Nacional, por ocasião da última greve dos metalúrgicos do ABC/Paulista, ocorrida em [abril de] 80. (Atividades de Enilson Simões de Moura, 1980)

O ex-presidente da Contag confirmou em entrevista que havia uma inspiração na greve de São Paulo comandada por retirante pobre pernambucano, afirmando que, “se eles conseguem fazer greve, nós conseguimos também” e fazendo menção ao envio de mantimentos do movimento dos canavieiros nordestinos para o “fundo de greve” dos trabalhadores do ABC paulista como forma de apoiar a luta no Sudeste do país. Ressaltamos que, nesse momento, a troca de experiência estava acontecendo entre o sindicalismo urbano e o rural, mesmo num contexto de violência extrema e vigilância, para aqueles segmentos que ousavam desafiar a “ordem e o progresso” do regime militar.



Aproximadamente dois anos depois, o informativo da Contag, *O Trabalhador Rural* (n. 18, 1982), tratava dos dois dias vitoriosos da greve dos canavieiros da Zona da Mata que mobilizou 250 mil trabalhadores por melhores condições de trabalho e salário e descreve as conquistas alcançadas:<sup>18</sup>

Ao final do julgamento que se estendeu até as 2:00 da madrugada, o tribunal reconheceu o direito dos trabalhadores ao *Salário Família*, à *Estabilidade Provisória* para a *Trabalhadora Gestante*, disciplinou o corte da cana por tonelada, fixando o seu valor em 50% do da cana amarrada, e estabeleceu um salário de Cz\$ 28.200,00 para toda a Zona da Mata (o INPC mais 4% de produtividade). As demais cláusulas, constantes de dissídios anteriores, foram mantidas em sua quase totalidade. Entre elas se destacam: o auxílio-doença; o sítio; o delegado sindical por engenho; a balança e a fita metálica controladas e fiscalizadas pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas, com acompanhamento dos sindicatos; e a tabela de tarefas. (*O Trabalhador Rural*, 1982, p. 12; grifo do original)

Apesar disso, as denúncias de violência reaparecem e demonstram a correlação existente entre o seu uso sistemático, por parte dos usineiros e donos de engenhos, e os avanços decorrentes da mobilização e das conquistas dos canavieiros e de suas organizações representativas.

Embora em menor número que nos anos anteriores, o Movimento Sindical denunciou alguns incidentes envolvendo dirigentes, trabalhadores e usineiros.

---

<sup>18</sup> Durante os meses de preparação da greve, houve grande mobilização da categoria, como o Encontro de Delegados Sindicais em Carpina e Ribeirão, e a pauta de reivindicações da campanha foi aprovada por dois mil trabalhadores em assembleia; três mil estiveram presentes no TRT no primeiro dia do julgamento do dissídio coletivo em Recife, destaca o referido informativo.

Em Ipojuca, o dono do Engenho “Pindoba”, Valdomiro Alves de Souza, espancou um delegado sindical; em Vicência, o dono do Engenho “Vertentinha”, Alexandre Jorge Cisneiro Maranhão, armado de revólveres, ameaçou a diretoria do sindicato e tentou obrigar os trabalhadores a voltar ao trabalho; em Aliança, um gerente de usina repetiu esse mesmo tipo de intimidação; em São Lourenço da Mata, embora sem registros de violências, os trabalhadores tiveram a presença ostensiva da polícia em todo o município. Mas nada disso deu resultado. A greve prosseguiu até segunda-feira, quando os trabalhadores começaram a retornar ao trabalho, após a certeza da vitória assegurada pela decisão do TRT. (O Trabalhador Rural, 1982, p. 15)

Nesse mesmo ano, o monitoramento trata da reunião da Fetape no município de Ribeirão (PE), onde estavam reunidos dirigentes sindicais, assessores e advogados. Alguns deles identificados pelo termo “elementos”, jargão usado no meio policial para práticas que fogem da ordem estabelecida ou vinculadas a alguma prática suspeita ou criminosas.

1. Em 02 Set 82, foi realizada, no Centro Social de Ribeirão/PE, uma assembléia dos líderes de 47 sindicatos de trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco, promovida pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), para discutir as formas de atuação e as reivindicações da categoria, visando à renovação do acordo salarial, que abrange cerca de 150 mil trabalhadores, cuja data-base é 08 out 82.

2. Durante a reunião, foram identificados os seguintes elementos:

- José Rodrigues da Silva, Luiz Romeu Cavalcanti da Fonte e Marta Daysa Amador de Albuquerque, Presidente, Advogado e Assessora Educacional da Fetape, respectivamente;

- *Cecy Helenize Prestello Bezerra*, Assessora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória de Santo Antão/PE; e
- *Maria da Conceição Oliveira do Nascimento*, advogada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros/PE e militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

[...]

3. Os sindicatos mais atuantes, na região e com maior poder de mobilização são os de *Barreiros, Rio Formoso, Paudalho, São Lourenço da Mata e Jaboatão*, os quais estão recebendo o apoio e incentivo de políticos da oposição, como *Miguel Arraes e Gregorio Bezerra*, do clero local, de organizações subversivas e de *São Paulo*.

[...]

7. Os canavieiros, em face da resistência dos empregadores em atender suas reivindicações, deflagraram, no dia 25 set 82, *um movimento grevista, objetivando intimidar os empresários*. (O movimento reivindicatório..., 1982, f. 1, 2, 4; grifo nosso)

As anotações deixam clara a percepção do SNI de que havia uma relação direta entre as greves do ABC e da Zona Canavieira, em razão do deslocamento de quadros políticos que trocavam informações e experiências. Podemos confirmar isso quando encontramos nos documentos a afirmativa de que os sindicalistas de São Paulo vinham para “dirigir” a greve em Pernambuco. Nessa mesma lógica, a “greve” aparece como um meio através do qual o movimento grevista busca “intimidar” os empresários.

No panfleto usado na mobilização dos trabalhadores aparecem os motivos da convocação da greve que contradizem as afirmações dos órgãos da repressão. O “Estamos em Greve”, para a categoria, era uma ferramenta de luta e a possibilidade de fazer valer as suas reivindicações e o estabelecimento de laços de solidariedade através da palavra de ordem: “Nossa Força é a nossa União”, conforme podemos observar pela mensagem da figura 5.



Figura 5 – Panfleto de mobilização da greve de 1982.

Fonte: Academia Sindical/Fetape.

Trata-se da disputa no campo das ideias e da produção de sentidos, em que a desqualificação da greve como instrumento legítimo de pressão pelo campo dominante está relacionada à produção de uma narrativa hegemônica que visava deslegitimar as reivindicações dos canavieiros diante das precárias condições de trabalho e salário. Não podemos perder de vista que essa luta surge em um contexto de violação de direitos humanos no Brasil. Primeiro pelo uso exclusivo da violência pela ditadura militar no tratamento com o antagonico; segundo, pelo entendimento de que esse endurecimento do regime ganhou formas específicas na região Nordeste. Referimo-nos ao uso privado das forças policiais do Estado e de milícias particulares, em ações conjuntas ou compartilhadas, sob comando do patronato, em conflitos envolvendo os interesses do capital e a exploração da força de trabalho.

Não se trata, então, apenas de disputas político-econômicas, mas também de como os fatos são tornados públicos e como deveriam circular entre o senso comum da sociedade pernambucana. Assim, temos um rol de ideias e discursos que não podem ser negligenciados no momento da análise. Como bem disse Bourdieu (2003), a sociologia como crítica social deve revelar o que está escondido por trás do monopólio do discurso, da imposição da palavra e do arbítrio da autoridade. Tomando emprestadas as formulações do autor, podemos afirmar que, quando o consentimento e a crença não são suficientes para assegurar a adesão do subordinado, a coerção física ganhará maior intensidade que o poder simbólico (Bourdieu, 2012). O que nos leva, inversamente, a pensar que a autoridade superior está sendo questionada. É o “trágico que nasce do confronto sem concessão” (Bourdieu, 2003, p. 11).

O documento do SNI intitulado “O movimento reivindicatório dos trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco”, datado de 19 de setembro de 1985, informa sobre um conjunto de ações programadas pela Fetape, entre os dias 2 e 27 de setembro do mesmo ano, como o lançamento dos editais das assembleias sindicais, a aprovação da pauta de reivindicações, as notificações à Delegacia Regional do Trabalho, o prazo para negociações e a possibilidade de deflagração da greve, caso não houvesse acordo com os patrões.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> As dificuldades postas ao desencadeamento de greves eram grandes, como publicar em jornal o edital de convocação da assembleia sindical e juntar um terço da categoria para que esta deliberasse em favor da greve. Deveria ser feita uma eleição com cédulas específicas aprovando ou não esse ato, em urna preparada especificamente para esse fim, e ainda era necessária a presença de um representante da Delegacia Regional do Trabalho para acompanhar e validar o pleito. Tudo era pensado para inviabilizar a mobilização e a decisão dos trabalhadores. Apesar disso, a Lei de Greve permitia aos sindicatos mobilizar a categoria, fazer propaganda e coletar donativos, protegia os grevistas da demissão, proibia a coação dos grevistas, garantia o pagamento dos dias parados e limitava o poder das autoridades em intervir na greve. Ou seja, houve por parte dos sindicalistas uma positividade do ato, já que fazer greve estava assegurado em lei e isso foi bem utilizado pelo movimento dos canavieiros, conforme está apresentado pela Fetape no “Manifesto de lançamento da campanha salarial de 1985 dos trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco” e anexado nos documentos do SNI (INFE n. 2.346-DSI/MTb, de 12/09/85, f. 3).

Conforme apresentamos a seguir:<sup>20</sup>

[...] 2. Liderados pela Fetape, os trabalhadores rurais da Zona Canavieira/PE realizaram, no dia 04 set 85, das 16:20 às 19:15 h, no Recife/PE, uma passeata saindo da sede daquela Federação, até o Palácio do Governo/PE, a qual contou com a participação de 2.000 pessoas, aproximadamente, animada por dois carros de som.

Em frente à *Secretaria da Fazenda/PE*, nas proximidades do Palácio do Governo/PE, os manifestantes fizeram a leitura de um “Manifesto ao Governador do Estado de Pernambuco”, lançando a campanha salarial dos trabalhadores rurais em 85.

[...] Os manifestantes portavam faixas e cartazes com os seguintes dizeres: “Senhor Governador – Exigimos o desarmamento das Milícias Privadas dos usineiros e senhores de Engenho de Pernambuco e queremos uma campanha salarial sem violência – Fetape, Contag e Sindicatos da Zona Canavieira”; “Em Pernambuco, açúcar tem gosto de sangue”; “Queremos Reforma Agrária Já! – Trabalhadores da Mata Agreste”; “Reajuste Trimestral – 40 Horas Semanais – Atualização da tabela de Serviço – Desarmamento dos cabos e Fiscais”; “Terra para quem nela trabalha”; “Contra a violência e o desemprego”; “Exigimos Completa Apuração do Assassinato – Presidente do Sindicato de Aliança/Pe”; “A nossa união é a saída – Exigimos salários justos – Estamos com fome [...]”. (Campanha salarial dos canavieiros..., 1985; grifo do original)

A pauta acima chama atenção para questões relacionadas à repressão no campo, como a violência nas campanhas salariais, o pedido de desarmamento...

<sup>20</sup> Constam, ainda, os financiadores das atividades políticas. Menciona-se que o movimento recebeu o apoio financeiro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), através do presidente licenciado do Sindicato dos Eletricitários, da Pastoral Rural e de um amigo francês de um padre ligado ao grupo de Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR).

mamento das milícias privadas e a apuração do assassinato de uma liderança sindical. Nas figuras de 6 a 9, as fotos feitas pela vigilância, que identificam a passeata pelas ruas do Recife.

Por fim, ressaltamos a variedade de estratégias, instrumentos e materiais que compunham as informações do processo de vigilância, como os telegramas, recortes de jornal, fotografias, panfletos, cartilhas, pauta de reivindicações, dados sobre a trajetória de suas lideranças, os possíveis aliados, o monitoramento dos programas de rádio, como os da Igreja Católica realizados por D. Hélder Câmara,<sup>21</sup> e as incursões realizadas por policiais à paisana nos engenhos, levantando informações acerca dos problemas e conflitos.



Figuras 6 a 9 – Manifestação dos canavieiros da Zona da Mata.

Fonte: Campanha salarial dos canavieiros..., SNI, 1985.

<sup>21</sup> No caso do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru), em Recife, constavam o Estatuto Social, a Carta de Princípios, o Programa Geral de Educação e Capacitação, a lista dos Fundadores e um exemplar do *Boletim Informativo* da instituição. Para outras situações de monitoramento fora do estado de Pernambuco, identificamos entre os materiais coletados cópia da lista de presença dos participantes de reuniões e cópia da reserva de hóspedes em hotéis na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo.

## Conclusão

A análise dos documentos sindicais e do SNI, bem como dos jornais da época, nos permitiu identificar a combinação, por parte do Estado, do uso da vigilância e do monopólio da violência para intimidar a greve dos canavieiros da Zona da Mata, efervescente em fins dos anos de 1970, e que se desdobrou pela década seguinte. No entanto, não foi possível sufocar o “ciclo de greves”. Concomitantemente, os donos de engenho e usineiros sob o abrigo da violência estatal puderam, arbitrariamente, formar e usar as milícias privadas – os jagunços ou pistoleiros – para agredir, ameaçar dirigentes sindicais, trabalhadores e suas famílias, conforme notificou a Fetape em “Açúcar com gosto de sangue”.

A vigilância sobre líderes sindicais, pesquisadores e organizações sociais e políticas demonstrou a outra face da violência. Aquilo que ocorre no subterrâneo da política – a espionagem dos deslocamentos e ações dos antagônicos ao regime militar, a manipulação de dados pessoais e profissionais sem autorização, a violação da privacidade, a participação desautorizada em eventos e reuniões sob disfarce – revela a complexa estrutura a serviço das forças dominantes.

Apesar disso, houve a retomada da luta sindical no campo e a ampliação das conquistas de direitos trabalhistas ocultados nas narrativas oficiais e que, muitas vezes, não chegaram ao conhecimento público. Como se, com a brutalidade da ditadura militar, a utopia estivesse adormecida nos grilhões e nos porões do regime. Por sua vez, as articulações entre as greves do campo e da cidade, na Zona da Mata e em São Paulo, respectivamente, estavam em curso e trocavam solidariedade, apoio e *expertise*. Já que as tentativas de silenciar a greve ou dificultar a mobilização dos trabalhadores nos engenhos e usinas foram infrutíferas, mesmo usando o recurso da agressão ou da prisão dirigida e seletiva, os resultados práticos do movimento serviram de inspiração e referência para outras greves que ocorreram nos anos seguintes e que não foram alvo de nossa análise aqui.



Esse movimento vivo e atuante contradiz as afirmações de que não havia mobilizações, resistência ou luta no campo por causa do regime militar. Os sindicatos se mobilizaram, as federações e confederações se instituíram, apesar da prisão de muitos de seus dirigentes, novos militantes foram colocados à prova e deram prosseguimento à luta em nome daqueles que foram privados de sua liberdade. Essas lutas trouxeram conquistas para a categoria que, até então, estavam restritas aos trabalhadores urbanos. E, embora constituída em cenários adversos, a greve tornou-se ferramenta de luta sistemática na Zona da Mata canavieira nos anos seguintes à abertura política.

Sendo assim, como afirma o relatório da Comissão Nacional da Verdade,

os acervos do extinto SNI e dos serviços secretos das forças armadas são atualmente importantes fontes de informações sobre a ditadura militar. Seus documentos, com milhões de páginas de texto, registram o cotidiano da espionagem, o intenso monitoramento aos opositores do regime e o intercâmbio de informações sobre as investigações entre os órgãos repressivos. (Brasil, 2014, p. 133)

Por fim, ressaltamos que as vivências do passado não podem ser esquecidas ou negligenciadas. Ao contrário, deve-se incentivar o acesso público ao que foi produzido pela Comissão Nacional da Verdade e pelas Comissões Estaduais da Verdade sobre a ditadura militar no Brasil, para que a história não se repita como tragédia em nosso país.

## Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional*. São Paulo: Hucitec, 1976.

- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Digital Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CD-ROM.
- LEITE, Márcia Pereira. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. In: MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- LOPES, José Sergio Leite. *Entre a memória camponesa e a memória operária: experiências de trabalho com entrevistas e arquivos em territórios comuns aos trabalhadores rurais e aos operários*. Rio de Janeiro, 2016, 20 p. Mimeo.
- LOPES, José Sergio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Dimensões políticas da violência no campo. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 126-141, 1996.
- PALMEIRA, Moacir. Conflitos de classe sob o regime autoritário: o caso do Nordeste. In: LOPES, J.S. Leite; CIOCCARI, M. (Orgs.). *Narrativas da desigualdade: memórias, trajetórias e conflitos*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013. p. 23-53.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 1-15, 1992.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz editor Ltda, 1991.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SIGAUD, Lygia Maria. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Iuperj, v. 29, n. 3, p. 319-343, 1986. (Publicado nesta coletânea à p. 503.)
- SIGAUD, Lygia Maria. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- SILVA, Luiz Antônio Machado da (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Faperj, 2008. p. 47-76.
- SILVA, Luiz Antônio Machado da. Refundar a polícia ou a sociedade? Violência, democracia e ordem pública. *Observatório da Cidadania*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 18-21, 2009.

SILVA, Marcília Gama da. O Dops e a rede de informações: olhos e ouvidos a serviço da repressão no período de 1964-1985. *Diálogos*, v. 15, n. 2, p. 267-292, maio/jun. 2011.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

### *Documentos*

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 28 maio 2019.

BRASIL. Comissão Camponesa da Verdade. *Relatório final: violação de direitos no campo (1946-1988)*. Brasília, 2014a. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/Relat%C3%B3rio%20Final%20Comiss%C3%A3o%20Camponesa%20da%20Verdade%20-%2009dez2014.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.

CARNEIRO, A.; CIOCCARI, M. (Orgs.). *Retratos da repressão política no campo. Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos..* Brasília: MDA, dezembro, 2011.

VIOLÊNCIA contra os trabalhadores rurais em greve. Fetape, 1980.

AÇÚCAR com gosto de sangue: violência na zona canavieira de Pernambuco. Fetape, 1985.

### *Documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI)*

ATIVIDADES de Enilson Simões de Moura. Datado de 29 out. 1980. Serviço Nacional de Informação, Agência Central. 5 p. Disponível em: [http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina\\_inicial.asp](http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp). Acesso em: 29 maio 2019.

CAMPANHA salarial dos canavieiros do estado de Pernambuco. Datado de 19 set. 1985. Serviço Nacional de Informação, Agência Central. 11 p. Disponível em: [http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina\\_inicial.asp](http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp). Acesso em: 6 jun. 2019.

O MOVIMENTO reivindicatório dos trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco. Datado de 19 set. 1982. Serviço Nacional de Informação, Agência Central. 19 p. Disponível em: [http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina\\_inicial.asp](http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp). Acesso em: 5 jun. 2019.

SITUAÇÃO da zona canavieira de Pernambuco. Datado de 25 set. 1979. SNI agência Recife. 58 p. Disponível em: [http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina\\_inicial.asp](http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp). Acesso em: 29 maio 2019.

*Jornais*

O DIÁRIO de Pernambuco, 3 out. 1979, p. A-9.

JORNAL do Brasil, 12 fev. 1984.

O TRABALHADOR RURAL, n. 18, 1982.

*Entrevista*

ENTREVISTA com José Francisco da Silva, ex-presidente da Contag, 79 anos, Recife, 15 abr. 2019.

*Fotos*

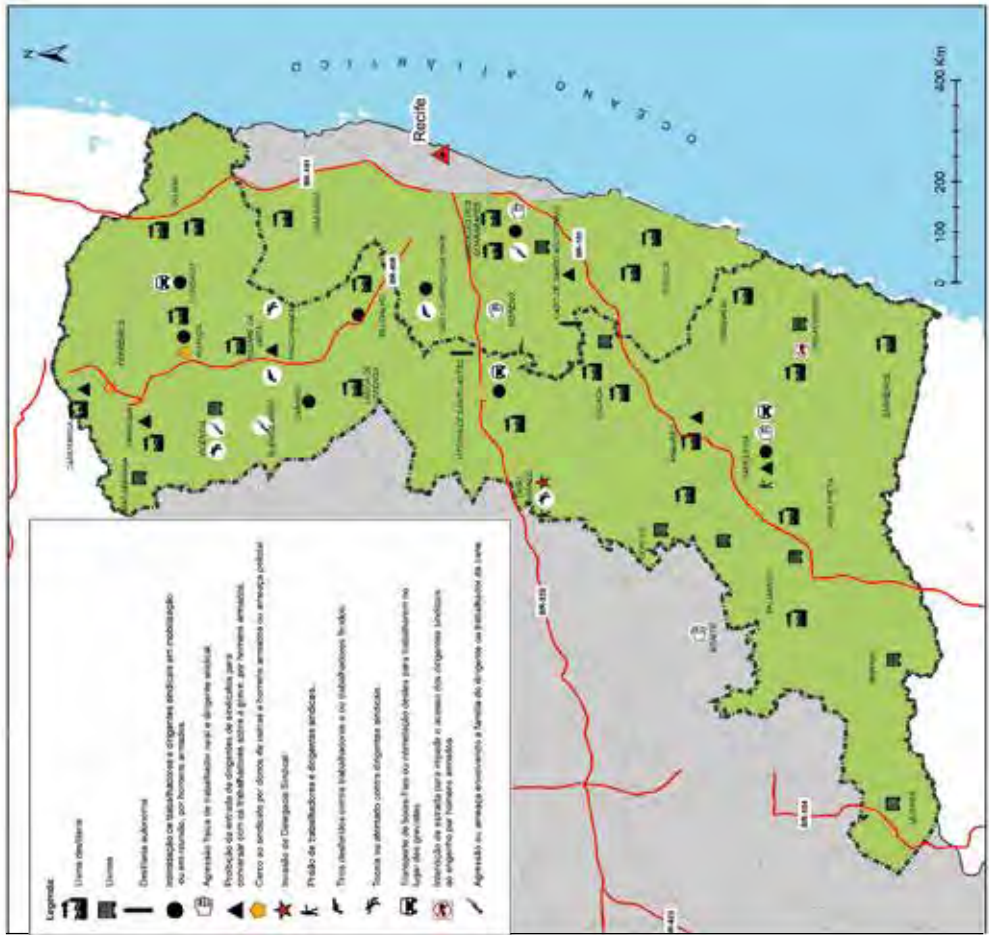
ACERVO da Academia Sindical/Fetape. Acessado em abril de 2019.



Parâmetros cartográficos  
Datum SIRGAS 2000  
Data de elaboração: ago. 2019

**Convenções:**

- Capital Estadual
- Rodovias
- Zona da Mata Pernambucana
- Área de adaptação do Recife na Zona da Mata
- Limites Municipais
- Massa d'água



## Acumulação de capital na ditadura e as greves de 1978-1983

*Alberto Handfäs*

A grande indústria aglomera num local uma multidão de pessoas desconhecidas umas das outras. A concorrência divide seus interesses. Mas a manutenção do salário, esse interesse comum que têm contra seu patrão, as une [na] resistência [com] um duplo objetivo: de fazer cessar entre elas a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista. As condições econômicas tinham a princípio transformado as massas do país em trabalhadores. A dominação do capital criou a essas massas interesses comuns. Assim, essa massa é já uma classe na presença do capital, mas não ainda para si mesma. Na luta, essa massa se reúne, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que defende tornam-se os interesses de classe. [...] E a luta de classe contra classe [...] é uma luta política [...] em que se desenvolvem todos os elementos necessários a uma batalha futura. (Marx, 1978, p. 190-191)

A reflexão proposta neste capítulo procura oferecer subsídios à compreensão do desenvolvimento das lutas sindicais e grevistas do campo e da cidade no final da ditadura militar apresentadas neste livro. Coloca-se, assim, o desafio de considerar um outro plano de análise no estudo das greves metalúrgicas e canavieiras buscando nexos com a dinâmica mais geral da economia brasileira.

Mais precisamente, o capítulo pretende avaliar as dinâmicas da acumulação de capital e das complexas relações sociais por ela engendradas

que geraram o ambiente econômico e político no qual se desenvolveram tais lutas grevistas. O período em questão coincide com o ápice do “processo de industrialização” brasileiro e com o próprio início de seu esgotamento. Esse “processo” teve início pouco mais de três décadas antes, através de mecanismos de substituição de importações com planejamento estatal. Fora todavia, desde então, sempre premido pelos estreitos limites do “desenvolvimentismo” aqui adotado: subordinado ao grande capital internacional, superexplorador e, assim, concentrador de renda (Marini, 2011, p. 150). Em todo caso, os pesados investimentos industriais com forte presença de multinacionais produziram, no decorrer de poucas décadas, além da acelerada e desordenada urbanização, uma enorme massa de milhões de operários fabris, constituindo-se aos poucos em classe trabalhadora, a despeito dos entraves antidemocráticos e da estrutura sindical pelega, em maior ou menor grau, vigentes no decorrer da história do país.

A onda de acumulação de capital em escala global, que havia se intensificado nas três décadas “gloriosas” do pós-guerra e no contexto da Guerra Fria, dera espaço à rápida industrialização em partes da periferia do capitalismo – ainda que subordinada aos interesses do capital financeiro e multinacional e baseada na exploração excessiva do trabalho e dos recursos naturais brasileiros. Contudo, a crise de acumulação nos centros do capitalismo internacional nos anos 1970 e 1980 – com a queda da lucratividade produtiva – força uma remodelação nas cadeias mundiais de produção, revertendo tal tendência no Brasil. O início do esgotamento do modelo industrializador aqui adotado desembocou no desgaste do regime militar e na crise do endividamento, mas testemunhou também a ascensão de um vigoroso movimento operário renovado e independente, que gerou uma das maiores ondas grevistas da história do capitalismo mundial, envolvendo milhões de trabalhadores de 1978 até fins da década seguinte (Noronha, 2009, p. 124).

A compreensão de toda essa dinâmica pode ser ajudada com o estudo da economia política local e global do período, em particular aquele

desenvolvido pela tradição da crítica marxista a partir da qual a análise do presente capítulo é elaborada e que está dividida em quatro partes. Na primeira, apresenta-se um breve resumo das leis motoras do capitalismo na ótica de Marx, destacando-se algumas categorias de sua teoria econômica relevantes a esta pesquisa. Em seguida, os padrões históricos gerais da acumulação capitalista e de seus ciclos de longo prazo no Brasil industrializante serão perscrutados à luz da evolução dos dados econômicos disponíveis. A terceira parte expõe o desenrolar dos principais eventos que antecederam e ajudaram a formar o quadro econômico no qual as lutas sociais tratadas neste livro se desenrolaram. Aí será desenvolvido um estudo um pouco mais pormenorizado das tendências gerais de investimento, lucratividade, empregabilidade, grau de exploração dos trabalhadores, vulnerabilidades estrutural e externa, bem como políticas macroeconômicas governamentais das principais fases do período 1964-1984. A última parte, enfim, apresentará as condições, por assim dizer, “econômicas e objetivas” que ajudaram a pavimentar o terreno sobre o qual as grandes greves urbanas e rurais do fim da ditadura foram construídas.

### **Acumulação, taxa de lucro, exploração e desbalanceamentos**

A atividade econômica no modo de produção capitalista é orientada pela procura sistemática dos empresários por taxas de lucro elevadas em seus empreendimentos produtivos. Para obtê-las, eles precisam realizar valor, ou seja, vender as mercadorias produzidas por seus trabalhadores e extrair daí a mais-valia – o excedente – que será repartida e disputada entre os vários capitalistas envolvidos na forma de lucro e outras rendas correlatas (juros bancários, aluguel, impostos). Para explicar tal processo, Marx elaborou sua teoria do valor trabalho – partindo daquela desenvolvida pela economia política clássica inglesa, que ele criticara e transcendera (Foley, 2006, p. 87-109).

O valor de todas as mercadorias produzidas durante um ano é determinado em última instância pela quantidade de trabalho (socialmente)



nelas embutida. Parte desse valor corresponde ao “trabalho vivo”, que é o *valor adicionado* pelos trabalhadores, equivalente ao PIB nas contas nacionais. Mas as empresas pagam a tais trabalhadores apenas o *valor da força de trabalho* (a massa de salários), o *capital variável*, “*v*” – isto é, o capital investido na aquisição de trabalho novo, que expandirá (fará “variar”) o valor inicial dos insumos (previamente produzidos). Já as horas trabalhadas pelos operários mas não recebidas em seus salários são a *mais-valia*, “*m*”. Outra parte do valor total corresponde ao *capital constante*, “*c*” (insumos, maquinário, etc.) – isto é, o capital investido na aquisição de trabalho já realizado em anos anteriores, cristalizado e “morto”, por isso incapaz em si de expandir valor (Marx, 1990, p. 270-311).

Assim, se (*v + m*) é o valor *adicionado* (o PIB no ano) e (*c + v*) é o *preço de custo* das mercadorias (capital circulante no ano), então o valor total das mercadorias seria igual à somatória de (*c + v + m*).

### *As taxas de lucro, de exploração e de composição orgânica*

Os capitalistas decidem investir mais ou menos numa fábrica (num ramo industrial, ou na economia como um todo) de acordo com a *taxa de lucro*, “*r*”, nela obtida. Por isso “*r*” é um parâmetro absolutamente central, já que determina o crescimento e a própria organização da economia capitalista. Elevações na taxa de lucro podem produzir *booms* de investimento, crescimento do PIB e desenvolvimento das forças produtivas. Já suas quedas prolongadas e profundas geram recessões, depressões ou mesmo crises, levando a classe dominante a reagir, tentar arranjos sociais, até mesmo à custa da destruição de forças produtivas.

A taxa de lucro, *r*, mede o quanto o capitalista extrai de mais-valia do total de capital por ele alocado na produção (Marx, 1991, p. 117-169). Assim,

$$r = \frac{m}{K} \quad (1),$$

onde  $K$  é o estoque total de capital comprometido no empreendimento (que seria equivalente à somatória dos  $c+v$  de todos os anos anteriores<sup>1</sup>).

Para melhor visualizar como a dinâmica da acumulação atinge a taxa de lucro, pode-se dividir ambos numerador e denominador de “ $r$ ” por “ $v$ ”, ou seja, pela massa de salários. Assim, a relação entre mais-valia e salários (ou de outra forma, a razão entre as parcelas de trabalho não-pago e pago) é chamada por Marx de “*taxa de mais-valia*” (ou “de exploração”),  $\varepsilon = m/v$ . E o relativo maquinários/salários (isto é, capital constante sobre capital variável, ou, de outra forma, a razão entre trabalho “morto” e “vivo”) é a “*composição orgânica*” do capital,  $\kappa = K/v$  (Marx, 1991, p. 117-164; Shaikh, 1990, p. 304). Ou seja,

$$r = \frac{m}{K} = \frac{m/v}{K/v} = \frac{\varepsilon}{\kappa} \quad (2).$$

### *Acumulação, mecanização e a queda tendencial da taxa de lucro*

Portanto, a dinâmica da taxa de lucro,  $r$ , depende do comportamento de suas duas componentes: ela cai com a elevação da  $\kappa$  e sobe com a da  $\varepsilon$ . Nos volumes I (capítulos 4 e 7) e III (capítulos 12 a 15 e 23 a 25) d’*O Capital*, Marx investiga pormenorizadamente a evolução de tais componentes. Ele mostra que ambas,  $\kappa$  e  $\varepsilon$ , devem tender a se elevar com os avanços tecnológicos sistemáticos que caracterizam a acumulação capitalista. Se os crescimentos de ambas se compensassem mutuamente, a taxa de lucro seria estável. Entretanto Marx nota que, no longo prazo, o crescimento da  $\kappa$  tende a ser bem mais robusto e perene que o da  $\varepsilon$ , não só por esta última poder oscilar com a luta de classes, mas também por ter crescimento intrinsecamente limitado. Vejamos sua argumentação.

<sup>1</sup> O valor do estoque de capital fixo,  $K$ , é igual ao fluxo de capital circulante ( $c+v$ ) multiplicado pelo tempo de giro do capital. *Grosso modo*, o fluxo ( $c+v$ ) é apenas a parte do capital que foi efetivamente usada na produção do período (Marx, 1992, p. 233-257).

Os avanços tecnológicos decorrem da batalha de cada empresa – em competição simultânea com suas concorrentes e com seus trabalhadores – por elevar sua lucratividade individual. Ela turbina para tanto a *produtividade* de seus trabalhadores – para reduzir o custo unitário do trabalho – de modo a garantir que sejam produzidas mais mercadorias em menos horas trabalhadas. Assim, a empresa procura substituir, em sua cesta de investimentos, gastos salariais por gastos com maquinários e novas tecnologias. Como consequência, os capitalistas: (i) tendem a aumentar a proporção de  $c$  em relação a  $v$  elevando, assim, a composição orgânica,  $\kappa$ , fenômeno chamado de “mecanização” (Marx, 1990, 592-530); (ii) igualmente, procuram elevar a taxa de mais-valia,  $\epsilon$ , através do aumento de produtividade (obtido pela “mecanização”) descrita acima, processo chamado de “mais-valia relativa” (Marx, 1990, 429-450).<sup>2</sup> O paradoxo, contudo, é que isso reduz a quantidade de horas trabalhadas necessárias à produção da mercadoria. E no agregado da economia, a competição entre empresas e entre capitais força uma mecanização generalizada, fazendo com que a redução de horas por ela propiciada acabe derrubando o valor adicionado ( $m+v$ ) – e, assim, o preço monetário deflacionado (de onde os capitalistas conseguem extrair a mais-valia). A mecanização contraditoriamente acaba limitando o espaço à extração crescente de mais-valia – e ao crescimento da  $\epsilon$ . Por tudo isso, “a alta na produtividade do trabalho se manifesta na queda da lucratividade do capital” (Marx, 1991, p. 213).

O paradoxo da acumulação capitalista reside, portanto, no fato de os empresários mecanizarem o processo produtivo objetivando elevar sua lucratividade individual; entretanto a generalização disso acaba por derrubar no longo prazo e coletivamente (socialmente) a taxa de lucro geral da economia. Essa é a *Lei da Queda da Taxa de Lucro*, que Marx considera “[e]

<sup>2</sup> Empresários também tentam elevar a taxa de mais-valia forçando quedas no valor real dos salários (mais-valia absoluta). Mas isso pode ser limitado (e muitas vezes revertido) pela luta da classe trabalhadora e de seus sindicatos ou pela redução momentânea do desemprego (do “exército de reserva” que a mecanização produz).

m todos os aspectos, a mais importante lei da Economia Política. A mais importante lei do ponto de vista histórico” (Marx, 1993, p. 748). E o centro determinante de tal lei está, portanto, na intensificação da mecanização – isto é, alta na  $\kappa$ . Fatores *contratendencias* a tal queda existem: tentativas de elevar a taxa de mais-valia forçando queda nos salários (como, veremos adiante, na ditadura brasileira), expansão a mercados externos (como os investimentos multinacionais), especulação financeira, etc. Eles são capazes de compensar e até reverter tal queda de tempos em tempos, dando a tal *Lei um caráter apenas tendencial e cíclico* (Marx, 1991, p. 339-350). Mas secularmente, no longuíssimo prazo, tudo indica que a tendência de queda seja prevalente.<sup>3</sup>

### *A reprodução desbalanceada do capital*

Para fins do presente estudo, vale ainda ressaltar outra contribuição seminal da teoria de Marx: a dinâmica setorial da acumulação e as complexidades que dela resultam. No volume II d’O *Capital*, Marx apresenta os “esquemas de reprodução”, em que avalia as proporções nas quais o capital precisaria ser alocado entre a produção dos meios de produção e dos bens de consumo (Marx, 1992, p. 568-598). Os ramos industriais que produzem aqueles bens (de capital) e estes (de consumo) são, para fins analíticos, agrupados respectivamente nos “Departamentos” I e II (DI e DII). Excessos de demanda (ou oferta) em um departamento gerariam gargalos (ou saturações) setoriais – que provocariam desbalanceamentos com interrupções, gargalos, excesso de demanda e alta de preços em certos

---

<sup>3</sup> Há considerável controvérsia entre economistas e acadêmicos sobre como interpretar precisamente as conclusões de Marx a respeito da tendência da taxa de lucro e se ela seria teoricamente consistente e empiricamente comprovável (ver Dumenil, 2011; Freeman, 2013; Kliman, 2014; Mohun, 2013; Roberts, 2016; Shaikh, 1983). O autor deste capítulo está entre os que, baseados na exegese de sua obra, consideram que Marx (aliás, assim como Smith e Ricardo, por diferentes motivos) via corretamente uma tendência de baixa secular de lucratividade no capitalismo, havendo ademais indícios empíricos a respaldar tal (pre)visão. A precisão da evolução dessa taxa, em todo caso, é menos relevante do que a compreensão do impacto de sua dinâmica tendencial e dialética na sociedade – que é, essencialmente, o que se procura fazer neste capítulo.

setores e desperdícios e excesso de oferta em outros (Erich, 1967, p. 609; Marx, 2000, p. 494). Tais desequilíbrios setoriais combinam-se, como veremos adiante no caso brasileiro, com as crises de lucratividade, ajudando a explicar a complexidade dos ciclos de acumulação.

## **Padrões gerais da acumulação de capital no Brasil**

As considerações teóricas até agora apresentadas, muito resumida e simplificada, lançam luz à reflexão sobre as enormes transformações ocorridas no Brasil no decorrer de seu processo de industrialização e, em particular, de sua crise a partir do final da ditadura, quando se desenvolve o vigoroso movimento grevista tratado neste livro. Antes de investigar tal movimento em si, faremos uma breve avaliação do padrão geral de acumulação da economia brasileira com a industrialização, desde o pós-guerra.

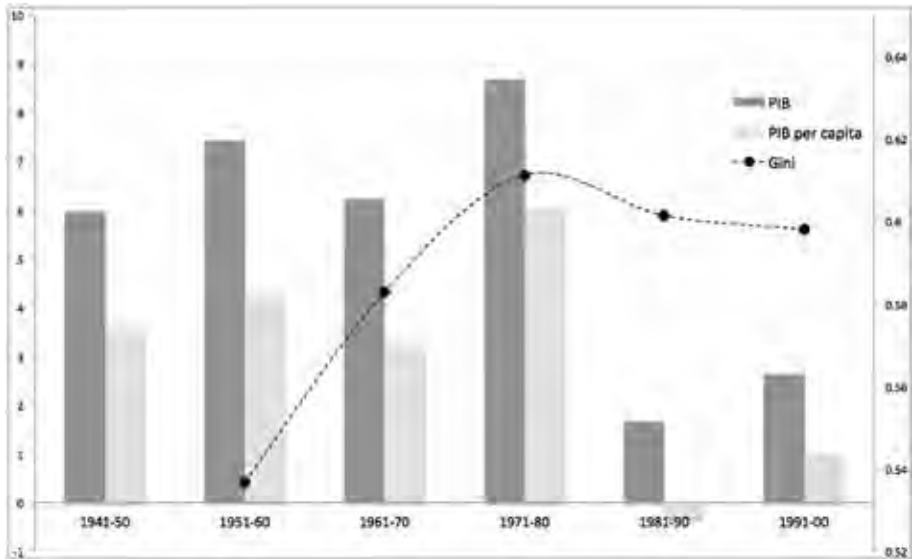
O crescimento da economia brasileira entre as décadas de 1940 e 1970 foi um dos maiores do mundo. Maior mesmo do que o das economias centrais, aceleradas pela reconstrução do pós-guerra. O PIB industrial do Brasil cresceu em média 9% ao ano entre o fim da Segunda Guerra e 1978, provocando enormes transformações – com a parcela urbana da população saltando de um terço para dois terços nesses três decênios.

### *Desenvolvimentismo concentrador e dependente*

O gráfico 1 permite contemplar tal transformação por intermédio das elevadas taxas de crescimento anual tanto do PIB quanto do PIB *per capita*, mas mostra também o quão limitada e socialmente ela foi injusta. Enquanto as taxas de crescimento escalavam nas décadas de 1960 e 1970, o coeficiente de Gini também disparava, mostrando consistente aumento da concentração de renda na mão dos mais ricos durante a ditadura. A mazela da industrialização foi manter, sobretudo (mas não só) nesse período militar, uma perversa concentração de renda. Afinal, ela fora con-

cebida em boa medida com base num diferencial oferecido pelo país: ultraexploração de seus trabalhadores.

Gráfico 1 – Crescimento e concentração de renda no Brasil:  
Gini, Crescimento (%) do PIB e do PIB *per capita*



Fonte: IBGE, Ipea, Neri 2012 (Gini das décadas de 1960 e de 1970 são do último ano da década; demais são média da década).

Elaboração do próprio do autor.

Três características gerais podem ser destacadas de todo o processo de industrialização por substituição de importações no Brasil: o foco dos investimentos na indústria pesada de bens de capital (DI) e de duráveis de luxo (parte mais pesada do DII); a dependência de financiamentos externos, combinados com forte presença estatal; e a sistemática concentração de renda. Esta última dificultava a criação de um mercado consumidor de massas, o que mantinha uma demanda reprimida no DII, limitando seu desenvolvimento (Furtado, 1967).

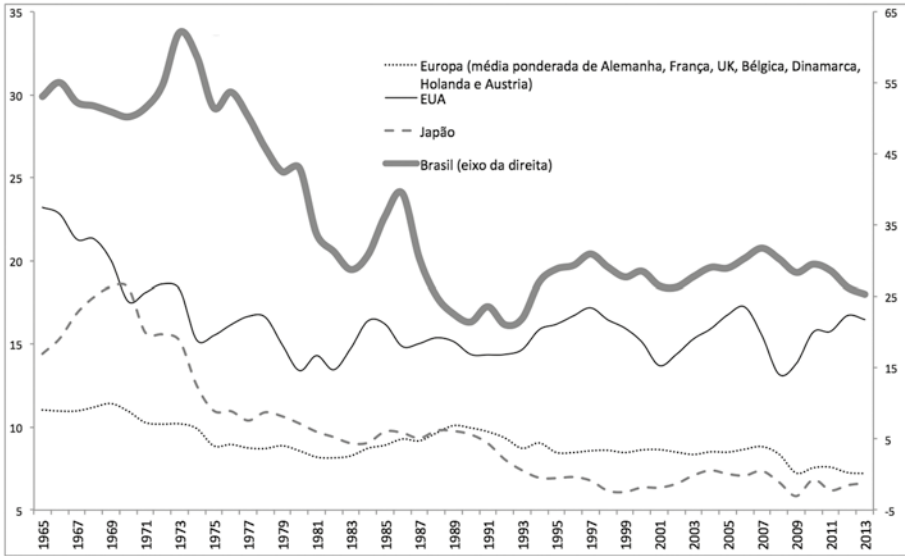
Desde Getúlio, a preocupação no planejamento da industrialização voltava-se à superação das limitações estruturais enfrentadas nos surtos de

substituição de importações ocorridos desde fins do século XIX, que eram sempre abortados por escassez de maquinários e insumos (e de divisas para importá-los). As ênfases nas “indústrias de base” (DI) e de consumo de luxo decorrem respectivamente dessa preocupação e do interesse lucrativo das multinacionais. Ênfases que levaram conseqüentemente à secundarização dos ramos não duráveis do DII. Isso, aliado ao conservadorismo das elites locais, que nunca aceitaram reformas estruturais (agrária, tributária, serviços públicos), gerou rigidez na oferta de bens de consumo de massa. Tudo isso dificulta que o valor real dos salários acompanhe o passo dos ganhos de produtividade – fazendo com que tais ganhos sejam incorporados apenas aos lucros, que por vezes sequer ficam no país, sendo remetidos ao exterior.

Ademais, a presença de mão de obra barata é um dos atraentes ao capital, inclusive o multinacional, sendo o outro atraente o fato de a taxa de lucro obtida na produção no Brasil ser consideravelmente superior àquela obtida em países centrais, já com alta mecanização e elevados níveis de estoque de capital. É o que ajuda a explicar os influxos de investimentos diretos das multinacionais e o enorme dinamismo da acumulação ocorrida no país, sustentado mesmo quando as economias centrais já enfrentavam nítida tendência de queda da taxa de lucro – nas décadas de 1960 e 1970 (ver Marquetti, 2010; Roberts, 2016).

Os gráficos 2, 3 e 4 dão uma dimensão da evolução da lucratividade produtiva e da dinâmica de acumulação no Brasil. No gráfico 2, observa-se uma queda significativa das taxas de lucro internacionais desde o pós-guerra, em particular de meados dos anos 1960 até o início dos 1980. A taxa de lucro estimada no Brasil, embora num patamar consideravelmente mais elevado, também acaba, após os anos de acumulação acelerada do início da industrialização, por compartilhar com os países centrais a tendência secular declinante.

Gráfico 2 – Taxas de lucro: Brasil e economias centrais



Fonte: BEA; IBGE; Ameco.  
Elaboração do próprio autor.

O gráfico 3 mostra o impacto da taxa de lucro,  $r$ , nas decisões empresariais de investimento produtivo. Quando  $r$  cresce (cai), a taxa de acumulação de capital (isto é, a taxa de crescimento do estoque de capital fixo: maquinários, edifícios não residenciais e infraestrutura) cresce (cai) também no ano seguinte ( $t+1$ ). E o crescimento de toda a economia (do PIB) costuma acompanhar tais movimentos, embora com defasagens de cerca de dois anos ( $t+2$ ) e com ajustes exógenos.

Fica claro que, após um período de alta lucratividade por várias décadas, o dinamismo na acumulação de capital começa a perder momento a partir de meados dos anos 1970, desacelerando o PIB. Isso é consequência da tendência de queda da lucratividade brasileira, permeada contudo por altos e baixos cíclicos. O gráfico 4 traz mais elementos para explicar esse comportamento.



Gráfico 3 – Taxas de lucro e de acumulação (%) no Brasil



Fonte: Dados brutos do IBGE.

Elaboração do próprio do autor.

Gráfico 4 – Determinantes da taxa de lucro  
evolução da mecanização (composição orgânica) e da exploração (taxa de mais-valia)

Fonte: Dados brutos do IBGE, Cemec.

Elaboração do próprio do autor.

Confrontando os gráficos 3 e 4, nota-se que essa secular baixa tendencial da taxa de lucro,  $r$ , no Brasil é determinada sobretudo pela mecanização. Como sugerido na introdução teórica acima, embora a ação empresarial procure elevar  $r$  ao turbinar a produtividade do trabalhador, tentando alavancar a taxa de mais-valia,  $\epsilon$ , isso acaba resultando numa elevação bem maior da composição orgânica,  $\kappa$  – esta, sim, tendo um inequívoco crescimento sistemático, quase que ininterrupto, nas últimas seis décadas. E a alta secular da taxa de mais-valia acaba sendo bem mais suave, já que enfrenta ciclos que correspondem não apenas às correlações de forças conjunturais na luta de classes mas também ao próprio nível de atividade econômica (à demanda doméstica e externa).

### *O processo de industrialização e seus ciclos de acumulação*

O gráfico 3 permite notar a existência, *grosso modo*, de três destacados ciclos de alta na lucratividade  $e$ , portanto, na acumulação no decorrer do processo de industrialização. A primeira onda de alta – na década de 1950 – e a segunda – na virada da década de 1960 para a de 1970 – ajudam a atrair capitais (nacionais e estrangeiros) à expansão industrial no país. Isso, junto com a decisiva participação estatal no planejamento, financiamento e mesmo no empreendedorismo, impulsiona a acelerada acumulação ocorrida tanto no final dos anos 1950, no Plano de Metas, quanto no chamado “Milagre”, no início dos anos 1970 – prolongada forçadamente na “marcha” do II PND. Uma terceira onda, bem menor e mais efêmera do que as duas primeiras, ainda viria a ocorrer em meados da década de 1980, em parte decorrente da maturação dos projetos do II PND (Castro, 1985). Na sequência de cada uma dessas ondas, a forte mecanização leva a subsequentes quedas da lucratividade, que é jogada – no ciclo seguinte – sempre a patamares inferiores àqueles previamente existentes.

No primeiro ciclo, após os anos de alta, a taxa de lucro cai produzindo a estagflação do início dos anos 1960 (período Jânio-Jango), resultante também de uma crise de desbalanceamento (desproporção) entre os

Departamentos I e II (DI e DII). A forte mecanização, resultante do padrão de acumulação centrado na indústria pesada, intensa em capital e em tecnologia, gerou excesso de oferta (e capacidade ociosa) no DI e excesso de demanda no setor não duráveis do DII. O relativo subdesenvolvimento deste último *vis-à-vis* ao aumento da massa de trabalhadores urbanos refletiu-se em escassez na oferta frente à elevação na demanda nos mercados de consumo de massa, o que gerou alta nos preços dos itens da cesta básica e, assim, pressões inflacionárias (Singer, 1976, p.50-53).

O ativismo sindical no pré-golpe foi capaz de recuperar perdas, reduzindo a taxa de mais-valia, o que – junto com a já existente alta na mecanização – derrubou a taxa de lucro em mais de 25% entre 1960 e 1963 (gráficos 3 e 4). A solução para esse revés na valorização do capital produtivo foi apressada pelas classes dominantes com o golpe de 1964, ao qual elas dedicaram entusiástico apoio. Ele esmaga salários, força elevação da taxa de mais-valia,  $\epsilon$ , recupera a lucratividade,  $r$ , criando condições ao novo ciclo de investimentos – o do chamado “Milagre”, de 1968 a 1973. Mas ao final desse período, a enorme mecanização,  $\kappa$ , já começa a segurar novamente a alta na taxa de lucro. Alguns anos depois a taxa de mais-valia,  $\epsilon$ , recomeça a retroceder em virtude de certa recuperação salarial e concomitante redução da expansão dos negócios em razão da crise internacional. Assim, a partir de 1976,  $r$  cai mais uma vez, fazendo diminuir o interesse empresarial em investir. Um novo e mais forte baque na acumulação é iminente, apenas prorrogado pelo lançamento do II PND por Geisel. Mas a nova queda na lucratividade e de acumulação prevalece e leva à crise econômica do final do regime militar. Esta se transmutou, nas duas décadas (“perdidas”) seguintes, em “crise do endividamento” ao ser potencializada pela nova política do grande capital internacional, que compensava parte da queda de sua própria lucratividade interna (gráfico 1), tanto com o deslocamento produtivo à periferia asiática, quanto com a especulação financeira (Chesnais, 1995; Lapavitsas, 2013).

O período em que se desenrolam as lutas grevistas tratadas neste livro corresponde justamente ao da crise do final desse segundo ciclo e de seus

desdobramentos (gráfico 3). Mas a entrada em cena da classe trabalhadora nessa vaga de mobilizações de massa não coincide com a crise derradeira do governo dos generais, ela de fato determina o movimento que leva ao fim da própria ditadura militar.

### **Acumulação e superexploração na ditadura militar**

Ao intervir nos sindicatos, prendendo, torturando ou até assassinando seus dirigentes e ativistas, o regime “libertou” as grandes empresas da negociação salarial coletiva. Um ano após o golpe de 1964, o governo militar já implementava o Plano de Ação Econômica (Paeg), que elevou tarifas públicas, cortou crédito e retraiu a demanda, provocando desemprego (Singer, 1976, p. 55). Tratava-se de medidas “ortodoxas” de austeridade fiscal e monetária alegadamente para combater a inflação. Mas, centralmente, visavam atacar o custo do trabalho.

#### *O forte arrocho e a recuperação da lucratividade*

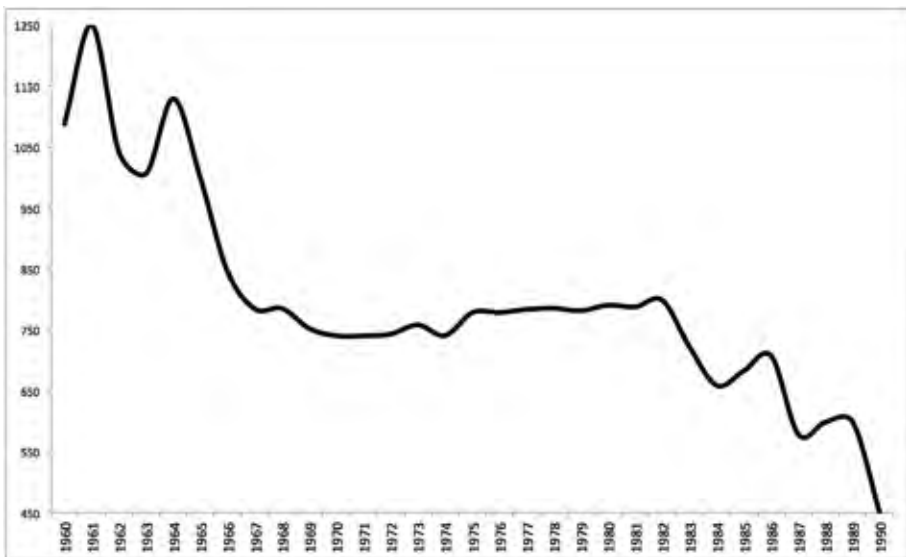
O Paeg cria um mecanismo – a Circular 10/65 – de reajuste de salários, que passa a ser apenas anual e determinado pelo governo, sempre bem abaixo da inflação efetiva. Imposta aos dissídios no setor privado em 1966, a fórmula de reajuste do governo substituiu as negociações entre trabalhadores e patrões. Ela não permitia reajustar os salários para recompor o pico do salário real do período do último reajuste. Em vez disso, os corrigia apenas para recompor a média dos últimos vinte e quatro meses anteriores ao reajuste. Este, ademais, apenas “cumpria acrescentar a metade da inflação programada pelo governo (resíduo inflacionário)” (Resende, 1990, p. 217-18). Embora tais normas da 10/65 tenham sido formalmente atenuadas em 1968, a repressão ao movimento sindical só piorou a partir daquele ano com o AI-5.

Em outra medida, o Paeg também decretara o fim da até então existente estabilidade no emprego no setor privado, substituída pelo FGTS, e proibiu draconianamente as greves “em atividades essenciais”. Mas como era o

próprio governo quem definia o que era “essencial”, ele tratou na prática de proibir todas as greves, sempre considerando-as “fora da lei” e reprimindo-as com rigor – como ocorreu, por exemplo, com as greves operárias que paralisaram as cidades industriais de Contagem (MG) e Osasco (SP) em 1968.

Todas essas medidas, que visavam reduzir custos empresariais, elevar seus lucros e agradar/atrair capitais internacionais, resultaram em drástica redução do salário real e aumento da desigualdade de renda no país. O Salário Mínimo, cujo reajuste era também definido pela mesma fórmula da 10/65, teve mais de um quarto de seu poder de compra destruído entre 1964 e 1968. O gráfico 5 mostra essa dramática trajetória do Mínimo, cujo valor real seguiu derretendo até o início da década de 1970, quando então se mantém praticamente estancado (apenas para, nos anos 1980 e 1990, sofrer novas e pesadas perdas para a inflação).

Gráfico 5 – Salário Mínimo real: média anual  
(em R\$ de 2019)



Fonte: Ipea, deflacionado pelo OGP-G-MTb até 1979 e, daí em diante, pelo INPC.  
Elaboração do próprio autor.

Os trabalhadores industriais, vários dos quais um pouco mais qualificados e recebendo acima do Mínimo, também experimentaram fortes e prolongadas perdas salariais. Os empregados na indústria de transformação ligados à produção, por exemplo, tiveram uma queda real de salário médio superior a 18% entre 1964 e 1966, como é possível notar no gráfico 6.

Além de atacar salários, o Paeg atuou também em outras frentes para ajudar a recompor a lucratividade empresarial. Realizou reformas tributária, bancária e bursátil – “modernizando” e facilitando a lucratividade financeira ao criar mecanismos de indexação e correção monetária. Criou novos instrumentos de internacionalização financeira do Brasil, permitindo recuperar a lucratividade e, portanto, o investimento – puxado inclusive por pesado endividamento externo privado, que foi se tornando mais especulativo nos anos seguintes (Cruz, 1982, p. 17). Ademais, o Plano eliminou entraves ao capital estrangeiro (instrução 289/Sumoc) ao liberar remessa de lucros das filiais das multinacionais às matrizes no exterior bem como tomada de empréstimos no exterior. A facilidade de captações externas facilitou aquisições de empresas nacionais por estrangeiras. Após os trimestres iniciais retracionistas, o crédito acabou sendo também facilitado.

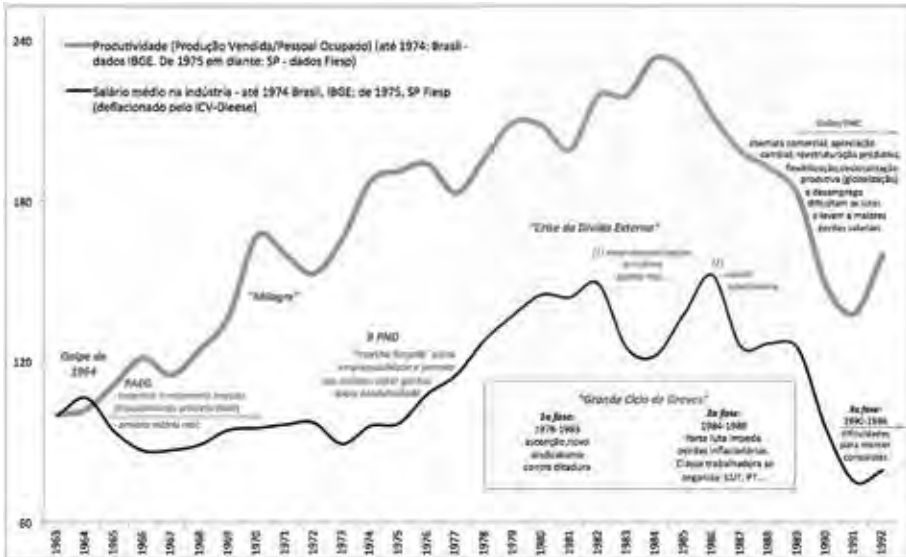
### *O “milagre” da perversa dinâmica salário-productividade*

A taxa de lucro recuperou-se então, tendo uma alta de 25% entre 1963 e 1973 (ver gráficos 3 e 4). Contou para tanto com fatores político-conjunturais, mas também estruturais. Os primeiros foram as medidas acima descritas: elevação em 27% da taxa de mais-valia,  $\epsilon$ , entre 1965 e 1973 (graças aos ataques ao salário real), e barateamento de custos financeiros-tributários e facilitação dos negócios. Mas em termos estruturais – e determinantes –, vários anos de reduzidas atividade e acumulação de capital derrubaram a composição orgânica,  $\kappa$ , em 16%, entre 1963 e 1966 (ver gráfico 4). Isso permitiu uma recomposição de um terreno mais favorável para a recuperação da lucratividade.

E assim se deu o início do aqui referido “segundo ciclo” de acumulação no processo de industrialização (gráfico 3), que começa com o assim denominado “Milagre Econômico 1967-1973”. Este, como no Plano de Metas, foi novamente impulsionado pelos ramos industriais pesados: bens de capital e de consumo durável. No período, a indústria de transformação experimentou taxas de crescimento média anual de quase 13%, sendo 24% o de bens duráveis (em geral de luxo – automóveis, etc) e 18% o de bens de produção. A produção dos itens da cesta básica seguiram tendo desempenho bem mais modesto, ao passo que a dos bens de consumo não duráveis cresceu cerca de 9% e a de alimentos básicos, apenas cerca de 2% anuais (Tavares, 1982). Isso mantinha relativamente escassa a oferta de tais bens, o que encarecia seus preços e, assim, a cesta básica do trabalhador. Tal inflação, que efetivamente desvalorizava fortemente os salários, não aparecia nos índices oficiais, os quais sofriam manipulação sistemática pelo governo (Baer, 2002, p. 160), e, assim, os reajustes oficiais dos anos seguintes não permitiam recuperar as perdas do poder de compra do salário. Este foi o verdadeiro segredo do “Milagre”: elevação da mais-valia absoluta e relativa.

Isso fica evidente no gráfico 6. Um trabalhador médio da indústria manufatureira produziu em 1973 67% a mais do que em 1964, como mostra a subida íngreme da curva (grossa) da produtividade. Esse mesmo trabalhador, entretanto, recebera em 1973 um salário real 16% menor do que em 1964, como ilustrado na queda da curva fina, que representa seu salário deflacionado pelo ICV-Dieese. Os enormes ganhos de produtividade nesse decênio 1963-1973 – sobretudo com a intensa mecanização ocorrida no “Milagre” – foram totalmente apropriados pelos lucros dos capitalistas, que ainda lograram subtrair para si (o equivalente à queda do salário real da) renda inicial (de 1964) dos trabalhadores.

Gráfico 6 – Produtividade e salário real do trabalhador da indústria: 1963 a 1992 (dados anuais: 1963 = 100)



Fonte: Fiesp – Boletim de Conjuntura; Dieese; FGV; IBGE (Colisete, 2009).  
Elaboração do próprio autor

Isso pode ser percebido na abertura da “boca de jacaré” formada pelas curvas de produtividade e de salário médio. O distanciamento progressivo delas ilustra a dinâmica da taxa de exploração do capital sobre o trabalho (isto é, da mais-valia,  $\epsilon$ ). Se ambas as curvas estivessem evoluindo em paralelo, o grau de exploração estaria mantido; ou seja, os ganhos adicionais de produtividade seriam divididos por igual entre lucros e salários. Mas se a curva de produtividade cresce mais rápido que a curva dos salários reais, tais ganhos estarão sendo mais abocanhados pelos lucros – implicando um aumento da exploração, mesmo quando os salários reais estão crescendo.

Formalmente, se denotarmos  $L$  como a quantidade de trabalho empregada na produção (medida pelo número de horas ou, como no gráfico 6, número de trabalhadores),  $Y$  como o valor total da produção realizada (vendida) e  $w$  como o salário real médio, podemos dizer que as curvas



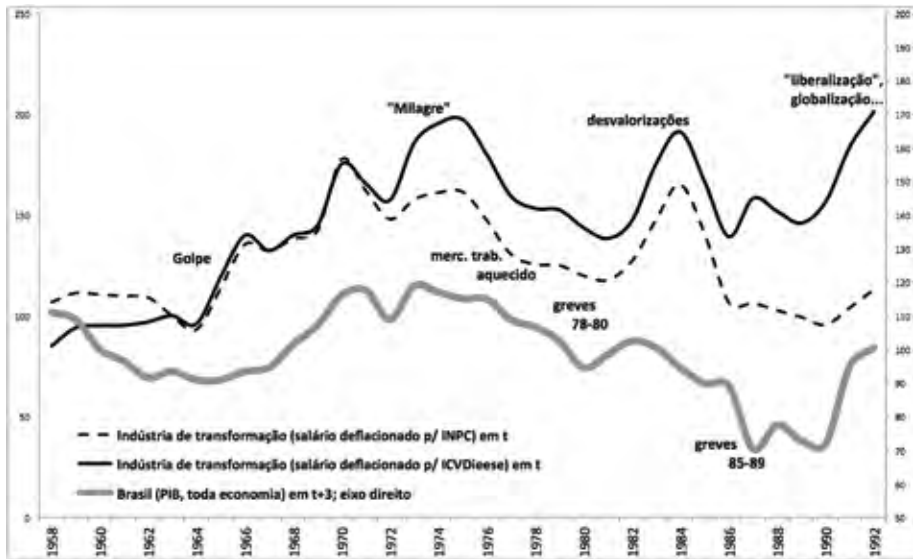
cinza grossa (produtividade) e preta fina (salário real) são respectivamente iguais a  $Y/L$  e  $w$ . Sabendo que o valor das vendas,  $Y$ , é igual ao valor adicionado, sendo portanto igual à soma da massa de mais-valia e de capital variável ( $Y = m+v$ ), e que  $wL$  é a massa de salários, sendo igual ao valor do capital variável ( $wL = v$ ), temos então que a divisão de uma curva pela outra é igual à curva do “fator (da taxa) de mais-valia”,  $(1 + \epsilon)$ .

$$\frac{\text{produtividade}}{\text{salário real}} = \frac{(Y/L)}{w} = \frac{Y}{wL} = \frac{m+v}{v} = \frac{m}{v} + 1 = \epsilon + 1 \quad (3)$$

No gráfico 7, esse “fator”  $(1 + \epsilon)$  da indústria de transformação é representado pelas curvas finas, cheia e tracejada. Ambas são calculadas, como na equação (3), dividindo-se a produtividade pelo salário, sendo este deflacionado pelo ICV-Dieese no caso da curva cheia e pelo IPC-MTb (até 1974) e INPC (1975 em diante) no da curva tracejada. Elas (representantes da exploração no “chão de fábrica”) são comparadas com a curva cinza grossa. Esta última também expressa a taxa de mais-valia, mas de todo o PIB (não apenas do setor industrial, mas também agrícola e de serviços) – é a mesma curva cinza do gráfico 4.

As três curvas “de exploração” do gráfico 7 compartilham um padrão geral comum, ainda que o expressem com algumas diferenças conjunturais e temporais. Após queda na primeira metade dos anos 1960, as três se recuperam com o arrocho depois do golpe de 1964, mais ao final dessa década e no início da próxima, já com o “Milagre”. A curva de todo o PIB é defasada em três anos ( $t+3$ ) em relação às da indústria manufatureira, setor mais dinâmico da economia e que, portanto, costuma antecipar as tendências gerais dos demais setores.

Gráfico 7 – Evolução da taxa de mais valia: indústria de transformação e PIB total (1963 = 100)



Fonte: Fiesp; IBGE, Dieese.  
Elaboração do próprio autor.

Entre as representantes da indústria, a curva (escura e fina) cheia tende a subir mais do que a tracejada, pois o ICV-Dieese capta melhor do que o INPC-IPC-MTb a alta nos preços da cesta básica, que reduz o valor real dos salários e eleva  $\epsilon$ . E ambas tendem a crescer mais do que a curva do PIB total, não porque os salários industriais tenham, em relação aos dos demais setores, pior desempenho (em geral – ao contrário – têm melhor). A explicação está mais relacionada com o crescimento da produtividade (ou da mecanização), que foi muito mais rápido, intenso e generalizado na Indústria do que nos Serviços e na Agricultura.

A queda real dos salários desde 1964 mostra que a recuperação da taxa de lucro no “Milagre” fora em boa medida alcançada com o efeito “contratendencial” de alta na mais-valia relativa, mas também absoluta, com a extensão e intensificação da jornada de trabalho sem correspondência em salário e “redução do salário abaixo de seu valor” (Marx, 1991,

p. 339-342). De fato, para uma boa maioria da massa trabalhadora, o salário deixa de ser suficiente até para reproduzir sua força de trabalho (e de sua família) no dia seguinte.

E há evidências dramáticas que corroboram isso. Em 1972, apenas um quarto dos trabalhadores estava recebendo acima do Mínimo (Camargo, 1982, p. 65), cuja queda intensa foi acima discutida (ver gráfico 5). O total de calorias ingeridas, numa família trabalhadora média, estava abaixo do necessário, a mortalidade infantil voltava a crescer e epidemias reapareciam em centros urbanos (Camargo, 1982, p. 63-75; Singer, 1976, p. 83). As horas extras e o número de adolescentes empregados (mais-valia absoluta) cresceram para compensar a baixa salarial familiar; tal intensificação no ritmo de trabalho elevava o número de acidentes trabalhistas (Oliveira, 2013, p. 113).

### *O esgotamento estrutural da industrialização dependente e concentradora*

Se o período 1967-1973 testemunhou um “milagre” no aumento da exploração do trabalho pelo capital, produziu também, e por conseguinte, vultosas taxas de acumulação de capital, como visto no gráfico 3. Em tal período, o PIB crescia a uma impressionante taxa média anual de 10,3%.

Contudo, esse processo começa a mostrar sinais de fadiga já em 1973. O excesso de mecanização faz as taxas de lucro, de acumulação e de crescimento sofrerem um revés no ano seguinte (ver gráficos 3 e 4). Muito além da lucratividade, entretanto, era o próprio modelo de industrialização – autoritário, concentrador de renda e (internacionalmente) dependente – adotado no Brasil, e aprofundado com o golpe de 1964, que revelava esgotamento. Estruturalmente, a cadeia produtiva resultante do “Milagre” padecia de dois tipos de desbalanceamentos setoriais causados pelas relativas atrofias na produção (i) de vários dos bens de capital e (ii) de bens de consumo de massa.

O primeiro desbalanceamento (i) resultava do fato de que o forte aumento na (lucrativa, sobretudo às multinacionais) produção de bens de consumo duráveis (em geral de luxo, como automóveis e grandes eletrodomésticos) não fora acompanhado de expansão da manufatura de vários bens de capital (ver Serra, 1982). Embora o DI tenha apresentado relativo desenvolvimento, sua matriz produtiva era ainda polvilhada por inúmeras lacunas – com uma enorme pauta de equipamentos, maquinários e insumos ainda não produzidos domesticamente, sobretudo os que envolvem processos mais intensos em capital e tecnologia. A primeira crise do petróleo, que torna escassos combustíveis e derivados de petróleo, fazendo preços de insumos industriais dispararem, deixa isso mais evidente e alarmante.

Para manter o crescimento dos investimentos em nível ao menos próximo do operado no “Milagre” 1967-1973, considerando que eles se tornam, de fato, maiores e mais sofisticados à medida que se expande a cadeia industrial, seria necessário elevar ainda mais as importações de bens de capital. Mas isso produzia déficits comerciais – financiados com endividamento externo, que crescia também em razão da especulação financeira internacional, num movimento de liquidez em procura de valorização (Cruz, 1982, p. 65). Tal vulnerabilidade externa, potencializada pela mudança no cenário internacional com a crise do petróleo, mostrava um limite estrutural do modelo desenvolvimentista dependente de capital externo.

O segundo desbalanceamento (ii) relaciona-se à medíocre (quase nula) expansão da produção de bens de consumo de massa. O que deveria ter provocado, como na estagflação do início dos anos 1960, gargalos e espiral preço-salário inflacionária. Isso, contudo, foi dessa vez amenizado pelo esquema (agora ainda mais) perverso de expansão industrial, que fora mantida e prolongada com o forçado achatamento salarial – como, anos antes, já aventado por Kalecki (1977). A manutenção das inversões fora possível porque estas eram em boa medida financiadas com “poupança forçada” advinda do extraordinário excedente apropriado pelos capitalis-

tas com a queda do salário real (Kalecki, 1977, p. 136-140). Similar prognóstico, aliás, é também compartilhado, e generalizado, pela “Teoria Marxista da Dependência” em sua explanação geral do modelo de industrialização brasileiro, cuja acumulação seria baseada na “superexploração” da troca desigual de valor. De fato, (ao menos) no decênio 1964-1974, a “redução forçada do salário abaixo” do valor da força de trabalho transformou assim, “dentro de certos limites, o fundo necessário de consumo do trabalhador em um fundo de acumulação de capital” (Marini, 2000, p. 124). Algo que até lembra um esquema de acumulação primitiva (Oliveira, 2013, p. 105).

De tal maneira, a despeito do desbalanceamento departamental promovido pela atrofia na oferta da cesta básica, os custos (salariais) eram mantidos em baixa e o lucro, em alta. Isso garantia um perene fluxo de inversões no DI e DII de luxo, prorrogando gargalos e estagnação. Mesmo assim, com o tempo, algum tipo de pressão inflacionária acabaria surgindo.

Portanto, ambos os desbalanceamentos – ainda que mais o (i) do que o (ii) –, além da queda de lucratividade devido à acelerada acumulação, pressionam preços e começam a reduzir a taxa de crescimento já em fins de 1973. Geisel assume a presidência no início do ano seguinte preocupado com a possibilidade de um arrefecimento brusco na atividade transformar-se numa crise econômica que erodisse a sustentação política do regime militar. Foca-se, portanto, na superação do primeiro desbalanceamento (i) procurando resolver os entraves à manutenção dos investimentos industriais. Deixa de lado, obviamente, o segundo desbalanceamento (ii), não tomando qualquer medida efetiva para reverter a tibieza do mercado consumidor de massas, nem via reforço à cadeia produção-distribuição da cesta básica, muito menos via redistribuição progressiva da renda ou reforma agrária.

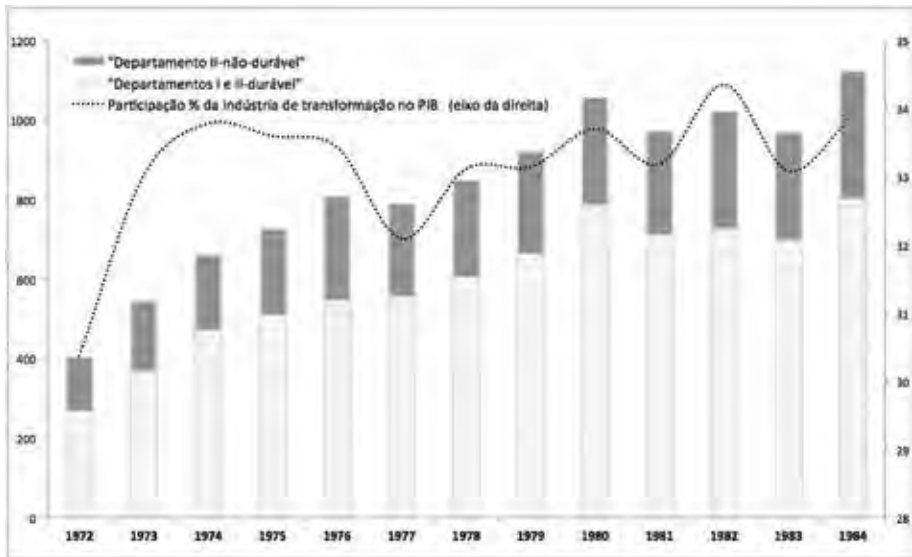
## *O II PND, o endividamento e a crise do regime*

O novo governo procura, assim, ir ao limite da substituição de importações, tentando internalizar agora a produção total dos meios de produção, até mesmo dos maquinários mais pesados e de alta tecnologia, bem como dos insumos sofisticados. Além disso, planeja gigantescos investimentos em infra-estrutura. A implantação desse tipo de indústria permitiria ao país completar sua cadeia de produção, com alta complexidade e diversificação.

É lançado, com tal intuito, o II PND: um ambicioso conjunto de projetos a serem implementados entre 1975 e 1979, visando superar gargalos estruturais – sobretudo nos setores produtores de bens de capital e intermediários. Destacavam-se aí grandes refinarias para a produção de combustíveis e derivados de petróleo, enormes investimentos na prospecção e extração de petróleo, construção de grandes usinas hidrelétricas e nucleares; tudo para atender às demandas energéticas da expansão industrial. Ademais, foram planejados pesados investimentos em plantas dos ramos químico, petroquímico, siderúrgico e de maquinários (Lessa, 1987).

Os empreendimentos seriam operados por grandes empresas nacionais privadas e principalmente estatais, como Siderbras, Embratel, Eletrobrás e Petrobras – sobretudo no caso dos projetos maiores, mais caros e arriscados. Empresas privadas cresceriam também nas atividades direta ou indiretamente correlatas aos projetos – sendo fornecedoras e/ou beneficiárias de suas externalidades e encadeamentos. O gráfico 8 mostra o acelerado crescimento da indústria de transformação no período e particularmente a elevação mais do que proporcional do DI e dos setores de duráveis (metalurgia, não metálicos, mecânica, material elétrico e de transporte, madeira, borracha, química, plástica, couros e peles) em comparação aos setores não duráveis do DII (papel e papelão, farmacêutica, têxteis, perfumaria, sabão e velas, alimentos (processados), bebidas, fumo, editorial e gráfica).

Gráfico 8 – Crescimento da indústria pesada no II PND  
(R\$ bilhões de 2018)

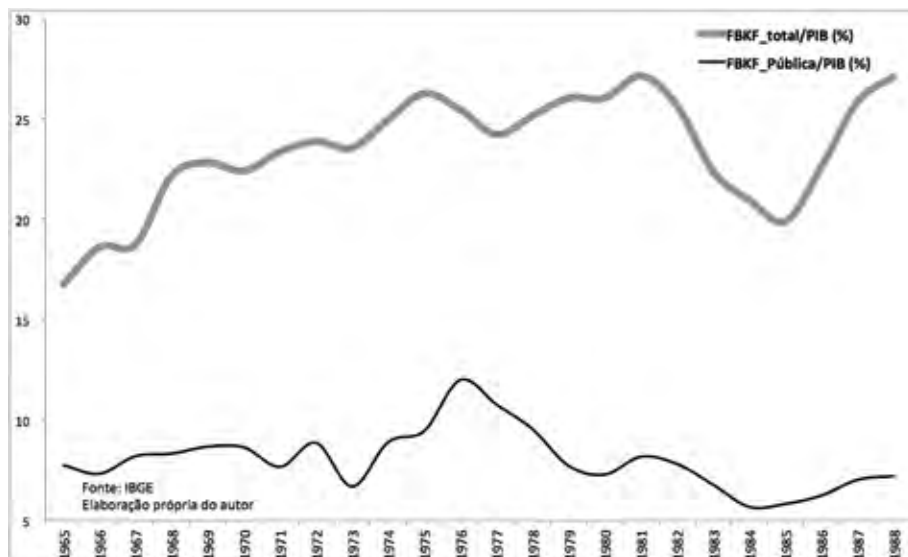


Fonte: IBGE

Elaboração do próprio autor.

Diferentemente do Plano de Metas e do “Milagre”, as multinacionais acabaram tendo aí participação diminuta, já que suas matrizes relutavam em elevar investimentos externos ou mesmo empréstimos às filiais frente à crise internacional que se avizinhava. Assim, os enormes financiamentos necessários viriam do crescimento do endividamento externo, que passou a ser tomado pelas grandes empresas estatais, aproveitando-se do excesso de liquidez internacional decorrente do fim do padrão-ouro e da enxurrada de petrodólares que procuravam valorização (“reciclagem”). Como mostra o gráfico 9, a participação das estatais (e do setor público em geral) na formação bruta de capital fixo (FBKF) elevou-se a patamares recordes entre 1975 e 1978. E seus efeitos multiplicadores-encadeadores impulsionaram também os investimentos privados, levando a FBKF total a também bater recordes (como proporção do PIB) até 1982.

Gráfico 9 – Investimentos/PIB (%)



Fonte: IBGE.  
Elaboração do próprio autor.

Esse esquema, de fato, permitiria manter o crescimento do PIB até o final da década, ainda que a taxas um pouco mais modestas do que as do “Milagre”. Todavia, o II PND não alterou – na essência – o esgotado modelo industrial prévio e, até por isso, tampouco logrou resolver o grave problema na acumulação capitalista – subjacente à crise econômica global –, que à época já se alastrava também na América Latina. Voltando aos gráficos 3 e 4, vê-se que a taxa de lucro da economia brasileira caiu pela metade, quase que ininterruptamente, durante o decênio 1973-1983. Pudera: desde o Milagre, houve insistente e intensa acumulação de capital com a expansão da grande indústria, o que fez elevar, também sem tréguas, a composição orgânica,  $k$ . Essa mecanização, que já havia subido 11% entre 1965 e 1973, acelera ainda mais agora com o II PND – cujo carro chefe de acumulação eram os pesados investimentos da grande indústria capital-intensiva e tecnologicamente mais inovadora –, saltando mais 76% entre 1973 e 1983 (o  $k$  quase dobrou, portanto, no período 1965-1983).



Além da pesada mecanização, outros três problemas também subjacentes estorvavam a lucratividade: primeiro, a expansão dos mercados começava a estreitar-se com a crise internacional se desenvolvendo e sem tampouco muitas possibilidades de alargamento do mercado doméstico, dada a monumental desigualdade social (outra limitação estrutural do modelo industrializante adotado). Isso dificultava o crescimento da realização de vendas e, portanto de lucros que, ao menos, acompanhasse a acelerada alta no acúmulo de ativos fixos; segundo, a massa de lucro dos empreendimentos privados direta ou indiretamente correlatas ao II PND demoraria a crescer, pois lento era o amadurecimento desse tipo de investimento (Castro, 1985). Para boa parte dos gigantescos projetos, o ponto de *break-even* só ocorreria cerca de dez anos depois – entre 1985 e 1987, quando de fato e finalmente as receitas e lucros privados recuperam-se, permitindo uma nova elevação da taxa de lucro da economia, ainda que apenas transientemente (ver gráfico 3); o terceiro problema era a queda insistente da taxa de mais-valia,  $\epsilon$ , por pressões salariais, como veremos mais adiante.

Certo desconforto com essa aguda baixa na taxa de lucro empresarial foi sendo gestado entre as classes dominantes, a despeito de terem sido apoiadoras de primeira hora da ditadura militar. O apoio entre grandes empresários nacionais – mesmo os dos ramos de capital pesado, mais diretamente favorecidos pelos projetos do II PND – e multinacionais foi, assim, perdendo comprometimento à medida que os indicadores de lucratividade caíam persistentemente, ao ponto de, em fins de 1978, industriais de destaque publicarem o “I Documento dos Empresários”, no qual apresentavam críticas à política econômica e até defendiam a “reabertura” do país. Tudo isso, junto com a crescente insatisfação popular, vai criando um terreno favorável para o alastramento da crise do regime militar.

Assim, temendo perder sustentação e popularidade, o governo Geisel abriu mão, até certo ponto, de ajustes contracionistas nas contas públicas

e nos preços (dado o “aquecimento da demanda” após vários anos de forte crescimento). Expandiu o crédito via Banco do Brasil e, respondendo a críticas à esquerda, mudou a regra de correção salarial (Lei 6147-74) – permitindo finalmente (ao menos em tese, já que os índices oficiais não eram confiáveis) a correção de perdas inflacionárias do reajuste do ano anterior. Ele foi ainda forçado a liberar preços administrados e – para acalmar mercados financeiros – ampliou mecanismos de indexação monetária (Carneiro, 1990).

Tudo isso, além dos efeitos defasados do próprio choque do petróleo, dificultou a redução da inflação. Medida pelo ICV-Dieese, ela se manteve em torno de 40% ao ano durante o mandato de Geisel. A lenta maturação dos projetos do II PND também não permitia substituir de imediato as importações de maquinários e insumos. Portanto, os déficits na balança comercial, crescentes desde 1972, só puderam ser reduzidos entre 1975 e 1978 com pesadas tarifas de importação. Contudo, no mesmo período, o estoque da dívida externa bruta herdada do “Milagre” saltara de 17,7% para 26% do PIB entre 1973 e 1978. O esquema de financiamento do II PND por intermédio de endividamento externo (das estatais) começava a trazer preocupações no balanço de pagamentos. Os juros de tais contratos de dívida, inicialmente baixos, eram, porém, flutuantes e tendiam a crescer com a (e bem acima da) taxa de juros do Tesouro norte-americano, que quase dobra entre abril de 1977 e dezembro de 1978.

O general Figueiredo, que assume a presidência no ano seguinte, herda crescentes inflação e dívidas externa e pública e já é impactado pela segunda crise do petróleo. A esta, a equipe do governo respondeu com uma desvalorização cambial de 30%, provocando pressão nos preços. A pressão popular contra o regime fortalecia-se, e o governo, tentando evitar a todo custo responder à crise das contas externas com recessão ou racionamento de energia/importados, prometia manter os investimentos do II PND. Isso permitiu a manutenção dos níveis anteriores de crescimento do PIB

nos dois primeiros anos do governo, mas não seguiu a piora da balança comercial, com a alta nos preços internacionais de combustíveis e outros importados. Causou também a elevação da inflação (para 71% em 1979 e 94% em 1980), que corroía os aumentos nominais de salários. Apesar da repressão, as greves de grandes categorias já começavam a se espalhar. Por pressão delas uma nova alteração na regra salarial passou a permitir reajustes mensais e por faixas.

No segundo semestre de 1980, o país mal conseguia financiar seu déficit nas transações correntes, com as reservas de dólares do Banco Central minguando. E, para piorar, o Federal Reserve acelerou a alta na taxa de juros dos Estados Unidos, a qual quase dobra em poucos meses. Isso, além da recessão internacional, fez disparar bem mais intensamente ainda os juros da dívida externa dos países periféricos, particularmente os do Brasil. No ano seguinte, o governo inicia um ajuste para segurar as importações, o que provoca recessão, com queda no PIB de 4,3%. Mas as contas externas seguem piorando com as enormes dificuldades em rolar a dívida – sobretudo após a moratória mexicana em 1982.

Após as eleições daquele ano, o governo recorre ao FMI e se compromete a fazer cortes em gastos públicos, novas desvalorizações e outras medidas recessivas para conter a demanda, reduzir importações, aumentar exportações e garantir assim o pagamento dos juros da dívida externa. A recessão e o abandono dos investimentos do II PND seguem, portanto, no ano seguinte, quando o crescimento despencou a quase zero. As novas desvalorizações cambiais aumentam a pressão sobre os preços dos itens da cesta básica. O ICV-Dieese dispara de 88% ao ano para 204% entre 1981 e 1984 e isso, junto com a elevação do desemprego (gráfico 10), dificulta as lutas sindicais pela recomposição das perdas de inflação. A crise do endividamento seguirá sangrando o país, obrigando-o a transferir mais-valia produzida pelos trabalhadores brasileiros aos bancos e especuladores internacionais na forma de juros da dívida externa por mais uma década e meia.

## Crescimento em massa do operariado e de sua disposição de luta

Os generais do último decênio da ditadura não foram capazes de resolver a crise de acumulação do capital no Brasil. Paradoxal e involuntariamente, entretanto, eles permitiram criar condições sobre as quais a classe trabalhadora, por eles outrora derrotada, se apoiou para se reconstituir em classe para si (Marx, 1847, p. 189-90).

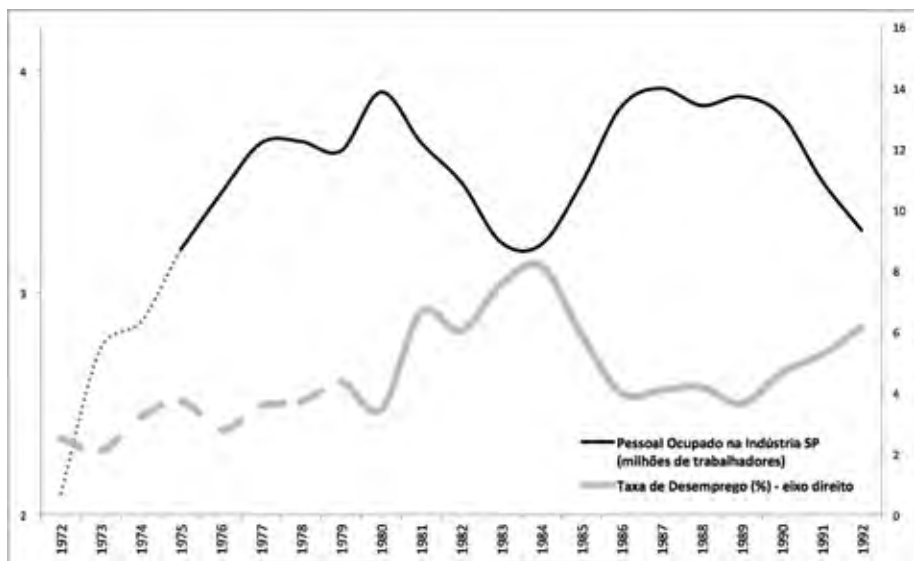
A enorme expansão industrial entre 1967 e 1973 elevou intensamente, como vimos, a taxa de mais-valia,  $\epsilon$ . Mas gerou também – junto com o crescimento de toda a economia – uma enorme procura por mão de obra. Até 1975, contudo, tal demanda não gerava alta nos salários, não apenas devido à forte repressão aos sindicatos. A grande reserva de desempregados, que havia se formado durante os anos de recessão e baixo crescimento (1963 a 1966), era reforçada pelos ainda fortes crescimento vegetativo e êxodo rural – num período em que apenas metade da população era urbana. Os milhões de lavradores e camponeses que chegavam aos grandes centros urbanos e industriais – fugidos da fome, da seca e da violência do latifúndio – ajudavam a formar, junto com os jovens urbanos que anualmente entravam para a força de trabalho, uma aparentemente inesgotável oferta de trabalhadores, que (à lá Lewis) se dispunham a trabalhar em troca de salário de subsistência rebaixado. Esse exército de reserva ajudava a garantir que os ganhos de produtividade a cada giro de investimentos fosse (mais que) inteiramente apropriado pelo lucro empresarial (Lewis, 1954). O que foi, como vimos, a fórmula do “Milagre”.

Mas, a partir de 1975, a situação começa a se alterar. A reserva inicial de desempregados fora em boa medida absorvida nos ininterruptos anos de alto crescimento industrial do “Milagre”. Os novos investimentos, sobretudo com o II PND, tendiam a exigir o emprego de trabalhadores um pouco mais qualificados, treinados e experimentados – algo nem sempre atendido pelos recém-chegados migrantes ou muito jovens. Tudo indica

que problemas de escassez ou adequação de pessoal começavam a ser sentidos nos departamentos de recursos humanos das grandes empresas. A indústria, mesmo a mais intensiva em capital – a que mais rápida e ininterruptamente cresceria de 1976 a 1980 (ver gráfico 8) –, precisava recrutar a ritmos jamais vistos para manter o passo dos investimentos, renovado agora pelo II PND.

Tudo isso condiz com os dados apresentados no gráfico 10. A curva preta fina mostra que, entre 1972 e 1977, mais de 1,5 milhão de trabalhadores foram contratados (mais do que os demitidos) em postos ligados à produção apenas na indústria de transformação do estado de São Paulo. Após um breve período de demissões em 1978-1979, tal indústria retoma as contratações até chegar aos quase 4 milhões de trabalhadores com carteira assinada em 1980.

Gráfico 10 – Pessoal ocupado na indústria de transformação (estado de SP) e taxa de desemprego (RMs Brasil)



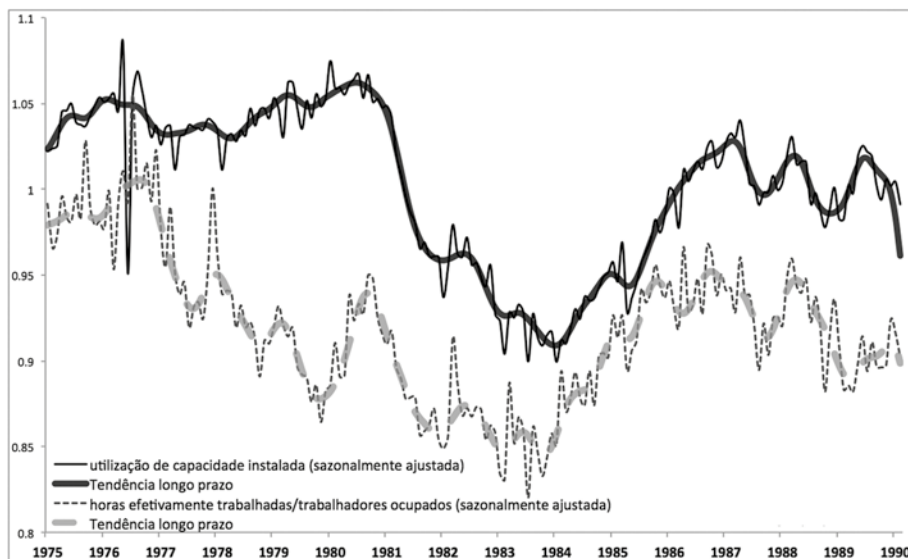
Fonte: – Pessoal na indústria: Números do IBGE até 1974 e Fiesp de 1975 em diante. Tudo parametrizado pelo dados da RAIS. – Taxa de desemprego Brasil: IBGE – PNAE e Sensos (1960, 1970 e 1976 a 1979) completada com projeção à Relação de Okun. De 1980 em diante, IBGE (Desemprego aberto 30d, RMs); tudo

parametrizado por essa série. Elaboração do próprio autor.

Concomitantemente, a taxa nacional de desemprego – representada pela curva cinza grossa no mesmo gráfico 10 –, que nos anos finais do “Milagre” já estaria em níveis históricos relativamente baixos (para padrões brasileiros), volta a subir um pouco entre 1973 e 1975, para cair novamente em 1976 e manter-se relativamente estável (com certo viés de alta) até 1981.

Constatações similares podem ser aferidas a partir dos dados do chão das fábricas do estado de São Paulo expostos no gráfico 11. As indústrias parecem ter iniciado a segunda metade da década de 1970 operando no limite, com intensa pressão por novos investimentos e urgentes contratações.

Gráfico 11 – Utilização da mão de obra e da capacidade instalada: Fiesp (2006=100)



Fonte: Fiesp.

Elaboração do próprio autor.

A curva preta e cheia, que representa a evolução da utilização da capacidade instalada, inicia 1975 em alta – o que revelaria que a produção estaria se aproximando do limite físico (maquinário e edifícios) máximo.

Daí até a virada da década (1980/1981), a utilização sobe ainda mais, batendo seu recorde histórico (até hoje não ultrapassado). Já a curva tracejada mostra quantas horas em média cada operário empregado está efetivamente trabalhando, incluindo horas extras, etc. Tal série também se mantém em alta histórica de 1975 a 1977, indicando, no curto prazo, ser quase impossível aos empregados aumentarem suas horas trabalhadas nos fins de semana, feriados, madrugadas, etc., o que deveria exigir imediata contratação de novos trabalhadores. No biênio 1978-1979 essa curva (tracejada) retrocede um pouco, recuperando-se em 1980, para cair novamente nos anos seguintes. Tudo isso condiz com a oscilação da curva de contratações líquidas efetivadas do gráfico 10.

Assim, frente a um mercado de trabalho cada vez mais aquecido entre 1975 e 1977, as próprias empresas deveriam estar pressionadas a eventualmente ofertar algo mais a seus empregados (sobretudo àqueles com alguma qualificação), até para não perdê-los para as concorrentes. É isso, afinal, o que explica a recuperação do poder de compra dos salários exatamente nesse período, como ilustrado na curva fina do gráfico 6. De 1974 ao início de 1978, o salário médio (Fiesp) sobe cerca de 30% acima da inflação.

Mas tal alta, importante ressaltar, representa a *média* da indústria manufatureira, o que significa que uma boa parte dos trabalhadores (provavelmente os menos qualificados) conseguia reposição salarial menor do que tal média. Ademais, a maioria dos trabalhadores ainda tinha salários achatados num patamar histórico muito baixo, desde o golpe de 1964, e ainda não dispunham de sindicatos livres e mobilizados para lutar coletivamente por aumentos. Todavia, o momento favorável em geral acabava permitindo, mesmo à maioria menos qualificada e mais injustiçada, alguma recomposição real – melhoria impensável de 1964 a 1974.

Muito mais relevante que o desempenho quantitativo, porém, é o impacto qualitativo e político que essa nova e mais favorável situação no mercado de trabalho oferecia à massa de operários. Eles, ao se verem me-

nos ameaçados de demissão, com maior poder de barganha (e propensão até a obter ganhos reais), se sentem mais à vontade para a luta coletiva. E, como um coletivo, tendem a sentir-se mais seguros e autoconfiantes, a despeito de toda a repressão que ainda existia no interior das fábricas e fora delas e apesar da ausência de liberdade sindical. A robusta expansão da massa de trabalhadores formais em enormes plantas e linhas de montagem lhes permite melhor enxergar e compreender o poder que a mobilização “associada” lhes oferece.

São elementos necessários, embora por si não suficientes, para o salto na consciência política e na disposição de luta coletiva que viriam se revelar a partir da deflagração das primeiras greves em 1978-1979. A eles foram se somando e amadurecendo outras condições, mais imediatas, como por exemplo:

a) embora ainda apresentando taxas razoáveis de crescimento do PIB, estas se reduziram entre 1976 e 1978, levando à queda no ritmo (intenso até então) das contratações de fins de 1977 a 1978 e um início de demissões (líquidas) no ano seguinte. Isso se refletia em certo aumento da taxa nacional de desemprego de 1977 até o início de 1979 (ver gráfico 10). Por ser relativamente moderada e momentânea, essa piora no mercado de trabalho não deve ter sido suficiente para abalar o moral e o ânimo de luta dos trabalhadores obtidos nos prévios anos das fortes contratações. Mas foi certamente suficiente para o patronato tentar impor maiores limites no ritmo das recomposições de perdas salariais à inflação da cesta básica – que havia dobrado de patamar do período Médici ao Geisel, ainda que escamoteada por índices manipulados. E, por isso, suficiente também para aumentar a indignação e disposição de luta dos trabalhadores naquele início de 1978.

b) Em 1977, apesar da repressão e da tradição do peleguismo, alguns sindicatos já organizavam campanhas salariais por recuperação de



perdas (inflacionárias) aos exorbitantes lucros patronais: em 1975, o salário médio na indústria ainda era menor do que em 1963; a produtividade, quase o dobro (gráfico 6).

c) À disposição de luta coletiva que se construía coletivamente nas fábricas, somava-se um toque de despertar vindo da agitação que crescia fora delas. Também desde os anos anteriores, já despontavam protestos contra a ditadura, atos e passeatas estudantis e movimentos “contra a carestia” nos bairros operários e nas periferias das grandes metrópoles. Tal clima de revolta contaminava os operários, ajudando a militância, que já atuava veladamente nas fábricas.

d) O próprio aprofundamento da crise da ditadura, forçando-a à “abertura”, dava mais espaço e incentivo à luta.

É assim, nesse contexto geral, que eclode a primeira grande onda de greves, de 1978 a 1984. Começando nas montadoras automobilísticas e em outras grandes metalúrgicas do cinturão industrial de São Paulo, o movimento paredista enfrenta brutal repressão. Mas acaba sendo seguido por outras categorias e se espalha pelo país em mais de 200 greves, em geral longas e envolvendo muitos milhares de trabalhadores cada – a maioria no setor privado e fabril (Noronha, 2009, p. 126). O movimento acaba se espalhando não apenas nas cidades, mas também no campo – como demonstram as memórias cruzadas apresentadas e desenvolvidas neste livro.

Nos dois primeiros anos (1978-1979), os trabalhadores provaram que a luta vale a pena: arrancaram conquistas, pegando o patronato de surpresa. O salário industrial médio teve crescimento real de 13,2%, acima dos 6,2% de crescimento da produtividade – provocando recuo na taxa de exploração,  $\epsilon$  (ver gráficos 6 e 7). Isso, a despeito da elevação (ainda que moderada) do desemprego e da inflação entre 1977 e 1979 (ver gráfico 10).

Em 1980, a repressão se intensifica. Entre 1981 e 1984, a forte recessão da “crise da dívida” (1981-1983) provoca uma enorme onda de demissões.

No mesmo período, enquanto a taxa nacional de desemprego mais do que dobra, a indústria manufatureira paulista demite cerca de 700 mil operários (gráfico 10). Com medo do “facão”, os trabalhadores e seus sindicatos recuam e reduzem drasticamente o número e a intensidade das greves. Os operários da indústria manufatureira, de 1982 a 1984, voltam a perder em média 18,1% de seus salários para a inflação – que dispara com as desvalorizações cambiais –, enquanto a produtividade segue subindo 6,5% – o que faz  $\mathcal{E}$  escalar novamente.

Os trabalhadores, porém, obtiveram um enorme saldo organizativo e de consciência com as extraordinárias experiências grevistas. Aproveitam, assim, esse recuo para se reorganizarem como classe. É o período em que o PT, a CUT e o MST são fundados e a Contag e várias outras entidades sindicais são fortalecidas. Além disso, a luta de classes intensifica-se como uma luta política contra a ditadura, desembocando nas “Diretas Já”. Uma segunda onda de greves, bem maior, mais intensa e nacionalmente abrangente, inicia-se em 1985, indo até o final da década.

Em pouco mais de dez anos, até o final dos anos 1970, uma desenfreada e ultraexploratória acumulação capitalista gerou um robusto crescimento da massa de trabalhadores. A quantidade transformou-se em qualidade nos anos seguintes, quando tal massa começa a ganhar confiança e consciência coletiva, organizando-se e retomando a luta por salários. Abalando a estrutura sindical pelega, inicia a (re)conquista de seus sindicatos e a construção de novos instrumentos políticos de luta para transmutar-se, de massa amorfa, em classe trabalhadora independente e combativa.

## Apêndice

### *1- Notas metodológicas sobre a taxa de lucro e seus componentes*

O Cálculo da taxa de lucro,  $r$ , é definido aqui como a razão entre o Excedente Operacional Líquido (EOL) e o Capital Fixo Não residencial Líquido (KFNRL). No caso da  $r$  dos Estados Unidos, utilizaram-se da-

dos das corporações não financeiras e a abordagem de custo-corrente do KFNRL. No dos demais países, considerou-se o conjunto da economia. Ademais, no dos países europeus e no do Japão, desconsiderou-se ajuste da renda dos autônomos no cálculo do EOL.

Para o Brasil,  $r$  é calculada seguindo a metodologia de Marquetti *et al.* (2010), já que as Contas Nacionais do IBGE trazem lacunas. Assim, o EOL é calculado subtraindo-se do Valor Adicionado (VA) a depreciação (estimada). O VA, por sua vez, é o PIB (IBGE) subtraído pelo valor do aluguel imputado (68% do total dos alugueis, cujos dados estão disponíveis nos anuários estatísticos do IBGE) e a renda dos autônomos dividida por dois mais a compensação dos empregados: salários, cujos dados estão disponíveis nos Anuários Estatísticos do IBGE de 1953 a 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, bem como de 1990 a 2003. Nos demais anos, fez-se uma estimativa baseada em modelo econométrico que considera o número de trabalhadores na força de trabalho e o crescimento do PIB.

O estoque de capital fixo líquido não-residencial (KFNRL) brasileiro foi também estimado com base na metodologia sugerida por Marquetti *et al.*, baseado no Método Estoques Perpétuos (PIM, similar ao usado pelo BEA, já que o IBGE não calcula o estoque de capital para o Brasil). A taxa de depreciação é estimada dividindo-se o fator do grau de declínio (assume-se 2) pela vida média do ativo fixo (assume-se 40 anos para edifícios não residenciais, 14 anos para máquinas e equipamentos e oito anos para os demais ativos fixos). Soma-se assim a Formação Bruta de Capital Fixo (dados do IBGE) a cada ano, subtraindo-se a depreciação (estimada por PIM) em cada ano para obter, enfim, a estimativa do Estoque Líquido de Capital Fixo.

A estimativa da taxa de mais-valia,  $\varepsilon$  (gráficos 4 e 7), foi obtida dividindo-se a parcela da renda nacional auferida pelos lucros pela parcela auferida pelos salários – sendo uma o complemento da outra. Ou seja:

$$\varepsilon = \frac{1 - (\text{salários} / \text{valor adicionado})}{(\text{salários} / \text{valor adicionado})}, \quad (4)$$

onde, os salários são a compensação dos empregados. A composição orgânica,  $\kappa$ , é igual à razão entre o capital fixo líquido (KFNR) e a compensação dos empregados.

Essa metodologia não é a única possível e nem necessariamente a melhor. Em todo caso, as estimativas podem ser consideradas boas aproximações a serem usadas – com devida cautela e sem mecanicismos – no auxílio às reflexões propostas neste capítulo.

## *2- Notas metodológicas sobre a série de desemprego e de pessoal ocupado*

A série de trabalhadores ocupados na indústria manufatureira de São Paulo foi construída com base nos dados do IBGE até 1974 (parcela pontilhada da curva preta fina no gráfico 10) e da Fiesp de 1975 em diante. Vale ressaltar aqui que a série da taxa de desemprego IBGE das Regiões Metropolitanas (RMs) inicia-se em 1980 e que no gráfico 10, portanto, a parte da série anterior àquele ano (trecho tracejado da curva cinza grossa) foi econometricamente construída, sendo estimada com base em informações de crescimento do PIB e de dados, ainda que incompletos, da PNAD IBGE.

A série de desemprego (RMs, aberto, 30 dias) do IBGE, iniciada em 1980 e encerrada em 2002, utilizava-se de metodologia diferente da atual série de desemprego (desocupação) do IBGE, PNAD-Contínua. Embora aquela série tendesse a subestimar (mais ainda do que a atual) parte do desemprego efetivamente existente, ela pode ajudar a identificar os movimentos gerais no mercado de trabalho nacional, sobretudo ao comparar o desemprego entre os anos daquele período apenas.

## **Referências bibliográficas**

AMECO. *Ameco-Database*. Disponível em: [http://ec.europa.eu/economy\\_finance/SelectSerie.cfm](http://ec.europa.eu/economy_finance/SelectSerie.cfm). Acesso em: 2 out. 2018

BEA. BEA-NIPA. Disponível em: <https://www.bea.gov/>. Acesso em: 10 out. 2018.

- BAER, Werner. *Economia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002.
- CAMARGO, Cândido Procópio de (Org). *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. 13. ed. São Paulo: Loyola, 1982.
- CARNEIRO, Dionísio. Crise e esperança: 1974/80. In: CARNEIRO, Dionísio (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1996.
- COLISTETE, Renato. Salários, produtividade e lucros na indústria brasileira, 1945-1978. *Revista de Economia Política*, v. 29, n. 4, out./dez. 2009.
- CRUZ, Paulo Davidoff. Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos 70. In: BELUZZO, Luiz Gonzaga (Org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. *The crisis of neoliberalism*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- ERLICH, Alexander. Notes on the marxian model of capital accumulation. *American Economic Review*, v. 57, n. 2, p. 599-615, 1967.
- FOLEY, Duncan. *Adam's falacy: a guide to economic theology*. Cambridge, Harvard University Press, 2006.
- FREEMAN, Alan. The profit rates in the presence of financial markets. *Journal of Australian Political Economy*, n. 70, 2013.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- IBGE. *Contas nacionais – Brasil 2010-2013 – referência 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/default.shtm>. Acesso em: 25 maio 2019.
- IPEA. *Ipeadata*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- KALECKI, Michal. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- KLIMAN, Andrew. *The failure of capitalist production: underlying causes of the great recession*. Nova York: Pluto Press, 2011.
- LAPAVITSAS, Costas. *Profiting without producing: how finance exploit us all*. Londres: Verso, 2013.

- LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- LEWIS, Arthur. Economic development with unlimited supplies of labour. *The Manchester School*, v. 22, n. 2, p. 139-191, 1954.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. Ciudad de Mexico: Ediciones Era, 1973.
- MARINI, Ruy Mauro. As razões do neodesenvolvimentismo. In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Emir Sader (Org). Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARQUETTI, Aldamir; FILHO, E. Maldonado; LAUTERT, Vladmir. The profit rate in Brazil, 1953-2003. *Review of Radical Political Economics*, v. 42, n 4, p. 485-504, 2010.
- MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.
- MARX, Karl. *The Capital: a critique of political economy*. Londres: Penguin Books, 1990. v. 1.
- MARX, Karl. *The Capital: a critique of political economy*. Londres: Penguin Books, 1991. v. 3.
- MARX, Karl. *The Capital: a critique of political economy*. Londres: Penguin Books, 1992. v. 2.
- MARX, Karl. *Theories of surplus value*. Nova York: Prometheus Books, 2000. Parte 2.
- MOHUN, Simon. Unproductive labor in the U.S. Economy 1964-2010. *Review of Radical Political Economics*, v. 46, n. 3, p. 355-379, 2013.
- NERI, Marcelo (Org.). *De volta ao país do futuro: projeções, crise europeia e a nova classe média*. Rio de Janeiro: Editora da FGV; CPS, 2012.
- NORONHA, Eduardo. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 119-169, 2009.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- RAIS: 2019. Relação Anual de Informações Sociais – MTE. Disponível em: [mte.gov.br/rais](http://mte.gov.br/rais). Acesso em: 2 jul. 2019.
- RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: CARNEIRO, Dionísio (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. 13. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ROBERTS, Michael. *The long depression: how it happened, why it happened, and what happens*. Chicago: Haymarket Books, 2016.
- SERRA, José. Ciclos e mudanças na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga (Org). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SHAIKH, A. Organic composition. In: EATWELL, John (Org). *The new palgrave: a dictionary of marxian economics*. Nova York: Norton, 1990.

SHAIKH, A. Uma introdução à história das teorias da crise. *Revista Ensaios FEE*, Porto Alegre, n. 4, p. 5-45, 1983.

SINGER, Paul. *A crise do milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TAVARES, Maria da Conceição. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: BELUZZO, Luiz Gonzaga (Org). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

# Conflitos de classe sob regime autoritário

o caso do Nordeste<sup>1</sup>

*Moacir Palmeira*<sup>2</sup>

Uma das características dos regimes autoritários é criar a ideia de sua onipotência e homogeneidade. Isso é particularmente verdadeiro para aqueles regimes e/ou governos que não chegam a formular uma programática política nítida. Na falta de um programa ou de valores bem específicos para cuja consecução um tal programa consiga apontar com precisão, só lhes resta destilar a crença no seu caráter monolítico e na ausência de contradições no corpo social que submetem. Por princípio, deve haver coincidência entre a vontade dos governantes e o funcionamento do corpo social. Boa parte dos esforços governamentais dirige-se então para a divulgação dessa crença, sem a qual haveria, supostamente, a possibilidade de surgirem aquelas contradições cuja existência se está querendo negar. Como aquele processo de inculcação é simultaneamente um processo de autoconvencimento, assiste-se pouco a pouco a uma “naturalização” daquela crença. Torna-se evidente que as coisas são assim, pois se não o

---

<sup>1</sup> Este ensaio foi escrito em 1974. Versões modificadas foram publicadas sob o título “Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana”, na *Revista de Cultura e Política*; e como “The aftermath of peasant mobilization: rural conflicts in the Brazilian Northeast since 1964”, em Aguiar (1977). Este artigo não é resultado de uma pesquisa sistemática sobre conflitos. Antes, representa um esforço de reflexão sobre algumas realidades que se impuseram a mim, como pesquisador, em minhas idas a campo em 1969, 1970 e 1972, pelo Projeto Estudo Comparativo do Desenvolvimento Regional, dirigido pelos professores Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis, do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS-MN/UFRJ). Para esta versão do artigo, publicado como capítulo no livro *Narrativas da desigualdade: memórias, trajetórias e conflitos* organizado por José Sergio Leite Lopes e Marta Cioccarri (Rio de Janeiro: Mauad, 2013, p. 23-53), foram incluídas nas referências bibliográficas livros que, originalmente, constavam como teses.

<sup>2</sup> Professor do PPGAS-MN/UFRJ e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



fossem o regime estaria se baseando em pressupostos falsos e agindo equivocadamente, o que levaria à impossibilidade da sua manutenção.

Isso não é sem consequências para a ciência social. Essa onipresença do Estado vai condicionar muito mais proximamente do que se poderia supor a prática intelectual. Não tanto através dos mecanismos bem conhecidos de censura direta ou indireta de temas, obras e autores, contra os quais os intelectuais sabem muito bem como reagir, mas sobretudo no efeito de mascaramento da realidade que é gerado por aquela espécie de círculo vicioso. Como o Estado se faz presente em todos os poros da sociedade civil, ao mesmo tempo que “politiza” tudo e nos faz perder de vista qualquer coisa que não seja ele próprio, esse mesmo Estado tem o cuidado de restringir a um círculo extremamente limitado as atividades propriamente políticas, isto é, aquelas ligadas ao controle do poder, levando-nos a crer que a política teria desaparecido junto com o regime democrático. É como se o Estado substituísse a política e o consenso tomasse o lugar do conflito. A luta de classes, a matéria mesma da sociedade civil, desaparece de vez dos olhos dos analistas mais refinados.

Essas reflexões, que não fazem senão retomar formulações de autores que têm pensado a conjuntura política brasileira,<sup>3</sup> talvez nos ajudem a compreender por que boa parte dos melhores analistas políticos excluíram a luta de classes de seu horizonte epistemológico após 1964, incorporando aquilo que Rosa Luxemburgo chamou de “concepção policial da história”, segundo a qual “todo movimento operário moderno seria o produto artificial e arbitrário de um punhado de agitadores sem consciência” (Luxemburg, 1968). O fato é que os intérpretes da chamada “realidade social brasileira”, acompanhando o corte estabelecido pelas forças repressivas no plano político, estabeleceram em suas análises um recorte segundo o qual os trabalhadores (em especial os do campo, “os excluídos de sempre”, sobre os quais antes depositavam todas as suas esperanças messiâni-

<sup>3</sup> Ver Cardoso (1972; 1973), Velho (1973); Jelin (1973).

cas) também foram excluídos. A julgar por tais análises, a luta de classes no Brasil encerrou-se em 1964.

Ora, a observação do meio rural brasileiro, por mais superficial que seja, não só nos leva a questionar aquele tipo de análise, como também pode nos fornecer alguns elementos preciosos para uma reflexão sobre os caminhos e descaminhos das lutas sociais sob regimes autoritários. É o que tentaremos fazer através de uma análise de caso.

As tentativas de mobilização propriamente política de camponeses e trabalhadores rurais de Pernambuco parecem ter começado com a Revolução de 1930. Conta-se que nos primeiros dias da revolução houve saques em alguns engenhos, os saqueadores se proclamando revolucionários (Bello, 1938). A presença maior ou menor dos próprios trabalhadores nesses acontecimentos não está estabelecida. O que fica claro, todavia, é que essa ação não teve continuidade.

Com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1943, criaram-se os sindicatos de trabalhadores industriais em sua forma atual, e entre eles os sindicatos dos trabalhadores na indústria do açúcar. Esses sindicatos reuniam aqueles trabalhadores que, nos engenhos e usinas de açúcar, atuavam no processo de fabricação de açúcar e nas oficinas de manutenção. Apesar de formalmente representarem também os trabalhadores agrícolas das usinas, a eficácia desses sindicatos, se houve alguma para os operários de açúcar, parece ter sido nula para eles. Se alguns velhos *moradores de engenho*<sup>4</sup> exibem suas carteiras de trabalho obtidas na época, seja por uma passagem rápida na indústria, seja por qualquer outro expe-

---

<sup>4</sup> *Moradores* são trabalhadores rurais que residem dentro dos engenhos e são ligados ao trabalho na cana, dispondo muitas vezes de um lote de terra – sítio – no qual plantam por conta própria. O termo *engenho* designava no passado o conjunto plantação-fábrica e, mais especificamente, a fábrica na qual era produzido o açúcar. É utilizado em Pernambuco, onde os últimos engenhos propriamente ditos deixaram de moer na década de 1950, para designar qualquer propriedade que plante cana para fornecer a uma usina (fábrica de açúcar). *Senhor de engenho* é o proprietário de engenho, oficialmente designado como fornecedor de cana.

diente, e falam do tempo de Getúlio Vargas como o de início do “fim do cativo”, não há notícia nem de documentação escrita, nem na própria história oral, de movimentos maiores que tenham contado com sua participação.<sup>5</sup>

Quando da redemocratização do país, a partir de 1945, surgem formas mais sólidas de organizar os trabalhadores rurais e camponeses ameaçados pelos proprietários de engenhos de açúcar, que se dispõem a retomar suas atividades de organizadores da produção agrícola após um período de recesso em que existiram como simples *rentiers*. São dessa época as primeiras experiências de criação de “ligas camponesas” em Pernambuco a partir das cidades e, aparentemente, por iniciativas de grupos políticos de esquerda. Esse esforço teria sido cortado pela repressão desencadeada contra a esquerda brasileira a partir de 1948, com a decretação da ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (Camargo, 1974, p. 154; 1963).

O que não foi conseguido nas tentativas mencionadas o foi pelo movimento desencadeado a partir dos anos 1950, sobretudo depois do conhecido incidente do engenho Galileia. As ligas camponesas surgem (ou ressurtem, pois há quem sustente haver continuidade entre elas e as ligas do pós-guerra) na área canavieira de Pernambuco entre os chamados *foreiros*,<sup>6</sup> que tinham sua autonomia ameaçada pela “volta ao campo” dos proprietários rurais (Callado, 1960; 1964). Nessa primeira fase as ligas recrutam também moradores ameaçados de serem reduzidos à condição de simples assalariados. Sob a liderança de Francisco Julião, as ligas espalham-se, ganham o chamado agreste (zona de arrendatários e pequenos proprie-

<sup>5</sup> A história do sindicato de trabalhadores na indústria do açúcar e de sua participação política ainda permanece por ser reconstruída. O que há de mais sistemático sobre o assunto são os depoimentos, colhidos por José Sérgio Leite Lopes, de líderes sindicais da época e incluídos parcialmente em seu excelente trabalho *O vapor do diabo: o trabalho dos operários de açúcar*, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (ver Lopes, 1974; 1976).

<sup>6</sup> *Foreiros* são pequenos agricultores que dispõem de casa e terra dentro dos engenhos, onde plantam por conta própria mas devem pagar um *foro* (renda) anual, tendo ainda algumas obrigações com o proprietário, como aquela de trabalhar alguns dias por ano para a fazenda (*cambão*).

tários), para refluírem depois sobre a zona canavieira. Encontram então a concorrência dos sindicatos rurais, organizados, sobretudo, pela Igreja Católica e por suas associações confessionais e semiconfessionais. Se no princípio dos anos 1960 as ligas disputam os trabalhadores assalariados ou semiassalariados da cana com os sindicatos, a partir de 1962 a tendência é no sentido de uma especialização: arrendatários e pequenos proprietários congregam-se nas ligas, trabalhadores assalariados vão para o sindicato. O próprio Julião faz recomendações nesse sentido à corrente política que se estrutura junto com as ligas, devendo procurar se impor também nos sindicatos (Julião, 1962).

Os sindicatos rurais, de inspiração católica no início, cindidos entre várias correntes político-ideológicas num segundo momento, desenvolvem-se com uma velocidade espantosa e têm sua força aumentada com a vitória de Miguel Arraes ao Governo do estado em 1963. Em julho daquele ano já são muito mais importantes numericamente do que as ligas. Enquanto estas últimas agrupam 40 mil membros, os sindicatos têm 200 mil afiliados em Pernambuco (Wilkie, 1964).

O Estatuto do Trabalhador Rural, instrumento legal inocente em outras áreas do país, transformou-se na Zona da Mata de Pernambuco, tais eram as condições sociais aí prevalecentes, em uma poderosíssima arma dos trabalhadores. Uma atividade política quase diária da massa rural obrigava os proprietários a se curvarem às disposições do Estatuto, a cumprirem a “tabela de campo”<sup>7</sup> estabelecida pelo governo Arraes.

Um estudioso da área chamou atenção para o fato de que os direitos trabalhistas que na cidade levaram decênios para serem aplicados, e com imperfeição, no campo em Pernambuco foram efetivados quase que

---

<sup>7</sup> Como a maior parte dos serviços na cana é executada por tarefa, surgiu, para a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), a necessidade de “estabelecer uma relação entre o trabalho efetivamente executado no campo e o salário mínimo regional”. Isso foi feito a partir de uma discussão entre o governo estadual e representantes de usineiros, fornecedores de cana e trabalhadores rurais e camponeses (ligas camponesas e sindicatos). Ver Callado (1964, p. 88 e I-V).

simultaneamente à sua promulgação (Furtado, 1964, p. 155). É claro que isso não ocorreu por acaso e que se prendeu a uma conjuntura política específica: avanço das chamadas “forças populares” em termos nacionais e eleição de um governo estadual de propósitos reformistas bem definidos. No entanto, o reconhecimento dessa situação não pode eliminar o peso que seguramente teve a movimentação da massa camponesa na implantação da lei e muito menos a repercussão da incorporação da lei sobre a estrutura social da área e, em particular, sobre as relações de poder entre proprietário e trabalhador. Se, ao contrário dos grandes lances da história regional da época, permanece por ser feita a história da participação camponesa nesse processo em que estava em jogo sua própria redefinição política, a profundidade dessas transformações pode ser apreendida na área através do estudo do próprio “mapa cognitivo” do trabalhador rural (Sigaud, 1971). Arraes, o sindicato e as “leis” marcam para os trabalhadores rurais e camponeses, não apenas da Zona da Mata mas de todo o estado, o ponto de ruptura entre duas épocas, delimitando eles próprios um período de subversão completa das relações tradicionalmente estabelecidas e sendo elementos de referência obrigatórios das representações e práticas dos trabalhadores (ver Sigaud, 1972).<sup>8</sup>

A Zona da Mata de Pernambuco, com seus 11.583 km<sup>2</sup> e seus 1.076,263 habitantes em 1974 (11% da superfície do estado, concentrando 20% da população), é uma das áreas de colonização mais antigas do país. Voltada sempre para a produção da cana-de-açúcar, conheceu seus dias de apogeu nos fins do século XVI, início do século XVII. A partir daí, tendo que enfrentar a

---

<sup>8</sup> Esses também são marcos decisivos para os proprietários rurais, para sua percepção da história brasileira, e assunto obrigatório de qualquer conversa. Entrevistamos, em diferentes momentos, um bom número de proprietários. Apesar de o tema das entrevistas não ter relação com aquelas ocorrências políticas, eles faziam questão de desviar a conversa para uma evocação daqueles acontecimentos. Ao lado das esperadas condenações, procuravam sempre acrescentar considerações “muito pessoais” (como: “Foi o tempo em que ganhei dinheiro”; ou: “Não sou contra os sindicatos, mas eles estavam mal encaminhados”; ou ainda: “Arraes era bem intencionado, mas foi envolvido pelos comunistas”), as quais, curiosamente, são compartilhadas por todos.

concorrência internacional (os capitais holandeses, franceses e ingleses investidos nas Antilhas), só em raras circunstâncias conseguiu aproximar-se do que fora nos primeiros anos de colonização. Reassumiu uma posição de força no mercado internacional com a Revolução Haitiana, na passagem do século XVIII ao século XIX, e ao longo deste último a região conheceu altos e baixos. Nos primeiros anos do século XX, quando sofria um processo de modernização técnica que lhe poderia assegurar melhores condições de competição no mercado internacional, a Zona da Mata é atingida pela crise geral que então abala toda a agricultura de exportação no Brasil (ver Prado Junior, 1962, p. 231-261). No caso do açúcar, a crise ligava-se especificamente à ausência de mercados exteriores. Graças, todavia, ao desenvolvimento da agricultura cafeeira, consegue sobreviver, orientando-se cada vez mais para o mercado interno. Depois da Primeira Grande Guerra, praticamente cessam suas vendas para o exterior, ao mesmo tempo que, em São Paulo, se expande a produção de açúcar a lhe disputar o mercado interno. Nos primeiros anos da década de 1930 a luta entre a produção açucareira paulista e a nordestina já começava a se definir: técnicas mais avançadas e um solo mais rico, além de maiores disponibilidades de capital, asseguravam um custo de produção muito menor ao produto paulista. Essa distância aumentou com o correr dos anos, e a *débaçle* só não veio porque houve intervenção estatal, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), a garantir o preço do produto nordestino. Segundo os técnicos, São Paulo teria condições de abastecer todo o Brasil, inclusive o Nordeste, com açúcar mais barato do que o pernambucano.

E então Pernambuco enfrenta um concorrente dentro da própria região: com aproveitamento das “terras de tabuleiro” para a cana (antes só cultivada nas várzeas), conquista técnica dos anos 1950 generalizada na década de 1960, cresce a produção do estado de Alagoas. Com uma extensão de tabuleiros muito maior do que Pernambuco, e melhores condições de mecanização (canalizando assim uma maior soma de investimentos, uma vez que a mecanização é meta prioritária dos programas regionais de

racionalização da agroindústria), Alagoas tem menores custos com mão de obra, já que, sendo aí praticamente inexistente o movimento sindical, os proprietários não têm de arcar com o peso das obrigações trabalhistas. Um dos resultados disso, aliás, é a transferência de capitais da agroindústria açucareira de Pernambuco e, muitas vezes, dos próprios usineiros para o estado vizinho.

Na década de 1970 a situação da economia canavieira de Pernambuco é, para utilizar um termo de agrado dos proprietários rurais da área, dramática. Sem condições de sobreviver sozinha, quer no mercado nacional, quer no mercado internacional, ela tem, graças ao amparo do Estado, se aproveitado das conjunturas favoráveis ao produto em ambos os mercados. Os canaviais se estendem, a população dependente da agroindústria açucareira cresce. A consequência é que também aumenta a escala de seus problemas. Mas a situação é dramática ainda por outra razão: apesar de todos os inconvenientes, o açúcar parece continuar a ser o produto de maior visibilidade econômica da região (ver Genestoux, 1967, p. 131-137). Os projetos “técnicos” de reforma agrária localizada não conseguem superar esse problema. A liberação de terras das grandes propriedades para o desenvolvimento da agricultura de produtos de subsistência, como contrapartida de um apoio maciço do governo à modernização das usinas, “solução” que encanta os técnicos,<sup>9</sup> parece ser pouco rentável, menos provavelmente pelos investimentos que seriam necessários para a correção de solos, irrigação, etc., do que pela presença de uma economia camponesa, “marginal” aos grandes domínios, que atende razoavelmente a demanda de alimentos na região e tem uma flexibilidade que não é dada a uma agricultura “racional” possuir (ver Palmeira, 1971; Garcia e Herédia, 1972). Mesmo a

---

<sup>9</sup> Essa tentativa de conciliar os interesses de usineiros e fornecedores, de um lado, e de trabalhadores sem terra ou com pouca terra, de outro, está inscrita nas formulações da Sudene, de seus dirigentes de antes e depois de 1964 (Furtado, 1959, p. 62; Gomes da Silva, 1971, p. 155), bem como nas metas do Grupo Executivo para a Racionalização da Agroindústria Nordeste (Geran), criado no governo Castello Branco e extinto em 1971, e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Nordeste (Proterra), criado em 1971.

criação de gado, “solução” que teve boa acolhida entre os grandes proprietários de terra, sobretudo entre 1961 e 1968, parece não ter condições de rentabilidade que a transformem numa alternativa à cana (ver Genestoux, 1967, p. 134-137). Apesar de a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) continuar financiando o plantio de pastos e de as pastagens terem efetivamente aumentado sua área em algumas partes da Zona da Mata pernambucana,<sup>10</sup> os usineiros e fornecedores de cana declaram-se desiludidos com a “solução”.

Hoje como ontem, a Zona da Mata de Pernambuco é uma das “áreas prioritárias de reforma agrária”. Inúmeras tentativas têm sido feitas no sentido de assegurar à agroindústria açucareira de Pernambuco condições de competição no mercado nacional. A agroindústria canavieira paulista, embora não constituindo nenhum exemplo em termos internacionais, conseguiu, graças à mecanização e contando com a inexistência de um sindicato rural forte, diminuir seus custos de produção, comprimindo suas despesas com os trabalhadores. Na agroindústria pernambucana, ao contrário, a mão de obra representa cerca de 70% dos custos totais.<sup>11</sup> Sobretudo, ela trabalha com uma mão de obra relativamente mais cara do que a empregada pela agroindústria paulista, os sindicatos rurais pernambucanos impondo o cumprimento, mesmo parcial, das obrigações trabalhistas. Diante disso, só resta aos usineiros e fornecedores de cana de Pernambuco tentar reduzir de qualquer modo os seus custos, não sendo a

---

<sup>10</sup> Isso motiva pronunciamentos oficiais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco através de jornais e de memoriais às autoridades governamentais. Um de seus presidentes declarou-nos, referindo-se à Sudene: “A Sudene está para resolver o problema do Nordeste tem dez anos. Mas, até hoje, nada. Só fazem é financiar plantio de capim pangola. [...] Estão substituindo o homem pelo gado”.

<sup>11</sup> “Já que quase todos os processos de trabalho agrícolas são manuais e que o corte o é inteiramente, não é surpreendente que as despesas com mão de obra representem de 50% a 90% dos custos reais nos estabelecimentos que nós visitamos. O sr. Bento Dantas cita a porcentagem média de 78,6% contra 48,9% nas plantações canavieiras paulistas. [...] A maioria das unidades produtivas atuais só podem se manter solventes pagando salários muito baixos. [...] O sistema de produção e o regime econômico, o da *plantation*, não poderiam sobreviver a um aumento duradouro do nível de vida” (Genestoux, 1967, p. 123, 127).



política de crédito do governo e os aumentos do preço do açúcar no mercado interno suficientes para eles. Além de uma luta constante por novos aumentos do preço do açúcar, os proprietários de usinas e engenhos vão tentar comprimir ao máximo as despesas com a força de trabalho, liberando contingentes considerados supérfluos, aumentando a taxa de exploração de mão de obra empregada e tentando burlar de qualquer forma a legislação trabalhista rural<sup>12</sup> e a legislação agrária. Finalmente, vão tentar lutar no nível propriamente político pela reformulação da legislação ou por fórmulas que impliquem sua neutralização.<sup>13</sup> Naturalmente, quanto menor o seu poder de barganha nos meios governamentais – e a sua importância política tende a diminuir não apenas em termos nacionais (Palmeira, 1966) mas também em termos locais, com a entrada de novos atores na cena política<sup>14</sup> –, maior será a superexploração de trabalhadores rurais e camponeses.

Essa situação crítica da agroindústria canavieira havia alguns anos vinha levando os grandes proprietários, a fim de diminuir seus custos de mão de obra, a expulsarem os seus *moradores* (ver Andrade, 1964; Furtado, 1964) ou, pelo menos, rompendo as regras do jogo, a redefinirem a posição daqueles trabalhadores.<sup>15</sup> Já há algum tempo as relações de salário propria-

<sup>12</sup> O Estatuto do Trabalhador Rural foi revogado em 1973, sendo estendida ao campo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que até então regia as relações de trabalho apenas nas áreas urbanas.

<sup>13</sup> Como são, por exemplo, as tentativas repetidas da Sociedade Rural Brasileira de mudar o enquadramento sindical, fazendo com que pequenos proprietários se filiem ao sindicato patronal. Uma delas foi a emenda elaborada por aquela Sociedade e apresentada por dois senadores do partido governamental em 1973 (Cf. Jornal do Brasil, 21 maio 1973).

<sup>14</sup> Camargo (1973, p. 143-153) chama atenção para a ascensão dos *coronéis* do sertão a partir do Estado Novo e para a mobilização das populações urbanas pobres, segundo o modelo populista, que a acompanha.

<sup>15</sup> A expulsão de *moradores* que ocorre na área difere radicalmente da expulsão de mão de obra conhecida pela *plantation* nordestina em períodos anteriores. Trata-se de uma expulsão em massa, em que se deixa de colocar para os expulsos a possibilidade de sua absorção por outras unidades produtivas. A eliminação dos sítios e a fixação nas cidades próximas aos engenhos de um grande contingente de mão de obra disponível alteram o próprio conteúdo das relações que definem o

mente ditas vinham se impondo na área e os proprietários procuravam livrar-se das suas “obrigações sociais” com os trabalhadores. A promulgação e a implementação do Estatuto do Trabalhador Rural acentuaram essa tendência. O movimento político-militar de 1964 foi o sinal verde dado aos proprietários interessados na expulsão de trabalhadores e assustados com as conquistas trabalhistas que assinalaram o período precedente. No dizer de um trabalhador rural, a expulsão começou com “depois que tiraram Miguel Arraia. Ficaram com raiva do trabalhador”. O Estatuto da Terra, a “Lei dos 2 hectares”<sup>16</sup> e a extensão da aposentadoria ao campo atuaram no mesmo sentido.<sup>17</sup>

Assim, um dos principais focos de conflito da área é a tendência dos proprietários a se “desobrigarem” com seus trabalhadores. Os proprietários da Zona da Mata não estão mais aceitando novos *moradores* em suas terras, preferindo trabalhar por empreitadas. Aqueles que ainda aceitam ou que têm de enfrentar o peso de seus *moradores* mais antigos não dão terras para que estes possam desenvolver alguma “agricultura de subsistência” nas horas livres, como foi prática até determinada época. E, quando o fazem, cedem lotes de terra de baixa qualidade ou, então, situados a uma grande distância da casa do trabalhador, de forma que se torna impossível

---

*morador*, termo que passa a designar pouco mais que um trabalhador assalariado residindo numa propriedade rural.

<sup>16</sup> Trata-se do decreto do presidente Castello Branco, de 1965, que retoma determinação do Estatuto da Lavoura Canavieira, de 1943, no sentido da “concessão ao trabalhador, a título gratuito, de área de terra suficiente para plantação e criação necessárias à subsistência do lavrador e de sua família”. O decreto, que imediatamente mobilizou os sindicatos de trabalhadores rurais da região, foi regulamentado em 1968, sendo dado um prazo de 90 dias para que as empresas apresentassem plano de doação de terras. Isso nunca chegou a ser feito e o decreto virou lei morta (Crespo, 1972). Todavia, desde 1965, os proprietários acautelaram-se contra a efetivação daquela medida jurídica, livrando-se de seus moradores, uma vez que o decreto se aplicaria, segundo Gomes da Silva, “aos trabalhadores com mais de um ano de serviço contínuo”, a quem os plantadores de cana teriam que conceder “até 2 hectares da terra, próximos à sua moradia, destinados à produção de gêneros de subsistência” (Silva, 1971, p. 210).

<sup>17</sup> A extensão da aposentadoria aos trabalhadores rurais provocou reação imediata dos proprietários, a julgar pelas sucessivas denúncias apresentadas por sindicatos e federações. O simples anúncio da lei, segundo o presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, já provocou ameaças de expulsão (Cf. Sindicato sugere..., 22 jun. 1972).

para este explorar o que lhe foi atribuído. Mais ainda: além da clássica proibição do cultivo de plantas permanentes, no mais das vezes os sítios são móveis. O proprietário entrega o lote coberto de mato ao trabalhador; este “limpa o mato”, muitas vezes é obrigado a destocar o terreno (serviço considerado dos mais duros na região), e planta seu roçado. Após a colheita, o proprietário diz precisar da área para plantar cana e desloca o trabalhador para outra parte da propriedade.

Nota-se que os procedimentos não se excluem, o mesmo proprietário se vale de todos eles, e o mesmo trabalhador é sujeito às várias manipulações. Uma grande usina da área, que, em 1970, enfrentando dificuldades financeiras, não tinha condições de manter todos os seus trabalhadores permanentes ocupados durante toda a semana, dando apenas “três dias de serviço”, resolveu, e disso fez publicidade, ceder terra aos seus trabalhadores em cumprimento à “Lei dos 2 hectares”. E o fez efetivamente. Mas os lotes, que eram móveis, ficavam em média a uma distância de 6 quilômetros da casa dos trabalhadores, e as terras eram esgotadas ou cobertas de capoeira, eram proibidas as culturas permanentes. Poucos trabalhadores se interessaram por receber a terra em tais condições, o que foi interpretado pela usina como uma prova do desinteresse dos trabalhadores e de sua falta de disposição para o trabalho.<sup>18</sup> Esse é apenas um lado de um processo mais vasto. Sempre que pode, o que o proprietário faz é simplesmente expulsar seus moradores, dando-lhes uma indenização irrisória (em termos do que eles teriam direito pela lei) ou, o que talvez seja mais frequente, indenização nenhuma.

---

<sup>18</sup> Diferente era a visão de um trabalhador dessa usina a quem tinha sido oferecido um sítio: “O administrador do engenho ofereceu sítio, mas em terra ruim que não dá nem fava, que é a planta mais braba que tem. A terra é dura que nem a parede. É uma terra que só dá cana, que é planta de muita raiz. [...] Dão a terra pro trabalhador limpar para os usineiros virem depois e plantarem”. Além disso, o sítio ficaria muito longe. Por isso, não quis terra. E acrescentou: “A usina dá os sítios pra quando o governo passar ver que tem sítios para os trabalhadores”. Achava esse mesmo trabalhador que os proprietários “dão a terra ruim para forçarem o trabalhador a tirar qualquer tipo de conta. Porque, se o trabalhador tivesse terra boa e roça boa, podia se recusar a tirar conta em que fosse explorado”. Mas se a terra é ruim, “o homem não tem a que se apegar.”

Mas essa expulsão pura e simples nem sempre pode ser tão simples e nem sempre se faz da mesma maneira. Muitas vezes o proprietário começa por “cortar o sítio”, isto é, pedir de volta ao morador parte da terra que lhe havia sido concedida para “cobri-la com cana”,<sup>19</sup> numa tentativa de, tornando inviável a pequena agricultura de morador, forçá-lo a procurar outro “engenho”. Outras vezes o proprietário pede de volta toda a terra, deixando que o morador lhe fique vinculado apenas pelo salário. Nos casos mais extremos (pouco frequentes nessa região), o proprietário passa a exigir um aluguel pela casa ocupada ou simplesmente manda que morador procure outra casa em algum lugarejo próximo, embora mantenha o contrato de trabalho, ou, este não existindo, o emprego. Ou então não conserva a casa do morador, deixando-a cair. Essas práticas constituem, muitas vezes, fases de um mesmo processo de expulsão. Mas isso não é sempre assim; o mesmo proprietário pode se valer apenas de um mecanismo ou de vários mecanismos para trabalhadores de diferentes tipos.

Note-se que não são apenas a casa e o sítio que servem de pretexto à expulsão. Em algumas áreas da Zona da Mata (mais precisamente na chamada “Mata Sul”, onde a propriedade é mais concentrada e a cana tem um caráter de maior exclusividade – cf. Andrade, 1964, p. 98-126), certos mecanismos deixaram de ter sentido, uma vez que os “sítios” já não existiam ou não tinham grande significação quando se acentuou o processo de expulsão dos moradores. Nesse caso, é feita a “expulsão por faltas”: o proprietário oferece ao trabalhador apenas dois ou três dias por semana ou, o que é mais comum, atribui-lhe tarefas cujo cumprimento exige mais de um dia. Como a remuneração é feita por produção, havendo uma correspondência entre a produção X e o salário mínimo relativo a um dia de trabalho, mesmo após seis dias são “apontados em folha” apenas três. Além de ganhar menos, o empregado, após certo tempo, é despedido “dentro

---

<sup>19</sup> Essa imagem de um avanço físico dos canaviais sobre os quintais dos moradores talvez seja a mais frequente no processo de expropriação dos moradores.

da lei”, por ter faltado mais de trinta dias. Ou então, pagando um preço mais alto pelo serviço executado via empreiteiro, o proprietário estimula a saída do morador do engenho. Há também a “marcação no trabalho”, isto é, as queixas constantes de que o trabalho estaria sendo mal feito pelo morador, e a “mudança de serviço”. Este talvez seja o mecanismo mais usado: fundado num caráter supostamente desqualificado do trabalho agrícola, o proprietário exige que seu empregado a cada dia faça um serviço diferente, inclusive aqueles para os quais não tem o mínimo preparo ou que envolvam riscos à saúde. No momento em que o trabalhador se recusa a fazê-lo, é despedido, com a alegação de estar se recusando a trabalhar.

A aceleração do processo de expulsão no período 1964-1974, proclamada por proprietários e trabalhadores, não significa que essa expulsão esteja se fazendo sem lutas. Os sindicatos procuram, jogando com a legislação existente, descobrir meios de fixar o trabalhador à terra ou de aumentar sua capacidade de resistência, criando, através de programas cooperativistas, formas de acumulação que os tornem presas menos fáceis dos grandes proprietários. Os moradores, por sua parte, reagem à expulsão ao longo de todos os seus momentos. O mais comum como reação do trabalhador à intimação do proprietário para que desocupe o sítio ou a casa talvez seja ignorá-la e esperar que o proprietário e seus “vigias” (espécie de polícia privada) destruam seu roçado ou destelhem sua casa para ir procurar o sindicato ou a Justiça. Outros, diante da simples ameaça, já comparecem ao sindicato, que os instrui sobre como comportar-se e a preparar o “flagrante”, peça importante no desdobramento posterior da questão da Justiça. Há, todavia, aqueles que, ameaçados, saem para, num segundo momento, reivindicar indenização pelas benfeitorias que abandonaram.<sup>20</sup> Paradoxalmente, Justiça e sindicato estão presentes aqui desde o primeiro ato.

<sup>20</sup> Para um tratamento sistemático dos diferentes momentos em que se desdobram esses conflitos, ver Echenique (1974).

Não apenas os moradores são expulsos. Também são atingidos os *foreiros*. Trata-se de pequenos arrendatários que exploram um lote de terra, maior do que o concedido a moradores, dentro das terras de engenho ou fazenda onde moram, pagando por isso uma renda anual (*foro*). No passado eles tinham outras obrigações para com o patrão, de que o exemplo mais conhecido é o *cambão* (trabalho gratuito durante alguns dias do ano nas terras exploradas diretamente pelo proprietário). Tais obrigações, questionadas desde o início da mobilização camponesa, praticamente desapareceram a partir de 1963. Nas palavras dos trabalhadores rurais: “Depois de Miguel Arraia ninguém paga condição, ninguém paga foro, ninguém paga cambão”. “Quando começou o sindicato, fomos tirando o cambão, fomos tirando a condição do espinhaço da gente.” Muitos desses foreiros cultivavam plantas permanentes. No norte da Zona da Mata eles ocupavam principalmente as *chãs* (espécie de tabuleiro), que eram consideradas imprestáveis para a cana, onde produziam frutas, legumes e farinha de mandioca para o consumo dos centros urbanos da região. A valorização dessas terras – determinada não apenas pelo aparecimento de aproveitamento das *chãs* para o plantio da cana mas também pelo “granjismo”, isto é, o estabelecimento de propriedades de cidadãos para “fins de semana”, onde se desenvolvem a fruticultura e a criação de aves – levou os proprietários a promoverem a expulsão dos foreiros. Num primeiro momento o procedimento mais comum parece ter sido o aumento do foro. Impossibilitado de pagá-lo, o foreiro se via obrigado a buscar terra em outra parte. Com o surgimento das ligas e sindicatos, a coisa tornou-se mais complicada para os proprietários. Foram buscados mecanismos mais sutis, como a “recusa do foro”. Querendo eliminar o foreiro, o proprietário recusa-se a receber o foro. Algum tempo depois, armado de algumas testemunhas, vai à Justiça e pede a expulsão do “invasor” ou de quem rompeu o contrato deixando de pagar o que havia sido estipulado. Mas os foreiros têm a sua resposta. Se o

proprietário se recusa a receber o “foro”, vão ao sindicato, individualmente ou em grupo, e através do sindicato passam a depositar o foro na Justiça.

Era relativamente comum entre as lideranças sindicais na área haver queixas quanto ao “individualismo” dos foreiros e pequenos proprietários. Esse individualismo seria manipulado pelos patrões quando da ocorrência de conflitos, através de propostas de soluções em separado que tanto enfraquecem a própria posição de barganha dos foreiros envolvidos num conflito determinado quanto diminuem a possibilidade de atuação do sindicato em tais circunstâncias. Essa imagem sem dúvida transcende os limites das representações desses líderes sindicais, e poderíamos mesmo dizer que corresponde a uma imagem do camponês, dominante não apenas no nível da sociedade nacional mas também nos meios acadêmicos internacionais, onde tem dado lugar a debates intermináveis. Talvez por isso seja conveniente relativizá-la em termos do caso concreto que estamos analisando. Francisco Julião (1962, p. 50-68) chamou atenção para o fato de que, sendo esses foreiros e pequenos proprietários menos dependentes dos grandes proprietários e menos pobres ou simples assalariados, podem representar maiores condições de resistência à ação daqueles grandes proprietários. Uma comparação da duração dos conflitos entre foreiros e grandes proprietários com aquela entre estes e o que poderíamos chamar, com as devidas reservas, de trabalhadores assalariados mostra-nos serem os primeiros muito mais longos, arrastando-se durante anos, sem que o foreiro tenha que aceitar as pretensões do proprietário. Por outro lado, é difícil encontrarmos um foreiro ou pequeno proprietário que não trabalhe ou que não tenha trabalhado na época da safra da cana nos engenhos e usinas como assalariado.<sup>21</sup> Os conflitos prolongados, em que os foreiros têm de enfrentar a tentativa constante dos proprietários de dividi-los, implicam defecções, mas também parecem gerar mecanismos de controle so-

<sup>21</sup> Um dos suportes desse trabalho sazonal é a própria complementaridade dos calendários agrícolas da cana-de-açúcar e dos “cultivos de subsistência” dos camponeses do Agreste e da Zona da Mata, os períodos de maior intensidade de trabalho na cana coincidindo com os de menor intensidade na economia camponesa e vice-versa (ver Andrade, 1964, p. 154-171).

cial que diminuam essas defecções e um certo espírito associativo muitas vezes tão ou mais acentuado do que aqueles existentes entre trabalhadores assalariados,<sup>22</sup> o que dá sentido à afirmação aparentemente contraditória daqueles mesmos líderes sindicais de que, uma vez convencidos a associar-se ao sindicato, o foreiro e o pequeno proprietário convertem-se nos associados mais compenetrados com que podem contar os sindicatos.

A expulsão dos moradores cria nas cidades vizinhas um grande contingente de mão de obra, sem vinculações em termos de emprego, que vai concorrer com os “moradores” que permanecem dentro dos engenhos, instaurando também entre estes últimos um regime de semiemprego, pressionando-os a aceitarem as condições de trabalho impostas pelo patrão. Essas condições implicam, como veremos, desde a aceitação de salários mais baixos até a aceitação do pagamento fora de folha, o que lhes retira todas as garantias da lei. O trabalho por empreitada, utilizado em larga escala em outras áreas do país, como São Paulo e Paraná, não era desconhecido na Zona da Mata antes dos “direitos”. No entanto, não constituía até 1963/1964 procedimento muito generalizado, e dele os proprietários se valiam apenas em épocas de safra. Os empreiteiros então não constituíam nem mesmo uma mediação necessária entre os trabalhadores safristas (na época, sobretudo do Agreste) e os proprietários. Tendo, quase sempre, de utilizar mão de obra adicional no período de colheita, os proprietários “trabalhavam” tanto com empreiteiros quanto com trabalhadores que se apresentavam diretamente nos engenhos ou que eram recrutados por seus *empregados*, membros da hierarquia das usinas. Após o aparecimento dos

---

<sup>22</sup> Ainda mais que os moradores não estão isentos de manipulações para dividi-los. Imersos em relações de “patronagem” com o proprietário, o caráter coletivo do seu trabalho pode ser compensado pela natureza particularizante dessa relação. Isso, aliás, não é nenhuma característica particular nessa área (cf. Wolf, 1964). Uma das atitudes do morador que mais dificultam sua adesão ao sindicato ou, uma vez membro do sindicato, a utilização do sindicato contra o patrão é ver como uma covardia muitos enfrentando um só. Dentro dessa lógica, opta muitas vezes por um afrontamento individual com o patrão, em que a violência física, ou a sua possibilidade, pode ter o seu lugar.



“direitos”, o “trabalho com empreiteiro” tornou-se praticamente a regra, e não apenas nos períodos de safra. Mesmo os trabalhos de plantio e limpeza entregues aos empreiteiros, o “trabalhador de fora” que se apresenta diretamente aos proprietários deve procurá-los. Com a generalização do trabalho por empreitada, os trabalhadores que permanecem morando dentro dos engenhos são atingidos pelos efeitos da expulsão por outra modalidade que não a da presença de um “exército de reserva”: muitos proprietários condicionam a permanência daqueles trabalhadores em suas casas à sua vinculação a um empreiteiro, atitude que é mais frequente ainda com relação aos filhos dos moradores, que, quando atingem a idade adulta, são postos diante da alternativa: sair do engenho, sem condições de requerer qualquer indenização, ou permanecer na casa dos pais, mas trabalhando com um *empreiteiro*.

O empreiteiro pode ser um *free-lancer* ou um ex-trabalhador de engenho que o proprietário ou um membro da hierarquia da usina encarrega de conseguir “trabalhadores clandestinos” que lhe possam assegurar menores despesas, livrando-o das obrigações legais. O “clandestino” é o trabalhador não fichado, sem carteira de trabalho (ou com carteira fora de uso), sem vinculação de nenhuma espécie (legal ou pessoal) ao proprietário, empregado ou empreiteiro. O “clandestino” é “desconhecido” pela usina ou engenho. A usina paga ao empreiteiro, que tem sua carteira assinada e que sofre os descontos legais.<sup>23</sup> O empreiteiro, depois de tirar sua parte, paga os trabalhadores de acordo com as tarefas executadas a um preço previamente combinado. Esse preço, sempre inferior ao salário mínimo legal, dá, entretanto, a alguns trabalhadores a possibilidade de ganhar mais do que conseguiriam “dentro da lei”, uma vez que não são descontados e que o empreiteiro não limita o trabalho (prática comum nos engenhos, em que o proprietário nunca deixa que o morador ganhe mais do que um

<sup>23</sup> O empreiteiro, como os trabalhadores, só desconta a “contribuição sindical”. Durante o ano de 1970, devia descontar também a contribuição para o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS).

salário mínimo). Ainda que o empreiteiro seja objeto de ódio por parte de muitos trabalhadores, sobretudo dos trabalhadores “fichados”, para quem representa uma dupla ameaça – a da concorrência e a de um futuro próximo possível sem direitos –, essa sua “liberalidade” com relação aos limites do trabalho e da remuneração do trabalhador assegura-lhe certo prestígio entre alguns grupos de trabalhadores.

O trabalho com empreiteiro não teve apenas consequências econômicas. Generalizando-se num momento em que os sindicatos rurais se encontravam desarticulados pela repressão imediatamente posterior a 1964 e em que o desemprego na área atingia grandes proporções, com a falência e fechamento de várias usinas, ele contribuiu para afastar o trabalhador do sindicato. Se em 1962/1963 ter a carteira de trabalho regulamentada era quase uma condição para se obter trabalho, em 1964/1965 era o inverso: só tinha praticamente condições de acesso ao trabalho quem não tivesse vinculações ao sindicato e estivesse disposto a abrir mão de prerrogativas legais. Além de ser suspeito ao proprietário o trabalhador que frequentava o sindicato, havia uma pressão muito grande no sentido de os trabalhadores abdicarem de seus direitos.

Uma vez rearticulados, os sindicatos passaram a combater o trabalho com empreiteiros, utilizando como arma o Estatuto do Trabalhador Rural, que proíbe aos proprietários rurais utilizarem trabalhadores que não estejam “fichados”. O combate, particularmente intenso em 1970, ano em que os trabalhadores rurais foram incluídos no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), teve algum êxito. O Estado, que também era burlado com as empreitadas (os trabalhadores deixando de pagar taxas em seu benefício), foi atingido pela campanha. O Ministério do Trabalho concentrou, por algum tempo, suas atenções sobre a área, levando algumas usinas a pagarem multas de alguma monta.<sup>24</sup> O relativo sucesso da campa-

<sup>24</sup> Queixava-se nessa época um usineiro: “Todas as usinas trabalham com empreiteiro, mas foi aqui que a Polícia Federal resolveu bater, exatamente na única vez que usamos empreiteiro”. O presi-

nha reforçou o prestígio dos sindicatos, mas os proprietários naturalmente encontraram uma fórmula para contornar esse obstáculo. Dificultado o uso da empreitada em algumas áreas, começaram a estabelecer trabalhos de curta duração, “por contrato”, para usar a expressão dos trabalhadores. Seguindo o exemplo dos empresários urbanos, contratam por um prazo de, no máximo, seis meses, ao fim dos quais “demitem” o trabalhador e o “readmitem” por mais seis meses, e assim por diante. Ficam, pois, desobrigados a pagar 13<sup>o</sup> mês (o *décimo*), repouso remunerado, indenização quando da rescisão, etc. Mas as empreitadas não desapareceram e foram mesmo revitalizadas com a substituição do sistema INPS pelo Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural), fórmula encontrada pelo governo para conciliar seus interesses fiscais com a resistência dos grandes proprietários, deixando subsistirem algumas vantagens para a massa rural.

A expulsão de moradores não é a única fonte de conflitos. Ela coexiste com conflitos que se ligam às novas formas de exploração da força de trabalho nas condições de funcionamento da economia açucareira. Muitas vezes, os mesmos mecanismos usados para forçar o trabalhador a abandonar o engenho são também acionados para comprimir seu salário e fazê-lo “perder os direitos”, isto é, perder direito às vantagens trabalhistas que lhe são asseguradas pela lei. Assim, os “três dias de serviço” que já mencionamos são utilizados com grande frequência para evitar que o trabalhador – uma vez tendo tido certo número de “faltas” – receba o “remunerado”.<sup>25</sup>

O enfrentamento entre proprietários e trabalhadores dá-se então, antes de mais nada, no nível mesmo do processo produtivo. É aí que se coloca para os proprietários a possibilidade de continuarem a ser proprietá-

---

dente do sindicato que teria feito a denúncia, por sua vez, dizia que “tinha ordem da Delegacia do Trabalho de não discutir com o proprietário e encaminhar tudo ao Ministério do Trabalho. [...] Quando um proprietário é apanhado usando empreiteiro, ele é obrigado a pagar uma multa ao INPS e fichar os clandestinos”.

<sup>25</sup> *Remunerado* é como os trabalhadores na área designam o “repouso semanal remunerado” que lhes é assegurado pela lei brasileira.

rios, dadas as condições da área a que fizemos referência. Não está em jogo para eles apenas extrair a mais-valia de seus trabalhadores. É uma questão de sobrevivência para eles enquanto tais e o é, cada vez mais, diminuir a parcela correspondente ao “trabalho necessário” no valor produzido pelos trabalhadores, assegurando-se de uma mais-valia “extra” (em termos do sistema como um todo). Sem essa superexploração da força de trabalho, que se vai manifestar num esforço constante de burlar as leis referentes ao trabalho no campo, os usineiros e fornecedores de cana não teriam condições de se manter na cena econômica, pois a proteção governamental é a cada dia relativamente menor.

É esse caráter de superexploração, que acompanha a extração da mais-valia nas condições específicas dessa região, que vai definir as relações de oposição entre trabalhadores e proprietários. Os trabalhadores da cana definem sua luta diária como uma luta contra o “roubo dos patrões”, formulação que tem sua contrapartida entre os proprietários no que eles chamam de “roubo do trabalhador” e de “roubo do governo”, para designar os artifícios que seriam usados pelos trabalhadores para não cumprir as tarefas que lhes são atribuídas e o “confisco” pelo governo, através do preço diferencial do açúcar no mercado interno e no mercado externo, da parte da mais-valia extraída aos trabalhadores. É muito comum ouvir-se um trabalhador dizer que “as leis (trabalhistas) são boas. O que falta é aplicá-las”. Só que a aplicação dessas leis parece incompatível com padrões de operação da agroindústria açucareira de Pernambuco.

Das três fases do ciclo agrícola da cana-de-açúcar (plântio, limpa e corte), as duas últimas são decisivas para o trabalhador. É com a limpa dos canaviais que permanece ocupado durante a maior parte do ano, e no corte, trabalhando por produção, ele tem a possibilidade de fazer o seu “pé de meia”. Desde que, a partir dos anos 1940, generalizou-se o sistema de remuneração do trabalho por produção, inicialmente sob a forma da *tarefa* (área quadrada com 25 braças<sup>26</sup> de lado, na qual um homem

<sup>26</sup> A braça corresponde a 2,2 metros.

trabalhava de dois a quatro dias) na limpa e do *cento* (remuneração pelo número de centos de feixes de 20 a 30 canas cortados e amarrados por um trabalhador) no corte, posteriormente sob a forma da *conta* (área de 10 por 10 braças, coberta por um homem em um dia ou menos) na limpa e da *tonelada* (remuneração pela quantidade de toneladas cortadas por um indivíduo), surgiram problemas com relação a essas medidas, uma vez que, dadas determinadas condições do terreno, do mato, da qualidade da cana, etc., o dispêndio de trabalho é maior ou menor para cumprir as tarefas estabelecidas.

As “tabelas do campo” elaboradas em 1963, durante o governo Arraes, e em 1964, depois do golpe militar, refletem bem a dificuldade de conciliar os interesses de proprietários e trabalhadores, sobretudo a partir do momento em que o salário-mínimo passava a ter valor para o campo. Essas “tabelas”, que estabelecem a equivalência entre as tarefas pensadas em termos daquelas medidas (*conta* e *tonelada*) e o salário-mínimo regional, nunca chegaram a ter o valor de “contratos coletivos de trabalho”, apesar de assinadas pelos representantes legais dos trabalhadores e dos proprietários, permanecendo apenas como ponto de referência na arbitragem de conflitos locais. A tabela de 1964 procura detalhar ao máximo as condições em que uma determinada medida tenha vigência. Todavia, essas especificações, antes de evitar controvérsias, fornecem um elemento a mais para que elas se deem – e possivelmente não poderia ser de outra forma –, ao abrirem todo um leque de possibilidades de manipulação diferenciais da letra do acordo.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> A transcrição dos termos da tabela de 1964 referentes à limpa pode dar-nos uma ideia dessas possibilidades de manipulação: “Art. 23: Limpa de Canas de Planta: em terra gradeada...1,0 conta; em terra não gradeada, com o mato duro em terra dura... 0,50 conta; em terra não gradeada, com mato duro em terra mole... 0,60 conta; em terra não gradeada, com mato mole em terra mole... 0,80 conta; em terra não gradeada, em terra de barro solto ou areia... 1,0 conta; limpa sapateada com muito mato... 0,80 conta; limpa sapateada com pouco mato...1,0 conta; limpa correndo a enxada... 2,0 conta. Art. 24: Limpa em Cana de Soca: mexendo a palha... 1,50 conta; cobrindo tocos estrovangados... 1,0 conta; chegando a terra ao toco... 1,0 conta” (Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Pernambuco/Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, 1964, p. 4-5).

Uma fonte permanente de conflitos na área é a “*tarefa exagerada*”, expressão dos trabalhadores, valendo-se do termo *tarefa* que designa uma área muito maior do que a *conta*, para designar as contas dadas pelos proprietários que ultrapassam as medidas estabelecidas pelo uso e/ou pela tabela. As divergências a respeito do tamanho da conta são diárias, uma vez que as contas são dadas a cada dia. Quando o trabalhador chega pela manhã ao trabalho e já encontra sua *conta* medida pelo *cabo* (medidores responsáveis por “turmas” de trabalhadores), representando o escalão imediatamente acima do simples empregado na hierarquia do engenho, pode recusar-se a aceitá-la. A *conta* tem de ser medida na sua frente. Mas este é apenas o primeiro ato. O segundo diz respeito ao tamanho da *conta*, propriamente. Os proprietários (ou os seus representados) costumam recomendar aos cabos que deem aos trabalhadores *contas* em terrenos acidentados ou cobertos de mato, medidas em termos de terrenos planos ou limpos. Além disso, o cabo usa, quase sempre, uma *vara de medir* (pedaço de madeira longo e fino que deveria corresponder a uma braça) cujo comprimento não corresponde à metragem legal e/ou usual. Em tais circunstâncias, os trabalhadores, que frequentemente têm suas próprias *varas*, recusam-se a “pegar na conta” e ameaçam voltar para casa ou irem ao sindicato. O acordo que se estabelece aí, entretanto, não põe fim às disputas. Se o serviço não é feito ao gosto do patrão, o trabalhador pode sofrer o *corte da conta*. Isso quer dizer que, se a cana não foi limpa com perfeição (e os critérios de “perfeição” naturalmente oscilam) no todo ou em parte, o cabo não *aponta* (ou seja, não lança sobre sua caderneta de controle) o serviço do trabalhador, que não terá então o seu dia computado na elaboração da folha de pagamento e não poderá comprar adiantado no barracão do engenho, como de praxe. Finalmente, há um permanente cuidado do proprietário em “apertar o serviço”. Se, num determinado dia, um trabalhador com melhores condições físicas ou que tenha conseguido uma conta em terreno melhor ou com menos mato termina o serviço muito antes dos demais, no

dia seguinte as contas passam a ser fixadas em função da capacidade de trabalho daquele trabalhador privilegiado, do *super-homem*, como dizem os trabalhadores. Se o *corte da conta* resulta muitas vezes em violência física ou na saída do engenho, contra o aperto do serviço, os trabalhadores, não dispondo mais, como na conjuntura anterior, do recurso da greve, passam a “remanchar no serviço”, de forma que todos terminam mais ou menos ao mesmo tempo, esvaziando o pretexto utilizado pelo patrão.

No corte da cana, o principal mecanismo de burla é o chamado “roubo da balança”. A cana cortada pelo trabalhador é amarrada em feixes de 20 ou 30 canas, conforme a usina, que devem ser pesados pelo cabo. Este, naturalmente, não pode pesar todos os feixes. Seleciona então dez deles, pesa-os, tira a média e calcula o total da produção individual do trabalhador, multiplicando esse peso médio da amostra pelo número de feixes cortados. O cabo tende a selecionar os feixes de cana menores ou mais finos para fazer o seu cálculo. O trabalhador sempre protesta e, para evitar, de antemão, que o “roubo” seja muito grande, procura sempre pôr no mesmo feixe canas de diferentes pesos. Tal defesa, no entanto, implica esforço extra do trabalhador. Além disso, segundo os trabalhadores e os próprios cabos, o cabo usa sempre uma balança viciada. Geralmente são pequenas balanças em que o mostrador circular é cortado ao meio, o que faz com que qualquer peso acima de determinado valor seja igual ao peso máximo da balança. Uns poucos trabalhadores defendem-se com a utilização de balanças próprias.

Em algumas áreas, a cana cortada ainda é contada pelo sistema tradicional de “centos”, em vez do peso, o cálculo da remuneração do trabalhador é feito pelo número de centos de feixes de vinte canas, amarrados pelos cortadores. Os proprietários costumam dizer que tal sistema facilita o “roubo do trabalhador”: este cortaria a cana em mais de dois pedaços, como era exigido, mas colocando menos canas nos feixes ou então deixando as canas maiores e mais grossas sempre na parte externa do feixe e escondendo as canas mais finas (de corte mais fácil) no interior. No entanto,

a prática que estabeleceram nos últimos anos, de amarrar as canas inteiras, liquidou quaisquer eventuais vantagens que o sistema apresentasse para os trabalhadores e conseguiu contornar os protestos quanto à adoção do sistema do corte por tonelada.<sup>28</sup>

O “roubo da balança”, complementado por outros expedientes tais como atribuir áreas da “cana suja” (isto é, com muita palha e/ou com muito mato) aos trabalhadores que tendem a produzir mais do que o limite desejado pela empresa, é habilmente manipulado pelos usineiros. Para comprometer seus fornecedores, administradores e cabos com aquela modalidade de exploração, eles estabelecem que a cana no *tombo* (local de corte) deve ter o mesmo peso que no *ponto* (local para onde é transportada em burros para ser apanhada pelos caminhões ou locomotivas da usina) e na *balança* da usina (local em que a cana é pesada antes de ter início seu processo de transformação). Ora, isso é absolutamente impossível: a partir do momento em que é cortada, a cana começa a perder seu teor de sacarose e, portanto, o seu peso, e a regra geral é a cana passar horas e mesmo dias à espera de transporte. Por outro lado, há perdas inevitáveis nesse transporte. Para tornar possível o impossível, usineiros e fornecedores transferem a administradores e cabos a responsabilidade das “perdas”, pagando aos últimos também por produção (e por produção calculada na balança da usina) e ameaçando os primeiros de demissão caso tenham cabos complacentes que permitam que a folha de pagamento seja onerada com maiores dispêndios salariais.<sup>29</sup>

<sup>28</sup> Segundo uma moradora da Mata Sul, onde a cana é cortada por tonelada: “Sabe quando é que os pobres brasileiros comiam um bocado? Quando cortavam cana por cento, que não tinha furto”. E um morador da Mata Norte, onde predomina o corte por tonelada: “Agora, muitos, gente do Engenho Novo, achavam muito ruim por causa disso, porque o homem de lá fazia assim: pegava uma faixa de cana boa, botava os empreiteiros para cortar por cento. E a gente saía cortando por tonelada. Agora, o cortador deles ia cortando, cortando, cortando e, quando dava na área fraca, ele retirava aquele povo de fora e botava o povo da fazenda para cortar por tonelada. Aí, a gente não achava bom”.

<sup>29</sup> O reconhecimento desse mecanismo conduz os trabalhadores a demonstrarem certa compreensão para com o “roubo do cabo”: “O cabo mede roubando... E o administrador não dá uma braça



As “tabelas do campo”, acompanhando o Estatuto do Trabalhador Rural, deixam aos proprietários e trabalhadores a possibilidade de escolha, em cada caso específico, da modalidade de remuneração do trabalhador mais conveniente. Como vimos, o trabalho por produção tende a prevalecer, a remuneração por “diária” cingindo-se, no caso que estamos analisando, apenas aos serviços não diretamente ligados à cana, como o transporte, a abertura, a conservação de estradas, a abertura e a conservação de valetas. Os proprietários, entretanto, querem associar as duas modalidades de remuneração, exigindo trabalho por produção, mas dando uma jornada mínima de 8 horas diárias. O trabalhador vê então ser-lhe imposta uma cadência de trabalho de que se livrara com o trabalho por produção, além de ter, como no “tempo do cativo”, de suportar o cabo todo o tempo “ao seu pé”. “Basta levantar da enxada para ser repreendido.” Essa interpretação da lei, acionada pelos proprietários cada vez que enfrentam um período de expansão de seus negócios, motiva conflitos, mas, graças à atuação dos sindicatos, não consegue se impor.

A luta cotidiana entre trabalhadores e proprietários no nível da produção não se esgota aí. Ter feito o serviço “ao gosto do patrão” ainda não é condição suficiente para que o trabalhador receba seu salário no final de semana. O não pagamento e o atraso de pagamento são bastante frequentes, sobretudo na entressafra, muitos proprietários não têm acesso ao chamado “financiamento da entressafra” ou utilizam o financiamento para o pagamento de outras dívidas e nos períodos, não pouco frequentes na economia canavieira, de crise. O não pagamento dos salários é utilizado, por vezes, por uma usina como um pretexto para provocar uma intervenção do Instituto do Açúcar e do Alcool, para que venha a saldar suas dívidas

---

pra o trabalhador. Quer dizer: o administrador não fica na estrada não. Ele vai tomar conta dele [do cabo]. O pobre do cabo, já com medo para não perder a bolacha, aí mede roubando [...]. Já mede roubando, com medo dos empregados, do administrador. [...] Porque, ele diz [o cabo], eles [os empregados] dão cinco mil por tonelada. Por tonelada não, de gorjeta. Sempre que dê aquela conta, no fim de semana ele ganha [o cabo]. E se ele não fizer, não dá não. Ele, pra ganhar aqueles cinco mil, aí avança no trabalho do trabalhador, do companheiro”.

e reequipá-la. Foi o que aconteceu em 1968, quando duas usinas de um município do sul de Pernambuco que passaram um ano sem pagar salários, mas os trabalhadores não abandonaram o serviço, sendo mantidos graças à distribuição de alimentos pelo sindicato local e às facilidades de crédito abertas pelo comércio, sem alternativas, das cidades próximas.

Mais frequente do que o não pagamento do salário é o não pagamento do repouso remunerado, das férias, do 13º salário. O atraso no pagamento deste último é a regra. Em vez de recebê-lo até dezembro, como manda a lei, o trabalhador tem o seu décimo em maio ou junho do ano seguinte. E, algumas vezes, as usinas ainda querem parcelá-lo. Talvez porque, com o aparecimento do *décimo*, os proprietários tenham suspenso a prática da distribuição de presentes aos seus moradores por ocasião das festas (Natal, Ano, Reis), os trabalhadores identificaram tal remuneração com essas datas e fazem questão absoluta desse pagamento, com o qual irão comprar roupas e calçados novos. Não receber o *décimo* parece atingir a fundo a honra do trabalhador. O fato é que essa é uma das áreas de conflito em que menos transigem. Isso pode ser ilustrado pela recusa dos trabalhadores de uma usina, apesar das dificuldades em que se encontravam, de receber o *décimo* atrasado parcelado, apesar de o pagamento nessas condições lhes estar sendo proposto diretamente pelo usineiro, que se dispunha a “adiantar” a primeira parcela na hora.

Apesar de receberem seu pagamento semanalmente, os trabalhadores, em geral, se abastecem dia a dia. O relativo isolamento dos engenhos faz com que suas compras se façam, muitas vezes com exclusividade, no *barracão*, armazém do engenho. Nesse *barracão* o trabalhador vai retirando a cada dia a quantidade de mercadorias de que tem necessidade, sobretudo para a alimentação da família, em função do seu *quantum* de trabalho daquele dia e da dívida acumulada que tenha por abater. No limite, esse tipo de vinculação ao barracão deixa o trabalhador num estado de dívida permanente. Com isso, não raro, ele “não vê dinheiro”, isto é, não recebe seu salário, uma vez que a dívida é descontada automaticamente do seu

salário, e o *barraqueiro* (responsável pelo *barracão*) normalmente é o encarregado de fazer a cobrança, bem como de elaborar a própria folha de pagamento do engenho. Embora haja sinais evidentes de declínio do “sistema de barracão” (Palmeira, 1971), ele ainda tem vigor suficiente para assegurar às usinas e aos engenhos a capacidade de manipular o consumo de seus trabalhadores. Ainda uma vez, é na época de crises que mecanismos “tradicionais” como esses são acionados com toda a força e sem as atenuantes ou as compensações que, como no passado, apresentassem eventuais vantagens para os trabalhadores. Assim, outra usina em crise preferiu, em vez de provocar a intervenção do IAA, resolver suas dificuldades de capital de giro, após 1964, acionando de novo os *vales* de barracão, conhecidos na área como *gabão*.

No passado os vales funcionavam como uma moeda de circulação restrita aos domínios da usina ou engenho e garantiam, numa espécie de escravidão por dívidas, a permanência dos trabalhadores no local. Nos casos extremos, as usinas só pagavam em vales, os barracões monopolizando, em termos absolutos, o abastecimento dos trabalhadores. Mas esses vales tinham sempre a sua liquidez, isto é, cobertura em mercadorias. O *gabão* de hoje, todavia, é um vale branco. Ele não implica mais apenas a impossibilidade de o trabalhador rural abastecer-se em outra fonte que não os barracões dos engenhos da usina. Além dos preços mais altos do barracão, seu vale só é aceito mediante uma redução de cerca de 30% do valor nominal. E nem sempre o trabalhador tem garantia de encontrar as mercadorias de que precisa, uma vez que a crise fez com que os barracões daquela usina se esvaziassem. Muitas vezes a única possibilidade que lhe resta é vender o vale por metade do valor ou menos a um negociante ligado aos proprietários da usina para, de posse de algum dinheiro, procurar as vendas ou a feira de algum arruado próximo. Até 1970, a usina ainda pagava uma parte do salário em dinheiro. Entre 1970 e 1972, a situação tornou-se mais complicada, e os salários eram pagos inteiramente em vales. Segundo

informações da área, só depois que o Exército fez uma “intervenção branca” nos negócios da usina, a partir de gestões dos sindicatos de trabalhadores rurais e do sindicato de trabalhadores na indústria do açúcar, as coisas começaram a ser regularizadas.<sup>30</sup>

A separação que operamos entre conflitos ligados ao movimento de expropriação de *moradores* e conflitos ligados às novas modalidades de exploração da força de trabalho nas condições específicas de uma “economia” colocada numa posição marginal em termos de economia nacional só tem sentido de um ponto de vista analítico. Do ponto de vista dos agentes envolvidos não cabem essas sutilezas teóricas, tanto mais quanto empiricamente não há diferença alguma entre um mecanismo de expropriação e um mecanismo de extração de mais-valia extra. Como vimos, pouco importa para um trabalhador se ele está sendo expropriado ou superexplorado quando ele toma consciência de que o proprietário está avançando sobre aquilo que é socialmente reconhecido como seu.

Mas se a diferenciação teórica não tem consequências práticas, a indiferenciação prática tem implicações decisivas na compreensão das formas e conteúdos que a luta de classe assume no caso que estamos analisando. Essa indiferenciação é responsável pela unidade de uma luta que poderia não ser a mesma, uma vez que a proletarização, isto é, o envolvimento pleno do trabalhador nas novas relações econômicas, não é a única via para os que são atingidos pela expropriação. Ela é responsável também pelos limites dentro dos quais se desdobram essas lutas, que não são outros que aqueles dados pela legislação nacional.

As leis, todavia, como nos lembra um dirigente sindical, “são uma faca de dois gumes”. Ainda mais quando ao lado daquela representação

---

<sup>30</sup> Cabe lembrar que boa parte das lutas que descrevemos tem seu desdobramento natural na esfera sindical propriamente dita. Foge, todavia, ao âmbito deste trabalho uma análise dos sindicatos e de sua atuação.

prática está a atuação dos sindicatos. Assim, se a legislação foi e continua a ser um estímulo e um instrumento para que os proprietários se livrem de seus moradores e/ou submetam seus trabalhadores a mecanismos de exploração capazes de contrabalançar as perdas que a presença da legislação lhes pudesse ocasionar, não é menos verdade que ela tem sido, por razões simétricas opostas, um instrumento de luta da maior importância para os trabalhadores. Os sindicatos de trabalhadores rurais da área, embora tenham sido fortemente reprimidos quando do golpe de 1964 e continuado a mover-se em um terreno difícil, não foram liquidados.<sup>31</sup>

Lideranças novas ou mesmo “direitistas” de antes de 1964 foram chamadas a desempenhar o papel que antes cabia a lideranças com um projeto político mais definido, sem que isso significasse um arrefecimento de uma luta de classes que existia sem elas e poderia existir, eventualmente, contra elas; tais eram as condições objetivas dadas. Dentro desse quadro, a simples luta pelo cumprimento da legislação assume muitas vezes uma feição radical insuspeitada, podendo pôr em xeque a própria continuidade das relações sociais na agroindústria.

Nesse sentido, não parece haver descontinuidade entre essas lutas pelo cumprimento da legislação e as que antecederam ao movimento militar (e que foram em boa parte também pelo cumprimento da legislação), apesar da mudança na situação política. Talvez pudéssemos dizer que, se a conjuntura não implica homogeneidade e se toda conjuntura é conjuntura para alguma força social, o quadro não mudou para os trabalhadores rurais e camponeses da área do mesmo modo como mudou para outras forças

---

<sup>31</sup> O Relatório geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape) no triênio 1966-1969 é eloquente: “A situação sindical naquele momento [1966] era um tanto crítica, com certo enfraquecimento da estrutura e movimento de sindicalismo rural, uma vez que a maioria dos sindicatos ainda se encontrava em regime de intervenção. A baixa no número de associados em todos os sindicatos era assustadora. Toda essa situação financeira da Federação não era satisfatória, o que não deixava de ser um grande obstáculo à realização dos programas previstos pela nova diretoria” (Fetape, 1969, p. 1).

políticas nacionais. Uma vez mantido o *tempo* da estrutura econômica,<sup>32</sup> mas sobretudo mantido o *tempo* da luta de classes – já que não apenas persistiu a oposição tornada irreversível entre proprietários e trabalhadores rurais como também não se encerrou o ciclo de transformações que poderia mudar o conteúdo dessas oposições e foram mantidos os instrumentos de formulação de interesses daqueles grupos, isto é, os sindicatos e suas formas de vinculação ao aparelho de Estado –, a partir do momento em que foram identificados pelo movimento sindical os condutos reais da política da nova conjuntura nacional, abriu-se a possibilidade de voltarem a colocar-se para aqueles grupos conjunturas do mesmo gênero daquelas vividas no período cronológico anterior, isto é, conjunturas capazes de atualizar as contradições que opõem trabalhadores e proprietários rurais.

A dificuldade maior que se coloca à análise desses conflitos é que eles rompem com os enquadramentos “normais” dentro dos quais são geralmente pensados os conflitos. Não são conflitos propriamente sindicais, sem serem puramente locais, nem são propriamente políticos, sem serem simplesmente econômicos. Não são conflitos “espontâneos”, sem serem maquinados por alguma entidade mágica dessas que costumam povoar certas *têtes droitières*.

A quebra da legitimidade do poder “tradicional”, fundado sobre relações pessoais, que acompanhou a implantação dos sindicatos rompeu com a possibilidade de conflitos “locais”, isto é, limitados a uma única unidade geográfica ou social, passíveis de resolução nessa própria unidade. O simples questionamento da autoridade e/ou do poder do proprietário dentro de seus domínios já invoca necessariamente outra instância de legitimação, estranha – isto é, mais ampla, existindo dentro de marcos nacionais e, portanto, políticos no sentido forte – à dominação tradi-

---

<sup>32</sup> Ainda que se tenha iniciado na área um verdadeiro processo de transição, com a ruptura das relações sociais que apoiavam a velha *plantation*, assegurando sua reprodução, esse processo não se completou, apesar das mudanças políticas conhecidas pelo país e pela região entre o aparecimento das ligas camponesas e meados dos anos 1970.

cional. Isso é verdade mesmo para aquelas situações em que a presença do sindicato não se faça necessária na resolução daquele conflito específico. Ou melhor, poderíamos dizer que a presença do sindicato não se dá apenas segundo a modalidade da presença física. Se, como dizia Rosa Luxemburgo, o socialismo está presente no sindicalismo menos político, poderíamos dizer que o sindicato, no caso concreto que estamos analisando, está presente mesmo nas lutas mais “espontâneas” da massa rural. Não é por acaso, como já chamamos a atenção, que o sindicato se tornou um marco temporal decisivo para a visão de mundo de trabalhadores rurais e camponeses (Sigaud, 1971). Não é também por acaso que se desenvolve na consciência camponesa, ao lado de outras místicas, toda uma mística do sindicato que consiste basicamente em atribuir a ele uma força inusitada e um poder sobre as coisas muito acima daquele que os próprios trabalhadores e camponeses reconhecem aos sindicatos reais, que conhecem no dia a dia. Paradoxalmente, é entre aqueles que estão mais afastados do sindicato que essa mística parece ter mais força: é o trabalhador que se recusa a entrar para o sindicato porque acha uma covardia enfrentar o patrão via sindicato; é o sindicalizado que faz oposição à direção atual de seu sindicato que lembra que este foi construído diretamente, pedra sobre pedra, pelos trabalhadores que hoje estariam sendo traídos por alguma coisa que “não é sindicato”, quando ele próprio sabe, como seus companheiros, que as coisas não se passaram exatamente assim e que o prédio do sindicato foi construído por um mestre de obras com a sua turma; é o trabalhador que, em 1972, avalia com olhos críticos a mobilização de antes de 1964, vendo-a como um excesso de força do sindicato que, com a autoridade do patrão, teria suprimido toda autoridade, e propõe, em seguida, como caminho para os trabalhadores resolverem seus problemas, todos pararem de trabalhar ao mesmo tempo “sem necessidade de greve e de agitação”.

Ao contrário de outras situações históricas, não se trata de conflitos puramente ou mesmo primordialmente sindicais. As regras do jogo im-

postas pelo regime autoritário<sup>33</sup> e às quais os sindicatos têm de se cingir, com mais ou menos rigor, segundo as conjunturas, impedem que eles próprios possam atuar como um agente do conflito sem esperar pelas demandas “de baixo” ou apropriar-se de qualquer conflito como sendo seu, ou ainda transformar qualquer conflito na direção que interesse sua política num momento dado ou tentar transmitir sua dinâmica a outros conflitos do mesmo gênero. Assim, os sindicatos tendem a desenvolver um “legalismo de sobrevivência” interiorizado por lideranças e massas e que se traduz não apenas nas formulações mais explícitas, como aquelas do tipo “as leis são boas, o que falta é aplicá-las”, mas na própria maneira como as lideranças recortam os fatos sindicais. Assim, quando um dirigente sindical é inquirido sobre os conflitos existentes na sua área, menciona apenas aqueles passíveis de terem seus motivos enquadrados na legislação trabalhista e agrária. De outra natureza não é a prática dos trabalhadores em geral de, antes de abrirem uma questão com um proprietário, irem ao sindicato “caçar seus direitos” (Echenique, 1974).

É difícil estabelecer-se uma linha divisória entre lutas econômicas e lutas políticas nos Estados modernos, dada a extensão mesma da presença do Estado (Jelin, 1973). Mais custoso ainda é tentar traçar essa linha no caso dos Estados latino-americanos, onde o Estado tendeu a substituir-se em larga medida à iniciativa privada no campo econômico e a cobrir o vazio deixado pela sociedade civil no plano político (ver Jelin, 1973; Velho, 1974; Cardoso, 1973). Ora, isso se torna praticamente impossível quando se trata de um setor de uma sociedade governada por um regime autoritário e caracterizado ele próprio por uma economia extremamente frágil, estruturada sobre mecanismos de superexploração da força de trabalho e dependente do amparo do Estado para subsistir. Nessas condições, qualquer

---

<sup>33</sup> Talvez pudéssemos dizer, utilizando o termo e as indicações de Otávio Guilherme Velho (Velho, 1973), que tais regras, antes de serem impostas pelo regime autoritário, seriam uma decorrência do próprio capitalismo autoritário, uma vez que, sem maiores problemas, coexistiram com a fase cosmopolita do capitalismo brasileiro.



conflito é quase por definição um caso político, que põe em xeque a reprodução da própria classe dominante regional como classe dominante, passível, portanto, do tratamento que se costuma dar a casos políticos em regimes autoritários, isto é, aqueles de casos de polícia. Como esse tratamento é definidor da natureza do seu objeto, este é “politizado” uma segunda vez, desaparecendo completamente qualquer resquício “não político” da natureza que lhe é socialmente reconhecida. Não tem sido outro o tratamento dispensado aos conflitos de maior dimensão, mas não apenas a estes, que eclodem na zona rural nordestina. Nessas circunstâncias históricas específicas, há lugar para certa mística não do Estado, mas de sua encarnação, a figura do presidente, pouco importando quem seja, como uma espécie de árbitro supremo, o único capaz de intervir e dar solução a conflitos como esses. Em compensação, a máquina governamental está submetida a uma permanente guerra de desgaste, resultante da constante identificação de seus organismos aos interesses regionalmente dominantes, aos quais estão umbilicalmente ligados, mesmo naquelas circunstâncias em que estariam cumprindo objetivos opostos, e que é tanto mais intensa quanto maior é a intervenção estatal na área que faz das entidades governamentais, aos olhos dos trabalhadores, mas também a qualquer análise das práticas objetivas feita por um especialista, meros exemplares das entidades econômicas e para econômicas das classes dominantes locais. É o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por exemplo, que se transforma “naquela empresa, a Incra”, e que, como qualquer “empresa”<sup>34</sup> da área, se vale do empreiteiro e do trabalho de “clandestinos”, bem como de todos aqueles mecanismos que são acionados para a obtenção de um sobretrabalho extra, e que se envolve num conflito de repercussão nacional,

---

<sup>34</sup> Empresa é o termo que os trabalhadores usam para referir-se às usinas.

como foi o de Barreiros e está se tornando o do Cabo, incluindo expulsão de trabalhadores de engenhos adquiridos para fins de “reforma agrária”.<sup>35</sup>

Entre esses conflitos e os conflitos propriamente políticos vai uma grande distância. O bloqueio da atividade política propriamente dita imposto pelo regime e o isolamento relativo da luta que opõe trabalhadores e proprietários da zona canavieira de Pernambuco dão a essas lutas um caráter puramente defensivo, mesmo quando elas vão além da simples exigência do cumprimento da legislação e os trabalhadores partem para uma posição de maior agressividade em termos de reivindicações econômicas. Se a política governamental para a cana-de-açúcar, esboçada a partir de 1971<sup>36</sup> como uma política de salvação da classe dominante, jogando com o momento favorável no mercado internacional, provocou, a partir do início de 1974, uma reação sindical de partir para os dissídios coletivos, uma vez que o aumento do salário médio real e a escassez relativa de mão de obra provocados pelo *rush* canavieiro em certas áreas novas, como o sul de Alagoas, teriam esvaziado a luta pelo simples cumprimento do salário mínimo nas áreas mais tradicionalmente canavieiras de Pernambuco, essa atitude, mesmo considerando o seu ineditismo em termos de sindicalismo rural e o fato de ser possivelmente uma resposta adequada ao estímulo, continua a ser uma atitude defensiva.

Se há certa contradição nos termos ao falar-se de “lutas espontâneas”, nas condições históricas específicas que nos concernem, mais dificilmente ainda poderíamos nos referir a lutas espontâneas para designar as lutas

---

<sup>35</sup> Nos últimos meses de 1974, a imprensa das grandes capitais brasileiras divulgou, com grande destaque, fatos relativos à implantação do Proterra em Pernambuco. No município de Barreiros e em municípios vizinhos, alguns engenhos de uma das maiores usinas do estado foram adquiridos pelo Incra para, de acordo com as determinações da lei que criou o Proterra, vendê-las a pequenos agricultores, sendo compradores prioritários os trabalhadores rurais do próprio engenho. Ora, apenas dois trabalhadores foram beneficiados pela redistribuição de terras que favorecem, sobretudo, comerciantes, rendeiros (fornecedores que arrendam terras de usinas ou de outros fornecedores), etc.

<sup>36</sup> Ainda que o Fundo de Exportação, constituído pela diferença entre o preço do açúcar no mercado interno e no mercado externo, tenha sido criado em 1965, é em 1971, com o plano de fusões de usinas, que parte desse fundo passa a ser dirigida para o reequipamento da agroindústria.

que guardem continuidade com aquelas que envolveram um processo de mobilização política extremamente complexo como foi o dos anos 1955-1964. O mais correto seria, talvez, acompanhando um clássico do materialismo histórico, falar de uma interiorização da luta (política) de classes que teria perdido sua feição mais explicitamente política para inscrever-se no interior mesmo do processo produtivo, a produção cotidiana dos engenhos e usinas passando a estar sujeita à decisão dos enfrentamentos diários de trabalhadores e patrões.

A contrapartida da perda de “espontaneidade” das lutas das massas rurais vai ser não a atividade intensiva de organismos políticos mais ou menos encapuzados a dirigirem de uma distância maior ou menor as lutas em curso, e muito menos a presença – por outra parte, real – dos acólitos do regime a manipularem, como em outros exemplos históricos brasileiros, a vontade das massas rurais, mas uma “espontaneização” da atividade das lideranças sindicais, que, ultrapassando os limites puramente sindicais de sua ação, são levadas, dentro de certos limites, naturalmente, a substituírem os partidos políticos esvaziados,<sup>37</sup> sem com eles se confundirem, defendendo diretamente nos órgãos de poder – os efetivos, não os clássicos – os interesses da classe ou de frações de classe que representam legal e – paradoxo – politicamente.

## Referências bibliográficas

ANDRADE, Manoel Correa de. *A terra e o homem no Nordeste*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.

BELLO, Julio. *Memórias de um senhor de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

---

<sup>37</sup> Jelin (1973) nos mostra como isso se deu na Argentina, com outras dimensões e com outras implicações, obviamente, durante o período em que o peronismo esteve banido da vida política daquele país.

- CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.
- CAMARGO, Aspásia Alcântara. *Brésil Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste*. 1973. Tese (Doutorado em Sociologia) – École Pratique des Hautes Études, Universidade de Paris II. Paris, 1973.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro. *Estudos Cebrap*, v. 2, 1972.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Estado e sociedade no Brasil (notas preliminares). *Notas sobre Estado e dependência*. São Paulo: Cadernos Cebrap, 1973.
- CHIARELLI, Carlos Alberto. *Teoria e prática do Prorural*. São Paulo: Edições LTr, 1972.
- CRESPINO, Padre Paulo. Necessidade da aplicação do decreto n. 57.020/65 – Decreto dos 2 hectares. *Reforma Agrária* (Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária – Abra), ano II, n. 1, p. 5-7, 1972.
- ECHENIQUE, Vera. *Resolução de conflitos na plantation açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1974. (mimeo).
- FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco. *Relatório geral da Fetape no triênio: 1966/1969* (síntese). Recife, 1969. (mimeo.)
- FURTADO, Celso. *Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: Iseb, 1959.
- FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- GENESTOUX, Patrick Calemard du. *Le nordeste du sucre*. 1967. Tese (Doutorado em Sociologia) – École Pratique des Hautes Études, Universidade de Paris. Paris, 1967.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- HEREDIA, Beatriz; GARCIA JR., Afrânio. Trabalho familiar e campesinato. *América Latina*, ano 14, n. 1-2, p. 10-20, 1971.
- JELIN, Elizabeth. Espontaneidad y organización en el movimiento obrero. *Revista Latinoamericana de Sociología*, Buenos Aires, v. 1, n. 2, p. 77-118, nov. 1975.
- JULIANO, Francisco. *O que são as ligas camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- LOPES, José Sergio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários de açúcar*. 1974. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1974.

- LOPES, José Sergio. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários de açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Grève de masses, parti et syndicats*. Paris: Maspero, 1968.
- PALMEIRA, Moacir. Nordeste: mudanças políticas no século XX. *Cadernos Brasileiros*, n. 37, p. 67-86, set./out. 1966.
- PALMEIRA, Moacir. *Feira e mudança econômica*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (Simpósio de Pesquisas), 1971.
- PALMEIRA, Moacir. The aftermath of peasant mobilization: rural conflicts in the Brazilian Northeast since 1964. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *The structure of brazilian development*. Nova York: Transaction Books, 1977.
- PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. *Revista de Cultura e Política*, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), ano 1, n.1, p. 41-55, ago. 1979.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- SIGAUD, Lygia Maria. *A nação dos homens: uma análise regional de ideologia*. 1971. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1971.
- SIGAUD, Lygia Maria. The idealization of the past in a plantation area: the northeast of Brazil. In: NASH, June; CORRADI, Juan (Orgs.). *Ideology and social change in Latin America*. Nova York: Routledge, 1975. p. 167-177.
- SIGAUD, Lygia Maria. *A nação dos homens, uma análise regional de ideologia*. *Anuário Antropológico*, São Paulo: Tempo Brasileiro, n. 78, 1979.
- SILVA, José Gomes da. *A reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- SINDICATO DA Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco/Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco. *Contrato Coletivo de Trabalho na Lavoura Canavieira de Pernambuco*. Recife: Centro Arquidiocesano de Publicidade, 1964.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Modes of capitalist development, peasantry and the moving frontier*. 1973. Tese (Doutorado em Sociologia) – Department of Sociology, University of Manchester. Manchester, 1973.

WILKIE, Mary. *A report on rural syndicates in Pernambuco*. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1964. (mimeo.)

WOLF, Eric R. Aspectos específicos del sistema de plantaciones en el Nuevo Mundo: comunidad, subculturas y clases sociales. *In*: RUBIN, Vera (Org.). *Sistemas de plantaciones en el Nuevo Mundo*. Washington: Unión Panamericana, 1964, p. 160-172.

## Anexo

### Greve em Pernambuco (1980)<sup>38</sup>

Os trabalhadores da zona canavieira de Pernambuco foram responsáveis por uma das maiores greves da história recente de nosso país. Organizados em seus sindicatos, sob a coordenação da Fetape, com o apoio da Contag, cerca de 240 mil trabalhadores cruzaram os braços exigindo aumento de salários e melhores condições de trabalho.

A greve começou na segunda-feira, 29 de setembro. Na terça-feira, em tempo recorde, o Tribunal Regional do Trabalho reuniu-se, conseguindo que os patrões aceitassem um acordo no que diz respeito às cláusulas não salariais em torno do texto da Convenção de 1979 – que eles tinham rejeitado três dias antes – com pequenas modificações e um acréscimo importante: a introdução de instrumentos de medição e pesagem padronizados na aferição do trabalho por produção. Com relação ao salário, estabeleceu-se, além do reajuste semestral segundo o INPC, uma produtividade de 4% e uma progressiva uniformização salarial entre as duas sub-regiões em que Pernambuco está dividido, uma velha reivindicação dos trabalhadores.

#### O início

Essa vitória dos assalariados da cana foi o resultado de um esforço que vinha de muito antes e, principalmente, da luta desenvolvida por alguns sindicatos pelo cumprimento da Convenção Coletiva de 1979. Entre outubro de

---

<sup>38</sup> O original deste artigo – encontrado no acervo de Moacir Palmeira que sobreviveu ao incêndio do Museu Nacional, onde o autor tinha sua sala com seus materiais bibliográficos e de pesquisa desde 1969 – foi produzido poucos meses após sua estada em Pernambuco acompanhando o conflito coletivo dos canavieiros em setembro e outubro de 1980 e serviu de base para relatório apresentado à Contag. Uma versão mais curta e não assinada foi publicada no periódico *Trabalhador Rural*, da mesma Confederação. O manuscrito é parte da sua produção como assessor educacional da Contag entre 1977 e 1990.

1979 e agosto de 1980, não poucas vezes os trabalhadores cruzaram os braços para exigir o que lhes havia sido assegurado pela greve de São Lourenço e Paudalho. Na Junta de Conciliação e Julgamento, usineiros e senhores de engenho não tiveram tréguas: os trabalhadores organizados exigiam seus direitos. A luta pelo cumprimento da Convenção não só deu experiência aos trabalhadores diretamente envolvidos, como também aumentou sua organização, praticamente dobrando o número de delegados sindicais nos engenhos da região. Além disso, mostrou o caminho aos trabalhadores que não tinham participado da campanha salarial de 1979 ou cujos sindicatos não se mostravam suficientemente ativos na defesa de seus direitos.

Quando, em agosto de 1980, a Fetape reuniu os sindicatos para discutir a campanha salarial do ano, em vez dos 26 sindicatos de 1979, estavam presentes em Carpina 33. E na hora de publicar os editais, convocando a assembleia para aprovar as reivindicações e autorizar a greve, já eram 42.

### **As assembleias**

O comparecimento às assembleias foi maciço, e o entusiasmo, ainda maior que no ano anterior. Cerca de 100 mil trabalhadores responderam à convocação da Fetape e dos sindicatos. Durante horas discutiram a proposta elaborada por suas entidades, com base nas próprias sugestões dos trabalhadores e na experiência da luta pelo cumprimento da Convenção de 1979, e permanecem nas filas para a votação individual exigida pela Lei de Greve.

A maioria quase unânime dos trabalhadores aprovou a pauta de reivindicações e decidiu-se pela greve, caso fracassassem as negociações.

### **As reivindicações**

Os trabalhadores queriam salário de Cr\$ 6.899,91; um mesmo salário nas duas sub-regiões salariais; balança aprovada e selada pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM); fita metálica também aprovada pelo INPM; auxílio-doença, que só vigorou por seis meses na convenção ante-



rior, o governo não cumprindo a promessa de estendê-lo definitivamente ao campo. Queriam também a renovação da Convenção de 1979 com uma série de pequenas modificações em seu texto, sobretudo na tabela de tarefas, para evitar que os patrões burlassem seu cumprimento. Finalmente, retomavam algumas das reivindicações não aprovadas em 1979, por entenderem não se justificar a alegação dos patrões de não as poderem atender, como: a exigência de ônibus para o transporte dos trabalhadores até o serviço e a especificação dos cuidados e equipamentos de proteção a serem adotados quando do manuseio de adubos químicos e defensivos agrícolas; ou então, por considerá-los vitais para a atividade sindical, como a exigência da estabilidade para o delegado de engenho.

### **A atitude dos patrões, do governo e da imprensa**

Os trabalhadores estavam mais fortes e mais organizados na campanha salarial de 1980. Mas, em compensação, encontraram os patrões numa posição de intransigência bem maior que no ano anterior. Um grande número de fornecedores de cana havia desaprovado o acordo feito em 1979 pelo sindicato patronal, que eles consideravam muito favorável aos trabalhadores. Em consequência substituíram a diretoria de sua entidade por outra mais intransigente e agressiva, partidária inclusive de respostas violentas a qualquer movimento reivindicatório. Basta dizer que os fornecedores de cana e usineiros levaram como contraproposta para a mesa de negociações restringir a Convenção de 1979, ou seja, retirar dos trabalhadores direitos já adquiridos, como o reconhecimento do delegado sindical e o auxílio-doença. Queriam ainda aumentar o tamanho das tarefas, ou seja, fazer com que o trabalhador trabalhasse mais para ganhar a mesma coisa ou até menos.

Contrastando com um certo equilíbrio e vontade de resolver os impasses demonstrados no ano anterior, a atitude da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) oscilou entre a omissão e o favorecimento dos patrões. Assim, a DRT aceitou a imposição dos fornecedores de atribuir, nas nego-

ciações, 50 lugares aos 42 sindicatos de trabalhadores envolvidos e também 50 lugares aos dois sindicatos patronais. Contrastando com a atitude da imprensa de outros estados, principalmente das grandes cidades do centro-sul do país, e com sua própria atitude no ano anterior, a imprensa local colocou-se inteiramente a serviço dos usineiros e dos senhores de engenho. Não publicou as declarações ou entrevistas feitas com os dirigentes sindicais dos trabalhadores. Não divulgou as notas e comunicados da Federação e dos sindicatos. Distorcia o conteúdo das reivindicações dos trabalhadores procurando confundir a opinião pública. Finalmente, fez coro com os patrões na velha cantilena de denunciar a presença de “pessoas estranhas” que estariam estimulando os trabalhadores à greve.

### **O impasse provocado**

Era clara, desde o início, a intenção dos patrões de tumultuarem as negociações e provocarem a instauração de um processo de dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, do qual esperavam sair vitoriosos. Assim, depois de um primeiro dia em que, apesar de tensas, as negociações fluíram com maior facilidade que no primeiro dia de 1979, os patrões retiraram-se unilateralmente dizendo que se tinha chegado a um impasse. No dia seguinte, entravam com o pedido de dissídio.

Numa prova de extrema calma e flexibilidade, os trabalhadores aceitaram continuar tentando a negociação direta mesmo com o pedido de dissídio já encaminhado.

Os patrões colocam novos obstáculos. Queriam que os trabalhadores de São Lourenço e Paudalho suspendessem a greve que deviam começar alguns dias antes dos demais municípios. Queriam, depois, que os outros sindicatos não entrassem em greve. Tentaram impedir a presença de assessores do MSTR na mesa de negociações. No fundo, tentavam ganhar tempo para conseguir uma decisão do Tribunal a frio, sem que os trabalhadores pudessem usar da arma da greve.

## A preparação para a greve

Diariamente, os dirigentes sindicais compareciam ao local das negociações e permaneciam parados, enquanto os representantes patronais procuravam ganhar tempo, discutindo com os representantes do Ministério do Trabalho as condições para voltar a negociar.

Mas o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) aproveitou também esse tempo para preparar as bases para a paralisação. Na base, faziam-se reuniões, criavam-se comandos de greves, distribuía-se panfletos e informava-se aos trabalhadores o andamento das negociações.

Antes mesmo das assembleias, a Federação tinha constituído uma equipe, graças ao apoio de sindicatos de outras áreas de Pernambuco, federações e sindicatos de trabalhadores de outros estados e de entidades outras identificadas com a luta dos trabalhadores rurais, assegurando a presença de cerca de duas pessoas por município, além de cinco pequenas equipes volantes que garantiam a comunicação permanente dos sindicatos com a Federação.

Graças à colaboração entre essa equipe e os sindicatos, o trabalho de propaganda da greve teve uma extensão e uma profundidade bem maiores que no ano anterior. Dificilmente terá ficado um trabalhador na Zona Canaveira sem ter, pelo menos, tomado conhecimento do movimento.

A Federação e os sindicatos souberam também utilizar-se de uma maior liberdade de acesso ao rádio para fazer chegar a sua mensagem aos trabalhadores não só da lavoura como também de outras áreas do estado e à opinião pública em geral. Na véspera da deflagração da greve, foram feitas novas assembleias em todos os municípios, nas quais as lideranças relataram aos trabalhadores o andamento das negociações e a preparação do movimento no restante do estado e deram alguma orientação sobre como agir durante a greve.

## O fundo de greve

Também não descuidou a Federação da constituição de um fundo de greve. Um mês antes da greve, a partir de uma recomendação feita pelo

Encontro Nacional sobre Assalariados Rurais, que reuniu em Carpina a Contag e oito federações em agosto de 1980, já se constituíam nos estados grupos ou comitês de apoio à luta dos trabalhadores da lavoura canavieira de Pernambuco. Foram coletados fundos, através da venda de livros, bônus, etc., para as despesas com transporte, impressão de panfletos e outras atividades indispensáveis a todo o movimento. Com antecedência ainda maior, alguns sindicatos já haviam criado seus próprios fundos de greve, a partir de doação dos próprios associados, rifas, etc., para assegurar uma ajuda em alimentos aos grevistas durante a futura paralisação.

### **A deflagração da greve e as violências**

A adesão dos trabalhadores à greve deflagrada na segunda-feira, dia 29 de setembro, superou todas as expectativas. Mesmo nos municípios com menos trabalho sindical, a paralisação foi total ou quase total. Em apenas quatro dos 42 municípios a greve não chegou a ter expressão. Nos demais, os índices de paralisação foram superiores a 60%. e na maioria deles, a 80%. O fato é que, no segundo dia de greve, apenas dez das 38 usinas de Pernambuco continuavam a moer, e, assim mesmo, cana cortada antes do início da greve e estocada.

Em desespero, os patrões apelaram para a violência. Invasão de uma delegacia sindical, atentado a tiros contra carros de sindicatos, ferimento a bala de um trabalhador, vários espancamentos de grevistas, ameaças, proibição de entrada de grevistas e de sindicalistas nos engenhos foram alguns dos 53 incidentes registrados pela Fetape nos dois dias de greve.

Num primeiro momento, foi a própria Polícia Militar do estado que desencadeou a repressão, ao dissolver, junto com um gerente da Usina Tiama, a tiros de metralhadoras, um comando de greve no engenho São José, em São Lourenço da Mata, espancando e prendendo vários trabalhadores.

A reação do MSTR, entretanto, foi imediata. Enquanto seus advogados se mexiam para tirar os trabalhadores da cadeia, seus dirigentes denunciavam o acontecido e exigiam das autoridades a apuração das res-

ponsabilidades e o fim da ilegal intervenção policial na greve. A reação da Fetape foi reforçada pela ação do Comitê de Solidariedade à Luta dos Trabalhadores da Zona Canavieira de Pernambuco. O comitê, formado por 32 organizações, inclusive oito entidades sindicais, grupos de oposição sindical, associações profissionais e partidos políticos de oposição, mobilizou-se com grande eficiência e, no dia seguinte, levou diretamente ao governador do estado o protesto dos mais variados setores diante da ação policial em São Lourenço.

A partir daí a ação direta da Polícia foi contida. Mas, em compensação, as polícias privadas e os grupos de capangas dos usineiros foram acionados com toda a força, sem que as autoridades estaduais fizessem qualquer coisa para impedi-las. A violência foi de tal forma que, logo no primeiro dia de greve, a Igreja Católica, através de uma comissão formada por bispos da Regional Nordeste II e por religiosos da Arquidiocese de Recife, procurou o governador do estado para pedir providências contra a ação da polícia e das milícias privadas dos usineiros e senhores de engenho.

## **A vitória**

A organização dos trabalhadores e a preparação cuidadosa das greves fizeram com que os trabalhadores não reagissem às provocações dos patrões e mantivessem a calma mesmo diante da onda de violências. Essa demonstração de equilíbrio e força pesou certamente para que o Tribunal apressasse sua decisão e atendesse a algumas das mais importantes reivindicações dos trabalhadores. A adoção da balança padronizada para pesar a cana e da fita metálica para medir as contas foi saudada com grande entusiasmo pelas assembleias que decidiram, no dia 19 de outubro, a volta ao trabalho.

Mas, além do atendimento de algumas de suas importantes reivindicações e da derrota da pretensão patronal de liquidar com as conquistas da Convenção de 1979, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais

venceu o desafio de parar, sem que um só incidente entre trabalhadores ocorresse, mais de 200 mil pessoas.

O que isso significou para os trabalhadores e para o movimento sindical canavieiro pode ser avaliado pela rapidez com que os sindicatos se reuniram, menos de um mês após o fim do movimento, em Ribeirão, para traçar um plano conjunto de luta pelo cumprimento do dissídio.

As Juntas de Conciliação e Julgamento estão abarrotadas de ações de cumprimento. O Ministério do Trabalho está sendo obrigado a agir com maior rigor na fiscalização do cumprimento do dissídio. E os trabalhadores, nos meses que se seguiram à decisão do Tribunal, já cruzaram os braços, em alguns municípios, para obrigarem os patrões a cumprirem a lei. Isso tudo apesar de as violências dos patrões continuarem.

Basta lembrar as perseguições aos trabalhadores que participaram da greve mais ativamente e aos delegados sindicais; a prisão do presidente do STR de Aliança em outubro; além de ameaças de toda espécie a dirigentes e trabalhadores.

Em dezembro, os trabalhadores tiveram oportunidade de ter uma nova vitória na Justiça. Desde outubro os patrões vinham se recusando a pagar os dias parados aos grevistas, alegando ter sido a greve ilegal. Além disso, não estavam pagando pelos serviços feitos por produção, como o corte de cana, e os 4% de produtividade estabelecidos pelo Tribunal. Depois de sucessivas derrotas nas Juntas de Conciliação, os sindicatos patronais, desmoralizados diante de seus associados, a quem recomendavam não pagar os 4%, resolveram partir para o dissídio judicial, solicitando que a Justiça se pronunciasse sobre os dois pontos. O TRT reconheceu que os dias parados deviam ser pagos, bem como o acréscimo de 4% referente à produtividade. Assim, os trabalhadores receberão os dias de greve e mais a diferença salarial, correspondente aos 4%, com juros e correção monetária.

## A luta de classes em dois atos

notas sobre um ciclo de greves camponesas<sup>1</sup>

*Lygia Sigaud*

Desde 1979, verifica-se na Zona da Mata de Pernambuco a ocorrência de greves sucessivas, envolvendo até 240 mil trabalhadores ligados à produção da cana-de-açúcar. Ao longo dessas greves, de duração média de cinco dias e sempre realizadas no início da safra (setembro/outubro), os trabalhadores vêm obtendo contratos coletivos que regulam inúmeros aspectos de suas condições de vida e trabalho no interior das fazendas, desde o salário que recebem até o acesso à terra para a lavoura de subsistência, baseada no trabalho familiar.

Essa sequência chama a atenção do observador, em primeiro lugar, por sua regularidade. Trata-se de greves que se reproduzem ano a ano, acompanhando a periodicidade sazonal do próprio produto ao qual os trabalhadores se encontram ligados, o que permite que sejam pensadas como constituindo um ciclo de greves, no sentido de eventos que se repetem sistematicamente.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Este artigo (publicado originalmente na revista *Dados*, v. 29, n. 3, p. 319-344, 1986) é resultado de uma pesquisa mais ampla sobre “Lutas políticas e mudança social no Nordeste”. Nele são utilizados dados coletados diretamente durante as greves ocorridas entre 1979 e 1985 e no *interregno* das greves, nos anos de 1980, 1981, 1982 e 1984. A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Fundação Ford e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao qual me encontro vinculada na condição de pesquisador, financiam esse projeto, que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS-MN/UFRJ).

<sup>2</sup> A noção de ciclo é empregada nesse contexto para designar uma sucessão de eventos, numa acepção semelhante àquela utilizada por E. Evans-Pritchard (1971, p. 74), e não para classificar fases da economia, como é mais corrente entre nós.

Embora a primeira greve, em 1979,<sup>3</sup> tenha coincidido com a retomada das greves operárias em todos o país, o fato de as greves seguintes terem ocorrido numa conjuntura marcada pela redução do número de greves operárias indica um descompasso desse movimento camponês em relação à dinâmica do movimento operário, revelando certa autonomia desse ciclo de greves.<sup>4</sup> No entanto, o que mais singulariza essas greves é o fato de se reproduzirem ciclicamente, com uma mobilização e participação crescente dos trabalhadores, apesar de a maioria das reivindicações conquistadas não serem cumpridas. Esse descumprimento em larga escala, que distingue as greves camponesas de Pernambuco das greves operárias mais conhecidas entre nós, é objeto de preocupação permanente das lideranças sindicais dos trabalhadores, que não conseguem compreender como os camponeses, mesmo sem terem se beneficiado da greve anterior, se dispõem a enfrentar novas greves – mais longas e mais difíceis – sempre que mobilizados nesse sentido. Esse é também o principal argumento dos que fazem restrições às lideranças sindicais da Zona da Mata, visando desqualificar suas greves.<sup>5</sup>

<sup>3</sup> Sobre essa greve, cf. Sigaud (1980)

<sup>4</sup> O uso do termo camponês para qualificar essas greves, por oposição àquelas que se passam na cidade, não seria impróprio se se considerar que, apesar de proletarizados, esses trabalhadores rurais assumem a identidade de camponeses quando está em jogo um contexto político. A respeito da politização do termo camponês nessa região, ver Julião (1968a); e Sigaud (1978).

<sup>5</sup> Veja-se, por exemplo, as seguintes observações incluídas na introdução de uma publicação da Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (Fase), dedicada à análise das “experiências de trabalho educativo junto aos assalariados rurais”: “Os avanços alcançados tanto em Pernambuco como em São Paulo e no Rio de Janeiro trazem à discussão um outro ponto fundamental: qual o alcance e quais os limites das mobilizações que giram fundamentalmente em torno das Convenções Coletivas de Trabalho e do respeito à legislação grevista vigente? A experiência de Pernambuco mostra que, por um lado, é evidentemente importante aproveitar as brechas existentes nas repressivas leis do trabalho existentes até aqui. Por outro lado, entretanto, existe o risco de que as negociações se tornem um ritual burocrático que absorve o essencial das energias do dirigente sindical e acaba por desligá-lo do trabalho de mobilização de base. E em muitas circunstâncias esse risco foi evitado. O resultado é que as conquistas obtidas por escrito nos acordos com os patrões acabavam virando muitas vezes letra morta, por não se investir o suficiente na mobilização fora dos movimentos do dissídio. Com isso, evidentemente, a confiança dos trabalhadores na prática do dissídio e na eficiência da mobilização e da luta ficava seriamente comprometida. Não foram poucas as ocasiões em que assessores e advogados ocupavam a cena principal com os trabalhadores paralisados formando uma espécie de fundo secundário” (Proposta, n. 1985, p. 4, grifos do original).



Por supor que a origem desse estranho paradoxo – greves se reproduzindo apesar do desrespeito ao que parece ser a sua principal razão de ser – reside no modo provavelmente equivocadamente como são estabelecidas relações entre fatos, julguei importante realizar um esforço para resgatar a significação desses eventos espetaculares que mobilizam 240 mil trabalhadores. Essa é a ideia do presente artigo, que tem como ponto de partida a distinção analítica entre dois momentos estruturais e constitutivos do ciclo de greves da Zona da Mata – o *momento da greve* e o *interregno* – e, como fio condutor, a busca das diferenças entre esses momentos, tanto no nível dos atores em jogo e das relações estabelecidas entre eles, quanto no nível das questões que os mobilizam.

## O momento da greve

As greves da Zona da Mata de Pernambuco em geral são de curta duração e envolvem praticamente a totalidade dos trabalhadores utilizados na safra de cana-de-açúcar. Em sua linha de frente estão os trabalhadores residentes nos engenhos, classificados localmente como *fichados* por possuírem um contrato de trabalho. São eles a principal base de sustentação das greves. Delas também participam – e ativamente – os *clandestinos*, em geral trabalhadores que residem na periferia das cidades da região (*pontas de rua*), fora dos engenhos, onde trabalham sem contrato e/ou padrão definido, mediante a intermediação de empreiteiros de mão de obra.<sup>6</sup> Mesmo não sendo suporte de muitas das reivindicações em pauta, que contemplam sobretudo os interesses dos *fichados*, os *clandestinos* têm aderido em massa ao movimento, para espanto das próprias lideranças sindicais, que contam apenas parcialmente com esses trabalhadores nos quadros dos associados dos sindicatos. E até mesmo os pequenos produtores das regiões vizinhas do Agreste e Sertão – os *corumbas* ou *curaus*, como são conhecidos

<sup>6</sup> Atualmente, os *fichados* constituem aproximadamente 40% da força de trabalho utilizada nos engenhos, segundo as estimativas existentes. A respeito dessa segmentação da força de trabalho entre *fichados* e *clandestinos*, ver Sigaud (1979).

na Zona da Mata –, trabalhadores sazonais<sup>7</sup> que se relacionam com os padrões de forma mito mais eventual do que os *clandestinos*, não ficam de fora da greve se ela os surpreende já instalados nos engenhos para o início da moagem.

Todas as greves na Zona da Mata de que temos notícia foram organizadas e lideradas por entidades sindicais, a saber: Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).<sup>8</sup> Todas foram “legais”, não apenas por ter sido esse o entendimento da Justiça do Trabalho, a quem cabe julgar a legalidade dos movimentos grevistas, mas também por terem sido realizadas de acordo com alguns dos itens da legislação sobre greves em vigor (Lei nº 4.330/64). Não obstante, essa “legalidade” das greves de Pernambuco, muitas vezes objeto de críticas da esquerda, sob o argumento de que realizar greve dentro da lei é “desmobilizante”,<sup>9</sup> precisa ser relativizada. A rigor, não se trata de uma obediência cega a tudo o que está determinado na lei, mas de uma reinterpretação e apropriação da lei por parte das lideranças sindicais, com o objetivo tanto de evitar a intervenção do Estado nos sindicatos – experiência vivida como trágica pelos dirigentes sindicais da região, que de 1964 até o final dos anos 1970 assistiram a inúmeras intervenções – quanto de opor um obstáculo legal à ação das forças repressivas do governo do estado que, à exceção do curto período do governo Miguel Arraes, sempre foram utilizadas contra os trabalhadores e a favor dos proprietários. Nessa correlação de forças particularmente desfavorável aos trabalhadores, o uso

<sup>7</sup> Sobre os *corumbas*, veja-se Andrade (1964); Ringuet (1977).

<sup>8</sup> Se em 1979 nem todos os sindicatos participaram do movimento, já a partir de 1980 houve a adesão da totalidade dos sindicatos onde há produção de cana-de-açúcar. À Fetape, que congrega os sindicatos de todo o estado de Pernambuco, tem cabido a coordenação política das lutas, papel que divide com a entidade nacional dos trabalhadores rurais, a Contag, cujo presidente é originário da região canavieira, tendo iniciado sua carreira sindical como delegado de engenho, isto é, representante de fazenda.

<sup>9</sup> Cf. nota 4 e também *Proposta*, 1985, p. 3 e 21-22.

que tem sido feito da Lei de Greve ao menos tem assegurado ao camponês uma proteção relativa contra a ação da Polícia Militar, já que em relação às milícias privadas dos patrões, cuja existência o Estado brasileiro insiste em ignorar, apesar de todas as evidências, a lei é inócua.<sup>10</sup>

Outra característica desse ciclo de greves é que todas elas eclodiram após a recusa patronal em aceitar as normas propostas pelos trabalhadores relativas ao modo como devem ser regidas as relações entre empregados e patrões, expressas através de um conjunto de itens que integram a pauta de reivindicações. E todas elas foram suspensas no momento em que os trabalhadores obtiveram uma definição em relação a essas normas, quer via aceitação por parte dos patrões de um acordo (convenção), mediado pela ação dos representantes do Estado, quer via interferência da Justiça do Trabalho, através de um dissídio coletivo.

A primeira greve, em 1979, eclodiu como resposta à intransigência patronal e terminou com a assinatura de um acordo entre representantes dos trabalhadores e dos patrões, obtido com a mediação do Estado, representado pelo delegado do Trabalho. Dessa greve de sete dias de duração participaram 20 mil trabalhadores dos municípios de São Lourenço da Mata e Paudalho. Outros 100 mil também se encontravam mobilizados para aderir à paralisação, o que acabou não ocorrendo em função do acordo.

A greve de 1980 ocorreu nas mesmas condições da primeira, só que, dessa vez, envolvendo 240 mil trabalhadores de toda a zona canavieira de Pernambuco. Após dois dias de paralisação total do trabalho, o movimento foi suspenso pelos trabalhadores em função da promulgação, pelo Tribunal Regional do Trabalho, do dissídio coletivo que, assim como a

---

<sup>10</sup> Desde a greve de 1980, a imprensa e as entidades sindicais vêm denunciando o crescimento das milícias privadas na Zona da Mata. A questão assumiu tal gravidade para os trabalhadores e dirigentes sindicais que, tanto em 1984 quanto em 1985, o desarmamento das milícias foi uma das reivindicações apresentadas aos patrões. Sobre as denúncias a respeito das milícias privadas já em 1980, cf. *Jornal do Brasil* (1 out. 1985, p. 17). Sobre a escalada da violência desde a retomada das greves, cf. o documento da Fetape, *Açúcar com gosto de sangue* (1984), no qual são registrados dezenas de casos de violência cometidas pelas milícias privadas.

convenção, é também um contrato coletivo, embora imposto pela via judicial e não obtido por acordo.

Em 1981, a greve não chegou a ocorrer. Não por falta de mobilização dos 240 mil trabalhadores, mas porque o Tribunal, pressionado pelos patrões e pelo próprio Estado, antecipou o julgamento do dissídio, desrespeitando o prazo fixado por lei para as negociações e inviabilizando legalmente o movimento. Para efeito do que está sendo analisado aqui, o fato de a greve não ter ocorrido não faz diferença, já que havia organização e disposição dos trabalhadores, os quais se sentiram frustrados por não poderem fazer greve.

A greve de 1982 durou dois dias e envolveu o mesmo número de trabalhadores. Teve início pela mesma razão que as de 1979 e 1980 e foi suspensa, como a de 1980, após pronunciamento da Justiça. A greve de 1983 se estendeu por três dias, sendo igualmente suspensa após decisão judicial. Em 1984, ano da greve mais longa – mantida durante doze dias por cerca de 30 mil trabalhadores (que saíram à frente dos outros como parte de uma estratégia para assegurar uma pressão mais forte sobre os patrões), e que, em seus últimos nove dias, atingiu os 210 mil camponeses restantes –, a paralisação também foi suspensa com a obtenção, através da Justiça, das normas desejadas. Já em 1985, a greve não chegou a eclodir porque, a apenas 24 horas do seu início, chegou-se a um acordo em relação às normas. Como em 1981, os trabalhadores nesse ano se encontravam mobilizados e organizados para a greve e se sentiram frustrados por não terem podido “grevear”. Ou seja, o fato de a greve propriamente dita não ter ocorrido não faz diferença.

Apesar das discrepâncias quanto ao número de trabalhadores grevistas, número de sindicatos grevistas, número de sindicatos envolvidos, número de dias de greve, paralisação ou não do trabalho e instâncias de resolução dos conflitos, parece ser possível pensar essas greves além de sua diversidade, procurando resgatar o que há de comum entre todas elas.

Nesse sentido, para fins de análise, busquei isolar o *momento da greve* como um período com limites bem definidos, que se singulariza por sua liminaridade, em termos de afastamento da “normalidade” da vida social, e no qual se podem distinguir dois planos<sup>11</sup> onde as ações se desenrolam. Tal procedimento, creio eu, permitirá identificar os diferentes atores, as relações sociais e o que estava em jogo no contexto da greve.

Num plano, recorrendo aqui à analogia do teatro,<sup>12</sup> o cenário são as fazendas de cana-de-açúcar ou *engenhos*, termo utilizado localmente para designar as unidades de produção de proprietários particulares ou arrendatários – os “fornecedores de cana” ou “senhores de engenho”, como são reconhecidos pelos trabalhadores – e de industriais do açúcar ou, como preferem denominá-los os trabalhadores, “usineiros”.

Nesse cenário defrontam-se os trabalhadores daquele engenho, que suspendem a produção e tentam impedir, através de piquetes constituídos por comandos de greve, que a produção seja retomada, e patrões (usineiros ou fornecedores) e/ou seus prepostos (cabos, administradores e vigias), que tentam forçar a retomada da produção, através do recurso a trabalhadores que não tenham aderido à greve e da coação física, via milícias privadas. Eventualmente esse enfrentamento pode opor trabalhadores e prepostos de mais de um engenho, em caso de haver unificação dos comandos de greve. O papel das lideranças sindicais nesse plano consiste fundamentalmente no desencadeamento do processo, isto é, na “ordem” de mandar parar e na resolução de algum caso mais grave, como a violência contra trabalhadores. A paralisação da produção e a continuidade da paralisação dependem apenas dos trabalhadores e dos comandos de greve, constituídos exclusivamente de trabalhadores, os principais atores desse drama, que se valem dos mais diferentes meios para manter os engenhos

<sup>11</sup> Sobre o uso dessa distinção analítica entre planos, cf. Geertz (1967).

<sup>12</sup> Sobre a analogia entre drama e vida social, cf. Geertz (1983, p. 26-30). Quanto à teatralização da luta de classes, cf. Bourdieu (1981, p. 8).

parados: obstrução de estradas, tombamento de caminhões, pressões sobre os companheiros, piquetes gigantes, bloqueio dos acessos às fazendas, etc.

Esse é o plano mais “selvagem” da greve, o espaço da tensão e da violência, o plano através do qual ela se torna reconhecida socialmente. É nesse plano que a greve se configura mais claramente como uma substantivação do fato social dotado de “poder imperativo e coercitivo”, no sentido de Durkheim (1963, p. 2), ao qual se refere Perot (1974, p. 8). No caso em estudo aqui, ela se manifesta na paralisação total de todas as atividades do engenho, mesmo daquelas cuja continuidade, “tecnicamente”, não poderia se considerar como uma ruptura da greve, tal como a ordenha das vacas e a alimentação dos animais. Se, “tecnicamente”, o que importa é o prejuízo decorrente da suspensão do corte de cana, que provoca a paralisação das usinas, “simbolicamente”, para os camponeses, o que importa é “parar tudo”, não trabalhar para os patrões. A esse imperativo todos (fichados, clandestinos e corumbas) devem se curvar, a tal ponto que a ordenha de uma vaca é muitas vezes tomada pelos trabalhadores como um indicativo de que a greve é parcial no engenho.

Num outro plano, o palco é a cidade, e o cenário, a mesa de negociações, onde se defrontam representantes dos trabalhadores (dirigentes sindicais e assessores) e representantes patronais (dirigentes sindicais e assessores), mediados por representantes do Estado (o delegado regional do Trabalho e a Procuradoria da Justiça do Trabalho, na fase administrativa, e o presidente do Tribunal e a Procuradoria, na fase judicial).<sup>13</sup> Nesse plano, a disputa é travada em torno de palavras – que expressam obrigações dos patrões – e números – que correspondem a salários e valores de produção –, e as principais armas são a retórica e o poder dos argumentos. Para os representantes dos trabalhadores, a questão decisiva aí é a aceitação, por parte dos patrões ou dos juízes, das normas propostas.

<sup>13</sup> De acordo com a Lei nº 4.330/64, expirado o prazo de cinco dias para negociações entre as partes e não se chegando a um acordo nessa fase “administrativa”, qualquer uma das partes ou os representantes do Estado podem solicitar ao Tribunal a instauração do dissídio.

Tal aceitação significa não apenas o atendimento a uma reivindicação; ela implica simbolicamente o reconhecimento<sup>14</sup> do poder dos trabalhadores de tomarem a iniciativa de propor/impor normas relativas ao modo como devem ser regidas as relações entre empregados e patrões. E é aí que reside, fundamentalmente, sua importância política, pois nessa disputa por palavras está em jogo tanto a aceitação de situações de fato, que, caso reconhecidas, se tornam situações de direito – por exemplo, o tamanho das tarefas a serem executadas –, quanto a aceitação de direitos inexistentes, cujo reconhecimento precipita a sua própria existência, como seria o caso dos delegados sindicais.<sup>15</sup>

O desfecho da batalha retórica depende, por um lado, da eficácia das ações que se desenrolam no plano dos engenhos, pois quanto mais significativa for a paralisação, mais os patrões se sentirão pressionados e maior será o interesse do Estado em apressar uma solução, tendo em vista os enormes prejuízos econômicos e financeiros que atingem tanto os fornecedores de cana e usineiros quanto os próprios cofres do Estado. Os prejuízos, no entanto, não são apenas econômicos; há também prejuízos políticos: para os patrões, na medida em que o momento da greve é um momento em que as atenções da imprensa se voltam para os engenhos e os aspectos mais dramáticos das condições de vida dos trabalhadores são revelados à sociedade, e para o Estado, pois que um confronto envolvendo

---

<sup>14</sup> Seria possível pensar essa aceitação, em termos de reconhecimento, como as implicações apontadas por Pierre Bourdieu: “enquanto ato de reconhecimento da plena existência social, a imposição de um nome reconhecido opera numa verdadeira transmutação da coisa nomeada, que, deixando de existir de fato, isto é, como exercício tolerado, ilegal ou ilegítimo, se torna uma *função social*, isto é, um mandato, uma missão (*Beruf*), um encargo, um papel, ou outros tantos nomes que designam bem a diferença entre a atividade autorizada, isto é, atribuída a um grupo por uma *delegação* tácita ou explícita, e a simples *usurpação* que cria uma situação de fato à espera da institucionalização” (Bourdieu, 1979, p. 560).

<sup>15</sup> No que se refere ao tamanho das tarefas, em muitas greves os trabalhadores procuraram consagrar, quer no dissídio, quer no acordo, um determinado *quantum* de produção que de fato já vigorava, embora não de direito. Quanto aos delegados sindicais, observa-se que após o reconhecimento do direito do sindicato de criar delegacias sindicais, já na primeira greve, é que houve, de fato, a generalização da figura do delegado.

240 mil trabalhadores, de um lado, e milícias privadas, do outro, representa uma ameaça à “ordem pública”<sup>16</sup> e traz em si a possibilidade de intervenção das forças repressivas, com sérios danos para a imagem do governo.

Por outro lado, o desfecho do duelo verbal que se trava nesse plano depende da habilidade e competência dos negociadores, assim como da conjuntura política e da avaliação que as duas partes façam de suas possibilidades de ganhar a guerra por palavras, e ainda da avaliação que os dois outros atores – os representantes do governo e da Justiça – façam de seu papel de mediação.

Em 1979 os patrões avaliaram mal a situação – de seu ponto de vista – e cederam em relação a um acordo, apostando na ineficácia do instrumento que estavam aprovando. Naquele momento pesaram, no nível da conjuntura, tanto o fator surpresa quanto a pressão por uma solução rápida e negociada por parte do Estado, cuja imagem estava desgastada em virtude do uso de forças policiais contra trabalhadores grevistas em outros pontos do país e de recentes intervenções sindicais.<sup>17</sup>

Desde então, até 1984, fracassadas as negociações, caberia ao Tribunal Regional do Trabalho pôr fim à disputa entre os representantes das duas partes. A aceitação/rejeição das normas e, portanto, o ato de reconhecimento ficaram, assim, a cargo dos juízes, cuja tendência, ao longo dos cinco anos em que foram chamados a se pronunciar, foi a de favorecer mais os trabalhadores do que os patrões. Apesar de suas vinculações aos patrões, por laços de parentesco e amizade, e de toda uma retórica que denuncia sua origem de classe, a maioria dos juízes provavelmente se sente moralmente impedida de negar uma parte significativa das normas pro-

---

<sup>16</sup> Na greve de 1983, por exemplo, o governador do estado, mesmo não reconhecendo oficialmente a existência das milícias privadas, determinou que a Polícia Militar reforçasse seus contingentes no campo “visando à manutenção da ordem e à segurança dos trabalhadores em greve” (Diário da Noite, 29 set. 83, p. 1). Isso ocorreu após o recebimento de um dossiê da Fetape denunciando a morte de um trabalhador em Palmares e violências contra trabalhadores em outros treze municípios. No mesmo dia o TRT julgava o dissídio.

<sup>17</sup> Cf. Sigaud (1980).



postas pelos trabalhadores, quer porque efetivamente crê em sua neutralidade e no seu papel de mediador acima das classes,<sup>18</sup> quer porque queira se valer daquele momento para manifestar perante a sociedade e o Estado a independência da Justiça.<sup>19</sup> Pesa também, a favor dos trabalhadores, no julgamento dos juízes, o fato de muitas das normas propostas significarem a inclusão no contrato coletivo de itens da legislação em vigor, a qual, por sua vez, para funcionar efetivamente como ideologia, deve, conforme assinala Thompson, “apresentar independência em relação à manipulação grosseira, o que só é logrado se se ativer a sua própria lógica e critérios de equidade, e se eventualmente for justa” (Thompson, 1975, p. 263).

Em 1985, a batalha não chegou ao Tribunal. Foi decidida na mesa de negociações, através de um acordo pelo qual, por diferentes razões, se empenharam todas as partes. Do lado do Estado empenharam-se o ministro do Trabalho e o delegado regional do Trabalho, ambos novos em seus cargos e ávidos por uma solução negociada que consolidasse suas respectivas posições numa conjuntura em que se multiplicavam as greves, assim como, em menor escala, o governador do estado de Pernambuco, em função das eleições municipais que se aproximavam – portanto, numa conjuntura em que qualquer arranhão na imagem poderia trazer prejuízos político-eleitorais. Aos representantes dos patrões, eles mesmos postulantes a uma candidatura para a Assembleia Nacional Constituinte, o acordo interessava porque se inseria numa estratégia de recomposição de sua imagem perante a sociedade local.<sup>20</sup> Por outro lado, como o governo – pela primeira vez

<sup>18</sup> Como afirma E. P. Thompson, ao se referir aos juízes: “Sempre haverá homens que acreditam fortemente em seus próprios procedimentos e na lógica da Justiça” (Thompson, 1975, p. 263).

<sup>19</sup> Cf., por exemplo, a posição do juiz-relator na votação do dissídio de 1983, divulgada no *Jornal do Brasil* (27 set. 1983, p. 5). Naquele momento, desafiando o Decreto-Lei nº 2045, que estabelecia um reajuste de apenas 80% do INPC, o juiz-relator propõe reajuste pelo INPC integral, alegando a inconstitucionalidade do decreto “repudiado hoje pela opinião pública nacional”. Seu voto foi acompanhado pela maioria do tribunal numa proporção de 6 a 3.

<sup>20</sup> Segundo dados de uma pesquisa encomendada pelos usineiros, sua imagem na região é a pior possível: “Explorador dos trabalhadores do campo; poderoso e autoritário, decadente e tecnologicamente ultrapassado; grande influência política – mais por dinheiro do que pela capacidade de

desde a eclosão da greve de 1979 – havia fixado o preço da cana antes do desfecho dos acontecimentos, sequer o aumento salarial a ser concedido serviria como argumento para negociar preços mais elevados. E, finalmente, aos trabalhadores, o acordo interessava em dois sentidos. Em primeiro lugar, porque durante os anos anteriores os patrões haviam recorrido ao Tribunal Superior do Trabalho para impugnar a decisão tomada localmente pelo Tribunal Regional. De composição mais conservadora e distante do cenário das lutas, o TST tendia cada vez mais a acatar a solicitação patronal.<sup>21</sup> O acordo se configurava, assim, como um instrumento importante para consolidar “conquistas” e inviabilizar “recuos”. Esse era o entendimento dos representantes sindicais. Em segundo lugar, no que se refere aos próprios trabalhadores, o acordo se constituía numa vitória mais importante do que a decisão favorável da Justiça. Se no dissídio o patrão é obrigado a aceitar uma imposição da Justiça, no acordo o patrão aceita as normas propostas pelos trabalhadores, por imposição dos próprios trabalhadores. Embora estes tenham lamentado o fato de não terem feito a greve para a qual se encontravam preparados, foram eles próprios que pressionaram as lideranças sindicais na direção do acordo. Diante da opção entre acordo ou dissídio, os trabalhadores escolheram o primeiro, possivelmente por intuírem os dividendos políticos e simbólicos que o acordo lhes renderia e por saberem que com o acordo estariam ganhando o que poderiam perder na Justiça, sobretudo no que se refere a questões a respeito das quais existem limitações legais para um pronunciamento da Justiça.<sup>22</sup> A alternativa não era acordo ou greve, conforme sugere a inter-

---

liderança [...] figura mais ou menos mitológica de grande poder e muito ameaçadora” (Jornal do Brasil, 27 jan. 1985). O mesmo jornal referia-se ao início de uma campanha publicitária para melhor a imagem dos usineiros em Pernambuco.

<sup>21</sup> Em 1985, o TST acatou a impugnação patronal e indeferiu diversas cláusulas concedidas na instância regional em 1984, entre elas o salário-família, a estabilidade do delegado sindical, a área de 2 hectares para o sítio e a garantia de trabalho para o acidentado.

<sup>22</sup> Em 1985, uma das reivindicações, tida como a mais importante, era aquela que facultava ao trabalhador a opção pela remuneração com base na diária, sempre que houvesse descumprimento

pretação dominante veiculada pela imprensa,<sup>23</sup> mas acordo ou dissídio, e o que frustrou os trabalhadores foi o fato de o acordo ter saído antes de sua entrada em greve.

Durante todos esses anos, o *momento da greve* envolveu esses dois planos aqui analisados. Entre eles, no entanto, não existem apenas diferenças em relação aos atores envolvidos e às ações em jogo; há também continuidades e descontinuidades de outra ordem, que merecem ser examinadas.

Em primeiro lugar, observa-se que já no terceiro ano do ciclo descrito as ações se passam sobretudo no plano da cidade, ou seja, não há greve, o mesmo ocorrendo no sexto ano. Em ambos os casos, a definição das normas se deu sem que a greve fosse necessária. Bastou que os trabalhadores anunciassem sua disposição de suspender o trabalho e se mantivessem mobilizados no plano dos engenhos para que se chegasse a uma solução. Isso demonstra que o que está em questão no momento da greve não é a greve propriamente dita, mas a definição das normas. O inverso, isto é, as ações se desenrolando no plano dos engenhos e nada ocorrendo no plano da cidade, seria impossível nesse momento. No entanto, essa preeminência de um plano sobre o outro só é possível porque os representantes dos patrões e os representantes do Estado têm a certeza de que a greve ocorrerá, certeza esta que se firmou a partir da segunda greve, em 1980 – talvez a mais importante de todas do ponto de vista político –, e que se consolidou ao longo desses anos. Não tivessem a certeza, não se empenhariam tanto por uma solução em tempo recorde, sobretudo no que se refere à Justiça.

---

de tarefas preestabelecidas. Trata-se exatamente de um tipo de norma que o Tribunal dificilmente cederia, por não haver para ela aquilo que os juízes consideram amparo legal.

<sup>23</sup> A versão dominante na imprensa na época foi a de que se tinha optado pelo acordo para evitar a greve. Os trabalhadores e os sindicatos da Zona da Mata, quase sempre objeto de críticas por parte dos grandes jornais, foram então saudados como se tivessem dado um passo importante para a consolidação das possibilidades do “pacto social” defendido por setores do governo, o que demonstra não apenas a ignorância dos fatos como também o propósito de enquadrar um movimento, no qual o acordo tinha sua própria lógica, dentro da lógica do poder. Cf. editorial do *Jornal do Brasil* (25 ago. 1985).

Em segundo lugar, verifica-se que o peso da conjuntura só se faz sentir sobre o plano da cidade. É no cenário das negociações que os fatores da conjuntura provocam efeitos no desenrolar dos acontecimentos, informando as ações dos diferentes atores e mediadores. No plano dos engenhos, o peso é da estrutura, das posições em que os atores estão inseridos e que se reduzem a duas: trabalhadores e patrões, vendedores e compradores de força de trabalho. Nesse plano, o espaço para variação é mínimo, ficando por conta apenas da criatividade dos trabalhadores, em seus piquetes mais elaborados, ou dos patrões, na sofisticação de seus armamentos, no reforço de suas milícias privadas e no raio de sua atuação. Aqui está sempre em jogo a mesma coisa: parar o engenho/impedir que o engenho pare. Não importa o conteúdo das normas que estão sendo disputadas na cidade, pois, apesar de elas variarem ao longo dos anos, tal variação em nada alterará a greve propriamente dita, as ações desenvolvidas pelas duas partes. Quaisquer que sejam as suas reivindicações, os trabalhadores sabem que para tê-las transformadas em direitos terão de proceder do mesmo modo: parar os engenhos para forçar patrões a cederem e juízes a penderem para o seu lado. Da mesma forma, os patrões sabem que para conservar seu poder de gerir os engenhos como melhor lhes convém, sem normas e interferências de fora, deverão impedir de todas as formas a greve. Os fatores de conjuntura que no plano da cidade se refletem numa maior ou menor predisposição para negociar, para reprimir ou se manter afastado do conflito, para facilitar ou não um acordo, para reconhecer ou negar reivindicações, no plano dos engenhos não produzem efeito algum.

No entanto, tanto num plano como no outro, a oposição se dá entre duas classes, entre duas totalidades: a classe dos trabalhadores e a classe dos patrões. No *momento da greve* as diferenças internas a cada grupo – por exemplo, aquelas que separam os *fichados* dos *clandestinos* e os *usineiros* dos *fornecedores* – se anulam, e patrões, de um lado, e trabalhadores, de outro, passam a atuar cada qual em função de interesses comuns, se corporifican-

do em duas classes distintas. No plano da cidade as classes se personificam na figura dos representantes; no plano dos engenhos, esse “tomar corpo” se expressa na ação concertada e orquestrada dos trabalhadores como uma totalidade e dos patrões enquanto outra totalidade.

No caso dos trabalhadores, essa corporificação de classe antecede a greve propriamente dita e se manifesta no marco inaugural do *momento da greve*, que são as assembleias, reunião em que é aprovada a pauta de reivindicações.

Realizadas em regra simultaneamente em todos os municípios da Zona da Mata, de modo a cumprir o estabelecido na Lei de Greve (que determina sua convocação por edital, impõe um *quorum* rígido e determina a aprovação das reivindicações e decretação da greve por escrutínio secreto), essas assembleias se tornaram, já no primeiro ano do ciclo grevista, em 1979, grandes eventos coletivos de afirmação da identidade dos trabalhadores, de fortalecimento de sua unidade em torno de objetivos comuns. Um espaço privilegiado para a consagração do consenso a que se refere Durkheim (1968, p. 610).

Tendo em vista as exigências legais – a Lei de Greve exige a presença de um terço dos associados do sindicato – e dada a importância, para o próprio sucesso da paralisação, de se contar com uma grande participação de classe, desde os primeiros anos as direções sindicais se empenharam em mobilizar o maior número de trabalhadores possível, seja diretamente, através de reuniões nos engenhos e nas *pontas de rua*, de panfletos distribuídos nos engenhos, nos pontos de caminhão e nas feiras, que são os espaços de circulação da massa de trabalhadores, seja indiretamente, tentando atingi-los através de programas nas emissoras de rádio.

A resultante desse trabalho tem sido, no período analisado, uma afluência maciça às assembleias. No dia marcado, quase sempre um domingo, cada uma das pequenas cidades-sede de municípios da Zona da Mata são tomadas por centenas de trabalhadores, perfazendo um total,

em toda a área canvieira, de aproximadamente 100 mil pessoas. Para participar do que certamente é a sua assembleia mais expressiva daquele ano, esses milhares de trabalhadores se dirigem à cidade em transporte fretado pelo sindicato ou por eles próprios, a pé ou de bicicleta, trazendo a família inteira e vestindo suas melhores roupas, o que denota a significação que atribuem ao evento, no qual prevalece um clima de muita euforia, alimentado pelo som dos alto-falantes que propagam as músicas da moda e as cantigas da greve.<sup>24</sup>

A assembleia propriamente dita, dirigida pelo presidente do sindicato, é aberta com a leitura solene das reivindicações que integram a proposta a ser encaminhada aos patrões. A leitura é frequentemente interrompida por comentários dos dirigentes da reunião ou da própria plateia, que cobra explicações e manifesta seu acordo ou desacordo, e, ao seu término, a proposta é colocada em votação e aprovada por aclamação. O clímax da reunião ocorre quando os trabalhadores, de braços erguidos, aprovam o compromisso de decretar a greve caso os patrões não aceitem sua proposta. Como estes não a aceitam nunca, essa aprovação equivale, a rigor, à decretação da greve, a qual, no entanto, não poderá se dar imediatamente, em face da imposição legal que prevê um prazo regulamentar de cinco dias para as negociações.

Para os dirigentes sindicais, esta é, sem dúvida, a parte mais importante da assembleia; o que se segue é a votação, por escrutínio secreto, do que foi aprovado coletivamente – momento por eles considerado como o menos nobre. Para os trabalhadores, no entanto, a julgar pelo empenho que manifestam em votar, o momento do voto é altamente significativo e fortemente ritualizado. É exatamente o interesses dos trabalhadores em

---

<sup>24</sup> Para cada campanha salarial, alguns dirigentes sindicais compõem canções referentes ao que consideram as questões mais importantes daquele momento. Ao cabo de seis anos os trabalhadores já dispõem de um verdadeiro repertório musical específico da greve, repertório este frequentemente enriquecido por outras canções “sindicais” ou “de Igreja”, de cunho político, girando, geralmente, em torno do tema da reforma agrária.

votar numa eleição cujo resultado todos conhecem (a vitória da cédula verde – sim às reivindicações e à greve – sobre a cédula amarela – não à greve e sim aos patrões) que permite que se resgate o sentido dessa votação; ela assinala, para cada trabalhador, tanto a sua participação individual quanto a sua adesão individual ao que foi consagrado coletivamente. Numa conjuntura em que a fiscalização do Estado sobre as assembleias, para efeitos de cumprimento da Lei de Greve, é inexistente, implicando, portanto, um relaxamento dos dirigentes sindicais em relação à votação secreta, o que poderia explicar a insistência em votar, as filas e os tumultos, os trabalhadores doentes enviando seus filhos ou mulheres para votarem por eles, conforme se pode observar em diferentes sindicatos e em diferentes anos, a não ser o fato de esse gesto ritual de eleger a greve simbolizar a individualização da oposição coletiva aos patrões, sobre a qual se constrói a identidade coletiva e individual desses trabalhadores?

Jamais suspeitaram os legisladores que elaboraram a Lei nº 4.330 e os membros do Congresso Nacional que a aprovaram, com o objetivo claro de inviabilizar as greves (tamanhas suas exigências burocráticas), que as limitações por eles impostas pudessem ter efeitos tão favoráveis à greve e à consolidação da unidade dos trabalhadores, como parece estar ocorrendo na Zona da Mata de Pernambuco. De fato, com a imposição de *quorum* elevado para a realização das assembleias, essas reuniões têm se transformado, pela ação dos dirigentes sindicais e pela própria dinâmica da reunião, em uma grande festa coletiva de afirmação de identidade da classe, na qual a votação secreta, pelo significado que adquire para os trabalhadores, se transforma numa eleição da greve e num compromisso de cada trabalhador com ela. Evidentemente esses efeitos não decorrem da lei, mas do uso que dela é feito por trabalhadores e dirigentes sindicais com uma forte tradição de luta, que a ela recorrem para se protegerem contra os patrões e contra o Estado.

Mas não são apenas as assembleias que denotam a corporificação dos trabalhadores enquanto classe nesse *momento da greve*. Também a pauta de

reivindicações, contendo a proposta dos trabalhadores quanto ao modo como devem ser regidas as relações entre empregados e patrões, é uma expressão dessa corporificação, pelo que ela representa, como se pode perceber pelo modo como é aprovada e, como analisarei agora, pela maneira como é construída.

Aproximadamente um mês antes da inauguração do *momento da greve*, com as assembleias, têm início as discussões no interior dos sindicatos – em reuniões de trabalhadores e/ou delegados sindicais, e mais recentemente de comissões de engenho – a respeito da proposta a ser levada aos patrões. Em geral essa discussão não ocorre em todos os sindicatos com o mesmo nível de participação dos associados na elaboração da proposta; a participação tende a ser maior ali onde o sindicato está mais empenhado na luta.

Após essa discussão inicial e a gestação de propostas no nível dos sindicatos, o próximo passo é a consolidação de uma proposta única, elaborada numa reunião que congrega dirigentes de sindicatos, da Federação e da Contag e na qual também se traça a estratégia a ser utilizada naquela campanha salarial.

Essa consolidação de propostas diversas numa única proposta é objeto de conflito entre dirigentes sindicais, pois, para se chegar a um denominador comum, é preciso que haja um ajuste de demandas diferenciadas e contraditórias. Os sindicatos mais ativos tendem a pressionar por reivindicações tidas como “mais avançadas”, correspondentes aos anseios dos trabalhadores que representam e ao próprio nível da luta que travam contra os patrões. Os menos ativos tendem a pressionar pela multiplicação de reivindicações que expressem normas reguladoras de tudo aquilo que não conseguem assegurar para os trabalhadores que representam, em função mesmo de sua “ineficiência sindical”. No desempate, pesa a posição dos negociadores da Federação e da Contag, os quais, habituados ao enfretamento com os patrões na mesa de negociações, exercem sua liderança para



pôr fim às disputas. Tendo interiorizado, ao longo de sucessivas greves, as possibilidades e impossibilidades de vitória, esses dirigentes adquiriram o “bom senso” de que fala Gramsci (1978, p. 16), indispensável para compor uma proposta com chances de vir a ser aceita.

Verifica-se, assim, que as demandas do trabalhador percorrem um longo caminho antes de integrar uma pauta de reivindicações. Muitas delas se perdem no trajeto ou são retraduzidas e adequadas aos parâmetros da legislação dominante ou aos parâmetros do que é socialmente aceitável. Esse processo de construção resulta em uma pauta de reivindicações que, a rigor, não vai contemplar a demanda de um trabalhador em particular, nem a de grupos localizados de trabalhadores – embora, eventualmente, isso até tenha ocorrido –, mas representará um ajuste entre as diferentes demandas, um equilíbrio no interior da diversidade. Nesse sentido, a proposta construída acaba por contemplar todos os trabalhadores naquilo que é mais comum e nenhum individualmente.

É essa proposta de todos que é consagrada nas assembleias, transformando-se então na expressão da “vontade geral construída”, numa demanda de classe corporificada, para, em seguida, ser levada para a cidade a fim de ser negociada com os patrões e submetida, quando for o caso, à apreciação dos juízes. É ela que é o objeto por excelência da disputa que se trava.

O *momento da greve* aqui descrito, que se inaugura com as assembleias e atinge seu ápice no momento da greve propriamente dito, se encerra, após o acordo ou decisão do Tribunal, também com uma assembleia, nunca tão expressiva quanto as inaugurais, mas que cumpre a importante função de decretar a suspensão da greve e de assinalar o fim da liminaridade produzida para a elaboração de um novo contrato entre patrões e trabalhadores. Recentemente alguns sindicatos decidiram marcar ainda mais esse momento, realizando, após a assembleia, uma grande manifestação pelas ruas da cidade próxima ao local de moradia dos trabalhadores, na qual não faltam

pedaços de cana carregados como estandartes da vitória, muito frevo, muita música e muita bebida, uma mistura de passeata e carnaval.<sup>25</sup>

Durante todos esses anos, os trabalhadores nunca lograram um reconhecimento de todas as normas que haviam proposto – o que é comum em todos os movimentos grevistas, camponeses ou não. Em contrapartida, sempre conseguiram obter uma parte significativa de suas demandas. A base sobre a qual vão sedimentando as novas conquistas é o acordo de 1979, aquele que marcou o início do ciclo de greves. A cada ano eles consolidam o que conquistaram no ano anterior e encaminham novas normas: às vezes, as mesmas normas recusadas num ano são aprovadas no ano seguinte. A aprovação/rejeição das normas propostas depende, portanto, em grande parte, das particularidades da conjuntura de cada greve.

Essas normas, apresentadas sob a forma de reivindicações, uma vez reconhecidas, passam a integrar o contrato de trabalho que regula as relações entre trabalhadores e patrões pelo prazo de um ano, ao término do qual, caso não sejam renovadas, se tornam caducas. O que tem ocorrido, no entanto, é que os trabalhadores estão sempre e cada vez mais dispostos a lutar pela renovação/ inovação de tais normas,<sup>26</sup> apesar de estas não serem cumpridas; e é aí que reside o paradoxo que este trabalho pretende contribuir para desvendar. Para tanto, é preciso deslocar a análise do momento da greve para o *interregno*, o tempo que separa duas greves e no qual, supostamente, as normas deveriam ser respeitadas.

---

<sup>25</sup> O “Carnaval da Vitória”, como é conhecida essa manifestação, mereceria uma reflexão à parte, que não cabe no escopo deste trabalho. Trata-se, como diria Roberto DaMatta, de um evento dominado “pela brincadeira, diversão e/ou licença”, no qual o comportamento é regido “pela liberdade decorrente de suspensão temporária das regras de uma hierarquia-repressão”, e também um evento que opera a separação entre o “extraordinário” (a greve) e o “mundo cotidiano” (a volta à produção), no qual a vitória é celebrada cívica (passeata) e carnavalescamente (DaMatta, 1979, p. 38). Seria possível identificar também nessa manifestação a “vontade agressiva de apropriação do espaço urbano” e um tipo de ação simbólica visando à autossatisfação dos próprios manifestantes, à qual se refere Champagne (1984), em sua análise sobre as manifestações camponesas na França.

<sup>26</sup> Uma evidência dessa disposição crescente seria a própria participação dos trabalhadores nas assembleias que aprovam as reivindicações. Segundo dados da Fetape, ter-se-ia o seguinte quadro:

Antes, no entanto, de entrar no *interregno*, caberia ainda uma última reflexão a respeito do que parece ser a marca distintiva do momento da greve aqui analisado, o que articula e confere unidade às ações que se passam nos dois planos: a inversão da “ordem estabelecida”. No plano dos engenheiros, como foi visto, os trabalhadores assumem o controle das fazendas, subvertendo a dominação a que cotidianamente estão submetidos e forçando os patrões a uma atitude defensiva. No plano da cidade, a inversão da ordem se evidencia no fato de os patrões serem obrigados, por força da iniciativa dos trabalhadores, a desempenhar o papel de parceiro no jogo das negociações, submetendo-se, assim, às regras da simetria que, embora formais e episódicas, os humilha, porque os torna iguais àqueles que desprezam, àqueles que dominam. E também os representantes do Estado se veem constrangidos a desempenhar o papel de mediadores, equidistantes e neutros diante do enfrentamento das classes, ainda que apenas no nível do gesto e da retórica. É essa “normalidade” da dominação invertida no momento da greve que irá se restabelecer no momento seguinte, o qual passarei a examinar agora.

## O interregno

O *interregno* das greves tem início após a definição das normas que irão integrar o novo contrato; ou seja, é o período que se inicia com a retomada

---

Número de votantes nas assembleias da zona canavieira: 1979 a 1985	
Ano	Número de votantes
1979	61.706
1980	52.479
1981	44.646
1982	59.061
1983	59.586
1984	62.680
1985	68.678

Fonte: Arquivos Fetape

da produção, que marca o fim da liminaridade do *movimento da greve*, e com o restabelecimento da vigência de uma nova ordem contratual.

Desde 1979, no entanto, o *interregno* tem se caracterizado pela multiplicação e intensificação dos conflitos entre trabalhadores e patrões, o que indica que o fim da greve representa apenas a solução do conflito em torno da definição das normas que devem reger as relações sociais no interior dos engenhos. Num certo sentido, a greve e a própria existência de regras que dela resultam criam as condições para a ampliação do campo de conflitos, os quais se travam em torno da aplicação das normas e além delas.

Para os patrões, o que está em jogo no *interregno* é a desmoralização das normas através do seu não cumprimento e o questionamento de sua validade, mediante o recurso às instâncias superiores da Justiça. Isso porque, mesmo que eventualmente possam compensar as elevações nos gastos com a remuneração da força de trabalho através da elevação do preço da cana, nada, a não ser a desmoralização das normas, dos trabalhadores e das lideranças sindicais, pode compensar os prejuízos decorrentes dos limites impostos à sua dominação que a existência de tais regras representam, sobretudo por terem sido obtidas a partir da iniciativa dos trabalhadores em greve ou prontos para a greve. O desrespeito às regras é a resposta patronal ao reconhecimento das mesmas regras ao qual foram obrigados no *momento da greve*, em função da conjuntura ou da imposição judicial.

Se os patrões experimentam no pós-greve um sentimento de derrota política e a ele procuram reagir, entre os trabalhadores prevalece o sentimento de vitória. A definição de regras relativas às obrigações dos patrões é percebida pelos trabalhadores como uma conquista de direitos que, além de legais – porque assinados pelos patrões, na presença dos representantes do governo, ou porque assegurados por um Tribunal –, têm a legitimidade de um padrão prescritivo, no sentido de que indicam o modo como de direito e legitimidade o enenho deve funcionar. Uma vez consagradas no acordo ou dissídio, as normas propostas se tornam regras hierarquicamente superiores à “lei do patrão”, aplicando-se não apenas às

normas particulares à lavoura canavieira de Pernambuco (como a Tabela de Tarefas do Campo) mas também às leis do país (como estabilidade das gestantes, contrato de trabalho, direito do safrista, etc.), que, abstratas e distantes do cotidiano dos engenhos, de pouco valiam até então. O que permite que os trabalhadores se sintam vitoriosos é exatamente a derrota da “lei do engenho”, a sua subordinação às “leis”, tanto às do país quanto às que eles mesmos propuseram, e a ilegitimidade do “direito calado” a que se refere Carneiro da Cunha (1985, p. 59), o qual se constitui no principal fundamento de sua sujeição.

Essa percepção não é gratuita, mas se funda na história recente desses trabalhadores. Trata-se de uma geração que viveu, a partir da década de 1950, a ruptura da tradição que regulava as relações entre o morador e o senhor de engenho.<sup>27</sup> Essa mesma geração de trabalhadores que se organizou através das ligas camponesas e sobretudo através dos sindicatos num movimento sem precedentes na história das lutas camponesas no país,<sup>28</sup> pelo estabelecimento de novas regras. O Estatuto do Trabalhador Rural, que em outras regiões do país foi letra morta, como assinala Celso Furtado, na Zona da Mata, tão logo foi promulgado, se tornou um objeto de luta. No mesmo ano em que o Estatuto se tornava lei, os trabalhadores estabeleciam, pela primeira vez na história daquela região, um acordo coletivo com os patrões em moldes semelhantes ao que têm hoje, através da mediação do governo Arraes.<sup>29</sup> Em 1964, apesar do golpe militar, eles conseguiram ainda renovar o contrato, acrescentando novos e importantes itens, como uma elaborada tabela de tarefas, mas a correlação de forças lhes era totalmente desfavorável – os sindicatos estavam sob intervenção, as lideranças, presas e os trabalhadores, intimidados. O contrato não chegou a ser cumprido e sequer foi renovado, abrindo-se espaço para o arbítrio patronal.

<sup>27</sup> Sobre as regras de morada, cf. Palmeira (1977, p. 103-114).

<sup>28</sup> Sobre esses movimentos existe hoje uma vasta literatura. Entre os diferentes títulos destaco aqui o trabalho pioneiro de Aspásia Camargo (1973).

<sup>29</sup> Cf. Callado (1964).

Após um longo período de quebra de regras que se segue à quebra da tradição, no qual os *direitos* estabelecidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural se constituem no único referencial para pensar o dever ser das relações entre trabalhadores e patrões,<sup>30</sup> eclode a greve de 1979, e através dela se restabelece, pelo menos em termos normativos, um conjunto de regras específicas que devem presidir as relações no interior do engenho, regras estas que são percebidas também como *direitos*.

Ora, se os trabalhadores reconhecem a legitimidade de seus direitos, valorizam o restabelecimento de regras e creem que a lei está do seu lado – percepção reforçada pelo próprio comportamento dos tribunais durante todos esses anos, garantindo vitórias expressivas aos trabalhadores –, se, por outro lado, os patrões não se conformam com as regras que consideram uma interferência no modo como gerem a produção e exercem a sua dominação, e se, ainda, existe como complicador um conjunto de sindicatos que se fortalecem com as próprias greves, em condições de expressar as demandas dos trabalhadores e canalizá-las para alguma forma de luta, estão dados os elementos que explicam por que, com as greves, se intensificam consideravelmente os conflitos entre trabalhadores e patrões, conflitos que constituem a marca do *interregno*.

Porém se a normalidade reposta pela greve é dominada pelo conflito, tal se deve também à própria abrangência das regras produzidas a partir da greve, as quais, por estarem estreitamente ligadas às condições de trabalho e de vida no interior dos engenhos, têm representado, ao longo desses anos, uma interferência cada vez maior em praticamente todas as dimensões das relações entre patrões e trabalhadores. No caso, a remuneração da força de trabalho é apenas uma dessas dimensões, e não a única, como tendem a perceber a imprensa e o senso comum intelectualizado e politizado.

Além do salário, resultam das greves definições relativas às condições de percepção do salário, que incluem, entre outras, desde definições de

---

<sup>30</sup> Cf. Sigaud (1979).

equivalências entre *quantum* de produção e remuneração para cada uma das tarefas nas quais está parcelado o processo de trabalho na produção de cana-de-açúcar (mais de 35 itens que integram a tabela), até definições relativas ao fornecimento de instrumentos de trabalho, ao transporte para o trabalho, ao fornecimento de comprovante de pagamento, ao local, horário e dia de pagamento e, mais recentemente – a partir de 1985 –, ao direito do trabalhador de optar pelo sistema de pagamento pela diária e não pela produção, em caso de desrespeito à tabela. Além do salário e do processo de trabalho no sentido estrito, resultam também das greves definições relativas ao acesso à terra para cultivo de lavoura de subsistência, ao estado das casas em que residem os trabalhadores, a sua remuneração em caso de doença e à estabilidade da trabalhadora gestante. E ainda definições relativas ao desconto para o sindicato, ao seu poder fiscalizador e à presença de delegados sindicais no interior dos engenhos.

Consequentemente, na medida em que praticamente todos os aspectos da vida social no interior dos engenhos vão sendo regulados a partir das greves, aumenta a probabilidade de eclosão de conflitos durante todo o ano – independentemente da fase do ciclo produtivo – em torno de questões tão díspares como conserto de casa, auxílio-doença, ferramentas de trabalho e horário de pagamento.

Para compreender os conflitos e as lutas que constituem a marca do *interregno* das greves, no entanto, é preciso abandonar o referencial que trata os trabalhadores como uma totalidade, uma classe, se defrontando com patrões como outra totalidade, outra classe, e deslocar o nível de análise. Mesmo sendo uma expressão da luta de classes, tais conflitos não opõem, como no *momento da greve*, a totalidade dos trabalhadores contra a totalidade dos patrões, mas sim trabalhadores contra patrões.

Superado o *momento da greve*, sem dúvida o momento mais expressivo do confronto entre trabalhadores e patrões, o que importa são os trabalhadores de tal região, onde se encontra tal sindicato, os patrões de tal região,

a sua posição no interior da classe patronal e, ainda, mais especificamente, os trabalhadores de tal ou qual engenho, este ou aquele patrão individualizado. *E isso porque o que está em jogo no interregno não é o respeito estrito a cada uma das regras produzidas a partir da greve, mas um ajuste das regras à realidade do engenho.* Embora orientações políticas mais gerais do movimento sindical dos trabalhadores e dos sindicatos patronais funcionem como indicativos gerais no sentido de cobrar as regras no primeiro caso, e violá-las, no segundo, o que prevalece no nível da prática dos atores, da “estrutura da conjuntura” a que se refere Sahlins (2009), é muito mais um jogo de forças localizadas, dotadas de dinâmica própria, repleto de contradição.

Do lado dos patrões, embora a predisposição dominante seja no sentido da desmoralização dos contratos coletivos, e apesar de, em alguns momentos, estes terem sido bem-sucedidos numa atuação articulada visando ao desrespeito generalizado a um ou a outro ponto,<sup>31</sup> politicamente os patrões não têm condições de consumir a desmoralização de todas as regras produzidas a partir da greve. Em parte porque são efetivamente pressionados pelos trabalhadores e em parte porque, com a própria greve, perderam uma parcela do poder que exerciam sobre seus empregados. Dessa forma, a predisposição generalizada ao descumprimento não se reproduz mecanicamente no interior de cada engenho.

Do lado dos trabalhadores a questão é mais complicada, pois nem mesmo na totalidade dos sindicatos seria possível identificar a mesma predisposição à luta pelo cumprimento. Embora marchem juntos no *momento da greve*, no *interregno* as diferenças em termos de empenho na atuação sindical se tornam acentuadas, com alguns dirigentes se destacando na luta pelo cumprimento, através da organização e mobilização dos trabalhadores, e outros destacando-se pelo que é considerado como omissão. Se no *momento da greve* as lideranças mais atuantes têm a hegemonia para

<sup>31</sup> Essa articulação surtiu efeito logo após a greve de 1983, quando os patrões decidiram não pagar o reajuste integral do INPC concedido pelo Tribunal (cf. nota 25), aguardando o efeito suspensivo do Tribunal Superior do Trabalho, que afinal não se concretizou.



falar e conduzir o processo em nome de todos, no *interregno* não está mais em jogo a totalidade de sindicatos, mas cada sindicato em particular, ou grupos de sindicatos vizinhos, com problemáticas comuns ou não. Nesse momento, o que prevalece é a orientação que cada liderança imprime à sua atuação.

Mas, ressalvadas essas diferenças, mesmo ali onde é grande o empenho das lideranças – tanto no nível das direções sindicais quanto no das estruturas intermediárias de delegados sindicais ou comissões de engenho – no cumprimento, desse fato não resulta uma predisposição mecânica de cada trabalhador individual de lutar pelo cumprimento de cada uma e de todas as cláusulas do contrato coletivo.

Se se considera o engenho como o campo privilegiado no qual eclodem os conflitos e o principal plano e cenário desse momento, verifica-se que o jogo de forças não reproduz literalmente o jogo de forças mais geral. Contrariando a orientação de seu órgão de classe, um patrão determinado pode preferir pagar aos seus trabalhadores por algumas tarefas de acordo com a tabela para manter a produção num ritmo acelerado e, assim, realizar seu lucro num tempo menor do que o de fornecedores e/ou usineiros, os quais, se aliados no momento da greve, retomam a condição de concorrentes no *interregno*.<sup>32</sup> Em outro engenho, um patrão pode adotar uma atitude radicalmente diferente, visando com isso reforçar sua dominação sobre os seus trabalhadores, o que, de seu ponto de vista, lhe renderá mais lucros do que uma postura inversa. A atitude de cada patrão dependerá, portanto, de uma determinada estratégia pessoal, de suas condições de competir com outros proprietários, de seus interesses políticos e de suas relações específicas com seus trabalhadores.

Do ponto de vista dos trabalhadores, no entanto, a eclosão de um conflito, entendido aqui como um enfrentamento entre o trabalhador e um

---

<sup>32</sup> Vale lembrar que as relações entre fornecedores e usineiros historicamente têm sido marcadas pela concorrência e pelo conflito. Cf. Melo (1975).

patrão, não depende, necessariamente, do desrespeito dessa ou daquela regra estabelecida durante a greve, mas da importância relativa daquela regra naquele engenho para um ou mais trabalhadores. Se, como resultado da greve, são contempladas as reivindicações do conjunto dos trabalhadores, isso não quer dizer que cada trabalhador individual ou conjunto de trabalhadores de um mesmo engenho ou região sejam necessariamente portadores daquela reivindicação, nem que estejam dispostos a por ela lutar.

O que se está querendo assinalar aqui é que no *interregno* não se verifica uma luta uniforme e homogênea, como no *momento da greve*, nem uma luta orquestrada no sentido de fazer cumprir regra por regra do contrato coletivo, o que, dadas as características do próprio momento de normalização da produção e as próprias condições sociais e predisposições dos atores, seria algo impensável.

Isso não quer dizer, no entanto, que não haja conflitos ou lutas. Como já foi dito mais de uma vez, a marca do *interregno* são os conflitos, ampliados e intensificados. Resta saber que conflitos são esses, que lutas são essas e em torno de quais questões são travadas.

Num primeiro nível se poderia afirmar que grande parte dos conflitos tem por objeto o cumprimento do contrato coletivo. Contudo, não se trata do contrato como um todo, mas de determinadas questões que variam de região para região e mesmo no interior de uma mesma região – de engenho para engenho, de usina para usina e até mesmo de trabalhador para trabalhador. Assim, por exemplo, a questão do transporte, contemplada desde o primeiro contrato coletivo, foi objeto de luta no *interregno* da primeira greve em algumas regiões onde o problema se colocava. O mesmo se poderia dizer das ferramentas a serem fornecidas pelos patrões, questão que, logo após a greve de 1979, foi enfrentada por um conjunto de sindicatos e finalmente resolvida. Já o acesso à terra tem sido objeto de conflitos em algumas áreas localizadas,<sup>33</sup> onde é mais forte a tradição do sí-

<sup>33</sup> Cf. Sigaud (1983, p. 77-95).

tio, e assim, sucessivamente, se poderia repassar item por item do contrato coletivo e identificar uma região, um sindicato, uma usina, um engenho onde eclodiu um conflito pelo cumprimento.

Se, por um lado, o que explica essa diversidade é a importância relativa de cada item do contrato para os trabalhadores de um engenho, uma usina ou uma região, o que viabiliza o enfrentamento é o sindicato. É no sindicato que o trabalhador se informa sobre seus direitos e é na organização sindical que encontra suporte para enfrentar o patrão. Questões importantes para os trabalhadores podem deixar de se tornar objeto de luta por falta de suporte político da direção sindical. Por outro lado, questões aparentemente periféricas, como, por exemplo, o pagamento em dia da segunda parcela do 13º salário, podem se tornar centrais a partir da atuação do sindicato. E ainda se poderia acrescentar, para dar conta da diversidade, o fato de que, nos sindicatos onde se trava uma luta pelo cumprimento do contrato coletivo, em geral, se tem adotado uma política de escalonamento das lutas, ou seja, não se briga com os padrões simultaneamente por tudo aquilo que a vigência do contrato viabilizaria.

Não apenas os objetos de luta variam e são desiguais, como também as próprias modalidades de luta. Há lutas travadas na Justiça e há lutas travadas no interior dos engenhos. Uma não exclui necessariamente a outra, a Justiça podendo representar o desdobramento de uma luta iniciada no engenho. Há lutas individuais, envolvendo um único trabalhador, e há lutas coletivas, as quais, por sua vez, podem ser travadas no engenho e/ou na Justiça. Há lutas que se expressam através da paralisação de um setor da produção em vários engenhos vizinhos e há lutas que se expressam no mesmo tipo de paralisação mas mobilizando apenas um grupo de trabalhadores num único setor de serviço.

Não existe propriamente um determinante da modalidade de luta. A forma que a luta assume depende tanto da natureza da questão em jogo quanto do jogo de forças dentro do engenho e da orientação sindical.

Assim, uma mesma questão, por exemplo, a extensão das tarefas no campo em desrespeito à tabela, tem sido enfrentada ou através do *paradeiro* – termo que os trabalhadores e as lideranças utilizam para classificar as paralisações que ocorrem no *interregno*, preservando significativamente o termo greve para as que ocorrem anualmente – isto é, de uma ação organizada visando à suspensão do trabalho para pressionar o patrão, ou através de recursos como o *não pegar no serviço*, geralmente uma ação localizada num único engenho envolvendo alguns trabalhadores que executam a mesma tarefa, ou ainda através do encaminhamento à Justiça.

A diversidade dos objetos em torno dos quais se luta e a variedade de modalidades de luta, agravadas pelo desnível da atuação sindical, por um lado, e pelo fato de que o que envolve o contrato coletivo tende a ser resolvido no interior dos engenhos pelos próprios trabalhadores, delegados sindicais ou comissões de engenho ou através de entendimentos entre dirigentes sindicais e patrões, por outro lado, tornam a dimensão desses conflitos até certo ponto invisível para os próprios atores – trabalhadores e dirigentes sindicais. Os trabalhadores controlam apenas as lutas que eles mesmos travam, e no máximo têm conhecimento das lutas travadas na área mais próxima de onde moram. O dirigente sindical controla as lutas que ele organiza e apoia, e como em nenhum sindicato existe uma luta ponto por ponto em torno do contrato coletivo, mesmo quando todos os dirigentes se reúnem, nenhum deles é capaz de assegurar que os trabalhadores estejam se beneficiando de todas as conquistas da greve. E de fato não estão, embora estejam lutando aqui e ali por esse ou aquele ponto, superando essa ou aquela questão (como o transporte, a ferramenta, o envelope de pagamento, o pagamento fora do barracão, o parcelamento do 13º salário, etc.).

Chama a atenção na Zona da Mata o fato de que toda vez que os dirigentes são interrogados sobre a questão do cumprimento respondem sempre da mesma forma: “Cumprem nada”. No entanto, quando inter-

rogados sobre cada cláusula isoladamente, observa-se que, além das não cumpridas, existem algumas que não têm a menor importância naquela área e outras que, por terem sido cumpridas em anos anteriores, já estão tão incorporadas e naturalizadas que não merecem sequer entrar na contabilidade do cumprimento. Observa-se também que os *paradeiros* e o *não pegar* são quase diários, o que tanto permite relativizar o descumprimento quanto sugere uma luta quase que permanente. Por outro lado, a partir dos dados obtidos através de um censo das ações trabalhistas encaminhadas à Justiça do Trabalho entre outubro de 1978 e janeiro de 1984, isto é, no período que vai de um ano antes da primeira greve até três meses após a quinta greve, observa-se uma multiplicação impressionante de questões na Justiça,<sup>34</sup> envolvendo cerca de 30 mil trabalhadores em 23 municípios estudados, o que também evidencia uma intensificação dos conflitos. Curiosamente, no entanto, verifica-se que, proporcionalmente, são mais frequentes as questões envolvendo os direitos trabalhistas do que os direitos decorrentes da greve, o que pode indicar que as greves teriam não apenas ampliado o campo de conflitos como também viabilizado a expressão de conflitos preexistentes, como a cobrança de férias e 13º salário com anos de atraso.

São essas referências permanentes às lutas por parte dos trabalhadores e dirigentes sindicais em diferentes municípios da região – mencionadas não para demonstrar a sua luta, mas para ressaltar o descumprimento patronal que os obriga a travá-las – e os registros das questões na Justiça que autorizam a afirmação de que o *interregno* é marcado pela multiplicação dos conflitos.

No entanto, a dimensão dessas lutas que se travam no cotidiano de todo o *interregno* não é transparente nem para os atores envolvidos, nem para a sociedade. Sobre elas não existe registro. À exceção das que chegam

---

<sup>34</sup> Entre outubro de 1978 e outubro de 1979 foram encaminhadas 671 petições à Justiça. No mesmo intervalo, entre os anos de 1982 e 1983, isto é, após quatro greves, o número de petições atinge a cifra de 3.368.

às Juntas de Conciliação e Julgamento, sob a forma de petições, que podem ser recuperadas nos arquivos dos sindicatos, como se está tentando fazer, as demais, que envolvem os *paradeiros*, as decisões de *não pegar*, os acordos na palha da cana, só poderiam ser reconstituídas através do apelo à memória social de trabalhadores e dirigentes sindicais, tarefa praticamente impossível de ser realizada em toda a Zona da Mata.

Essa invisibilidade da dimensão, multiplicação e intensificação dos conflitos,<sup>35</sup> reveladora da própria posição subordinada desses camponeses na sociedade, de sua exclusão social e política, contrasta fortemente com a visibilidade das greves, que merecem toda a atenção da imprensa, não apenas pelo seu caráter espetacular, pois que envolve a participação de 240 mil trabalhadores, a paralisação de três dezenas de usinas e destilarias de álcool e prejuízos calculados em milhões de dólares, mas também pela importância atribuída aos atores envolvidos na solução do conflito (ministros de Estado, governador, delegado do Trabalho, juízes do Tribunal Regional do Trabalho e, eventualmente, deputados e senadores que apoiam trabalhadores ou patrões) e pelo fato de que o desenlace da contenda tem como palco a cidade, sede do poder. O caráter espetacular, a importância dos atores e o *locus* de parte das ações são os ingredientes que transformam as greves da Zona da Mata em “fatos nacionais” obrigatoriamente reconhecidos.<sup>36</sup> Os conflitos do *interregno* geralmente não provocam a cessação das atividades das usinas, e muitas vezes sequer implicam paralisações, as quais, quando ocorrem, envolvem – se o parâmetro for o momento da greve – poucos trabalhadores, no máximo 3 mil, como ocorreu no *paradeiro* pelas ferramentas ocorrido em 1980 na Mata Sul litorâ-

<sup>35</sup> Essa invisibilidade dos conflitos no *interregno* seria do mesmo tipo daquela assinalada por M. Palmeira (1979) a propósito dos conflitos na Zona da Mata que se seguem ao golpe de 1964.

<sup>36</sup> Pelo menos um jornal nacional, o *Jornal do Brasil*, contempla as greves de Pernambuco, no *momento da greve*, com chamadas quase que diárias de primeira página, às vezes uma página inteira, e pelo menos um editorial no período. Na televisão, a greve merece destaque nas edições dos noticiários nacionais e em horário nobre, um maior espaço nas edições locais e, invariavelmente, a cobertura do “Carnaval da Vitória”, no caso da Rede Globo.

nea. São resolvidos entre trabalhadores, delegados sindicais e patrões, em nível local, e no máximo levados às Juntas de Conciliação e Julgamento, a primeira instância da Justiça do trabalho, sediada nas pequenas cidades do interior. Nunca chegam à capital, nem à imprensa, a não ser esporadicamente. Portanto, é como se não existissem. O problema, no entanto, não está na sua existência, mas no seu reconhecimento, o que só pode ser feito através da mediação de um ator externo ao mundo camponês.<sup>37</sup> Mas como a luta de classes não precisa ser reconhecida para se expressar, os conflitos vão se multiplicando por toda a Zona da Mata. É exatamente a sua ocorrência – viabilizada em grande parte pela ação sindical, ainda que não exclusivamente, pois mesmo onde a ação é pouco eficaz o conflito se expressa – que assegura um estado de mobilização permanente em toda a região, mobilização esta que, embora desigual, se constitui no principal elo de ligação entre uma greve e outra, o elemento mediador por excelência no interior do ciclo das greves.

Assim, se não há o cumprimento de ponto por ponto do contrato coletivo – e dificilmente poderia haver, pelas razões acima apontadas –, como desejariam as lideranças sindicais e como reclamam os que a elas se opõem, existe de fato todo um processo de lutas, que, se não envolve a totalidade dos trabalhadores, enquanto classe, envolve milhares de trabalhadores que, individualmente ou em grupo, exigem dos patrões o respeito tanto às regras do dissídio que mais lhe afetam quanto às regras da legislação trabalhista.

É da prática dessas lutas, que por sua vez suscitam respostas patronais, que surgem as novas questões a serem reguladas a cada greve. Não existissem essas lutas, como a retórica do descumprimento sugere, não se poderia explicar de onde vêm as novas reivindicações encaminhadas aos patrões, reivindicações resultantes de uma dinâmica particular ao *interreg-*

---

<sup>37</sup> Assim, por exemplo, os conflitos que terminam em violência, com morte ou espancamento de trabalhadores, se tornam públicos porque o governador ou o secretário de Segurança têm algo a dizer a seu respeito, em função de denúncia feita pelos sindicatos.

no e que pode ser assim descrita: à medida que se obtém, com a greve, a regulação de uma dimensão da relação com o patrão, e que se luta pelo seu cumprimento, os patrões respondem procurando nas brechas do contrato coletivo o que se encontra a descoberto, o que analogicamente poderia ser comparado a uma corrida na qual os trabalhadores perseguem a regra e os patrões, a ausência de regras. Na medida em que os patrões, por exemplo, começam a generalizar um tipo de tarefa para a qual não existe definição na tabela, como forma de escapar à pressão dos trabalhadores pelo cumprimento das que estão reguladas, os trabalhadores propõem uma norma que regule essa nova tarefa, na próxima greve. Esse seria, por exemplo, o caso da cana solta, cuja regulação era exigida desde 1979. Regulada para uma modalidade apenas em 1982, esta foi sendo paulatinamente substituída pelos patrões por outras ainda não reguladas, até que em 1985 se conseguiu a regulação de mais uma modalidade.

Esse jogo de lutas, extremamente dinâmico, é o que sustenta a mobilização dos trabalhadores no *interregno* e o que permite que se relativize a própria noção de ciclo de greves usada neste trabalho, pois, embora, estruturalmente, haja uma repetição ritual de um evento anual, no qual estão sempre em jogo definições de regras, a cada ano surgem novas demandas postas pela dinâmica do que se passa entre as greves, o que sugere um movimento cumulativo.

## Conclusão

Os efeitos dessas lutas que se processam no momento da greve e no interregno podem ser identificados em diferentes níveis. Para os trabalhadores, é inegável que desde a primeira greve houve uma melhoria de suas condições de vida, sobretudo ali onde a luta é mais intensa. Se a miséria ainda é generalizada na Zona da Mata, pode-se supor que seria mais grave ainda se as greves não tivessem ocorrido e os salários dos trabalhadores não tivessem ultrapassado o nível do salário mínimo.



No nível do processo produtivo, as greves e as lutas que a elas se seguem parecem ter acelerado algumas transformações no processo de trabalho, como uma espécie de resposta dos patrões às conquistas dos trabalhadores. O caso da cana solta é particularmente indicativo dessa alteração. A carregadeira mecânica, que permite que a cana seja cortada solta, foi produzida pela primeira vez na década de 1950 e desde aquela época já era utilizada para a produção da cana-de-açúcar no sul do país. Foram necessários trinta anos para que ela chegasse a Pernambuco e passasse a ser utilizada até mesmo onde tecnicamente seria desaconselhável, como nas encostas dos morros que dominam a paisagem da região. Coincidentemente, os patrões se interessaram em adotá-la e a generalizar o seu uso quando os salários dos trabalhadores foram elevados em consequência da greve e quando o contrato coletivo ainda não previa qualquer regra a respeito daquela modalidade de corte de cana. A adoção do corte de cana solta libera mão-de-obra, cria desemprego entre os camponeses e abre o mercado de trabalho aos desempregados da cidade, pois não requer, como a modalidade de corte de cana amarrada, a destreza no corte e a habilidade de amarrar que sempre foram motivo de orgulho dos bons cortadores de cana.

No nível político, os efeitos são múltiplos. Do lado dos patrões, o ciclo de greves teve como resposta um fortalecimento das articulações patronais, no nível de seus sindicatos, e um recrudescimento das violências contra trabalhadores, com a utilização de milícias privadas. A violência atinge preferencialmente trabalhadores, delegados sindicais e dirigentes sindicais, assim como assessores do movimento sindical.<sup>38</sup>

Do lado dos trabalhadores, esse ciclo de greves tem representado um fortalecimento considerável da organização sindical, que se expressa não apenas no crescimento do sindicato propriamente dito, do número de associados, e no aumento do nível de participação, mas também no surgi-

<sup>38</sup> Desde 1979 foram registrados centenas de casos de violência contra trabalhadores na Zona da Mata, segundo dados da Fetape.

mento de uma estrutura intermediária de delegados sindicais e comissões de engenho que fazem a mediação entre os trabalhadores nas fazendas e as direções sindicais. Politicamente, ainda, um dos principais efeitos tem sido a substituição progressiva de direções sindicais pouco atuantes por outras consideradas mais empenhadas nas lutas dos trabalhadores. De 1979 até 1985 foram substituídas nove diretorias sindicais que se enquadravam naquela categoria, não tendo sido registrado um só caso no sentido inverso.

Em termos nacionais, é inegável que as greves de Pernambuco tiveram um efeito multiplicador, que se poderia aqui denominar de “efeito Pernambuco”. Desde a primeira greve, Pernambuco consolidou ainda mais a posição de vanguarda que já ocupava no interior do movimento sindical de trabalhadores rurais. Através da mediação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, e sobretudo dos Encontros Nacionais de Assalariados Rurais por ela promovidos, entre 1980 e 1983, nos quais estiveram reunidos dirigentes de diversas regiões do país onde predominam os assalariados – entre os quais os trabalhadores da cana são predominantes, em função mesmo da expansão do Proálcool –, a experiência de Pernambuco foi passada como uma indicação de que era possível fazer greve e como um modelo a ser seguido. Em 1980 eclodem greves na Bahia, com os catadores de café, e em Minas, na região açucareira. Em 1982, o Rio Grande do Norte realiza sua primeira greve nos moldes da de Pernambuco, repetindo o fato em 1983. O ano de 1984 seria o ano da generalização das greves de assalariados rurais, com greves em São Paulo, Goiás, Minas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Paraíba. Não se trata, evidentemente, de derivar do ciclo de greves de Pernambuco as lutas travadas nos outros estados, que certamente obedecem à dinâmica própria do movimento sindical em cada uma dessas regiões e à própria concorrência política entre lideranças. Deseja-se apenas ressaltar que os fatos ocorridos em Pernambuco repercutiram no movimento sindical de trabalhadores e influíram no rumo tomado a partir de então pelas lutas dos assalariados.

De todos esses efeitos políticos que podem ser apontados a partir do ciclo de greves aqui analisado, talvez o mais importante seja aquele que diz respeito às relações entre trabalhadores e patrões. Com as greves e as lutas que se travam no *interregno*, os trabalhadores assumiram a iniciativa de propor um modelo para reger suas relações com os patrões. Ao lograrem impô-lo pelo menos parcialmente, conseguiram restabelecer um referencial de regras e transformar o que na tradição era um dom do patrão em um direito, como a casa, o sítio, o auxílio na doença, a garantia de trabalho para os filhos, etc. Resgataram o que lhes interessava na tradição, conferindo-lhe um novo significado, como já se tem observado em outras situações históricas.<sup>39</sup> Para os patrões da Zona da Mata, herdeiros dos antigos senhores de engenho e do poder de vida e morte de que dispunham sobre seus moradores, que deles ainda guardam uma arrogância e uma prepotência – defasadas historicamente mas vivas porque fazem parte de sua história incorporada<sup>40</sup> –, o fato de serem obrigados a se submeter a um padrão imposto pelos trabalhadores, mesmo que apenas publicamente, representa um abalo inegável de seu poder.

Mas de que vale esse abalo do poder, diriam os ávidos pelas grandes transformações da noite para o dia, se tudo permanece igual, se os patrões são ainda dominantes e os trabalhadores ainda dominados? Ocorre que o próprio exercício da dominação não se dá da mesma forma, na medida em que se encontra agora limitado por um conjunto de regras que ocupam o espaço do arbítrio e pelo próprio fortalecimento da organização dos trabalhadores.<sup>41</sup>

Para os trabalhadores, o sentido das greves reside exatamente em assegurar a continuidade dessas regras. Mesmo não sendo cumpridas, elas funcionam como um parâmetro para pensar as relações com os proprie-

<sup>39</sup> Cf. Venturi (1972); Hobsbawn (1974); e Moore (1993).

<sup>40</sup> Sobre esse conceito, cf. P. Bourdieu (1980).

<sup>41</sup> Parafraseando Pouillon (*apud* Sahlins, 2009, p. 7), diria: “quanto mais da mesma coisa, mais se muda”.

tários e podem a qualquer movimento vir a ser acionadas, quando houver interesse e condições políticas. O sentido da greve, portanto, está primeiro nas regras e depois no cumprimento. Não que o cumprimento não importe. Importa e muito, a crer pelas lutas travadas no *interregno*. Mas o cumprimento é uma decorrência da existência das regras, e é por isso que elas são mais importantes.

Os trabalhadores, em geral, não singularizam as conquistas do contrato coletivo. Essa é uma questão para as lideranças sindicais e para quem está fora do jogo. Para os trabalhadores, as conquistas são incorporadas aos direitos, categoria através da qual classificam as obrigações dos patrões em relação a eles.

Ao final do *interregno* que se segue a cada greve, a alternativa que se coloca para o trabalhador não é um cálculo para avaliar se ele se beneficiou das conquistas da greve. Sua escolha é entre fazer a greve e manter as regras que, se cumpridas, o beneficiarão, ou não fazer a greve e perder os direitos, “a lei da gente”, e voltar para “a lei do patrão”. Por essa razão é que, a cada ano, colocados diante da alternativa de “cair na lei do patrão” e no “salário do governo” (o salário mínimo), os trabalhadores não hesitam em atender ao chamado do sindicato e recomeçar tudo novamente, produzindo um acontecimento espetacular: a greve.

## Referências bibliográficas

ASSALARIADOS RURAIS: novos desafios. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro: Fase, n. 26, 1985.

BOURDIEU, Pierre. La Representation politique. éléments por une théorie du champ politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 36-37, fev./mar. 1981.

BOURDIEU, Pierre. Le mort Salsit Vit. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 32-33, p. 3-14, abr./jun. 1980.

BOURDIEU, Pierre. *La Distinction*. Paris: Minuit, 1979.

CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964. p. 87-92.

- CAMARGO, Aspásia. *Nord-Est, Brésil: mouvements paysans et crise populiste*. 1973. Tese (Doutorado em Sociologia) – École des Hautes Études en Sciences Sociales. Université de Paris II. Paris, 1973.
- CUNHA, Carneiro da M. *Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX*. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, 1985.
- CHAMPAGNE, P. *La manifestation, la production de l'événement politique*. *Actes de la Recherche en Science Sociales*, n. 52-53, p. 19-41, jun. 1984.
- CORREIA, M. de Andrade. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
- DURKHEIM, Émile. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris : PUF, 1968.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *The Nuer*. Oxford: Clarendon Press, 1971.
- FETAPE. *Açúcar com gosto de sangue: violências na zona canavieira de Pernambuco*. Recife, 1984, mimeo.
- FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- GEERTZ, Clifford. *Form and variation in Balinese village structure*. In: POTTER, J.; Diaz, M.; FOSTER, G. (Orgs.). *Pleasant society: a reader*. Boston: Little Brown, 1967.
- GEERTZ, Clifford. *Local Knowledge: further essays in interpretative anthropology*. Nova York: Basic Books, 1983.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HOBBSBAWN, Eric. *Peasant land occupations*. *Past and Present*, n. 62, 1974, p. 120-52.
- JORNAL DO BRASIL, p. 17, 1 out. 1985.
- JULIÃO, Francisco. *Cambão (le joug): la face cachée du Brésil*. Paris: Maspero, 1968.
- MELO, Mario Lacerda. *O açúcar e o homem*. Recife: MEC/Fundação Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975.
- MOORE, Barrington. *Social origins of dictatorship and democracy: Lord and peasant in the making of the modern world*. Boston: Beacon Press, 1993.

- PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. *Contraponto*, ano 2, n. 2, p. 103-14, 1977.
- PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito. *Revista de Cultura e Política*, n. 1, p. 41-55, ago., 1979.
- PERROT, Michelle. *Les ouvriers en grève: France 1871-1890*. Paris: Mouton, 1974.
- RINGUELET, R. *Migrantes estacionales de la región del agreste del estado de Pernambuco*. 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1977.
- SAHLINS, Marshall D. *Historical metaphors and mythical realities: structure in the early history of the Sandwich Islands Kingdom*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2009.
- SIGAUD, Lygia Maria. A morte do caboclo. *Boletim do Museu Nacional, Nova Série*, n. 30, 1978.
- SIGAUD, Lygia Maria. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- SIGAUD, Lygia Maria. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SIGAUD, Lygia Maria. Luta política e luta pela terra no Nordeste. *Dados*, v. 26, n. 1, p. 77-95, 1983.
- THOMPSON, E. P. *Whigs and hunters*. Londres: Allen Lane, 1975.
- VENTURI, F. *Les intellectuels, le peuple et la révolution*. Paris: Gallimard, 1972.

# Memória, experiência, preservação, transmissão

## a construção do acervo de pesquisa do projeto Movimentos Cruzados, Histórias Específicas

*José Sergio Leite Lopes, Míriam Starosky,  
Anna Fernandes e Anne Rosso<sup>1</sup>*

Este capítulo visa compartilhar a experiência da pesquisa em acervos e a formação da coleção do projeto “Movimentos cruzados, histórias específicas. Estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros”. Esse processo envolve não só o recolhimento de materiais e sua divulgação mas também sua organização de acordo com padrões arquivísticos, conforme o trabalho desenvolvido pelo Programa de Memória dos Movimentos Sociais (Memov) do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CBAE/UFRJ).

O Memov pretende resgatar e preservar experiências e pesquisas relacionadas à organização e atuação de trabalhadores e de outros grupos sociais no contexto brasileiro. Nesse sentido, busca estimular pesquisas acadêmicas, bem como contribuir para a transmissão de experiências entre diferentes gerações de militantes nos movimentos sociais e populares. Essa transmissão, como se sabe, enfrenta historicamente os desafios dos escassos registros escritos e orais e da precibilidade da documentação existente. Além disso, diversas pesquisas realizam um acúmulo significativo de materiais relevantes que por vezes ficam restritos a acervos privados, pouco acessíveis e não totalmente explorados. A publicização desses conjuntos documentais é de grande valor, uma vez que podem suscitar outras perguntas e olhares em novas pesquisas. Por esses motivos, uma das

---

<sup>1</sup> Jardel Leal, economista do Dieese e membro associado do Projeto, participou das discussões que antecederam a feitura deste texto.

principais linhas de atuação do Programa é a de construção de acervos digitais que garantam o acesso e a divulgação de materiais produzidos a instituições e pesquisadores acadêmicos, assim como a entidades, associações e membros de movimentos sociais.

Quando iniciamos o trabalho, tínhamos como centro algumas pesquisas e materiais levantados anteriormente por pesquisadores associados ao Memov, principalmente José Sergio Leite Lopes e Beatriz Heredia, então diretores do CBAE/UFRJ, e Moacir Palmeira, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS/MN), que coordenaram projetos coletivos como o “*Plantation na Zona da Mata pernambucana*” e o “*Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste*”, realizados entre os anos de 1970 e 1980, cujas obras tornaram-se referência nos estudos sobre trabalhadores rurais e operários de setores industriais tradicionais no Brasil.<sup>2</sup> Nesse sentido, a proposta do projeto “Movimentos cruzados, histórias específicas” foi promover o encontro desses estudos com aqueles sobre os operários metalúrgicos de São Paulo do mesmo período,<sup>3</sup> estes mais amplamente publicizados que os primeiros, que são menos conhecidos. Tal objetivo também foi desdobrado para a intencionalidade da construção de uma coleção do projeto no acervo do Memov.

Além de um campo de análise comparada entre temas mais consolidados e outros por enquanto menos trabalhados – como, por exemplo, o papel das mulheres, das assessorias sindicais, da vigilância e repressão aos movimentos –, o fato de se provocar um encontro de acervos de pesquisa sobre essa diversidade de movimentos tem, por si mesmo, a capacidade de suscitar novas indagações e perspectivas. Nos entremeios de documentos que comumente são conhecidos apenas por especialistas, a ampliação do

<sup>2</sup> Cf. Alvim (1983; 1997); Garcia Jr. (1983; 1990); Garcia-Parpet (1984); Dabat (2008); Heredia (1989; 2013); Lopes (1988; 2011); Lopes e Silva (1979); Medeiros (1989); Menezes (2002); Novaes (1997); Palmeira (1976; 1977; 1979); Sigaud (1979; 1979b; 1980).

<sup>3</sup> Cf. Abramo (1999); Antunes (1995); Fontes (2008); Oliveira *et al.* (2016); Rainho (1980); Ramalho e Rodrigues (2013); Rodrigues (1990; 1999); Rodrigues e Ladosky (2015); Sader (1988); Stein (2016). Alguns textos com datas mais recentes complementam aqueles produzidos até os anos 1990.



acesso possibilita que sejam colocadas novas questões sobre esses processos sociais e políticos a partir de outros olhares.

Um outro ponto relevante que nos mobiliza para a construção desse conjunto documental é que os materiais recolhidos por pesquisadores sobre movimentos sociais, seja em fundos orgânicos de entidades, seja em acervos acadêmicos ou pessoais, são reunidos em lógicas próprias a essas organizações, sem preocupação central com o processo histórico que nos propusemos analisar de forma comparada. Portanto, constituir um acervo em que sejam reunidos documentos acerca da compreensão dos processos de mobilização dos trabalhadores nos ciclos grevistas em questão torna-se, no nosso entender, uma tarefa importante para favorecer novos estudos e preservar as memórias das lutas do período, contribuindo para uma análise mais ampla do processo de construção democrática no Brasil. Quanto maior a distância entre o acontecimento passado e o momento presente, mais necessária se torna a preservação da memória, uma vez que a ação do tempo leva à perda não só dos registros mas também das pessoas envolvidas nos acontecimentos.

## **Pesquisa em acervos e tipos de materiais coletados**

A pesquisa de acervo, coordenada e realizada, em grande parte, pela equipe da UFRJ,<sup>4</sup> pretende formar uma coleção temática composta por diferentes tipos documentais: bibliográficos, textuais, iconográficos e audiovisuais. Durante a elaboração do projeto, um primeiro levantamento das referências bibliográficas e filmográficas foi realizado pela equipe do Rio de Janeiro. Com o início da execução deste, foram acrescentadas novas referências, parte derivadas das discussões em dois ciclos de palestras

---

<sup>4</sup> José Sergio Leite Lopes, coordenador do projeto; Míriam Starosky, José Carlos Matos e Antonio Carriço, coordenadores de pesquisa de acervo; e as pesquisadoras bolsistas de iniciação científica Anna Luiza Ramos e Anne Rosso. Enquanto este texto esteve no prelo, a equipe foi acrescida pelos pesquisadores bolsistas de iniciação científica Laís Marçal e Phillip Mazza. Também fomos auxiliados pela arquivista Maristela Santiago e a bolsista de pesquisa Fernanda Abreu (substituída por Bianca Rihan enquanto este artigo esteve no prelo), vinculadas ao Memov.

realizadas pelo CBAE – “Estado, políticas sociais, movimentos sociais: história e atualidade” (2017) e “Trabalho, memória e movimentos sociais” (2018) – e parte nas discussões entre as equipes de pesquisadores e bolsistas. A listagem com essas referências integrará o acervo na forma de um documento final.

As origens dos documentos que compõem a coleção são diversas: parte do material havia sido produzida pelos pesquisadores no âmbito de projetos anteriores; grande parte dos conjuntos documentais pertence a acervos de instituições acadêmicas, organizações sociais e sindicais, além de documentos oferecidos por militantes dos movimentos pesquisados; e, por fim, nova documentação foi produzida no desenvolvimento da própria pesquisa, como a realização de novas entrevistas, visitas da equipe a instituições e a organização de duas Reuniões de Pesquisa, uma em Pernambuco e outra em São Paulo, que promoveram o encontro de antigos militantes, atuais dirigentes sindicais e pesquisadores.

Os documentos de projetos anteriores a serem incorporados à coleção são provenientes do projeto Memória Camponesa,<sup>5</sup> coordenado por Moacir Palmeira, entre os quais os seminários organizados em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte e os registros de diversas lideranças camponesas desses estados em seus locais de origem e palcos das lutas; de entrevistas realizadas com representantes de movimentos rurais na ocasião do encontro “Projetos Interrompidos: repercussões da ditadura sobre a universidade, os trabalhadores e os povos indígenas”,<sup>6</sup> de pesquisas realizadas por Murilo Leal com antigos militantes metalúrgicos de São

<sup>5</sup> Realizado sob a forma de uma série de seminários entre os anos de 2004 e 2010, nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Goiás, o Memória Camponesa originou-se de uma demanda de lideranças camponesas, com atuação entre os anos 1950 e 1980, por resgate da memória, através de iniciativas de registro, pesquisa, divulgação e reflexão sobre a presença econômica, política, social e cultural dos trabalhadores rurais no Brasil, assim como seu papel nas lutas pela reforma agrária.

<sup>6</sup> Realizado em 19 de maio de 2014 no CBAE, no encontro foi organizada uma mesa de depoimentos de antigos trabalhadores rurais e urbanos. Seu conteúdo em vídeo encontra-se disponível no acervo do Memov, na coleção “Eventos Temáticos”.

Paulo, principalmente da Oposição Sindical, contando com entrevistas e levantamento de jornais e documentos dos processos de mobilização desses trabalhadores; assim como da pesquisa “Socialização e política: um estudo sobre a formação de disposições para a militância entre membros da classe operária”, de Kimi Tomizaki, com a construção de biografias individuais e coletivas das lideranças sindicais dos metalúrgicos do ABC das mais diferentes gerações.<sup>7</sup>

Os acervos pesquisados têm diferentes constituições e institucionalidades, sendo físicos ou virtuais, vinculados a universidades, entidades sindicais, ONGs e outras instituições arquivísticas, e também acervos pessoais. A seleção dos acervos, conforme quadro 1, apresentado ao final do capítulo (p. 563), se deu em dois processos. Em primeiro lugar, foi realizado um levantamento digital de acervos físicos e virtuais de instituições diretamente envolvidas com os processos de construção das greves, sejam elas de caráter religioso, de assessoria jurídica, educacional ou de comunicação. Posteriormente, foram definidos os acervos em que seria possível a visita e o exame da sua documentação e, em grande parte, a entrada dos pesquisadores foi favorecida pelo contato prévio de membros das equipes com seus diretores e representantes. Sabemos da existência de outros acervos de sindicatos de base de Pernambuco (como o Sindicato de São Lourenço da Mata) e de São Paulo (como o Centro de Documentação e Cultura Philadelphio Braz, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá, e o Cedoc, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região), assim como o Acervo Edgard Leuenroth (Unicamp), que não pudemos visitar por indisponibilidade de tempo para uma pesquisa exaustiva. As

---

<sup>7</sup> Em um momento posterior serão sistematizados os materiais recolhidos na presente pesquisa pelas equipes da UFPB/UFCG, da UFABC, da Unifesp e da USP, bem como de pesquisas anteriores como as de Roberto Veras e Mario Ladosky sobre o sindicalismo operário; de Marilda Menezes sobre migrações de trabalho entre o Nordeste e São Paulo (seja do campesinato nordestino em busca do trabalho fabril em São Paulo nos anos 1970-1980, seja nas migrações sazonais para as áreas canavieiras de São Paulo nos anos 1990); de Jaime Santos Jr. sobre o trabalho na cana em Sergipe e sua pesquisa com Marilda Menezes sobre a memória dos operários do ABC de origem rural nordestina; e os de Murilo Leal e Kimi Tomizaki, já mencionados.

visitas em acervos físicos foram realizadas nas cidades de São Paulo, São Bernardo do Campo, Rio de Janeiro, Recife e Carpina (Pernambuco). No quadro 1 (p. 563), estão os acervos selecionados para pesquisa, com sua breve descrição e quais os documentos de interesse foram encontrados em cada um para a formação da coleção do projeto.

O quadro 1 apresenta a seleção dos acervos em que realizamos, ou pretendemos realizar, um trabalho sistemático de coleta de materiais, atividade ainda em andamento, que corresponde a um processo composto por diversas etapas a serem cumpridas conforme a situação e a política de cada acervo. São elas: pesquisa e levantamento dos materiais de interesse; negociação da cessão destes junto ao acervo; e digitalização, arranjo arquivístico e disponibilização via site do Memov. Uma entrada inicial de pesquisa e levantamento dos materiais de interesse foi realizada na quase totalidade dos acervos acima listados, alguns dos quais já possuem seus acervos digitalizados, outros tiveram a digitalização de seus materiais realizada. A diferença entre as etapas de pesquisa em que nos encontramos em cada acervo está refletida no quadro 1 (p. 563) por meio de descrições mais ou menos detalhadas dos materiais de interesse.

A qualidade da recepção aos pesquisadores nas entidades arquivísticas faz diferença no acesso ao material. Ela varia conforme haja entradas mais consolidadas dos pesquisadores com conhecimento anterior, em relações de confiança, ou uma perspectiva, por parte dos nossos anfitriões, de as lutas das entidades sindicais ou do trabalho das instituições arquivísticas ganharem visibilidade, ou ainda de possíveis retornos, seja pela digitalização de materiais ou pela limpeza e organização do acervo. As entidades e instituições oferecem diferentes formas de consulta e acesso aos seus documentos: enquanto algumas já estão na sua maior parte digitalizadas e acessíveis online, outras, ainda em suporte físico, têm organização (horário de atendimento institucionalizado, recepção com hora marcada, etc.) e nível de liberação (consulta ao acervo diretamente ou mediada, em-

préstimo de conjuntos documentais, acesso livre às instalações físicas e ao acervo, etc.) diversos.

A distância foi um fator decisivo para o ritmo de trabalho de pesquisa de acervos. Em Pernambuco, a Reunião de Pesquisa, em abril de 2019, propiciou a permanência de parte da equipe do Rio no estado, para o levantamento sistemático de materiais após contato anterior com as instituições. Como o grande volume de material não pôde ser todo contemplado no tempo disponível e são altos os custos de deslocamento, o retorno a esses acervos deverá ser realizado por outras vias, com um apoio terceirizado à pesquisa. Em São Paulo, por sua vez, a proximidade e as especificidades logísticas e de permanência da equipe favoreceram uma coleta mais extensa no que diz respeito ao número de locais visitados e ao período de duração.

Cada acervo tem diferentes situações de condicionamento e organização de seus materiais. Certos locais estão munidos de dispositivos arquivísticos de busca, como guias de pesquisa, que facilitam substancialmente o trabalho. Esses instrumentos são parte de uma política de memória institucionalizada que demanda recursos tanto financeiros quanto técnicos para a manutenção da salvaguarda dos materiais. Outros acervos apresentam seu material desordenados arquivisticamente, com uma organização própria ou até mesmo não organizados, disposto em caixas, pastas ou envelopes, de forma “solta”, muitas vezes pela circunstância de sua existência ser fruto única e justamente do esforço de militantes empenhados na preservação de sua própria memória. A existência de uma política arquivística é algo ainda incipiente para instituições públicas, quiçá para as organizações sociais. Mas não se trata de mais burocracia: a acessibilidade a modos de planejamento e organização da informação garantem, efetivamente, a democracia pelo seu acesso e promovem reconhecimento e legitimação das experiências. Isso é ainda mais importante agora, quando boa parte dos documentos nascem digitais. Embora Pimenta (2015) nos alerte para a obsolescência do suporte digital e mesmo para a facilidade com que ele

pode ser extinto, ou “deletado”, a digitalização é um processo importante na salvaguarda de documentos. Nós efetivamente vivemos essa situação quando, em meio ao processo de pesquisa no acervo da Seção de Memória e Arquivo (Semear) do Museu Nacional da UFRJ, houve o incêndio (em setembro de 2018); apenas uma parte muito diminuta da documentação objeto de nossa pesquisa havia sido digitalizada, o que significava ainda muito menos do que constituía esse acervo histórico.<sup>8</sup>

Por fim, o processo de pesquisa dos acervos pressupõe a negociação para a cessão dos seus conjuntos documentais com a finalidade de formação da coleção no âmbito do Memov, o que é uma iniciativa pouco comum entre os pesquisadores de acervos. Em geral, os documentos levantados são utilizados para análise e publicação em outros trabalhos e não para a constituição de arquivos externos ao de origem. A liberação dos documentos por parte de entidades e instituições se dá mediante nosso compromisso de digitalização, publicização e referenciamento das suas procedências, de acordo com termos específicos de cessão de uso de cópias digitais dos documentos, o que resulta em retornos de interesse das instituições de origem.

Ao longo da pesquisa foram desenvolvidas atividades que também produziram novos materiais para o acervo. Além das entrevistas realizadas pelos pesquisadores individualmente, algumas atividades foram empreendidas coletivamente por todas as equipes e suscitaram produtos a serem incorporados ao acervo. Em 2017, na Universidade Federal da Paraíba, foi realizado o seminário “Etnografia e história comparada de movimentos de trabalhadores no campo e na cidade” e foram feitas visitas, em Pernambuco, ao Memorial da Justiça do Trabalho e ao Centro Social da Fetape em Carpina, Polo Sindical Mata Norte, onde se encontra a

---

<sup>8</sup> No Semear-MN vínhamos trabalhando com a coleção Lygia Sigaud e com a coleção História da Contag (parte selecionada do acervo da Contag, doada por Moacir Palmeira). Conseguimos parte diminuta do acervo Lygia Sigaud graças à professora e pesquisadora Regina Coelly Fernandes, da UnB, que o havia fotografado. Após o incêndio do Museu, a equipe do Memov procurou colaborar voluntariamente com o Semear na tentativa de busca e organização do resgate de amostras do acervo através de digitalizações feitas por pesquisadores (especialmente os de história da ciência).

Academia Sindical. Em 2018, por ocasião da IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais na Universidade de São Paulo (USP), que contou com uma sessão de apresentação dos resultados parciais do projeto, sucederam-se visitas, em São Bernardo do Campo, ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, à Associação dos Anistiados e Anistiandos do ABC (AMA-A), ao Centro de Formação Celso Daniel e à TVT, e na cidade de São Paulo ao IIEP<sup>9</sup> e ao Cedoc-CUT. Em 2019, foram promovidas duas reuniões de pesquisa denominadas “Greves de canavieiros e metalúrgicos: memória e futuro”, uma em Carpina e outra em São Paulo, que contaram com militantes e lideranças dos movimentos pesquisados, participantes dos processos de greve, como também com lideranças atuais e pesquisadores, em um exercício de reconstrução da memória coletiva dos processos das greves entre os anos de 1960 e 1990.

### O que pesquisar?

Apesar de a delimitação temporal inicial do projeto ser de 1978 a 1985 e os primeiros levantamentos documentais terem se restringido a esse período, no decorrer da pesquisa observou-se que muitas greves permaneceram até o final da década de 1990,<sup>10</sup> bem como o caráter fundamental de documentos dos anos anteriores às primeiras greves e posteriores às últimas para uma maior complementaridade da compreensão dos ciclos. Tal fato conferiu maior abertura no recorte cronológico da composição do acervo.

As questões iniciais propostas pelo projeto de pesquisa foram centrais para o desenvolvimento do acervo, principalmente a produção acadêmica sobre o tema. Em seu artigo “A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas” (publicado em 1986 e reproduzi-

---

<sup>9</sup> Intercâmbio, Informação Estudos e Pesquisas (IIEP), onde está sediado o Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, entre outros materiais do movimento sindical e de associações populares.

<sup>10</sup> Como a greve dos canavieiros de 1998 e a greve dos metalúrgicos da Ford no ABC de 1999. A Fetape também coordenou a greve dos canavieiros de 2005.

do no final deste livro), Lygia Sigaud apresenta chaves analíticas para a experiência grevista canavieira em Pernambuco que também podem ser aplicáveis ao caso do operariado urbano de São Paulo. A autora apresenta uma distinção entre o plano dos engenhos ou das empresas e o plano da cidade ou da mesa de negociações, o primeiro dos quais seria marcado por lutas intensas no interior ou no entorno dos engenhos ou fábricas, e o segundo, pelas mesas de negociação, ou tribunais, sob gerência do Estado e em confronto com os patrões. Ainda de acordo com Sigaud, a mobilização dos trabalhadores poderia ser dividida em dois períodos: o *momento da greve* e o *interregno*. O *momento da greve* é definido como o do embate direto e coletivo, das movimentações coletivas e negociações, da mediação do Estado, da evidência na imprensa e na opinião pública, e o *interregno* é o período em que se voltou à vida cotidiana dentro dos estabelecimentos produtivos, os patrões detêm normalmente o comando das iniciativas e os trabalhadores reivindicam o cumprimento da convenção ou acordos coletivos. Partindo desses pressupostos, a coleta atentou-se para os processos constituintes dos ciclos. Grande parte do material coletado mostra que a atuação dos trabalhadores de ambas as categorias não se restringia ao *momento da greve*, sendo este apenas um dos produtos de uma intensa atividade de mobilização, formulação e reformulação de diferentes formas de reivindicação e resistência às investidas patronais.

Quando foi possível contar com a presença de antigos militantes, a pesquisa em acervos constituiu-se em um processo ainda mais rico nesse sentido. As narrativas da apresentação dos documentos constroem os entremeios das ações que os documentos dão a conhecer, mas também legitimam as trajetórias de luta em que essas ações ocorreram. Não se trata apenas de um processo de pesquisa de campo a ser descrito em relatórios e análises, mas incorporam a própria narrativa arquivística, pois um documento nunca é descrito de forma desagregada de um conjunto documen-



tal.<sup>11</sup> Outras questões levantadas pela pesquisa, como o mapeamento dos repertórios de ação utilizados por ambas as categorias de trabalhadores, os tipos de assessoria com que contavam e a viabilidade de estabelecimento de alianças com outros setores da população, também estruturaram a escolha da documentação. Dessa forma, além de materiais produzidos no interior das respectivas categorias profissionais – produções específicas de fábricas, no caso dos operários, ou de municípios, no caso dos canavieiros –, materiais de outras e diferentes proveniências foram incorporados.

No que se refere aos materiais produzidos no âmbito dos grupos e instituições representativos dos trabalhadores, assim como no de suas assessorias, existem aqueles direcionados aos próprios trabalhadores, como panfletos e cartilhas contendo informações sobre direitos trabalhistas, segurança no trabalho, benefícios da sindicalização e divulgação de atividades culturais, cadernos de formação sindical – além de convocações às assembleias, greves e campanhas salariais. Mas também há publicações voltadas para outras categorias de trabalhadores, com o objetivo de sensibilizar e informar sobre as injustiças e lutas. Outro tipo de documentação encontrado são atas de reunião, quadros de associados, processos trabalhistas e dissídios coletivos, assim como ofícios remetidos à imprensa e a órgãos públicos, que muito contribuem para elucidar a atuação dessas instituições no âmbito judiciário e que mobilizavam a legislação em vigor para fazer valer seus interesses.

Nesse sentido, a documentação de órgãos públicos sobre essas entidades e sobre os trabalhadores – como processos, inquéritos policiais militares e relatórios de órgãos de segurança – concentra informações importantes sobre os diferentes modos de repressão e controle exercido nas categorias estudadas. Tais documentos, mais do que retratos da violência e espionagem exercida pelo Estado, são ressignificados de forma a repre-

---

<sup>11</sup> Tivemos essa experiência em vários dos acervos consultados, mas nos beneficiamos do maior tempo seguido dedicado por Biu da Luz, responsável pelo acervo da Academia Sindical da Fetape, para examinarmos de forma assistida o material ali existente.

sentarem garantias de reparação para trabalhadores e que são, assim, asseguradores de direitos (Knauss, 2009).

Outro ponto importante a ser citado é que, como grande parcela da pesquisa foi realizada em acervos constituídos pelas próprias instituições sindicais, elas retratam uma seleção de memórias que esses grupos buscaram resguardar. Isso pode ser verificado nos recortes de jornais coletados nessas organizações. Apesar de levantamentos específicos e restritos terem sido realizados por pesquisadores da equipe, a maior parte dos recortes de jornais de grande circulação provém de triagens realizadas pelos próprios sindicatos, o que exemplifica como uma substancial parte da pesquisa e da construção do acervo é derivada das informações e dos discursos memorialísticos dos próprios pesquisados.

Tal seleção de materiais de uma história objetivada faz parte também de uma memória incorporada pelo grupo ou por seus representantes. As reuniões que realizamos com pesquisadores e pesquisados selecionados (pela própria dinâmica do trabalho de campo anterior), em Pernambuco (no Centro Social de Carpina da Fetape, em abril de 2019) e em São Paulo (em locais centrais na capital, para permitir melhor deslocamento da periferia de São Paulo e do ABC, em maio de 2019), nos permitiram perceber a enorme força na construção de uma memória própria ao longo dos anos. Tal é o caso do Projeto de Memória da Oposição Sindical de São Paulo, da estruturação do Cedoc da CUT, do Centro de Memória Sindical criado em 1980 no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, da Fetape com sua Academia Sindical. A disputa pela memória é visível tanto nos enfoques dados nas instituições arquivísticas ligadas a diferentes movimentos no passado e no presente, quanto nas tensões por gênero e por geração que foram constatadas nas atividades que organizamos. Para participar da reunião de pesquisa na Academia Sindical da Fetape convidamos dois representantes de São Paulo (um do Projeto Memória da OSM-SP e outro da Associação dos Metalúrgicos Aposentados e Anistiados, sediado no

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC) para contribuírem na outra região e realidade social; inversamente, convidamos dois sindicalistas históricos e um advogado mais jovem da Fetape para a reunião de São Paulo, a fim de serem produzidos efeitos contrastivos na percepção dos diferentes estilos e práticas de memória. Se na reunião de São Paulo havia diferenças mais visíveis nas memórias dos sindicalistas daquele estado – Osasco, Guarulhos e ABC –, na de Pernambuco se manifestavam mais as diferenças por gênero e geração dentro de uma mesma cultura militante dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais.<sup>12</sup> Um efeito de geração mais visível é o desejo e a demanda por memória dos sindicalistas mais antigos, embora entre os mais novos a habilidade no uso do passado possa ser para eles vantajoso.

Além das disputas de memória, através da passagem de memórias subterrâneas para uma gestão do capital identitário, observamos tendências à colaboração mútua entre antigos rivais políticos no interior dos sindicatos em favor da recuperação de uma memória comum, uma espécie de consenso no dissenso. As construções dos respectivos acervos são práticas que servem ao compartilhamento do aprendizado dos instrumentos de guarda da memória, inclusive nos novos meios digitais, abrindo espaço para um ecumenismo através da incorporação do passado (ver Pollak, 1992; Pimenta, 2015; Heymann, 2009).

## Desafios da organização do acervo

A arquivologia define uma coleção como um conjunto de documentos com características comuns que foram reunidos intencionalmente. Tal definição corresponde ao trabalho empenhado na formação de um acervo

---

<sup>12</sup> Na questão de gênero, as mulheres trabalhadoras rurais apresentam uma trajetória ascendente, de uma posição invisível, marginalizada, em que eram representadas pelos pais ou maridos até o início dos anos 1980, para uma situação de forte ativismo atual, tal como materializado nas Marchas das Margaridas ou na paridade masculino/feminino alcançada na diretoria atual da Fetape. Essa característica vem acompanhada também de efeitos de geração.

próprio à pesquisa. Do mesmo modo, essa organização se refere a diversas operações técnicas e intelectuais de acordo com um plano estabelecido, mais conhecido pela terminologia da área por “arranjo”. Arranjar um acervo é uma tarefa complexa que tem como compromisso estar de acordo com as normas técnicas de descrição multinível – como a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade) e a Norma Geral Internacional de Descrição (Isad(G) – e ser inteligível aos usuários que o acessem nos termos de uma política de acesso à informação. De forma resumida, o acervo deve ser dividido em níveis hierárquicos a serem descritos. As informações necessárias à descrição devem responder a perguntas como: o que é o documento, quem o produziu, como foi produzido, para quê, em que data foi produzido, onde foi armazenado, etc.

Dadas essas questões principais de formulação de uma descrição arquivística, pode-se registrar que um dos desafios a serem enfrentados nessa etapa é o volume do material coletado nos acervos, o que dificulta um conhecimento mais aprofundado das peculiaridades de cada documento. Muitos não apresentam explicitamente as informações acima citadas, o que requer um trabalho de investigação para preencher as lacunas possíveis. Assim, o diálogo com diversos militantes é fundamental, pois por meio da memória é possível acessar informações que estão ausentes no documento, graças à experiência vivida por eles.

Outro desafio é a construção de um arranjo arquivístico organicamente vinculado às problemáticas do projeto. Uma vez que os materiais coletados se encontram ordenados em lógicas próprias aos acervos dos quais são provenientes, seu arranjo implica um ajustamento que tem por objetivo proporcionar aos pesquisadores uma percepção de nossa intencionalidade.

No artigo “Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna”, Joan Schwartz e Terry Cook afirmam que “os arquivos – como registros – exercem poder sobre a construção do conhecimento histórico,

da memória coletiva e da identidade nacional” (Schwartz e Cook, 2002, p. 15), desconstruindo noções de neutralidade, objetividade e imparcialidade do trabalho arquivístico ao enfatizar as dimensões de poder nele implicadas. Ao avaliar quais documentos devem ou não ser arquivados, quem trabalha com acervos detém o poder de decisão do que registrar e preservar, influenciando em certa medida aquilo que será ou não lembrado; salienta-se, assim, a importância da dimensão do arranjo arquivístico.

A escolha pela construção de um acervo digital em detrimento do físico não é sinônimo de facilitação dos processos de manutenção e salvaguarda do material. A digitalização, salienta Pimenta, não é sinônimo de salvaguarda; esta deve vincular-se a uma política de memória instituída e atuante, que realize o trabalho de identificação, classificação e organização da informação, tendo em vista sua recuperação e circulação (Pimenta, 2015). O autor também assinala a fragilidade de mídias eletrônicas frente a problemas técnicos e estruturais, tais como queda e oscilações da rede elétrica, exigindo constante investimento em renovação e atualização de equipamentos. Em nossa experiência muitos foram os problemas nesse sentido, parte pela necessidade de adquirir conhecimentos próprios para trabalhar com essa documentação (armazenamento, gestão, organização), parte por inoperância de HDs, computadores, internet, etc., bem como necessidade de espaço e estrutura.

Muito embora o trabalho tenha vicissitudes, a possibilidade de maior publicização e, conseqüentemente, acesso é uma grande vantagem do suporte digital. Essa publicização encontra ancoragem nas pautas de divulgação científica e popularização da ciência, mas também de abertura dos paradigmas científicos e epistemológicos, propiciando visibilidade à atuação de forças populares. Reforçamos esse compromisso através do acervo que estamos construindo a fim de fornecer instrumentos tanto para novas pesquisas, como para os próprios atores e atrizes dos movimentos.

## Referências bibliográficas

- ABRAMO, Laís. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- ALVIM, Rosilene. *Artesanato, tradição e mudança social: um estudo a partir da “arte do ouro” de Juazeiro do Norte*. Rio de Janeiro: Funarte; Instituto Nacional do Folclore, 1983.
- ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes, 1995.
- COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. *Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba*, Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 2004.
- DABAT, Christine Rufino. Uma “caminhada penosa”: a extensão do direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco. *Clio: Série Revista de Pesquisa Histórica*, ano 26, n. 2, p. 291-320, 2008.
- FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.
- GARCIA Jr., Afrânio. *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: CNPq, 1990.
- GARCIA Jr., Afrânio. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GARCIA-PARPET, Marie France. *Feira e trabalhadores rurais: as feiras do Brejo e do Agreste Paraibano*. 1984. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1984.
- HEREDIA, Beatriz. *A morada da vida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. v. 1.
- HEREDIA, Beatriz. *Formas de dominação e espaço social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPQ, 1989. v. 1.
- HEYMANN, Luciana. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 8. Buenos Aires. 29 de setembro a 9 de outubro de 2009. Grupo de Trabalho 33.
- KNAUSS, Paulo. Usos do passado, arquivos e universidade. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, ano 22, n. 40, 1º sem. 2009.
- LOPES, José Sergio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: CNPq, 1988.

- LOPES, José Sergio Leite. *El Vapor del Diablo: el trabajo de los obreros del azúcar*. 2. ed. Buenos Aires: Antropofagia, 2011. v. 1.
- LOPES, José Sergio Leite; SILVA, L. A. M. (Orgs.). *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação (estudos sobre trabalhadores urbanos)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MEDEIROS, Leonilde. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MENEZES, Marilda. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- NOVAES, Regina. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- OLIVEIRA, C. R.; NORONHA, E. G.; GEBRIM, V., PAGANI, V. G. (Orgs.). *Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais): depoimentos de lideranças*. São Paulo: Cortez/Dieese, 2016. v. 1 e 2.
- PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. *Contraponto*, v. 2, n.2, p. 103-114, 1977.
- PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. *Revista de Cultura e Política*, v. 1, n. 1, p. 41-56, 1979.
- PALMEIRA, Moacir. *et al.* Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste. *Anuário Antropológico*, p. 201-242, 1976.
- PIMENTA, Ricardo Medeiros. Entre a intenção e o registro, a serendipidade da busca e a seletividade da memória: o dilema documental na era digital. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez T. (Orgs.). *Arquivos e o direito à memória e verdade no mundo dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RAINHO, Luis. *Os peões do ABC*. Petrópolis: Vozes. 1980.
- RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicato, desenvolvimento e trabalho: crise econômica e ação política no ABC. *Cadernos do CRH*, Salvador, UFBA, v. 26, p. 217-231, 2013.
- RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). *O novo sindicalismo: 20 anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Fase, 1990.
- RODRIGUES, I.; LADOSKY, Mario. *Lua Nova*, São Paulo, n. 95, p. 87-142, 2015.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo: 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SIGAUD, Lygia Maria. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas. *Revista Dados*, v. 29, n. 3, 1986.

SIGAUD, Lygia Maria. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SIGAUD, Lygia Maria. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Hucitec, 1979.

STEIN, Elias (Org.). *Quando os trabalhadores se tornam classe: a construção da riqueza na cidade de São Paulo*. São Paulo: IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos, Pesquisas), 2016.



Quadro 1 – Acervos selecionados para pesquisa, descrição e documentação de interesse encontrada

ACERVOS	DESCRIÇÃO	DOCUMENTAÇÃO DE INTERESSE
Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (Amorj - IFCS/UFRJ)	Núcleo de pesquisa e documentação sediado no PPGSA/IFCS/UFRJ voltado para recuperação, registro e preservação do patrimônio material e imaterial referente à história do trabalho e dos trabalhadores e suas organizações.	Coleção Movimento e Organização dos Trabalhadores Rurais no Brasil, que tem sua origem na doação de materiais provenientes do Koinonia/Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi). Nela foram encontrados panfletos de divulgação das greves dos canavieiros, bem como documentos a respeito das campanhas salariais anuais, dissídios coletivos, materiais de formação em geral, relatórios de encontros nacionais e estaduais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, de denúncias sobre violência no campo, de análises de dados econômicos acerca da produção de açúcar no país e sobre a campanha pela reforma agrária.
Arquivo Público Estadual Jordão Emercenciano	Arquivo Público do Estado de Pernambuco.	Documentos e entrevistas no âmbito da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara.
Armazém Memória	Portal online iniciado com o projeto Brasil Nunca Mais Digital, idealizado por Marcelo Zelic, com documentos, imagens, vídeos e áudios reunidos por centros de referências temáticos e acervos de interesse, também vinculando e promovendo o acesso à memória histórica do país.	O Centro de Referência Virtual Movimento Sindical possui edições dos periódicos <i>Debates &amp; Reflexões</i> , da Escola de Formação Sindical São Paulo - CUT, <i>Forma &amp; Conteúdo</i> e <i>Journal da CUT</i> . Já no Centro de Referência Virtual Luta pela Terra, edições do <i>Jornal Terra Livre</i> .

(continua)

ACERVOS	DESCRIÇÃO	DOCUMENTAÇÃO DE INTERESSE
<p>Associação Heinrich Plagge</p>	<p>Associação que reúne antigos trabalhadores e trabalhadoras militantes da Volkswagen do Brasil perseguidos pela empresa durante o período da ditadura civil-militar (1965-1986). Possui denúncia no Ministério Público Federal em busca de reparação coletiva e individual.</p>	<p>Documentos e depoimentos levantado pelo IIEP e pelos associados que comprovam a atuação da Volkswagen na perseguição a antigos militantes.</p>
<p>Centro de Cultura Luís Freire (CCLF)</p>	<p>ONG de Direitos Humanos fundada em 1972 com o objetivo de resistência à ditadura empresarial-militar brasileira mediante fomento a atividades culturais e construção de projetos de desenvolvimento comunitário.</p>	<p>Vídeos produzidos pela TV Viva, atividade audiovisual itinerante que percorria regiões periféricas de Pernambuco, exibindo suas produções de diversas temáticas e, por vezes, produzindo materiais, incluindo temas sobre cotidiano de trabalhadoras rurais na zona canavieira de Pernambuco, trabalho infantil no campo, sindicato rural, preconceito contra migrantes nordestinos em São Paulo e dupla jornada de trabalho.</p>
<p>Centro de Documentação da Central Única dos Trabalhadores (Cedoc - CUT)</p>	<p>Sector da Central Única dos Trabalhadores que visa à recuperação, organização e preservação da documentação produzida, recebida e guardada por ela e por suas entidades ao longo de sua história.</p>	<p>Coleção Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, documentação referente aos projetos e seminários sobre significado das lutas operárias, comissões de fábrica e saúde e segurança do trabalhador, avaliação da atuação do movimento, estatutos das comissões de fábrica Asama, Pirelli, Ford, Volks e Kodam, boletins informativos, convenções e acordos coletivos e síntese de reivindicações.</p>

(continua)

ACERVOS	DESCRIÇÃO	DOCUMENTAÇÃO DE INTERESSE
Centro de Documentação e Informação Científica (Cedic - PUC-SP)	Criado em 1980 por professores da PUC-SP, o Cedic, a partir de 1986, passou a reunir, tratar e disponibilizar conjuntos documentais de movimentos sociais ligados à Igreja e a movimentos de educação.	Coleções Movimentos de Trabalhadores Urbanos e Movimentos de Trabalhadores Rurais, compostas, em grande parte, por cadernos de formação sindical, panfletos, recortes de jornal e documentos da Pastoral Operária, Comissão Pastoral da Terra, Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru), Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), entre outros.
Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro	Originalmente Centro Pastoral Vergueiro (CPV), a entidade foi fundada em 1973 por frades dominicanos na região sudeste de São Paulo, os quais atuavam em conjunto com estudantes universitários, professores, profissionais liberais e militantes de organizações de esquerda. Atualmente, parte da documentação da CPV pode ser consultada em site próprio, e a documentação física encontra-se em posse do Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp.	No site da CPV, as edições dos periódicos <i>Grito do Nordeste</i> e <i>Grito da Sca</i> da Ação Católica Rural, o boletim <i>Centru Informa</i> e <i>O Vagalume</i> da Fetape.

(continua)

ACERVOS	DESCRIÇÃO	DOCUMENTAÇÃO DE INTERESSE
Centro de Memória Social (CMS)	Localizado na antiga instalação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP), o CMS é uma instituição intersindical, iniciativa do grupo Oboré, de atuação em comunicação, que armazena documentação referente às lutas dos trabalhadores de diversas localidades e ramos profissionais.	Materiais produzidos por diversos sindicatos do ramo metalúrgico, contendo documentos de processos eleitorais, propostas das chapas, ofícios, relatórios à imprensa e ao público, depoimentos, recortes de jornais, jornais e panfletos de comissões de fábrica, cartilhas, registros dos trabalhadores filiados, materiais produzidos por assessorias, correspondências, atas de reuniões e ofícios sobre a relação da diretoria do sindicato com os movimentos de oposição.
Doações de ex-militantes e assessores	Doações de Josefa Martins Reis e Janete Rocha Pietá. Josefa foi assessora da Fetape e da Contag entre os anos 1960 e 1980. Janete foi da Oposição Sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos nos anos 1970 e 1980.	Josefa Martins Reis doou fotos, cartilhas e livros da Fetape e Contag. Janete Rocha Pietá possui um arquivo de recortes do jornal <i>O Repórter de Guarulhos</i> com matérias e notícias referentes às mobilizações de trabalhadores na região entre os anos de 1978 a 1980.
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - Pernambuco (Fase Pernambuco)	Fundada em 1961, a Fase atua em seis estados brasileiros. A sede pesquisada tem relação orgânica com os movimentos sociais na Região Metropolitana de Recife, na Zona da Mata e no Sertão do estado, o que fortalece a ação política dos sujeitos sociais e de suas redes de articulação.	Cartilhas, fotos e vídeos de trabalho da organização com canavieiros de Alagoas e Pernambuco.

(continua)

ACERVOS	DESCRIÇÃO	DOCUMENTAÇÃO DE INTERESSE
Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Pernambuco (Fetape)	Federação originada do desmembramento da Fetape pela separação das categorias de trabalhadores assalariados e da agricultura familiar em 25 de maio de 2015.	Documentos provenientes da Fetape que dizem respeito à atuação específica dos trabalhadores assalariados, como campanhas salariais, relatórios, jornais sindicais, boletins, pautas de reivindicação, cartazes, materiais de encontros e congressos.
Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (Fetape)/ Academia Sindical	Entidade sindical federativa dos sindicatos de trabalhadores rurais, fundada em 6 de junho de 1962. A Academia Sindical, fundada em 2012, é uma iniciativa da Federação para manutenção de uma “memória viva” por meio do reconhecimento e visibilização de antigos militantes do sindicalismo rural e pela organização do acervo histórico da entidade.	Documentos históricos, como a carta sindical, documentos de campanhas salariais, de formação sindical, de atuação jurídica, correspondências, relatórios de atuação e prestação de contas, dossiês sobre violência no campo, atas de reuniões e assembleias, materiais de programas de rádio e de atividades sindicais, fotos, vídeos, cartilhas, panfletos, boletins, jornais da Federação e recortes de jornal.
Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj)	Criada a partir da iniciativa do então deputado federal Gilberto Freyre em 1949, primeiro como Instituto, posteriormente transformada em Fundação Joaquim Nabuco, ligada ao Ministério da Educação. Realiza atividades de pesquisa, produção e arquivísticas, além de difusão de atividades científicas, culturais e educativas.	Na área de história oral, entrevistas com lideranças políticas, religiosas e sindicais que tiveram participação na conformação do movimento sindical e das greves dos trabalhadores em Pernambuco. Na área iconográfica, a Coleção Miguel Arraes, com fotos do movimento de trabalhadores rurais e a presença de Arraes nas regiões canavieiras.

(continua)

ACERVOS	DESCRIÇÃO	DOCUMENTAÇÃO DE INTERESSE
<p>Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional</p>	<p>Portal vinculado à Fundação Biblioteca Nacional para consulta online composto por amplo acervo de jornais, revistas, anuários, boletins, periódicos de instituições científicas, entre outros periódicos de diversas épocas e regiões.</p>	<p>Notícias, artigos e matérias referentes à situação e a mobilizações dos trabalhadores metalúrgicos da Grande São Paulo e canaveiros da Zona da Mata de Pernambuco e Paraíba; principalmente <i>Diário de Pernambuco</i>, <i>Jornal do Commercio</i>, <i>Folha de S. Paulo</i>, <i>O Estado de S. Paulo</i>, <i>Diário Popular</i> e <i>Jornal do Brasil</i>.</p>
<p>Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP)</p>	<p>Instituição formada por militantes políticos de diversas organizações, sindicalistas de diferentes categorias, formadores da educação popular, acadêmicos. Mantém um espaço de guarda amplo. Possui registros audiovisuais com representantes do movimento de oposição metalúrgica. Atua no sentido da preservação de memória e reparação.</p>	<p>Relatórios do Departamento de Ordem e Política Social (Dops), jornais de comissões de fábrica, charges, documentação das oposições sindicais de São Paulo e Osasco, fotos de piquetes e greves.</p>
<p>Memorial da Justiça do Trabalho em Pernambuco (6º TRT-PE)</p>	<p>Projeto empreendido a partir de uma colaboração entre a Comissão de Documentação do Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região e professores do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com o intuito de preservar integralmente o acervo de processos trabalhistas do 6º TRT-PE.</p>	<p>Dissídios coletivos movidos pelos sindicatos rurais de Pernambuco.</p>

(continua)

ACERVOS	DESCRIÇÃO	DOCUMENTAÇÃO DE INTERESSE
Memórias Reveladas	O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, denominado “Memórias Reveladas”, foi institucionalizado pela Casa Civil da Presidência da República e implantado no Arquivo Nacional, após a transferência para este dos acervos dos extintos Conselho de Segurança Nacional, Comissão Geral de Investigações e Serviço Nacional de Informações, anteriormente sob custódia da Agência Brasileira de Inteligência (Abim).	Material do Serviço Nacional de Informações (SNI) contendo inquéritos policiais, relatórios sobre atuação dos trabalhadores elaborados pelo Exército Brasileiro e fotos.
Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais de Pernambuco Dénis Bernardes (NuDoc - UFPE)	Núcleo de Extensão da UFPE criado em 2005, vinculado aos departamentos de História e de Comunicação, cuja função é preservar a memória através da organização e divulgação dos materiais de sindicatos, associações comunitárias, entidades estudantis e outros movimentos sociais, rurais e urbanos que vão desde o período final da ditadura até a atualidade.	Edições do periódico <i>Grito no Nordeste</i> , da Ação Católica Rural.

(continua)

ACERVOS	DESCRIÇÃO	DOCUMENTAÇÃO DE INTERESSE
<p>Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (NMSPP - CPDA/UFRJ)</p>	<p>O NMSPP foi criado em 1997, sendo consolidado como um centro de documentação a partir de 2003. Ligado à Linha de Pesquisa Movimentos Sociais do CPDA/UFRJ, o Núcleo atua no sentido de valorização, resgate e preservação da memória social das lutas no campo em suportes físicos e virtuais.</p>	<p>Cadernos de formação produzidos pela Fase, cartilhas, relatório do 11º Seminário sobre condições de vida e saúde dos trabalhadores canavieiros, boletins e tabelas salariais.</p>
<p>Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional (Semear)</p>	<p>Fundado na década de 1990 no âmbito do Projeto Memória do MIN/UFRJ, o Semear passou a atuar a partir de 1994 na informatização do catálogo já existente e na higienização, identificação e acondicionamento de documentos sobre a história e a atuação das pesquisas e dos pesquisadores da instituição. Em 2018, o Semear teve grande parte de suas coleções destruídas pelo incêndio do MIN, estando suas atividades suspensas por tempo indeterminado.</p>	<p>Coleção Lygia Sigaud, contendo fotos e materiais de trabalho de campo em Pernambuco, e Coleção Contag, com documentação da Confederação.</p>

(continua)



ACERVOS	DESCRIÇÃO	DOCUMENTAÇÃO DE INTERESSE
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SM/ABC)	Fundada em 1933, a primeira entidade sindical metalúrgica da região do ABC foi desmembrada em 1959, acarretando na fundação do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. A reunificação ocorreu em 1993.	Charges, edições do jornal <i>Tribuna Metalúrgica</i> , fotos, cartazes, cartilhas, livros e materiais disponíveis no site <i>ABC de luta</i> dedicado à memória dos metalúrgicos do ABC.
Superior Tribunal Militar (STM)	Arquivo histórico do Superior Tribunal Militar, localizado em Brasília/DF.	Processos envolvendo dirigentes sindicais do ABC Paulista na década de 1980.



Este livro foi impresso pela Gráfica ImprimeArt em novembro de 2019.  
Utilizou-se a tipografia Cormorant em sua composição, papel Offset 90g/m<sup>2</sup>  
para o miolo e cartão supremo 250g/m<sup>2</sup> para a capa.